



✘ UNIFAMINAS

ENIC 2020

28 e 29 de outubro

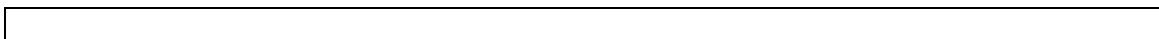
*"Ciência e Pesquisa:
Perspectivas e Desafios"*

SUPLEMENTO
REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS

Volume 15– Número 2 – Suplemento 1 –2020

ANAIS
XVII ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UNIFAMINAS
XIII ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFAMINAS
28 e 29 de outubro de 2020

EDITORA  FAMINAS



Suplemento n. 1 - Anais do XVI Encontro de Iniciação Científica FAMINAS da Zona da Mata - XII Encontro de Pós-Graduação da UNIFAMINAS – 28 e 29 de outubro de 2020 (Editor: Alexandre Horácio Couto Bittencourt)

Quadrimestral.

ISSN: 1807-6912.

Revista Científica da FAMINAS - Periódicos. I. UNIFAMINAS II. Anais.

Revista Científica da FAMINAS (Faculdade de Minas)

Muriae (MG) – Volume 15 - Número 2 - Suplemento 1 - Outubro 2020

MANTENEDORA: LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA:

Diretor Presidente – Bel. **Lael Vieira Varella Filho**

Diretor Administrativo e Financeiro - Bel. **Esp. Luciano Ferreira Varella**

Diretora Executiva – Bel. **Luisa Vieira Varella**

Gerente administrativo e financeiro - **Eduardo Goulart Gomes**

MANTIDA: FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – Campus Muriae

Reitor – Bel. Esp. **Luciano Ferreira Varella**

Pró Reitor de Ensino- Prof. Ms. **Everton Ricardo Reis**

Vice-Reitora- **Luisa Vieira Varella**

Pro-Reitor de Administração - **Eduardo Goulart Gomes**

Diretora dos Institutos -**Roberta de Freitas Gouveia**

CONSELHO EDITORIAL DO ENIC

Editor geral - **Dr. Alexandre Horácio Couto Bittencourt**

Revisor - **Msc. Fernanda Cristina Rocha Abrão**

Coordenação de Pesquisa –**Alexandre Horácio Couto Bittencourt**

COORDENAÇÃO DE CURSOS

Administração de Empresas– **Samira Novaes Alcon**

Arquitetura - **Regina Coeli Gouveia Varella**

Biomedicina - **Luciana de Andrade Agostinho**

Ciências Contábeis – **Wisley de Jesus Vieira**

Direito – **Margarida Maria Espósito dos Santos**

Educação Física –**Renato de Souza Lima Junior**

Enfermagem – **Soraya Lúcia do Carmo da Silva Loures**

Engenharia Civil- **Elias Gomes Figueira Junior**

Engenharia de Produção- **Elias Gomes Figueira Junior**

Farmácia – **Micheline Luiza Souza Lopes**

Fisioterapia – **Clarissana Araújo Botaro**

Gastronomia: **Mayla Cardoso Cardoso Fernandes Toffolo**

Medicina - **Cristina Maria Ganns Chaves Dias**

Nutrição: **Mayla Cardoso Cardoso Fernandes Toffolo**

Odontologia: **Neliana Salomão Rodrigues**

Psicologia– **Frabricia Creton Nery**

EDITORA FAMINAS

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 - Bairro Universitário CEP: 36880-000 - Muriae – MG

Telefone: 0/xx/32/3729-7555 e-mail: editora@faminas.edu.br

Editor Chefe: Dr. **Sérgio Gomes da Silva**

CIENTÍFICA DO XVII ENIC e XIV EPGUNIFAMINAS

Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Ana Cláudia Morito Neves
Ana Letícia Domingues Jacinto
Braz Antonio Pereira Cosenza
Bruna Paula da Cruz
Caroline Christine Santa Rosa
Consuello Alcon Fadul Cerqueira
Cristian Dayvson Evangelista
Emanuelle Emilia Ferreira Parreiras Scalla
Emilio Santana
Erica Mangaravite
Fernanda Cristina Rocha Abrão
Fernanda Mara Fernandes
Fernando Tadeu Serra
Igor Duarte
Jessica Sales Henriques
João Paulo da Rocha
Júlia Maria Torquato de Souza Moreira
Monize Carvalho Figueiredo
Nathália Sant'Anna Petraconi Nunes
Nayara Rodrigues Martins Souza
Pedro Henrique Castello Branco Dágola
Randolpho Radsack Corrêa
Ricardo Aparecido Xavier
Riviane Maria Felipe Féres Laviola
Rodrigo Caillaux
Sérgio Gomes da Silva
Vitória Fernanda Schettini

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO XVII ENIC E XIV EPG
UNIFAMINAS**

Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Ana Elisa Aredes Neves
Jacqueline Daniela Ferreira
Priscila Antão de Santana

SUMÁRIO TRABALHOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Título	AUTORES	NUMERO
A CARACTERÍSTICA FENOTÍPICA DE UM MODELO MURINO DA DOENÇA DE HUNTINGTON	MARCOS VINICIUS SANTANA DOS SANTOS JESSICA MABELLE DE SOUZA	001
Entomofauna capturada com pan traps em cultivo de maracujá	Carlos Eduardo Morando Faria FERREIRA ¹ , Marlon LOUZADA, Rúdo de Paiva FERREIRA	002
MODELAGEM COMPARATIVA E VALIDAÇÃO DA SERINE/ARGINE PROTEIN KINASE (SRPK) DE <i>Leishmania infantum</i>	Giovanna L. MARQUES Nickolas F. LOPES e Christiane MARIOTINI-MOURA	003
RELAÇÃO ENTRE O AUMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA COM O AUMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO	Giovanna Ladeira Marques, Nickolas F. Lopes; Kayra Pacheco Curvelo, Érica Mangaravite	004
MODELAGEM POR HOMOLOGIA DA POSSÍVEL SRPK DE <i>Leishmania braziliensis</i>	Nickolas Franzini LOPES, Giovanna Ladeira MARQUES ¹ e Christiane Mariotini Moura VASCONCELLOS	005
AVALIAÇÃO DE INFECÇÕES URINÁRIAS CAUSADAS POR MICOBACTÉRIAS EM UM HOSPITAL GERAL DE ALTA COMPLEXIDADE	Jéssica Pereira de ALMEIDA, Natasha Delaqua RICCI Silvana Spindola de MIRANDA Isabela Neves de ALMEIDA	006
ATUAÇÃO DO BIOMÉDICO COMO ASSESSOR CIENTÍFICO E SUA IMPORTÂNCIA NA PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE QUALIDADE NOS LABORATÓRIOS CLÍNICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Clara Ênia Soares de PAIVA Cristiano Martins Alvim CAMBRAIA; Gustavo Oliveira GONÇALVES	007
O PROFISSIONAL BIOMÉDICO NA GESTÃO DA QUALIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA	Luma Clara Martins COSTA Davidson Barbosa da SILVA; Edvania Alves SILVA, Gustavo Oliveira GONÇALVES	008
ANÁLISE DA EXPRESSÃO PROTEICA DE CX3CL1 EM UM MODELO MURINO DA DOENÇA DE ALZHEIMER	MARCOS VINICIUS SANTANA DOS SANTOS, JÉSSICA MABELLE DE SOUZA, IZABELLA BÁRBARA QUIRINO DE LIMA, FABIOLA MARA RIBEIRO	009
AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL DE BEBIDAS INDUSTRIALIZADAS COMERCIALIZADAS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Emanuel de S. BRAGA, Izadora L. da R. F. GONÇALVES, Eduarda B. G. PEREIRA, Lariana MASSI, Bruna L. NOGUEIRA	010
AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL REFERENTE AO TEOR DE SÓDIO DE	Lícia da Silva PAULA, Taynara Rodrigues VIEIRA,	011

PRODUTOS LÁCTEOS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Bruna Lourenço NOGUEIRA	
DETERMINAÇÃO PRÉ-NATAL DO SEXO FETAL PELA ANÁLISE DO DNA NO PLASMA MATERNO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE PCR EM TEMPO REAL A PARTIR DA 10ª SEMANA DE GESTAÇÃO	Karina Lugão Moraes, Fabricio Antônio Ferreira Martins, Rodrigo Pratte Santos	012
LEISHMANIOSE VISCERAL E SUA PREVALÊNCIA NAS REGIÕES SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL	Emanuel de Souza BRAGA, Jéssica Miranda PEDROSA, Laysa Garcia MARTINS, Fernanda Mara FERNANDES	013
PERCEPÇÃO SOBRE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM UM GRUPO POPULACIONAL.	Emanuel de S. BRAGA, Izadora G. dos SANTOS, Fernanda M. FERNANDES	014
CONDUTAS DE TRATAMENTO PARA A ALOPECIA ANDROGENÉTICA: UMA REVISÃO SOBRE AS ABORDAGENS TERAPÊUTICAS ESTÉTICAS ATUAIS	Gustavo Camargo dos SANTOS, Rodrigo PRATTE-SANTOS	015
A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DO BIOMÉDICO - RELATO DE EXPERIÊNCIA	André Bezerra CHAGAS Gustavo Oliveira GONÇALVES	016
MECANISMOS ASSOCIADOS À TOXICIDADE CEREBRAL NA FENILCETONÚRIA	Gilda Gilbertha Vieira OLIVEIRA , Bruno Gonçalves MACHADO, Carolina Pereira Cunha e CASTRO, Débora dos Santos SILVA, Estevão de Melo PIGAIANI, Luciana de Andrade AGOSTINHO	017
PADRONIZAÇÃO DA TÉCNICA DE CARIÓTIPO E ESTRATÉGIA DE CONTAGEM DE CROMOSSOMOS EM LABORATÓRIOS MULTIUSUÁRIOS	Isabela Aparecida de SOUZA , Thalita CORDEIRO Bianca de Matos MOREIRA, Rúzivia Pimentel OLIVEIRA, Luciana de Andrade AGOSTINHO	018
AValiação da Composição Corporal de Idosos Praticantes de Atividades Físicas	Felipe da Silva GARCIA, Dilmerson DE OLIVEIRA	019
AValiação dos Efeitos do Aumento da Gordura Corporal com a Relação Cintura/Quadril de Idosos Praticantes de Atividade Física.	Felipe da Silva GARCIA, Dilmerson DE OLIVEIRA	
RASTREAR A PREVALÊNCIA DE FRAGILIDADE E SARCOPENIA E OS FATORES ASSOCIADOS EM UMA POPULAÇÃO DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.		020
UTILIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO SF-36 NA AValiação da Qualidade de Vida de	Felipe da Silva GARCIA , Dilmerson DE OLIVEIRA	021

IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.		
COLONIZAÇÃO DE <i>STAPHYLOCOCCUS AUREUS</i> NAS MÃOS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE – uma revisão de literatura	Jackson Ferrari ANGELO; Fernanda Mara FERNANDES	022
A enfermagem na prevenção de lesão por pressão em internação hospitalar	Jhennyffer Regina Hottes Bastos ¹ , Mônica Felix Alvarenga	023
FRAGILIDADES DA PESSOA IDOSA NA ADESÃO À TERAPIA MEDICAMENTOSA DOMICILIAR	Brenda Linique Sousa da Cruz Israel Lucas dos Santos Fernandes, Natália Alves de Carvalho, Cleydson Rodrigues de Oliveira	024
PROJETO DE EXTENSÃO EM PERÍODO DE PANDEMIA - RELATO DE EXPERIÊNCIA - DIA DO ABRAÇO VIRTUAL	Israel Lucas dos Santos Fernandes , Brenda Linique de Sousa da Cruz , Natália Alves de Carvalho e SHIRLEI BARBOSA DIAS	025
Segurança do paciente como padrão de qualidade da assistência de enfermagem	Jhennyffer Regina Hottes Bastos , Mônica Felix Alvarenga	026
TERAPIA DO ABRAÇO E SEUS BENEFÍCIOS EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	Natália Alves de Carvalho, Brenda Linique de Sousa da Cruz, Israel Lucas dos Santos Fernandes , e SHIRLEI BARBOSA DIAS	027
A atuação do farmacêutico no cuidado a pacientes acometidos por rinite alérgica em farmácias comerciais	Dione Ferreira ALVES, Izabella Cristina de Souza SILVA , Lilian da Silva RAMOS , Luís Gustavo da Cruz PIRES , Adriana Nascimento de SOUSA	028
ANÁLISE DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES DE UMA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS DE MURIAÉ	Heloimara A. SILVA Thalia M. PAULINO, Eduarda A. P. RIGUETE, Luciana S. SARLADANI Adriana F. SOARES	029
<i>Cannabis sativa</i> : CONCEPÇÕES DE SEU USO PARA FINS MEDICINAIS	Nathália de Oliveira Ramos SOARES, Luiz Henrique de ARÊDES, Vitória Eulália de Fátima DIAS, Rafaella Marquezine de Oliveira SOUZA, Emílio Santana de ABREU , Micheline L. Souza LOPES	030
CONHECIMENTO DO USO DE ANTIPARASITÁRIOS POR CLIENTES DE UMA DROGARIA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA – MG	Joice de Oliveira MASSI, Thalia Martins PAULIN, Fernanda Mara FERNANDES	031
TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DA COVID-19	Thalia M. PAULINO, Eduarda A. P. RIGUETE, Fernanda M. FERNANDES	032
A ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMO CONTRIBUIÇÃO E O ESTUDO DE FARMACOGNOSIA	Elisa Barbosa de OLIVEIRA, Sarah Ellen Dias MEDEIROS, Letícia Gonçalves RAMOS	033

	Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	
AValiação DO TRATAMENTO E RESISTÊNCIA BACTERIANA NA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO.	Eduarda A. P. RIGUETE , Thalia M. PAULINO Fernanda M. FERNANDES	034
PERCEPÇÕES SOBRE REPRODUÇÃO ASSISTIDA	Amanda Duarte FERREIRA, Vanessa Honorio Quiodini XAVIER, Karol Aparecida Braga Silva, Thayná Romão Martins, Emílio Santana de ABREU, Micheline L. Souza LOPES	035
TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DA COVID-19	Thalia M. PAULINO, Eduarda A. P. RIGUETE, Fernanda M. FERNANDES	036
EFEITOS DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS SOBRE A HIPERTENSÃO E O DIABETES MELLITUS TIPO 2	Bárbara Regina Dias BATISTA e João Fernandes	037
INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS	Juliana Dád Almeida SILVA Bárbara Regina Dias BATISTA Clarissana Araújo BOTARO	038
EVIDÊNCIAS DA EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS REALIZADAS NA MULHER PARA TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA	Karen Aline Coelho GUERSON, Bárbara Regina Dias BATISTA, Clarissana Araújo BOTARO	039
INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM HOMENS PROSTATECTOMIZADOS E OS BENEFÍCIOS QUE A FISIOTERAPIA PODE OFERECER – REVISÃO DA LITERATURA	Débora Marinato Dos SANTOS e Clarissana A. BOTARO	040
CAPACIDADE FUNCIONAL NAS DOENÇAS DE PARKINSON E DE ALZHEIMER: REVISÃO DA LITERATURA	Gabriella F. M. S. BRINATE B. R. B. BATISTA ¹ ; R. G. OLIVEIRA	041
A IMPORTÂNCIA DAS LIGAS ACADÊMICAS DAS FACULDADES DE MEDICINA PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS SOCIAIS	Karoline Fraga FERREIRA, Victoria Gonçalves GUEDES , Ana Luiza Caires CARDOSO, Laila Caires SANTANA, Lays Teixeira de PAULA, Adymila Salim M. de REZENDE.	042
ANÁLISE DA COBERTURA VACINAL DE BCG E HEPATITE B NOS PRIMEIROS 30 DIAS DE VIDA NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG	Rayana Cabral GOUVÊA, Letícia dos Santos SILVA, Caroline de Souza ALMEIDA, Fernanda Hottz QUINTANILHA, Ana Carolina Moreira Mello da FONSECA, Pascale Gonçalves MASSENA	043
ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PATRIMÔNIO SÃO JOSÉ – MG.	Yuri FONSECA, Diovana SALES, Julia CERQUEIRA, Julia POLONINI, Joana	044

	VENTURA, Alexandre BITTENCOURT.	
ANÁLISE SOBRE DIABÉTICOS EM TERRITÓRIO NACIONAL A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO EM BASE DE DADOS	ANDRESSA MELO DE OLIVEIRA, MARIA RITA DUARTE AGRELLOS NEVES, MAURYCIA LIMA DE OLIVEIRA e ALEXANDRE HORÁCIO COUTO BITENCOURT.	045
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SAFIRA - MG	MARIA RITA DUARTE AGRELLOS NEVES , MAURYCIA LIMA DE OLIVEIRA, ANDRESSA MELO DE OLIVEIRA e ALEXANDRE HORÁCIO COUTO BITENCOURT	046
INFLUÊNCIA DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA QUALIDADE DE VIDA DE UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA	Vívian FÉRES, Joana VENTURA, Sérgio GOMES DA SILVA	047
NÍVEL DE ESTRESSE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA	Joana VENTURA, Vivian FERES, Sérgio GOMES DA SILVA	048
NÍVEL DE SONOLÊNCIA DIURNA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA.	Joana VENTURA, Vivian FERES, Sérgio GOMES DA SILVA	049
PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA	Alberto GUEDES EZAQUIEL DA SILVA e Sérgio GOMES DA SILVA	050
RELAÇÃO ENTRE O LETRAMENTO EM SAÚDE E A PREVENÇÃO AO DIABETES MELLITUS TIPO II	MAURYCIA LIMA DE OLIVEIRA, ANDRESSA MELO DE OLIVEIRA MARIA RITA DUARTE AGRELLOS NEVES e ALEXANDRE HORÁCIO COUTO BITENCOURT.	051
UTILIZAÇÃO DO TEAM-BASED LEARNING (TBL) COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA DISCIPLINA DE FARMACOLOGIA NO CURSO DE MEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	Juliana Barroso Rodrigues GUEDES, Henrique Marreiros Veloso CARNEIRO, Mateus Valle de Melo e POSSA, Cristina Maria Ganns Chaves DIAS	052
BASES ESTRUTURAIS E FISIOLÓGICAS NAS DIFERENTES ETAPAS DO APRENDIZADO E FATORES PREPONDERANTES	MIRELLE CAROLINE DE SOUZA e LUCIENE RODRIGUES KATTAH	053
ACEITAÇÃO DE UM PRODUTO ENRIQUECIDO COM FIBRAS POR UM GRUPO DE ADOLESCENTES DE MURIAÉ-MG	Luana Antenor Rodrigues ALVES Lorraine Fernandes ALVES , Mayla Cardoso Fernandes Toffolo, Naruna Pereira Rocha).	054
ANÁLISE COMPARATIVA DOS HABITOS ALIMENTARES DE ESCOLARES ENTRE 2 A 4 ANOS DE IDADE ANTES E APÓS INTERVENÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	MILENA SOUZA VIANA , EMANUELE DE OLIVEIRA GOMES , CLAUDIANE RORIZ ALVES , ALICE	055

	<u>CRUZ DE SÁ e MARIANA DE MELO CAZAL</u>	
ANÁLISE DA APLICABILIDADE DAS RESOLUÇÕES E CÓDIGOS SANITÁRIOS EM ESTABELECIMENTO COM MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS	Diovana Raspante de Oliveira SOUZA, Flávia da Silva MACHADO , Erlaine Maria da SILVA e Naruna Pereira ROCHA ²	056
ANÁLISE DO GRAU DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS OFERTADOS EM UM APLICATIVO DE REFEIÇÕES <i>DELIVERY</i> DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG	<u>MILENA SOUZA VIANA e MAYLA CARDOSO FERNANDES TOFFOLO</u>	057
Avaliação da prevalência de Diabetes Mellitus tipo 2 e fatores de risco para o desenvolvimento do quadro diabético em adultos e idosos do município de Espera Feliz – MG	Aline Araújo Hottz KLEIN, Iury Antônio de SOUZA	058
Avaliação do conhecimento e consumo de orgânicos por residentes do município de Espera Feliz – MG	Aline Araújo Hottz KLEIN, Iury Antônio de SOUZA	059
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VEGANISMO ENTRE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM MURIAÉ-MG	Sarah Mairink de Oliveira, Lamaira Condack Gonçalves, Isabela de Souza Fernandes, Ana Carolina Primavera Carneiro ¹ , Karine Augusta Silva ¹ , Mayla Cardoso Fernandes Toffolo ²	060
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS COM IDADE ENTRE 2 E 4 ANOS DE UMA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL EM MURIAÉ-MG	MILENA SOUZA VIANA , EMANUELE DE OLIVEIRA GOMES e MARIANA DE MELO CAZAL	061
Avaliação dos hábitos alimentares e comportamentais de funcionários de uma escola estadual do município de Espera Feliz – MG	Aline Araújo Hottz KLEIN , Iury Antônio de SOUZA	062
CONSUMO DA BANHA DE PORCO ENTRE MORADORES DE ÁREAS RURAIS E URBANAS DA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA	Fernanda M. LIMA , Alice C. SÁ, Claudiane R. ALVES, Isadora M. ALONSO e Naruna P. ROCHA	063
DIETA LOW CARB EM PRATICANTES DE EXERCÍCIO FÍSICO	Mayra Dias Sousa , Maria Eduarda Oliveira Araujo , Maria Rita Pinho de Oliveira , Edithiane Vilete Cabral , Erica Duarte Valverde, Mayla Cardoso Fernandes Toffolo	064
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL APLICADA EM CRIANÇAS DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE MURIAÉ-MG	MILENA SOUZA VIANA, EMANUELE DE OLIVEIRA GOMES, ALICE CRUZ DE SÁ CLAUDIANE RORIZ ALVES e MARIANA DE MELO CAZAL	065
EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAR EM UMA MULHER ADULTA MORADORA DA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Luana Antenor Rodrigues ALVES, Naruna Pereira Rocha , Vanessa Sequeira FONTES	066
ELABORAÇÃO E ANÁLISE SENSORIAL DE UMA EMPADA PROTEICA	Sarah Mairink de Oliveira, Lamaira Condack	067

	Gonçalves Isabela de Souza Fernandes, Ana Carolina Primavera Carneiro, Karine Augusta Silva ¹ , Mariana de Melo Cazal	
PERFIL ALIMENTAR E COMPORTAMENTAL DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA – MG	Lara Coutinho de SOUZA, Iury Antônio de SOUZA	068
ESTADO NUTRICIONAL DE USUÁRIOS DE DUAS UNIDADES DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA	WALTER MACHADO SAMEL; NARUNA PEREIRA ROCHA	069
ESTRATÉGIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM IDOSOS DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA DE MIRADOURO – MG	Luana Antenor Rodrigues ALVES, Lorraine Fernandes ALVES, Naruna Pereira Rocha, Vanessa Sequeira FONTES	070
Efeitos de uma intervenção alimentar em uma mulher de Ervália-MG	Aline Araújo Hottz KLEIN, Ana Paula Pereira FURTADO, Isadora Maria Martins LOPES, Denise Félix QUINTÃO	071
HABITOS ALIMENTARES DE USUÁRIOS DE DUAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA.	WALTER MACHADO SAMEL; NARUNA PEREIRA ROCHA ²	072
HÁBITOS ALIMENTARES E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DA SAÚDE BUCAL EM ADULTOS	Débora Costa RODRIGUES ¹ , Isabelle Rodrigues BENETE ² , Naruna Pereira ROCHA ³	073
IMPACTO DA PANDEMIA NA AQUISIÇÃO DE FRUTAS <i>IN NATURA</i>	Anna Carolina Passos Costa Zaiden ¹ , Sarah Mairink de Oliveira, Mayla Cardoso Fernandes Toffolo	074
INSEGURANÇA ALIMENTAR EM USUÁRIOS DE DUAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA.	WALTER MACHADO SAMEL; NARUNA PEREIRA ROCHA ²	075
PALATIBILIDADE DO ADOÇANTE E AÇÚCAR EM UMA OFICINA DE SUCOS EM COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA – COOPAF DE MURIAÉ-MG	Luana Antenor Rodrigues ALVES, Lorraine Fernandes ALVES, Naruna Pereira Rocha Vanessa Sequeira FONTES	076
PERCEPÇÃO DE MÃES MINEIRAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VITAMINA D PARA O BOM CRESCIMENTO INFANTIL	Fernanda M. LIMA, Isadora M. ALONSO e Iury A. de SOUZA	077
PESQUISA DE ENTEROPARASITAS EM CRECHES	Isadora M. ALONSO, Fernanda M. LIMA e Fernanda M. FERNANDES	078
PRÁTICA DO VEGETARIANISMO ENTRE JOVENS E ADULTOS	Isadora M. ALONSO, Deborah H. ROCHA, Alice M. MARTINO, Caroline A. LOBO, Fernanda M. LIMA, Mayla F. TOFFOLO	079
PREVALÊNCIA DE ALERGIAS E INTOLERÂNCIAS ALIMENTARES EM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR	Isadora M. ALONSO. Fernanda M. LIMA e Iury A. de SOUZA	080

RESIDENTES NOS MUNICÍPIOS MINEIROS DE CARANGOLA E MIRAI		
PRESCRIÇÃO DE METAS NUTRICIONAIS PARA MELHORIA DE HÁBITOS DIETÉTICOS	Sarah Mairink de OLIVEIRA, Lamaira Condack GONÇALVES, Isabela de Souza FERNANDES, Ana Carolina Primavera CARNEIRO ¹ , Karine Augusta SILVA, Naruna Pereira ROCHA	081
PREVALÊNCIA DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E HÁBITOS DE RISCO EM PACIENTES ATENDIDOS EM DUAS UNIDADES DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA	WALTER MACHADO SAMEL; NARUNA PEREIRA ROCHA	082
PRODUÇÃO DE CERVEJA ARTESANAL SEM GLÚTEN	Maria Eduarda Santos de LELLIS, Cristiane de Oliveira LOPES, Rafael Teixeira de MATTOS	083
ANÁLISE DA OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VEGANOS EM SITES DE SUPERMERCADOS	Alice MEDEIROS, Mayla TOFFOLO	084
AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DE BIFES DE HAMBURGUÊRES VEGANOS	Alice MEDEIROS Mayla TOFFOLO	085
AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS POR ADOLESCENTES ANTES E APÓS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Ane Caroline MONTEIRO, Julia da Silva MATIAS, Mariana de Melo CAZAL	086
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE MINAS GERAIS	Ane Caroline MONTEIRO, Julia da Silva MATIAS, Mariana de Melo CAZAL	087
HÁBITOS ALIMENTARES DAS CRIANÇAS NA PANDEMIA POR COVID-19	Camila Oliveira de Souza Sarah Mairink de Oliveira ¹ , Magda Cardoso ¹ , Mayla Cardoso Fernandes Toffolo	088
REEDUCAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA AO CONTROLE DA ANSIEDADE E ESTRESSE: UM ESTUDO DE INTERVENÇÃO	Marília Gabriela GODINHO ¹ Anna Carolina PASSOS ¹ , Elaine LUCCHINE ¹ , Mariana de Paula SANTOS ¹ , ¹ e Thaís Nayara VIEIRA ¹ , Naruna Pereira ROCHA.	089
IMPACTO DA PANDEMIA NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS	Anna Carolina Passos Costa Zaiden, Sarah Mairink de Oliveira, Mayla Cardoso Fernandes Toffolo	090
A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE ANATOMIA DURANTE A GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Maria Eduarda Navarro D. dos SANTOS e Ana Júlia MILANI	091
A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DA ODONTOLOGIA E PRÁTICAS ESPORTIVAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	Arthur Bonato de ANDRADE, Isabella Batista BRAGA, Cyro Gabriel Braga Furtado de	092

	MIRANDA , Sâmella de Paula FRANÇA e Michelle Inês e SILVA	
A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO ODONTOLÓGICO PÓS-PARTO	Mariane de Oliveira QUEIROZ , Daniela Cardilo OLIVEIRA	093
A INTER-RELAÇÃO DA DOENÇA PERIODONTAL E A GRAVIDEZ	Mariane de Oliveira QUEIROZ , Daniela Cardilo OLIVEIRA	094
A SEGREGAÇÃO ENFRENTADA POR PACIENTES HIV SOROPOSITIVOS EM TRATAMENTOS ODONTOLÓGICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	Cyro Gabriel Braga Furtado de MIRANDA , Sâmella de Paula FRANÇA, Arthur Bonato de ANDRADE, Isabella Batista BRAGA, Olívia Carvalho MOSTARO e Neliana Salomão RODRIGUES	095
CONDIÇÃO DE SAÚDE BUCAL EM IDOSOS COM DOENÇA DE ALZHEIMER	Isadora Pinheiro da Cruz , Henrique Rocha Mazorchi Veronese, Anna Luiza de Souza Laureano, Brenda Soares de Oliveira, Michelle Inês e Silva	096
CONDUTA DO CIRURGIÃO-DENTISTA FRENTE A CASOS DE MAUS TRATOS INFANTIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Olívia Carvalho MOSTARO, Thayna Aparecida de Albuquerque LUIZ, Sarah Ciconelli COSTA ¹ , João Victor Milane CARNEIRO e Ana Júlia MILANI	097
HALL TECHNIQUE: UMA ALTERNATIVA ATUAL NA ODONTOPEDIATRIA FRENTE AO CENÁRIO DA COVID 19	Olívia Carvalho MOSTARO, Thayna Aparecida de Albuquerque LUIZ , Sarah Ciconelli COSTA ¹ , João Victor Milane CARNEIRO e Ana Júlia MILANI	098
HIGIENIZAÇÃO ORAL NO ÂMBITO HOSPITALAR COMO PREVENÇÃO A PNEUMONIA ASSOCIADA A VENTILAÇÃO MECÂNICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Olívia Carvalho MOSTARO , Thayna Aparecida de Albuquerque LUIZ, Sarah Ciconelli COSTA, João Victor Milane CARNEIRO e Ana Júlia MILANI	099
INFLUÊNCIA DOS CONTRACEPTIVOS ORAIS NO DESENVOLVIMENTO DA OSTEÍTE ALVEOLAR APÓS EXODONTIA DE TERCEIROS MOLARES	Henrique Rocha Mazorchi Veronese ; Isadora Pinheiro da Cruz; Gabriela de Paula Lima; Anna Luiza de Souza Laureano, Michelle Inês e Silva	100
INFOGRÁFICO E EMBRIOLOGIA:POSSIBILIDADE DE ESTUDOS ATRAVÉS DE MATERIAIS DIDÁTICOS NA FORMAÇÃO EM ODONTOLOGIA	Mariana Olímpio Vieira, Luiza Noemia Pereira Campos , Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	101
MANIFESTAÇÕES ORAIS DESENCADEADAS PELA SÍNDROME DE SJOGREN: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Olívia Carvalho MOSTARO, Thayna Aparecida de Albuquerque	102

	LUIZ , Sarah Ciconelli COSTA, João Victor Milane CARNEIRO, Cyro Gabriel Braga Furtado de MIRANDA e Ana Júlia MILANI	
PATOLOGIAS ORAIS MAIS FREQUENTES EM UMA MULHER GESTANTE	Mariane de Oliveira QUEIROZ, Daniela Cardilo OLIVEIRA	103
PROTOCOLO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO À GESTANTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Olívia Carvalho MOSTARO, Thayna Aparecida de Alburquerque LUIZ , Sarah Ciconelli COSTA, João Victor Milane CARNEIRO e Ana Júlia MILANI	104
REABILITAÇÃO ESTÉTICA DE DENTES CONÓIDES	Brenda Soares de OLIVEIRA, Michelle Inês e SILVA	105
SÍNDROME DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO NA CONCEPÇÃO ODONTOLÓGICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Isabella Batista BRAGA, Cyro Gabriel Braga Furtado de MIRANDA, Sâmella de Paula FRANÇA, Arthur Bonato de ANDRADE e Ana Júlia MILANI	106
TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR EM PACIENTE COM MEDO E ANSIEDADE FRENTE A UM PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Sâmella de Paula FRANÇA, Arthur Bonato de ANDRADE, Isabella Batista BRAGA, Cyro Gabriel Braga de Furtado MIRANDA e Ana Júlia MILANI	107
ALTERAÇÕES ORAIS EM PACIENTES RENAIS CRÔNICOS SOB DIÁLISE RENAL.	Henrique Rocha Mazorchi Veronese, Anna Luiza de Souza Laureano, Isadora Pinheiro da Cruz, Neliana Salomão Rodrigues.	108
CORRELAÇÃO ENTRE BRUXISMO E DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.	Miriã de Andrade CELESTINO, Yasmin Netto de PAULA, Ana Carolina Dias GOUVEIA Ysabele Cristina Souza RAMOS e Michelle Inês e SILVA	109
EFICÁCIA DA FIBRINA RICA EM PLAQUETAS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA OSTEITE ALVEOLAR APÓS EXODONTIAS DE TERCEIROS MOLARES.	Henrique Rocha Mazorchi Veronese, Gabriela de Paula Lima, Anna Luiza de Souza Laureano, Isadora Pinheiro da Cruz1, Michelle Inês e Silva	110
ETIOLOGIA DAS LESÕES CERVICAIS NÃO CARIOSAS: REVISÃO INTEGRATIVA	SAMUEL RUFINO REIS, CAROLINA MACHADO GONÇALVES, LAYNE LACERDA PEREIRA, LAURA XAVIER CASTILHO e MICHELLE INÊS E SILVA	111

INCIDÊNCIA DA OSTEÍTE ALVEOLAR APÓS EXTRAÇÃO DENTÁRIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	Henrique Rocha Mazorchi Veronese, Anna Luiza de Souza Laureano, Isadora Pinheiro da Cruz, Gabriela de Paula Lima ¹ , Michelle Inês e Silva	112
MANIFESTAÇÕES BUCAIS DE MAIOR INCIDÊNCIA EM PACIENTES ACOMETIDOS COM O HIV: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	Kamilla Tavares MARTINS, Fernanda Mara FERNANDES	113
MÉTODOS DE TRATAMENTO DAS OSTEÍTES ALVEOLARES APÓS EXTRAÇÕES DENTÁRIAS	Henrique Rocha Mazorchi Veronese, Isadora Pinheiro da Cruz, Anna Luiza de Souza Laureano, Gabriela de Paula Lima ¹ , Michelle Inês e Silva	114
VIABILIDADE DA FIBRINA RICA EM PLAQUETAS NA POTENCIALIZAÇÃO DA OSSEOINTEGRAÇÃO DE IMPLANTES DENTÁRIOS.	Gabriela de Paula Lima, Henrique Rocha Mazorchi Veronese, Érica Mangaravite	115

SUMÁRIO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

TÍTULO	AUTORES	NUMERO
CRIME IMPOSSÍVEL NA DOCTRINA PENAL BRASILEIRA	Antônio Carlos TORRES , Arthur Bastos RODRIGUES	001
RESPONSABILIDADE ÉTICA: DEVER ÉTICO E LEGAL DO MÉDICO FRENTE AO PACIENTE TESTEMUNHA DE JEOVÁ	<u>Yasmin Longhi PEREIRA,</u> <u>Rubens Lopes OLIVEIRA,</u> <u>Andressa Chaves CASSOLI,</u> <u>Eduardo Melado de Souza COELHO,</u> <u>Francisco Carvalho CORREA</u>	002
DIREITO A ALIMENTOS PARA FILHOS ESTUDANTES QUE TENHAM MAIORIDADE CIVIL	Georgia Silva SABBAGH, Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	003
DIVÓRCIO IMPOSITIVO EXTRAJUDICIAL	Georgia Silva SABBAGH , Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	004
Empresa Uber e a sua competência para juízo	VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA, Arthur Bastos RODRIGUES	005
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DE ELEMENTOS INFORMATIVOS	Vitória LORETI, Luísa BRAGA, Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	006
A PANDEMIA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS E A RELEITURA DO PACTO FEDERATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Karen RIBEIRO, Pedro FRAGA	007
Evolução do sistema penitenciário	VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA, Arthur Bastos	008
O PRINCÍPIO DA HUMANIDADE DA PENA E A EVOLUÇÃO DAS LEIS PENAS NO TEMPO	<u>Edivani Viana PEREIRA,</u> <u>Vanessa Silva de PAULA e</u> <u>Stefanine M. A. L. GOMES</u>	009
O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A SELETIVIDADE NO DIREITO PENAL	<u>Vanessa Silva de PAULA , Ana</u> <u>Beatriz C. COSTA, Edivani V.</u> <u>PEREIRA e Stefanine M. A. L.</u> <u>GOMES</u>	010
Omissão de socorro e o desconhecimento da Lei	VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA, Arthur Bastos	011
PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Antônio Carlos TORRES, Arthur Bastos RODRIGUES.	012
PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Antônio Carlos TORRES , Arthur Bastos RODRIGUES.	013
Princípio da insignificância e sua aplicabilidade	VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA. Arthur Bastos Rodrigues	014
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Antônio Carlos TORRES , Arthur Bastos RODRIGUES	015

RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROPRIETÁRIO POR DANO CAUSADO EM ACIDENTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR	<u>Ana Clara Duvanel VELOSO, João Pedro de Decco OLIVEIRA e Wilson Sebastião Rodrigues SOARES</u>	016
RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTRATO DE TRANSPORTE DE PESSOAS POR APLICATIVO	<u>Ana Clara Duvanel VELOSO, João Pedro de Decco OLIVEIRA e Wilson Sebastião Rodrigues SOARES</u>	017
RESPONSABILIDADE ÉTICA: DEVER ÉTICO E LEGAL DO MÉDICO FRENTE A PACIENTES EM SITUAÇÕES IRREVERSÍVEIS E TERMINAIS	<u>Yasmin Longhi PEREIRA, Rubens Lopes OLIVEIRA, Francisco Carvalho CORREA</u>	018
A CORRUPÇÃO POLICIAL BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES	Mickaelly CAETANO Maria PASSOS, Yago RESENDE, Anderson Krsthian Reis Lourenço	019
A importância do Princípio da Indissolubilidade do Vínculo Federativo	Lucas SILVA, Igor MACHADO, Pedro Henrique Bouzada Fraga	020
A INSEGURANÇA JURÍDICA E O RISCO BRASIL	Mickaelly CAETANO, Yago RESENDE, Maria PASSOS, Vânia Agda O. Carvalho	021
A relação da obra “Prometeu Acorrentado” com o contexto dos Estados Totalitários do século XX.	Lucas SILVA, Mickaelly CAETANO, Amanda PARADELAS, Breno PUPPIN, Layla COSTA, Stefanine Lacerda	022
A repartição de competências e seus conflitos no âmbito constitucional brasileiro: o caso da ADI nº. 2665	Mickaelly CAETANO, Yago RESENDE, Maria PASSOS, Pedro Henrique Bouzada Fraga	023
A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL E O RACISMO	Maria Leonice PASSOS, Mickaelly CAETANO, Yago RESENDE	024
A suma importância da constituição Federal de 1988	<u>Gabriel Sant’Anna da CUNHA, Ison Camargo KLEN, Marcos Paulo Mota da SILVA, Brenda Medeiros Defaveri RIBEIRO, Luiz Gustavo Ferreira dos SANTOS</u>	025
A UTILIZAÇÃO DE MÁSCARAS PARTIDÁRIAS NAS ELEIÇÕES 2020	Paulo Nilson de Oliveira LOPES, Wilson Sebastião Rodrigues Soares	026
Cenário Jurídico na Pandemia do Coronavírus	<u>Karen PIMENTEL, Roberta Medeiros, DanieleDanielle Campelo</u>	027
CIDADANIA SOCIOAMBIENTAL VIABILIZADA PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Letícia Soares ARAÚJO, Vânia Agda O. Carvalho	028
O Sistema Prisional Brasileiro no Contexto da Pandemia do Covid-19”	LUIZ HELENO SIMAS CAMPOS, Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO	029
A APLICABILIDADE DO DIREITO DAS SUCESSÕES SOBRE BENS DIGITAIS	Raissa da Silva LOURENA Rayanne de Oliveira SANTOS e Danielle Caroline Campelo Silva	030

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA.	Heitor ALVIM, Joyce GUEDES Anderson LOURENÇO	031
FALSA IDEIA DE AUTOMATIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR FRENTE À PANDEMIA	Lorena Dutra MOREIRA , Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	032
A FINALIDADE MEDIATA DO DIREITO PENAL E SEU REFLEXO NA SOCIEDADE	Vitória LORETI , Luísa BRAGA, Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	033
A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA	Taynara DUTRA e Thaysa AQUINO	034
A LEGALIDADE DA PENHORA ONLINE EM CONTA SALÁRIO	Lorena Dutra MOREIRA , Taynara DUTRA ¹ , Thaysa AQUINO	035
A POSSIBILIDADE DOS ALIMENTOS AVOENGOS ENTRE NETOS E AVÓS	Raissa da Silva LOURENA, Rayanne Gonçalves dos SANTOS e Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	036
A POSSIBILIDADE DOS CONTRATOS ONEROSOS NA TÉCNICA DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA DE GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO	Raissa da Silva LOURENA , Rayanne Gonçalves dos SANTOS e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	037
A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE REPARAÇÃO CIVIL POR DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO	Carolina Luzia Bombier de OLIVEIRA , Nara Ferreira de Andrade CARVALHO (IC) ¹ Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	038
A PROBLEMATIZAÇÃO DA ADOÇÃO À BRASILEIRA FRENTE AO PROCESSO LEGAL DE ADOÇÃO	Carolina Luzia Bombier de OLIVEIRA , Nara Ferreira de Andrade CARVALHO Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	039
A REGULARIZAÇÃO DA ADOÇÃO <i>INTUITU PERSONAE</i> FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Carolina Luzia Bombier de OLIVEIRA, Nara Ferreira de Andrade CARVALHO Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	040
A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO INVERSO A SOLIDARIEDADE COMO ÉGIDE À DIGNIDADE HUMANA	Raissa da Silva LOURENA , Rayanne Gonçalves dos SANTOS (IC) ¹ e Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	041
<i>A SOLIDARIEDADE COMO ÉGIDE À DIGNIDADE HUMANA</i>	<i>Maurício Silva Soares e Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO</i>	042
ABANDONO PATERNO, O ABORTO MAIS LEGALIZADO DO BRASIL.	Luísa BRAGA , Vitória LORETI, Danielle CAMPELO (043
ADMISSIBILIDADE E EFETIVIDADE DA INDENIZAÇÃO POR INFIDELIDADE MATRIMONIAL	Lorena Dutra MOREIRA, Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	044
ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS	Georgia Silva SABBAGH, Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	045

ALTERAÇÃO DE PATRONÍMICO FAMILIAR NOS REGISTROS DE NASCIMENTO E CASAMENTO	Taynara DUTRA, LorenaDUTRA, Thaysa AQUINO	046
AUTONOMIA ÉTICA E RESPONSABILIZAÇÃO PENAL: A AFERIÇÃO DA PERSONALIDADE NA APLICAÇÃO DA PENA	Vítor Dênis da SILVA e Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO	047
CASAMENTO E FAMÍLIA NA PÓS MODERNIDADE	Georgia Silva SABBAGH, Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	048
CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA PERANTE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	João Pedro de Decco OLIVEIRA, Ana Clara Duvanel VELOSO e Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	049
A Covid-19 e o aguçamento do Sistema Constitucional de <i>Checks and Balances</i> : (im)possibilidade de devolução de Medida Provisória	Mateus de Moraes DIAS e Pedro Henrique Bouzada FRAGA	050
COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERAIS À LUZ DA ADPF 672	LUIZ HELENO SIMAS CAMPOS Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO	051
Defeito e vício na seara da produção do Direito do Consumidor	Vittoria COSTA, Christian JUNIOR, Pedro FRAGA	052
DIREITOS DO CONSUMIDOR, EVOLUÇÃO DO MERCADO CONSUMISTA E ADEQUAÇÕES ATUAIS	Leonardo FONSECA, Jhuan BARBOSA, Margarida ESPÓSITO	053
GLOBALIZAÇÃO DO MERCADO E DIREITO AMBIENTAL: DIÁLOGO EM EVIDÊNCIA	Mickaelly CAETANO, Maria PASSOS, Yago RESENDE, Vânia Ágda O. CARVALHO	054
GUARDA COMPARTILHADA: A NECESSIDADE E RELEVÂNCIA DA PRESENÇA PATERNA APÓS O DIVÓRCIO.	Yago ROCHA, Maria PASSOS, Mickaelly CAETANO, Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	055
IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL MEDIANTE PERFIL GENÉTICO.	Maria Leonice PASSOS, Yago RESENDE, Mickaelly CAETANO, Anderson LOURENÇO	056
Instauração de inquérito policial do crime de violência doméstica e a nova Lei de abuso de autoridade	Vittoria COSTA, Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO	057
O “LOCKDOWN” EM FACE DO DIREITO DE IR E VIR	LUIZ HELENO SIMAS CAMPOS E Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO	058
O AUMENTO DO DESEMPREGO NO BRASIL COMO REFLEXO DA PANDEMIA E SUA INFLUÊNCIA NO TRABALHO INFANTIL	Amanda Cardoso CORDIBELLI, Luiz Henrique Motta de PAULA, Stefanine Michaelle Alvim Lacerda GOMES e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	059

O IMPACTO DO CORONAVIRUS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: PRECARIIDADE AGRAVADA?	Luiz Henrique Motta de PAULA, Amanda Cardoso CORDIBELLI, Vânia Ágda O. CARVALHO e Thaysa Navarro A. RIBEIRO	060
O princípio da função social dos contratos e a pandemia do COVID-19	Lucas SILVA, Margarida ESPÓSITO	061
BSOLESCÊNCIA PROGRAMADA COMO ESTRATÉGIA MERCADOLÓGICA IMPEDITIVA AO EQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE	Wleidice Ferreira Dornellas ¹ , e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	062
PENAS E LEIS SEVERAS SÃO O CAMINHO PARA A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE?	Yago ROCHA , Mickaelly CAETANO , Maria PASSOS, Stefanine LACERDA	063

SUMÁRIO TRABALHOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Título	AUTORES	ORIENTADOR
ANÁLISE DE CAPACITAÇÃO NA METODOLOGIA BIM, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL EM ENGENHARIA CIVIL, NA CIDADE DE MURIAÉ-MG E REGIÃO	Nayara Conceição Souza OLIVEIRA, Jéssica Simões COELHO, Nilce Maria da SILVA Gustavo Mello COSENDEY	001
DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES NO MERCADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	Nilce Maria da SILVA, Nayara Conceição Souza OLIVEIRA Beatryz Cardoso MENDES	002
APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93 EM PROCESSOS LICITATÓRIOS DE OBRAS DE ENGENHARIA	Beatryz Cardoso MENDES	002
ESTUDO DA INFLUÊNCIA DO EPS NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DO CONCRETO	Izabela S. AMARAL, Diego Henrique L. SOUZA, Mariana Patricia C. AQUINO, Matias José S. BORGES, Rafael M. ANDRADE Beatryz C. MENDES	004
IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) NO BRASIL.	Nayara Conceição Souza OLIVEIRA, Nilce Maria da SILVA	005
MONITORAMENTO DA INTEGRIDADE ESTRUTURAL	Lucas Andrade NUNES Beatryz Cardoso MENDES	006

SUMÁRIO TRABALHOS PÓS GRADUAÇÃO

Título	AUTORES	NUMERO
As possíveis repercussões do cotidiano do programa de residência no processo de adoecimento dos profissionais residentes	Danúbia Mariane Barbosa Jardim, Gabriella Duellis Madureira	001
Museu Nacional: uma reflexão da experiência metodológica criativa entre docente e discente para o ensino projetual arquitetônico	DIANA AMORIM DOS SANTOS DA SILVA e ROMULO AUGUSTO PINTO GUINA	002
AValiação DA QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL E JOVEM DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO – MG	Adriana de Freitas Soares, Samilla Delgado Antunes, Fernanda Mara Fernandes	003
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS ATUAIS	Alessandra SOARES ,Denise Soares ARAÚJO,Graziella Martins de MENDONÇA,Maria Edvânia dos SANTOS, Roziane Aparecida de Couto Pereira de ALMEIDA	004
METODOLOGIAS ATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: TECNOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO	Ricardo Resende Bersan, Raphael Fontes Cloux	005
PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES MEDIADAS POR TECNOLOGIAS DURANTE A PANDEMIA DO Sars-CoV-2 – RELATO DE EXPERIÊNCIA	Gustavo Oliveira GONÇALVES Jorge Gomes Goulart FERREIRA Jéssica Mabelle de SOUZA	006
PERCEPÇÃO SOBRE INFECÇÃO URINÁRIA: uma abordagem terapêutica	Fernanda Mara Fernandes ,Emanuel de S. Braga ,Adriana de Freitas Soares	007
CONSUMO ALIMENTAR PRÉ-EXERCÍCIO E USO DE SUPLEMENTOS POR CICLISTAS AMADORES	Mariana de Melo CAZAL ,Adonias Ribeiro de SOUZA,Tassiana Aparecida HUDSON	008
Treinamento físico como ferramenta para melhorar qualidade de vida, capacidade funcional e sarcopenia em pacientes com cirrose hepática	Rosa V D Guerrero, Janaina B Moreira, Pedro A C Mira, Mateus C Laterza ¹ , Natália Portela	009

TRABALHOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

A CARACTERÍSTICA FENOTÍPICA DE UM MODELO MURINO DA DOENÇA DE HUNTINGTON

MARCOS VINICIUS SANTANA DOS SANTOS (marcos201110@hotmail.com); JESSICA MABELLE DE SOUZA (jessicamabelle90@gmail.com).

1. Curso de Biomedicina; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – Belo Horizonte - MG, 31744-007

Palavras Chaves: Doença de Huntington, modelo murinho, knock-in

INTRODUÇÃO: A doença de Huntington (DH) é uma doença hereditária dominante caracterizada por uma desordem neurodegenerativa progressiva do corpo estriado envolvendo outras regiões, causando manifestações motoras, cognitivas e psiquiátricas. Uma vez descoberta a mutação no gene da huntingtina (htt), caracterizada pela expansão instável das repetições de CAG, em 1993 vários modelos de camundongo de HD surgiram no intuito de estudar a doença e achar respostas consolidadas aos questionamentos que se referem a doença [1,2]. Indivíduos que não expressão a huntingtina mutada (mhtt) possuem uma repetição polyQ de 35 ou menos, já aqueles que expressão a mhtt resulta em uma expansão polyQ maior do que 39 resíduos. Três abordagens genéticas para criar modelos murinos foram desenvolvidas com grande potencial de investigação terapêutica. knockout, transgênicos e knock-in. Modelos Knockout demonstram a importância da htt na embriogênese e atividade neuronal, modelos transgênicos são aqueles em que o gene da mhtt é inserido no camundongo. Já os modelos Knock-in (KI) são os mais fidedignos as condições humanas, isso por que, ele apresenta duas cópias do gene nativo da htt se assemelhando mais aos humanos [1,2]. **MATERIAL E METODOS:** Através de uma revisão bibliográfica pretende-se avaliar a importância dos modelos murinos KI usados em estudos da Doença de Huntington. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O modelo animal Knock-in com 188 repetições de CAG chamado de zQ175 tornou-se de grande ganho científico já que modelos KI com menores repetições tiveram uma expressão fenotípica leve. O cruzamento entre camundongos zQ175 geram modelos homocigotos ou heterocigotos para a mutação. Modelos homocigotos apresentam um fenótipo precoce da DH, logo a partir dos 2 meses, já os heterocigotos demonstraram seu fenótipo a partir do 4 mês. Neste modelo é evidente a perda de peso corporal, diminuição do volume córtico-estriatal e hiperexcitabilidade estriatal.[3] Em comparação com modelos knockout, transgênicos e knock-in, é evidente o destaque dos KI sendo de grande importância no contexto da DH. **CONCLUSÃO:** Levando em consideração os diferentes modelos e sua importância científica, não se tem um modelo totalmente fidedigno ao fenótipo da DH em humanos. Sendo assim pesquisas de modelos mais autênticos se tornam de grande valor. **AGRADECIMENTOS:** A FAMINAS e ao Laboratório de Neurobioquímica Departamento de Bioquímica e Imunologia ICB-UFMG.

BIBLIOGRAFIA: [1] Menalled, Liliana B. "Knock-in mouse models of Huntington's disease." *NeuroRx : the journal of the American Society for Experimental Neurotherapeutics* vol. 2,3 (2005): 465-70. doi:10.1602/neurorx.2.3.465. [2] Heng, Mary Y et al. "Early autophagic response in a novel knock-in model of Huntington disease." *Human molecular genetics* vol. 19,19 (2010): 3702-20. doi:10.1093/hmg/ddq285

[3] Menalled, L. B., A. E. Kudwa, S. Miller, J. Fitzpatrick, J. Watson-Johnson, N. Keating, M. Ruiz, R. Mushlin, W. Alosio, K. McConnell, D. Connor, C. Murphy, S. Oakeshott, M. Kwan, J. Beltran, A. Ghavami, D. Brunner, L. C. Park, S. Ramboz and D. Howland (2012). "Comprehensive behavioral and molecular characterization of a new knock-in mouse model of Huntington's disease: zQ175." *PLoS One* 7(12): e49838.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.02.00.00-5 – Genética

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

ENTOMOFAUNA CAPTURADA COM PAN TRAPS EM CULTIVO DE MARACUJÁ

Carlos Eduardo Morando Faria **FERREIRA** (IC- ferreira.morando@gmail.com)¹, Marlon **LOUZADA** (IC)¹, Rúido de Paiva **FERREIRA** (PQ)²

- 1- Discentes do Curso de Ciências Biológicas UEMG-Carangola
2- Professor Orientador

Palavras-chave: insetos, *Passiflora edulis*, fruticultura.

INTRODUÇÃO: Os insetos podem ser polinizadores, pragas ou predadores de pragas agrícolas e podem ser capturados por métodos ativos ou passivos, como o uso das armadilhas *pan traps* (pratos coloridos dispostos nos solos) [1]. As *pan traps* são um método simples, replicável, de baixo custo para estudos de diversidade de entomofauna, porém a cor das armadilhas pode interferir na captura de insetos. Esse estudo determinou a riqueza de ordens de insetos em relação a cor da *pan trap*. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Um cultivo de maracujá (cerca de 200 m²) foi amostrado quinzenalmente nos meses de julho a agosto. Dez armadilhas *pan traps* nas cores amarela, azul, branca e rosa foram disponibilizadas em campo. Uma solução açucarada com detergente foi colocada em cada armadilha, e estas expostas durante 24h. Em seguida, os insetos capturados foram coletados, conservados em álcool 70%, identificados ao menor nível taxonômico possível. O esforço amostral foi de 3840 horas/armadilha. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Duas classes de Arthropoda foram coletadas: Arachnida (N=3 espécimes) e Insecta (344 espécimes). Aranae foi representada apenas pela ordem Aracnidea, e Insecta, por sete ordens. A ordem de Insecta mais frequente foi Diptera (298 indivíduos), seguida por Hymenoptera (13 indivíduos) e Coleoptera (N=11 espécimes). Menos frequentes foram Lepidoptera (10 indivíduos), Hemiptera (8 indivíduos) e Tissanoptera (3 indivíduos). Apenas um espécime de Blattaria foi capturado. Neste estudo e em outros realizados em paisagens agrícolas com *pan traps* coloridas, as ordens mais abundantes foram Diptera e Coleoptera [2]. O maracujá (*Passiflora edulis*) possui nectários extraflorais, a secreção de compostos açucarados pela planta pode manter os forrageadores locais, e assim as *pan traps* permitem acessar essa fauna residente, mesmo na ausência de floração da planta [3]. A *pan trap* amarela obteve maior sucesso de captura de 57,84% de espécimes pertencentes a 7 ordens de insetos. A ordem mais abundante nesta armadilha foi Diptera (N=170 espécimes), seguida de Hymenoptera (N=11 espécimes) e Coleoptera (N=6 espécimes). A armadilha branca foi a segunda com maior sucesso de captura (21,5% espécimes pertencentes a 5 ordens). As ordens mais frequentes foram Diptera (N=62 espécimes), Lepidoptera (N=5 espécimes), Coleoptera, Thysanoptera e Hemiptera foram representadas por, no máximo, cinco espécimes cada. As armadilhas azuis e rosas coletaram menos espécimes, pertencentes a cinco e três ordens, respectivamente. Blattaria foi coletada exclusivamente na armadilha amarela. A combinação de cores das *pantraps*, em estudos de entomofauna a longo prazo, podem reduzir os efeitos da variação da disponibilidade de recursos florais em campo em relação ao sucesso de captura [4]. Nosso estudo registrou maior eficiência da *pan trap* amarela tanto na riqueza de Insecta (N=7 ordens) quanto na abundância dos espécimes (57%). A amostragem de abelhas (Hymenoptera) por meio das *pan traps* revelam uma maior riqueza em relação à coleta ativa, contudo, os resultados referentes a atratividade da cor das *pan traps*, ainda são inconclusivos [5]. **Conclusão:** Dentre as cores analisadas a *pan trap* amarela se mostrou mais eficiente para amostrar as ordens de Insecta, contudo, o uso combinado de armadilhas é recomendado em estudos com entomofauna. **Referência Bibliográfica:**[1] VRDOLJAK, S. M.; SAMWAYS, M. J. Optimising coloured pan traps to survey flower visiting insects. *J. Insect Conserv.*, v. 16, n. 3, p. 345-354, 2012.[2] DOS SANTOS, E. et al. Diversidade Populacional de insetos na cultura de feijão caupi (*Vigna unguiculata* L., Fabaceae). *Diversitas Journal*, v. 5, n. 2, p. 705-717, 2020.[3] BERALDO, J.; KATO, E.T. M. Morfoanatomia de folhas e caules de *Passiflora edulis* Sims, Passifloraceae. *Rev. Bras. Farmacogn.*, v. 20, n. 2, p. 233-239, 2010.[4] Kristen A. B., Kenneth E. W. Potential Bias in Pan Trapping as a Function of Floral Abundance. *J. Kansas Entomol. Soc.*, v. 84 n. 2, p. 155-159, 2011.[5] BOYER, K. J., FRAGOSO, F. P., MABIN, M. D., BRUNET, J. Netting and pan traps fail to identify the pollinator guild of an agricultural crop. *Scientific Reports*, v. 10, n. 1, p. 1-11, 2020.

MODELAGEM COMPARATIVA E VALIDAÇÃO DA SERINE/ARGININE PROTEIN KINASE (SRPK) DE *Leishmania infantum*

Giovanna L. **MARQUES** (IC – giobiomed@outlook.com)¹, Nickolas F. **LOPES** (IC)¹ e Christiane **MARIOTINI-MOURA** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor
Universidade de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Bioinformática, proteínas, SRPK

INTRODUÇÃO: SRPK (*Serine/ Arginine Protein Kinase*) é uma das principais famílias de kinases que participam da regulação da expressão gênica em eucariotos superiores. Diversas SRPKs já foram descritas em humanos, porém em tripanosomatídeos pouco se conhece sobre sua função [1,2]. Em *Leishmania infantum* existem duas sequências putativas, ou seja, sem validação bioquímica, portanto, o estudo *in silico* dessas kinases pode fornecer dados importantes para futuros estudos sobre essas proteínas em parasitos [3]. O objetivo é criar um modelo tridimensional da SRPK de *L. infantum*, com base na homologia com proteínas validadas e com estrutura resolvida por cristalografia, a fim de realizar busca por inibidores. A leishmaniose visceral é responsável por 500.000 novos casos e 50.000 mortes por ano em todo o mundo, para a qual o tratamento ainda é tóxico, prolongado e de alto custo, dessa forma torna-se imprescindível o estudo de novos alvos para abordagens terapêuticas. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma busca por sequências homólogas a sequência alvo SRPK de *L. infantum* utilizando o BLASTp no banco de dados do PDB e sequências do PyMOL, no qual as sequências selecionadas foram alinhadas utilizando o software MEGA. Posterior a análise e truncagem da sequência alvo, essa teve sua estrutura tridimensional gerada a partir do SWISS-MODEL, no qual foi avaliada pelas ferramentas PROCHECK, ERRAT E VERIFY3D [4]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise realizada no BLASTp com sequências do PDB, foram escolhidas 10 sequências de interesse, entre as quais foi selecionada a sequência 4WUA (estrutura cristalizada da SRPK1 humano complexado com o inibidor SRPIN340). Tendo selecionadas as 4 sequências de interesse que são: SRPK *human*, SRPK de *L. infantum*, sequência selecionada no PDB (4WUA) e a sequência 4WUA resolvida, exibida no PyMOL, essas foram alinhadas. Após o alinhamento foi possível delimitar os locais ideais de corte na sequência alvo afim de torná-la mais estável e apta para a modelagem. A modelagem realizada no SWISS-MODEL foi feita por homologia utilizando como *template* a sequência 4WUA do PDB. O modelo criado foi avaliado na própria ferramenta do SWISS-MODEL pelo gráfico de *Ramchandran*, que definiu um modelo com 94,57% de resíduos em região favorável. O PROCHECK definiu 90,8% de resíduos em regiões favoráveis; 8,6% de resíduos em regiões adicionais permitidas; 0,3% de resíduos em regiões generosamente permitidas e 0,3% de resíduos em regiões não permitidas. O ERRAT mediu o fator de qualidade do modelo em 93,73, sendo que 5 resíduos tiveram erros, já o VERIFY3D, definiu 92,61% dos resíduos com média de pontuação 3D-1D > = 0,2. **CONCLUSÃO:** As validações do modelo apresentaram resultado positivo, considerando assim este como um modelo favorável para a SRPK de *L. infantum*. O próximo passo será refinar o modelo e a partir dele, avaliar possíveis inibidores, com base na estrutura do SRPIN340, por meio de ancoragem molecular. **REFERÊNCIAS:** [1] - GHOSH, G.; ADAMS, J. A. Phosphorylation Mechanism and Structure of Serine-Arginine Protein Kinases. *FEBS J.*, v. 278, n. 4, p. 587–597, 2011. [2] - DIXIT, A.; SINGH, P. K.; SHARMA, G. P.; MALHOTRA, P.; SHARMA, P. PfSRPK1, a Novel Splicing-related Kinase from *Plasmodium falciparum*. *J Biol Chem.* v. 285, n. 49, p. 38315–38323, dez., 2010. [3] - NAULA, C.; PARSONS, M.; MOTTRAM, J. C. Protein kinases as drug targets in trypanosomes and *Leishmania*. *Biochim Biophys Acta.*, v. 1754, n. 1-2, p. 151-159, dec. 2005. [4] – MESSAOUDI, A.; BELGUITH, H.; BEN HAMIDA, J. Homology modeling and virtual screening approaches to identify potent inhibitors of VEB-1 β -lactamase. *Theor Biol Med Model*, v. 10, n. 22, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

RELAÇÃO ENTRE O AUMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA COM O AUMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

Giovanna L. **MARQUES** (IC – gjobiomed@outlook.com)¹, Nickolas F. **LOPES** (IC)¹, Kayra Pacheco **CURVELO** (IC)¹ e Érica **MANGARAVITE** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor

Universidade de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Fertilização *in vitro*, distúrbio neurológico, correlação.

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro do Autista (TEA) é um distúrbio neurológico que leva a alterações comportamentais, nas interações sociais, interesses repetitivos e restritos [1]. Afeta ambos os sexos, porém há predomínio no sexo masculino [1;2]. Afim de compreender o TEA, diversas fontes causais são estudadas. Dentre elas o aumento das técnicas de Reprodução Humana Assistida (RHA) [2]. Essa técnica tem aumentado consideravelmente nos últimos anos (168% nos últimos 7 anos) [3]. Diversos aspectos de risco na prática de RHA são discutidos. Como os riscos relacionados a maior idade dos progenitores, a infertilidade, e os abortos frequentes que podem influenciar na formação do embrião [3;4]. O objetivo foi avaliar a correlação entre o aumento de casos do TEA e o aumento de RHA no Brasil. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo quantitativo, em que registros de TEA e RHA no Brasil foram avaliados de 2011 a 2017. Análises de estatística descritiva, ANOVA, teste t e de correlação foram realizados considerando o valor de significância de 5%, nos softwares *Rbio* Versão XXX [5] e *Excel* 2013. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao analisar os dados de TEA, a média de casos por anos foi de 779.182 (\pm 13.155) indivíduos, variando de 764.172 (em 2011) a 802.142 (em 2017). Houve predomínio no masculino em todos os anos (teste t, p-valor<0,05%). Entretanto, o coeficiente de variação (CV) indicou decréscimo da variação entre F e M, de 62,49% (2011) a 55,43% (2017). A média de RHA foi de 113 (\pm 28) Bancos de Células e Tecidos Germinativos (BCTGs) que ofertaram serviços de 2011-2017. Os parâmetros de RHA incluem, embriões congelados, embriões doados, oócitos produzidos e outros. Os números de TEA e dos parâmetros de RHA não apresentaram correlação significativa (p>0,05%). A média de taxa de fertilização foi de 74% e a média de clivagem embrionária de 94%, o que indica uma alta taxa de desenvolvimento dos oócitos implantados. Com base nos testes não se pode conferir uma relação entre o número de TEA com o número de serviços de RHA, contudo somente esses dados de RHA podem não ser suficiente para esta comparação. O não fornecimento dos dados de nascido vivos a partir da RHA, como também a não informação do tipo de técnica empregada e a possível suplementação hormonal, são aspectos importante como influenciadores ao desenvolvimento do TEA e não evidenciados [3]. Também não foi possível estratificar o tipo de nascimento (natural ou por fertilização *in vitro*) dos dados de TEA. Poucos estudos abordam as influências a longo prazo das técnicas de RHA, ainda assim, já se foi confirmado a relação da aplicação de métodos de FIV e SPG no desenvolvimento de disfunções neurológica menores e cardiovasculares [3;4]. **CONCLUSÃO:** A correlação entre TEA e número de métodos de RHA não foi significativa, ou por ausência dessa relação ou devido aos dados insuficientes. **REFERÊNCIAS:** [1] - GRIESI-OLIVEIRA, Karina; SERTIE, Andréa L.. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 233-238, jun 2017. [2] - CHASTE, Pauline; LEBOYER, Marion. Autism risk factors: genes, environment, and gene-environment interactions. **Dialogues in Clinical Neuroscience**. V. 14, n. 3, p. 281- 292, 2012. [3] - OLIVEIRA, Letícia S. B. de; PIMENTEL, Karina V. R. I.; SILVA, Gabriella C. R.; CAMPOS, Marina V. F. de; MAIA, Gabriele A. G.; SOUZA, Nathan M.. Autismo em crianças nascidas por fertilização *in vitro*: uma revisão sistemática. **Com. Ciências Saúde.**, v. 26, n. ½, p. 19-28, 2015. [4] - IIU, Liang; GAO, Junwei; CAI, Yulong; WANG, Lian; FAN, Xiaotang. Association between assisted reproductive technology and the risk of autism spectrum disorder in the offspring: a meta-analysis. **Scientific Reports**, V.7, p. 1-8, 2017. [5] - Bhering, L.L. 2017. *Rbio*: A tool for biometric and statistical analysis using the R platform. **Crop Breeding Applied Biotechnology**, 17: 187–190.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

MODELAGEM POR HOMOLOGIA DA POSSÍVEL SRPK DE *Leishmania braziliensis*

Nickolas Franzini **LOPES** (IC-nickolas.franzini@gmail.com)¹, Giovanna Ladeira **MARQUES**¹ e
Christiane Mariotini Moura **VASCONCELLOS** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Modelagem; SRPK; Bioinformática.

INTRODUÇÃO: As leishmanioses são doenças zoonóticas causadas pelos parasitas do gênero *Leishmania*, amplamente distribuídos pelo mundo. O tratamento para estas doenças é feito principalmente com antimoniais pentavalentes e também o antifúngico anfotericina B. Porém, estes medicamentos são tóxicos e possuem um grande leque de efeitos adversos, fazendo assim com que haja abandono do tratamento [1;2]. Assim, a pesquisa por novos métodos de tratamento busca novos alvos farmacológicos, como por exemplo as enzimas *serine-arginine protein kinases* (SRPKs), que em humanos possuem papel importante em processos biológicos. Mas, a presença destas enzimas em *Leishmanias* não é confirmada, assim sendo necessário uma pesquisa mais detalhada, como por exemplo, através de ferramentas de bioinformática [3]. Assim, este estudo tem como objetivo realizar a modelagem por homologia da suposta enzima SRPK de *L. braziliensis* (LbSRPK) para futuramente auxiliar em pesquisas farmacológicas.

MATERIAL E MÉTODOS: Para este estudo, utilizou-se a plataforma do NCBI e RCSB PDB para obtenção da sequência da suposta SRPK e também da enzima, mais indicada, que será utilizada como modelo. Utilizou-se o *software* Modeller para realizar o alinhamento entre as sequências e para a modelagem, mas antes realizou-se o corte da sequência da LbSRK para remover as sequências que não alinharam. Por fim, realizou-se a modelagem por homologia e avaliou-se a qualidade dos modelos usando PROCHECK, ERRAT e VERIFY 3D. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao obter a sequência da suposta SRPK (XP_001566984.1) e selecionar a enzima modelo para a modelagem (5MY8), realizou-se o alinhamento das sequências e avaliou-se a identidade entre elas (41,16%). Após o alinhamento, cortou-se as sequências que não foram alinhadas, para melhorar a estabilidade da LbSRPK e também aprimorar a modelagem.

Utilizando o Modeller, obteve-se 5 modelos distintos, e ao avaliar-se os modelos no PROCHECK, onde avalia a estabilidade conformacional da estrutura, notou-se que todos os modelos possuíam, de acordo com o gráfico de Ramachandran, mais que 89,2% dos resíduos nas regiões mais favorecidas e menos que 2,1% dos resíduos em regiões não permitidas [4]. Ao avaliar com ERRAT, onde diferencia determinadas regiões corretas e incorretas das estruturas proteicas, obtendo resultados maiores 59,72% em todos os modelos [5]. Já, ao avaliar pelo VERIFY3D, que avalia a qualidade do modelo pela comparação da compatibilidade entre a estrutura tridimensional (3D) do modelo e a estrutura primária da proteína (1D), observou-se que apenas o modelo 3 possui menos de 80% dos resíduos com uma média de 3D-1D maior ou igual a 0,2, demonstrando a baixa qualidade deste modelo [6]. **CONCLUSÃO:** Assim, pode-se concluir que, exceto o modelo 3, todos os modelos possuem alta qualidade e podem ser utilizados para futuros estudos de ancoragem molecular *in silico* e assim auxiliar em futuras pesquisas de novos fármacos para tratamento da leishmaniose, usando as enzimas SRPKs como alvos. **REFERÊNCIAS:** [1] – SILVEIRA, F. T.; LIMA, L. V. R.; SANTOS, T. V.; RAMOS, P. K. S.; CAMPOS, M. B.. Revendo a trajetória da leishmaniose visceral americana na Amazônia, Brasil: de Evandro Chagas aos dias atuais. *Rev Pan-Amaz Saude*, Ananindeua, v. 7, p. 15-22, dez. 2016. [2] – BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. [3] – WU, P.; NIELSEN, T. E.; CLAUSEN, M. H. Small-molecule kinase inhibitors: An analysis of FDA approved drugs. *Drug Discov. Today*, v. 21, n. 1, p. 5-10, jan. 2016. [4] – LASKOWSKI, R. A.; MACARTHUR, M. W.; MOSS, D. S.; THORNTON, J. M. PROCHECK a program to check the stereochemical quality of protein structures. *J Appl Crystallogr*, v. 26, p. 283-291, 1993. [5] – COLOVOS, C.; YEATES, T. O.. Verification of protein structures: patterns of nonbonded atomic interactions. *Protein Sci.*, v. 2, p. 1511-1519, 1993. [6] – BOWIE, J. U.; LÜTHY, R.; EISENBERG, D.. A method to identify protein sequences that fold into a known three-dimensional structure. *Science*, v. 253, p. 164-170, jul. 1991.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

AVALIAÇÃO DE INFECÇÕES URINÁRIAS CAUSADAS POR MICOBACTÉRIAS EM UM HOSPITAL GERAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Jéssica Pereira de **ALMEIDA** (IC-jessica.p.almeida@hotmail.com)¹, Natasha Delaqua **RICCI** (PQ)², Silvana Spindola de **MIRANDA** (PQ)³, Isabela Neves de **ALMEIDA** (PQ)^{2,3}

1. Curso de Biomedicina; 2. Professores Faminas-BH; 3. Pesquisadores Externos^{1,2}Faculdade de Minas (FAMINAS-BH). Belo Horizonte – MG, Brasil. ³Laboratório de Pesquisa em Micobactérias da Faculdade de Medicina da UFMG - Belo Horizonte – MG, Brasil.

Palavras-chave: Micobactérias. Infecções Urinárias. Tuberculose Urinaria.

INTRODUÇÃO: As micobactérias são microrganismos capazes de causar diversos processos infecciosos em humanos tais como infecções pulmonares, infecções nos linfonodos, infecções na pele e infecções urinárias [1]. Uma das principais infecções causadas por micobactérias é a tuberculose (TB). A TB pode apresentar a forma pulmonar e a formas extrapulmonares [2]. A forma extrapulmonar quase sempre é consequente da disseminação do *Mycobacterium tuberculosis* (*M. tuberculosis*) a partir do foco pulmonar. As formas extrapulmonares mais comuns são a TB pleural, ganglionar, urinária e osteoarticular [3]. As micobactérias podem causar Infecções do Trato Urinário (ITU), estas devem ser consideradas especialmente em situações de piúria, urinocultura persistentemente negativa, hematúria microscópica e em casos de pacientes que não respondem a antibioticoterapia convencional [4]. A TB urinária é uma das formas extrapulmonares mais graves, diante da dificuldade do diagnóstico que acontece tardiamente e sem o tratamento precoce a infecção pode causar sequelas importantes, como insuficiência renal [5]. O presente estudo tem por objetivo avaliar a frequência de infecções urinárias causadas por micobactérias em hospital geral de alta complexidade. **MATERIAL E MÉTODOS:** A partir do banco de dados do Laboratório de Pesquisa em Micobactérias da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (LPM/UFMG), foi realizado um estudo retrospectivo de conveniência realizado no período de 2008 a 2018. Os dados analisados correspondem a 737 amostras de cultura de urina provenientes de pacientes de um Hospital Geral de Alta complexidade. (Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG: CAAE: 95206318.3.0000.5149, e CAAE: 93672218.8.0000.5149). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisadas 737 culturas onde 12,8 % apresentaram culturas positivas para micobactérias sendo 28% identificadas como *Mycobacterium tuberculosis* e 72% identificados como micobactérias não tuberculosas, realizados análise morfológica e testes bioquímicos para diferenciação, porém somente 35% foram confirmados para Tuberculose Urinária. A maior parte das infecções identificadas foram causadas pelo *M. tuberculosis*. Ressaltamos a importância do diagnóstico correto e precoce para evitar desfechos desfavoráveis e a aplicação terapia específica para melhora dos sintomas e minimização das sequelas. **CONCLUSÕES:** Apesar da baixa frequência das infecções urinárias causadas por micobactérias, os achados são importantes por se tratar de um Hospital Geral de Alta complexidade e devido a magnitude o fato de que as frequências dessas infecções devem ser constantemente monitoradas. **AGRADECIMENTOS:** A equipe do Laboratório de Pesquisa em Micobactérias da Faculdade de Medicina da UFMG pelo apoio aos estudantes e professores, e a Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) pelo apoio concedido. A Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose (REDE-TB), e as agências de fomento que financiaram esta pesquisa: FAPEMIG: Processo: CDS - APQ-03266-13 e CNPQ: 446796/2014-0. **BIBLIOGRAFIA:** [1] WILDNER, L.M. ET AL. Micobactérias: Epidemiologia E Diagnóstico. *Revista De Patologia Tropical*, Florianópolis, v.40 n.3, p. 207-229,2011. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil / Ministério da Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 284 p.il. [3] PROCÓPIO, Maria José (Org.) Controle da tuberculose: uma proposta de integração ensino-serviço. 7 ed. Rio de Janeiro: Ed FIOCRUZ, 2014. [4] GROSSMAN, E.; CARONI, M.M. Infecção urinária na adolescência. *Adolesc Saúde*, Rio de Janeiro, v.6, n.4, p.41-47, 2019. [5] SILVA, D.R. ET AL. Características clínicas e evolução de pacientes imunocomprometidos não HIV com diagnóstico intra-hospitalar de tuberculose. *JBras Pneumol*, São Paulo ,v. 36,n. 4, p. 475-484, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

ATUAÇÃO DO BIOMÉDICO COMO ASSESSOR CIENTÍFICO E SUA IMPORTÂNCIA NA PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE QUALIDADE NOS LABORATÓRIOS CLÍNICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Clara Ênia Soares de PAIVA (claraenya@hotmail.com) (IC)¹; Cristiano Martins Alvim CAMBRAIA (PQ)²; Gustavo Oliveira GONÇALVES (PQ)³

1. Curso de Biomedicina; 2. Orientador externo - Labtest Diagnóstica S.A;
3. Professor Orientador.

Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: *Biomedicina; Assessoria Científica; Controle de Qualidade.*

APRESENTAÇÃO: O Biomédico é um profissional que possui formação ampla, com competência para atuar em 31 habilitações [1], dentre elas as Análises Clínicas que permite realizar atividades nas diferentes etapas do laboratório clínico. A partir desse *background*, uma das áreas ocupadas por este profissional é a Assessoria Científica, interna ou externa ao laboratório. Diante disto, este trabalho pretende descrever a atuação do profissional biomédico como assessor científico e demonstrar a importância deste na promoção e manutenção do controle da qualidade no laboratório clínico. Trata-se de um relato da experiência adquirida durante o estágio extracurricular realizado na Assessoria Científica na maior indústria brasileira do segmento de diagnóstico *in vitro*. **DESENVOLVIMENTO:** O assessor científico é o profissional responsável pelo suporte técnico-científico aos clientes, além de realizar homologação, divulgação e instalação de equipamentos laboratoriais comercializados pela indústria de biotecnologia para o diagnóstico *in vitro*. Na sua atuação, participa também da elaboração de documentos, realização de treinamentos, execução de testes em reagentes e equipamentos para análise crítica de desempenho. Para garantir a qualidade, segurança e confiabilidade dos resultados liberados no laboratório clínico, é necessário a realização de validação, controle interno e externo da qualidade, conforme regulamentação. O conhecimento do assessor científico no controle de qualidade laboratorial deve ser extenso e o aprendizado deve ser contínuo, já que levará aos clientes (laboratórios, hospitais, centros de promoção de saúde) a orientação de como operar os equipamentos, validar novas metodologias e sistemas, implementar o controle de qualidade, executar rotineiramente os processos relacionados à gestão da qualidade e solucionar problemas referentes à automação, insumos e reagentes. A atuação deve ser sempre interdisciplinar já que é a oportunidade de aliar os conteúdos voltados para as análises clínicas, gestão da qualidade, estatística em saúde e atendimento ao cliente, demonstrando a importância do ensino destas disciplinas durante a graduação. A experiência no departamento de Assessoria Científica reforçou, em diversos momentos, a necessidade da compreensão do acompanhamento, interpretação e análise de ferramentas de controle de qualidade, principalmente em equipamentos de automação e em processos relacionados à fase analítica. A necessidade do cliente, muitas das vezes está relacionada ao auxílio na interpretação e análise dos gráficos de Levey-Jennings com aplicação das múltiplas regras de Westgard para solução de inadequações ocorridas na rotina diária. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Biomédico é um profissional completo, dentro do foco de análises clínicas, as competências apresentadas por este profissional preenche todos os requisitos para ocupação dos cargos relacionados à assessoria científica. Sendo uma área compatível com a atuação do Biomédico é responsabilidade da instituição de ensino apresentar aos alunos esta possibilidade de atuação como uma alternativa à tradicional ocupação na bancada de laboratórios clínicos. A apresentação dessa ocupação aos profissionais em formação, leva a representação da gama de oportunidades existentes no mercado, e além de enriquecer a formação destes alunos, ainda o torna mais preparado para sua inserção no mercado profissional. **AGRADECIMENTOS:** À Labtest Diagnóstica S.A. que proporcionou o conhecimento e realização das atividades do assessor científico durante o estágio extracurricular e à FAMINAS BH por todo conhecimento e atividades realizadas durante a graduação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA. Áreas de Atuação. Disponível em: < <https://cfbm.gov.br/habilitacao/>>. Acesso em: 30 ago 2020.

O PROFISSIONAL BIOMÉDICO NA GESTÃO DA QUALIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luma Clara Martins COSTA (luma.clara.costa@gmail.com) (IC)¹; Davidson Barbosa da SILVA(PQ)²; Edvania Alves SILVA(PQ)² Gustavo Oliveira GONÇALVES (PQ)³

1. Discente do curso de Biomedicina; 2. Orientador externo; 3. Professor Orientador. Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: *Estágio em Biomedicina; Gestão da Qualidade; Laboratório.*

APRESENTAÇÃO: A gestão da qualidade nas diferentes fases do laboratório é realizada com a utilização de procedimentos padronizados e documentados, fazendo com que a organização melhore os processos e com isto, minimize os erros, reduza os custos e libere resultados fidedignos. Visando a garantia da qualidade dos exames, todo laboratório clínico deverá atender minimamente os requisitos da RDC 302/2005 que é a legislação para funcionamento destes. Adicionalmente, aqueles laboratórios que buscam um diferencial no mercado e se preocupam com a qualidade, implantam um sistema de gestão baseado em normas de certificação e acreditação. Dentre as várias normas, têm-se o Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos (PALC), que, a partir de uma auditoria externa, avalia o atendimento aos requisitos, que, estão intimamente ligados à melhoria contínua dos processos, a satisfação do cliente e a sustentabilidade institucional em todas as áreas do laboratório [1]. Este trabalho tem como objetivo descrever a atuação do profissional biomédico no setor de Qualidade do laboratório clínico. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato da experiência, que descreve a rotina vivenciada por uma aluna, do curso de Biomedicina, ao desenvolver o estágio extracurricular no Laboratório Oswaldo Cruz. **DESENVOLVIMENTO:** Um gestor da qualidade deve ter competências de planejamento, coordenação, organização, controle, decisão e educação continuada, com a finalidade de gerenciar processos [1]. O profissional biomédico possui em sua formação acadêmica a base para atuação nas diferentes áreas do laboratório e, as competências adquiridas durante o extracurricular, possibilitam o conhecimento dos requisitos da norma PALC e legislações, já que na rotina diária é constante auxílio nas adequações dos documentos e processos. Dentre as atividades propostas pelo plano de estágio extracurricular, é realizado acompanhamento de auditorias internas e externas, gerenciamento de documentos, gerenciamento das não conformidades e proposta de ações de melhoria. Além disto é realizado auxílio na gestão da qualidade analítica (validação de sistemas analíticos, aplicação dos controles externos – proficiência e controle interno - comparabilidade de microscopia). No dia-a-dia todo trabalho é acompanhado pelo gestor da área que aplica as diferentes ferramentas da qualidade, como por exemplo, 5 porquês, diagrama de causa e efeito, plano de ação, dentre outras. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Adquirir conhecimento sobre o sistema de gestão da qualidade tem se tornado de extrema importância para o ingresso no mercado de trabalho, devido a exigências cada vez maiores dos vários laboratórios e empresas no segmento das Análises Clínicas. Atuar em um estágio na gestão da qualidade agrega muito valor aos estudantes de Biomedicina, pois é possível desenvolver competências gerenciais. A junção entre o conhecimento adquirido durante a formação acadêmica, atrelada às demais competências desenvolvidas no estágio torna o futuro profissional mais qualificado, com habilidades extras, senso crítico e mais preparado para o mercado de trabalho. **AGRADECIMENTOS:** Ao Laboratório Oswaldo Cruz que me proporcionou a oportunidade de conhecimento e atuação das atividades na área da qualidade, com a qual tenho me identificado bastante, e à FAMINAS BH e a todos os professores por todo conhecimento, atividades realizadas durante a graduação, e todo incentivo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KAIM, Maiara; FISCHER, Vanusa Braz; COMPARSI, Bruna. Ações de Melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório Clínico Escola de Biomedicina. REVISTA SAÚDE INTEGRADA, v. 12, n. 24 (2019).

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

**AValiação DA ROTULAGEM NUTRICIONAL DE BEBIDAS INDUSTRIALIZADAS
COMERCIALIZADAS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG**

Emanuel de S. **BRAGA** (IC – es5487500@gmail.com)¹, Izadora L. da R. F. **GONÇALVES** (IC)¹,
Eduarda B. G. **PEREIRA** (IC)¹, Lariana **MASSI** (IC)¹ e Bruna L. **NOGUEIRA** (PQ)²
1. Curso de Biomedicina 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -
MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: sódio, açúcar, refrigerantes, sucos, bebidas à base de soja.

INTRODUÇÃO: No Brasil, observa-se um aumento exacerbado no consumo de alimentos líquidos, como sucos, néctares e refrigerantes [1]. O consumo destas bebidas associado a hábitos alimentares inadequados causa um aumento no risco de doenças metabólicas e cardiovasculares, como obesidade, diabetes e hipertensão arterial [2]. A OMS recomenda que o consumo de sódio não deva ultrapassar 2000mg/dia e que somente 5% da ingestão calórica total diária seja proveniente de açúcares (aproximadamente 25g) [3,4]. Em contrapartida, bebidas à base de soja são ricas em proteínas, fibras, vitaminas e minerais, sendo uma ótima opção para vegetarianos e alérgicos ao leite de origem animal [5]. O objetivo do trabalho foi avaliar o teor de sódio e açúcares presentes em bebidas industrializadas não alcoólicas. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo do tipo observacional e descritivo, realizado através da avaliação de rótulos de vários tipos de bebidas industrializadas não alcoólicas coletadas em supermercados da cidade de Muriaé–MG. Foram analisadas 53 amostras: refrigerantes (n=17), sucos de caixinha (n=23), sucos concentrados (n=9) e bebidas à base de soja (n=4), sendo investigados os teores de sódio e açúcares declarados nas embalagens. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A Anvisa considera uma bebida com baixa quantidade de açúcares aquela que apresenta, no máximo, 5g por porção, e bebida com baixo teor de sódio aquela que possui teor igual ou inferior a 80mg por porção [6]. A média das quantidades de açúcares e sódio por porção de 200 mL dos rótulos analisados foram, respectivamente, 18,06g (DP=5,14) e 16,40mg (DP=13,20) para refrigerantes; 5,78g (DP=2,32) e 64mg (DP=76,55) para bebidas à base de soja e 20,55g (DP=10,52) e 14,68mg (DP=23,22) para sucos de caixinha. Para sucos concentrados, os teores médios foram 4,76g (DP=2,17) e 5,5mg (DP=5,23) por porção de 50 mL. Observou-se que 10 amostras (18,87%) exibem baixo teor de açúcares e apenas 2 amostras (3,77%) não contém teor significativo destes. Em contrapartida, 28 amostras (52,83%) possuem mais que o triplo do teor para ser considerado baixo açúcar. Em relação ao sódio, apenas 1 amostra (1,89%) apresenta teor elevado, 5 (9,43%) baixo teor, 29 (54,71%) teor muito baixo e 18 (33,96%) não contém quantidades significativas. **CONCLUSÕES:** A maioria das amostras apresentou teores elevados de açúcar por porção, em contrapartida, exibem teores de sódio baixos, muito baixos e, em algumas amostras, quantidades não significativas. Entretanto, o que faz com que a alimentação seja rica nesses componentes é o seu consumo indiscriminado. Também foi possível observar que as opções mais saudáveis dessas bebidas são os sucos concentrados, que apresentaram os teores mais baixos de sódio e açúcares, mostrando-se assim como uma alternativa mais interessante. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS por proporcionar a realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA, G. L. *et al.* Introdução de refrigerantes e sucos industrializados na dieta de lactentes que frequentam creches públicas. *Revista Paulista de Pediatria*, v.1, n.33, p.34-41, 2014. [2] FRANÇA, J. Q. S.; MARCHIORI, J. M. G. Avaliação do consumo de bebidas açucaradas em universitários da cidade de Bebedouro. *Revista Ciências Nutricionais Online*, v. 2. n. 2, p. 37-41, 2018. [3] SOARES, L. S.; HEBERLE, T.; RODRIGUES, R. S. Avaliação da rotulagem para o teor de sódio em refrigerantes convencional, light e zero. In: Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, 25., 2016, Gramado. *Anais...* Gramado: FAURGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sbctars-eventos/xxvcbcta/anais/files/1399.pdf>>. Acesso em: 19/08/19. [4] OMS. **Diretriz: Ingestão de açúcares por adultos e crianças.** Disponível em: <https://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/ingestao%20de%20acucare%20por%20adultos%20e%20criancas_portugues.pdf?ua=1>. Acesso em: 14/11/19. [5] MERCALDI, J. C. **Desenvolvimento de bebida à base de “leite” de soja acrescida de suco de graviola.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em alimentos e nutrição) – UNESP. São Paulo, 2006, 54 p. [6] BRASIL. ANVISA. Resolução RDC Nº 54, de 12 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 nov. 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL REFERENTE AO TEOR DE SÓDIO DE PRODUTOS LÁCTEOS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Lícia da Silva **PAULA** (IC- liciabji1@gmail.com)¹, Taynara Rodrigues **VIEIRA** (IC)¹, Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

¹Biomedicina, ²Docente *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: laticínios, sal, informação nutricional.

INTRODUÇÃO: Os laticínios são alimentos que possuem alto valor nutricional, por apresentarem quantidades consideráveis de proteínas de alto valor biológico, além de vitaminas e minerais, que são necessários principalmente para a manutenção do crescimento ósseo ao longo da vida e redução do risco de osteoporose [1]. As informações nutricionais devem estar contidas no rótulo de alimentos prontos e serem de fácil compreensão para evitar que tal informação seja falsa, enganosa ou confusa para o consumidor. Essas declarações têm como objetivo auxiliar na escolha da alimentação do indivíduo, que é de suma importância para seu bem-estar e saúde [2]. Esse estudo tem como objetivo analisar o teor de sódio de produtos lácteos comercializados na cidade de Muriaé-MG, por meio da rotulagem nutricional. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizado um estudo observacional descritivo em novembro de 2019, sobre o teor de sódio declarado nos rótulos dos produtos lácteos. Os rótulos dos produtos avaliados foram coletados em estabelecimentos comerciais do município de Muriaé-MG. Analisou-se o teor de sódio declarado nos rótulos dos seguintes produtos: bebidas lácteas (N=5), iogurtes (N=32), requeijões (N=15) e queijos (N=27) para a verificação quanto à quantidade máxima de sódio permitida pela legislação vigente. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Todos os rótulos avaliados apresentaram as informações nutricionais organizadas em forma de tabela, variando em dois modelos (modelo vertical A e vertical B), ambos aprovados pela legislação [2]. Para ser considerado “baixo sódio”, uma porção de 200g ou 200mL do produto deve conter, no máximo, 80mg por porção desse mineral. No caso de porções iguais ou inferiores a 30g, o valor máximo permitido é de 48mg [3]. Os teores de sódio dos iogurtes variaram de 52 a 166mg por porção, sendo que 18,8% (N=6) podem ser classificados como baixo teor de sódio. Nas demais categorias, nenhum produto se enquadrou na especificação baixo sódio. Observou-se que 80,0% (N=15) das amostras de requeijão e 51,9% (N=27) dos queijos apresentaram mais que o triplo da quantidade máxima permitida para o produto ser considerado baixo teor de sódio. Uma amostra de queijo apresentou 480mg de sódio por porção de 30g, ou seja, dez vezes o valor recomendado para baixo sódio. **CONCLUSÃO:** Dentre as categorias de produtos analisadas, somente algumas amostras de iogurte apresentaram baixos teores de sódio. A maioria dos produtos apresentou elevadas concentrações desse componente, destacando-se as categorias queijo e requeijão, em que a maior parte das amostras apresentou mais que o triplo da quantidade máxima permitida para o produto ser considerado baixo teor de sódio. **AGRADECIMENTOS:** A professora Bruna por todo o ensinamento e ao UNIFAMINAS por proporcionar a realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FERREIRA, C. T. P. A. et al. Benefícios nutricionais compostos no leite e seus derivados para a população geriátrica. *Revista Brasileira de Agrotecnologia*, v.7, n.1, p.122-125, 2017. [2] CAVADA, G. S. et al. Rotulagem nutricional: você sabe o que está comendo? *Brazilian Journal of Food Technology*, Campinas, v. 15, n. spe, p. 84-88, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bjft/v15nspe/aop_bjft_15e0115.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019. [3] BRASIL. ANVISA. Resolução RDC Nº 54, de 12 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 nov. 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

DETERMINAÇÃO PRÉ-NATAL DO SEXO FETAL PELA ANÁLISE DO DNA NO PLASMA MATERNO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE PCR EM TEMPO REAL A PARTIR DA 10ª SEMANA DE GESTAÇÃO

Karina Lugão **Moraes** (karina-lugao@hotmail.com)¹, Fabricio Antônio Ferreira **Martins** (fabrmartins1922@gmail.com)² Rodrigo Pratte **Santos** (rodrigopratte@hotmail.com)³

1. Curso de Biomedicina 2. Coorientador Cremasco Medicina 3. Professor Orientador Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo - Faculdade PIO XII- 29146330 – Cariacica - ES

Palavras-chave: Sexo fetal, qPCR, cromossomo Y.

INTRODUÇÃO: As técnicas não invasivas vêm se desenvolvendo ao decorrer do tempo, como métodos muito almejados para diagnóstico [1]. Quando relacionado à gravidez, podemos desde cedo saber o sexo fetal, assim sendo muito eficaz para as mulheres com risco de doenças relacionadas ao sexo. Sendo a determinação do sexo fetal através do DNA circulante no plasma materno uma técnica não invasiva e mais segura para o feto em relação a outras metodologias como amniocentese, cordocentese e biópsia de vilosidades coriônicas, que possuem riscos significativos [2]. Com o uso da Reação em cadeia da Polimerase (PCR) pode-se amplificar as sequências de DNA específicas para o cromossomo Y [3]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram coletadas duas amostras sanguíneas de pacientes que realizaram o exame de sexagem fetal pelo Laboratório Cremasco Medicina Diagnóstica a partir da 10ª semana de gestação no período de janeiro de 2019 a outubro de 2019. A extração de DNA foi realizada por meio de kit comercial (QIAamp MinElute Virus Vacuum), que compreende uma tecnologia bem estabelecida para purificação de DNA e RNA. Para a reação de PCR em tempo real (qPCR) utilizou-se 2 µl de DNA extraído anteriormente e 18 µl de reação contendo 9 µl de Quantiplex Pro RGQ Reaction Mix e 9 µl de Quantiplex Pro RGQ Primer Mix. Para a análise é utilizado o equipamento Rotor- Gene Q com o *software* Q-Rex. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Das 46 amostras analisadas, uma amostra foi descartada devido a um aborto antes mesmo da confirmação do exame. Com o restante das 45 amostras, 44 foram confirmadas e uma foi divergente, resultando em 75% de assertividade no n total de 14 semanas e 100% nas demais semanas de gestação. **CONCLUSÕES:** Os resultados encontrados no presente estudo são compatíveis com os de outras literaturas, onde o percentual de assertividade é superior a 97% [4]. Essa técnica pré-natal pode auxiliar em várias doenças genéticas relacionadas ao cromossomo X, como é o caso da síndrome do X-frágil e hemofilia. O diagnóstico precoce pode amenizar a ansiedade dos pais que possuem um risco genético reprodutivo. O exame é de valiosa importância em caso de risco de recorrência de hiperplasia adrenal congênita, quando se é utilizado corticosteroide terapia como profilaxia no início da gestação para prevenir a possível virilização de fetos femininos. No caso de fetos do sexo masculino, não há necessidade de tratamento, evitando o uso desnecessário da medicação que pode causar efeitos para a gestante.

BIBLIOGRAFIA: [1] LEVI, José Eduardo; WENDEL, Silvano; TAKAOKA, Deise Tihe. Determinação pré-natal do sexo fetal por meio da análise de DNA no plasma materno. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 25, n. 9, p. 687–690, 2003. [2] EVANS MI, Wapner RJ, editors. Invasive prenatal diagnostic procedures 2005. **Seminars in perinatology**; 2005: Elsevier. [3] PERTL, Barbara; BIANCHI, D. W. Fetal DNA in maternal plasma: Emerging clinical applications. **Obstetrics and Gynecology**, v. 98, n. 3, p. 483–490, 2001. [4] MARTINHAGO, Ciro Dresch et al. Determinação precoce do sexo fetal pela análise do DNA no plasma materno. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 28, n. 3, p. 190–194, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.02.00.00-5 - Genética

LEISHMANIOSE VISCERAL E SUA PREVALÊNCIA NAS REGIÕES SUDESTE E NORDESTE DO BRASIL

Emanuel de Souza **BRAGA** (IC – es5487500@gmail.com)¹, Jéssica Miranda **PEDROSA** (IC)¹, Laysa Garcia **MARTINS** (IC)¹, Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)².

¹Biomedicina; ²Docente Centro Universitário Unifaminas – UNIFAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG.

Palavras-chaves: Parasitose, leishmaniose, cão, saúde pública.

APRESENTAÇÃO: A Leishmaniose Visceral (LV) é uma doença provocada por parasitos do complexo *Leishmania donovani* em várias regiões do mundo. A doença se não tratada é crônica, grave e de alta letalidade, sendo endêmica em vários países em desenvolvimento. O uso de drogas imunossupressoras, a infecção com HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e a desnutrição são fatores que podem aumentar o desenvolvimento da doença [1]. O principal vetor que transmite a LV são os insetos flebotomíneos, sendo que, em ambiente selvagem e rurais as principais fontes de infecção são os animais silvestres como as raposas e marsupiais, já no ambiente urbano a principal fonte de infecção para o vetor é o cão doméstico. Recentemente, em áreas urbanas, vem se expandindo e se tornou um crescente problema de saúde pública no país [2]. O objetivo desse estudo foi analisar o número de casos obtidos no DATASUS, de LV nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, no período de 2008 à 2018. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo do tipo observacional e descritivo, realizado através de um levantamento de dados no DATASUS, sobre o número de casos confirmados de Leishmaniose Visceral nos principais estados das regiões sudeste e nordeste do Brasil, onde os casos da doença apresentam maiores índices. Avaliaram-se dados dos últimos dez anos, correlacionando os fatores que podem influenciar a sua proliferação e contágio. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao analisar as pesquisas feitas sobre os casos confirmados de Leishmaniose Visceral entre os anos de 2008 à 2018 nas Regiões do Sudeste e Nordeste, verificou-se um total de 29.742 casos. Observa-se que no ano de 2008 foram confirmados cerca de 2.749 casos e em 2018, 2429, uma diminuição de 11,64%. Somente nos estados do CE (5.459), MG (5.610), MA (6.353), PI (2330), BA (3.764) e SP (2.221) obteve-se um total de 25.737 casos. Os estados que apresentaram menor número (abaixo de 1.000) foram RJ (72), ES (81), AL (448), PB (444) e SE (653) totalizando 1.698 casos da doença [3]. Em média são registrados 3.500 casos por ano, com incidência de 2 casos para cada 100.000 habitantes [2]. Os casos estão relacionados com problemas de desnutrição, moradia e falta de saneamento básico, além de mudanças climáticas e ambientais, processos de urbanização, redução dos investimentos em saúde, educação, fatores imunossupressores como a infecção pelo HIV e as dificuldades de controle da doença em aglomerados urbanos. O número de pessoas expostas à infecção ou infectadas sem sintomas é em algumas áreas muito maior do que o número de casos detectados [4]. **CONCLUSÃO:** A Leishmaniose Visceral apesar de ter sido contida há alguns anos vem se tornando atualmente um fator alarmante no Brasil. Apesar de que em alguns estados o número de casos apresentaram uma redução, em outros ele tem aumentado. De acordo com os resultados, constatou-se um aumento gradativo do número de casos confirmados nos estados de Ceará, Minas Gerais e Maranhão devido principalmente aos maus hábitos de alimentação e de higiene da população bem como o não tratamento de animais, principalmente os domésticos que podem ser reservatórios da doença. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e a professora Fernanda Mara pelo trabalho realizado. **REFERÊNCIAS:** [1] NEVES, David P.; et al. **Parasitologia Humana**. 11^a ed. São Paulo: Atheneu, 2005. [2] BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Descrição da doença**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/leishmaniose-visceral/11330-descricao-da-doenca>>. Acesso em: 15/01/20. [3] BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. **Sistema de informação sobre a Leishmaniose Visceral**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/leishvbr.def>>. Acesso em: 17/01/20. [4] GONTIJO, C. M. F.; MELO, M. N. Leishmaniose Visceral no Brasil: quadro atual, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v.7, n.3, p.344-345, set. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v7n3/11.pdf>>. Acesso em: 30/01/20.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.13.00.00-3 - Parasitologia
Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

PERCEPÇÃO SOBRE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM UM GRUPO POPULACIONAL.

Emanuel de S. BRAGA (IC – emanuelsouza33@outlook.com.br)¹, Izadora G. dos SANTOS¹,
Fernanda M. FERNANDES (PQ)².

¹Biomedicina; ²Docente

Centro Universitário Unifaminas – UNIFAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG.

Palavras-chaves: Infecção, sexo feminino, trato urinário.

APRESENTAÇÃO: A Infecção do trato urinário (ITU) é caracterizada por um processo infeccioso que pode acometer várias estruturas do sistema urinário, como bexiga, uretra e rins, causando cistite, uretrite, pielonefrite entre outras. Pesquisas revelam que o gênero mais acometido é o sexo feminino, isso se deve principalmente à anatomia da mulher, uma vez que, há uma proximidade maior da vagina com o ânus, além da uretra feminina ser relativamente menor do que a do homem [1]. Vários patógenos podem ser responsáveis por gerar uma ITU, sendo o principal a bactéria *Escherichia coli* [2]. O objetivo desse estudo foi verificar o conhecimento de uma dada amostra populacional sobre tais infecções. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal e descritivo, realizado no mês de agosto/2020 contando com a participação de 79 voluntários que responderam a um questionário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Docs. Foram selecionados apenas aqueles aos quais afirmaram ter idade igual ou superior a 18 anos e que concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Registro Plataforma Brasil – CAAE 61084716.3.0000.5105) **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos estão dispostos na Tabela 1:

		Feminino		Masculino	
		Teve(m) ITU	Não teve(m) ITU	Teve(m) ITU	Não teve(m) ITU
Apresentou algum sinal e sintoma relacionado à ITU?	Símb	3,9%	44,3%	2,6%	100,0%
	Ardência ao urinar	59,5%	16,2%	88,0%	
	Doer ao urinar	22,1%	9,1%	27,7%	
	Cheiro forte	32,9%	16,2%	11,1%	
	Coloração diferente da considerada característica da urina	30,4%	13,7%	22,2%	
Realizou um EAS	Fez	2,6%	0,0%	0,0%	
	Deu na bexiga	0,0%	0,0%	11,1%	
Realizou um EAS	Anualmente	39,58%	63,83%	0%	50%
	Sempre que tem um descrito: ao urinar	23,29%	13,89%	33,33%	0%
	Apenas uma única vez	2,1%	22,78%	11,58%	30%
Utiliza para higiene, após o coito	Banho	5,20%	0%	50,00%	25%
	Uso de papel higiênico	68,49%	90,91%	77,80%	75%
Utiliza para higiene, após o coito	Banho	2,60%	5,10%	0%	10%
	Ducha	29%	0%	11,1%	20%
	Papel higiênico e ducha	0%	0%	11,58%	0%
Consulta o médico?	Sim	63,83%	0%	0%	
	Não	23,60%	100%		
Episódios da patologia por ano	1 a 2 episódios	76,30%	77,80%		
	2 a 3 episódios	21,10%	11,58%		
	5 a 8 episódios	2,60%	11,58%		

Tabela 1: Resultados do questionário (Fonte: dados da pesquisa).

Observou-se que em ambos os sexos, houve uma grande porcentagem de pessoas que tiveram ardência ao urinar (59,5%), cheiro forte (32,9%) e coloração diferente da considerada normal (30,4%). Além disso, quase metade dos 47,4% dos homens já desenvolveram quadro de ITU anualmente, e 11,1% destes homens apresentaram de 5 a 8 episódios destas infecções no ano, comparado com 2,6% de mulheres, o que demonstra um valor muito elevado em relação à expectativa. Ademais, nenhum dos homens com ITU consultaram o médico, evidenciando assim, que estes procuram os serviços de saúde com uma frequência menor do que as mulheres, este fato pode explicar o alto número de homens que foram infectados e o porquê da recorrência da doença em alguns. Estudos descrevem que pela cultura, o homem deve ser invulnerável, viril e forte, sendo assim, de acordo com a mentalidade masculina consultar um médico demonstraria fraqueza [3]. **CONCLUSÃO:** Tendo em vista os dados apresentados e discutidos, afere-se que a população masculina estudada no presente estudo, apresentou um conhecimento sobre a ITU inferior quando comparado com as mulheres. Esse fato pode ser justificado pela negligência dos homens em consultar um médico. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e a professora Fernanda Mara pelo incentivo. **REFERÊNCIAS:** [1] HEILBERG, I. P.; SCHOR, N. Abordagem diagnóstica e terapêutica na infecção do trato urinário – ITU. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, SP, v. 49, n. 1, p. 109-116, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ramb/v49n1/15390>>. Acesso em 19/08/20. [2] TRABULSI L. B.; ALTERTHUM, F. *Microbiologia*. 6 ed. Atheneu, 2015. [3] GOMES, R.; NASCIMENTO E. F.; ARAÚJO, F. C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Rev. CSP*, RJ, v.23, n. 3, p. 565-574, 2007. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2007.v23n3/565-574/pt/>>. Acesso em 20/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

CONDUTAS DE TRATAMENTO PARA A ALOPECIA ANDROGENÉTICA: UMA REVISÃO SOBRE AS ABORDAGENS TERAPÊUTICAS ESTÉTICAS ATUAIS

Gustavo Camargo dos **SANTOS** (gustavocamargodossantos@gmail.com)¹, Rodrigo **PRATTE-SANTOS** (rodrigopratte@hotmail.com)²

1-Curso de Biomedicina, 2. Professor Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo – Faculdade PIO XII – 29146330 - Cariacica – ES

Palavras-chave: alopecia androgenética, microagulhamento, fototerapia, *drug delivery*, terapia capilar

APRESENTAÇÃO: A alopecia Androgenética (AAG) é uma disfunção capilar que afeta homens e mulheres, é vulgarmente conhecida como calvície. Nas pessoas afetadas ou em progressão da AAG, a partir de um momento da vida, em cada ciclo capilar, os fios vão progressivamente se miniaturizando (afinando) e com o passar do tempo, algumas áreas da cabeça ficam mais amoastra, até a completa perda dos fios [1][2]. É necessário revisar as condutas de tratamento para a AAG, com enfoque nas abordagens terapêuticas estéticas, pois além de trazer mais segurança aos profissionais (aplicam as técnicas), trará uma prática clínica baseada em evidências científicas, elevando o respaldo e confiabilidade do tratamento. O presente estudo, através de uma revisão de bibliografia, teve por objetivos avaliar a forma como foi feito a anamnese do cliente; avaliar os parâmetros e técnicas utilizados nos protocolos de tratamento e avaliar a forma de constatar os resultados obtidos com o tratamento. **DESENVOLVIMENTO:** A avaliação do cliente corresponde a uma fase muito importante do pré-tratamento, nessa fase é pesquisado o histórico familiar, hábitos de vidas e saúde, tratamentos anteriores. A avaliação clínica é guiada pelas escalas visuais de Norwoord-Hamilton e Ludwig-Savin. A tricoscopia aparece como ferramenta auxiliar, a técnica de imagem possibilita ampliação de estruturas, mostrando alterações foliculares. Outro recurso é o fototricograma, que permite avaliar densidade, espessura, quantidade de fios em desenvolvimento e em fase de queda (fase anágena e telógena, respectivamente). O microagulhamento foi à técnica estética mais utilizada dentro dos protocolos. Quanto à milimetragem da agulha, percebe-se que ainda não há um consenso para o uso na terapia capilar. O uso do microagulhamento na tricologia se relaciona pela liberação de plaquetas e fatores de crescimento, ativação das células troncos do bulge, produção do fator de crescimento vascular endotelial (VEGF) e aumento da expressão de genes relacionados ao crescimento de cabelo. A fototerapia também é um recurso amplamente utilizado, o comprimento de onda utilizado é relacionado à cor vermelha, que é descrita pela literatura como biomoduladora tecidual. Os principais efeitos são de estímulo expressão de fatores de crescimento, aumento da fase anágena, efeito mitogênico, aumento do diâmetro dos cabelos, vasodilatação. Quanto à dose de energia, os dados obtidos apontam 4 J/cm² e comprimento de onda de aproximadamente 660 nm. O *Drug delivery* está presente associado a técnicas que permitem maior absorção e permeação dos ativos escolhidos, como o microagulhamento. Dentro da escolha dos ativos para o *drug delivery* encontram-se fatores de crescimento, vitaminas, minerais, inibidores de 5 α -Redutase; biotina, D-pantenol, silício orgânico, crisína e peptídeos de cobre. Outras técnicas encontradas com a pesquisa, porém com poucos trabalhos, foram às terapias alternativas (óleos essenciais, argilaterapia), dermatotonia e o Laser Fracionado CO₂. Na constatação de resultados as ferramentas mais utilizadas são a fotografia global (antes e depois), fototricograma (comparando os parâmetros) e a tricoscopia, pois pode mostrar o nascimento de novos fios, muitas vezes não visíveis a olho nu. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As abordagens estéticas atuais para o tratamento da Alopecia Androgenética englobam, principalmente, o uso do microagulhamento, da fototerapia e do *drug delivery*. Os recursos de imagem (tricoscopia e fototricograma) aparecem como ferramentas auxiliares à avaliação clínica, e podem revelar alterações não vistas a olho nu, corroborando para um programa de tratamento mais eficaz e individual, levando em conta todas as particularidades do paciente.

BIBLIOGRAFIA: [1] HALAL, John. **Tricologia e a Química Cosmética Capilar**. São Paulo: Cengage do Brasil, 5ed, 2016, 368p; [2] PHILLIPS, T. G.; SLOMIANY, P. W.; ALISSON, R. Hair Loss: Common Causes and Treatment. **American Family Physician**. v.96, Setembro, 2017

A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DO BIOMÉDICO - RELATO DE EXPERIÊNCIA

André Bezerra CHAGAS (IC)¹; Gustavo Oliveira GONÇALVES (PQ)²

1- Discente do curso de Biomedicina; 2. Professor Orientador. Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: *Práticas Interdisciplinares; Biomedicina; Formação profissional.*

APRESENTAÇÃO: A interdisciplinaridade é um dos pilares para formação integral do profissional de saúde, e essencial na formação do biomédico para prepará-lo para atuar dentre as 31 habilitações, já que permite o desenvolvimento de competências e habilidades para atuação nas equipes multidisciplinares de saúde. Os alunos que ingressam em um curso superior possuem pouco conhecimento em realizar pesquisas acadêmicas, e em grande parte, o primeiro contato é desafiador, necessitando ser desenvolvido ao longo da formação. Este trabalho trata de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, na rotina vivenciada por um aluno, em atividades interdisciplinares, durante a formação no curso de Biomedicina, na disciplina Trabalho Interdisciplinar Supervisionado - TIS. **DESENVOLVIMENTO:** O TIS é um componente curricular obrigatório na instituição FAMINAS BH e tem o objetivo de promover a experiência interdisciplinar, articulando ensino, pesquisa e extensão com foco na integração do conhecimento das demais unidades curriculares assim como aspectos socioculturais, comunitários e científicos. As atividades são organizadas em grupos de alunos, com estratégias pedagógicas facilitadas pelos professores, tanto em sala de aula quanto em outros espaços (laboratório, campo/externo, sala de interação virtual), variando de acordo com o tema e objetivos do semestre letivo. São apresentados bibliografia, ferramentas e artefatos que possibilitam a construção de material intelectual e desenvolvimento de atividades voltadas para comunidade. O primeiro trabalho foi realizado no primeiro período, logo ao ingressar no curso, e o foco era o conhecimento da atuação profissional do biomédico, e foram desenvolvidas habilidades, como o uso de ferramentas de busca, leitura de artigos científicos, processo de aprovação de projeto no Comitê de Ética e o desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa com profissionais biomédicos da área de genética. Os resultados deste trabalho posteriormente foram submetidos como resumo na III Jornada Acadêmica de Biomedicina da FAMINAS BH e II Congresso Mineiro de Biomedicina, sendo eleito melhor trabalho acadêmico neste segundo evento. No segundo período a proposta foi sair dos muros da instituição e levar para comunidade, educação em saúde, sobre o combate ao vetor e prevenção da Dengue. Foram desenvolvidas dinâmicas em grupos com os alunos de uma escola do ensino médio de Belo Horizonte, além disto, com acompanhamento da equipe de saúde da prefeitura de Belo Horizonte, foram realizadas visitas às residências e entrega de panfletos para promover a conscientização da população. A última experiência foi realizada durante a pandemia do COVID-19. A proposta teve que se adaptar à nova realidade sem perder a essência da disciplina. O tema do 3º semestre foi a ética em saúde, e a proposta para trabalho final a apresentação de um vídeo-documentário. O desafio foi conhecer e utilizar novas ferramentas, como editores de vídeos ou plataformas de *streaming*. O grupo desenvolveu o trabalho da ética em saúde de forma cronológica, apresentando os dados históricos, acontecimentos marcantes e desenvolvimento até a atualidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A formação interdisciplinar visa ampliar o contato e a vivência do aluno com o meio acadêmico, científico e comunitário, possibilitando conhecer além do que é mostrado em uma disciplina isolada, para aplicar de forma conjunta os conhecimentos adquiridos ao longo da formação. Os resultados dos trabalhos interdisciplinares podem ser aplicados em novas pesquisas e, se, submetidos a eventos ou revistas científicas, geram publicações, dependendo apenas da motivação e iniciativa do aluno. **BIBLIOGRAFIA:** MEC. RESOLUÇÃO CNE/CES 2, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces022003.pdf>> Acesso em: 01 set 2020.

MECANISMOS ASSOCIADOS À TOXICIDADE CEREBRAL NA FENILCETONÚRIA

Gilda Gilbertha Vieira **OLIVEIRA** (IC-gildagilbertha.gg@gmail.com)¹, Bruno Gonçalves **MACHADO**¹, Carolina Pereira Cunha e **CASTRO**¹, Débora dos Santos **SILVA**¹, Estevão de Melo **PIGAIANI**¹, Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)^{2,3}.

1. Curso de Medicina - UNIFAMINAS; 2. Docente Centro Universitário, FAMINAS – UNIFAMINAS, Muriaé-MG.; 3. Programa de Pós Graduação em Neurologia UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ.

Palavras-chave: Modelo animal; Fenilcetonúria; Neurotoxicidade; Substância branca; Astrócitos;

INTRODUÇÃO: A fenilcetonúria (PKU) é uma doença genética, de herança autossômica recessiva, caracterizada por um erro inato do metabolismo que afeta a constituição da membrana de mielina. Na literatura, diferentes mecanismos de toxicidade associados aos danos neurológicos dos pacientes com PKU são relatados. O presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática para descrever os diferentes mecanismos já investigados em modelo animal que podem contribuir para o comprometimento neurológico dos pacientes com PKU como resultado da toxicidade celular.

METODOLOGIA: Foi realizada uma revisão por meio das palavras-chave: *phenylketonuria* e *neurotoxicity* no banco de artigos PubMed no período entre 2010-2020. Os critérios de inclusão foram: pesquisa em modelo animal e trabalhos na língua portuguesa e inglesa. E os critérios de exclusão foram: artigos com mais de 10 anos de publicação, artigos de revisão de literatura, artigos de tratamento de PKU, artigos referentes a mães fenilcetonúricas e artigos com critérios de inclusão não determinados e/ou pouco consistentes. As etapas de seleção dos artigos foram: pelo título, em seguida pelo resumo e, por último, pela análise do artigo completo. As variáveis tabuladas foram: o modelo animal, o número amostral, a metodologia, o(s) alvo(s) de estudo, a hipótese, o resultado e as considerações sobre o mecanismo de neurotoxicidade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dentre os 38 artigos analisados, 10 artigos não demonstraram como ocorriam os mecanismos da neurotoxicidade, e somente 15 apresentaram o número amostral de forma adequada. Foram elencados 5 fatores causais evidenciados pelos artigos: o primeiro fator é o acúmulo de substâncias oxidativas, depleção de antioxidantes (PREISLER *et al.*, 2015) e concentrações menores de glutathione, importante para o aumento de antioxidantes com atividade aumentada de superóxido, levando a morte celular por apoptose (XIAODONG *et al.*, 2013; LIHUA *et al.*, 2011). O segundo fator causal foi a reduzida ativação da micróglia (SCHLEGEL *et al.*, 2016), fator apontado como responsável pelo atraso das sinapses. Estes achados também foram reforçados por Van der Goot e colaboradores (2018) em que a atividade sináptica reduzida e a deficiente ativação da micróglia estaria relacionada com o desenvolvimento de retardo mental após o nascimento (HORLING *et al.*, 2015). O terceiro fator associa a deficiência no BH4 com a autofagia (KWAK, *et al.*, 2011). O quarto fator importante evidenciado foi a depleção de glicogênio no cérebro, com alterações no ciclo de Krebs, interferindo no transporte de elétrons em indivíduos com PKU (NW, *et al.*, 2018) e o quinto, redução na expressão de BDNF por causa do aumento da fenilalanina. Outros artigos apresentaram outros mecanismos interessantes e abordam sobre tratamento da PKU associado a eles.

Como por exemplo, o pré tratamento com creatina e piruvato, mantendo o parâmetro normal do estresse oxidativo, além de bloqueio da AMPK, para evitar o efeito inibidor causado pela fenilalanina na arborização dendrítica dos neurônios do córtex (LI, *et al.*, 2010). **CONCLUSÃO:** A PKU tem seus mecanismos neurotóxicos muito discutidos, porém, mais estudos são necessários. Esta revisão traz resultados parciais de mecanismos variados que colaboram para a presença de danos neurológicos em pacientes afetados, porém, estas informações devem estar organizadas e correlacionadas na literatura para que a comunidade científica possa se beneficiar destas informações em busca de novas terapias e para acompanhamento destes pacientes. **REFERÊNCIAS:** DIMER, N. W. *et al.* Brain bioenergetics in rats with acute hyperphenylalaninemia. *Neurochemistry international*, Oxford, v.117, n.1, p.188-203, 2018. HORLING, K. *et al.* Hippocampal synaptic connectivity in phenylketonuria. *Human molecular genetics*, Oxford, England, v. 24, n. 4, p. 1007-1018, 2015. HUANG, X., *et al.* The Fas/Fas ligand death receptor pathway contributes to phenylalanine-induced apoptosis in cortical neurons. *PLoS one*, San Francisco, CA, v.8, n.8, 2013. KWAK, S. S. *et al.* Autophagy induction by tetrahydrobiopterin deficiency. *Autophagy*, Georgetown, TX, v. 7, n. 11, p. 1323-1334, 2011. LI, D.; GU, X.; LU, L.; LIANG, L. Effects of phenylalanine on the survival and neurite outgrowth of rat cortical neurons in primary cultures: possible involvement of brain-derived neurotrophic factor. *Molecular and cellular biochemistry*, New York, v. 339, n.1-2, p.1-7, 2010. LIANG, L., *et al.* Mechanisms regulating superoxide generation in experimental models of phenylketonuria: an essential role of NADPH oxidase. *Molecular genetics and metabolism*, Orlando, FL, v. 104, n. 3, p. 241-248, 2011. PREISLER, T. *et al.* Phenylalanine induces oxidative stress and decreases the viability of rat astrocytes: possible relevance for the pathophysiology of neurodegeneration in phenylketonuria. *Metabolic brain disease*, New York, v. 31, n.3, p. 529-537, 2016. SCHLEGEL, G., *et al.* Phenylketonuria: Direct and indirect effects of phenylalanine. *Experimental neurology*, Orlando, FL, v. 281, n.3, p. 28-36, 2016. VAN DER GOOT, E. *et al.* Hippocampal microglia modifications in C57Bl/6 Pahenu2 and BTBR Pahenu2 phenylketonuria (PKU) mice depend on the genetic background, irrespective of disturbed sleep patterns. *Neurobiology of learning and memory*, San Diego, California, v. 160, n.1, p. 139-143, 2019

PADRONIZAÇÃO DA TÉCNICA DE CARIÓTIPO E ESTRATÉGIA DE CONTAGEM DE CROMOSSOMOS EM LABORATÓRIOS MULTIUSUÁRIOS

Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC-souzazabs@hotmail.com)¹, Thalita **CORDEIRO** (IC)¹, Bianca de Matos **MOREIRA**², Rúzivia Pimentel **OLIVEIRA**³, Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)⁴.

1. Curso de Biomedicina - UNIFAMINAS; 2. Mestranda – UENF; 3. Mestranda – UFV; 4. Professora Centro Universitário, FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Bandeamento, metáfase, contagem, coloração.

INTRODUÇÃO: A citogenética clássica é fundamentada na análise da célula em divisão, principalmente, na metáfase da mitose. Usa-se o bandeamento G como meio de visualização das bandas, porém, todo processo de cultivo e contagem é demorado, demandando extrema eficácia e destreza do profissional [1]. O presente estudo tem como objetivo padronizar a coloração com o Panótico rápido, ao invés do corante usual, a Giemsa, para visualização de bandas cromossômicas no cariótipo nos laboratórios do UNIFAMINAS, além de criar um método que facilite a contagem dos cromossomos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Este projeto foi embasado no protocolo do Departamento de Genética e Biologia Molecular e Celular da UNIRIO, pela Dr. Suely Rodrigues dos Santos, com modificações de Rúzia Pimentel (2018) e Bianca Moreira (2019). Utilizou-se como amostra o sangue periférico heparinizado e o cultivo de 48 horas realizado em estufa estéril com meio RPMI, soro fetal bovino, fitohemaglutinina e colchicina. As atualizações pela autora, dizem respeito da quantidade de amostra, alterada para 0,6 mL e da utilização do *vortex* em todas as etapas de fixação. As lâminas foram envelhecidas em caixa de madeira durante uma semana, posteriormente foram corados com o corante Panótico rápido e levadas ao microscópio. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Um cultivo foi realizado, com duas amostragens diferentes para testagem do corante Panótico e contagem dos cromossomos. O experimento foi realizado em laboratório multiusuário. Na primeira amostra (A) utilizou-se 0,5 mL de sangue e na segunda (B) 0,6 mL. As três lâminas analisadas com a amostragem A de sangue obtiveram uma média de seis metáfases (completas e incompletas) por lâmina. Já as três lâminas analisadas com a amostragem B, 0,6 mL, obtiveram o mesmo resultado de hipotonia e melhora na quantidade de metáfases em média por lâmina, cerca de treze metáfases [2]. Além da alteração na quantidade de sangue periférico utilizado, outra alteração realizada para melhor viabilização do protocolo foi a aplicação do uso do *vortex* em todas as etapas de fixação do protocolo, ao invés da agitação manual com a pêra. O corante Panótico, em um primeiro momento, possibilitou a diferenciação dos cromossomos por tamanho e posição dos centrômeros, facilitando a contagem para a análise das aneuploidias [3]. Mais análises serão realizadas para a verificação do padrão de bandas com este corante, uma vez que alguns cromossomos apresentaram bandas claras e escuras com mesmo perfil da coloração com Giemsa. Uma tela quadriculada foi criada no Powerpoint para a contagem de cromossomos, uma maneira simples e eficaz de realizar a contagem dos cromossomos. Além disso, facilita a didática da técnica de cariótipo em aulas teórico práticas e auxilia na construção de um protocolo de pesquisa em laboratórios multiusuários. **CONCLUSÕES:** Este estudo adequou a técnica de cariótipo à realidade do laboratório do UNIFAMINAS. Com isso, há melhora nas chances de sucesso do cultivo reduzindo as dificuldades encontradas neste contexto. Por ser uma técnica de fácil contaminação, existe uma dificuldade em ser realizadas em laboratórios multiusuários. O mecanismo de contagem auxilia a execução de aulas práticas de cariótipo e pesquisas e diagnóstico na área da Citogenética, além de facilitar o acesso desta técnica aos discentes e, com isso, aumentar sua aplicação para diversos fins científicos. **REFERÊNCIAS:** [1] CHAUFFAILLE, M. L. L. F. Citogenética e biologia molecular em leucemia linfocítica crônica. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*, v. 27; n. 4; 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbhh/v27n4/v27n4a06.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2020. [2] TRASK; B. J. Human Cytogenetics: 46 chromosomes, 46 years and counting. *Natures R. Genet.* 769-78. 2002. [3] GONÇALVES, Jéssica et al. **Confiabilidade da coloração hematológica rápida para citologia de escarro**. *J. bras. pneumol.*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 250-258, Junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132014000300250&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de Abr. 2020.

AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS

Felipe da Silva **GARCIA** (IC – felipe.garcia310797@hotmail.com)¹, Dilmerson **DE OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Envelhecimento, Composição corporal, Atividade física.

INTRODUÇÃO: O sedentarismo é um fator que contribui de forma significativa na redução da capacidade funcional e fraqueza dos idosos, proporcionando também uma menor resistência na realização de atividades cotidianas. (PIMENTEL, SILVA e ARAÚJO, 2019). Todavia, alterações nos hábitos de vida, como a realização de exercícios físicos regulares e um consumo alimentar compatível com as necessidades do indivíduo podem influenciar de maneira positiva na composição corporal dessa população, favorecendo assim o aumento da massa muscular (PIMENTEL, SILVA e ARAÚJO, 2019).

Diante disso, o presente estudo, consiste em avaliar a composição corporal de idosos praticantes de atividade física, residentes da cidade de Cataguases-Mg.

METODOLOGIA: A amostra foi composta por 10 idosos fisicamente ativos (sendo 3 homens e 7 mulheres com idade $70 \pm 7,03$ anos, peso $63,28 \pm 12,7$ kg e altura $1,59 \pm 0,09$ cm). Os participantes do estudo passaram por avaliação antropométrica onde foram coletados alguns dados como, peso, estatura, idade e sexo, além da avaliação da composição corporal através da Bioimpedância elétrica (BIA). Após esse procedimento, foi possível mensurar o IMC dos indivíduos a partir da divisão do peso pela altura ao quadrado. Nesse estudo os indivíduos foram classificados quanto ao IMC da seguinte forma: baixo peso (<22), eutrofia (>22 e <27) e sobrepeso (>27), (TEIXEIRA *et al*, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os resultados obtidos neste estudo mostraram que 20% dos idosos avaliados foram classificados como baixo peso, 60% como eutrofia e 20% como sobrepeso. A massa magra quando avaliada nos idosos do sexo masculino obteve média de $55,27 \pm 4,4$, enquanto para o sexo feminino a média foi de $36,07 \pm 4,82$. A massa gorda também obteve média superior para os idosos do sexo masculino, sendo $22,37 \pm 3,23$ enquanto para o sexo feminino foi de $20,56 \pm 4,65$. Ao avaliar o percentual de gordura, a média encontrada para o sexo masculino foi de $28,13 \pm 1,22$ e para o sexo feminino $34,86 \pm 3,2$. De acordo com os resultados obtidos por Teixeira *et al*, (2020) ao avaliar idosos ativos, houve uma maior prevalência de idosos com sobrepeso, enquanto o percentual de gordura teve média $28,9(\pm 6,41)$ para homens e $37,42(\pm 6,64)$ para mulheres, e a massa magra $56,41 (\pm 5,15)$ para homens e $41,98 (\pm 5,36)$ para mulheres. Tais achados corroboram em partes com o presente estudo, onde a média do percentual de gordura e massa magra para o sexo masculino não apresentaram diferenças significativas entre ambos os estudos, se diferindo em maior parte no sexo feminino. Além disso, Teixeira *et al*, (2020) encontrou maior parte da amostra como sobrepeso, enquanto neste estudo o predomínio foi de eutrofia. Tais diferenças podem ter sido dadas pelo número reduzido da amostra avaliada nessa pesquisa.

CONCLUSÃO: Conclui-se que a prática regular de atividades físicas pode influenciar de forma significativa na composição corporal dos idosos, além de contribuir positivamente para um envelhecimento saudável.

BIBLIOGRAFIA: DA COSTA PIMENTEL, Giselly Maria; DA SILVA, Sanserai Cavalcanti. Avaliação do consumo alimentar e composição corporal entre idosos praticantes e não praticantes de exercício físico. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 13, n. 80, p. 505-512, 2019.

DALTOE, LUCIANE MARIA. ASSOCIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA. **Revista Perspectiva: Ciência e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 34-47, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

AValiação dos efeitos do aumento da gordura corporal com a relação cintura/quadril de idosos praticantes de atividade física.

Felipe da Silva **GARCIA** (IC – felipe.garcia310797@hotmail.com)¹, Dilmerson **DE OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Envelhecimento, Relação cintura/quadril, Gordura corporal.

INTRUDUÇÃO: O processo de envelhecimento ocorre de maneira gradual e inevitável e, junto dele, algumas mudanças fisiológicas acontecem. A redução da capacidade funcional e alterações na composição corporal são algumas dessas mudanças (OLIVEIRA *et al*, 2019). Alterações como a concentração gradual de gordura corporal e a diminuição da massa muscular afetam diretamente o estado nutricional dos indivíduos, além de elevar os riscos de doenças metabólicas e cardiovasculares, (OLIVEIRA *et al*, 2019).

Diante disso, o objetivo do estudo consiste em avaliar os efeitos do aumento da gordura corporal com a relação cintura/quadril de idosos praticantes de atividade física da cidade de Cataguases-Mg.

MATERIAL E MÉTODOS: A amostra foi composta por 10 idosos fisicamente ativos, (sendo 3 homens e 7 mulheres com idade $70 \pm 7,03$ anos; peso $63,28 \pm 12,7$ kg e altura $1,59 \pm 0,09$ cm). Os participantes foram submetidos à avaliação antropométrica, onde foi mensurada a circunferência de cintura e circunferência de quadril. Após a coleta desses dados, a RCQ foi obtida a partir da divisão da circunferência de cintura pela circunferência de quadril. Para este estudo foram adotados dois parâmetros para avaliar a RCQ, sendo eles adequados (0,95 para homens e 0,80 para mulheres) e inadequados ($>0,95$ para homens e $>0,80$ para mulheres). (PINTO *et al*, 2015). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos neste estudo mostraram que a média da circunferência de cintura e quadril foram, respectivamente, $80,75 \pm 11,27$ e $96,7 \pm 8,68$. A RCQ quando avaliada nos idosos do sexo feminino obteve média de $0,8 \pm 0,08$, enquanto para o sexo masculino a média foi de $0,93 \pm 0,04$. Além disso, diante da amostra analisada, foi possível perceber também que 30% dos idosos participantes do estudo se enquadraram no critério “inadequado” para a Relação Cintura/Quadril, sendo a prevalência nesse número os idosos do sexo feminino. Os resultados obtidos por Pinto *et al* (2015), em seus estudos mostraram que o critério inadequado prevaleceu em mais de 80% dos idosos avaliados, sendo o maior predomínio para o sexo feminino, corroborando assim, em partes, com o presente estudo. As diferenças apresentadas podem ter sido dadas pelo número reduzido da amostra utilizada nesta pesquisa.

CONCLUSÃO: O acúmulo de gordura corporal está diretamente relacionado com o surgimento de algumas doenças, como por exemplo, as doenças cardiovasculares. Diante disso, é possível concluir que a prática regular de atividades físicas é de suma importância na vida dos idosos, pois a mesma atua diretamente na relação cintura/quadril e também na saúde de um modo geral.

BIBLIOGRAFIA: DE OLIVEIRA, Daniel Vicentini et al. O tipo de exercício físico interfere na frequência da prática de atividade física, comportamento sedentário, composição corporal e estado nutricional do idoso?. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 13, n. 77, p. 3-16, 2019.

PINTO, Lélia Lessa Teixeira et al. Relação Cintura Quadril e Fatores Associados em Idosos Residentes em Município de Pequeno Porte. In: **CONGRESSO NACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2015. p. 1-7.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

RASTREAR A PREVALÊNCIA DE FRAGILIDADE E SARCOPENIA E OS FATORES ASSOCIADOS EM UMA POPULAÇÃO DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.

Felipe da Silva **GARCIA** (IC – felipe.garcia310797@hotmail.com)¹, Dilmerson **DE OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Envelhecimento, Fragilidade, Sarcopenia.

INTRODUÇÃO: O envelhecimento é um processo que ocorre de maneira natural e inevitável, alterando as condições fisiológicas do organismo e também outros aspectos, como a fragilidade e a perda de massa muscular (CRUZ e CONTENÇAS, 2019). Denominada como uma síndrome geriátrica, a sarcopenia pode ser definida como uma perda de massa muscular e função muscular (força ou desempenho físico), influenciando de forma direta no equilíbrio e na marcha do idoso, aumentando assim o risco de quedas (CRUZ e CONTENÇAS, 2019). Por se tratar de uma doença que afeta diretamente o processo de envelhecimento, a síndrome da fragilidade segundo TEIXEIRA *et al* (2019), é identificada como uma queda da reserva homeostática e diminuição da resistência ao estresse, ocasionando assim, maior vulnerabilidade e efeitos adversos.

Diante disso, o objetivo do estudo, consiste em rastrear a prevalência de fragilidade e sarcopenia e fatores associados em uma população de idosos praticantes de atividade física, residentes na cidade de Cataguases-Mg.

MATERIAL E MÉTODOS: A amostra foi composta por 10 idosos fisicamente ativos, (sendo 3 homens e 7 mulheres com idade $70 \pm 7,03$ anos; peso $63,28 \pm 12,7$ kg e altura $1,59 \pm 0,09$ cm). Os participantes foram submetidos à avaliação antropométrica e responderam o questionário de screening de sarcopenia SARC-F rápido e simples de ser aplicado, composto por 5 componentes: força, assistência para caminhada, levantar de uma cadeira ou cama, subir escadas e as quedas. Para este estudo, foi adotada uma escala de zero a 10 pontos, onde escores iguais ou superiores a 4 são preditivos da sarcopenia. Os critérios para identificação da síndrome da fragilidade foram observados através da aplicação de um questionário de screening de fragilidade (FIND), que avaliou a perda de peso, exaustão, diminuição da velocidade de caminhada, fraqueza muscular e nível de atividade física. Dos 5 critérios citados, foram obtidos dois grupos: o primeiro grupo com zero, 1 ou 2 critérios, sendo considerado pré-frágil e o outro grupo com 3 ou mais critérios sendo considerado como frágil. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos neste estudo mostraram que a Sarc-f obteve uma média de $0,8 \pm 0,63$. Tais resultados corroboram com os achados de Cruz e Contencas (2019), que ao avaliar idosas ativas, alcançaram números positivos para o teste de sarcopenia, onde nenhum dos grupos avaliados atingiu score maior que 4, o que caracteriza sarcopenico.

Ao analisar a síndrome da fragilidade em idosos fisicamente ativos, o presente estudo obteve como resultado que 100% da amostra foi classificada como pré-frágeis, ou seja, apresentou scores entre 0 e 2. Teixeira *et al* (2019), em seus estudos, apontaram como resultado que 33,33% da amostra foi classificada como pré-frágil, enquanto 66,66% classificada como frágeis. Tais diferenças podem ter sido dadas pelo número reduzido da amostra avaliada no presente estudo e também pelo fato de os idosos serem fisicamente ativos, diferentemente dos avaliados por Teixeira *et al* (2019). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a prática regular de atividades físicas contribui de forma significativa para retardar a perda de massa muscular e também os níveis de fragilidade em idosos fisicamente ativos.

BIBLIOGRAFIA: DOS SANTOS TEIXEIRA, Pâmela et al. PERFIL ANTROPOMÉTRICO E BIOQUÍMICO RELACIONADO À SÍNDROME DA FRAGILIDADE EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde*, v. 6, n. 12, p. 07-13, 2019.

DA CRUZ, Amanda Santos; CONTENÇAS, Thaís Santos. Avaliação dos indicadores de sarcopenia e de risco de quedas em idosas. *Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício*, v. 18, n. 2, p. 83-90, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

UTILIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO SF-36 NA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.

Felipe da Silva **GARCIA** (IC – felipe.garcia310797@hotmail.com)¹, Dilmerson **DE OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Envelhecimento, Qualidade de vida, Atividade física.

INTRODUÇÃO: O termo qualidade de vida pode ser representado como um conjunto de fatores, sendo descrito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (1996, p. 1405, *apud POSSAMAI et al, 2019, p. 223*), como “a percepção que o indivíduo tem de sua inserção na vida dentro do contexto de sua cultura e dos sistemas de valores de onde vive, e com relação a seus próprios objetivos, expectativas, bem como padrões e preocupações”. Os fatores como saúde e qualidade de vida são extremamente importantes para que o indivíduo consiga alcançar a longevidade com níveis satisfatórios de autonomia e independência (**POSSAMAI et al, 2019**). Diante disso, o objetivo deste estudo consiste em avaliar a qualidade de vida de um grupo de idosos praticantes de atividade física, residentes na cidade de Cataguases-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** A amostra foi composta por 10 idosos fisicamente ativos, (sendo 3 homens e 7 mulheres com idade $70 \pm 7,03$ anos; peso $63,28 \pm 12,7$ kg e altura $1,59 \pm 0,09$ cm). Os participantes foram submetidos a avaliação antropométrica e responderam o questionário de qualidade de vida SF-36 (CICONELLI, 1999, um instrumento multidimensional que engloba 8 domínios: capacidade funcional (CF); aspectos físicos (AF); dor (DOR); estado geral da saúde (EGS); vitalidade (VIT); aspectos sociais (AS); aspectos emocionais (AE) e saúde mental (SM). Para este estudo, foi adotada uma escala de 0 a 100 para pontuar cada domínio, onde zero é a pior e 100 a melhor pontuação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
CF	77	19,32184
LIM ASPECTOS FÍSICOS	87,5	27,00309
DOR	82,7	18,45144
EGS	80,6	11,96476
VITALIDADE	85,5	14,23025
ASP SOCIAIS	72,1	36,4949
ASPCT EMOCIONAIS	83,332	28,32963
SAÚDE MENTAL	86,8	14,11697

Tabela 1: Resultados encontrados em cada domínio avaliado

Os resultados obtidos neste estudo mostraram que todos os domínios obtiveram média superior a 70%, sendo limitação por aspectos físicos e saúde mental os de maior pontuação. Esses resultados corroboram em parte com os achados no estudo de Queiroz *et al.* (2016), sendo as diferenças podendo ser ocasionadas pelo número reduzido da amostra avaliada no presente estudo. Costa *et al.* (2016), ao avaliar idosos sedentários, obtiveram resultados significativamente baixos (entre 6,3 e 65,6) para os oito domínios avaliados no questionário SF-36, se comparados com os resultados obtidos neste estudo (entre 72,1 e 87,5), para idosos ativos. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a prática regular de atividades físicas contribui de forma significativa para a qualidade de vida dos idosos que compreendem a amostra, retardando o envelhecimento e colaborando positivamente em todos os domínios avaliados. **BIBLIOGRAFIA:** POSSAMAI, Vanessa Dias *et al.* RELAÇÃO ENTRE APTIDÃO FÍSICA, QUALIDADE DE VIDA E SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA DE IDOSOS FISICAMENTE ATIVOS. *Estud. Interdiscipl. Evelhec.*, v. 24, p. 221-234, 2019. FERREIRA, J. R. P *et al.* Avaliação motora em escolares com dificuldade de aprendizagem. *Revista Pediatria Moderna*, v. 51, n. 2, p. 67-72, 2015. QUEIROZ, Lícia Ludendorff *et al.* Quality of life and impact of physical activity time in the health of elderly. *Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba*, v. 18, n. 1, p. 24-29, 2016. COSTA, Lucas da Silva Vaz da *et al.* Análise comparativa da qualidade de vida, equilíbrio e força muscular em idosos praticantes de exercício físico e sedentários. *Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos*, v. 8, n. 3, p. 61-179, 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

COLONIZAÇÃO DE *STAPHYLOCOCCUS AUREUS* NAS MÃOS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE – uma revisão de literatura

Jackson Ferrari **ANGELO** (IC –jacksonferrariangelo@hotmail.com¹; Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)²

1- Curso de Enfermagem; 2. Professora Centro Universitário UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Higienização; Mãos; *Staphylococcus aureus*.

APRESENTAÇÃO: Higienizar as mãos é a maneira mais simples e de menor custo para o controle da disseminação de infecções. Atualmente, a nomenclatura “lavagem das mãos” foi trocada por “higienização das mãos” de acordo com a dimensão deste procedimento. O processo é necessário na prevenção de transmissão de infecções hospitalares, uma vez que a pele apresenta a capacidade de transportar microrganismos, levando-os para outras superfícies [1]. Dentre as bactérias que apresentam maior correlação com as infecções hospitalares há um destaque para os *Staphylococcus aureus*. Tais bactérias fazem parte da microbiota da pele e das fossas nasais de pessoas saudáveis e estão associadas a infecções simples como espinhas, furúnculos e celulites e até infecções mais graves [2]. Este trabalho apresenta como objetivo, descrever a importância do profissional da saúde como disseminador de microrganismos através de suas mãos, com um destaque para o *S. aureus*, ressaltando a importância deste procedimento simples.

DESENVOLVIMENTO: Foi realizado uma revisão de periódicos em plataformas como, Google acadêmico, Scielo, Revistas Científicas de Enfermagem, a respeito do *S. aureus* como agente contaminante das mãos de profissionais da saúde. Trata-se de uma pesquisa de grande relevância, tendo em vista que tais bactérias podem causar aos pacientes manifestações mais graves, devido ao seu estado imunológico debilitado. As mãos de profissionais de saúde podem ser persistentemente colonizadas por microrganismos patogênicos, e o *S. aureus* apresenta destaque neste sentido [3]. A higienização das mãos é reconhecida como medida primária, e extremamente importante no controle de infecções que estão relacionadas à assistência à saúde. Sendo considerada como um ponto primordial na prevenção e controle de infecções dentro dos serviços de saúde, incluindo aquelas decorrentes da transmissão cruzada de microrganismos multirresistentes [4]. O portador de *S. aureus* apresenta um papel chave tanto epidemiológico quanto na patogênese da infecção, sendo este, o maior fator de risco para o desenvolvimento de infecções hospitalares e também para aquelas adquiridas na comunidade [5]. Em um estudo realizado por Silva e colaboradores (2011) [6] os autores verificaram que dos 151 profissionais avaliados, 39 se encontravam colonizados pelo *S. aureus*, demonstrando assim uma prevalência de 25,8%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É de extrema importância que o profissional de saúde tenha o entendimento que higienizar as mãos é a maneira mais simples e eficaz para que infecções sejam prevenidas, interrompendo assim, a cadeia de transmissão de microrganismos com potencial patogênico.

BIBLIOGRAFIA: SAGMEISTER, L. dos S; CAMPOS, M. L. D de. A importância da higienização das mãos dos familiares no contexto hospitalar: relato de experiência. **Tecendo redes na Enfermagem e na Saúde**, Universidade Federal de Santa Maria, p. 29-32, 25 maio 2020. Disponível em: http://coral.ufsm.br/sisenf/images/ANAIS_25_MAIO_TARDE.pdf. Acesso em: 5 jul. 2020 [1]. BASSO, A, J. F. S; VIEIRA, L. C.; VICENTINO, S. L. Prevalência de *S. aureus* em superfícies de unidade de terapia intensiva. **Arquivos do MUDI**, Universidade Paranaense, ano 2018, v. 22, ed. 2, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/42861/pdf>. [2]. ROTTER, M. L. Special problems in hospital antiseptics. In: RUSSELL, HUGO & AYLIFFE'S principles and practice of disinfection, preservation and sterilization. 4th ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 540-542 [3]. ANVISA. Segurança do paciente Higienização das mãos. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/paciente_hig_maos.pdf [4]. Vandenberg MFQ, Verbrugh HA. Carriage of *S. aureus*: epidemiology and clinical relevance. *J Lab Clin Med* 1999; 133: 525-34 [5]. SILVA, et al 2012. Colonização pelo *S. aureus* em profissionais de enfermagem de um hospital escola de Pernambuco. *Ver. Esc. Enferm. USP* 2012; 46(1):132-7 www.ee.usp.br/reuusp/ [6].

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

A ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO EM INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Jhennyffer Regina Hottes **Bastos** (IC- jhennyfferhottes0018@gmail.com) ¹, Mônica Felix Alvarenga (PQ)²

1- Curso de enfermagem 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave: Enfermagem, Lesão por pressão, Escala de Braden.

APRESENTAÇÃO: As lesões por pressão correspondem atualmente a um dos principais eventos adversos notificados em instituições de saúde, sejam públicas ou privadas, contribuem para aditamento no período de internação, aumento da suscetibilidade a infecções e até a morte. No Brasil, em 2008 foi constituída a rede brasileira de enfermagem e segurança ao paciente (REBRAENSP), sendo que um dos 10 passos preconizados, dispõe sobre prevenção de lesão por pressão [2]. Desta forma, diversas ações devem ser tomadas para atingir o objetivo em questão e garantir assistência segura e de qualidade. Para o estudo de revisão integrativa foram percorridas etapas, cujas quais são: 1) Identificação da temática de pesquisa, 2) Designação da metodologia utilizada, 3) Agrupamento dos dados 4) Julgamento crítico dos achados e 5) Apresentação crítica e sistemática dos resultados. Foram selecionados artigos na plataforma Scielo, que abordam a atual temática, publicados entre 2015 e 2020, em português, além da utilização do manual da REBRAENSP de estratégias para a segurança do paciente.

DESENVOLVIMENTO: A lesão por pressão é comumente desenvolvida em locais com proeminência óssea, decorrente da pressão combinada ou não com fricção e cisalhamento, no ambiente hospitalar as internações a longo prazo contribuem para a instalação da lesão e consequente agravamento, ademais, fatores como mobilidade reduzida, deficiência sensorial, doença grave, desnutrição, e alteração do nível de consciência caracterizam fatores intrínsecos que interferem na condição tissular nesses casos [1]. Atualmente, as lesões por pressão se classificam em 5 estágios de evolução, além da forma não estagiável, onde não se pode medir a extensão de comprometimento decorrente da presença de tecido de necrose. Porém, esses traumas podem ser evitados e terem o percentual de risco para lesão detectado previamente. Para isso, ações como: hidratação diária da pele do paciente, utilização de coxins, colchões especiais, manutenção da ingestão nutricional, mudança de decúbito, além da realização de avaliações para o índice de risco antes, durante e após a internação hospitalar, são eficazes para prevenção e detecção precoce. Voltada à identificação prévia do risco, escalas de avaliação são eficientes, a mais utilizada atualmente é a escala de Braden, que considera 6 fatores: percepção sensorial, umidade, atividade, mobilidade, nutrição e, por fim, a fricção e cisalhamento, cada item recebe uma pontuação entre 1 e 4 pontos, sendo que 4 é a melhor pontuação em cada um, a soma de todos resulta em escore de 6 a 23 pontos, assim, um total de 15 a 18 representa baixo risco, entre 13 e 14 indica risco moderado, de 10 a 12 risco alto e, menos de 9 risco muito alto [3]. As assistências são feitas com base nesses resultados finais. À vista disso, a enfermagem é atuante em todos os momentos do atendimento e implementação dos cuidados e avaliações de risco, então, a equipe deve estar atenta às condutas, objetivando a identificação prévia de risco, ações específicas para o caso em questão e não agravamento do quadro e do período de internação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conforme os dados obtidos e analisados, é notório que o enfermeiro é o profissional competente a analisar evoluções, condições subclínicas e fatores adjacentes que possam intervir na temática. Por isso, ações voltadas para a atualização sobre as práticas clínicas que envolvem a segurança do paciente e mais especificamente prevenção de lesão por pressão devem ser abordadas, para que possamos ampliar os resultados advindos da prática assistencial concisa e precisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Souza, Cláudio José; et al. Aplicação da escala de Braden como fator preventivo de lesão por pressão em unidade de terapia intensiva. *Braz. Ap. Sci. Rev.* Curitiba, v.4, n.4, p. 2336-2354 jul./ago. 2020 [2] COREN. REBRAENSP. 10 passos para a segurança do paciente. São Paulo (SP): **COREN-SP**; 2010. [3] PEREIRA, Mariclen da Silva; Schuster, Chimene Mendel. A aplicação da escala de Braden na assistência de enfermagem. *Ver. Mostra de Iniciação científica.* v.1, n.1(2015)

Área de conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0- Enfermagem

FRAGILIDADES DA PESSOA IDOSA NA ADEÇÃO À TERAPIA MEDICAMENTOSA DOMICILIAR

BRENDA LINIQUE SOUSA **DA CRUZ** (IC- brenda_linik@hotmail.com)¹, ISRAEL LUCAS DOS SANTOS **FERNANDES**(IC)¹, NATÁLIA ALVES **DE CARVALHO** (IC)¹e CLEYDSON RODRIGUES **DE OLIVEIRA** (PQ)²

1- Curso de Enfermagem; 2. Professor *Faculdade de Minas –FAMINAS-BH – 31744-007 - Belo Horizonte – MG*

Palavras-chave: Idoso, Doenças crônicas, Adesão, Uso de medicamentos

INTRODUÇÃO: O Brasil contempla uma população com 30 milhões de idosos, crescendo 3,6% ao ano, podendo apresentar baixa cognitividade, analfabetismo e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)¹. Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes, e Doenças Renais são as DCNT mais comuns, devendo ser tratadas com métodos não farmacológicos e farmacológicos^{2,3}. A população possui uma preferência pela a terapia medicamentosa como principal meio de tratamento, mas, esse tratamento pode ocorrer de forma inadequada, principalmente, pelo fato dos medicamentos apresentarem uma nomenclatura difícil e serem prescritos geralmente para idosos^{2,4}. Partindo do ponto de vista da literatura, que mostra a dificuldade das pessoas idosas/analfabetas em realizar um tratamento farmacológico de maneira adequada, questionasse: Quais as principais fragilidades apresentadas por pessoas idosas na terapia medicamentosa domiciliar? Assim, o trabalho tem o objetivo de identificar fragilidades apresentadas por pessoas idosas na segurança da terapia medicamentosa domiciliar. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão integrativa. A busca inicial foi realizada na BVS e Scielo, utilizando os seguintes descritores com os operadores booleanos: "Idoso" AND "Doenças Crônicas" AND " Uso de Medicamentos", encontrando 373 artigos. Para filtrar esse quantitativo foram utilizados textos após de 2014, encontrando 105 trabalhos; trabalhos realizados em português, para compreender a cultura da população do Brasil, 39 trabalhos. Após a leitura de título, resumo e texto foram selecionados 8 artigos. A fim de entender melhor os direitos dessa população, foi lido o Estatuto do Idoso. Para a realização da pesquisa foi realizado uma revisão integrativa, seguindo os seis passos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Obteve-se como resultado seleção de 18 artigos, 8 por filtros e 10 por busca secundária, apesar de não conter todos os artigos sobre o tema, a análise possibilitou traçar um estudo extensivo. No Brasil o Estatuto do Idoso - Lei 10741/03, no art.9 relata que é “obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”⁵. Assim a pessoa Idosa deve receber cuidados que visem à manutenção de seu estado de saúde, buscando uma expectativa de vida ativa ao máximo possível, com independência funcional e autonomia, atentando para um controle das DCNT e para as dificuldades cognitivas. Pessoas que apresentam aumento progressivo do déficit cognitivo, geralmente, apresentam baixa escolaridade, baixa renda, utilização de diversos fármacos e não possuem companheiros^{2,3,6}. O declínio da cognitividade pode acarretar em alterações na funcionalidade do idoso, ocasionando dificuldades na leitura, déficits na autogestão e no autocuidado^{2,6}. Podendo apresentar assim uma dificuldade na adesão correta na administração do fármaco. Alguns estudos apresentam que, aproximadamente, apenas 30,8% da população segue o tratamento farmacológico de maneira correta^{1,2,3}, percebendo que a administração de fármacos é uma técnica rotineira para a maior população idosa devido às DCNTs, mas também é uma das maiores dificuldades que a população idosa enfrenta, pelo fato de existir dificultador como: leitura de bulas e instruções das medicações, compreensão da linguagem proposta, cumprimento do esquema medicamentoso, planejamento do acesso a medicamentos e o manejo em situações de esquecimento de doses^{4,6}. **CONCLUSÕES:** O presente estudo proporcionou verificar que existe um alto grau de dificuldades com a administração de medicamento e muitos fatores contribuem para diminuir a adesão do idoso ao tratamento. Com o envelhecimento, a capacidade física e cognitiva das pessoas diminui e essas mudanças podem ser impulsionadas por fatores genéticos, culturais, bem como por hábitos de vida e presença de outras patologias. Assim, a partir da identificação da dificuldade do idoso, o enfermeiro pode atuar junto à família com intervenções que diminuam esse fato. Dessa forma, passam por envolver os entes dos idosos nas atividades, discutir com eles os sinais/sintomas da doença e a forma como influenciam o cotidiano da família, informar sobre estilos de vida e gestão do regime terapêutico, abordar os déficits de memória, influências nas atividades de vida diária das pessoas idosas e podem criar novos facilitadores para ajudar o idoso principalmente na administração de medicamentos. **BIBLIOGRAFIA:** [1]BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2018; [2]ZORTEA, Bruna; ABREU, Daiane Porto Gautério; SANTOS, Silvana Sidney Costa; SILVA, Bárbara Tarouco da; ILHA, Silomar; CRUZ, Vânia Dias. Avaliação cognitiva de pessoas idosas em atendimento ambulatorial. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, v. 16, n. 1, p. 123-131, 2015; [3] DE GUSMÃO, Josiane Lima; Ginani, Giordano Floripe; Silva, Giovani Vieira da; Ortega, Katia Coelho; Jr, Décio Mion. Adesão ao tratamento em hipertensão arterial sistólica isolada. Rev Bras Hipertens, v. 16, n. 1, p. 38-43, 2009; [4] MELO, Silvia Pereira da Silva de, CESSE, Eduarda Ângela Pessoa; LIRA, Pedro Israel Cabral; RISSIN, Anete; CRUZ, Rachel de Sá Barreto Luna Callou; FILHO, Malaquias Batista. Doenças crônicas não transmissíveis e fatores associados em adultos numa área urbana de pobreza do nordeste brasileiro. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, p. 3159-3168, 2019; [5] Brasil. Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004; [6] DA SILVA, Aline Bueno; ENFROFF, Paula; SGAOLIN, Vanessa; SCHEER, Ely Luísa; GOMES, Irenio. Prevalência de diabetes mellitus e adesão medicamentosa em idosos da Estratégia Saúde da Família de Porto Alegre/RS. Cadernos Saúde Coletiva, v. 24, n. 3, 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

PROJETO DE EXTENSÃO EM PERÍODO DE PANDEMIA - RELATO DE EXPERIÊNCIA - DIA DO ABRAÇO VIRTUAL

ISRAEL LUCAS DOS SANTOS FERNANDES (IC- ezreal.spok@gmail.com)¹, BRENDA LINIQUE DE SOUSA DA CRUZ (IC)¹, NATÁLIA ALVES DE CARVALHO (IC)¹ e SHIRLEI BARBOSA DIAS (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora. *Faculdade de Minas –FAMINAS-BH – 31744-007 - Belo Horizonte – MG*

Palavras-chave: Projeto de Extensão, Pandemia, Abraço Terapia,

APRESENTAÇÃO: A covid19 é uma infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2, que pode levar a pessoa a ter diversos sinais e sintomas respiratórios¹. Devido ao fato da transmissão ocorrer através de secreções possivelmente contaminadas, o isolamento social é a melhor maneira de diminuir a circulação do vírus, mas com esse distanciamento da população pode acarretar em problemas de saúde mental². O confinamento, as novas rotinas, as adaptações laborais e de lazer, podem diminuir a circulação viral, mas podem gerar ou acrescentar transtornos mentais^{1,2}. Com esse vínculo emocional mundialmente prejudicado algumas estratégias para aumentar a interação das pessoas estão sendo criadas e sua divulgação se torna maior quando se trata de rede social. Neste sentido, o Projeto de Extensão Levando e Semeando Alegria da Faculdade de Minas FAMINAS-BH, como forma de afeto e empatia em tempos de dificuldades, realizou um trabalho baseado em artigos e documentos publicados pelo Ministério da Saúde. O trabalho teve como objetivo estimular sentimentos de felicidade, paz e tranquilidade e interagir digitalmente com a população, tendo como instrumento de trabalho um vídeo em uma mídia social.

DESENVOLVIMENTO: A proposta da ação foi elaborada à partir da restrição de contato o que muitas vezes impossibilita ações humanizadoras, apresentando uma metodologia do tipo intervencionista. Para realizar este trabalho que visa aproximar a população durante a pandemia, foi empregado o processo lúdico através de um vídeo, dando enfoque a mensagens demonstrando afeto, carinho e solidariedade. Para a construção do vídeo e da proposta de trabalho foi selecionado o tipo de vídeo mais divulgado, seguindo um roteiro que conseguisse atingir o maior número de pessoas amenizando os prejuízos psicológicos emocionais causados pelo isolamento social, tendo em vista que uma das primícias do projeto de extensão seja essa. No vídeo todos os integrantes apareciam descaracterizado e se caracterizavam com a sua persona de “Doutor Palhaço”, posteriormente realizando gestos como se quisessem abraçar a pessoa que estava assistindo ao vídeo. A postagem do vídeo ocorreu em uma rede social com grande visibilidade e engajamento, “Instagram”, no dia 22 de maio de 2020 (Dia Abraço) sem divulgação prévia. O vídeo foi compartilhado em diversas mídias sociais pela FAMINAS-BH, docentes, discentes e por pessoas que acompanham a página, recebendo 390 visualizações e diversas curtidas. Dentro da caixa de comentários obtiveram-se feedbacks positivos de pessoas relatando que estavam precisando receber um abraço mesmo que virtualmente e agradecendo pelo ato. Assim, a ação não beneficiou somente os integrantes do projeto, a experiência proporcionou também a efetivação e a aproximação dos acadêmicos de forma remota com o público alvo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os projetos de extensão se caracterizam pelo compromisso social dos universitários e da instituição de ensino, a comunidade, estando atrelado entre a pesquisa e o ensino adquirido, promovendo inúmeras trocas de experiências, sempre aprimorando o conhecimento. Uma ação na rede social favorece a interação da população mesmo sem estar em contato físico^{1,2}. Portanto, o projeto estimulou os participantes a considerarem a saúde mental e o período de isolamento importantes e a objetivarem a ferramenta como forma de interação, tendo o abraço virtual como símbolo de humanização, garantindo empatia e promoção de saúde. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS; à Mestre Shirlei Dias por coordenar esse projeto e pela oportunidade concedida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300214, 2020. [2] SILVA H.G.N; SANTOS L.E.S; OLIVEIRA A.K.S. Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. *Journal of Nursing and Health*. 2020;10(n.esp.):e20104007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva
Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Segurança do paciente como padrão de qualidade da assistência de enfermagem

Jhennyffer Regina Hottes **Bastos** (IC- jhennyfferhottes0018@gmail.com)¹, Mônica Felix Alvarenga (PQ)²

1- Curso de enfermagem 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

2-

Palavras chave: Segurança do paciente, enfermagem, assistência

APRESENTAÇÃO: O programa nacional de segurança do paciente (PNSP) foi criado em 2013 com o objetivo de qualificar as ações em assistência de saúde no território nacional [1], dessa forma, identifica-se que os índices de segurança do paciente e aplicação de ações para implementação da mesma, fazem referência direta à assistência prestada ao cliente. Sendo a equipe de enfermagem a atuante em assistência direta e indireta ao paciente, é necessário a promoção de capacitação da equipe no seguimento descrito, afim de atingir o aprimoramento do serviço prestado. Objetivando a realização do presente trabalho de revisão integrativa, levou-se em consideração as seguintes etapas: 1) Desenvolvimento da temática a ser estudada e sua contribuição, 2) Avaliação da metodologia a ser aplicada, 3) Busca dos dados a serem trabalhados, 4) Julgamento crítico dos achados e 5) Apresentação dos resultados obtidos de forma sistemática. Para isso, utilizou-se de estudos já publicados, com o período entre 2015 e 2020, além de considerações do programa nacional de segurança do paciente.

DESENVOLVIMENTO: Afim de gerenciar a segurança ao paciente, a organização mundial da saúde (OMS) elaborou os 6 protocolos básico de segurança, são eles: protocolo de úlcera por pressão, protocolo de higiene das mãos, protocolo de cirurgia segura, protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos, protocolo de identificação do paciente e protocolo de prevenção de quedas, todos esses são passíveis da ação de enfermagem [2]. Por isso, o conhecimento, treinamento e realização de ações preventivas pela equipe de enfermagem são fundamentais para a aplicabilidade da segurança do paciente em sua totalidade. Muitos são os eventos adversos susceptíveis ao atendimento de enfermagem, esses podem resultar nos mais diversos tipos de agravos, tanto ao cliente quanto a equipe, ademais, ainda se percebe a discussão punitiva frente aos eventos adversos, o que corrobora à retração do colaborador. No âmbito da enfermagem, é necessário a alimentação dos indicadores de segurança do paciente de forma periódica, planejamento de ações em enfermagem voltados a segurança do paciente e controle de agravos. Os líderes assumem importante papel, na capacidade de coordenar o grupo, realizar atribuição de tarefas, desenvolver atualizações a equipe, motivar os integrantes da mesma, além de planejar ambiente seguro de trabalho aos colaboradores, para que assim seja possível prestar segurança a outrem. Por esse motivo, os protocolos preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) exigem principalmente preparação da equipe, para que haja interação entre as ações e o resultado dessa interação resulte em atendimento seguro ao cliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Tendo como base os dados analisados, conclui-se que os indicadores de segurança do paciente fazem referência direta à gestão de enfermagem, interação da equipe, controle de agravos, treinamento e interação multiprofissional. Por isso, o tema necessita análise em toda sua complexidade pelos profissionais atuantes, tendo em vista que diversos fatores internos podem interferir na prática segura e conseqüente qualidade de atendimento. Vale ressaltar que, o olhar do enfermeiro gestor é de suma importância para questões que venham intervir no resultado do serviço, este deve possuir olhar prognóstico e sistemático, além de gerenciar alterações na sistemática utilizada, caso necessário. **BIBLIOGRAFIA:** [1]BRASIL. PORTARIA, Nº. 529, de 1º de abril de 2013. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), v. 1, 2013. [2] GOMES, Ivanice Bastos dos Santos et al. Atitudes e práticas da equipe de enfermagem para a segurança do paciente. **REVISTA UNINGÁ**, [S.l.], v. 56, n. S2, p. 14-29, mar. 2019. [3] LEMOS, Grazielle de Carvalho et al. A cultura de segurança do paciente no âmbito da enfermagem: reflexão teórica. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**.8; 2600; 2018.

Área de conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0- Enfermagem

TERAPIA DO ABRAÇO E SEUS BENEFÍCIOS EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

NATÁLIA ALVES DE CARVALHO (IC- Nataliaalves.c@gmail.com)¹, BRENDA LINIQUE DE SOUSA DA CRUZ (IC)¹, ISRAEL LUCAS DOS SANTOS FERNANDES (IC)¹, e SHIRLEI BARBOSA DIAS(PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora
Faculdade de Minas –FAMINAS-BH– 31744-007 - Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: Emoções Manifestadas, Abraço Terapia, Terapia do Riso.

Introdução: Com a graduação, o acadêmico passa grande parte do seu tempo sobre pressão e utilizando constantemente a tecnologia como forma de estudo ou socialização diminuindo o contato físico. O toque físico é agradável e necessário, apresentando um poder terapêutico que alavanca os sentimentos e coloca fim a solidão mesmo que momentaneamente. Dessa forma o acadêmico quando participar de um projeto de extensão relacionado a abraço terapia, isso traz benefícios para quem participa dessa ação. **Objetivo:** Assim o trabalho tem como objetivo explicar a importância de estudos de extensão relacionados a terapia do abraço. **Material e Métodos:** A pesquisa foi realizada através da base de dados da “BVS” e “SciELO”, utilizando a seguinte conexão de descritores intercalados com operadores booleanos: “Emoções Manifestas” AND “Terapia Focada em Emoções” AND “Terapia do Riso”. Foram encontrados 210 textos, excluindo os trabalhos presentes nas duas bases de dados. Após a filtragem, foram selecionados 10 trabalhos que contemplavam a temática, descartando posteriormente 4 textos incompletos, obtendo apenas 6 trabalhos. **Resultados:** Como resultado foi possível perceber que o contato físico é capaz de promover progresso na saúde, minimizando sintomas de doenças psíquicas e distúrbios secundários. O abraço representa um ato de apoio emocional, capaz de reduzir os níveis hormonais ligados ao estresse, podendo tornar a pessoa mais saudável, feliz e sentir mais segurança no meio social. **Conclusão:** Conclui-se que o ato de abraçar é de extrema importância para um estudante universitário, traz bem-estar e aproxima as pessoas. Dessa forma, um projeto de extensão voltado para abraços como forma terapêutica pode mudar o dia de quem oferece e de quem o recebe. **Agradecimentos:** À FAMINAS BH e a Mestre Shirlei Barbosa Dias pela oportunidade e apoio concedido.

Bibliografia:

CAPELA, Renata Campos. **RISO E BOM HUMOR QUE PROMOVEM A SAÚDE.** Rev. Simbiologias, v.4, n.6, Dez/ 2011. SOUSA, Waldênia Klésia Maciel Vargas. **O riso e o corpo: reflexões acerca do riso e sua relação com o biopoder.** R. Letras, Curitiba, v. 18, n. 23, p. 36-55, jul./dez. 2016.

Área de conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0- Enfermagem

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO CUIDADO A PACIENTES ACOMETIDOS POR RINITE ALÉRGICA EM FARMÁCIAS COMERCIAIS

Dione Ferreira **ALVES** (IC)¹, Izabella Cristina de Souza **SILVA** (IC)¹, Lilian da Silva **RAMOS** (IC)¹, Luís Gustavo da Cruz **PIRES** (IC- luisgustavofarmacia@gmail.com)¹, Adriana Nascimento de **SOUSA** (PQ- adriana.sousa@faminasbh.edu.br)²

1-Curso de Farmácia; 2. Professores Centro universitário FAMINAS-BH-31744-007-Belo Horizonte

Palavras-chave: Rinite, acompanhamento.

APRESENTAÇÃO: A dispensação é uma das principais atividades da prática farmacêutica e deve seguir os princípios preconizados pela OMS na Declaração de Tóquio. Além de fornecer o medicamento, o farmacêutico deve promover conhecimento para que o paciente o utilize de forma racional [1]. A farmácia é o local onde muitas pessoas recorrem para a resolução de seus problemas de saúde. Assim, é imprescindível que os farmacêuticos estejam capacitados para atender os pacientes que recorrem às drogarias para um atendimento e assegurar o uso de medicamentos seguros e eficazes que irão solucionar ou atenuar os desconfortos destes pacientes, além da indicação a um posto médico [2]. Diante do exposto, este trabalho objetiva realizar uma revisão bibliográfica descrevendo como o farmacêutico que trabalha em drogarias comerciais pode atender pacientes que sofrem de rinite alérgica. **DESENVOLVIMENTO:** Rinite alérgica é uma inflamação da mucosa nasal, que se origina quando o organismo do indivíduo entra em contato com substâncias que são irritantes para ele, essas substâncias são denominadas alérgenos. Após este contato, o organismo desenvolve uma resposta inflamatória que gera a formação de Imunoglobulinas E (IgE) específicas, ligadas a receptores de alta afinidade nos mastócitos [3]. Sabe-se que fatores como idade e sexo não influenciam na prevalência, na intensidade nem na frequência das crises alérgicas. Além disso, é reconhecido que a rinite alérgica não tem cura, porém ela pode e deve ser tratada. O controle ou o insucesso do tratamento dependerá de fatores como: exposição a alérgenos (ácaro e pólen), fatores desencadeantes (tabagismo), uso adequado de medicamentos (quando necessários) e histórico clínico do paciente [4]. A dexclorfeniramina e a loratadina são exemplos de fármacos que podem ser prescritos por farmacêuticos para atenuar os sintomas da rinite alérgica. A dexclorfeniramina é um fármaco que antagoniza os efeitos da histamina, é um fármaco antigo que é amplamente prescrito e de grande valor no arsenal terapêutico atualmente para combater os sintomas da alergia [5]. Em comparação ao fármaco anterior, a loratadina é um anti-histamínico de segunda geração, portanto mais moderno, mais potente e que traz um efeito sedativo menor para o paciente. O alívio na sintomatologia se sucede em virtude deste fármaco atuar como um agonista inverso dos receptores H1 [6]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O farmacêutico deve orientar os pacientes que sofrem de rinite alérgica a adotarem medidas que evitem as crises alérgicas, nestes indivíduos. Quando necessário, o farmacêutico deve indicar medicamentos efetivos que aliviarão os sintomas dessa doença. Sempre que necessário, o farmacêutico deve encaminhar os pacientes ao médico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ANGONESI, Daniela; RENNÓ, Marcela Unes Pereira. **Dispensação farmacêutica: proposta de um modelo para a prática.** Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2011.v16n9/3883-3891/>; [2] YAZBEK, Priscila Baptistella. **Atenção Farmacêutica: o processo de indicação farmacêutica para Medicamentos Isentos de Prescrição.** Araraquara, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121781/yazbek_pb_tcc_arafcf.pdf?sequence=1; [3] SUS, Prefeitura de Belo Horizonte. **Protocolo da rinite alérgica.** Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica_13022015.pdf; [4] CONSENSO BRASILEIRO SOBRE RINITES. 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Consenso_Rinite_9_-27-11-2017_Final.pdf; [5] MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA: comprimidos. Responsável técnico Dr. Ronoel Caza de Dio. Hortolândia: EMS, 2020. Bula de remédio; [6] NUNES, Inês Cristina Camelo. **Novos anti-histamínicos: uma visão crítica.** São Paulo: Jornal de Pediatria, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572006000700007#:~:text=A%20maioria%20dos%20anti%2DH1,taquicardia%20e%20reten%C3%A7%C3%A3o%20urin%C3%A1ria5.

Área de conhecimento (CNPq): 4.03.00.00 - Farmácia

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO CUIDADO A PACIENTES ACOMETIDOS POR RINITE ALÉRGICA EM FARMÁCIAS COMERCIAIS

Dione Ferreira **ALVES** (IC)¹, Izabella Cristina de Souza **SILVA** (IC)¹, Lilian da Silva **RAMOS** (IC)¹, Luís Gustavo da Cruz **PIRES** (IC- luisgustavofarmacia@gmail.com)¹, Adriana Nascimento de **SOUSA** (PQ- adriana.sousa@faminasbh.edu.br)²

1-Curso de Farmácia; 2. Professores Centro universitário FAMINAS-BH-31744-007-Belo Horizonte

Palavras-chave: Rinite, acompanhamento.

APRESENTAÇÃO: A dispensação é uma das principais atividades da prática farmacêutica e deve seguir os princípios preconizados pela OMS na Declaração de Tóquio. Além de fornecer o medicamento, o farmacêutico deve promover conhecimento para que o paciente o utilize de forma racional [1]. A farmácia é o local onde muitas pessoas recorrem para a resolução de seus problemas de saúde. Assim, é imprescindível que os farmacêuticos estejam capacitados para atender os pacientes que recorrem às drogarias para um atendimento e assegurar o uso de medicamentos seguros e eficazes que irão solucionar ou atenuar os desconfortos destes pacientes, além da indicação a um posto médico [2]. Diante do exposto, este trabalho objetiva realizar uma revisão bibliográfica descrevendo como o farmacêutico que trabalha em drogarias comerciais pode atender pacientes que sofrem de rinite alérgica. **DESENVOLVIMENTO:** Rinite alérgica é uma inflamação da mucosa nasal, que se origina quando o organismo do indivíduo entra em contato com substâncias que são irritantes para ele, essas substâncias são denominadas alérgenos. Após este contato, o organismo desenvolve uma resposta inflamatória que gera a formação de Imunoglobulinas E (IgE) específicas, ligadas a receptores de alta afinidade nos mastócitos [3]. Sabe-se que fatores como idade e sexo não influenciam na prevalência, na intensidade nem na frequência das crises alérgicas. Além disso, é reconhecido que a rinite alérgica não tem cura, porém ela pode e deve ser tratada. O controle ou o insucesso do tratamento dependerá de fatores como: exposição a alérgenos (ácaro e pólen), fatores desencadeantes (tabagismo), uso adequado de medicamentos (quando necessários) e histórico clínico do paciente [4]. A dexclorfeniramina e a loratadina são exemplos de fármacos que podem ser prescritos por farmacêuticos para atenuar os sintomas da rinite alérgica. A dexclorfeniramina é um fármaco que antagoniza os efeitos da histamina, é um fármaco antigo que é amplamente prescrito e de grande valor no arsenal terapêutico atualmente para combater os sintomas da alergia [5]. Em comparação ao fármaco anterior, a loratadina é um anti-histamínico de segunda geração, portanto mais moderno, mais potente e que traz um efeito sedativo menor para o paciente. O alívio na sintomatologia se sucede em virtude deste fármaco atuar como um agonista inverso dos receptores H1 [6]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O farmacêutico deve orientar os pacientes que sofrem de rinite alérgica a adotarem medidas que evitem as crises alérgicas, nestes indivíduos. Quando necessário, o farmacêutico deve indicar medicamentos efetivos que aliviarão os sintomas dessa doença. Sempre que necessário, o farmacêutico deve encaminhar os pacientes ao médico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ANGONESI, Daniela; RENNÓ, Marcela Unes Pereira. **Dispensação farmacêutica: proposta de um modelo para a prática.** Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2011.v16n9/3883-3891/>; [2] YAZBEK, Priscila Baptistella. **Atenção Farmacêutica: o processo de indicação farmacêutica para Medicamentos Isentos de Prescrição.** Araraquara, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121781/yazbek_pb_tcc_arafcf.pdf?sequence=1; [3] SUS, Prefeitura de Belo Horizonte. **Protocolo da rinite alérgica.** Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2015/ProtocoloRiniteAlergica_13022015.pdf; [4] CONSENSO BRASILEIRO SOBRE RINITES. 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Consenso_Rinite_9_-27-11-2017_Final.pdf; [5] MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA: comprimidos. Responsável técnico Dr. Ronoel Caza de Dio. Hortolândia: EMS, 2020. Bula de remédio; [6] NUNES, Inês Cristina Camelo. **Novos anti-histamínicos: uma visão crítica.** São Paulo: Jornal de Pediatria, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572006000700007#:~:text=A%20maioria%20dos%20anti%2DH1,taquicardia%20e%20reten%C3%A7%C3%A3o%20urin%C3%A1ria5.

Área de conhecimento (CNPq): 4.03.00.00 - Farmácia

***Cannabis sativa*: CONCEPÇÕES DE SEU USO PARA FINS MEDICINAIS**

Nathália de Oliveira Ramos **SOARES** (IC - nathaliaoliveira3234@gmail.com)¹, Luiz Henrique de **ARÊDES**¹, Vitória Eulália de Fátima **DIAS**¹, Rafaela Marquezine de Oliveira **SOUZA**¹, Emílio Santana de **ABREU**², Micheline L. Souza **LOPES**²

1. Curso de Farmácia; 2. Professores

Centro Universitário UNIFAMINAS 36.880.000 – Muriaé- MG

PALAVRAS-CHAVE: *Cannabis sativa*, tetraidrocanabinol, canabidiol.

INTRODUÇÃO: A utilização de derivados da *Cannabis sativa* como terapia medicinal, gera discussão no contexto bioético, pois esta planta possui propriedades psicotrópicas. O canabidiol (CBD) e o Δ 9-tetraidrocanabinol (THC) são os constituintes mais destacados com potenciais terapêuticos [1]. No organismo humano existe o sistema endocanabinoide, composto por receptores que regulam processos fisiológicos, aumentando as possibilidades terapêuticas dessas substâncias sobre estes alvos [2]. O objetivo desta pesquisa é identificar concepções de graduandos e graduados de enfermagem e educação física sobre o uso terapêutico de derivados da *C. sativa* através de aplicação de um questionário. **MATERIAL E MÉTODOS:** Inicialmente foi criado um projeto, submetido a Plataforma Brasil e aprovado sob parecer nº CAAE 12041519.0.0000.5105. Trata-se de uma pesquisa quantitativa com aplicação de um questionário sobre o uso medicinal de *C. sativa*, utilizando a ferramenta *on line Google Forms*. Gerou-se um *link* do questionário que foi enviado através de *WhatsApp* para o público alvo no período de 3 a 17 de junho de 2020. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi obtido um total de 60 questionários respondidos, no qual 51,3% deles eram da enfermagem e 48,7% da educação física. Dos entrevistados 36,7% tinham idade entre 18 a 25 anos, 58,3% idade entre 26 a 40 anos e 5% idade de 41 a 60 anos. Destes, 66,7% relataram saber que ao se produzir um medicamento a base da *C. sativa*, se utiliza apenas algumas propriedades químicas e não toda a planta. Quando perguntados sobre o significado de CBD e THC, 46,7 % relataram que conhece o significado. Atualmente há pesquisas com a *C. Sativa*, centrado em suas propriedades medicinais, promovendo informações à população, mas devido a proibição legal da planta, pode reprimir a opinião das pessoas em relação ao uso medicinal [3]. Sobre a utilização de componentes químicos da maconha para produzir medicamentos, 93,3% dos entrevistados são a favor, porém, destes, 30% acreditam que há perigo, relatando possíveis problemas ao sistema nervoso. Para os 70% que não acreditam haver prejuízos, 16,7% deles presumem que há avanço em pesquisas garantindo a segurança. A maconha possui efeitos alucinatórios, porém possui compostos químicos com eficácia comprovada em tratamentos de obesidade e depressão [4]. Dos participantes da pesquisa, 88,3% utilizariam, se necessário, medicamentos à base de propriedades químicas da maconha. Sobre os familiares, 85% das pessoas questionadas afirmaram que dariam esse medicamento para um membro familiar caso fosse necessário. **CONCLUSÃO:** Embora ainda exista uma rejeição em alusão a *C. sativa* por ser uma planta tratada com uma droga ilícita, pode-se observar que 93,3% dos participantes são favoráveis ao uso medicinal de substâncias extraídas da planta. Atualmente pela diversidade de estudos e pesquisas científicas que estão sendo mais divulgadas e direcionadas ao uso de alguns derivados dessa planta com a finalidade terapêutica, as pessoas estão sendo mais a favor de seu uso nessa intenção. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CRIPPA, José Alexandre S.; ZUARDI, Antônio Waldo; HALLAK, Jaime E. C. Uso terapêutico dos canabinoides em psiquiatria. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v.32, supl.1, p.556-566, maio 2010. [2] EBBERT J.O, SCHARF E.L, HURT R.T. *Medical Cannabis*. *Mayo Clin Proc.* v. 93, n.12, p.1842-1847, 2018. [3] ZAGANELLI, M. V.; CORREIA, J. V. G. A restrição do uso medicinal da cannabis sativa face ao princípio da autonomia da vontade. *Revista Eletrônica do Curso de Direito. Universidade Federal de Santa Maria*, v. 13, n. 2, p. 2, 2018. [4] ABREU, M. Maconha: quais os efeitos, benefícios e malefícios da planta medicinal. *Tua saúde*, 2007. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/maconha-medicinal/> acesso em: 28 de jun. 2020.

Área de conhecimento (CNPq): 4.03.00.00 - Farmácia

CONHECIMENTO DO USO DE ANTIPARASITÁRIOS POR CLIENTES DE UMA DROGARIA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA – MG Joice de Oliveira MASSI (IC - joiceomassi@gmail.com)¹, Thalia Martins PAULINO (IC)¹, Fernanda Mara FERNANDES (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professora

Centro Universitário UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Parasitas, Antiparasitário, Efeito colateral.

INTRODUÇÃO: Muitas doenças parasitárias ganham um destaque devido sua elevada prevalência, atingindo milhões de pessoas no mundo inteiro. Medidas etiológicas, sanitárias e o uso de fármacos antiparasitários levam à diminuição de tais ocorrências. Dentre os antiparasitários existentes no mercado, observa-se dois grupos, sendo os anti-protozoários e os anti-helmínticos. Entretanto, devido a variação metabólicas de cada verme, essas drogas podem ser eficazes e seguras para determinado parasita ou ineficazes contra outros tipos [1]. Os antiparasitários mais utilizados no Brasil são o metronidazol e o albendazol, estes, podem ocasionar alguns efeitos colaterais, tais como: náuseas, vômitos, boca seca, cefaleia, desconforto intestinal e distúrbios gastrointestinais, tais efeitos determinaram a adesão do tratamento pelo paciente [2]. Nos últimos dias, devido à pandemia ocasionada pelo *Covid-19*, tem se observado um aumento do uso de *alguns antiparasitários, uma vez que, os mesmos estão sendo citados como fonte de tratamento contra o vírus* [3]. O objetivo do presente trabalho foi avaliar o conhecimento sobre o uso de antiparasitários em clientes de uma drogaria comercial.

MATERIAL E MÉTODOS: Foi aplicado em um grupo de clientes de uma drogaria do município de Rosário da Limeira - MG um questionário online contendo questões objetivas sobre o assunto, no período de junho à julho de 2020. A pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil (CAAE: 32212620.0.0000.5105).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Responderam ao questionário 70 clientes. Percebeu-se que diversos aspectos epidemiológicos podem influenciar a ocorrência e conhecimento sobre parasitas, entre eles: o grau de escolaridade, idade, sexo, e se este residia na zona rural ou urbana. O uso de antiparasitários foi administrado uma vez ao ano, por 56 (80%), dos clientes, já a frequência de uso por 2 vezes ao ano, foi observado em 12 (17,1%) clientes, seguida por uso a cada 6 meses por 2 (2,9%) clientes. Para 34 (48,6%) dos entrevistados, a administração do fármaco por automedicação, seguido por indicação médica (25,7%), e indicação feita pelo farmacêutico (25,7%). O medicamento mais citado foi o Nitaxozida com 21 (30%) respostas, seguindo do Albendazol em 18 (25,7%) pacientes, ficando assim Ivermectina e Mebendazol com o mesmo número, 11 (15,7%) pacientes cada. A forma genérica foi a mais utilizada, sendo respondido que 34 (48,7%) dos clientes fazem o uso destes, seguido pelo uso do referencial, 24 (34,3%) e por fim os similares com 12 (17,1%) dos participantes. Em relação à execução do EPF (exame parasitológico de fezes) antes de se fazer o uso de tais medicações, 88,6 % dos clientes, responderam que não realizaram tal exame. A automedicação é um dos exemplos de uso indevido de medicamentos, podendo ser considerado um problema de saúde pública no Brasil e em todo mundo [4].

CONCLUSÕES: Foi possível constatar que os clientes entrevistados realizam a automedicação, principalmente devido à facilidade ao acesso do medicamento. A forma genérica foi a mais utilizada e muitos dos entrevistados não realizam o EPF antes da administração de tais medicamentos.

REFERÊNCIAS: [1] BRASIL. DIP: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle. Guia de bolso. 2.ed.rev.ampl. Brasília: M.S., Fundação Nacional de Saúde, 2000. [2] BRAZ, A. S. *et al.* Recomendações da Sociedade Brasileira de Reumatologia sobre o diagnóstico e tratamento das parasitoses intestinais em pacientes com doenças reumáticas autoimunes. *Rev. Bras. Reumatol.*, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 2015. [3] BRASIL. Medicamentos. Brasília: Instituto Nacional da Propriedade Industrial, 2020. [4] SILVA, A. O. M; *et. al.* O papel do farmacêutico na automedicação de medicamentos isentos de prescrição. Revista de trabalhos acadêmicos-campus Niterói, nº. 14 – anais – XIV Semana de extensão – XV Jornada de IC: Niteroi, 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

A ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMO CONTRIBUIÇÃO E O ESTUDO DE FARMACOGNOSIA

Elisa Barbosa de **OLIVEIRA** (IC- elisabarbosaoliveira18@gmail.com)¹, Sarah Ellen Dias **MEDEIROS**, Letícia Gonçalves **RAMOS** (IC)¹ (IC)¹ Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor *Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.*

Palavras-chave: Ensino, Metodologias, Metabólitos

INTRODUÇÃO: Plantas medicinais são conhecidas e observadas como espécies vegetais, sendo cultivadas ou não, em que os seus fins são terapêuticos. Com a realização dos processos perante a coleta, estabilização e secagem, seu nome fica conhecido como droga vegetal. Em que, se torna íntegra, sendo rasurada, triturada ou pulverizada. Os metabólitos secundários se destacam pelo importante papel na adaptação das plantas aos seus ambientes; desse modo são responsáveis em contribuir para que as plantas possam ter uma boa interação em diferentes ecossistemas, aumentando sua sobrevivência, havendo diversas atividades biológicas. [1,5,6] O objetivo deste trabalho foi desenvolver um infográfico sobre metabólitos secundários para contribuir ao entendimento da disciplina de Farmacognosia. **MATERIAL E MÉTODOS:** Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre plantas medicinais, mecanismos de ação, áreas desenvolvidas a fitoterapia. O material foi separado e destacado as informações mais importantes para a elaboração de um infográfico sobre o tema. O produto final continha as informações e as referências bibliográficas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Sabemos que materiais didáticos contribuem fortemente para o entendimento dos conceitos em Farmacognosia. Metabólitos secundários, são importantes para a planta por atuar como antibióticos, antifúngicos e antivirais, em que as protegem de patógenos, apresentam atividades antigerminativas ou tóxicas para outras plantas, fitoalexinas. Alguns metabólitos também constituem importantes compostos que absorvem a luz ultravioleta evitando que as folhas sejam danificadas. [2,3,4] No infográfico utilizamos o programa Canva para sua confecção, as imagens foram obtidas de diversas formas de pesquisas, sendo de sites e aplicativos como o próprio Canva [7]. Destacamos as aplicações sobre o metabólito, e mostram os principais usos. O material foi elaborado para ser publicado em uma página do Instagram @fitoterapiaemcasa, em que o resultado final foi apresentado na disciplina de Farmacognosia. **CONCLUSÕES:** A elaboração de materiais didáticos no formato de um infográfico, permitiu entender melhor as aplicações sobre o tema. Esta forma apresenta um potencial de uso efetivo e pode ajudar tanto no conhecimento sobre plantas medicinais, como facilitar a experimentação por parte dos alunos dentro das disciplinas. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos** – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. [2] TOMAZZONI, Marisa Ines; NEGRELLE, Raquel Rejane Bonato; CENTA, Maria de Lourdes. Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 115-121, mar. 2006. [3] VEIGA JUNIOR, Valdir F.; PINTO, Angelo C.; MACIEL, Maria Aparecida M. Plantas medicinais: cura segura?. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 28, n. 3, p.519-528, Jun .2005 [4] SPAGNUOLO, RS; BALDO, RCS. Plantas Medicinais e Seu Uso Caseiro: o Conhecimento Popular. **UNOPAR Cient., Ciênc. Biol. Saúde**. 2009;11(1):31-4. [5] ZENI, Ana Lúcia Bertarello et al. Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2703-2712, 2017. [6] FUMAGALI, Elisângela et al. Produção de metabólitos secundários em cultura de células e tecidos de plantas: O exemplo dos gêneros *Tabernaemontana* e *Aspidosperma*. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, n. 4, p. 627-641, 2008. [7] CARVALHO F, Luis Carlos. Metilxantina. Prof Luis Carlos Carvalho. Disponível em: <<https://profluiscarloscarvalho.comunidades.net/metilxantina>>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

AVALIAÇÃO DO TRATAMENTO E RESISTÊNCIA BACTERIANA NA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO.

Eduarda A. P. **RIGUETE** (IC – eduarda.riguete@gmail.com)¹, Thalia M. **PAULINO** (IC)¹,
Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professora Centro Universitário UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG

Palavras-chave: urina, bactérias, tratamento.

INTRODUÇÃO: A infecção do trato urinário (ITU) é uma doença frequente, que acomete todas as idades. Na vida adulta, a incidência da doença aumenta e o predomínio é no sexo feminino. Grande parte das ITU ocorrem quando patógenos fecais atingem a vagina, rins e bexiga. Sendo que, na maioria das vezes não leva a complicações, e gera uma resposta positiva quando exposta a antimicrobianos. Contudo, há microrganismos que apresentam resistência a esses medicamentos, e por este motivo é tão importante a definição de um tratamento adequado [1]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o tratamento e resistência bacteriana na infecção do trato urinário. **MATERIAL E MÉTODOS:** Um questionário online foi aplicado para 80 pessoas com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos. Tal questionário foi enviado pelo aplicativo *WhatsApp*, e os participantes marcaram a opção do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (Número de registro na Plataforma Brasil - CAAE: 61084716.3.0000.5105). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Da população estudada, 53,8% já foi acometida pela ITU, e 87,2% das pessoas relataram ter casos de infecção urinária na família, enquanto o índice de infecções recorrentes durante um ano foi 29,5%. Em um estudo desenvolvido por *Haddad e Fernandes (2019)*, os autores relatam que a ITU recorrente na mulher ocorre em consequência a fatores como periodicidade das relações sexuais, redução dos níveis de estrogênio, alto volume de resíduos pós-micção e principalmente devido a fatores genéticos, que estão interligados a uma modificação no mecanismo de resposta do hospedeiro, gerando predisposição à ITU [2]. Dentre os microrganismos identificados na urocultura, 23,2% dos entrevistados relataram a presença de *E. coli*, sendo a bactéria predominante. Silva, Oliveira e Mak (2020), evidenciaram que cerca de 90% dos quadros de pielonefrites são ocasionados por esta espécie bacteriana [3]. Sabe-se que o tratamento farmacológico da ITU é distinto conforme o sexo e idade do paciente, e como foi observado no presente estudo, a amoxicilina+clavulanato foi o antibiótico mais utilizado (32,8%), seguido do ciprofloxacino (22,9%), levofloxacino (21,3%), Macrofantina (16,4%), Norfloxacino (3,3%) e cefalexina (3,3%). Infecções por enterococos ou estreptococos β hemolíticos do grupo B, possuem opções terapêuticas como amoxicilina, amoxicilina+clavulanato, ampicilina e cefalexina. Os fluoroquinolonas, como norfloxacino e ciprofloxacino são indicados para ITUs complicadas, e caso não haja um uso criterioso, poderá exercer uma seleção de cepas resistentes. Já a nitrofurtoína, é o fármaco de escolha para a profilaxia da ITU de repetição não grave em mulheres que apresentam 3 ou mais recidivas dentro de um período de um ano [5]. **CONCLUSÕES:** Observou-se que as infecções recorrentes são constantes em mulheres, e provavelmente ocorrem devido a fatores genéticos. É válido ressaltar que o tratamento da ITU deve ser exercido com total seriedade, após a análise de um profissional qualificado e a realização de exames laboratoriais. O uso indiscriminado de antimicrobianos é um grande problema de saúde pública, uma vez que leva a mecanismos de resistência bacteriana, tornando o medicamento ineficaz a terapêutica. **AGRADECIMENTO:** Ao Unifaminas pela oportunidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LIMA, A. C. S. A. Infecção urinária na gravidez: os aspectos microbiológicos, imunológicos e terapia antimicrobiana. *Rev. Saber Cient.*, Porto Velho, p.1-8, 2019; [2] HADDAD, J. M.; FERNANDES, D. A. O. ITU. *Femina*, Protocolo Febrasgo – SP, v. 47, n. 4, p.241-244, 2019; [3] SILVA, A. C. S.; OLIVEIRA, E. A.; MAK, R. H. Urinary tract infection in pediatrics: an overview. *Jornal de Pediatria*, RJ, v. 96, s. 1, p. 65-79, March–April 2020; [4] BRASIL. Diretrizes clínicas na saúde suplementar. Infecção urinária não complicada na mulher: tratamento. Associação médica Brasileira e agência nacional de saúde suplementar, 2010; [5] BRAIOS, A. *et al.* ITU em pacientes não hospitalizados: etiologia e padrão de resistência aos antimicrobianos. *J. Bras. Patol. Med. Lab.*, v. 45, n. 6, p.449-456,2009.

ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

PERCEPÇÕES SOBRE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Amanda Duarte FERREIRA (IC – amandadferreira9@gmail.com)¹, Vanessa Honorio Quiodini XAVIER¹, Karol Aparecida Braga Silva¹, Thayná Romão Martins¹, Emílio Santana de ABREU², Micheline L. Souza LOPES²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor. Centro Universitário UNIFAMINAS – 36.880.000 – Muriaé-MG.

PALAVRAS-CHAVE: Reprodução Assistida, Bioética.

INTRODUÇÃO: A Reprodução Assistida é uma técnica usada com o intuito de auxiliar pessoas com problemas de fertilidade, na qual envolve a manipulação de gametas. Esta prática gera discussões éticas devido a influencia diretamente nos conceitos de paternidade e maternidade [1]. O objetivo deste trabalho é verificar diferentes opiniões sobre os procedimentos de Reprodução Assistida através de aplicação de questionários. **METODOLOGIA:** Inicialmente foi realizado um projeto e submetido ao comitê de ética e pesquisa, no qual foi aceito sob o parecer CAAE nº12041519.0.0000.5105. Foi desenvolvido e aplicado um questionário utilizando a ferramenta *on line Google Forms*, onde inicialmente os participantes deveriam ler e aceitar as condições expostas no TCLE. O estudo foi realizado no município de Muriaé-MG, entre os meses de maio a junho de 2020, sendo a população formada por pessoas com idade superior a 18 anos que já possuem ou não filhos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram obtidas 51 respostas dos participantes. Destes, 27,5% eram do sexo masculino e 72,5% do sexo feminino. Foi observado que 66,7%, responderam que conhecem a técnica de reprodução assistida. Na atualidade, o grande volume de informação está vinculado livremente por diversos meios de comunicação e mídias digitais, aumentando o conhecimento da população sobre o tema [2]. Cerca de 88,2% dos participantes afirmaram não conhecer os riscos do tratamento e 62,7% dos participantes relataram que não conhecem os benefícios. A revolução na área da reprodução assistida humana ocorreu a partir de 1978 sendo difundida até os dias de hoje, porém muitas pessoas ainda desconhecem os riscos associados ao procedimento [3]. Cerca de 82,4% dos entrevistados acreditam que tem uma idade limite para realizar o procedimento e segundo Conselho Federal de Medicina, em resolução de nº 2168/2017, fica determinado que a idade máxima para mulher receber embriões é de 50 anos. Sobre a realização da técnica, 51% dos participantes informaram que não realizariam. Atualmente, o livre acesso a informações por diversos meios de comunicação e mídias digitais, podem modular respostas positivas e negativas sobre o tema [2], assim como questões religiosas tem grande influência na decisão das pessoas [4]. Para aqueles que realizariam a técnica e em casos de insucesso do procedimento, 80,4% dos entrevistados optariam por uma adoção. Muitas mulheres sonham com a gestação, mas o tratamento de fertilização é um processo longo, caro e às vezes frustrante, assim a adoção é uma boa alternativa [5]. **CONCLUSÃO:** O público estudado demonstrou conhecimento sobre Reprodução Assistida (66,7%), porém, 88,2% não conhece os riscos e 62,7% não conhecem os benefícios do procedimento. Nota-se que a adoção é considerada uma alternativa entre os participantes que optariam para a realização da técnica, caso ocorresse insucesso, e que fatores religiosos e informações das mídias ajudam a formar opiniões sobre este assunto que tem um caráter ético muito importante. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOUZA, Marise Cunha de. As técnicas de reprodução assistida. A barriga de aluguel. A definição da maternidade e da paternidade. Bioética. *Revista da EMERJ*, v. 13, n. 50, p. 350-351, 2010. [2] ROSSETTI, Adroaldo Guimarães; MORALES, Aran Bey Tcholakian. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. *Ciência da Informação*, v. 36, n. 1, p. 124-135, 2007. [3] ALVES, Sandrina Maria Araújo Lopes; OLIVEIRA, Clara Costa. Reprodução medicamente assistida: questões bioéticas. *Revista Bioética*, v. 22, n. 1, p. 66-75, 2014. [4] LEITE, Tatiana Henriques; HENRIQUES, Rodrigo Arruda de Holanda. Bioética em reprodução humana assistida: influência dos fatores sócio-econômico-culturais sobre a formulação das legislações e guias de referência no Brasil e em outras nações. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 24, p. 31-47, 2014. [5] CORRÊA, Marilena CD; LOYOLA, Maria Andrea. Tecnologias de reprodução assistida no Brasil: opções para ampliar o acesso. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 753-777, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia.

EFEITOS DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS SOBRE A HIPERTENSÃO E O DIABETES MELLITUS TIPO 2

Bárbara Regina Dias **BATISTA** (IC - barbdbatista@gmail.com) ¹

João Paulo Vargas **FERNANDES** (PQ - joaopaulo_vargas@yahoo.com.br) ²

1- Curso de fisioterapia; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 -*

Palavras-chave: hipertensão; diabetes; atividades físicas (+)

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial (HA) e o diabetes mellitus (DM) são doenças crônicas de grande prevalência entre a população. A HA é definida por manter os níveis pressóricos do sangue elevados, o que pode provocar lesões nos órgãos-alvo, à longo prazo. Já o DM2 é uma síndrome metabólica caracterizada por um aumento dos níveis glicêmicos no sangue, associado à ineficácia da insulina (1, 4). Ambas doenças podem ser responsáveis por morbimortalidade, devido à disfunções cardiovasculares, porém a realização de exercícios físicos pode diminuir em 60% os riscos de falência cardíaca (2). **OBJETIVOS:** Relatar os efeitos causados pela prática de atividades físicas à indivíduos portadores de HA e DM2. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de artigos encontrados nas bases de dados Scielo; Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício; Revista Brasileira em Promoção à Saúde e Revista Brasileira de Ciência e Movimento, sobre os efeitos das atividades e exercícios físicos na qualidade de vida de hipertensos e diabéticos

TABELA 1
Exercícios realizados em indivíduos com HA e DM2, tipo, duração, intensidade e resultados obtidos.

Autor	Tipo de exercício	Intensidade	Duração	Resultado
Kneubuehler et al.	Aeróbicos e resistidos (alongamentos, caminhada e 5 tipos de exercícios)	1 hora: Aeróbicos: 60 à 70% da FCmáx; resistidos: 40 à 50% da FCmáx	12 sessões	PAS: 128,21 para 120,25 mmHg (- 7,96); PAD: 77,12 para 73,16 mmHg (-3,96). Através do MAPA, observou-se que declínio tensional foi de 6 mmHg para PAS e 9 mmHg para a PAD.
Farinatti et al.	Aeróbicos (caminhada e alongamentos)	30 min., 3 vezes/semana; 60 à 80% da Fcmáx	4 meses	Após análises bioquímicas a cada 4 semanas, a média glicêmica teve redução. Em jejum: de 153 mg/dL para 135 mg/d; pós-prandial: de 208 mg/dL para 151 mg/dL.
Andrade et al.	Aeróbicos (aquecimento, caminhada e alongamento)	50 min., 3 vezes/semana; 50 à 60% da Fcmáx	12 semanas	MAIOR redução da glicemia após PA do que após PS, o qual também teve bons resultados.
Macêdo et al.	Pilates no solo (PS) e pilates na água (PA)	30 min.; 9 a 13 na escala de Borg	3 sessões	Média da PAS: de 139 para 120 mmHg; e PAD: de 86 para 72 mmHg. Média dos níveis das LDL dos diabéticos: de 149 para 143 mg/dL.
Hortencio et al.	Aeróbicos (caminhada e exercícios ativos para MMSS)	1 hora, 2 vezes/semana; Intens. Moderada	2 meses	

DISCUSSÃO: A presente revisão expõe protocolos de atividades de curta duração que geram efeitos benéficos sobre a HA e o DM2; acredita-se que a prática à longo prazo proporciona benefícios ainda maiores. Os exercícios prevalentes são os aeróbicos, com destaque para a caminhada. Atividades de intensidade moderada, com média de 60% da FCmáx, mostra-se mais apropriada, não gerando sobrecarga cardiovascular. Após exercícios físicos, acredita-se que os níveis glicemia reduzem pela maior captação de glicose e sensibilidade à insulina; e a PA tem sua diminuição devido alterações humorais e produção de substâncias vasoativas, que diminuem a resistência vascular periférica. **CONCLUSÃO:** A realização de atividades físicas auxilia na redução da PA e dos níveis glicêmicos, tanto à curto quanto à longo prazo, quando orientada de forma correta. **REFERÊNCIAS:** [1] MMO, L. *et al.* Exercício aeróbico no controle da hipertensão arterial na pós-menopausa. *Fisiot Mov, Curitiba*, 24(1):23-31,mar/2011. [2] KNEUBUEHLER, A. *et al.* Aplicação e análise dos efeitos de sessões de exercício físico aeróbico e de resistência aplicada na academia ao ar livre no controle da HA. *Rev Bras de Presc e Fisiol do Ex.*, São Paulo, 10(61):663-669, set/2016; [3] FARINATTI, P. *et al.* Programa Domiciliar de Exercícios: Efeitos de Curto Prazo sobre a Aptidão Física e Pressão Arterial de Indivíduos Hipertensos. *Arq Bras de Cardiol, RJ*, 84(6):1-2, jun/2005; [4] ANDRADE, E A; *et al.* Exercício físico de moderada intensidade contribui para o controle de parâmetros glicêmicos e clearance de creatina em pessoas com Diabetes Mellitus tipo 2. *Rev Bras Ciên e Mov* 2016; 24(1):118-126; [5] MACÊDO, É. *et al.* Efeito de sessão aguda de Pilates no solo e na água sobre a glicemia de mulheres portadoras de diabetes tipo 2. *Fisiot Bras*, 18(1):47-55, 2017; [6] MNS, H. *et al.* Efeitos de exercícios físicos sobre fatores de risco cardiovascular em idosos hipertensos. *RevBrasPromoç Saúde, Fortaleza*, 31(2):1-9, jun/2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS

Juliana Dád Almeida **SILVA** (IC – julianadad2009@outlook.com) ¹ Bárbara Regina Dias **BATISTA** (IC – barbdbatista@gmail.com) ² Clarissana Araújo BOTARO (PQ – clafisio@gmail.com) ³

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé – Mg

Palavras-chave: Idosos, fisioterapia (+)

INTRODUÇÃO: Estima-se que cerca de 17,6 milhões de brasileiros apresentam idade acima de 60 anos e que em 2025 o Brasil será o sexto país do mundo com maior número de idosos [1]. Dentre mudanças no processo de envelhecimento, destacam-se as alterações posturais e de equilíbrio; diminuição da massa muscular e força; e déficits de mecanismos responsáveis pela marcha, levando a maiores chances de morbimortalidade entre idosos [2]. Estima-se que as intervenções de prevenção de queda estão baseadas no treino de equilíbrio e força muscular, o que reporta o importante papel da fisioterapia neste quesito [3]. **OBJETIVO:** Descrever os efeitos da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos encontrados na base de dados Scielo; Revista de Medicina Minas Gerais e Revista de Educação Física Unesp, sobre fatores de risco de quedas em idosos e o trabalho de prevenção da Fisioterapia. **RESULTADOS:** Em um estudo com 150 idosos notou-se que o risco de queda aumenta conforme a idade, com prevalência no sexo masculino e entre senis que moram sozinhos. Além disso, 90,5% das quedas ocorreram da própria altura; 74,6% acontecem em casa e 36% por fatores relacionados ao local onde o vivem, demonstrando a importância da adequação do ambiente [4]. Em outro estudo realizou-se a avaliação funcional de 53 idosos divididos em: grupo 1 (G1), grupo 2 (G2) e grupo controle (G3). Estabeleceu-se um programa de exercícios em 20 sessões de 45 minutos cada, 3 vezes/semana, sendo: exercícios no solo para o G1 e hidroterapia para G2. O programa previa alongamentos, fortalecimentos e relaxamento muscular. Os resultados foram: melhora do equilíbrio do G1, em indivíduos não praticantes de atividades físicas; melhora da qualidade da marcha nos indivíduos do G2. Idosos dos G1 e G2 tiveram melhora do equilíbrio, mobilidade, maior independência funcional e melhora na qualidade/velocidade da marcha [5]. Por fim, em outro estudo, realizaram-se exercícios de coordenação motora, equilíbrio, alongamento, fortalecimento muscular e treino de transferência com idosos acima de 60 anos. Dos 17 idosos presentes no estudo, 11 apresentavam-se independentes e 6 apresentavam dependência moderada, antes dos exercícios. Após a intervenção fisioterapêutica todos os indivíduos apresentaram independência, em relação às atividades, melhora do equilíbrio, flexibilidade e força muscular [6]. **DISCUSSÃO:** Observou-se que a combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos aumenta as chances dos episódios de quedas ocorrerem em idosos. Nota-se, através dessa revisão, que o trabalho preventivo da fisioterapia, através da cinesioterapia ou outras abordagens, é importante, pois pode reduzir fatores de risco e promover maior funcionalidade e independência. A orientação familiar sobre o ambiente em que o idoso vive também é essencial para a prevenção de quedas. **CONCLUSÃO:** A fisioterapia atua na prevenção e correção dos fatores de riscos de quedas em idosos, diminuindo as chances de ocorrerem. **REFERÊNCIAS:** [1] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação Brasil*: IBGE; 2015; [2] SCHNEIDER, A. Envelhecimento e quedas: a fisioterapia na promoção e atenção à saúde do idoso. *RBCEH*, Passo Fundo, 7(2): 296-303, ago./2010. [3] ISHIGAKI *et al.* Eficácia do fortalecimento muscular e descrição de protocolos de prevenção de quedas em idosos: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, 18(2): 111-118, abril/2014. [4] PINHO, T. *et al.* Avaliação do risco de quedas em idosos atendidos em Unidade Básica de Saúde. *Rev Esc Enferm USP*, São Paulo, 46(2): 320-327, abril/2012. [5] CUNHA, M. F. D. *et al.* A influência da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos na comunidade: estudo comparativo. *Motriz. Revista de Educação Física*. Rio Claro, 15(3): 527-536, set./2009. [6] GONTIJO, Ronaldo Wagner *et al.* Eficácia de um programa de fisioterapia preventiva para idosos. *Rev Med Minas Gerais*, Minas Gerais, 23(2): 173-180, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EVIDÊNCIAS DA EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICA REALIZADAS NA MULHER PARA TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA

Karen Aline Coelho **GUERSON** (IC - karenguerson@gmail.com) Bárbara Regina Dias **BATISTA** (IC - barbdbatista@gmail.com)² Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ - clafisio@gmail.com)³

1. Curso de Fisioterapia; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor
Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé – MG

Palavras-chave: *incontinência urinária, mulheres, tratamento.*

INTRODUÇÃO: A Incontinência Urinária (IU), de acordo com a *International Continence Society*, é a queixa de qualquer perda involuntária de urina [1]. A IU gera grandes impactos, trazendo constrangimento, gerando repercussões e mudanças sociais na vida da mulher [2]. Este estudo teve como objetivo identificar na literatura a eficácia das técnicas fisioterapêuticas no tratamento da IU em mulheres. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, incluindo estudos randomizados controlados com objetivo primário de tratar a IU em mulheres. Artigos disponíveis na íntegra nos idiomas inglês e português, no período 2001 a 2018 das publicações encontradas. Realizou-se a busca no período de agosto de 2020, nas bases de dados Cochrane, Fisioterapia Brasil, Universidade de São Paulo (USP) e Scielo. **RESULTADOS:** Em um estudo, foi analisado a eficácia do tratamento de fortalecimento do assoalho pélvico (PFMT) em 50 mulheres idosas, constatou-se que o uso de materiais para conter o vazamento foi reduzido em 50% pelo grupo experimental (GE) em relação ao grupo de controle (GC); na frequência de micção diurna e noturna, ocorreu uma alteração pequena, sendo no GC pré PFMT diurno de 7,15 vezes para o pós 6,85 e noturno pré PFMT \cong 3 para o pós 2,90; no GE pré PFMT diurno de 6,90 para o pós 5,43 e noturno pré PFMT de 2 para o pós 0,57; no teste da almofada, utilizando absorvente, relatou-se que no GC não houve diferença no pré e pós PFMT, ao contrário do GE, que no questionário “não vaza” no pré PFMT era 13,3% e no pós 78,6%; o estudo demonstrou que no GC 90% das mulheres se mantiveram iguais e 10% pioraram, e no GE 50% foram curadas e 46,4% melhoraram [3]. Em outro estudo, envolvendo 1817 participantes, analisaram mulheres com IU submetidas PFMT comparado ao grupo sem tratamento (GST), relatando-se que a incontinência urinária de esforço (IUE) tinham probabilidade 6 vezes maior de relatar cura, sendo um resultado de 74% pós PFMT a 11% pré, e os outros tipos de IU tinham 2 vezes, 67% pós PFMT a 29% pré; em relação aos sintomas e qualidade de vida, todos os tipos de IU foram propícios de melhora; os episódios de vazamentos em 24 horas reduziram na IUE, de 1,78 menor no pós PFMT a 0,68 menor no pré, e também nas outras IU, de 1,37 menor no pós PFMT a 0,64 menor no pré; no teste do absorvente na IUE foi relatado 18,92g menor no pós PFMT a 0,50g menor no pré, e nas outras IU 5,46g menor no pós PFMT a 1,98g no pré [4]. **DISCUSSÃO:** Ambos estudos constataram uma cura ou melhora significativa das pacientes submetidas ao PFMT, em todos os tipos de IU, e que o tratamento conservador deve ser inserido nos protocolos de IU, promovendo uma melhor qualidade de vida e redução dos sintomas. **CONCLUSÃO:** Há evidência da eficácia da fisioterapia no tratamento de IU em mulheres, em que o PFMT utilizado tanto em 2001 quanto em 2018 surtiu efeitos de melhoria e cura nas pacientes, como demonstram os resultados das pesquisas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HENKES, Daniela; et al. Incontinência urinária: o impacto na vida de mulheres acometidas e o significado do tratamento fisioterapêutico. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 36, n. 2, p.45-56, Jul/Dez 2015. [2] BARACHO, Elza; et al. Impacto sobre a quantidade de urina perdida de uma intervenção fisioterapêutica em idosas com incontinência urinária. **Revista USP**, v.13 n.1, Jan, 2006. [3] LEON, Marília. A eficácia de um programa cinesioterapêutico para mulheres idosas com incontinência urinária. **Fisioterapia Brasil**, [s. l.], v. 2, ed. 2, Mar/Abr. 2001. [4] DUMOULIN, Chantale; CACCIARI, Licia; SMITH, Jean. Pelvic floor muscle training versus no treatment, or inactive control treatments, for urinary incontinence in women. **Cochrane Library**, [s. l.], 4 out. 2018. Disponível: <<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD005654.pub4/full>> Acesso: 15 ago. 2020.

INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM HOMENS PROSTATECTOMIZADOS E OS BENEFÍCIOS QUE A FISIOTERAPIA PODE OFERECER – REVISÃO DA LITERATURA

Débora Marinato Dos **SANTOS** (IC –dehora.marinato@hotmail.com) ¹ Clarissana Araújo BOTARO (PQ – clafisio@gmail.com) ²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé – MG

Palavras-chave: Fisioterapia; Incontinência; Prostatectomia; Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO: O tratamento mais utilizado e considerado mais eficaz para o tratamento de CAP (câncer de próstata) é a PR (prostatectomia radical) [1]. Entretanto, uma consequência desta cirurgia é a Incontinência Urinária (IU) e disfunção erétil, pois no ato cirúrgico é feita uma lesão nos músculos, nervos e fâscias [2]. Com isso, o acarretamento de sentimentos de baixa estima, ansiedade e depressão acompanham o pós operatório da cirurgia [3]. Portanto, homens que passam pela cirurgia de prostatectomia radical precisam de atenção e tratamento nos fatores que envolvem sua qualidade de vida e sua integridade física. **OBJETIVO:** O presente estudo teve como objetivo analisar os resultados dos tratamentos fisioterapêuticos e sua eficácia que reflete na qualidade de vida dos pacientes PR com IU decorrente disso. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura baseadas em análises de artigos científicos encontrados nas bases de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), e Scielo. Realizou as buscas entre abril e junho do ano de 2020. Utilizou-se os descritores do Desc: dos descritores DeCS: fisioterapia, incontinência, prostatectomia e qualidade de vida. Os critérios de inclusão foram estudos controlados em homens prostatectomizados; publicados em português ou espanhol; descrevendo o tipo de procedimento utilizado; os artigos com o texto na íntegra; podendo ser utilizado estudos de casos, datados de 2003 a 2020. Foram excluídos estudos com portadores de alterações cognitivas, neurológicas ou outras comorbidades associadas, com histórico de cirurgia prévia sobre bexiga ou próstata. A apresentação dos resultados e discussão dos dados obtidos foi feita de forma descritiva. **RESULTADOS:** Foram encontrados 16 artigos, deste total foram selecionados atendendo aos critérios de inclusão um total de 6 artigos. **DISCUSSÃO:** Nos estudos analisados notou-se que os exercícios pélvicos ofereceram benefícios apenas para ganho de força muscular, foi observado também diminuição dos sintomas em pacientes que tinham IU leve não mostraram mudança, em contrapartida os que tinham casos classificados como muito severa, severa e moderada apresentaram redução de perdas. Notou-se resultados satisfatórios também utilizando exclusivamente a eletroestimulação anal em indivíduos não realizou a quimioterapia e radioterapia. Analisou-se que a associação do treinamento funcional de assoalho pélvico e eletroestimulação, onde houve diferenças significativas com o uso da eletroestimulação adicionada ao treinamento funcional. Foi observado que tempo de início de tratamento influencia, de acordo com o estudo, diretamente nos resultados quanto a continência urinária. A eletroestimulação percutânea pareceu ser eficiente bom resultado sem necessidade de tratamento invasivo. **CONCLUSÃO:** A Fisioterapia é crucial para o tratamento desses homens prostatectomizados, podendo garantir uma boa qualidade de vida e manutenção de seus hábitos. **REFERÊNCIAS:** [1] Mata LRF, Carvalho EC, Gomes CRG, Silva AC, Pereira MG. Postoperative self-efficacy and psychological morbidity in radical prostatectomy. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. [internet]. 2015 [cited Dec 2, 2018]; 23(5):806-13. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n5/0104-1169-rlae-23-05-00806.pdf> [2] HENNESSEY, D. B.; HOAQ, N.; GANI, J. Impact of bladder dysfunction in the management of post radical Prostatectomy stress urinary incontinence a review. *Transl. Androl. Urol*, v.6, p. 103-111, Jul. 2017. [3] Azevedo C, Mata LRF, Braga PP, Chavez GM, Lopes MR, Penha CS. The perception of men and wives about erectile dysfunction post radical prostatectomy. *Texto Contexto Enferm*. [Internet]. 2018 [cited Jan 26, 2018];27(1):e4870016. Available from: http://www.scielo.br/pdf/tce/v27n1/en_0104-0707-tce-27-01-e4870016.pdf

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CAPACIDADE FUNCIONAL NAS DOENÇAS DE PARKINSON E DE ALZHEIMER: REVISÃO DA LITERATURA

Gabriella F. M. S. **BRINATE** (IC - gabiferreira1906@hotmail.com)¹ B. R. B. **BATISTA**¹; R. G. **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de fisioterapia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé – MG

Palavras-chave: *Doença de Parkinson; Doença de Alzheimer; Capacidade funcional.*

INTRODUÇÃO: As incapacidades funcionais repercutem como fatores de limitações nas doenças degenerativas crônicas [1]. A doença de Parkinson (DP) tem caráter neurodegenerativo progressivo caracterizada clinicamente por tremores, bradicinesia, rigidez, déficit de equilíbrio, marcha e postura [2]. A doença de Alzheimer (DA) é uma doença neurodegenerativa progressiva com mecanismo patológico indefinido, com alterações cognitivas que repercutem nas atividades cotidianas [3]. Os sinais e sintomas referentes a cada patologia interferem na qualidade de vida do indivíduo, o que pode predispor diversas consequências à saúde mental e física [1]. **OBJETIVO:** Identificar por meio de revisão bibliográfica as alterações na capacidade funcional (CF) na DP e DA. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica feita nas bases de dados SCIELO e Google acadêmico, no mês de agosto de 2020, com as seguintes palavras chaves: DP, DA e CF. Os critérios de inclusão foram: artigos científicos completos de caráter experimental, na língua portuguesa, publicados entre janeiro de 2011 a dezembro de 2019 que abordavam a avaliação da CF na DP e DA. Critérios de exclusão: artigos de revisão e em idiomas estrangeiros. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Foram encontrados 7 artigos, 4 se tratava da avaliação da CF em DA [4; 5; 6; 7] e 3 na DP [8; 9; 10]. Verificou-se que a DP e a DA prevalecem em mulheres e idosos de 60 a 80 anos, tendo déficits funcionais (DF) progressivos de acordo com os estágios das doenças. A DP apresenta DF já nos estágios iniciais como déficit de equilíbrio, instabilidade postural, força muscular e mobilidade, ocasionando uma perda significativa na CF em relação às atividades básicas de vida diária (ABVD) e deambulação. Em contrapartida, a DA está mais relacionada à déficits cognitivos (DC). No início da DA, a realização de atividades instrumentais de vida diária (AIVD) é comprometida, já nas fases avançadas, o DF compromete as ABVD. Ambas aumentam o risco de quedas com o avançar da doença. **CONCLUSÃO:** Tanto a DP quanto a DA apresentam DF importantes, porém, nota-se que na DA, as alterações cognitivas são mais evidentes, prejudicando as AIVD, já a DP prejudica as ABVD e deambulação. Ambas apresentam risco de quedas. **REFERÊNCIAS:** [1] FELIPE *et al.* Doenças crônicas degenerativas em idosos: dados fisioterapêuticos. *Rev bras em promoção da saúde*, Fortaleza, v. 24, n. 3, p. 221-227, mar./2011. [2] SANTANA, C. *et al.* Capacidade funcional do paciente com Alzheimer: uma revisão integrativa. *Temas em Saúde*, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 271-285, mai./2019. [3] VALCARENHII, R. V. *et al.* O cotidiano das pessoas com a doença de Parkinson. *Rev Bras Enferm*, Brasília, v. 71, n. 2, p. 272-279, abr./2018. [4] SANTOS, M. D. D.; BORGES, S. D. M. Percepção da funcionalidade nas fases leve e moderada da doença de Alzheimer: visão do paciente e seu cuidador. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 339-349, mar./2015. [5] TALMELLI, L. F. D. S. *et al.* Doença de Alzheimer: declínio funcional e estágio da demência. *Acta Paul Enferm*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 219-225, abr./2013. [6] FERREIRA, L. L. *et al.* Capacidade funcional de idosos institucionalizados com e sem doença de Alzheimer. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 567-573, fev./2014. [7] CASTRO, S. D. D. *et al.* Alteração de Equilíbrio na Doença de Alzheimer: Um Estudo Transversal. *Rev Neurocienc*, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 441-448, jan./2011. [8] BAPTISTA, R. *et al.* Idosos com doença de Parkinson: avaliação do comprometimento e da capacidade funcional. *Rev Baiana de Enf*, Santa Catarina, v. 33, n. 2, p. 1-9, jun./2019. [9] FILIPPIN, N. T. *et al.* Qualidade de vida de sujeitos com doença de Parkinson e seus cuidadores. *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 57-66, set./2012. [10] FERREIRA, N. C.; CAETANO, F. M.; DAMÁZIO, L. C. M. Correlação entre mobilidade funcional, equilíbrio e risco de quedas em idosos com doença de Parkinson. *Geriatrics & Gerontologia*, Tocantins, v. 5, n. 2, p. 74-79, jun./2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

A IMPORTÂNCIA DAS LIGAS ACADÊMICAS DAS FACULDADES DE MEDICINA PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS SOCIAIS

Karoline Fraga **FERREIRA** (karol.fragaf@hotmail.com), Victoria Gonçalves **GUEDES** (IC)¹, Ana Luiza Caires **CARDOSO** (IC)¹, Laila Caires **SANTANA** (IC)¹; Lays Teixeira de **PAULA** (IC)¹, Adymila Salim M. de **REZENDE** (PQ)².

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – **Palavras chave:** Ligas acadêmicas, Trabalho voluntário, Experiência

Apresentação: As Ligas Acadêmicas são um método de associação e mobilização de grupos estudantis em torno de uma área médica, se orientando segundo base de ensino, pesquisa e extensão. São uma ótima opção adotada pelos acadêmicos para construir um currículo diferenciado, pois nas ligas há o aprofundamento do aprendizado em determinado tema. Na maioria das universidades, a criação das ligas acadêmicas depende exclusivamente do interesse dos estudantes baseando-se em regras claras e bem estabelecidas. Nesse sentido, o intuito de unir o ensino em conjunto com a motivação de levar um estudante a doar seu próprio tempo a uma organização, visa promover ao voluntário uma experiência além de educacional, mas um vínculo interpessoal e humano para agregar a sua carreira acadêmica. Este trabalho teve como objetivo proporcionar aos idosos da Casa de Assistência aos Idosos Ledia Tanus Braz a promoção e a prevenção em saúde, além de estimular a relação interpessoal entre eles. **Desenvolvimento:** Foram desenvolvidas atividades dinâmicas e integrativas com a participação ativa dos idosos e de alguns funcionários, por meio de encontros semanais durante quatro semanas, contabilizados em uma carga horária total de 20 horas. A cada semana atividades distintas foram realizadas tais como bingo, roda de música, jogos de cartas e jogos de tabuleiro, além de uma roda de conversa onde os estudantes puderam conhecer um pouco a vida de cada um. Ao final de cada encontro promoveram-se momentos de partilha com salada de frutas e foram doados kits que continham objetos de higiene pessoal, uma vez que esta era uma demanda da instituição. Desta maneira, tais ações possibilitaram que cada um dos idosos se identificasse com determinada atividade, despertando em si o prazer na realização das práticas, que proporcionassem a eles alegria, diversão e descontração. Importante salientar, que através das dinâmicas eles puderam expressar sua identidade, melhorar a autoestima e potencializar sua autonomia. Além disso, com a realização das atividades foi possível observar que muitos idosos que antes eram considerados arredios, tristes e desestimulados passaram a interagir e a se expressar de forma mais satisfatória. **Considerações Finais:** Para os estudantes, o projeto em questão foi fundamental para o crescimento, tanto pessoal quanto profissional, a partir do momento que a empatia e o respeito foram colocados em prática. Não menos importante, possibilitou a experiência do contato mais próximo acerca da população idosa em seus diversos aspectos. As ligas acadêmicas estão crescendo a cada dia no âmbito de ensino da medicina, são criadas para promover conhecimento e socialização durante a graduação. Portanto, considera-se satisfatória a experiência vivenciada pelos voluntários, ao proporcionar maior vínculo, alegria, descontração e estímulo de raciocínio para os idosos. São experiências diferentes daquelas preconizadas pela grade extracurricular, sendo uma oportunidade nova e enriquecedora para o acadêmico. Por fim, uma liga acadêmica proporciona aprendizado e vivências ímpares aos seus ligantes e auxilia a população através de suas ações voluntárias. **AGRADECIMENTOS:** Aos idosos da Casa de Assistência Ledia Tanus Braz pelos ensinamentos e à professora Adymila Salim por todo apoio e orientação durante o projeto. **BIBLIOGRÁFIAS:** [1] FERREIRA, Marisa; PROENCA, Teresa; PROENCA, João F. **Las motivaciones en el trabajo voluntario.** Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão, Lisboa, v. 7, n. 3, p. 43-53, jul. 2008. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642008000300006&lng=pt&nrm=iso acesso em 27 fev. 2020. [2] QUEIROZ, Silvio José; AZEVEDO, Rodrigo L. O; LIMA, Kézia P.; LEMES, Maria M. D; ANDRADE, Monica. **Importância das ligas acadêmicas na formação profissional e promoção de saúde.** Ver Fragmentos de Cultura, v. 24, especial, p. 73-78, dez. 2014. Disponível em <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/download/3635/2125>> acesso em 30 ago. 2020.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

ANÁLISE DA COBERTURA VACINAL DE BCG E HEPATITE B NOS PRIMEIROS 30 DIAS DE VIDA NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

Rayana Cabral **GOUVÊA** (IC-ryanacabral2@gmail.com)¹, Letícia dos Santos **SILVA** (IC)¹, Caroline de Souza **ALMEIDA** (IC)¹, Fernanda Hottz **QUINTANILHA** (IC)¹, Ana Carolina Moreira Mello da **FONSECA** (IC)¹, Pascale Gonçalves **MASSENA** (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 -

Palavras-chave: cobertura vacinal; BCG; hepatite B.

INTRODUÇÃO: A vacina BCG (Bacillus Calmette-Guérin) é feita a partir de bacilos vivos atenuados (*Mycobacterium bovis*). A vacina previne contra as formas graves da tuberculose (miliar e meníngea), podendo ser administrada ao nascer ou até antes da criança completar 5 anos de idade, sendo contraindicado vacinar caso a criança apresente peso inferior a 2000g. A BCG é feita em dose única e deixa uma cicatriz que representa passado de imunização pela vacina, não sendo mais recomendada a revacinação de crianças que não apresentem essa cicatriz [1]. Já a vacina para Hepatite B é uma vacina inativada que contém o antígeno recombinante de superfície (HbsAg). A primeira dose é preferencialmente nas primeiras 12 a 24h de vida, sendo o esquema básico constituído de 3 doses [2]. Tanto a BCG como a Hepatite B são encontradas no calendário vacinal básico do SUS. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo descrever a cobertura vacinal da BCG e da hepatite B em crianças menores de 30 dias no município de Muriaé-MG no período de 2009 a 2019, com análise da cobertura vacinal e discussão sobre os resultados. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O levantamento bibliográfico foi baseado em publicações científicas veiculadas na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Ministério da Saúde. Para o levantamento dos dados relacionados à cobertura vacinal foi considerado as informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), restringindo-se ao período de 2009-2019. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com o DATASUS, a cobertura vacinal para o Município de Muriaé-MG entre os anos de 2009 e 2019 foi de 101,42% para BCG e 78,45% para hepatite B em crianças menores de 30 dias [3]. O cálculo da cobertura vacinal é feito pelo número de doses aplicadas dividido pela população alvo, sendo o resultado multiplicado por 100. No caso de imunobiológicos que possuem mais de uma dose como é o caso da hepatite B que possui 3 doses, esse cálculo é feito com os registros das terceiras doses aplicadas. De acordo com o Programa nacional de Vacinação (PNI), o alvo de cobertura deve ser em torno de 90% para BCG e 95% para hepatite B [4]. Diante disso, é possível inferir que a cobertura vacinal no município de Muriaé-MG para a vacina BCG alcançou o seu alvo, porém a da Hepatite B ficou abaixo do seu alvo. **CONCLUSÕES:** Após a análise dos dados da cobertura vacinal, questiona-se o baixo valor da cobertura vacinal para a Hepatite B. Uma possível causa seria o fato de que a fórmula de cálculo da cobertura desta vacina é feito utilizando o esquema com a terceira dose, e os dados obtidos se referem aos 30 primeiros dias de vida da criança, ou seja, consta apenas da primeira dose. Dessa forma, não é possível obter um resultado fidedigno da cobertura vacinal da hepatite B. Em relação à vacina BCG, percebe-se que ela atingiu o seu alvo. Isso pode estar relacionado ao fato de ser dose única e também às campanhas do Ministério da Saúde voltadas para a vacinação das crianças que acabam tendo grande importância na adesão e no cumprimento dessa cobertura vacinal. **AGRADECIMENTOS:** ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Barreto, Maurício L. et al. **Vacina BCG: eficácia e indicações da vacinação e da revacinação.** Scielo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572006000400006&script=sci_arttext>. [2] Ministério da Saúde. **Calendário Básico de Vacinação da Criança.** 2007. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/51vacinacao.html#:~:text=\(1\)%20A%20primeira%20dose%20da,primeira%20para%20a%20terceira%20dose.](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/51vacinacao.html#:~:text=(1)%20A%20primeira%20dose%20da,primeira%20para%20a%20terceira%20dose.)>. [3] Ministério da Saúde. **Imunizações.** Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?pni/cnv/cpnimg.def>>. [4] Ministério da Saúde. **Coberturas vacinais no Brasil período: 2010-2014.** Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/agosto/17/AACOBERTURAS-VACINAIS-NO-BRASIL---2010-2014.pdf>>. Brasília-DF, 2015.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PATRIMÔNIO SÃO JOSÉ – MG.

Yuri **FONSECA** (IC- yuricordeirofonseca2000@gmail.com) ¹, Diovana **SALES**(IC)¹, Julia **CERQUEIRA** (IC)¹, Julia **POLONINI** (IC)¹, Joana **VENTURA** (IC)¹, Alexandre **BITTENCOURT**(PQ)².

1- Curso de Medicina; 2. Professores *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

PALAVRAS-CHAVES: atividades físicas, UBS, idosos

INTRODUÇÃO: Atualmente, observa-se uma constante ascensão do número de idosos na população mundial, com destaque aos países desenvolvidos, que pelo aumento de indivíduos nessa faixa etária reduzem ainda mais a sua população economicamente ativa e, consequentemente, diminuem sua arrecadação de impostos que antes eram obtidos por esses trabalhadores[1]. Ademais, nota-se que mesmo o Brasil não sendo um país desenvolvido ele também se encontra imerso nesse cenário, todavia sem ter os recursos financeiros necessários para atender de forma holística essa “nova” população[2]. Nesse viés, esse estudo tem como objetivo analisar a qualidade de vida dos idosos que praticam atividades físicas no grupo no Núcleo de apoio à saúde da família (NASF), por meio do questionário WHOQOL-Abreviado feito pela OMS (Organização Mundial de Saúde), com a finalidade de observar os benefícios da atividade física no cotidiano desses idosos. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A amostra consiste em um grupo de 13 pessoas que realizam atividades físicas na UBS do bairro Patrimônio São José em Muriaé-MG, que com exceção de um indivíduo, possui todos os participantes com mais de 50 anos de idade. O projeto teve a aprovação do CEP (Conselho de ética em Pesquisa) no dia 03 de junho de 2020. No estudo não foram incluídos: indivíduos que não participam do grupo de atividade física da UBS Patrimônio São José ou que não aceitarem do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a realização da pesquisa foram utilizados: o questionário impresso para ser realizado em forma oral e canetas que foram utilizadas para anotar as informações de cada participante. Assim, foi aplicado o questionário WHOQOL-abreviado, feito pela OMS. O questionário que utilizado contém 26 perguntas, sendo fora as duas primeiras perguntas, 24 facetas divididas em 4 domínios: FÍSICO, PSICOLÓGICO, RELAÇÕES SOCIAIS E MEIO-AMBIENTE. Já as perguntas 1 e 2 abordam a percepção da qualidade de vida e a satisfação com a saúde, sendo todas as perguntas avaliados de 1 a 5 (cinco alternativas de resposta). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a coleta, os dados foram estudados a fim de analisar a qualidade de vida dos idosos que praticam atividade física, sendo o grupo constituído por 11 mulheres e 2 homens com a média de idade de 64 anos. Dessa forma, após a análise geral constatou-se que o nível da qualidade de vida desses indivíduos é relativamente bom, visto que se obteve uma média geral em todos os domínios de 3,75 de 5, o que é um valor aceitável. Além disso, destacou-se nessa pesquisa os resultados das relações sociais que obtiveram uma média de 4,22 e o meio ambiente com média de 3,5, o que revela uma importância positiva na prática de atividades físicas. Todavia, ao comparar esses resultados com um estudo semelhante realizado em Ubá-MG, observou-se que o grupo dessa cidade possui uma qualidade de vida melhor do que os integrantes do grupo de atividades físicas de Muriaé-MG [3]. **CONCLUSÃO:** A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que os idosos, estão satisfeitos com sua qualidade de vida (média de 3,53 em 5 pontos), a atividade física promove o bem-estar físico e emocional além de melhorar a integração da população, porém diante desses resultados que não atingiram a pontuação completa, poderão ser realizadas novas pesquisas, com o intuito de averiguar os pontos que podem ser reforçados e trabalhados. **BIBLIOGRAFIA:**[1] BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSEE, Gabriel (org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. 11-41 p. v. 2. [2] CARVALHO DA, Brito, et al. **Prevalência da prática de exercícios físicos em idosos e sua relação com as dificuldades e a falta de aconselhamento profissional específico**. Revistabrasileira Cidadania e Movimento. Brasília-DF, 2017;25(1):29-40. [3] CAMPOS, Ana Cristina Viana; CORDEIRO, Edméia de Campos; REZENDE, Gabrieli Pinho de; VARGAS, Andréa Maria Duarte; FERREIRA, Efigênia Ferreira e. Quality of life of elderly practitioners of physical activity in the context of the family health strategy. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 889-897, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014002060013>

Área do Conhecimento (CNPq):4.01.00.00-6– Medicina

ANÁLISE SOBRE DIABÉTICOS EM TERRITÓRIO NACIONAL A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO EM BASE DE DADOS

ANDRESSA MELO DE OLIVEIRA (IC: 1-17-13372@aluno.unifaminas.edu.br)¹; MARIA RITA DUARTE AGRELLOS NEVES (IC)¹, MAURYCIA LIMA DE OLIVEIRA (IC)¹ e ALEXANDRE HORÁCIO COUTO BITENCOURT (PQ)².

1. Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: levantamento, saúde e diabetes .

APRESENTAÇÃO: O atendimento prestado à população dentro da atenção básica ocorre através de grupos realizados pelos profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS) com parceria aos do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e atendimento por demanda espontânea. Foi considerada a Lei nº 11.347 de 27 de setembro de 2006[1], que disponibiliza o fornecimento de medicamentos (glibenclâmida, cloridrato de metformina, glicazida e insulina) e materiais necessários à sua aplicação para que ocorra o correto monitoramento da glicemia capilar. Ademais, a organização do atendimento pela equipe em todas as áreas básicas se dá em vários vieses e um deles é o controle da diabetes mellitus que é executado por meio de diagnósticos de casos através da investigação em usuários com fatores de risco, cadastramento dos portadores, com a busca ativa de casos pela visita domiciliar, tratamento de casos com o acompanhamento ambulatorial e domiciliar, educação terapêutica em diabetes, fornecimento de medicamentos, curativos. O presente trabalho objetivou analisar comparativamente os índices de diabéticos nos anos de 2015 e 2019, através de uma plataforma digital.

DESENVOLVIMENTO: Foi realizado um levantamento através da plataforma digital *International Diabetes Federation*[2] que contém dados relacionados ao número de diabéticos de acordo com a faixa etária, óbitos, e o gasto anual a nível nacional. Observou-se um aumento de 17,75% no número de adultos diabéticos entre os anos de 2015 e 2019 sendo a faixa etária considerada de 20 a 79 anos, conseqüentemente houve um aumento de 11,8% na prevalência brasileira desta condição crônica. Além disso, o número de mortos aumentou cerca de 3,43%, ao passo que o gasto médio para custear a doença encareceu em 134,5%. Seguindo informações anteriores, com dados em base do custeio do tratamento de 2019 em relação a 2020, considerando-se o mesmo custo gasto em dólar, o tratamento hoje ficaria em torno de 17.484,68. Com isso, há um aumento percentual de 39,4%, baseando-se no Dólar Americano a 5,61 na conversão em Reais.**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nota-se que, ocorreram aumentos em todas as variáveis analisadas, sendo interessante ressaltar sobretudo no que tange os números dos adultos. Dessa forma entende-se que a Atenção Primária pode atuar como pilar indispensável à prevenção, promoção e proteção à saúde de modo que os gastos médios de um brasileiro com diabetes possam ser reduzidos tanto individualmente quanto nas verbas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), que garante a regulamentação do financiamento e a transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle. Vale ressaltar a importância da necessidade de se realizar diagnósticos situacionais em todos os municípios do país, a fim de contabilizar estatisticamente as principais morbidades crônicas que permeiam o território brasileiro.**AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS, à equipe de Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde Safira, ao professor e orientador Alexandre H. C. Bitencourt e ao administrador André L. C. de Oliveira.**BIBLIOGRAFIA:** [1] Ministério da Saúde (BR). **Portaria nº 2.583, de 10 de outubro de 2007.** Define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei nº 11.347, de 2006, aos usuários portadores de diabetes mellitus. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt2583_10_10_2007.html>. Acesso: 26/08/2020.[2] International Diabetes Federation, Diabetes Atlas, 9ª Edição. Disponível em: <<https://www.idf.org/>>. Acesso em: 26/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

BASES ESTRUTURAIS E FISIOLÓGICAS NAS DIFERENTES ETAPAS DO APRENDIZADO E FATORES PREPONDERANTES

MIRELLE CAROLINE DE SOUZA (mirellecaroline07@hotmail.com)¹ e LUCIENE RODRIGUES KATTAH (lucienekattah@gmail.com)²

1. Acadêmica de Medicina da Faculdade de Minas (FAMINAS-BH)
2. Doutora em Ciências e docente da Faculdade de Minas (FAMINAS-BH).

Palavras-chave: memória, aprendizado, neurociências

APRESENTAÇÃO: Os neurônios são células responsáveis por gerar e conduzir impulsos nervosos, importantes para que possamos sentir, movimentar e executar processos cognitivos. As conexões neuronais são denominadas sinapses e constituem a base do processo de aprendizado, a partir disso, as conexões sinápticas são criadas, outras desfeitas e fortalecidas, cada uma delas em sua formação. Assim, mudanças a nível central podem afetar a estrutura neuronal. A capacidade de modificar as conexões neuronais, frente a diferentes estímulos, é denominada plasticidade sináptica, tais modificações se mostram a base do aprendizado, são possíveis por toda a vida do indivíduo, sendo inclusive, facilitadas em alguns momentos. O aprendizado baseado na memória é gradual e apresenta de forma resumida três etapas; aquisição, consolidação e evocação. Através de pesquisas bibliográficas e atividades práticas com alunos da disciplina IBCA-II (Integração Básico Clínica Ampliada) do curso de Medicina da Faculdade de Minas (FAMINASBH), este trabalho qualitativo foi produzido, com o intuito de discutir o aprendizado com base nos processos fisiológicos da memória. Levantou-se os fatores que influenciam positiva e negativamente tais etapas, à luz das neurociências e da percepção dos estudantes. A realização desse estudo vem sendo aprimorada conjuntamente com as turmas desde de 2018/1. **DESENVOLVIMENTO:** O trabalho foi desenvolvido e organizado em fases das quais se destacam; a revisão bibliográfica das bases neurofisiológicas do aprendizado baseado na memória e o levantamento dos fatores que favorecem e prejudicam as etapas do processo, na visão dos alunos e posteriormente dos neurocientistas da área. Concomitantemente, realizou-se uma análise dos pontos preponderantes no processo de aprendizado e memória, tanto na visão dos discentes, quanto dos especialistas. Essa análise foi conduzida por intermédio de discussão e desenvolvimento de diferentes atividades com os estudantes, correlacionadas aos métodos para se alcançar um aprendizado satisfatório e eficaz. Dentre as atividades, sucedeu-se a revisão crítica de vídeos elaborados por especialistas na área, que ressaltam a responsabilidade do estudante em seu próprio processo de aprendizagem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A compreensão do processo de memória e aprendizado, relacionado às bases fisiológicas do Sistema Nervoso e à neurociência, se mostra relevante e favorece o desempenho de professores e estudantes, dado que, conhecer como o cérebro trabalha pode resultar em uma busca assertiva de práticas pedagógicas e técnicas de estudo. De forma sucinta, pode-se ressaltar que na etapa de aquisição o professor deve desenvolver estratégias metodológicas que possam induzir o aluno a adoção de uma postura ativa, de forma a trabalhar sua concentração, seu foco máximo e sua atenção. Na fase de consolidação deve-se trabalhar a repetição do conteúdo ministrado e/ou recém adquirido de forma lúdica, variada e prazerosa. Por fim, na etapa de evocação o eixo do trabalho deve ser a minimização do estresse, que proporcione ao aluno visualizá-la como uma experiência necessária e construtiva. A motivação e o empenho em ensinar e em aprender devem estar presentes em todas as etapas. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas-BH pela realização do evento e apoio à Iniciação Científica. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Consenza R; Gerra L. Neurociência e Educação: Como o Cérebro Aprende. Artmed, 2011. [2] Gomes, E.C. Estudar Baseado na Memória. São Paulo: ALL Print, 2012. [3] Herculano, S. O Cérebro Nosso de Cada Dia - Descobertas da Neurociência Sobre a Vida Cotidiana - 2ª Ed. 2012. [4] Lent R. Cem Bilhões de Neurônios: Conceitos Fundamentais de Neurociência. São Paulo, Artmed, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.07.02.01-9 Neurofisiologia 2.07.02.02-

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SAFIRA - MG

MARIA RITA DUARTE AGRELLOS **NEVES** (IC: 1-19-10007@aluno.unifaminas.edu.br)¹, MAURYCIA LIMA DE **OLIVEIRA** (IC)¹, ANDRESSA MELO DE **OLIVEIRA** (IC)¹ e ALEXANDRE HORÁCIO COUTO **BITENCOURT** (PQ)².

1. Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: diagnóstico situacional, atenção básica, saúde.

APRESENTAÇÃO: As Unidades Básicas de Saúde (UBS) possuem as finalidades de prevenir, proteger e promover ações em saúde para uma determinada população residente no território definido. Além disso, abrangem a Estratégia de Saúde da Família (ESF) que, por sua vez, fortalece a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) ao aproximar a equipe multidisciplinar do usuário através de atendimentos acolhedores e individualizados garantindo, assim, a melhor relação médico-paciente conforme o modelo biopsicossocial e a maior adesão aos tratamentos. Em decorrência do tamanho da área de abrangência de uma Unidade, torna-se indispensável a realização do diagnóstico situacional da região, sendo este um tipo de pesquisa que busca o mapeamento e a análise dos dados relacionados à saúde do município que, no projeto em questão, refere-se ao município de Muriaé-MG, bairro Safira. O objetivo deste trabalho é realizar o diagnóstico situacional, visto que faz-se extremamente necessário nas tomadas de decisões e no planejamento local de saúde, uma vez que identifica todos os desdobramentos, atividades socioeconômicas, políticas e ambientais da região.[1]

DESENVOLVIMENTO: De acordo com a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 [2], torna-se aprovada a Política Nacional de Atenção Básica e há o estabelecimento da revisão das diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. Desse modo, com a participação efetiva daqueles que atuam no local, um processo de coleta, tratamento e análise dos dados obtidos na UBS Safira foi executado. A área estudada é assistida pela ESF do bairro e abrange cinco micro áreas contendo a população adscrita total de 3498 habitantes, subdivididos em 197 crianças, 507 adolescentes, 2220 adultos e 574 idosos. A equipe base da estratégia é composta por 5 agentes comunitários, 1 técnica em enfermagem, 1 enfermeira chefe, 1 médica, 1 dentista e 1 auxiliar em saúde bucal. Além disso, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) atua de forma integrada à equipe da ESF e é composto por 1 psicóloga, 1 fisioterapeuta, 1 terapeuta ocupacional, 1 nutricionista, 1 assistente social, 1 farmacêutica e 1 educador físico. Toda a área de abrangência conta com coleta de lixo sendo, às terças e quintas, coleta seletiva. Há energia elétrica, tratamento de água e esgoto e, majoritariamente, as ruas são pavimentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Através da pesquisa realizada evidenciou-se que a Atenção Básica atua diretamente em diversos âmbitos nos quais o indivíduo se insere, além de atendê-lo de forma singular ao considerar sua inserção social, a fim de produzir a atenção holística. Dessa forma, são introduzidas ações de vigilância em saúde que visam o planejamento e a implementação de ações públicas na garantia da promoção da saúde, prevenção e proteção de riscos e agravos de doenças na população. Ademais, o diagnóstico situacional realizado contempla a diretriz da regionalização e hierarquização de modo que a UBS presente no bairro Safira mantêm-se estabelecida como um território estratégico e complementar às ações promovidas pelo SUS.

AGRADECIMENTOS: À UNIFAMINAS, à equipe de Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde Safira e ao professor e orientador Alexandre H. C. Bitencourt. **BIBLIOGRAFIA:**[1] GUSSO, Gustavo; LOPES, José MC, DIAS, Lêda C, organizadores. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: Princípios, Formação e Prática. Porto Alegre: ARTMED, 2019, 249p. [2] Ministério da Saúde (BR). **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial União. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

INFLUÊNCIA DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA QUALIDADE DE VIDA DE UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Vívian FÉRES (IC- mferes.vivian@gmail.com)¹, Joana VENTURA (IC- joanapventurabatista@gmail.com)¹, PQ)² Sérgio GOMES DA SILVA (PQ)^{2,3}.

1- Acadêmica do Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG; 3. Pesquisador do Hospital do Câncer de Muriaé – Fundação Cristiano Varella.

Palavras-chave: substâncias psicoativas; universitários; ASSIST; WHOQOL-bref.

APRESENTAÇÃO: A busca da maximização de sensações percebidas como prazerosas pelos acadêmicos, tal como o consumo de substâncias psicoativas, tem sido frequente por acadêmicos, especialmente em momentos de recreação. No entanto, o uso rotineiro e exacerbado pode resultar em aparecimento de doenças e síndromes, além de um ônus social e econômico para a tessitura social (AZEREDO et al., 2012). Essas experiências, incluindo o uso de substâncias psicoativas, podem interferir na qualidade de vida dos acadêmicos, desalinhando o estado mental, psicológico e bem-estar físico (MEDEIROS et al., 2013). Diante disso, o objetivo do presente estudo foi avaliar o consumo de substâncias psicoativas e a qualidade de vida de estudantes dos cursos de graduação do UNIFAMINAS. **METODOLOGIA:** O estudo foi realizado em um período de agosto de 2019 a junho de 2020. Participaram acadêmicos de todos os sexos, etnias e gêneros, maiores de 18 anos, que estavam regularmente matriculados nos cursos do Centro Universitário UNIFAMINAS e que preencheram corretamente o Teste de Triagem do Envolvimento com Álcool, Cigarro e Outras Substâncias (ASSIST) adaptado e o Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde Abreviado - WHOQOL-bref. O formulário foi disponibilizado por meio de um link do Google Formulários e enviado para os acadêmicos via *Whatsapp*. Os acadêmicos que participaram do estudo aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (número #CAAE 197882719.3.0000.5105). **RESULTADOS:** Participaram da pesquisa 198 estudantes do UNIFAMINAS, sendo 71% do sexo feminino e 29% do sexo masculino. Os cursos que apresentaram maior adesão foi o de medicina (41%), arquitetura (14%), psicologia (11%) e direito (11%). Como as demais graduações apresentaram baixa adesão, foram agrupadas na categoria “outros cursos”. Para averiguar o consumo de substâncias psicoativas por graduandos dos cursos ofertados pela UNIFAMINAS foi analisado o ASSIST e constatou-se que 183 universitários utilizam algum tipo de substância psicoativa e apenas 15 pessoas não fazem uso de nenhuma substância. A maior porcentagem de consumo foi por bebidas alcoólicas (61,72%), seguida dos derivados do tabaco (22,78%) e hipnóticos sedativos (20,71%). Após análise do questionário WHOQOL-bref, constatou-se que 18,69% (n= 37) dos participantes apresentaram o índice de qualidade de vida “precisa melhorar”, 80,30% (n= 159) apresentaram o índice “regular”, 1,01% (n= 2) apresentaram índice “boa” e nenhum estudante apresentou índice “muito boa”. Assim a média de qualidade de vida dos estudantes do UNIFAMINAS foi de 3,25, classificado como “Regular”. Por fim, foi realizado a correlação entre o grau de dependência por cada substância psicoativa e a qualidade de vida dos acadêmicos, não havendo correlação entre as duas variáveis pesquisadas. **CONCLUSÃO:** A maioria dos estudantes utilizam substâncias psicoativas, sendo as mais consumidas: bebidas alcoólicas, os derivados do tabaco e hipnóticos sedativos. Grande parcela dos usuários manifestou certa dependência para hipnóticos sedativos e derivados do tabaco. Mesmo que os alunos consumam significativamente substâncias psicoativas e apresentem um certo grau de dependência, esse hábito não apresentou relação com os resultados dos índices de qualidade de vida, mostrando-se em divergência com as literaturas já existentes (MOREIRA et al., 2013; MOREIRA et al., 2015). Embora o consumo de substâncias psicoativas não influencie na qualidade de vida, os baixos índices no questionário WHOQOL-bref são preocupantes, visto que a maioria não apresenta uma boa qualidade de vida, podendo acarretar no futuro problemas como a formação de profissionais com baixas condições de bem-estar global e saúde, bem como problemas biopsicossociais que podem influenciar no sucesso profissional e satisfação pessoal dos estudantes do Centro Acadêmico. **AGRADECIMENTOS:** Agradecemos ao Programa de Iniciação Científica e ao Centro Universitário UNIFAMINAS pela bolsa EFERÊNCIA AZEVEDO R.C.S., et al., Abuso e Dependência de Múltiplas Drogas. Associação brasileira de Psiquiatria, 2012. MEDEIROS K.T. et al., Representações sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários. *Revista Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 18, n.2, p. 269-279, 2013. MOREIRA T.C et al., Quality of life of users of psychoactive substances, relatives, and non-users assessed using the WHOQOL-BREF. *Revista Ciência e Saúde Coletiva [online]*, v.18, n.7, p.1953-1962, 2013. MOREIRA T.C. et al., Uso de substâncias psicoativas, alterações vocais e qualidade de vida em usuários de drogas lícitas e ilícitas. *Revista CEFAC*. v.17, n.2, p.374-384, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Joana VENTURA (IC- joanapventurabatista@gmail.com)¹, Vivian FERES (IC- mferes.vivian@gmail.com)¹ Sérgio GOMES DA SILVA (PQ – sergio.silva@unifaminas.edu.br)².

1. Curso de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG;
2. Centro Universitário UNIFAMINAS e Hospital do Câncer de Muriaé da Fundação Cristiano Varella – Muriaé/MG.

PALAVRAS-CHAVES: atividades físicas; estudantes universitários; Zona da Mata Mineira

INTRODUÇÃO: Ter hábitos de praticar atividade física é um dos fatores primordiais para uma vida saudável (ABERG *et al.*, 2009). Contudo, com a correria do dia-a-dia, as atividades físicas têm sido cada vez menos praticadas, especialmente em universitários, devido à elevada carga horária de estudos e atividades acadêmicas. Com isso em mente, o presente estudo avaliou o nível de atividade física em estudantes universitários da zona da mata mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para isso, aplicamos, por meio de formulário eletrônico, o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ - forma curta) em estudantes dos cursos de graduação do Centro Universitário UNIFAMINAS. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do presente estudo 199 alunos, sendo sua maioria do curso de medicina (41,7%). Setenta e um por cento dos participantes da pesquisa eram do sexo feminino. A maioria dos participantes (90%) tinha idade entre 18-28 anos. Observamos que 60,3% dos participantes são ativos, ou seja, praticam atividade física com frequência \geq a 150 minutos semanais 3x/semana ou \geq 20 minutos/sessão de atividade física vigorosa ou \geq 30 minutos/sessão atividade física moderada \geq 5x/semana. Os insuficiente ativos representaram 26,13% e os sedentários 13,57% do total. O curso de Direito apresentou maior índice de sedentarismo (19,0% do total dos estudantes), seguido por Medicina (18,1%), enquanto que o curso de Psicologia não apresentou nenhum aluno sedentário (0%). Os nossos resultados mostram que cerca de 40% dos estudantes estão fisicamente inativos e sedentários. É importante incentivar campanhas de atividade física entre os estudantes universitários para promoção da saúde e, conseqüentemente, melhor desempenho acadêmico. **CONCLUSÃO:** Cerca de 60% dos estudantes universitários da Zona da Mata Mineira são considerados fisicamente ativos. Os fisicamente ativos e sedentários correspondem à 40% dos estudantes. **AGRADECIMENTOS:** Ao Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG.

BIBLIOGRAFIA: [1] Aberg M.A. *et al.* **Cardiovascular fitness is associated with cognition in young adulthood.** Proceedings of the National Academic of Science of the United States of America.v. 106, n. 49, Dec, 2009. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/pnas/106/49/20906.full.pdf> Acesso em: 11 jun. 2019. [2] ALVES. Cristiano.Robles.Rodrigues. *etal.* **Aerobicexercise training as therapy for cardiacand câncer cachexia.**SãoPaulo:Elsevier Inc. 2014. Disponível em: <http://www.eefe.usp.br/eef/uploads/arquivo/Review%20Women%20in%20Science.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019. [3] SILVA, Sergio Gomes da; *et al.* **Early exercise promotes positive hippocampal plasticity and improves spatial memory in the adult life of rats.** [s.n]. Hippocampus.Fev, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

NÍVEL DE ESTRESSE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Joana VENTURA (IC - joanapventurabatista@gmail.com)¹, Vivian FERES (IC - mferes.vivian@gmail.com)¹ Sérgio GOMES DA SILVA (PQ – sergio.silva@unifaminas.edu.br)².

1. Curso de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG;
2. Centro Universitário UNIFAMINAS e Hospital do Câncer de Muriaé da Fundação Cristiano Varella – Muriaé/MG.

PALAVRAS-CHAVES: estresse; estudantes universitários; Zona da Mata Mineira.

INTRODUÇÃO: O estresse é causado por um conjunto de situações e reações físicas e/ou psicológicas que o próprio indivíduo tenha sofrido ou esteja passando (RANGÉ, 2001; BAUER, 2002). É uma tensão mental que altera o estado global do indivíduo (PAGLIARONE; SFORCIN, 2009), impactando diretamente na qualidade de vida e, também, no desempenho acadêmico. Assim sendo, o objetivo do presente estudo foi avaliar o nível de estresse em estudantes universitários da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para isso, aplicamos, por meio de formulário eletrônico, o Inventário Sintomas de Stress (ISSL) em estudantes dos cursos de graduação do Centro Universitário UNIFAMINAS. O questionário contém 39 itens de sintomas somáticos e 19 itens de sintomas psicológicos. O primeiro quadro (quadro 1) refere-se às questões referentes às últimas 24 horas previstas antes do exame, o segundo quadro (quadro 2) é referente aos sintomas no último mês, e o terceiro quadro (quadro 3) aos sintomas durante os últimos 3 meses. O nível de estresse foi determinado de acordo com a pontuação nos quadros: ALERTA, apresentando 7 itens ou mais sintomas da quadro 1; RESISTÊNCIA, apresentando 4 itens ou mais na quadro 2; e EXAUSTÃO, tendo 9 itens ou mais no quadro 3; e por fim, SEM ESTRESSE, aqueles que não atingiram os escores dos quadros citados anteriormente. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do presente estudo 199 alunos, sendo sua maioria do curso de medicina (41,7%). Setenta e um por cento dos participantes da pesquisa eram do sexo feminino. A maioria dos participantes (90%) tinha idade entre 18-28 anos. Do total dos estudantes entrevistados, 1,51% apresentou escores da fase alarme, 37,69% resistência do estresse, 30,15% nível de exaustão. Trinta por cento dos alunos não apresentavam indícios de estresse (sem estresse). Foi encontrado que os alunos do curso de Arquitetura apresentam fase avançada de estresse (46% deles estão em exaustão). O nível de estresse dos cursos de Psicologia e Medicina também é preocupante, com exaustão representando 40,9% e 31,3% da amostra, respectivamente. **CONCLUSÃO:** Cerca de 30% dos estudantes universitários da Zona da Mata Mineira apresentam nível de estresse elevado (exaustão). Os nossos dados mostram elevado nível de estresse entre os universitários, principalmente nos cursos de Arquitetura, Psicologia e Medicina. Diante disso, ressalta-se a necessidade de políticas de combate ao estresse no ambiente universitário, como programas de incentivo às atividades físicas e de lazer, atividades interativas entre os cursos, programas de redução da carga horária de estudos, entre outros. **AGRADECIMENTOS:** Ao Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG. **IBLIOGRAFIA:** [1] BAUER, Moisés Evandro. Estresse: como ele abala as defesas do organismo. *CiênciaHoje*. v. 30, n. 179, p. 20-25, 2002. Disponível em: http://sites.unifoa.edu.br/portal/plano_aula/arquivos/04054/Estresse%20-%20fun%C3%A7%C3%A3o%20infocit%C3%A1ria.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019. [2] PAGLIARONE, A.C.; SFORCIN, J.M. **Estresse: revisão sobre seus efeitos no sistema imunológico**. *Biosaúde*. Londrina, v. 11, p. 57-90, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/ccb/patologia/portal/pages/arquivos/Biosaude%20v%2011%202009/BS_v11_n1_DF_57.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019. [3] RANGÉ, Bernard. **Psicoterapias cognitivo-comportamentais**. São Paulo: Armed, 2001.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

NIVEL DE SONOLÊNCIA DIURNA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Joana VENTURA (IC- joanapventurabatista@gmail.com)¹, Vivian FERES (IC- mferes.vivian@hotmail.com)¹, Sérgio GOMES DA SILVA (PQ – sergio.silva@unifaminas.edu.br)².

1. Curso de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG;
2. Centro Universitário UNIFAMINAS e Hospital do Câncer de Muriaé da Fundação Cristiano Varela – Muriaé/MG.

PALAVRAS-CHAVES: sonolência diurna; estudantes universitários; Zona da Mata Mineira

INTRODUÇÃO: Bittencourt et al. (2005) comentam que as reclamações em relação à sonolência diurna são, por muitas vezes, pontuadas frequentemente. Os autores chamam à atenção quanto a outras doenças que podem ocorrer a partir da sonolência excessiva (SE). Essas doenças podem apresentar características médicas e psiquiátricas, como exemplos a síndrome da fadiga crônica, esclerose múltipla, lúpus, câncer, infecções, doença de Parkinson, acidentes vasculares cerebrais, fibromialgia, depressão. Além disso, o indivíduo pode apresentar a fadiga sendo referida como cansaço, escassez de energia e exaustão. Desse modo, a SE é caracterizada como uma falta de aptidão para a realização de um trabalho físico e/ou mental (BITTENCOURT et al., 2005, p.17). **MATERIAL E MÉTODOS:** Para isso, aplicamos, por meio de formulário eletrônico, Escala de Sonolência de Epworth (ESE) em estudantes dos cursos de graduação do Centro Universitário UNIFAMINAS. **RESULTADOS E DISCURSÃO:** Participaram do presente estudo 199 alunos, sendo sua maioria curso de medicina (41,7%). Setenta e um por cento dos participantes da pesquisa eram do sexo feminino. A maioria dos participantes (90%) tinha idade entre 18-28 anos. Observamos que 54,8% dos participantes apresentaram índices normais de sonolência, 36,2% apresentaram indícios de sonolência diurna excessiva (SDE) e 9,0% apresentaram indicativos de sonolência grave (SG). O curso de Psicologia apresentou maior índice de SG (13,6%) dos seus alunos entrevistados, Medicina apresentou maior valor em SDE (39,8%), seguido por Psicologia (36,4%). O sexo feminino apresentou 10,6% de SG em contrapartida o sexo masculino (5,3%). **CONCLUSÃO:** No presente estudo 36,2% dos estudantes universitários apresentaram Sonolência diurna excessiva. O curso de psicologia destacou em SDE (39,8%) dos participantes. Na análise por sexo, o feminino apresentou o dobro de SG em relação ao sexo masculino. Diante do presente estudo, é necessário que as Universidades tomem providencias significativas no combate ao alto nível de sonolência diurna excessiva, como: diminuição da carga horária de estudos e flexibilização das grades. Além disso, é importante que novas pesquisas sejam feitas na área com a finalidade de explicar o motivo desses altos índices, e assim combater precisamente sua causa dentro as universidades, consequentemente prevenindo para gerações futuras. **AGRADECIMENTOS:** Ao Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG.

REFERÊNCIAS: [1] BITTENCOURT, Lia Rita Azeredo et al. Sonolência excessiva. *Rev. Bras. Psiquiatr. [online]*. v.27, n.1, p.16-21. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462005000500004>. Acesso em: 10 maio 2019.[2] GOMES SEGUNDO et al. **Aspectos relacionados à qualidade do sono em estudantes de medicina.** *Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria*, n. 21. v. 3, p. 213-223, 2017. Disponível em: <https://www.revneuropsiq.com.br/rbnp/article/download/208/130>. Acesso em: 10 jun. 2019. [3] MARTINS. Paulo José Forcina; MELLO. Marco Tulio de; TUFIK, Sergio. **Exercício Sono.** *Rev. Bras. Med. Esporte*. v. 7, n. 1, Jan/Fev, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v7n1/v7n1a06.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE *BURNOUT* EM UNIVERSITÁRIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Alberto **GUEDES EZAQUIEL DA SILVA** (IC – betogueedes@gmail.com)¹ e Sérgio **GOMES DA SILVA** (PQ – sergio.silva@unifaminas.edu.br)²

1. Curso de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG;
2. Centro Universitário UNIFAMINAS e Hospital do Câncer de Muriaé da Fundação Cristiano Varella – Muriaé/MG;

Palavras-chave: Síndrome de *Burnout*; esgotamento; exaustão emocional; estudantes;

INTRODUÇÃO: A Síndrome de *Burnout* é considerada a patologia psiquiátrica do homem moderno devido a elevada carga de tarefas diárias e intensa competitividade da vida atual [1]. A síndrome é caracterizada pela tríade de exaustão profissional, despersonalização e sentimento de desvalorização dos esforços trabalhistas. É frequentemente encontrada em indivíduos que desenvolvem atividades com intensa cobrança, prolongada carga horária e que possuem baixa expectativa e/ou retorno profissional [2]. A constante mudança do mercado de trabalho e a intensa jornada de estudo têm aumentado a prevalência da síndrome em estudantes de diversos cursos de graduação no Brasil [3,4]. Assim sendo, o objetivo do presente estudo foi avaliar a prevalência de Síndrome de *Burnout* em universitários da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para isso, aplicamos, por meio de formulário eletrônico, o questionário *Compenhagem Burnout Inventory* em estudantes dos cursos de graduação do Centro Universitário UNIFAMINAS. O risco da síndrome foi determinado a partir da seguinte pontuação: < 62 pontos - baixa possibilidade; de 62 a 93 pontos - possibilidade intermediária ou indeterminada; ≥ 94 pontos - alta possibilidade de Síndrome de *Burnout* ou doença estabelecida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A pesquisa contou com uma amostra de 73 alunos dos cursos de Biomedicina, Direito, Enfermagem, Medicina e Psicologia. A maioria dos alunos era do curso de Medicina, correspondendo a 83,6% da amostra estudada. Sessenta alunos (82,2%) tinham idades entre 20 -29 anos. Aproximadamente 71% dos alunos (n=52) relataram ter renda salarial mensal menor do que 4 salários mínimos, sendo dependentes financeiramente de terceiros para se dedicarem aos estudos. Do total de alunos investigados, 24% apresentaram baixa possibilidade e 4% alta possibilidade de síndrome de *Burnout*. A maioria dos estudantes (72%) apresentou possibilidade intermediária ou indeterminada de doença (possivelmente em estágio subclínico). Dessa forma, o acompanhamento dos casos com alta possibilidade e/ou com provável evolução para tal requer atenção da equipe pedagógica do centro universitário. Sabe-se que o cenário vivido pela sociedade atualmente é responsável, em boa parte, pelas incertezas sobre o futuro, gerando angústias nos estudantes que estão se preparando para sua futura profissão. É bem provável que a pandemia do COVID-19 tenha contribuído para uma maior preocupação por parte dos alunos sobre a qualidade do ensino e o desempenho acadêmico, gerando, muito provavelmente, preocupações sobre sua inserção no mercado de trabalho.

CONCLUSÕES: A prevalência de Síndrome de *Burnout* é de 4% em universitários da Zona da Mata Mineira. Setenta e dois por cento dos estudantes apresentam possibilidade intermediária de desenvolvimento da síndrome. Trinta e quatro por cento dos participantes foram classificados como baixo risco de desenvolver a doença. Foi possível observar que houve uma grande prevalência da amostra no grupo intermediário de desenvolvimento da doença, o que remete que há grande possibilidade de evoluir para a Síndrome de *Burnout* em algum período do curso. Sabe-se que, pensando no contexto atual, muitos estudantes estão em aulas remotas, o que pode ter interferido indiretamente na resposta de algumas informações do questionário de investigação. **AGRADECIMENTOS:** À Superintendência Regional de Ensino de Muriaé/MG pelo apoio concedido, ao Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG e ao Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARLOTTO, M. S. & GOBBI, M. D. **Síndrome de Burnout: um problema do indivíduo ou do seu contexto de trabalho?** *Alethéia*, v. 10, p. 103 – 104, 1999. [2] MATA, I. D.; FARIAS, G. O.; SILVA, R. & FOLLE, A. **Síndrome de Burnout em estudantes universitários: um olhar sobre investigações.** *Motrivivência*, v. 29, p. 243 – 256, dezembro, Florianópolis, 2017. [3] CHAGAS, M. K. S. et al. **Ocorrência da Síndrome de Burnout em acadêmicos de medicina de instituição de ensino superior de Minas Gerais.** *Revista de Medicina e Saúde de Brasília*, v. 5, n. 2, p. 232 – 245, 2016. [4] COSTA, L. S. T. et al. **Prevalência da Síndrome de Burnout em uma amostra de professores universitários brasileiros.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 26, n. 4, oct./dec., Porto Alegre, 2013.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

**RELAÇÃO ENTRE O LETRAMENTO EM SAÚDE E A PREVENÇÃO AO DIABETES
MELLITUS TIPO II**

MAURYCIA LIMA DE OLIVEIRA (IC: 1-19-11222@aluno.unifaminas.edu.br)¹, ANDRESSA MELO DE OLIVEIRA (IC)¹, MARIA RITA DUARTE AGRELLOS NEVES (IC)¹ e ALEXANDRE HORÁCIO COUTO BITENCOURT (PQ)².

1. Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: letramento em saúde, atenção básica, diabetes.

APRESENTAÇÃO: A integralidade é um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) efetivada e ordenada na Atenção Básica, visto que a Unidade Básica de Saúde (UBS) age como espaço estratégico de gestão do cuidado caracterizado como porta de entrada preferencial na articulação entre as Redes de Atenção à Saúde. Nesse sentido, a resolutividade é associada, sobretudo, à prevenção individual integral e, também, coletiva, por meio do alcance de um melhor índice de letramento funcional em saúde, ou seja, compreensão, interpretação e aplicação de informações básicas [1] para decisões em saúde da população adscrita. Através do estudo diagnóstico situacional do bairro Safira na cidade Muriaé-MG pretende-se analisar e estabelecer uma relação direta entre o melhor índice de letramento em saúde e a redução do número de diabéticos do tipo II, visto que trata-se de uma doença crônica associada diretamente aos hábitos de vida. **DESENVOLVIMENTO:** A elaboração do trabalho foi desenvolvida a partir da análise de diagnósticos situacionais e posterior percepção de uma redução significativa no número de diabéticos do tipo II entre os anos de 2014 e 2019 na UBS Safira. Dessa forma, realizou-se a aplicação de um questionário dicotômico com a abordagem de conceitos básicos, prevenção, sinais e sintomas sobre a diabetes *mellitus* tipo II, contendo 10 afirmativas de verdadeiro (V) ou falso (F). Ademais, os contribuintes para a pesquisa foram os pacientes que aguardavam atendimento na própria Unidade e o grupo de atividade física assistido pela fisioterapeuta do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Em seguida, uma sala de espera foi realizada, a fim de promover educação continuada em saúde e sanar as dúvidas referentes aos erros e aos termos técnicos abordados, como insulina e glicose. Nesse sentido, o artigo 2º da Portaria 2.436 de 21 de setembro de 2017 [2] consolida a Atenção Básica como pilar indispensável na prática do cuidado integrado às famílias e aos indivíduos presentes no território definido ao disponibilizar uma equipe multidisciplinar, grupos de atividades físicas, salas de espera, grupos de apoio, acompanhamento nutricional, terapia coletiva, entre outras estratégias. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A hipótese de que há relação direta entre o aumento do letramento em saúde e a redução do número de diabéticos foi confirmada ao estudar os resultados obtidos. O questionário demonstrou um baixo índice de erros, em geral, além de que foi possível observar que os contribuintes analfabetos assistidos pelo grupo durante a leitura e execução do questionário também obtiveram grande número de acertos. Dessa forma, é evidente a importância da permanência, sobretudo na Atenção Básica, de uma educação continuada em saúde para a prevenção, promoção e tratamento de doenças crônicas e condições patológicas evitáveis através da garantia do letramento funcional em saúde para a população. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS, à equipe de Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde Safira e ao professor e orientador Alexandre H. C. Bitencourt. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PASSAMAI, Maria da Penha Baião; SAMPAIO, Helena Alves de Carvalho; DIAS, Ana Maria Iorio e CABRAL, Lisidna Almeida. **Letramento funcional em saúde: reflexões e conceitos sobre seu impacto na interação entre usuários, profissionais e sistema de saúde.** Interface (Botucatu) [online]. 2012, vol.16, n.41, pp.301-314. Epub 19-Jun-2012. ISSN 1414-3283. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000027>. [2] Ministério da Saúde (BR). **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial União. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

UTILIZAÇÃO DO TEAM-BASED LEARNING (TBL) COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA DISCIPLINA DE FARMACOLOGIA NO CURSO DE MEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliana Barroso Rodrigues **GUEDES** (IC)¹, Henrique Marreiros Veloso **CARNEIRO** (IC)², Mateus Valle de Melo e POSSA (IC)², Cristina Maria Ganns Chaves **DIAS** (PQ)³

1. Professora do curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Acadêmicos do curso de medicina UNIFAMINAS; 3. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Aprendizagem Ativa; Métodos Educacionais; Educação Médica

APRESENTAÇÃO: Desde a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Medicina em 2014, as metodologias ativas ganham cada vez mais destaque no processo ensino-aprendizagem [1]. Dentre elas, a Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE) ou *Team-based Learning* (TBL), a qual compreende as seguintes etapas metodológicas: Preparação; Garantia de Preparo; Aplicação dos Conceitos, Avaliação e Feedback [2,3]. Estudos mostram que o desempenho do trabalho em equipe ultrapassa o resultado individual em 98% dos casos, corroborando para a relevância desse método de aprendizagem [4]. Portanto, pretende-se, no presente estudo, relatar a experiência da utilização do TBL como metodologia de ensino

aprendizagem na disciplina de Farmacologia I no curso de medicina do UNIFAMINAS. **DESENVOLVIMENTO:** O TBL foi utilizado como recurso metodológico associado às exposições dialogadas na disciplina de Farmacologia I do 4º período, obedecendo as etapas tradicionalmente recomendadas pela literatura. Assim, na etapa de preparação do TBL os estudantes se preparam individualmente no momento pré-classe, de forma orientada pelo docente através de exposições dialogadas e indicação de material para estudo. As etapas posteriores aconteceram durante os encontros pré agendados que fazem parte da carga horária da disciplina. Na etapa de Garantia de Preparo Individual, os estudantes foram submetidos a um teste constituído por questões de múltipla escolha que abordam os principais conceitos relacionado ao assunto. Em seguida, na etapa de Garantia de Preparo em Grupo foram formados grupos de 5 a 7 estudantes que responderam, após discussão, às questões de forma consensual. Na etapa seguinte foi realizada a conferência entre as respostas, com discussão na busca da concordância, sempre que ocorreram divergências entre as alternativas escolhidas pelos grupos. O professor, nesse momento, forneceu o feedback da resposta correta e esclareceu as eventuais dúvidas. Na terceira etapa, de aplicação dos conhecimentos, os grupos foram apresentados a problemas, geralmente sob a forma de casos clínicos, e utilizaram os conhecimentos trabalhados nas fases anteriores para a sua resolução. Por fim, é realizado um feedback pelo professor para elucidar as principais dúvidas e ofertar uma devolutiva aos estudantes, idealizando um compartilhamento de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A utilização do TBL desencadeou um aumento do interesse pela disciplina contribuindo para o desenvolvimento nos estudantes de autonomia e comprometimento com o seu processo de aprendizagem e formação. Permite ainda o trabalho em pequenos grupos mesmo em uma organização curricular tradicional. Por fim, contribui para o interesse e participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades de comunicação, colaboração, argumentação e convencimento, necessários ao trabalho em equipe. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** 1. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de Junho de 2014 – Seção 1 – pp. 8-11. 2. [Reimschisel T](#), [Herring AL](#), [Huang J](#), [Minor TJ](#). A systematic review of the published literature on team-based learning in health professions education. [Med Teach](#). 2017; 39(12):1227-1237. doi: 10.1080/0142159X.2017.1340636. 3. GAP. Team-Based Learning como Forma de Aprendizagem Colaborativa e Sala de Aula Invertida com Centralidade nos Estudantes no Processo Ensino-Aprendizagem. *Rev. bras. educ. med.* 2018; 42(4): 86-95. 4. Kibble JD, Bellew C, Asmar A, Barkley L. Team-based learning in large enrollment classes. *Adv Physiol Educ.* 2016; 40: 435-442. doi:10.1152/advan.00095.2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

ACEITAÇÃO DE UM PRODUTO ENRIQUECIDO COM FIBRAS POR UM GRUPO DE ADOLESCENTES DE MURIAÉ-MG

Luana Antenor Rodrigues **ALVES** (IC¹ luanaantenor35@gmail.com), Lorraine Fernandes **ALVES** (IC¹), Mayla Cardoso Fernandes **Toffolo** (PQ²), Naruna Pereira **Rocha** (PQ²).

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras- chave: Hábitos alimentares, Estilo de vida, Adolescentes.

INTRODUÇÃO: A adolescência é o período da vida em que ocorrem as transformações mais aparentes no corpo, em razão das alterações hormonais, físicas, psicológicas e carências nutricionais. É comum nesse período, o consumo de refeições irregulares e sem teor nutritivo como lanches, alimentos industrializados e com baixo consumo de fibras [1]. As fibras são importantes por regular o trânsito intestinal, pH do intestino grosso e produzir importantes subprodutos nas funções biológicas do corpo humano [2]. O objetivo deste trabalho foi desenvolver um produto rico em fibras e verificar sua aceitabilidade por um grupo de adolescentes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo para avaliar a aceitabilidade de um *Browne* para o público adolescente residente na cidade de Muriaé-MG. Para a receita foi utilizado manteiga, cacau em pó, chocolate, açúcar mascavo, ovos, semente de abóbora e chia em grãos. Para a cobertura do produto, foi utilizado um mousse de maracujá feito com polpa de maracujá, creme de leite *light*, açúcar mascavo, leite em pó desnatado e farinha da casca de maracujá. A análise sensorial do *Browne* foi realizada entre jovens de 14 a 18 anos de idade que cursavam o ensino médio de uma escola pública. Aplicou-se individualmente uma escala hedônica onde os adolescentes puderam expressar sua aceitação pelo produto, em relação ao sabor e a aparência, em uma escala entre gostei muito, gostei moderadamente, não gostei e nem desgostei, desgostei moderadamente e desgostei muito. Cada aluno recebeu uma porção individual do produto, em uma sala separada. Os alunos entravam em grupo de quatro alunos por vez, avaliavam o produto e expressavam sua opinião na escala. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 66 adolescentes sendo a maioria (53%) do sexo feminino. De acordo com as informações nutricionais, cada 40g de *Browne* possuía 4g de fibras, e todos os pedaços para aceitabilidade do produto foram cortados em valores aproximados. Houve aceitabilidade de 89,4% em relação a aparência e 80,3% em relação ao sabor. Considerado esses resultados, obteve-se uma proporção equiparada ao sabor e a aparência, o que tornou o produto satisfatório, acima da meta de 70% que é estabelecida para a aceitação de um produto através de da escada hedônica. A aceitação do produto foi importante por haver a probabilidade do *Browne* ou de outros produtos enriquecidos com fibras se enquadrarem na alimentação dos adolescentes. Sabe-se que esse público costuma ter baixo consumo de fibra alimentar e que alimentos fontes de fibra podem auxiliar na manutenção da saúde e na prevenção de alterações gastrointestinais como a constipação [3]. **CONCLUSÕES:** O produto obteve boa aceitação pelos adolescentes. Alimentos que façam parte da rotina desse público e que sejam produzidos de forma mais saudável podem ser boas opções para iniciar mudanças alimentares. O *Browne* consiste em uma estratégia válida para inclusão de fibras na alimentação de adolescente visando a adequação do consumo desse nutriente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Nunes M.M.A, Figueiroa J.N, Alves J.G.B. Excesso de peso, atividade física e hábitos alimentares entre adolescentes de diferentes classes econômicas em Campina Grande (PB). *Rev Assoc Med Bras* 2007; 53(2): 130-134. [2] Vitolo M.R, Campagnolo PD, Gama CM. Factors associated with a risk of low dietary fiber intake in adolescents. *J Pediatr* (Rio J). 2007; 83(1):47-52. [3] GIANNINI, D. T. Recomendações nutricionais do adolescente. *Adolescência & Saúde*, volume 4, nº 1, fevereiro 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

ANÁLISE COMPARATIVA DOS HÁBITOS ALIMENTARES DE ESCOLARES ENTRE 2 A 4 ANOS DE IDADE ANTES E APÓS INTERVENÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MILENA SOUZA VIANA (IC – milena-viana@hotmail.com)¹, EMANUELE DE OLIVEIRA GOMES (IC)¹, CLAUDIANE RORIZ ALVES (IC)¹, ALICE CRUZ DE SÁ (IC)¹ e MARIANA DE MELO CAZAL (PQ)²

1. Acadêmicas do curso de Nutrição; 2. Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: alimentação, nutrição, frutas, hortaliças.

INTRODUÇÃO: A infância é a fase da vida onde são introduzidos os hábitos alimentares e nesse contexto pode-se dizer que ter-se um senso sobre educação nutricional é de suma importância, visto que, o que se aprende nessa fase é refletido por toda a vida de um indivíduo. O ambiente familiar é o de maior relevância, visto que a criança visa seguir o exemplo dos pais, sendo estes os maiores envolvidos nos processos de educação alimentar e nutricional dos menores [1]. A escola é um espaço social onde muitas crianças passam grande parte do seu tempo, portanto, torna-se um ambiente favorável para o desenvolvimento de ações para a promoção de hábitos alimentares saudáveis [2]. O objetivo deste trabalho foi avaliar os hábitos alimentares de escolares, com idade entre 2 a 4 anos, antes e após ações de educação alimentar e nutricional.

MATERIAL E MÉTODOS: Trata-se de uma pesquisa quantitativa, realizada com 40 crianças com idade entre 2 a 4 anos, de uma escola privada situada na cidade de Muriaé- MG. Elaborou-se um questionário especialmente para este estudo, contendo 22 perguntas referente aos hábitos alimentares dos escolares, sendo o mesmo encaminhado para os pais das crianças. Todos os pais assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Após a aplicação do questionário, foram realizadas ações para promoção da educação alimentar e nutricional envolvendo palestra educativa com os pais, atividades lúdicas e dinâmicas em grupo. Ao fim do estudo, o mesmo questionário foi novamente aplicado com o objetivo de avaliar a efetividade das ações. Os dados foram digitados e analisados pelo programa Microsoft Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após as intervenções, 10% das crianças aumentaram seu consumo de frutas e a rejeição à alguma fruta reduziu 2,5%. Estas alterações podem estar relacionadas à meta estabelecida em uma das intervenções realizadas com os pais, na qual eles foram orientados a aumentar o número e a variedade de frutas ofertadas a criança diariamente. Quanto a variedade alimentar consumida pelas crianças durante o almoço e jantar, 2,5% das crianças que consumiam 2 alimentos passou a ingerir 3 alimentos após as intervenções. No que diz respeito ao hábito dos escolares em consumirem hortaliças, houve aumento de 12,5% após as intervenções. O estudo também possibilitou a redução de alimentos não saudáveis e aumento de alimentos saudáveis nos lanches dos escolares. Após as ações de educação alimentar e nutricional, houve diminuição no consumo de salgados (20%) e biscoitos recheados (34,5%), e aumento na ingestão de frutas (15%) e sucos naturais (25%). Tais resultados podem indicar que houve, após a palestra, maior preocupação e conscientização pelo conteúdo dos lanches preparados para os escolares. Corroborando nosso estudo, Prado et al. [3] realizaram intervenções de educação alimentar e nutricional em uma escola da rede pública de ensino em Cuiabá-MT, e observaram aumento do consumo de frutas e salada de frutas oferecidas na alimentação escolar e redução na aquisição de balas, pirulitos e chicletes na cantina da escola.

CONCLUSÃO: Observou-se melhoria em alguns parâmetros como o aumento do consumo de frutas e redução do consumo de bolachas recheadas, o que demonstra a efetividade das ações realizadas na escola. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CUNHA, L. F da. **A importância de uma alimentação adequada na educação infantil.** 2014. 32f. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ibatí, 2014. [2] FERNANDES, F. M. **Alimentação e nutrição entre escolares: caso dos alunos de uma escola do município, Vitória – ES.** 2006. 49 f. Monografia (Especialização em Nutrição Clínica) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Universidade Veiga de Almeida, Vitória, 2006. [3] PRADO, B.G, et al. **Ações de educação alimentar e nutricional para escolares: um relato de experiência. Demetra: alimentação, nutrição e saúde**, v. 11, n. 2, p. 369-382, 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DAS RESOLUÇÕES E CÓDIGOS SANITÁRIOS EM ESTABELECIMENTO COM MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS

Diovana Raspante de Oliveira **SOUZA** (IC - dioraspante@gmail.com)¹, Flávia da Silva **MACHADO** (IC)¹, Erlaine Maria da **SILVA** (IC)¹ e Naruna Pereira **ROCHA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ*
– 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: inspeção de alimentos, vigilância sanitária, educação em saúde.

INTRODUÇÃO: A segurança alimentar é um desafio para saúde pública e para assegurar um processo de qualidade e segurança tem-se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o órgão responsável por promover a proteção da saúde da população através do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços [1]. O estabelecimento das Boas Práticas (BP) em toda área de manipulação de alimentos, possibilita a redução das Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) [2]. O objetivo desta pesquisa foi avaliar as inadequações mais frequentes em indústrias alimentícias, supermercados, restaurantes e similares do município de Cataguases-MG. **METODOLOGIA:** Estudo transversal realizado em Cataguases-MG, no mês de julho e agosto de 2020. Os termos de autorização do local e de dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram assinados pelo responsável da VISA. Os relatórios produzidos com as adequações necessárias para liberação de alvará sanitários de inspeções, realizadas no último ano, foram analisados por dois pesquisadores. Foram incluídos na pesquisa relatórios de indústrias alimentícias, supermercados, restaurantes e similares do município de Cataguases-MG. Não foram incluídos os estabelecimentos identificados como padarias, açougues, bares e trailers, bem como as inspeções realizadas anteriores ao mês de junho de 2019. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que as inadequações mais frequentes foram a ausência da listagem de equipamentos atualizada e a presença do memorial descritivo do local. Foi frequente, a ausência de registro de capacitação dos funcionários e de análise laboratorial de produtos. Nos restaurantes e similares, a falta de comprovação semestral da troca do elemento filtrante e limpeza da caixa d'água; ausência de telas milimétricas e suporte fixo de papel toalhas e sabonete líquido inodoro e antisséptico na área de manipulação foram constatados. Verificou-se inadequações quanto à organização da área de manipulação, ausência de lixeira com acionamento por pedal funcionante e discordância do Manual de Boas Práticas com a prática do estabelecimento. A aplicação do Regulamento Técnico de Boas Práticas e dos Procedimentos Operacionais Padronizados, demonstram-se imprescindíveis para o fornecimento de alimentos seguros, visto que a produção inapropriada destes corroboram para o desenvolvimento de DTAs. É essencial, a fiscalização das unidades de alimentação e produção para a proteção da saúde do consumidor [3]. Nos supermercados, a principal inadequação encontrada foi a utilização de paletes não impermeáveis e laváveis, sendo estes de madeira não pintados com material impermeabilizante. A madeira é um material cuja superfície é porosa, possui alta capacidade de absorver substâncias que propiciam o desenvolvimento de fungos, leveduras e bactérias que por sua vez oferecem risco à saúde [4]. **CONCLUSÃO:** As inadequações mais prevalentes estiveram relacionadas às áreas de manipulação como organização e adaptação das instalações e treinamento dos manipuladores, troca do elemento filtrante e higiene dos reservatórios de água, bem como elaboração do memorial descritivo de indústrias. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MEDEIROS, L, *et al.* Qualidade higiênico-sanitária dos restaurantes cadastrados na Vigilância Sanitária de Santa Maria, RS, Brasil, no período de 2006 a 2010. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.43, n.1, p.81-86, jan 2013. [2] GARCIA, M; CENTENARO, G. Capacitação de manipuladores de alimentos e avaliação das condições higiênicas em serviço de alimentação. *Brazilian Journal of Food Research*, Campo Mourão, v.7, n.2, p.96-111, mai/ago 2016. [3] SACCOL, A, *et al.* Segurança alimentar em serviços de alimentação: um requisito no Brasil. *Critical Reviews in Food Science and Nutrition*, São Paulo, v.56, n.8, p.1.363-1369, jun 2016. [4] FERREIRA, E; FERREIRA, C. Implicações da Madeira na Identidade e Segurança de Queijos Artesanais. *Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes*, Viçosa, v.66, n.381, p.13-20, ago 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

ANÁLISE DO GRAU DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS OFERTADOS EM UM APLICATIVO DE REFEIÇÕES *DELIVERY* DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

MILENA SOUZA VIANA (IC – milena-viana@hotmail.com)¹ e MAYLA CARDOSO FERNANDES TOFFOLO (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: alimentação, obesidade, alimentos industrializados, doenças crônicas não transmissíveis.

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos tem-se observado uma mudança no padrão alimentar da população que reduziu consideravelmente o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados e aumentou o consumo de alimentos processados e ultraprocessados. Essas alterações têm sido acompanhadas de intensos aumentos nas taxas de obesidade, diabetes e outras enfermidades relacionadas a alimentação [1]. A praticidade de se adquirir um alimento por aplicativo de entrega de refeições tem contribuído para essas mudanças. Além disso, pessoas estão com vidas cada vez mais corridas, o que as tornam mais cansadas e propícias a pedirem comida em casa ou no trabalho. Tudo isso soma-se ao fato de que a sociedade moderna está inserida em uma cultura extremamente consumista [2]. De acordo com o exposto, o objetivo deste trabalho constitui em analisar o grau de processamento dos alimentos ofertados em um aplicativo de refeições *delivery* no município de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa observacional, realizada no mês de agosto de 2020, na qual inicialmente quantificou-se o número de estabelecimentos em um aplicativo do município. Em seguida, construiu-se um checklist de coleta de dados com marcadores de alimentação não-saudável (bebidas ultraprocessadas, lanches ultraprocessados, doces ricos em açúcar) e marcadores de alimentação saudável (preparações com predominância de hortaliças, preparações com oferta de frutas *in natura* e oferta de sucos naturais sem açúcar). Analisou-se separadamente as preparações ofertadas em cada restaurante dentro do aplicativo para preenchimento do questionário e os dados obtidos foram tratados no Excel® para quantificação absoluta e relativa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisadas preparações comercializadas nos 85 estabelecimentos presentes no aplicativo. A grande maioria oferecia bebidas ultraprocessadas (80%) e lanches ultraprocessados (81%). Alimentos esses com excesso de sódio, açúcar, óleo, gorduras, antioxidantes, estabilizantes e conservantes. Sendo assim, pobres em nutrientes e de grande densidade energética [1]. Além disso, mais da metade dos estabelecimentos (50,60%) tinha em seu cardápio preparações ricas em açúcar como os doces. Observou-se ainda que uma pequena parte dos estabelecimentos (29,40%) ofertava preparações com predominância de hortaliças, ou seja, cardápios tipicamente brasileiros, constituído por arroz, feijão, uma proteína, legumes e verduras. Ademais, 17,60% dos estabelecimentos tinha a opção de sucos naturais sem açúcar e uma parcela reduzida (3,50%) ofertava frutas *in natura*. Estes resultados reforçam os principais achados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2017 e 2018 e que demonstra um aumento no consumo de alimentos prontos (ultraprocessados e processados), aumento do consumo de alimentos fora do domicílio e redução das despesas com arroz e feijão [3]. Esse cenário é extremamente preocupante pois contribui para criação de hábitos alimentares não saudáveis que a longo prazo podem agravar e aumentar as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT's) tais como obesidade, diabetes e hipertensão, gerando piora na qualidade de vida, redução na sua expectativa, além de aumentar os gastos dos serviços de saúde [4]. **CONCLUSÕES:** Esta pesquisa concluiu que a maioria das refeições ofertadas nesse aplicativo são ultraprocessadas, sendo a minoria com oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados, o que torna o ambiente de alimentação virtual extremamente obesogênico. A alternativa de pedir refeições prontas por aplicativo pode ser um importante fator de contribuição ao surgimento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão e obesidade. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MONTEIRO. C. A., et al. Nova. The star shines bright. Food Classification. *Public health World Nutrition*, v. 7, n. 1-3, p. 28-38, 2016; [2] BITTENCOURT, F. T. R. O consumo de comida via aplicativos de *delivery* no ambiente laboral: um caminho para precarização do trabalho? *Diálogo com a economia criativa*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 34-46, jan/abril. 2019. [3] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 – POF*, Rio de Janeiro, 2019, [4] MALTA. D. C., et al. Doenças crônicas não transmissíveis e a utilização dos serviços de saúde: análise da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil. *Revista Saúde Pública*, v. 41, p. 1-4, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

AValiação da Prevalência de Diabetes Mellitus Tipo 2 e Fatores de Risco para o Desenvolvimento do Quadro Diabético em Adultos e Idosos do Município de Espera Feliz – MG

Aline Araújo Hottz **KLEIN** (IC-alinehottz86@gmail.com)¹, Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Curso de Nutrição Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Diabetes Mellitus Tipo 2, Fatores de risco, Comportamento Alimentar

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus é uma patologia metabólica caracterizada pelo aumento da glicose plasmática, sendo o Diabetes Mellitus tipo 2 (DM tipo 2) o mais relatado [1]. A alimentação inadequada junto do sedentarismo e do conseqüente excesso de peso, são alguns dos principais fatores de risco para o desenvolvimento desta doença [2,3]. Diante disso, este estudo teve o objetivo de avaliar a prevalência da patologia e de fatores de risco para a mesma em adultos e idosos do município de Espera Feliz - MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de agosto de 2020 após as concordâncias junto dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido online. Foi aplicado um questionário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Docs® contemplando questões sobre DM tipo 2 e estilo de vida. Os dados foram analisados no programa Excel®. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 60 indivíduos, 90% adultos e 10% idosos, sendo 61,7% do sexo feminino e 58,3% eutróficos. Cerca de 51,7% fumam ou já fumaram, 61,7% eram sedentários e 41,7% possuíam doenças crônicas, sendo dislipidemia a mais indicada (38,6%). As transições epidemiológica, nutricional e demográfica contribuíram para a elevação de prevalência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e morbimortalidade associada [2]. DM tipo 2 foi relatada por 16,7% dos avaliados, sendo que 11,7% diagnosticados há mais de 1 ano. Do total de entrevistados, 78,3% relataram ter familiares com DM tipo 2, principalmente pais (43,3%). Cerca de 15% realizam acompanhamento nutricional rotineiro. Em relação a alimentação, o consumo de alimentos gordurosos (batata frita, bacon, pastel, coxinha, pizza, hambúrguer) diariamente foi expresso por 66,7% e 41,7% indicaram ter o hábito de adicionar sal à mesa nas principais refeições, mas não todos os dias. Sabe-se que gorduras e sal em excesso são nocivos à saúde e contribuem para o aumento do risco de obesidade e desenvolvimento de DCNT [3]. Cerca de 91,7% relataram o consumo diário de pães, massas, biscoitos e alimentos industrializados/processados, sendo 13,3% diabéticos e sedentários. O elevado consumo destes alimentos é alarmante, pois as composições dos mesmos contribuem para distúrbios fisiológicos que estão associadas a patologias como DM tipo 2 e outras DCNT [2,3]. Em contrapartida, apenas 10% consomem diariamente alimentos *in natura*. A alimentação é um fator importante para o controle das DCNT, considerando a oferta adequada de macro e micronutrientes, alimentos saudáveis e menos processados [3]. O uso de adoçantes naturais ou artificiais foi relatado por 43,3%, o consumo diário de açúcares por 88,3% e 46,7% relataram consumir diariamente refrigerantes ou outras bebidas artificiais adoçadas. As bebidas adoçadas estão sendo associadas a obesidade e também a incidência de DM tipo 2. Tal bebida favorece para o descontrole da glicemia e aumento do peso, elevando o risco de doença cardiovascular e esteatose hepática dos indivíduos que possuem diabetes [1]. **CONCLUSÕES:** Evidenciou-se baixa prevalência de DM tipo 2, entretanto, os hábitos alimentares relatados, os quais se enquadram em fatores de risco, podem ser melhorados, tendo sido evidenciadas altas prevalências de um consumo inadequado de alimentos, sedentarismo e outros fatores de risco para o DM tipo 2.

BIBLIOGRAFIA: [1] SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. São Paulo: Clannad Editora Científica, 2019. [2] FLOR, L.S. et al. Carga de diabetes no Brasil: fração atribuível ao sobrepeso, obesidade e excesso de peso. **Revista de Saúde Pública**, v.49, n.29, p.1-11, 2015. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VEGANISMO ENTRE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM MURIAÉ MG

Sarah Mairink de Oliveira (IC- sarahmairink18@gmail.com)¹, Lamaira Condack Gonçalves¹, Isabela de Souza Fernandes¹, Ana Carolina Primavera Carneiro¹, Karine Augusta Silva¹, Mayla Cardoso Fernandes Toffolo (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professor (a)

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Veganos; Dieta vegana; Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO: O veganismo é uma prática que tem conquistado cada vez mais adeptos na sociedade atual. O vegano recusa o consumo de animais e produtos que são deles derivados, não sendo restrita somente a alimentos. A proposta vegana é baseada no sentimento ético e contrário ao especismo, entendido como a discriminação de outras espécies baseada na presunção da supremacia humana; assim, preconiza o boicote ao consumo em várias esferas de produtos que gerem morte ou maus tratos a animais como a ingestão de alimentos de origem animal, roupas, acessórios e calçados que utilizem matéria-prima animal, produtos de saúde, higiene e estética, entre outras práticas [1]. Do ponto de vista nutricional, as dietas veganas geralmente são mais ricas em fibras alimentares, magnésio, ácido fólico, vitaminas C e, ferro e fitoquímicos, e tendem a ser mais baixas em calorias, gordura saturada e colesterol, ômega-3, ácidos graxos, vitamina D, cálcio, zinco e vitamina B-12 [2]. Tendo em vista tais constatações, o presente estudo teve como objetivo analisar o conhecimento de universitários sobre as práticas veganas. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal e de natureza exploratória, realizado no mês de setembro de 2019, no qual foi aplicado um questionário semi-estruturado aos alunos de uma instituição privada de ensino superior da cidade de Muriaé-MG com perguntas sobre o conhecimento das práticas alimentares veganas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por 56 participantes com idade entre 18 e 36 anos, com média 22,07± 4,45 anos. Destes, 54% eram do sexo masculino e 46% do sexo feminino. Entre os participantes, 84% sabiam caracterizar corretamente o veganismo. Quando questionados sobre a dieta vegana ser completa em nutrientes 54% dos entrevistados disseram ser possível, 30% não acharam possível e 16% não souberam opinar. Uma dieta vegana equilibrada, além de proporcionar uma oferta nutricional adequada, previne inúmeras doenças crônicas responsáveis por perda de qualidade de vida e por diminuição da expectativa de vida [3]. Em relação ao custo de uma dieta vegana, 57% disseram ser mais caro que uma dieta convencional, 30% disseram não ser mais cara e 13% não souberam opinar. Em relação às motivações para as pessoas se tornarem veganas, 57% dos entrevistados acharam ser por amor aos animais, 23% acharam ser por preocupação com o meio ambiente, 11% relataram ser por alguma doença relacionada ao metabolismo de derivados animais, 5% disseram ser por questões de saúde, e 4% disseram ser uma tendência atual ou aversão à carne. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, notou-se que a maioria dos entrevistados satisfatoriamente estavam conscientes das diferenças entre o vegetarianismo e o veganismo entretanto ainda existe uma considerável parcela de pessoas equivocadas quanto à qualidade nutricional da dieta vegana, já que é possível obter todos os nutrientes necessários (com exceção da vitamina B12) a partir de alimentos de origem vegetal. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABONIZIO, J., Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, n.2, p. 191-196, 2013. [2] CRAIG, W. J., Health effects of vegan diets, *The American Journal of Clinical Nutrition*. v. 89, n.5, p. 1627–1633, 2009. [3] BAENA, R. C. Dieta vegetariana: riscos e benefícios. *Diagnóstico e Tratamento*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 56- 64, jun.2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

**AValiação DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS COM IDADE ENTRE 2 E 4 ANOS
DE UMA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL EM MURIAÉ-MG**

MILENA SOUZA VIANA (IC – milena-viana@hotmail.com)¹, EMANUELE DE OLIVEIRA
GOMES (IC)¹ e MARIANA DE MELO CAZAL (PQ)²

1. Acadêmica do curso de Nutrição; 2. Professora Doutora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: alimentação, nutrição, obesidade, desnutrição.

INTRODUÇÃO: Os primeiros anos de vida de um indivíduo são marcados pelo crescimento acentuado e por grandes conquistas no desenvolvimento físico e social. Nesta fase a nutrição assume papel fundamental sendo necessária uma alimentação equilibrada que assegure o crescimento, promovendo a manutenção da saúde do indivíduo [1]. Um consumo alimentar pobre em nutrientes pode aumentar a morbimortalidade infantil e a longo prazo pode retardar o crescimento, levando a atraso escolar e aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis [2]. O objetivo deste trabalho foi avaliar o estado nutricional de crianças de uma escola privada do ensino infantil de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com 30 crianças com idade entre 2 e 4 anos de uma escola privada situada na cidade de Muriaé-MG. Inicialmente, foi enviado um termo de consentimento livre e esclarecido aos pais das crianças e um questionário contendo questões sobre os hábitos alimentares, data de nascimento, dados de peso e estatura dos escolares. Para a avaliação do estado nutricional, utilizou-se o *software* WHO *Anthro Plus*, um programa da Organização Mundial da Saúde (OMS), desenvolvido para monitorar o crescimento e desenvolvimento de crianças até cinco anos de idade. Foram avaliados os índices de Índice de Massa Corporal (IMC) para idade (IMC/idade) e estatura para idade (E/I). Os dados foram analisados em percentil e classificados de acordo com a norma técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde [3]. Os dados foram digitados e analisados pelo programa Microsoft Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em relação ao IMC/idade, 77,8% das crianças estavam eutróficas, 14,8% apresentavam obesidade, 3,7% magreza e 3,7% magreza acentuada. O IMC é um índice que expressa a relação entre o peso e o quadrado da estatura, e é recomendado no diagnóstico dos distúrbios nutricionais das crianças, considerando-se que incorpora a informação da idade do indivíduo [3]. Embora a maioria das crianças estavam eutróficas, quase 15% estavam obesas, o que pode ser devido ao hábito alimentar das mesmas, caracterizado por excesso de alimentos industrializados, ricos em gorduras e açúcar. Já para o índice estatura por idade (E/I), 92,6% das crianças apresentaram estatura adequada para a idade, enquanto que 7,4% apresentaram baixa estatura para a idade. O indicador E/I evidencia o crescimento linear da criança. É o índice que melhor indica o efeito cumulativo de situações adversas sobre o crescimento [3]. Observou-se que essas crianças apresentavam baixo consumo de alimentos *in natura*, tais como frutas e hortaliças, bem como tinham baixo aporte energético e reduzido consumo de proteínas. Goes et al. (2012), avaliou o estado nutricional e consumo alimentar de pré-escolares de 30 a 60 meses de idade, dos centros municipais de educação infantil do município de Guarapuava, Paraná. Os autores também observaram maior prevalência de eutrofia e estatura adequada para a idade entre os pré-escolares [1]. **CONCLUSÃO:** A maioria das crianças estava eutrófica e com a estatura adequada para a idade, demonstrando que o seu estado nutricional estava de acordo com os padrões esperados de peso e crescimento para a idade. Avaliar o estado nutricional de crianças em idade pré-escolar é importante para encontrar déficits nutricionais, de modo a corrigir essas alterações, reduzindo os impactos sobre a saúde dos indivíduos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GOES, V. F. et al. Avaliação do estado nutricional e do consumo alimentar de pré-escolares atendidos nos centros municipais de educação infantil de Guarapuava-PR. *Alim. Nutr.* Araraquara, v. 23, n. 1, p. 121-129, jan. 2012. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica.** 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde:** Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

AValiação dos Hábitos Alimentares e Comportamentais de Funcionários de uma Escola Estadual do Município de Espera Feliz – MG

Aline Araújo Hottz **KLEIN** (IC-alinehottz86@gmail.com)¹, Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Curso de Nutrição
Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Comportamento alimentar, Estilo de vida, Promoção de Saúde.

INTRODUÇÃO: A transição nutricional caracterizou-se pelas modificações nos hábitos alimentares, evidenciando-se o aumento da ingestão de produtos processados e industrializados e a redução no consumo de alimentos *in natura*. Tais modificações favorecem o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) [1]. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar hábitos alimentares e comportamentais de funcionários de uma escola estadual mineira.

MATERIAIS E MÉTODOS: Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de maio de 2020 com funcionários de uma escola estadual do município de Espera Feliz - MG. Foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e posteriormente foi aplicado um questionário contemplando questões sobre hábitos alimentares e estilo de vida. Os dados foram analisados no programa Excel®. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do pesquisa 60 adultos, com idade entre 24 e 53 anos, sendo 70% do sexo feminino. Destes, 90% relataram ingestão de bebida alcóolica apenas aos finais de semana e 86,7% não fumantes. Cerca de 81,7% possuem DCNT, sendo hipertensão (36,7%) e dislipidemia (31,6%) as mais frequentes. Apenas 35% dos avaliados praticam atividade física. Ressalta-se que o sedentarismo e hábitos alimentares inadequados constituem os principais fatores de risco para DCNT [2]. Em relação ao comportamento durante as refeições, 66,7% utilizam celular ou outro eletrônico durante as mesmas, sendo que, 95,0% sentem-se influenciados pelas reportagens de alimentos e produtos divulgados na televisão. A utilização de eletrônicos junto da alimentação pode influenciar nas escolhas, mediante as propagandas de alimentos e produtos alimentícios inseridas nos contextos midiáticos, e nas quantidades ingeridas, devido a possíveis distrações [3]. Em relação aos hábitos alimentares constatou-se que 83,3% dos avaliados ingerem menos de 2 litros de água/dia, 40,0% ingerem refrigerante mais de 3 vezes na semana e 43,3% consomem bebidas artificiais adoçadas 1 vez na semana. Entretanto, já se sabe que o consumo das bebidas adoçadas pode ser prejudicial ao organismo, a depender da quantidade e frequência, visto que, a composição das mesmas não são favoráveis a saúde humana [3]. A ingestão diária de verduras e legumes foi relatada por apenas 11,7% dos participantes e de frutas por 15,0% dos mesmos. O baixo consumo de vegetais e frutas é um dos reflexos evidenciados pela transição nutricional, sendo este de cunho prejudicial, pois estes alimentos são fontes de micronutrientes, fibras e minerais [1,3]. Além disso, 73,3% apresentaram consumo de sal acima do indicado, 20,0% apresentaram ingestão de alimentos gordurosos como pastel, pizza, batata frita e 83,3% apresentaram o consumo de açúcares diariamente. O elevado consumo de sal indica um excesso na ingestão de sódio, a qual está associada a uma série de doenças, como hipertensão arterial, obesidade e doenças cardiovasculares. Estas podem ainda se agravar com o excesso de alimentos gordurosos. A elevada ingestão de açúcares também se faz prejudicial ao organismo e é considerada um fator relevante para o desenvolvimento de obesidade e DCNT [3]. **CONCLUSÕES:** Hábitos alimentares gerais podem ser melhorados, considerando o baixo consumo de frutas e vegetais e elevado consumo de sal e açúcares. Além disso, evidenciou-se baixa prática de atividade física, alta prevalência de DCNT e influência da mídia sobre hábitos alimentares.

BIBLIOGRAFIA: [1] POPKIN, B. M. Transição nutricional e a epidemia global de diabetes. *Current Diabetes Report*, v.15, n.9, p.64 2015; [2] MENDONÇA, V.A. A Relação entre o Sedentarismo, Sobrepeso e Obesidade com as Doenças Cardiovasculares em Jovens Adultos: uma Revisão da Literatura. *Revista Saúde e Desenvolvimento Humano*, v.4, n.1, p.79-90, 2016; [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CONSUMO DA BANHA DE PORCO ENTRE MORADORES DE ÁREAS RURAIS E URBANAS DA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Fernanda M. **LIMA** (IC – fernandameirelles91@hotmail.com)¹, Alice C. **SÁ**(IC)¹, Claudiane R. **ALVES**(IC)¹, Isadora M. **ALONSO** (IC)¹ e Naruna P. **ROCHA** (PQ)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professora do curso de Nutrição

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Colesterol; Doenças Cardiovasculares; Gordura Suína.

INTRODUÇÃO: A banha de porco é um alimento considerado rico em colesterol e ácidos graxos saturados. É um produto proveniente da gordura subcutânea do porco, usualmente conhecida por toucinho e que possui em sua composição cerca de 41% de ácidos graxos saturados [1]. Fonte de energia, a gordura suína é muito utilizada nas preparações culinárias e até mesmo em técnicas de conserva tradicionais. As gorduras são componentes importantes da alimentação humana, ajudam na absorção de vitaminas, além de melhorar o sabor dos alimentos [2]. A recomendação de ingestão é que apenas 10% do total de energia consumida seja fornecida por esse tipo de gordura [2]. O objetivo do estudo foi comparar o consumo e a utilização da banha de porco por moradores da zona rural e urbana da Zona da Mata mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Estudo transversal, realizado no mês de julho de 2020, com a participação de 50 pessoas, sendo 25 moradores da zona rural e 25 da zona urbana em 4 municípios da Zona da Mata Mineira. Para a realização da pesquisa foi utilizado um questionário com 14 questões sobre a utilização da banha de porco. A pesquisa ocorreu somente após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados são apresentados em frequência simples. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que 58% dos entrevistados consumiam banha de porco diariamente, sendo que 40% eram da Zona Rural e 18% da Zona Urbana. Cerca de 82% dos moradores da zona urbana que não consumiam banha de porco, alegaram utilizar óleo de soja (48%), óleo de girassol (25%) e azeite de oliva (9%). Além disso, dos que afirmaram consumir a banha de porco, 42% indicaram fazer o uso durante muitos anos. Cerca de 34% dos entrevistados indicaram utilizar a banha no preparo de leguminosas e oleaginosas, sendo que 42% utilizavam o óleo de soja na ausência da banha de porco. Notou-se que 44% dos entrevistados consumiam de ½ a 1 colher de sopa ao dia. Em relação ao armazenamento, 44% guardavam a banha em litro descartável e 14% em lata de alumínio. A temperatura de estocagem mais indicada foi a ambiente com 56%. Quanto ao motivo para o consumo, 32% dos moradores rurais apontaram ser mais saudável e sustentável, 26% dos moradores da área urbana alegaram ser por tradição e costume familiar. Constatou-se que 50% dos moradores das áreas urbanas e rurais consideravam que a banha de porco poderia aumentar o HDL e 43% acreditavam que o uso estaria associado a longevidade. Verificou-se que 56% dos avaliados utilizam a banha de porco para conservar carnes. Por fim, 58% dos consumidores relataram sentir diferenças no sabor e na textura do alimento quando preparado com banha de porco. O consumo excessivo de gorduras saturadas está relacionado as doenças crônicas não transmissíveis, pois aumentam os níveis de lipoproteína de baixa densidade (LDL) circulante [3]. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a doença cardiovascular é a principal causa de morte no mundo, excedendo 30% das mortes globais, taxa praticamente idêntica à existente no Brasil [4]. **CONCLUSÃO:** Os moradores de áreas rurais registraram maiores frequências para o consumo diário de gordura suína. Por outro lado, na zona urbana, os moradores consumiam em maior percentual gordura industrializada de origem vegetal. O consumo de gordura em excesso deve ser controlado, a substituição de gordura saturada da dieta por mono e poli-insaturada é considerada uma estratégia para a redução de eventos clínicos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, R.D. et al. **Diretriz sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular.** Arq. Bras. Cardiol. 2013, vol.100, n.1, pp.1-40. São Paulo Jan. 2013. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. **Alimentação saudável.** Disponível em: <<https://bit.ly/3cguFU4>>. Acesso em: 14 de jul. 2020. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a População Brasileira: Promovendo a alimentação saudável.** 1ª edição. Brasília: DF, 2008. [4] Organização Pan-Americana de Saúde. **Organização Mundial da Saúde. Doenças cardiovasculares (DCVs).** Brasília, DF; 2017.

Área do Conhecimento(CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

DIETA LOW CARB EM PRATICANTES DE EXERCÍCIO FÍSICO

Mayra Dias **Sousa** (IC mayrasousad@outlook.com)¹, Maria Eduarda Oliveira **Araujo**, Maria Rita Pinho de **Oliveira**, Edithiane Vilete **Cabral**, Erica Duarte **Valverde**, Mayla Cardoso Fernandes **Toffolo** (PQ)²

Curso de Nutrição, 1. Professor
Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: carboidratos; alimentação, dieta.

INTRODUÇÃO: O LowCarb é o estilo alimentar onde os adeptos a essa prática tem a restrição do carboidrato em sua alimentação, ingerindo, portanto, maior proporção de gorduras e proteínas [1]. O desejo por um perfil estético bonito tem crescido na população, com intuito de se atingir esse objetivo, tem observado várias estratégias dietéticas, no qual a lowcarb se destaca dentre as mais populares atualmente [2]. Essa manipulação do carboidrato quando associado a práticas de exercícios físicos, apresenta diversos benefícios sobre a composição corporal, bem perceptível para pessoas que desejam reduzir o percentual de gorduras e a manutenção de massa magra, entretanto ainda indicam que existem importantes e mal compreendidos efeitos da restrição de carboidratos, que merecem uma investigação mais aprofundada [3]. De acordo com o exposto o objetivo deste trabalho é analisar a prática da dieta Lowcarb entre jovens e adultos praticantes de exercício físico. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foram convidados a participar da pesquisa, praticantes de exercício físico de academias nos municípios de Muriaé, Laranjal, Espera Feliz e Fervedouro que realizava ou já haviam realizado a dieta LowCarb. A pesquisa foi realizada em setembro de 2019. Participaram da pesquisa, aqueles que atendiam o critério de inclusão e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Portanto, foi aplicado aos participantes, um questionário que contemplava questões sobre conhecimento e prática do estilo de vida LowCarb. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 50 indivíduos, entre 18 e 35 anos, sendo 56% do sexo feminino. Observou-se que 64% dos voluntários praticaram a dieta LowCarb com o intuito de reduzir o percentual de gordura e peso corporal, 14% para o ganho de massa magra, 12% para melhorar o perfil lipídico, 6% para melhora da glicemia e 4% para controle pressórico. Entre os indivíduos que relataram benefícios com a dieta Lowcarb, 88% relataram que conseguiram reduzir gordura corporal, entretanto, 46% desses obtiveram estresse e 32% tontura ao decorrer da dieta. Os demais relataram ansiedade, mau humor, dor de cabeça e indisposição. Os efeitos adversos resultantes deste modelo de dieta relatado na literatura tem demonstrado propensão para o aparecimento de algumas dores de cabeça, diarreias, estados de fraqueza, câimbras musculares, além de aumento de LDL colesterol [3]. Ao serem questionados sobre como conheceram a dieta LowCarb, a maioria (56%) relataram ser das redes sociais, e apenas 28% procuraram o acompanhamento de um nutricionista. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a maioria dos praticantes de exercício físico que adotaram o padrão de dieta LowCarb, tinham como objetivo de perda de peso e gordura corporal. Entretanto, os efeitos colaterais desta dieta foram percebidos pela maioria dos participantes que realizaram o planejamento alimentar sem auxílio do nutricionista. Tal fator pode ter contribuído para a execução inadequada da alimentação e aumento dos efeitos colaterais, uma vez que o nutricionista é o único profissional de saúde habilitado a elaborar planos alimentares de forma adequada e saudável. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LUCENA, L. Diferentes abordagens dietéticas para praticantes de atividades físicas voltada para o emagrecimento saudável. **Centro de ciências da Saúde**, Natal-Rn. 2017. [2] RAMOS, Layse. Dieta de baixo carboidrato: Uma revisão de Literatura. **Centro de ciências da Saúde**, João Pessoa. 2015. [3] XAVIER, S. C. Dietas pobres em hidratos de carbono na perda de peso corporal. **Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto**, 2017.

Área do Conhecimento(CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL APLICADA EM CRIANÇAS DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE MURIAÉ-MG

MILENA SOUZA VIANA (IC – milena-viana@hotmail.com)¹, EMANUELE DE OLIVEIRA GOMES (IC)¹, ALICE CRUZ DE SÁ (IC)¹, CLAUDIANE RORIZ ALVES (IC)¹ e MARIANA DE MELO CAZAL (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: alimentação, nutrição, escolares, hábitos alimentares.

APRESENTAÇÃO: Atualmente tem-se observado grande transição nos hábitos alimentares da sociedade. A situação ainda é mais preocupante quando se trata da alimentação infantil. Crianças têm sido expostas cada vez mais cedo ao contato com alimentos com alto teor de açúcar e gordura, o que contribui para o aumento da obesidade infantil nos últimos anos [1]. Nesse sentido, a educação alimentar e nutricional surge com o objetivo de criar estratégias de modo a impulsionar a cultura e a importância de hábitos alimentares saudáveis, respeitando as necessidades de cada indivíduo e modificando algumas atitudes e crenças que são pré-determinados em torno da alimentação [2]. O objetivo deste trabalho foi realizar ações de educação alimentar e nutricional em crianças, entre 2 e 4 anos de idade, de uma escola da rede privada de ensino de Muriaé-MG. **DESENVOLVIMENTO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada em uma escola de ensino infantil da rede privada do município de Muriaé-MG. As ações consistiram em reuniões com os pais dos alunos e atividades lúdicas com as crianças, totalizando três intervenções. A primeira intervenção consistiu em uma reunião com os pais, com o intuito de conscientizá-los sobre a importância de oferecer aos filhos uma alimentação saudável. Durante a palestra, foram abordados os seguintes temas: propaganda apelativa realizada pela indústria alimentícia para atrair o público infantil, riscos relacionados ao consumo excessivo de alimentos açucarados e ricos em gorduras saturadas, e a importância de uma alimentação mais natural, rica em vitaminas, fibras e minerais. Por último, estabeleceu-se algumas metas para os pais iniciarem com os filhos, tais como: ofertar mais porções de frutas e melhorar a qualidade dos lanches levados para escola. Observou-se que os pais ficaram bastante interessados no tema, pois muitos se comprometeram a incluir mais alimentos *in natura* nos lanches de seus filhos e reduzir a oferta de produtos industrializados. A segunda intervenção foi realizada com as crianças e objetivou aumentar a familiaridade com as frutas e as hortaliças, de forma lúdica. Para isso, inicialmente foi realizado um teatro, no qual contou-se a história da Joana, uma personagem fictícia que tinha o hábito de consumir apenas uma fruta, a banana. A personagem, incentivada pela sua mãe, aceitou consumir diversos outros alimentos, tais como o brócolis, a uva e a batata. Após o teatro, as crianças degustaram frutas e hortaliças não inseridas na sua rotina alimentar, conforme os dados coletados nos questionários de hábito alimentar (resultados não divulgados). A maioria dos alunos experimentou os alimentos e gostou dos novos sabores. Na última intervenção foi utilizado um jogo da memória em MDF (placa de fibra de média densidade), confeccionado especialmente para o estudo, usando figuras de frutas e vegetais variados, tais como: maçã, banana, abacate, pera, alface, couve-flor, dentre outros. Quando a criança encontrava os pares das figuras, ressaltava-se a importância daquele alimento para a saúde, de modo a despertar ainda mais o interesse do aluno. Como resultado, observou-se grande atenção das crianças pelo jogo e algumas relataram já ter aumentado o consumo de frutas e vegetais em casa, desde o começo das intervenções. Ao final da intervenção, cada menino recebeu um bônus de banana e cada menina recebeu um bônus de morango, como forma de recompensa por terem participado da dinâmica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluiu-se que as ações de educação alimentar e nutricional são de suma importância para estimular o início dos hábitos alimentares saudáveis nos escolares. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MATUK, T.T. et al. Composição de lancheiras de alunos de escolas particulares de São Paulo. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 157-163, 2011; [2] COSTA, G.G. et al. Efeitos da educação nutricional em pré-escolares: uma revisão de literatura. *Com Ciências Saúde*. Brasília, v. 24, n.2, p. 155-168, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAR EM UMA MULHER ADULTA MORADORA DA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Luana Antenor Rodrigues ALVES (IC¹ luanaantenor35@gmail.com), Naruna Pereira Rocha (PQ)², Vanessa Sequeira FONTES (PQ²),

1. Curso de Nutrição; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras Chave: Consumo de alimentos, Hábitos alimentares, Saúde

Introdução: A promoção da saúde destaca-se como uma estratégia fundamental para o enfrentamento dos problemas do processo saúde-doença-cuidado e da sua determinação. É nesse contexto que também emerge a concepção da promoção das práticas alimentares saudáveis [1]. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira é importante estimular o consumo da maior variedade de alimentos “in natura” incluindo frutas, hortaliças e cereais e reduzir o consumo de processados e ultraprocessados na alimentação [2]. O objetivo do trabalho foi avaliar e orientar durante um mês os hábitos alimentares de uma jovem moradora da cidade de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Realizou-se uma intervenção nutricional em uma paciente adulta no mês de março de 2018. A paciente assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Num primeiro momento foi realizada a antropometria através do peso (Kg), circunferência da cintura (cm) e circunferência do braço (cm), utilizando balança e fita métrica inelástica. Posteriormente foi aplicado um recordatório alimentar de 24 horas para verificar o consumo alimentar, para assim formular e designar oito metas, das quais duas seriam repassadas a cada semana. No final de cada período semanal foi averiguado o cumprimento das metas. Ao final das quatro semanas de acompanhamento, uma nova avaliação antropométrica foi realizada, além da coleta do depoimento da paciente. **RESULTADOS:** A paciente apresentava alimentação irregular, com hábito de substituir o almoço por lanches e *fast foods*, ingestão de menos de 2l de água por dia, constipação intestinal, alto consumo de açúcar, doces e refrigerantes, fadiga e não consumia frutas, legumes e hortaliças habitualmente. Pensando em promover novos hábitos e bem-estar da pacientes iniciou as intervenções alimentares. No decorrer da intervenção, foi observado a redução do consumo de doces e o aumento da ingestão de água para 1 litro por dia, visto que a paciente consumia muito menos que o adequado. A paciente apresentava sintomas de constipação intestinal, sendo orientada a aumentar o consumo de alimentos ricos em fibras, como aveia, linhaça e chia, agregando em vitaminas, iogurtes e saladas de frutas. Após o aumento do consumo das fibras a paciente relatou melhora da constipação intestinal. Não houve possibilidade da substituição do açúcar por adoçante, pela inviabilidade em seu local de trabalho. A paciente declarou ter diminuindo o consumo de refrigerantes e doces para três vezes por semana. Mencionou satisfação pelo seguimento das metas nos hábitos alimentares e no cansaço que apresentava com frequência. As metas que foram mais difíceis de serem seguidas foram diminuir o consumo de doce e aumentar o consumo de água. A única meta seguida corretamente foi a de substituição do salgado por um almoço completo com opção de vegetais, proteína e carboidrato. Os pequenos ajustes alimentares fizeram tanto o peso, quanto a circunferência abdominal diminuírem. Inicialmente a paciente pesava 66,8 kg, passando a ter 65,9 kg, tinha circunferência da cintura de 92 cm, ficando com 90 cm no final das quatro semanas de seguimento. **CONCLUSÃO:** Observou-se resultado positivo, em relação ao seguimento das metas nutricionais. Em 4 semanas a paciente obteve redução do peso e da circunferência da cintura. As mudanças não foram observadas apenas na parte física, mas também na qualidade de vida, como melhora da constipação intestinal e do cansaço. Vale ressaltar que uma nova adoção de modos de vida resulta em um melhor bem estar, prevenção de doenças causadas por aspectos nutricionais, além de promover uma maior autonomia e qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS L.A. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Nutr.* vol.18, n.5; Campinas, Sept./Oct.2005. [2] MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira.** 1º. Ed. Brasília, 2006. Brasil Ministério da Saúde Dpto de Atenção Básica. 2º.Ed. Brasília, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

ELABORAÇÃO E ANÁLISE SENSORIAL DE UMA EMPADA PROTEICA

Sarah Mairink de **Oliveira** (IC- sarahmairink18@gmail.com)¹, Lamaira Condack **Gonçalves**¹,
Isabela de Souza **Fernandes**¹, Ana Carolina Primavera **Carneiro**¹, Karine Augusta **Silva**¹,
Mariana de Melo **Cazal** (PQ)²

1- Acadêmicas do curso de Nutrição; 2- Professora Doutora do Centro Universitário
Unifaminas UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Proteína; Novos produtos; Alimentação Saudável

INTRODUÇÃO: A ingestão de proteínas na dieta é essencial, pois auxilia o suprimento de aminoácidos indispensáveis ao corpo e de nitrogênio para a síntese de aminoácidos dispensáveis. As fontes de proteínas completas são, em maioria, de origem animal, como leite, iogurte, queijo, ovos, carne, peixe e frango [1]. Esses nutrientes são importantes fontes de energia (cerca de 4 kcal/g), possuem funções reguladoras, são carreadoras de gorduras, possuem função estrutural: construção e manutenção dos tecidos, formação de hormônios, enzimas e anticorpos [2]. O presente estudo teve por objetivo elaborar e avaliar a aceitação de uma empada proteica. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no laboratório de Técnica Dietética de uma instituição de ensino superior na cidade de Muriaé-MG, em novembro de 2019. Para o preparo das empadas foram utilizados os seguintes ingredientes: ovos, leite em pó, frango, fermento em pó químico e temperos naturais. Após a mistura dos ingredientes, as empadas foram assadas em forno a 180°C. Para avaliação sensorial das empadas, foi utilizada uma ficha contendo uma escala hedônica estruturada de nove pontos, em que foi solicitado o julgamento em relação à aceitação do produto, atribuindo notas que variam de 1 “desgostei extremamente” à nota 9 “gostei extremamente” [3]. A aceitação sensorial foi avaliada quanto aos atributos cor, odor, sabor e impressão global. As amostras foram demarcadas com códigos de 3 dígitos, variando entre 251 e 400. Esta análise foi realizada por indivíduos não treinados: professores, estudantes e funcionários da instituição, de ambos os sexos, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados foram computados e analisados no programa Excel®, versão 2019, sendo calculadas frequência relativa, média e desvio padrão dos dados coletados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com 52 participantes, sendo 81% do sexo feminino com idade média de 22,44±4,08 anos. Os resultados obtidos demonstraram médias de aceitação de 7,73±1,23 para cor, 7,38±1,64 para aroma, 7,96±1,17 para sabor, 7,5±1,77 para textura e 7,98±1,12 para a impressão global do alimento, o que significa que a avaliação média do produto ficou entre as notas 7 (gostei moderadamente) e 8 (gostei muito). O índice de aceitabilidade (IA) da empada referente a impressão global foi de 88,66%. Para que um produto seja considerado aceito pelos provadores, de acordo com as propriedades sensoriais, é preciso que se obtenha um IA de, no mínimo, 70% [4]. Sendo assim, a empada proteica foi considerada aceita pelos participantes. Em relação a frequência das notas hedônicas, observou-se que em todos os atributos houve maior frequência para notas acima de 5 pontos (impressão global: 94,2%; cor: 98,1%; aroma: 84,6%; sabor: 98,1% e textura: 84,6%), indicando que a maioria dos provadores gostaram do produto em todos os quesitos avaliados. **CONCLUSÃO:** A elaboração de empada com maior teor de proteínas é viável, pois a introdução de leite em pó em substituição a farinha de trigo na fabricação do produto é simples, e traz os benefícios à saúde do consumidor. A análise sensorial das amostras da empada indicou que o produto apresentou boa aceitação pelos julgadores, com índice de aceitabilidade superior a 70% e notas médias acima da escala gostei moderadamente para todos os atributos avaliados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GROOPER, S. S.; SMITH, J. L.; GROFF, J. L. **Nutrição avançada e metabolismo humano**. Tradução da 5ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012. [2] GOMES, C. E. T.; SANTOS, E. C. **Nutrição e Dietética**. 2 ed. São Paulo: Érica, 2014. [3] MINIM, V. P. R. **Análise sensorial estudos com consumidores**. 4ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2018. Capítulo 3, Teste de aceitação; p. 69-86. [4] BASTOS et al. Aceitabilidade de barra de cereais potencialmente probiótica. **Braz. J. Food Technol.** Campinas, v. 17, n. 2, p. 113-120, abr./jun. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PERFIL ALIMENTAR E COMPORTAMENTAL DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA – MG

Lara Coutinho de **SOUZA** (IC-laracoutinhorec@hotmail.com)¹, Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor do curso de Nutrição Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – Muriaé – MG

Palavras-chave: Adolescentes, Comportamento Alimentar, Nutrição do Adolescente.

INTRODUÇÃO: A transição nutricional promoveu uma série de modificações alimentares que se refletem até mesmo no padrão alimentar dos adolescentes. A alimentação inadequada pode se fazer presente na adolescência devido a hábitos familiares e influências de grupos sociais, mídia e pela busca do adolescente por praticidade ao se alimentar. Além disso, o fácil acesso a questões tecnológicas, contribuindo para um maior tempo de tela, também pode influenciar direta ou indiretamente nos hábitos alimentares e comportamentais dos adolescentes [1]. **OBJETIVO:** Avaliar os hábitos alimentares e aspectos comportamentais de alunos de uma escola pública no município de Leopoldina – MG. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal realizado com estudantes de 15 a 17 anos, matriculados em uma escola pública no município de Leopoldina – MG. A pesquisa foi realizada no período de Agosto a Setembro do ano de 2019 após assinaturas dos termos de assentimento e consentimento correspondentes. Utilizou-se um questionário de modo a avaliar hábitos alimentares, comportamentais e nível de atividade física. Os dados foram analisados no programa Excel®. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 50 estudantes, dos quais 56% eram do sexo feminino. Quando questionados sobre sua percepção corporal, 76% não se consideravam acima do peso e 24% se viam acima do peso, sendo que destes, 56% relataram terem tentado emagrecer. Ao serem avaliados quanto ao consumo de *fast-food*, apenas 22% dos adolescentes relataram um consumo habitual. Observou-se que 56% dos estudantes não levavam nenhum lanche para a escola e dentre aqueles que levavam, 12% eram biscoito recheado e refrigerante. O consumo de frutas como lanche no momento do intervalo não foi relatado por nenhum dos adolescente avaliados. Entretanto, 62% dos mesmos informaram já terem feito acompanhamento com nutricionista, estando estes cientes de questões alimentares saudáveis. Mas, 38% alegaram nunca terem feito nenhuma consulta nutricional. Quando questionados sobre a prática de atividade física, 20% relataram realizar atividade física todos os dias, 38% 1 a 2 vezes na semana, 20% praticavam de 3 a 4 vezes na semana e 22% não praticavam nenhuma atividade física. Porém, observou-se por meio de relatos, um tempo expressivo dedicado a atividades de baixa intensidade, como assistir televisão e jogar vídeo game, visto que, 30% dos estudantes informaram tempo de tela acima de 4 horas e 70% entre 1 a 4 horas, o que combinado a fatores dietéticos e inatividade física pode favorecer o aumento de peso dos jovens. Ressalta-se que 54% dos avaliados informaram a existência de obesos na família. A sociedade brasileira vivenciou uma rápida transição nutricional, considerando que o país que apresentava altas taxas de desnutrição passou a evidenciar mais casos de indivíduos com excesso de peso [2]. As intervenções nos hábitos alimentares, assim como comportamentais, e orientações a respeito destes, devem ser iniciadas ainda na fase infanto-juvenil, de modo a orientar o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, em grande variedade e preferencialmente de origem vegetal [3]. **CONCLUSÃO:** Verificou-se hábitos alimentares inadequados, requerendo intervenções nutricionais de modo a orientar o público alvo. Além disso, ressalta-se uma baixa prática de atividade física e elevado tempo de tela, necessitando de orientações neste âmbito. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ENES, C; SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.13, n.1, p. 71-163. 2010. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília – DF: PNAN, 2013, p.1-83. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília – DF, 2014. p. 96-99.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

ESTADO NUTRICIONAL DE USUÁRIOS DE DUAS UNIDADES DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA

WALTER MACHADO **SAMEL**¹ (waltinho.2008@hotmail.com); NARUNA PEREIRA
ROCHA²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG

Palavras-chave: Segurança alimentar; Indicadores; Desnutrição

INTRODUÇÃO: O Estado nutricional é o resultado do equilíbrio entre o consumo de nutrientes, as necessidades nutricionais e o gasto energético [1]. Os hábitos alimentares da população brasileira vêm mudando nas últimas décadas, passando da diminuição da ingestão de alimentos básicos para um aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, estimulando e favorecendo o surgimento de muitas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), dentre elas a obesidade e a hipertensão arterial sistêmica (HAS) [2]. A obesidade é um dos maiores problemas de saúde pública e o maior causador de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas em todo o mundo [3]. **OBJETIVO:** Avaliar o estado nutricional de usuários de duas Unidades de Saúde localizadas na Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em duas Unidades Básicas de Saúde da Zona da Mata Mineira em 2019. Foi utilizado um questionário contendo questões sobre dados antropométricos e estilo de vida. Os resultados foram analisados no software Stata®, sendo realizado as análises de frequência simples, média, mediana e o teste de Qui-quadrado. Para todas as análises foi adotado como significativo $p < 0,05$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 204 indivíduos adultos e idosos, sendo 60,78% do sexo masculino com média de idade de $45,92 \pm 15,40$ anos. Quanto ao estado nutricional, 63,23% dos participantes apresentaram excesso de peso, sendo que 26,06% foram classificados como obesos. Mais da metade dos homens apresentaram sobrepeso ou obesidade (62,9%), sendo que 29,03% foram classificados como obesos. Dentre as mulheres, 63,75% tinham excesso de peso e 23,75% já estavam com obesidade. Foi encontrada uma elevada frequência de inatividade física (57,84%) pelos participantes. Em relação as doenças crônicas não transmissíveis, 57,84% dos avaliados relatam ter pelo menos uma. Verificou-se também que os homens apresentavam (55,65%) mais DCNT que as mulheres (46,25%). Não foi encontrada diferença estatística entre o índice de massa corporal e a presença de doenças crônicas não transmissíveis entre os participantes ($p=131$) e nem com atividade física ($p=0,408$). A alimentação inadequada, rica em açúcares e gorduras, e o sedentarismo são uma das principais causas da obesidade. Um indivíduo obeso, comparado a um indivíduo eutrófico possui maior probabilidade de vir a desenvolver doenças associadas a obesidade [3]. **CONCLUSÃO:** Mais da metade dos participantes apresentaram excesso de peso, quando separado por sexo, as mulheres foram as mais prevalentes. As DCNTs estiveram presente em mais da metade dos avaliados, mas não esteve associado ao índice de massa corporal. É recomendado um trabalho de conscientização no que diz respeito as complicações que o excesso de peso pode causar, estimulando o consumo de alimentos saudáveis, atividade física e uma melhor qualidade de vida para os participantes dessas UBS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DOMENE, S.M.A.; Indicadores Nutricionais e Políticas Públicas, FERREIRA, V.A.; MAGALHÃES, R.; Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.23, n.7, p.1674-1681, jul, 2007. [2] SILVA, R.D. Incidência do excesso de peso em usuários com hipertensão arterial em uma unidade básica de saúde. REFACS, Uberaba, MG, v. 5, n. 1, p. 26-33, 2017. [3] Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, ISSN-e 1981-9919, Vol. 10, Nº. 55, 2016, págs. 25-39.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

ESTRATÉGIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM IDOSOS DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA DE MIRADOURO – MG

Luana Antenor Rodrigues **ALVES** (IC¹ luanaantenor35@gmail.com), Lorraine Fernandes **ALVES** (IC¹), Naruna Pereira **Rocha** (PQ²), Vanessa Sequeira **FONTES** (PQ²);

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras- chave: Hábitos alimentares, Idosos, Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

INTRODUÇÃO: O Brasil vem enfrentando um grande aumento na prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), afetando principalmente os idosos. As ações educativas que visam a importância da educação alimentar e nutricional são de extrema importância para promoção de práticas alimentares saudáveis, contribuindo para prevenção das DCNT [1]. É comum nessa população o consumo de temperos industrializados como caldos concentrados, molhos prontos, entre outros que apresentam alto teor de sódio e gordura. Esses produtos são prejudiciais à saúde [2]. O objetivo do estudo foi realizar uma intervenção nutricional com idosos cadastrados no Núcleo de Apoio à Saúde da Família de Miradouro-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de intervenção, realizado no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Miradouro-MG com idosos. O NASF autorizou a coleta dos dados e os idosos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Antes das intervenções, aplicou-se um questionário sobre hábitos alimentares e estilo de vida. A intervenção foi realizada de forma dinâmica. Foi colocado em uma mesa várias frutas *in natura*, relatando seus benefícios, além de dois folders informativos com receitas de temperos naturais e uma pirâmide ilustrativa com alimentos que deveriam ser preferidos, moderados, limitados e evitados. Fez-se uma orientação sobre a substituição de temperos industrializados por naturais. Os participantes receberam mudas de tempero natural. Os mesmos, foram ensinados a plantá-las e cultivá-las em suas casas. As palestras abordaram os temas Diabetes e Hipertensão Arterial, explicando as alterações comuns nessas patologias, além das formas de prevenção e controle a partir da alimentação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do projeto 10 idosos, com idade entre 60 e 86 anos, sendo a média de idade igual a 70 anos. Entre os idosos, 60% possuíam algum tipo de DCNT. Observou-se que apenas 40% ingeriam mais de 2L de água/dia. É importante ressaltar que idosos apresentam maior risco de desidratação, o que pode desencadear diversas outras complicações [3]. Somente 10% consumiam frutas e 30% hortaliças. Além disso, 50% dos idosos relataram utilizar temperos industrializados no dia a dia. Esse elevado consumo, juntamente com a ingestão de alimentos ultraprocessados, indica um excesso na ingestão de sódio que está associado à hipertensão arterial, obesidade e doenças cardiovasculares [4]. Sobre o plantio de temperos em suas casas, a maioria desconhecia da facilidade e os maléficos de ingerir temperos industrializados. Ao final da intervenção, a maioria dos idosos relataram a vontade de ter uma horta em casa, além de ter a intenção de não usar mais temperos industrializados. **CONCLUSÕES:** As intervenções nutricionais apresentaram resultados positivos, visto que os idosos demonstraram interesse em participar das atividades propostas e ao final relataram o desejo de diminuir o consumo de produtos industrializados, ter uma horta com temperos naturais, preferindo o consumo de alimentos *in natura*. Mais da metade dos indivíduos tinham algum tipo de DCNT e os mesmos buscavam um estilo de vida mais saudável. **BIBLIOGRAFIA** [1] FELIPE, L.K.; ZEMMERMANN, A. Doenças crônicas degenerativas em idosos: dados fisioterapêuticos. **RBPS**, Fortaleza, 24(3): 221-227, jul./set., 2011. [2] BORJES, L. C, TASCIA F.J, ZAMPROGNA, P.E. Alimentos industrializados fontes de sódio utilizados no preparo de refeições em restaurantes comerciais de Chapecó-SC. **Demetra: alimentação, nutrição & saúde**, 2014; 9(1); 83-97. [3] CARVALHO, A.P.L.; ZANARDO, V.P.S. Consumo de água e outros líquidos em adultos e idosos residentes no município de Erechim - Rio Grande do Sul. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 34, n. 125, p. 117-126, 2010. [4] VITOLLO, M.R. **Nutrição: da gestação ao envelhecimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Rubio Ltda, 2015. 568p. [5] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO ALIMENTAR EM UMA MULHER DE ERVÁLIA-MG

Aline Araújo Hottz **KLEIN** (IC-alinehottz86@gmail.com)¹, Ana Paula Pereira **FURTADO** (IC)¹,
Isadora Maria Martins **LOPES** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor do Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: alimentação, comportamento alimentar, promoção da saúde.

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, o Brasil vem enfrentando um grande aumento de doenças como, obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e osteoporose [1]. O Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado pelo Ministério da Saúde em 2014, prioriza o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, estimulando o consumo da alimentação saudável, e a finalidade de trazer mais saúde e prevenir tais doenças [2]. Este estudo teve o objetivo de analisar os efeitos de uma intervenção alimentar em uma mulher adulta. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de caso realizado nos meses de março a maio de 2018, com uma mulher da cidade de Ervália-MG. Foi aplicado um questionário com perguntas sobre sua rotina alimentar e utilizou-se dois inquéritos dietéticos: questionário de frequência alimentar e anamnese alimentar de um dia típico. As medidas antropométricas aferidas foram: peso e circunferência umbilical. Para melhorar o hábito alimentar desta paciente, usou-se a estratégia de oito metas baseada no novo Guia Alimentar para a População Brasileira [2]. Posteriormente foi realizada uma nova avaliação para constatar os resultados obtidos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participou desse estudo, uma mulher com 24 anos, sedentária, com peso de 57,7 kg e a circunferência umbilical de 83 cm. Com propósito de diminuir a ingestão de alimentos processados/ultraprocessados e priorizar o consumo de alimentos naturais, a paciente foi incentivada a almoçar diariamente, pois antes trocava tal refeição por salgados e refrigerante. Assim, conseguiu realizar a refeição cinco vezes na semana. A voluntária não apresentava hábito de ingestão de frutas e de hortaliças. Após a intervenção passou a ingerir frutas, verduras e legumes diariamente, tais alimentos são fontes de micronutrientes, fibras e minerais [3]. A paciente começou a consumir leite desnatado diariamente, pois raramente consumia alimentos fontes de cálcio. Diminuiu a frequência de ingestão de refrigerante para finais de semana e substituiu o refrigerante por suco natural e água durante a semana. Tal bebida contém corantes, aromatizantes e açúcares, todas estas substâncias nocivas à saúde [3]. Algumas metas não foram alcançadas, como acrescentar grãos e cereais nas preparações. Tais alimentos foram incentivados por serem boa fonte de fibras e auxiliaria no emagrecimento [1], mas a paciente alegou não ter o hábito de comprar tais alimentos. A voluntária tinha o hábito de ingerir rosquinhas, foi incentivada a trocar tal biscoito por alimentos integrais, ela substituiu por biscoito água e sal e alegou falta de tempo para fazer o que foi proposto. A paciente foi incentivada para que no horário do jantar incluísse uma fonte de proteína e legumes, optou a comer omelete uma vez por semana e continuou com a sopa de duas a três vezes por semana. Após todas as metas passadas, foi alcançado o resultado de uma perda de peso de 400 gramas e 2,2 cm na circunferência umbilical. A paciente relatou sentir-se mais disposta, dormir melhor, um melhor funcionamento do intestino e saciedade prolongada. **CONCLUSÕES:** Para ter um melhor resultado é importante a adesão do paciente às mudanças alimentares prescritas. Com metas mais rigorosas que modifiquem mais rapidamente, visando aumentar a autoeficácia do paciente. Podendo resultar em maior motivação para mudança e manutenção do comportamento alimentar que é necessário ser desejado pelo indivíduo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GIACOMELLO, L. **Efeitos de uma intervenção educativa baseado no guia alimentar para a população brasileira em mulheres obesas.** 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2017. [2] Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [3] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar. **Como ter uma alimentação saudável,** 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

HABITOS ALIMENTARES DE USUÁRIOS DE DUAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA.

WALTER MACHADO SAMEL¹ (waltinho.2008@hotmail.com); NARUNA PEREIRA ROCHA²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG

Palavras-chave: Estilo de vida; Doenças crônicas não transmissíveis; Reeducação alimentar

INTRODUÇÃO: Os hábitos alimentares podem ser traduzidos como costumes e modos de comer repetidos por um indivíduo ou comunidade, geralmente de forma inconsciente [1]. A alimentação deve oferecer ao organismo além de quantidade e qualidade adequada, todos os nutrientes necessários para a manutenção das funções vitais e das atividades de trabalho, lazer e exercício físico [2]. A alimentação adequada permite a prevenção de doenças assim como possibilita o tratamento das que já estão instaladas, favorecendo uma melhor qualidade de vida [3]. **OBJETIVO:** Avaliar os hábitos alimentares de pacientes atendidos em duas Unidades Básicas de Saúde da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em duas Unidades Básicas de Saúde da Zona da Mata Mineira em 2019. Foi utilizado um questionário contendo questões sobre dados sócio-demográficos e estilo de vida. O consumo alimentar foi avaliado por meio de um Questionário de Frequência Alimentar em relação ao consumo dos últimos seis meses. Foi considerado como hábito alimentar o consumo ≥ 5 vezes/semana. Os dados foram analisados no software Stata®, sendo realizadas as análises de frequência, tendência central e o teste do X^2 de Pearson. Para todas as análises a significância estatística adotada foi de $p \leq 0,05$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 204 adultos e idosos, sendo a maioria (60,78%) do sexo masculino com média de idade de $45,92 \pm 15,40$ anos. Ao avaliar os hábitos alimentares, verificou-se que mais da metade dos avaliados (55,39%) não consumiam frutas, 47,55% não tinham o hábito de consumir legumes e nem vegetais (46,57%). O consumo de fast food esteve presente na maioria dos participantes (50,49%). A ingestão habitual de bebida alcoólica foi relatada por 41,67% dos avaliados. Do total de mulheres entrevistadas, 53,75% não consumiam frutas, 33,75% não ingeriam vegetais, 31,25% não tinham hábito de consumir legumes, mas 31,25% consumiam fast-food mais de cinco vezes na semana. Em relação aos homens observou-se que 56,45% não consumiam frutas, 54,84% não ingeriam vegetais, 58,06% não tinham hábito de consumir legumes, mas 61,29% consumiam fast-food mais de cinco vezes na semana. Diversos estudos epidemiológicos demonstraram que o consumo de frutas, verduras e legumes pode ser associada com menor incidência e mortalidade relacionadas a problemas de saúde como obesidade, hipertensão, diabetes mellitus e doenças cardiovasculares [4]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que os hábitos alimentares dos entrevistados não estavam adequados, visto que foi encontrada baixa ingestão de alimentos fontes de fibras alimentares e in natura, além de ter sido encontrado elevado consumo de ultraprocessados que são ricos em gordura, sódio e pobres em fibras. Esses resultados apontam para a necessidade de estratégias de promoção da saúde que atendam ao público investigado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ROCKETT, F.; CORRÊA, R. S. **Educação Nutricional**. Porto Alegre, 2017. [2] MUTTONI, S.; **Nutrição e dietética avançada**. Porto Alegre, 2016. [3] ONE, G.M.C; CARVALHO, G.C. **Nutrição & Saúde**. Ibea.Campina Grande. PB, 2016. [4] Castanho, Gabriela K. F. et al. **Consumo de frutas, verduras e legumes associado à Síndrome Metabólica e seus componentes em amostra populacional adulta**. *Ciênc. saúde coletiva*, Fev 2013, vol.18, no.2, p.385-392. ISSN 1413-8123

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

HÁBITOS ALIMENTARES E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DA SAÚDE BUCAL EM ADULTOS

Débora Costa **RODRIGUES**¹, Isabelle Rodrigues **BENETE**², Naruna Pereira **ROCHA**³

1. Discente de Nutrição; 2. Docente do curso de Nutrição Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36.880-000 – Muriaé - MG

Palavras-chave: Nutrição; Cáries; Saúde.

INTRODUÇÃO: A qualidade nutricional e o cuidado bucal são importantes para que o corpo humano funcione de maneira saudável, quando não há esse equilíbrio, alterações bucais podem se desenvolver, entre elas, a cárie. A carie é uma doença infecciosa destrutiva que causa uma lesão no esmalte do dente, e está diretamente ligada ao consumo de uma dieta rica em carboidratos refinados, principalmente a sacarose, que é considerada o tipo de açúcar mais cariogênico [1]. Ao contrário da sacarose, o consumo de xilitol é conhecido como anticariogênico, pois as bactérias que fermentam o açúcar não são capazes de fazer a quebra de seus 5 carbonos, prevenindo a formação da cárie [2].

MATERIAL E MÉTODOS: Trata-se de um estudo transversal, quantitativo com aplicação de questionário online, realizado com adultos no mês de agosto de 2020. Todos os voluntários só iniciaram a pesquisa após a assinatura do Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido. O questionário continha dados sobre a alimentação diária, cuidados e sintomas bucais, vícios e situação socioeconômica. Os dados foram analisados em frequência simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Participaram 103 adultos, da faixa de 20 a 59 anos de idade, moradores dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Foi observado que 46,6% das pessoas consumiam alimentos ricos em açúcares, no mínimo uma vez por semana e 16,5% consumiam todos os dias. Observou-se que 29,1% e 25,2% consumiam derivados do leite e frutas, respectivamente, todos os dias. Estes alimentos são mais propícios ao acúmulo bacteriano [2]. O consumo de xilitol pelos participantes foi baixo, sendo que 69,9% não faziam uso do produto. Mais da metade dos avaliados (75,7%) confirmaram que já tiveram cárie durante algum período da vida. Quanto ao uso de fio dental, 41,7% relataram uso frequente e que 58,2% escovavam os dentes após cada refeição. Verificou-se que 19,4% que não utilizavam fio dental e que 6,8% não escovam os dentes após as refeições. O fio dental e a escovação dos dentes após as refeições ajudam a prevenir o acúmulo de tártaro, que quando em grande quantidade facilita o processo bacteriano [3]. A carie é a doença infecciosa mais presente na população, e pode atingir todas as faixas etárias. Tem sido retratada como doença bucal multifatorial, caracterizada por um processo ativo, decorrente da interação de um hospedeiro, dieta e biofilme dental, que juntos originam os fenômenos de desmineralização e remineralização do esmalte [4].

CONCLUSÃO: Em virtude dos fatos mencionados pode se concluir que a cárie está presente na maioria da população avaliada, e seu aparecimento pode estar relacionada aos hábitos alimentares, ao baixo consumo de xilitol e a uma higienização bucal precária. A higienização oral é primordial para uma boa qualidade de vida, saúde oral e alimentar, afinal, a primeira ação realizada para a quebra de nutrientes se inicia na boca, sendo que resíduos deixados são utilizados como matéria orgânica para as bactérias presente na região bucal.

REFERÊNCIAS: [1] MARTINS, R. G. et al. A relação entre saúde bucal e consumo alimentar em adultos de Cuiabá-MT. *Revista Científica Hospital Santa Rosa*. 2019. ISSN 2358 3622. [2] MAHAN L K e ESCOTT-STUMP S. Krause - Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 14ª Edição, Ed. Elsevier, 2018. [3] LIMA, M. G. G. C. A adequação do meio bucal para o controle da cárie dental em adolescentes. *Braz. J. Hea. Rev.*, Curitiba, v. 3, n. 3, p.5122-5138 may./jun. 2020. ISSN 2595-6825. [4] FEIJÓ, ISADORA DA SILVA; IWASAKI, KESLEY MERRY KATHERINE. Cárie e Dieta Alimentar. *Revista Uningá Review*, [S.l.], v. 19, n. 3, set. 2014. ISSN 2178-2571.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

IMPACTO DA PANDEMIA NA AQUISIÇÃO DE FRUTAS *IN NATURA*

Anna Carolina Passos Costa **Zaiden** (IC- annacarolinacostap@hotmail.com)¹, Sarah Mairink de **Oliveira**¹, Mayla Cardoso Fernandes **Toffolo** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professor (a)Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: alimentos naturais; imunidade; infecções por coronavírus

INTRODUÇÃO: Os alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais e são adquiridos para o consumo sem sofrer qualquer alteração após deixarem a natureza, como por exemplo frutas, legumes, verduras, raízes, tubérculos e ovos. Estes alimentos devem ser a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada e saudável [1]. Com a situação de pandemia por coronavírus (COVID-19), as questões relacionadas à imunidade ganharam destaque. Diversos fatores podem influenciar a imunidade e a saúde, como por exemplo má alimentação, estresse, privação de sono, má digestão e absorção de nutrientes, sedentarismo, entre outros. Dentre tais fatores, a alimentação saudável atua em conjunto para fortalecer o sistema imunológico e auxiliar na proteção de diversas doenças, como o COVID-19 [2]. **OBJETIVO:** O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise comparativa da aquisição de frutas *in natura* entre o mesmo período dos anos de 2019 e 2020, antes e durante a pandemia por COVID-19. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para realização da análise comparativa, foram utilizados os registros de compra de frutas *in natura* selecionadas mediante critério de serem comumente utilizadas na região, de um supermercado da cidade de Muriaé- MG referente aos meses de março a julho dos anos de 2019 e 2020, antes e durante a pandemia por COVID-19. As frutas selecionadas foram banana, maçã, laranja, limão e mamão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os dados referentes ao ano de 2019, aos meses de março a julho (período sem pandemia) registraram que 6.662,00 kg de maçã; 28.667,00 kg de banana e 3.898,00 kg de limão foram adquiridos. Quanto à mamão e laranja, o registro foi de 7.560,00 kg e 21.231,00 kg respectivamente. Considerando o ano de 2020 (durante a pandemia), foram registradas 5.978,00 kg de maçã; 26.489,00 kg de banana; 4.578,00 kg de limão; 10.377,00 kg de mamão e 25.492,00 kg de laranja adquiridos no mesmo período. Notou-se que a aquisição de maçã e banana foram maiores no ano de 2019, enquanto que limão, laranja (frutas com maior aporte de vitamina C) e mamão registraram saídas maiores em 2020. A média total dos registros de saída das frutas *in natura* selecionados para o estudo constou 13.563,6±10.700,46 em 2019 e 14.574,0±10.625,88 em 2020, demonstrando que a aquisição obteve aumento de um ano para outro. A vitamina C, que tem como uma das principais fontes alimentares as frutas, possui atividade antioxidante que evita danos oxidativos nas células imunes, além de auxiliar nas funções das mesmas. Sendo assim, contribuem para o bom funcionamento do sistema imunológico [3]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a aquisição de frutas *in natura* com maior aporte de vitamina C obteve um crescimento considerando os meses de janeiro a julho dos anos de 2019 e 2020. A grande oferta de informações em mídias sociais pode ter influenciado o consumidor na busca de alimentos que atuam na imunidade, uma vez que o bom funcionamento do sistema imunológico, promove a redução do risco de agravamento de doenças como o COVID-19. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014. [2] ARAÚJO, L. et al. **Como a alimentação pode melhorar a imunidade?**: Dicas para uma alimentação saudável durante a quarentena. Pernambuco: Virtus impavida, 2020.10 p. [3] BIASEBETTI, M. B. C.; RODRIGUES, I. D.; MAZUR, C. E. Relação do consumo de vitaminas e minerais com o sistema imunitário: uma breve revisão. **Visão Acadêmica**, v. 19, n. 1, p. 1-7. Paraná, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

INSEGURANÇA ALIMENTAR EM USUÁRIOS DE DUAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA.

WALTER MACHADO SAMEL¹ (waltinho.2008@hotmail.com); NARUNA PEREIRA ROCHA²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG

Palavras-chave: Problemas sociais; Obesidade; Desnutrição

INTRODUÇÃO: As mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorreram no Brasil, evidenciaram importantes transformações no modo de vida da população. O país, que apresentava altas taxas de desnutrição na década de 1970, passou a ter metade da população adulta com excesso de peso o que também é visto como insegurança alimentar [1]. Uma alimentação adequada atende não apenas as necessidades nutricionais do indivíduo, mas também respeita o seu contexto social e cultural, além de ser variada, segura, disponível e atrativa [2]. Mesmo com o desenvolvimento econômico do país, diminuição das desigualdades sociais, e de programas governamentais, ainda é presente a insegurança alimentar e nutricional dentro dos domicílios brasileiros [3]. **OBJETIVO:** Avaliar a prevalência de insegurança alimentar em pacientes atendidos em uma Unidade Básica de Saúde da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em duas Unidades Básicas de Saúde da Zona da Mata Mineira em 2019. Foi utilizado um questionário contendo questões sobre dados sócio-demográficos, alimentação e estilo de vida. A insegurança alimentar foi avaliada por meio do estado nutricional e pelo consumo de alimentos, sendo considerado como consumo habitual, a ingestão maior ou igual a 5 dias na semana. Os dados foram analisados no software Stata®, sendo realizadas as análises de frequência simples. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Este estudo avaliou 204 adultos e idosos, sendo 60,78% do sexo masculino com média de idade de 48±14,98 anos. Destes 62,90% apresentaram excesso de peso, 0,8% baixo peso e 36,29% eram eutróficos. Quanto as participantes do sexo feminino, estas eram 39,22% da amostra com média de idade de 43±15,59 anos. Destas 63,75% estavam acima do peso, 3,75% estão com baixo peso e 32,5% eram eutróficas. Quanto aos hábitos alimentares, 55,39% dos participantes não consumiam frutas, 46,57% não consumiam vegetais e 47,55% legumes habitualmente. Ao avaliar o consumo de bebidas artificiais como refrigerante, suco em pó, suco em caixa, verificou-se que 41,67% dos avaliados consumiam cinco ou mais vezes na semana. Ao observar o consumo alimentar separado por sexo, a maioria das mulheres (53,75%) e dos homens (56,45%) não consumiam frutas. Em relação aos vegetais (33,75%) e legumes (58,06%), os homens tiveram menor consumo habitual, diferente do consumo de bebidas artificiais, em que as mulheres consumiam mais (52,50%). Vários estudos associam a Insegurança alimentar a doenças crônicas como obesidade, dislipidemia, diabetes Mellitus tipo 2 e hipertensão arterial, devido a uma alimentação desequilibrada, rica em produtos alimentares de elevada densidade energética e pobre em micronutrientes, e ao sedentarismo [4]. **CONCLUSÃO:** Observou-se elevada prevalência de excesso de peso entre os entrevistados. Detectou-se uma ingestão muito reduzida de frutas, vegetais e legumes. A alimentação inadequada também pode gerar excesso de peso e deficiências nutricionais, o que pode ser caracterizado como insegurança alimentar. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ROCKETT, F.; CORRÊA, R. S. Educação Nutricional. Porto Alegre: SAGAH, 2017. [2] ORDONEZ, A. M.; Políticas públicas de alimentação e nutrição. Porto Alegre, 2. ed. 2017. [3] SOUZA, N.N DE ET AL; Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. Epidemiol. Serv. Saúde [online]. 2012, vol.21, n.4, pp.655-662. [4] CORREIA, Carla Campos; SANTOS, Ana Baltazar e CAMOLAS, José. O paradoxo insegurança alimentar e obesidade: uma revisão da realidade portuguesa e dos mecanismos associados. *Acta Port Nutr* [online]. 2018, n.13, pp.14-21. ISSN 2183-5985.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PALATIBILIDADE DO ADOÇANTE E AÇÚCAR EM UMA OFICINA DE SUCOS EM COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA – COOPAF DE MURIAÉ-MG

Luana Antenor Rodrigues **ALVES** (IC¹ luanaantenor35@gmail.com), Lorraine Fernandes **ALVES** (IC¹), Naruna Pereira **Rocha** (PQ²), Vanessa Sequeira **FONTES** (PQ²),

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Dieta saudável, Estilo de vida, Adulto

INTRODUÇÃO: O consumo habitual de frutas e hortaliças contribui para manutenção de uma vida saudável. O consumo de sucos *in natura* vem crescendo gradativamente na população [1]. Em consequência, há um aumento na ingestão de açúcar, pois, vê-se a necessidade de acentuar o sabor. O açúcar tem se tornado um vilão na rotina alimentar causando danos à saúde devido ao consumo excessivo [2]. Os adoçantes têm sido muito utilizados pelas pessoas, porém nem todos são benéficos à saúde, sendo vago a informação sobre cada um deles [3]. O objetivo deste estudo foi realizar uma intervenção nutricional sobre a aceitação de sucos naturais e fatores associados em uma cooperativa de produtores familiares. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Estudo realizado em Muriaé-MG, em 2019, na Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF). Foram produzidos 4 sucos para demonstração: suco 1: de abacaxi, couve e laranja; suco 2: maracujá, couve e maçã; suco 3: laranja e orapronobis e suco 4: beterraba, casca da maçã e hortelã. Os sucos foram preparados e degustados na própria instituição de forma simultânea a explicação do conteúdo nutricional, sendo realizado uma dinâmica para verificar a palatabilidade entre os sucos que eram preparados com açúcar e adoçante. Em três sucos foram adicionados adoçante com stevia (suco 1, 2 e 4), no suco 3 foi adicionado o açúcar. Os participantes experimentavam os sucos e identificavam se os mesmos estavam com açúcar ou adoçante. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da dinâmica, nove mulheres. Entre as participantes, 11,2% acertaram sobre a presença do adoçante no suco 1, 33,4% acertaram sobre o suco 2, 44,4% acertaram sobre o suco 4 e apenas no suco 3 que possuía açúcar, houve um maior número de acertos (77,7%). Pode-se observar que as participantes não conseguiram distinguir com clareza qual suco estava ou não com açúcar ou adoçante. No final da dinâmica, explicou-se sobre os malefícios do consumo excessivo de açúcar e a substituição do mesmo pelo adoçante, que muitas vezes não é utilizado por causa do paladar amargo e da falta de conhecimento sobre as diferenças dos adoçantes [4]. Explicou-se sobre os nutrientes que as frutas continham a presença da frutose, não havendo a necessidade da adição de açúcar ou adoçante nos sucos naturais, sendo mais adequado a utilização de frutas mais maduras [5]. Ressaltou-se a importância do consumo de frutas e de não coar nenhum dos sucos para obter o máximo de nutrientes [6]. **CONCLUSÃO:** A maioria das participantes desconheciam sobre o uso adequado dos adoçantes para evitar o sabor amargo e da presença da frutose como açúcar natural das frutas. Houve grande interesse de aprendizado sobre as composições nutricionais dos sucos, em especial com o orapronopis que algumas desconheciam sobre seu uso em sucos e do seu valor nutricional. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA, C.L. **Consumo de frutas e hortaliças e conceito de alimentação saudável em adultos de Brasília**. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade da Ciência da Saúde, Brasília, 2011. [2] LEVYL, B.R. et al. Disponibilidade de “açúcares de adição” no Brasil: distribuição, fontes alimentares e tendência temporal. *Revista Brasileira Epidemiológica*; 2012 vol.15, n.1, pp.3-12. [3] CARDELLO, H. M. A B et al. Análise descritiva quantitativa de edulcorantes em diferentes concentrações. *Ciênc. Technol. Aliment.* 2000, vol.20, n.3, pp.318-328. [4] ZANINI, R.V; ARAUJO, C.L; MESA, J.M. **Utilização de adoçantes dietéticos entre adultos em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: um estudo de base populacional**. Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil. Campinas Sept./Dec. 2000. [5] GAINO, N. M.; SILVA, M. V. Consumo de frutose e impacto na saúde humana. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 88-98, jul. 2011. [6] NEUTZLING, M.B. et al. Fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras em adultos de uma cidade no Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, n.11, p. 2365 – 2374, nov. 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PERCEPÇÃO DE MÃES MINEIRAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VITAMINA D PARA O BOM CRESCIMENTO INFANTIL

Fernanda M. LIMA (IC – fernandameirelles91@gmail.com)¹, Isadora M. ALONSO (IC)¹ e Iury A. de SOUZA (PQ)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professor do curso de Nutrição Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Colecalciferol, Desenvolvimento ósseo, Raquitismo.

INTRODUÇÃO: A vitamina D é pró-hormônio sintetizado mediante exposição direta da pele à radiação ultravioleta do sol, sendo sua principal fonte. Esta auxilia na absorção dos minerais cálcio e fósforo, favorecendo a mineralização óssea [1]. Em níveis séricos normais, propicia a absorção de 30% do cálcio dietético e pode chegar a 80% em fases de crescimento [2]. Crianças amamentadas ao seio sem suplementação/exposição solar adequada pertencem ao grupo de risco para deficiência de vitamina D e estão suscetíveis ao surgimento do raquitismo infantil. É uma vitamina essencial na infância e adolescência por evitar anomalias ósseas e fraturas na vida adulta [3]. **OBJETIVO:** Avaliar o conhecimento das mães frente aos benefícios que a vitamina D desempenha para o crescimento infantil adequado. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de julho de 2020 após as concordâncias junto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido online. A pesquisa foi realizada com mães mineiras de criança e/ou adolescente em fase de crescimento. Utilizou-se um formulário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Docs®, o qual contemplava aspectos gerais sobre vitamina D. Os dados foram analisados no programa Excel®. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 50 mães mineiras, das quais 82% conheciam as funções da Vitamina D no organismo e 78% sabiam da importância da mesma para o crescimento e desenvolvimento dos seus filhos. Constatou-se que 92% sabiam que a exposição ao sol é a principal fonte de obtenção da vitamina e 50% alegaram não saber as fontes dietéticas da mesma. Em relação ao período mais indicado para exposição solar, cerca de 52% das genitoras disseram ser no horário de 07h às 09h da manhã por 8 minutos e apenas 24% apontaram ser no horário de 10h às 15h por 15 minutos. Além disso, observou-se que 54% das mães não tinham o hábito de expor os braços e pernas de seus filhos ao sol sem protetor solar, sendo que 4% delas alegaram a existência de baixo peso ou perda de peso recorrente e 1,5% alegaram a existência do comprometimento no crescimento e desenvolvimento, ambos durante a infância da criança. Ressalta-se que tais questões podem estar relacionadas a deficiência de vitamina D [1]. Cerca de 78% das mães consideravam que as crianças do século atual são do grupo de risco para deficiência em vitamina D por terem comportamentos sedentários e 18% acreditavam que as crianças não estão vulneráveis a deficiência visto que diariamente estão expostas ao sol. Ademais, 62% das participantes disseram nunca ter feito exame laboratorial para identificar a taxa de vitamina D no organismo de seus filhos e 44% delas afirmaram que suplementaram vitamina D ao filho em algum momento da infância. Apenas 30% das mães disseram ter conhecimento que a deficiência da vitamina poderia comprometer o crescimento adequado e provocar raquitismo. Embora a exposição solar seja importante, o consumo dietético também pode contribuir para a aquisição da vitamina D, principalmente em crianças que possuem comportamentos sedentários e uma exposição ao sol insuficiente [4]. **CONCLUSÕES:** Mesmo diante dos índices positivos frente o conhecimento e importância da vitamina D, ainda há amplo desconhecimento por parte das mães sobre fontes dietéticas da mesma, incompreensão do horário e período indicado para a sua obtenção e escassez na realização de exames laboratoriais para a população alvo em questão. **AGRADECIMENTOS:** Ao orientador e MSc. Iury Antônio de Souza. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Madeira IR. Deficiência de vitamina D em crianças e adolescentes. *Residência Pediátrica*. v.6, n.1, p.47,2016. [2] BUENO, A.L.;CZEPIELEWSKI, M.A. A importância do consumo dietético de cálcio e vitamina D no crescimento. *Jornal de Pediatria*,v.84,p.386-94, 2008. [3] Mojab, C.G. Deficiência de Luz Solar e Aleitamento Materno. *Breastfeeding Abstracts*, v.22, n.1, p.3-4, 2011. [4] MILAGRES, L.C. et al. Sedentary behavior is associated with lower serum concentrations of vitamin D in Brazilian children. *Public health*, v.152, p.75-78, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

PESQUISA DE ENTEROPARASITAS EM CRECHES

Isadora M. ALONSO (IC – isadoraalonso_@hotmail.com)¹, Fernanda M. LIMA (IC)¹ e Fernanda M. FERNANDES (PQ)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professora do curso de Nutrição *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Parasitoses; Desnutrição; Crianças.

INTRODUÇÃO: As parasitoses intestinais, são causadas por helmintos ou protozoários e constituem um grave problema para a saúde pública no Brasil e no mundo, principalmente em locais de más condições sanitárias[1]. O Ministério da Saúde relata que doenças infecciosas e parasitárias do aparelho digestivo são relacionadas a 9,2% dos casos totais de óbitos no Brasil[2]. As crianças, principalmente pré-escolares, são mais vulneráveis a infestações por enteroparasitoses, pois, apresentam enfraquecido sistema imune, e geralmente possuem hábitos inadequados de higiene. Dentre as morbidades associadas às enteroparasitoses na infância estão: déficit no desenvolvimento físico e cognitivo, desnutrição e anemia causada pela dificuldade biológica de nutrientes e má absorção intestinal[1]. **OBJETIVO:** Avaliar a compreensão sobre enteroparasitoses em crianças de idade pré-escolar e escolares. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de agosto/2020 que contou com a participação de 50 mães de crianças usuárias de creches das cidades de Mirai e Carangola em Minas Gerais. Utilizou-se para coleta dos dados um formulário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Docs®, e as mães responsáveis receberam um link permitindo o acesso ao questionário, o qual contemplava questões sobre parasitoses intestinais e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O trabalho foi registrado na Plataforma Brasil (CAAE: 29251920.7.0000.5105). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que, 44% das mães tinham conhecimento que tais doenças eram ocasionadas por protozoários e helmintos, e 56% desconheciam a causa das mesmas. Além disso, 76% das mães entendiam que a principal forma de transmissão ocorre via fecal-oral, devido às possíveis condições precárias higiênicas e sanitárias, e 24% não sabiam a forma de contaminação das mesmas. A respeito das parasitoses intestinais, 80% das mães responderam que as crianças nunca apresentaram, e 20% já tiveram algum tipo de parasitose. Ao perguntar sobre quais grupos de pessoas estão mais vulneráveis a estas doenças, 18% das mães de ambos os municípios, não apontaram domínio dessa temática. Cerca de 56% relataram fazer o exame parasitológico anualmente de seus filhos por meio da coleta de fezes e 44% nunca realizaram. A respeito do uso de medicamentos antiparasitários, 60% afirmaram administrá-lo anualmente, 20% de 6 em 6 meses, 10% só tomou 1 vez na vida e 10% nunca tomou, sendo o Anitta o medicamento que apresentou maior percentual de uso (63,6%). Após ingestão de determinados alimentos na cantina da creche, 19,6% das crianças já apresentaram diarreia, vômito, dores abdominais e lesões na pele e 80,4% nunca se sentiram mal. Por fim, constatou-se que 98% das participantes declararam que, em nenhuma circunstância, as autoridades de seus municípios alertaram a população através de campanhas sobre as doenças parasitárias nas creches. Em um estudo realizado por Ludwig (2017), os helmintos mais frequentes nas crianças estudadas foram: *Hymenolepis nana*, *Ascaris lumbricoides*, *Enterobius vermicularis* e *Ancylostomídeos*, já os protozoários parasitas os mais frequentes foram: *Giardia lamblia*, *Entamoeba histolytica* e *Entamoeba coli* (comensal). **CONCLUSÕES:** Nota-se que o conhecimento das mães sobre parasitoses intestinais é escasso e há necessidade de uma maior conscientização frente a importância da realização do exame de fezes. Além disso, é relevante salientar a necessidade de campanhas municipais voltadas para a prevenção das infecções parasitárias. **AGRADECIMENTOS:** À Orientadora Profa. Fernanda Mara e ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MORAES, H. Q. S. de. **Parasitoses intestinais em crianças: um projeto de intervenção para o bairro do cruzeiro no município de São Sebastião - Alagoas**. 2017. 32 f. TCC -Curso de Estratégia Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, Maceió, 2017. [2] BRASIL. M.S. FUNASA.CENEPI. **Mortalidade Brasil2004**. Brasília: CENEPI/FUNASA;2004. [3] LUDWIG, K.M. CONTE, A.O.C. Enteroparasitosis in Children of A Creche in the City of Assis: Before and After Educational Campaigns. **Rev. Santa Maria**. v.43,n.3, p.1-9,2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

PRÁTICA DO VEGETARIANISMO ENTRE JOVENS E ADULTOS

Isadora M. **ALONSO** (IC – isadoraclaudinha123@hotmail.com)¹, Deborah H. **ROCHA** (IC)¹, Alice M. **MARTINO** (IC)¹, Caroline A. **LOBO** (IC)¹, Fernanda M. LIMA (IC)¹, e Mayla F. **TOFFOLO** (PQ)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professora do curso de Nutrição Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Vitamina B12; Dislipidemia; Mídias Sociais; Suplementação.

INTRODUÇÃO: O vegetarianismo é definido como o consumo de uma dieta constituída principalmente por alimentos de origem vegetal, a qual exclui totalmente o consumo de carnes, com ou sem o uso de laticínios e ovos[1]. A adesão ao vegetarianismo tem crescido nos últimos anos devido a razões geralmente ligadas ao estilo de vida, preocupações com a preservação do meio ambiente, compaixão pelos animais, cuidados com a saúde ou motivos religiosos[2]. O consumo da dieta vegetariana está associado a uma menor incidência do surgimento de doenças crônicas não transmissíveis[3]. Contudo, nem sempre a adoção vai significar que o indivíduo terá boa saúde. Com o fácil acesso a informações na internet, pessoas aderem a esse tipo de dieta muitas vezes sem orientações de um profissional nutricionista, desconhecendo os riscos à saúde e ocasionando o desequilíbrio de nutrientes[4]. Desta forma, o presente estudo teve como objetivo analisar a prática da dieta vegetariana entre jovens e adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado em setembro de 2019. Para a realização da entrevista foi utilizado a técnica “snowball sampling” na qual os participantes iniciais receberam um link de acesso ao questionário disponibilizado na plataforma Google Forms® com questões acerca da prática do vegetarianismo, sendo que esses convidaram outros membros praticantes dessa dieta e assim sucessivamente. A pesquisa ocorreu após confirmação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) disponível no formulário. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 50 pessoas que possuíam tempo médio de prática vegetariana de 3,5±0,7 anos. Constatou-se que 96% dos entrevistados adquiriam essa prática alimentar por algum motivo específico, dentre eles, 78% pela ética e respeito aos animais. A respeito das subdivisões do vegetarianismo, verificou-se que 80% dos entrevistados eram ovolactovegetariano, 4% lactovegetariano e 16% vegetariano estrito. Em relação a informações sobre o tema 44% dos participantes recorreram ao meio midiático e 38% procuraram por pessoas já praticantes e posteriormente adotaram a prática, dispensando a procura de um nutricionista para adequar-se à nova alimentação. Quando analisada a mudança de peso após adesão ao vegetarianismo, um total de 62% dos entrevistados relatou alterações, sendo que 73,3% afirmaram perder peso. Em relação a saúde, 66% dos participantes perceberam mais disposição e melhora no perfil lipídico. A alimentação vegetariana possui uma escassez da vitamina B12 uma vez que essa é primordialmente encontrada em alimentos de origem animal, e essa, quando agravada, pode levar a ocorrência de anemia megaloblástica. Sob essa perspectiva, é notório a importância da suplementação[5]. Entretanto, ao questionar sobre o uso da vitamina, apenas 18% dos entrevistados afirmaram fazê-la atualmente. **CONCLUSÕES:** A maioria dos vegetarianos apresentaram perda de peso com adoção do estilo alimentar, entretanto não realizaram acompanhamento nutricional para a adequação e verificação da necessidade de suplementação de vitamina B12. **BIBLIOGRAFIA:** [1]SIQUEIRA, E. P. et al. Avaliação da oferta nutricional de dietas vegetarianas do tipo vegana. Rev. Intellectus. v. 1, n. 33, Jaguariúna/SP, 2016. [2]COUCEIRO, P.; SLYWITCH, E.; LENZ, F. Padrão alimentar da dieta vegetariana. Einstein, v.3, n.6, p.365-73, 2008. [3]BRADBURY, K.E., et al. Serum concentrations of cholesterol, apolipoprotein A-I and apolipoprotein B in a total of 1694 meat-eaters, fish-eaters, vegetarians and vegans. Eur J Clin Nutr, v. 68, n. 2, 2014. p. 178-83. [4]SILVA, S. C., et al. Linhas de orientação para uma alimentação vegetariana saudável. Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável. Lisboa, 2015. [5]Allen lh. How common is vitamin b-12 deficiency? Am j clin nutr, v.89 n.2, 2009 p. 693-696. MIRANDA, D.E.G.A., et al. Qualidade nutricional de dietas e estado nutricional de vegetarianos. Demetra. São Paulo, v. 8, n. 2, 2013. p. 163-72.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

PRESCRIÇÃO DE METAS NUTRICIONAIS PARA MELHORIA DE HÁBITOS DIETÉTICOS

Sarah Mairink de OLIVEIRA (IC- sarahmairink18@gmail.com)¹, Lamaira Condack GONÇALVES¹, Isabela de Souza FERNANDES¹, Ana Carolina Primavera CARNEIRO¹, Karine Augusta SILVA¹, Naruna Pereira ROCHA (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professor (a) Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Hábitos saudáveis; Estilo de vida; Redução de peso

INTRODUÇÃO: Alimentação refere-se à ingestão de nutrientes, contudo implica também os alimentos que possuem e fornecem os nutrientes, bem como as combinações entre eles e formas de preparo. Os aspectos socioculturais exercem papel importante neste contexto. A ingestão adequada de nutrientes é essencial para uma boa saúde e qualidade de vida [1]. Hábitos alimentares saudáveis estão entre os fatores mais importantes para prevenção de doenças [2]. **OBJETIVO:** Avaliar o seguimento de metas nutricionais na modificação de hábitos alimentares e antropométricos de um paciente. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de intervenção realizado no período de um mês com um paciente do sexo masculino em Muriaé-MG em 2020. Os critérios de inclusão foram ser adulto, saudável e sem doenças crônicas. Utilizou-se um questionário com um recordatório de 24 horas e o Questionário de Frequência Alimentar para a avaliação dos hábitos alimentares. Coletou-se os dados antropométricos de peso (kg), altura (m), circunferência abdominal (cm), IMC (kg/m²) e porcentagem de gordura corporal com uso de bioimpedância tetrapolar. O estilo de vida também foi avaliado. Após a avaliação clínica foram prescritas seis metas nutricionais: 1- Reduzir o consumo de refrigerante e substituir por suco natural. 2- Consumir duas frutas ao dia. 3- Reduzir o consumo de *fast foods* e salgados. 4- Inserir um lanche no período da tarde. 5- Acrescentar um legume nas refeições principais (almoço e jantar). 6- Ao fim do processo seguindo as orientações, tentar reduzir 1 kg. Todos os dados foram analisados de forma qualitativa e de frequência simples. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O paciente tinha 21 anos e não possuía hábitos alimentares saudáveis, apresentando elevado consumo de ultraprocessados e baixo consumo de legumes e frutas, antes da intervenção. Na avaliação antropométrica o paciente apresentou 75,1 kg; 91 cm de circunferência abdominal (em risco aumentado de complicações metabólicas); IMC de 26,61kg/m² (sobrepeso) e 29,8 % de gordura corporal (risco de doenças associadas). Após a prescrição das metas nutricionais e acompanhamento do paciente, foi visto que o consumo de refrigerante foi eliminado (por opção do paciente) e substituído por suco natural, água e água de coco, houve redução no consumo de *fast foods* e salgados e aumento no consumo de frutas e legumes. Os alimentos *in natura* e minimamente processados devem ser a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada e saudável, enquanto o consumo de processados e ultraprocessados deve ser reduzido [1]. Foi inserido um lanche da tarde seguindo as opções ofertadas e houve eliminação de 1,7 kg, conseguindo alcançar a meta 6. Alguns dados antropométricos foram reavaliados após o período de intervenção, sendo observado perda de 1,9% do peso (73,7 kg); 1% de circunferência abdominal (90 cm) e 1,9% de perda do IMC (26,11kg/m²). O paciente permaneceu com sobrepeso, porém com redução das medidas antropométricas e novos hábitos alimentares. **CONCLUSÃO:** Foi possível notar que a inserção de uma alimentação saudável auxiliou na perda de peso e também na redução das medidas antropométricas do paciente avaliado. Ademais, além da perda de peso e medidas, hábitos alimentares saudáveis podem prevenir doenças como a hipertensão e a obesidade. Portanto, a implementação da alimentação saudável é indispensável para modificações na composição corporal, prevenção de doenças crônicas e melhora da qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014. [2] GUIMARÃES, L. M.; OLIVEIRA, D. S. Influência de uma alimentação saudável para longevidade e prevenção de doenças. **Rev. Interciência e Sociedade**. v.3, n.2. p. 60-67. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E HÁBITOS DE RISCO EM PACIENTES ATENDIDOS EM DUAS UNIDADES DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA

WALTER MACHADO SAMEL¹ (waltinho.2008@hotmail.com); NARUNA PEREIRA ROCHA²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG

Palavras-chave: Doenças Crônicas Não Transmissíveis ; Promoção à saúde; Estilo de vida.

INTRODUÇÃO: O crescimento do consumo de alimentos calóricos, com alto teor de açúcares, gorduras, sal e aditivos químicos, associado ao baixo consumo de frutas, legumes e verduras, vem se tornando o padrão mais comum de alimentação das famílias brasileiras, o que resultou em alterações significativas no perfil de morbidade e mortalidade da população, que estão relacionados à carências e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer [1]. O aumento da prevalência das DCNT, refletem alguns efeitos negativos do processo de globalização, urbanização rápida, vida sedentária e alimentação com alto teor calórico, além do consumo do tabaco e álcool [2]. **OBJETIVO:** Avaliar a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e hábitos de risco em usuários de duas unidades de saúde da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em duas Unidades de Saúde da Zona da Mata Mineira em 2019. Foi utilizado um questionário contendo questões sobre dados sociodemográficos, presença de doenças crônicas e estilo de vida. Os dados foram analisados no software Stata®, sendo realizadas as análises de frequência simples e, tendência central. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nesta pesquisa foram entrevistados 204 adultos e idosos, sendo 60,78% do sexo masculino com média de idade de 48±14,98 anos. Observou-se que mais da metade dos entrevistados (52,94%), relataram apresentar uma ou mais DCNTs. Os homens (56,45%) apresentaram maior prevalência de DCNTs quando comparado às mulheres (47,50%). Entre os homens, 62,90% tinham excesso de peso e apenas 36,29% eram eutróficos. Quanto às participantes do sexo feminino, estas representaram 39,22% da amostra com média de idade de 43±15,59 anos. Observou-se que 63,75% das mulheres, estavam acima do peso e apenas 32,5% eram eutróficas. A inatividade física esteve presente em 57,84% dos avaliados. Considerando que as DCNTs podem causar danos irreversíveis, apresentar-se inicialmente assintomáticas e com fatores de riscos comuns e passíveis de prevenção, torna-se importante estabelecer um sistema de vigilância e monitoramento deste grupo de doenças que disponibilize indicadores sobre sua prevalência, bem como de fatores de risco e proteção visando apoiar ações de promoção e prevenção da saúde [3]. Apesar do aumento das DCNTs, é sabido que seu impacto pode ser revertido por meio de intervenções de promoção da saúde, seja na redução de seus fatores de risco, seja na melhoria da atenção à saúde, com detecção precoce e tratamento adequado [4]. **CONCLUSÃO:** Foi possível perceber que os participantes apresentaram elevada prevalência de DCNTs, excesso de peso e inatividade física. Sabe-se que o excesso de peso, e sedentarismo devem ser avaliados de forma precoce no intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VIEIRA, A. M. et al. Associação entre medidas antropométricas e de composição corporal com os componentes da síndrome metabólica e índice de qualidade da dieta em adultos com excesso de peso. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 399-413, jul. 2016. [2] Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde; 2011 [acessado em 17 jun. 2012.]. [3] MALTA, D.C. et al. **Fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis entre beneficiários da saúde suplementar: resultados do inquérito telefônico Vigitel, Brasil, 2008**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 3, p. 2011-2022, 2011. [4] MALTA, D.C.; MORAIS NETO, O.L.; SILVA JUNIOR, J.B. **Presentation of the strategic action plan for coping with chronic diseases in Brazil from 2011 to 2022**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 20, n. 4, p. 425-438, 2011.

PRODUÇÃO DE CERVEJA ARTESANAL SEM GLÚTEN

Maria Eduarda Santos de **LELLIS** (IC – lelliseduarda@gmail.com) ¹, Cristiane de Oliveira **LOPES** (PQ - cristianelopesnutri@gmail.com) ², Rafael Teixeira de **MATTOS** (PQ - rafaelteixeiramattos@hotmail.com) ²

1. Curso de Nutrição; 2. Professores Faculdade de Minas FAMINAS – BH – 31744-077 – Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Cerveja, doença celíaca, glúten.

APRESENTAÇÃO: O glúten é formado pela combinação de dois grupos de proteínas que podem desencadear processos alergênicos com quadros de diarreia, dores abdominais, grande perda de peso, vômitos e gases intestinais em indivíduos portadores da doença celíaca. O tratamento para esta patologia é uma dieta isenta dos alimentos que contenham essas proteínas, como o trigo, aveia, centeio, cevada e produtos alimentícios derivados destes grãos. Contudo, o trigo, centeio e a cevada são ingredientes normalmente utilizados para a produção da cerveja, diante disto ela não deve ser consumida pelos celíacos. Sendo assim, objetivou-se com a elaboração deste trabalho o desenvolvimento de cerveja artesanal isenta de glúten. **DESENVOLVIMENTO:** Os cereais utilizados para a fabricação da cerveja tradicional podem ser substituídos por outros cereais, à exemplo do milho, arroz, obtendo um produto sem glúten, porém alterando a qualidade sensorial quando comparada com o produto convencional [1]. A produção de uma cerveja com os cereais convencionais somado a adição de uma enzima responsável por catalisar a quebra das proteínas formadoras de glúten, tem como resultado uma cerveja isenta de glúten, mantendo o sabor de uma cerveja convencional e podendo ser consumida por alérgicos às proteínas formadoras do glúten [2]. Para a produção dessa bebida, foram utilizados equipamentos como fogão, geladeira, balança, mosturador, panelas para fervura, fermentador, colher, refratômetro, *chiller*, garrafas, tampas e rótulos. Os insumos utilizados para a receita foram água, malte de cevada e de trigo, aveia, lúpulo (Herkules), fermento (T-58) e enzima redutora de glúten (Clarity Ferm). Os grãos passaram pelo processo de brasagem, onde ocorreu mistura dos grãos de cevada e trigo maltados, aveia e água sob ação do calor. Em seguida, os grãos foram separados do líquido (denominado mosto) e iniciado o processo de mosturação, com adição do lúpulo responsável pelo amargor e sabor da cerveja. Quando o líquido atingiu calibração desejável (com a densidade em 1.045g/mL) foi resfriado através do *chiller* (equipamento responsável por trocar calor sem contato direto) e levado ao fermentador, onde foram adicionados o fermento e a enzima responsável por catalisar a quebra das proteínas alergênicas dos cereais. Após 3 dias de fermentação, foi realizado o *dry hopping* (onde foi adicionado lúpulo responsável pelo aroma) e retirado mais uma amostra do líquido (para teste de densidade, que atingiu 1.008g/mL e determinação do teor alcoólico final, que foi de 5,5% v/v). Após a fermentação, o mosto foi resfriado para que ocorresse a decantação das partículas e envasado com a adição de açúcar para carbonatação da cerveja. O produto obtido foi uma cerveja clara, levemente turva e com espuma consistente. O sabor da bebida se assemelha ao de uma cerveja artesanal com a presença de glúten do estilo blonde ale. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A cerveja sem glúten elaborada nesta pesquisa apresentou características organolépticas bastante satisfatórias aos pesquisadores envolvidos. Considerando o fato deste ser um produto diferenciado que pode vir a atender a demanda de indivíduos celíacos, sugere-se na sequência realizar avaliação sensorial com o público alvo para avaliar aceitação e intensão de compra do produto. **AGRADECIMENTOS:** A orientadora Cristiane de Oliveira Lopes, pela colaboração e incentivo na realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BATHKE, Letícia Dante; DRESCH, Michael Rafael; SOUZA, Cláudia Fernanda Volken. **Elaboração e avaliação de alguns aspectos da qualidade de cerveja isenta de glúten.** Disponível em < https://pdfs.semanticscholar.org/350e/a78751e8c77a8b180448ef2431f945ac99ce.pdf?_ga=2.165691390.1190601437.1591294569-568323179.1587410027 >. Acesso em: 11 de março de 2020 e [2] ASSUNÇÃO, Rui Filipe Ribeiro. **Desenvolvimento de uma cerveja sem Glúten.** Disponível em < <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17852/1/Tese%20definitiva.pdf> >. Acesso em: 30 de maio de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

PREVALÊNCIA DE ALERGIAS E INTOLERÂNCIAS ALIMENTARES EM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR RESIDENTES NOS MUNICÍPIOS MINEIROS DE CARANGOLA E MIRAÍ

Isadora M. ALONSO (IC - Isadoraalonso_@hotmail.com)¹ Fernanda M. LIMA (IC)¹ e Lury A. de SOUZA (PQ)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professor do curso de Nutrição Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Hipersensibilidade alimentar, Intolerância alimentar, Sistema imunológico.

INTRODUÇÃO: Alergia e intolerância alimentar são quadros patológicos distintos. A alergia se refere a uma reação adversa a alimentos envolvendo o sistema imunológico, estando o leite de vaca e os ovos entre os alérgenos mais prevalentes [1]. A intolerância, por sua vez, diz respeito a incapacidade da digestão de determinados alimentos, podendo esta ocorrer durante qualquer estágio da vida, sendo mais prevalente, entretanto, as alergias podem provocar enfermidades mais severas. A sintomatologia se faz semelhante entre estes quadros, sendo evidenciados principalmente sintomas gastrointestinais e manifestações cutâneas [2]. **OBJETIVO:** Avaliar a prevalência de alergias e intolerâncias alimentares em crianças em idade escolar e o conhecimento das mães sobre tais questões. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de julho de 2020 nos municípios de Carangola – MG e Mirai – MG com mães de crianças entre três e dez anos de idade. A pesquisa ocorreu após as concordâncias indicadas nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido online. Utilizou-se um formulário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Docs®, o qual contemplava questões sobre os quadros patológicos abordados na pesquisa. Os dados foram analisados no programa Excel®. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo contou com a participação de 50 mães, das quais 75% tinham conhecimentos que alergia e intolerância alimentar se tratam de patologias distintas e 25% desconheciam tal diferenciação. Averiguou-se que 66,7% entendiam que irritações na pele e dores abdominais após ingestão de certos alimentos poderiam estar associadas com reações adversas aos alimentos. Segundo as mães, apenas 3,9% das crianças possuem alergia e intolerância alimentar em conjunto, 15,4% apresentam apenas alergia e 9,5% intolerância alimentar, sendo 70% intolerância à lactose, 70% alergia à corantes e 30% alergia à frutos do mar. Cerca de 19,2% das mães alegaram ter dificuldade em controlar a dieta das crianças que apresentam ambos os quadros e 11,5% delas possuem dieta sem restrição. Dentre as mães, 44,2% alegaram já ter suspeitado ou suspeitam que seus filhos possuem alergia e/ou intolerância alimentar. Entretanto, 73,1% relataram nunca ter realizado o exame para verificar a existência. Mas, 27% realizaram o exame e 13,5% das crianças foram diagnosticadas. Observou-se que 44,2 % das mães indicaram que as crianças após a ingestão de determinados alimentos apresentam sintomas como diarreia, gases ou manchas avermelhadas pelo corpo e, destas, 73,9% não realizaram exames laboratoriais em seus filhos para a investigação de alergias e/ou intolerâncias. Além disso, 32,7% das genitoras disseram que após o surgimento dos sintomas realizam automedicação. Os quadros de alergias e intolerâncias possuem tratamento, sendo que os sintomas podem ser minimizados por meio de uma dieta específica, medicação e/ou enzimas digestivas. Estes, quando não tratados podem favorecer a perda de peso e carência nutricional [1,2]. Ressalta-se que o tipo de parto pode influenciar no desenvolvimento, principalmente, de alergia alimentar, a qual pode se fazer presente em crianças nascidas por cesariana [3]. Na presente pesquisa, 86,5% das mães indicaram ter feito cesárea e filhos com quadro alérgico. **CONCLUSÕES:** Houve baixa prevalência dos casos de alergias e/ou intolerâncias alimentares. Ainda, observou-se o entendimento acerca dos quadros e sintomatologia pela maior parte das mães entrevistadas. **AGRADECIMENTOS:** Ao Orientador Lury Souza pelo auxílio na realização do trabalho e ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, A.R.V. et al. Alergia Alimentar: Prevalência através de estudos epidemiológicos. *Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança*, v.16, n.1, p.7-15, 2018. [2] MAHAN, K.L.; ESCOTT-STUMP, S. *Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia*. Cap 31. 11ed. São Paulo: Roca, 2005. [3] JACOB, C.M.A. *Temas de Pediatria - Prevenção primária da alergia alimentar*. São Paulo: Nestle Nutrition Institute, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

ANÁLISE DA OFERTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VEGANOS EM SITES DE SUPERMERCADOS

Alice **MEDEIROS** (IC – alicemoreiramedeiros@gmail.com)¹e Mayla **TOFFOLO** (PQ – maylaenut@gmail.com)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: dieta, alimentos industrializados, consumo de alimentos.

INTRODUÇÃO: Ao se observar a diversidade da atual sociedade, constata-se a real importância de se ter a oferta de diversas dietas, como low-carb, cetogênica, mediterrânea, paleolítica, frugivogismo, vegana, entre outras. Uma das que mais vem ganhando destaque no Brasil é a vegana, onde o praticante não consome alimentos e produtos advindos de origem animal, sendo não só uma escolha alimentar, mas sim um estilo de vida. [1] Calcula-se que cerca de 4% da população brasileira, 7,6 milhões de pessoas não consomem carne animal, sendo os veganos grande parte desse percentual. Portanto, torna-se necessária a oferta de produtos que atendam a essa população. [2] O presente estudo teve como objetivo analisar a oferta de produtos veganos em sites de supermercados. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizada durante o mês de agosto de 2020, uma pesquisa sobre a oferta de produtos veganos em três sites de diferentes redes de supermercados, através da plataforma Google®. Todos os alimentos ofertados foram tabulados e classificados de acordo com o grupo alimentar pertencente. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao se avaliar três supermercados, observou-se que estavam disponíveis, para compra no total três produtos do grupo similares cárneos, como bacon e bife de hambúrguer de legumes, sendo de duas marcas distintas. Com relação a oferta de doces, foi identificado cinco opções de diferentes marcas dentre eles, chocolates, pasta de amendoim e brigadeiro. Para o grupo de biscoitos do tipo chips, snack, salgadinho e de chocolate, foi constatado seis produtos de três marcas distintas. A opção de molhos foi encontrada somente em um dos supermercados, sendo molho tipo maionese. O grupo que apresentou maior oferta em quantidade e variedade de marcas foram os extratos vegetais, com 47 produtos de doze marcas distintas entre eles foram encontrados, extrato de soja, amêndoa, coco, arroz, castanha de caju, aveia. O último segmento encontrado foi a linha de congelados onde detectou-se três opções de gêneros alimentícios congelados de duas marcas, sendo eles pão de “queijo” e kibe de abóbora. **CONCLUSÕES:** Mesmo com o crescente número de adeptos a prática vegana no país, é pequena a oferta de produtos que atenda a esta comunidade nas redes de supermercados online avaliados. Faz-se necessário ampliação deste segmento alimentício, possibilitando a diversidade de escolha dos mesmos para o consumidor. **AGRADECIMENTOS:** À Orientadora Mayla Toffolo pelo auxílio na realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABONIZIO, J - Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. *Unisinos*, v. 49, n.2, p- 191-196, 2013. [2] RIBEIRO, L.Ú - A ascensão do consumo ético de produtos vegetarianos e veganos no mercado brasileiro. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Julho de 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DE BIFES DE HAMBURGUERES VEGANOS

Alice **MEDEIROS** (IC – alicemoreiramedeiros@gmail.com)¹ e Mayla **TOFFOLO** (PQ – maylaenut@gmail.com)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: proteína, dieta, fibras alimentares, alimentação.

INTRODUÇÃO: “A alimentação, após a respiração e a ingestão de água, é a mais básica das necessidades humanas”, sendo uma necessidade biológica [1]. No entanto o ato de “comer” vai muito além, pois envolve caráter social, econômico, cultural, sexual, político, religioso, ético, entre outros. O veganismo é um exemplo de escolha de vida e alimentar que isenta o consumo de alimentos e o uso de produtos de origem animal [2]. O presente estudo teve como objetivo analisar a informação nutricional de bifes de hambúrgueres veganos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Durante o mês de agosto de 2020, foram analisados a informação nutricional de embalagens de bifes do tipo “hambúrguer” voltados para o público vegano, comercializados em três supermercados da região de Muriaé-MG. Também foi avaliado a lista de ingredientes apresentada na embalagem dos mesmos. Todos os produtos foram avaliados em relação a porção contida no rótulo de 80g. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 3 bifes de hambúrgueres de 3 marcas distintas. O valor energético médio foi de 183,66 Kcal, variando entre 170 Kcal e 206 Kcal. Quanto ao teor de carboidratos a média encontrada foi 5,46g com teor mínimo de 4,1g e máxima de 7,7g. O teor de proteínas e gorduras foram próximos, sendo a média de proteína 12g com variação entre 11g e 13g. Já a média de gorduras totais foi de 12,33g com o mínimo de 12g e máximo de 14g. Ademais a gordura saturada teve média 4,53g, variando entre 3,0g e 6,4g. O teor de fibras alimentares presente nos hambúrgueres foi de 3,66g com variação entre 3,2g e 4,1g. O conteúdo de sódio encontrado foi de 415,33mg com mínimo de 301mg e máximo 495mg. Os produtos avaliados podem ser classificados como alimento fonte ou rico em fibras (em função das variações da marca) e de alto conteúdo de proteína, de acordo com a RDC N° 54, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012 [3]. Além disso, os produtos apresentaram valor médio elevado de sódio, uma vez que uma unidade do produto corresponde a 40% de recomendação diária proposta pela Organização Mundial da Saúde [4]. Em relação aos micronutrientes, apenas um produto informava sobre o teor de ferro e vitamina B12 sendo de 0,72 mcg e 2,1mg respectivamente. Ao se avaliar a lista de ingredientes, verificou-se a presença de proteína de trigo, soja, ervilha e farinha de grão de bico. Os óleos usados foram de coco, girassol e algodão. Vale ressaltar que em todos os produtos foram identificados ainda a utilização da beterraba com a função de agregar cor ao alimento. **CONCLUSÕES:** Pode-se concluir que os bifes apresentaram variações significativas entre os produtos avaliados com relação ao valor energético, carboidratos e gordura saturada. Estes alimentos apresentaram-se como uma boa alternativa proteica para o público vegano com boa oferta de fibras alimentares. Entretanto, alerta-se para o teor elevado de sódio do produto em um hambúrguer, que pode contribuir para o consumo diário elevado do mineral. É importante entender que apesar da prática vegana prezar pela ausência da origem animal, estes devem se atentar também as informações nutricionais dos produtos, visto que a ausência ou o excesso dos nutrientes poder gerar danos a sua saúde. **AGRADECIMENTOS:** À Orientadora Mayla Toffolo pelo auxílio na realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade:** uma história da alimentação. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 179 p. [2] LONDERO, Santos Débora - “ **Você é aquilo o que você come** ” : Oveganismo enquanto estilo de vida e ativismo político. Rio Grande do Sul, 2019. 113p. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. RDC n° 54, de 12 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar. **Diário Oficial da União** 21 de agosto 2006. [4] World Health Organization (2003). **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. Report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. Geneva.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS POR ADOLESCENTES ANTES E APÓS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ane Caroline **MONTEIRO** (IC – anemonteiro93@outlook.com)¹, Julia da Silva **MATIAS** (IC- juliamatias1004@gmail.com)², Mariana de Melo **CAZAL** (PQ)²

1- Acadêmicas do curso de Nutrição; 2- Professora Doutora

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras-chaves: Questionário, hábito alimentar, intervenção nutricional

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, grandes mudanças aconteceram nos hábitos alimentares dos brasileiros e o alto consumo de alimentos ultraprocessados vem sendo uma realidade em grande parte das famílias [1]. Os adolescentes podem ser considerados um grupo de risco nutricional, por conta da dieta inadequada e decorrente do aumento das necessidades energéticas e de nutrientes para atender a demanda do crescimento. É de grande importância o equilíbrio entre os hábitos alimentares e de estilo de vida saudáveis, já que é nessa fase que esses hábitos são estabelecidos e muitas vezes mantidos pela vida adulta [2]. Dessa forma, o presente estudo teve por objetivo avaliar o consumo de alimentos ultraprocessados por adolescentes antes e após ações de educação alimentar e nutricional. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo realizado com adolescentes de um colégio estadual situado na cidade de Muriaé-Mg, matriculados no ano de 2019. Os critérios de inclusão adotados foram: adolescentes com idade entre 12 e 14 anos, com termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos responsáveis. O instrumento utilizado para avaliação do consumo alimentar foi um questionário, elaborado especificamente para este estudo, no qual foi abordado questões sobre consumo de alimentos ultraprocessados, preferências e aversões. Após a aplicação do questionário, foram realizadas ações para promoção da educação alimentar e nutricional (palestras, dinâmicas individuais e em grupo), envolvendo os níveis de processamento dos alimentos, conteúdo de açúcar e gordura de alimentos industrializados, leitura e interpretação de rótulos de produtos habitualmente consumidos pelos adolescentes. Ao final do estudo, o mesmo questionário foi novamente aplicado para comparar os resultados e avaliar se as intervenções foram satisfatórias. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que a maioria dos alimentos apresentava alto consumo de alimentos ultraprocessados. Dentre os alimentos preferidos pelos entrevistados, estavam: salgados (86,5%), pizza (82,6%), refrigerante (80%) e batata frita (78,8%). Pela análise do questionário de frequência alimentar, foi possível observar que 36,5% relataram consumir suco em pó, pelo menos uma vez no dia. Zanini et al. [3] realizaram uma pesquisa com 600 alunos entre 15 e 20 anos para avaliar também a ingestão de alimentos ultraprocessados por esse público e observaram alto consumo de: refrigerante (90,9%), doces (95,4%) e frituras (89,6%). O Ministério da Saúde ressalta sobre a importância de diminuir o consumo desses alimentos, pois apresentam alto teor de sódio, carboidrato refinado, gordura saturada e trans. Além disso, tais alimentos são pobres em fibras, elementos essenciais para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis [1]. Após as intervenções nutricionais, foi observado que houve redução de 11% no consumo de sucos em pó, porém o consumo de outros alimentos ultraprocessados não foi alterado. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os adolescentes entrevistados apresentavam alto consumo de alimentos ultraprocessados, e que após as intervenções de educação alimentar e nutricional houve pequena mudança no hábito alimentar dos adolescentes. É necessário reforçar a importância de realizar ações de educação nutricional e alimentar nas escolas a fim de conscientizar os alunos sobre os riscos do consumo elevado desses alimentos e incentivar hábitos alimentares mais saudáveis, podendo assim prevenir doenças futuras. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Brasil. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA**. 2.ed. Brasília, 2014. [2] ENES, C.C.; SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v.13, n.1, p.163-17, 2010. [3] ZANINI R.V. et al. **Consumo diário de refrigerantes, doces e frituras em adolescentes do Nordeste brasileiro**. *Ciência de Saúde Coletiva*, v.18, n.12, p.3739-3750, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

IMPACTO DA PANDEMIA NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

Anna Carolina Passos Costa **Zaiden** (IC- annacarolinacostap@hotmail.com)¹, Sarah Mairink de **Oliveira**¹, Mayla Cardoso Fernandes **Toffolo** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professor (a)

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: alimentação; ultraprocessados; infecções por coronavirus

INTRODUÇÃO: Alimentos ultraprocessados são formulações industriais produzidas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Devido aos ingredientes e forma de fabricação, estes alimentos são nutricionalmente desbalanceados [1]. Considerando o isolamento social consequente da pandemia por coronavírus (COVID-19) como uma fase em que o sedentarismo e o estresse emocional podem ser impulsionados, tal fato pode levar a ingestão excessiva de alimentos ultraprocessados (prontos para o consumo) e assim ocasionar desequilíbrios nutricionais, aumento de peso e favorecer o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, hipertensão, diabetes e outras) [2]. **OBJETIVO:** O referente estudo teve como objetivo comparar a aquisição de alimentos ultraprocessados no período anterior à pandemia por COVID-19 com o mesmo período no ano de 2020, durante a pandemia. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para execução do estudo comparativo, foram utilizados os registros de compra de alguns alimentos ultraprocessados selecionados previamente, de um supermercado da cidade de Muriaé- MG referente ao período de março a julho dos anos de 2019 (anterior a pandemia) e 2020 (durante a pandemia). Os alimentos selecionados foram batatas congeladas, empanados de frango congelados, hambúrguer congelado e pizza congelada. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com os dados referentes ao período anterior a pandemia, março a julho de 2019, foram contabilizadas 4.665 unidades de batatas congeladas (pacotes de 400 g a 2 kg); 857 unidades de empanados de frango congelados (caixas de 300 g a 1 kg) e 360 unidades individuais de hambúrguer congelado adquiridos. Quanto a aquisição de pizzas congeladas, o registro foi de 816 unidades individuais. Considerando o mesmo período do ano de 2020 (durante a pandemia), a aquisição de batatas congeladas foi de 5.414 unidades enquanto que a de empanados de frango congelados foi de 844 unidades. Tendo em vista o registro de hambúrgueres congelados e pizzas congeladas, foram adquiridos 308 e 675 unidades individuais de cada, respectivamente. Notou-se que empanados de frango, hambúrgueres e pizza congelados registraram redução de um ano para outro enquanto que as batatas congeladas registraram aumento. Todavia, a média total da aquisição dos alimentos demonstrou aumento. Em 2019 foi de 1674,5±2006,351 e em 2020 foi de 1810,3±2412,896, sendo maior durante a pandemia. O aumento no consumo de alimentos prontos (processados e ultraprocessados) ricos em sódio e açúcar gera desequilíbrios nutricionais e uma ingestão excessiva de calorias, contribuindo para o aumento de doenças [3]. Esse aumento no consumo de tais alimentos pode ter sido influenciado pelo isolamento social imposto pela pandemia [2]. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que a média total da aquisição dos ultraprocessados obteve aumento significativo do ano de 2019 para o mesmo período do ano de 2020, durante a pandemia. O isolamento social imposto como medida de controle da doença pode ter influenciado neste resultado devido ao estresse e ansiedade gerados nesse período, além do sedentarismo e o estímulo pelo consumo destes alimentos pelas mídias. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira.** Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014. [2] Ministério da Saúde. Núcleo de Alimentação, Saúde e Ambiente- Nasa/CST/Cogepe/Fiocruz. **Guia de orientações em relação à alimentação e exercício físico diante da Covid-19.** Rio de Janeiro. Ministério da Saúde; 2020. [3] MARTINS, P. F. A.; FARIA, L. R. C. Alimentos ultraprocessados: uma questão de saúde pública. **Com. Ciências Saúde.** v. 29, n. 1, p. 14-17. Distrito Federal, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

HÁBITOS ALIMENTARES DAS CRIANÇAS NA PANDEMIA POR COVID-19

Camila Oliveira de Souza (IC- camilaoliveiras538@gmail.com)¹, Sarah Mairink de Oliveira¹,
Magda Cardoso¹, Mayla Cardoso Fernandes Toffolo (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professor (a)

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: COVID-19; Alimentação infantil; Hábitos dietéticos

INTRODUÇÃO: Indubitavelmente a pandemia é um fator intrínseco na piora de diversos fatores como por exemplo a alimentação. Questões emocionais e financeiras além do sedentarismo decorrentes do isolamento levaram a um crescimento significativo no consumo de alimentos industrializados (prontos para o consumo) [1]. Deste modo, as crianças não passaram isentas desses fatores, sendo fortemente atingidas pelo alto consumo de alimentos ricos em gorduras, açúcares, conservantes, etc. Além de hábitos inadequados como por exemplo o uso excessivo de telas (celulares, tablets, videogames) o que pode causar uma dificuldade em manter hábitos alimentares saudáveis. As crianças podem realizar escolhas alimentares mais saudáveis quando lhes são apresentados alimentos nutritivos, sendo estes providos pelos pais [2]. **OBJETIVO:** Tal estudo teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares das crianças durante a pandemia por COVID-19. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para a execução da pesquisa foi aplicado um questionário contendo perguntas referentes à alimentação das crianças no período de pandemia. Os participantes da pesquisa deveriam ser responsáveis legais pelas crianças e residir com as mesmas. Todos os voluntários assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados e contabilizados utilizando a plataforma Google Forms. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A amostra contou com 87 participantes com idades entre 1 a 13 anos ($5,16 \pm 3,25$) residentes nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. Dos 87 participantes 39,1% relataram que nada mudou em sua alimentação durante a pandemia, 37,9 relatou que houve uma piora no padrão de consumo dos alimentos e 23% relatou uma melhora no padrão alimentar da criança. O consumo de alimentos ultraprocessados é prejudicial à saúde devido ao excesso de aditivos industriais, açúcar, gordura e sódio, portanto deve ser reduzido. A base de uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada deve ser composta por alimentos *in natura* [3]. Quanto ao sedentarismo, os dados mostraram que 79,3% das crianças fazem uso de telas por mais tempo do que no cenário anterior à pandemia COVID19, utilizando desde meia hora por dia até ao dia completo. **CONCLUSÃO:** Conclui-se então, que, a pandemia foi um agravante em questões como a má alimentação e o sedentarismo, ressaltando problemáticas como o uso exacerbado de telas além do consumo de alimentos industrializados, impactando assim, de maneira deletéria à saúde da população. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Ministério da Saúde. Núcleo de Alimentação, Saúde e Ambiente- Nasa/CST/Cogepe/Fiocruz. **Guia de orientações em relação à alimentação e exercício físico diante da Covid-19.** Rio de Janeiro. Ministério da Saúde; 2020. [2] MAHAN, L. K.; RAYMOND, J. L. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 14. ed. (14). Amsterdã. Elsevier, 2018. [3] Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira.** Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PERFIL NUTRICIONAL E ESTILO DE VIDA DE ADULTOS MORADORES DE MINAS GERAIS

Marília Gabriela GODINHO¹ (godinhogabriela641@gmail.com), Mariana de Paula SANTOS¹ e Elaine LUCCHINE¹; Naruna Pereira ROCHA (PQ)²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS-Muriaé-MG.

Palavras chaves: Obesidade; Estilo de vida; Fatores de risco.

INTRODUÇÃO: As últimas décadas foram marcadas por mudanças nutricionais ocorridas por meio da urbanização e industrialização. A dieta ocidental, muito consumida pela população, é caracterizada pelo consumo de alimentos com elevada densidade energética, ricos em gorduras além da redução do consumo fibras alimentares, estando associado ao excesso de peso[1]. Atualmente, o excesso de peso é considerado como problema de saúde pública, pois é considerado como fator de risco para o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis. Essas doenças, por apresentarem diferentes estágios podem levar a inúmeras formas de incapacidade além do óbito, impactando no perfil de morbimortalidade no mundo[2]. **OBJETIVO:** Avaliar o perfil nutricional e estilo de vida de adultos moradores de Minas Gerais. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal realizado por meio da aplicação de um questionário online, executado com moradores do estado de Minas Gerais em julho e agosto de 2020. Foram excluídos do estudo gestantes, crianças, adolescente e idosos. A participação foi voluntária e realizada apenas após a assinatura do Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido. O questionário continha perguntas sobre estilo de vida, hábitos alimentares, doenças crônicas pré-existentes e dados antropométricos que foram autorreferidos. Os dados foram analisados em frequência simples, média e desvio padrão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com 19 pessoas, sendo a maioria do sexo feminino (88,2%), tendo uma média de idade de 25,8 ±8,4 anos. Ao analisar os dados antropométricos autorreferidos, foi possível identificar que mais da metade dos participantes (57,89%) estavam acima do peso. Dentre eles, 26,31% estavam com sobrepeso, 15,31% em estado de obesidade grau I e 36,84% eutróficos. O excesso de peso cresceu de forma alarmante em todo o mundo e na mesma proporção o sedentarismo e o fácil acesso aos alimentos com alta densidade calórica, além de estar relacionado diretamente com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) [3]. Foi observado que os participantes com sobrepeso, apenas um possuía comorbidades como a hipercolesterolemia, além de um histórico de trombose e tromboflebite. Dentre os pacientes com obesidade grau I, um deles relatou era portador de hipotireoidismo e pré-diabético. Além destes dados, outro ponto importante foi a autoavaliação do estado de saúde de cada paciente como muito bom (5,27%), bom (42,10%), regular (47,36%) e ruim (5,27%). **CONCLUSÃO:** Foi possível identificar que mais da metade dos participantes estavam com excesso de peso, e algumas delas já com doenças associadas. Todas elas podem ser prevenidas com o auxílio de uma boa alimentação, além de uma boa hidratação e atividade física que também são fundamentais para a promoção e manutenção da boa saúde do indivíduo. É indispensável o acompanhamento de um nutricionista para tentar amenizar os impactos causados por essas doenças na vida do paciente, intervindo com uma proposta eficaz como a reeducação alimentar. **REFERÊNCIAS:** [1] MARIATH, Aline Brandão et al. Obesidade e fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis entre usuários de unidade de alimentação e nutrição. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 897-905, abril. 2007. [2] FERREIRA, Arthur Pate de Souza; SZWARCOWALD, Célia Landmann; DAMACENA, Giseli Nogueira. Prevalência e fatores associados da obesidade na população brasileira: estudo com dados aferidos da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, v. 22. 2019. [3] PORTO, T. N. R. et al. Prevalência do excesso de peso e fatores de risco para obesidade em adultos. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 22, p. e308, 27 abr. 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PRÁTICA DO VEGETARIANISMO ENTRE JOVENS E ADULTOS

Isadora M. **ALONSO** (IC – isadoraclaudinha123@hotmail.com)¹, Deborah H. **ROCHA** (IC)¹, Alice M. **MARTINO** (IC)¹, Caroline A. **LOBO** (IC)¹, Fernanda M. **LIMA** (IC)¹, e Mayla F. **TOFFOLO** (PQ)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professora do curso de Nutrição
Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Vitamina B12; Dislipidemia; Mídias Sociais; Suplementação.

INTRODUÇÃO: O vegetarianismo é definido como o consumo de uma dieta constituída principalmente por alimentos de origem vegetal, a qual exclui totalmente o consumo de carnes, com ou sem o uso de laticínios e ovos[1]. A adesão ao vegetarianismo tem crescido nos últimos anos devido a razões geralmente ligadas ao estilo de vida, preocupações com a preservação do meio ambiente, compaixão pelos animais, cuidados com a saúde ou motivos religiosos[2]. O consumo da dieta vegetariana está associado a uma menor incidência do surgimento de doenças crônicas não transmissíveis[3]. Contudo, nem sempre a adoção vai significar que o indivíduo terá boa saúde. Com o fácil acesso a informações na internet, pessoas aderem a esse tipo de dieta muitas vezes sem orientações de um profissional nutricionista, desconhecendo os riscos à saúde e ocasionando o desequilíbrio de nutrientes[4]. Desta forma, o presente estudo teve como objetivo analisar a prática da dieta vegetariana entre jovens e adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado em setembro de 2019. Para a realização da entrevista foi utilizado a técnica “snowball sampling” na qual os participantes iniciais receberam um link de acesso ao questionário disponibilizado na plataforma Google Forms® com questões acerca da prática do vegetarianismo, sendo que esses convidaram outros membros praticantes dessa dieta e assim sucessivamente. A pesquisa ocorreu após confirmação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) disponível no formulário. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 50 pessoas que possuíam tempo médio de prática vegetariana de 3,5±0,7 anos. Constatou-se que 96% dos entrevistados adquiriam essa prática alimentar por algum motivo específico, dentre eles, 78% pela ética e respeito aos animais. A respeito das subdivisões do vegetarianismo, verificou-se que 80% dos entrevistados eram ovolactovegetariano, 4% lactovegetariano e 16% vegetariano estrito. Em relação a informações sobre o tema 44% dos participantes recorreram ao meio midiático e 38% procuraram por pessoas já praticantes e posteriormente adotaram a prática, dispensando a procura de um nutricionista para adequar-se à nova alimentação. Quando analisada a mudança de peso após adesão ao vegetarianismo, um total de 62% dos entrevistados relatou alterações, sendo que 73,3% afirmaram perder peso. Em relação a saúde, 66% dos participantes perceberam mais disposição e melhora no perfil lipídico. A alimentação vegetariana possui uma escassez da vitamina B12 uma vez que essa é primordialmente encontrada em alimentos de origem animal, e essa, quando agravada, pode levar a ocorrência de anemia megaloblástica. Sob essa perspectiva, é notório a importância da suplementação[5]. Entretanto, ao questionar sobre o uso da vitamina, apenas 18% dos entrevistados afirmaram fazê-la atualmente. **CONCLUSÕES:** A maioria dos vegetarianos apresentaram perda de peso com adoção do estilo alimentar, entretanto não realizaram acompanhamento nutricional para a adequação e verificação da necessidade de suplementação de vitamina B12. **BIBLIOGRAFIA:** [1]SIQUEIRA, E. P. et al. Avaliação da oferta nutricional de dietas vegetarianas do tipo vegana. Rev. Intellectus. v. 1, n. 33, Jaguariúna/SP, 2016. [2]COUCEIRO, P.; SLYWITCH, E.; LENZ, F. Padrão alimentar da dieta vegetariana. Einstein, v.3, n.6, p.365-73, 2008. [3]BRADBURY, K.E., et al. Serum concentrations of cholesterol, apolipoprotein A-I and apolipoprotein B in a total of 1694 meat-eaters, fish-eaters, vegetarians and vegans. Eur J Clin Nutr, v. 68, n. 2, 2014. p. 178-83. [4]SILVA, S. C., et al. Linhas de orientação para uma alimentação vegetariana saudável. Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável. Lisboa, 2015. [5]Allen lh. How common is vitamin b-12 deficiency? Am j clin nutr, v.89 n.2, 2009 p. 693-696. MIRANDA, D.E.G.A., et al. Qualidade nutricional de dietas e estado nutricional de vegetarianos. Demetra. São Paulo, v. 8, n. 2, 2013. p. 163-72.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

REEDUCAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA AO CONTROLE DA ANSIEDADE E ESTRESSE: UM ESTUDO DE INTERVENÇÃO

Marília Gabriela GODINHO¹ (godinhogabriela641@gmail.com), Anna Carolina PASSOS¹, Elaine LUCCHINE¹, Mariana de Paula SANTOS^{1, 1} e Thaís Nayara VIEIRA¹, Naruna Pereira ROCHA (PQ)².

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS-Muriaé-MG.

Palavras chaves: Estilo de vida; Alimentos; Comportamento alimentar.

INTRODUÇÃO: O comportamento alimentar está diretamente associado ao estado emocional e pode sofrer influências da ansiedade e estresse. A ansiedade pode apresentar tanto fatores específicos (patológica) quanto inespecíficos (normal) podendo desencadear e agravar os transtornos alimentares como bulimia e anorexia, além de obesidade e doenças no trato gastrointestinal [1]. O estresse, é considerado um fator de risco, pois leva ao aumento do consumo de alimentos com alta densidade calórica, favorecendo o ganho de peso e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) [2]. **OBJETIVO:** Avaliar o seguimento de metas nutricionais na melhoria da qualidade alimentar e de vida de um paciente adulto. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de intervenção, do tipo antes e depois, com duração de um mês, realizado em Muriaé, Minas Gerais, no período de março a abril de 2020. O estudo foi realizado após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A amostra foi composta por uma paciente adulta, sem comorbidade, com disponibilidade de comparecer aos encontros presenciais, sendo excluídos pacientes portadores de DCNT, gestantes, adolescentes, crianças e demais indivíduos que apresentassem alguma patologia. Para o acompanhamento, foram estipuladas seis metas: 1. Aumentar o consumo de uma refeição completa no período da noite; 2. Aumentar o consumo e a variedade de frutas; 3. Antes de dormir, fazer o consumo de uma xícara de chá de passiflora ou valeriana ou erva-cidreira ou maracujá para auxiliar na ansiedade; 4. Aumentar o fracionamento de água; 5. Reduzir o consumo de bebida alcoólica para apenas um dia da semana; 6. Alternar entre alimentos laxantes/obstipante ao longo das refeições. Foram coletados os dados antropométricos: altura (m), peso (kg), circunferência da cintura (cm), %de gordura corporal e calculado o índice de massa corporal (IMC-kg/m²). Todos os dados foram analisados de forma qualitativa e por meio de frequência simples. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A paciente relatou que devido a pandemia do Covid-19, apresentou dificuldade para a execução das metas. Só conseguiu consumir em alguns dias da semana uma refeição completa dando preferência as preparações que envolviam omelete e demais combinações. Diminuiu o consumo de banana e acrescentou mamão e laranja entre as frutas. Em relação ao consumo de chás para a ansiedade e estresse, relatou o consumo de uma xícara todos os dias a noite alternando entre as sugestões. O consumo diário de água era bom, porém consumia muita água antes das refeições, sendo sugerido que fracionasse o seu consumo ao longo do dia. A paciente fracionou e aumentou a ingestão hídrica. O consumo de bebida alcoólica não reduziu neste período. E ao fim, queixava-se de constipação intestinal que foi melhorada após a adequação do consumo de alimentos obstipantes com alimentos laxantes durante o dia para evitar desconfortos. O estresse e a ansiedade podem influenciar de forma negativa no consumo de frutas e vegetais podendo acarretar modificações no metabolismo de nutrientes além de causar danos ao sistema endócrino e imunológico [2]. Em relação a antropometria, a paciente estava eutrófica (IMC-23,2 kg/m²), apresentando circunferência da cintura de 70,3 cm, sem risco de complicações metabólicas, mas com o percentual de gordura corporal elevado (35,4%) com risco de doenças associadas. Não foi possível analisar se houve mudanças na composição corporal, devido a pandemia e a necessidade do isolamento social. **CONCLUSÃO:** O resultado foi satisfatório, visto que cinco das seis metas passadas foram adotadas como um novo estilo de vida pela paciente. O estudo possibilitou uma análise de como uma alimentação saudável impacta na vida da de pacientes que apresentam um quadro de ansiedade e estresse ligado a alimentação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOUZA, D. T. B. et al. Ansiedade e alimentação: uma análise inter-relacional. **II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde**, 2017. [2] DALMAZO, A. L. et al. Estresse e Consumo Alimentar em Pacientes Hipertensos. **Sociedade Brasileira de Cardiologia**, v. 113, p. 374-380, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

TEMPO DE TELA DE CRIANÇAS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

Camila Oliveira de Souza (IC- camilaoliveiras538@gmail.com)¹, Sarah Mairink de Oliveira¹,
Magda Castelano¹, Mayla Cardoso Fernandes Toffolo (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professor (a) Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ
– 36888-233

–Muriaé-MG

Palavras-chave: COVID-19; Sedentarismo; Tecnologia.

INTRODUÇÃO: Com o avanço das tecnologias desde o final do século XX, o conceito de tempo e espaço vêm tomando novos significados. Cria-se então a "nova realidade", sendo esta compreendida como uma extensão do mundo real. Por conseguinte, podemos perceber assim, a relação intrínseca, quase que dependente para sua existência, do ser humano com o mundo cibernético [1]. O sedentarismo infantil, agravado pelo isolamento social imposto pela pandemia [2], é um dos principais determinantes no surgimento de doenças como a obesidade infantil, influenciado pelo uso excessivo de aparelhos tecnológicos e pelo desenvolvimento de hábitos alimentares sem qualidade [3]. **OBJETIVO:** O estudo teve como objetivo analisar o tempo de tela das crianças durante a pandemia. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em setembro de 2020 com crianças. Para a execução da pesquisa foi aplicado um questionário estruturado, contendo perguntas referentes ao tempo de uso de tela das crianças no período de pandemia. Os responsáveis legais pelas crianças concordaram com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado de forma digital. Os dados foram coletados e contabilizados utilizando a plataforma Google Forms®. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A amostra contou com 87 crianças, com média de idade de 5,16±3,25 anos, residentes nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. Dos 87 participantes 79,3% relatou um aumento no uso de tela das crianças durante o período de pandemia por COVID-19, 18,4% relataram que o tempo permaneceu o mesmo e 2,3% relataram redução. Apenas 12,64% das crianças utilizavam telas durante um período inferior a 2 horas por dia enquanto que 78,16% utilizavam mais que 2 horas por dia. A média de tempo de tela das crianças foi de 5,18±5,40 horas por dia, encontrando-se acima das 2 horas recomendadas pela Sociedade Brasileira de Pediatria [4]. O sedentarismo está diretamente relacionado a má alimentação e crescente ocorrência de doenças crônicas, portanto, o uso de telas de maneira excessiva deve ser evitado, visto que, o mesmo é prejudicial à saúde [3]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se então, que o tempo de uso de tela das crianças é excessivo e prejudicial considerando a média elevada demonstrada no estudo. Tal fato agrava a situação do sedentarismo e má alimentação entre as crianças durante o momento de pandemia por COVID-19, o que pode trazer consequências à saúde das mesmas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BERNARDINO, P. Arte e tecnologia: intersecções. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202010000200004. Acesso em: 10 set. 2020. [2] Ministério da Saúde. Núcleo de Alimentação, Saúde e Ambiente- Nasa/CST/Cogepe/Fiocruz. **Guia de orientações em relação à alimentação e exercício físico diante da Covid-19.** Rio de Janeiro. Ministério da Saúde; 2020. [3] OLIVEIRA, D. W.; OLIVEIRA, E. S. A. Sedentarismo Infantil, Cultura do Consumo e Sociedade Tecnológica: Implicações à saúde. **Rev. Interação Interdisciplinar.** v. 4, n. 1, p.155-169. Mineiros, 2020. [4]. GRUPO DE TRABALHO SAÚDE NA ERA DIGITAL. **Manual de Orientação #MENOS TELAS #MAIS SAÚDE.** Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E HÁBITOS DE RISCO EM PACIENTES ATENDIDOS EM DUAS UNIDADES DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA

WALTER MACHADO SAMEL¹ (waltinho.2008@hotmail.com); NARUNA PEREIRA ROCHA²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG

Palavras-chave: Doenças Crônicas Não Transmissíveis ; Promoção à saúde; Estilo de vida.

INTRODUÇÃO: O crescimento do consumo de alimentos calóricos, com alto teor de açúcares, gorduras, sal e aditivos químicos, associado ao baixo consumo de frutas, legumes e verduras, vem se tornando o padrão mais comum de alimentação das famílias brasileiras, o que resultou em alterações significativas no perfil de morbidade e mortalidade da população, que estão relacionados à carências e doenças crônicas não transmissíveis(DCNT), como obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer [1]. O aumento da prevalência das DCNT, refletem alguns efeitos negativos do processo de globalização, urbanização rápida, vida sedentária e alimentação com alto teor calórico, além do consumo do tabaco e álcool [2]. **OBJETIVO:** Avaliar a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e hábitos de risco em usuários de duas unidades de saúde da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em duas Unidades de Saúde da Zona da Mata Mineira em 2019. Foi utilizado um questionário contendo questões sobre dados sociodemográficos, presença de doenças crônicas e estilo de vida. Os dados foram analisados no software Stata®, sendo realizadas as análises de frequência simples e, tendência central. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nesta pesquisa foram entrevistados 204 adultos e idosos, sendo 60,78% do sexo masculino com média de idade de 48±14,98 anos. Observou-se que mais da metade dos entrevistados (52,94%), relataram apresentar uma ou mais DCNTs. Os homens (56,45%) apresentaram maior prevalência de DCNTs quando comparado às mulheres (47,50%). Entre os homens, 62,90% tinham excesso de peso e apenas 36,29% eram eutróficos. Quanto as participantes do sexo feminino, estas representaram 39,22% da amostra com média de idade de 43±15,59 anos. Observou-se que 63,75% das mulheres, estavam acima do peso e apenas 32,5% eram eutróficas. A inatividade física esteve presente em 57,84% dos avaliados. Considerando que as DCNTs podem causar danos irreversíveis, apresentar-se inicialmente assintomáticas e com fatores de riscos comuns e passíveis de prevenção, torna-se importante estabelecer um sistema de vigilância e monitoramento deste grupo de doenças que disponibilize indicadores sobre sua prevalência, bem como de fatores de risco e proteção visando apoiar ações de promoção e prevenção da saúde [3]. Apesar do aumento das DCNTs, é sabido que seu impacto pode ser revertido por meio de intervenções de promoção da saúde, seja na redução de seus fatores de risco, seja na melhoria da atenção à saúde, com detecção precoce e tratamento adequado [4]. **CONCLUSÃO:** Foi possível perceber que os participantes apresentaram elevada prevalência de DCNTs, excesso de peso e inatividade física. Sabe-se que o excesso de peso, e sedentarismo devem ser avaliados de forma precoce no intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VIEIRA, A. M. et al. Associação entre medidas antropométricas e de composição corporal com os componentes da síndrome metabólica e índice de qualidade da dieta em adultos com excesso de peso. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 399-413, jul. 2016. [2] Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde; 2011 [acessado em 17 jun. 2012.]. [3] MALTA, D.C.et al. **Fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis entre beneficiários da saúde suplementar:** resultados do inquérito telefônico Vigitel, Brasil, 2008. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 3, p. 2011-2022, 2011. [4] MALTA, D.C.; MORAIS NETO, O.L.; SILVA JUNIOR, J.B. **Presentation of the strategic action plan for coping with chronic diseases in Brazil from 2011 to 2022.** *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 20, n. 4, p. 425-438, 2011.

**PREVALÊNCIA DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E HÁBITOS DE RISCO EM
PACIENTES ATENDIDOS EM DUAS UNIDADES DE SAÚDE DA ZONA DA MATA
MINEIRA**

WALTER MACHADO SAMEL¹ (waltinho.2008@hotmail.com); NARUNA PEREIRA
ROCHA²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG

Palavras-chave: Doenças Crônicas Não Transmissíveis ; Promoção à saúde; Estilo de vida.

INTRODUÇÃO: O crescimento do consumo de alimentos calóricos, com alto teor de açúcares, gorduras, sal e aditivos químicos, associado ao baixo consumo de frutas, legumes e verduras, vem se tornando o padrão mais comum de alimentação das famílias brasileiras, o que resultou em alterações significativas no perfil de morbidade e mortalidade da população, que estão relacionados à carências e doenças crônicas não transmissíveis(DCNT), como obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer [1]. O aumento da prevalência das DCNT, refletem alguns efeitos negativos do processo de globalização, urbanização rápida, vida sedentária e alimentação com alto teor calórico, além do consumo do tabaco e álcool [2]. **OBJETIVO:** Avaliar a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e hábitos de risco em usuários de duas unidades de saúde da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em duas Unidades de Saúde da Zona da Mata Mineira em 2019. Foi utilizado um questionário contendo questões sobre dados sociodemográficos, presença de doenças crônicas e estilo de vida. Os dados foram analisados no software Stata®, sendo realizadas as análises de frequência simples e, tendência central. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nesta pesquisa foram entrevistados 204 adultos e idosos, sendo 60,78% do sexo masculino com média de idade de 48±14,98 anos. Observou-se que mais da metade dos entrevistados (52,94%), relataram apresentar uma ou mais DCNTs. Os homens (56,45%) apresentaram maior prevalência de DCNTs quando comparado às mulheres (47,50%). Entre os homens, 62,90% tinham excesso de peso e apenas 36,29% eram eutróficos. Quantos as participantes do sexo feminino, estas representaram 39,22% da amostra com média de idade de 43±15,59 anos. Observou-se que 63,75% das mulheres, estavam acima do peso e apenas 32,5% eram eutróficas. A inatividade física esteve presente em 57,84% dos avaliados. Considerando que as DCNTs podem causar danos irreversíveis, apresentar-se inicialmente assintomáticas e com fatores de riscos comuns e passíveis de prevenção, torna-se importante estabelecer um sistema de vigilância e monitoramento deste grupo de doenças que disponibilize indicadores sobre sua prevalência, bem como de fatores de risco e proteção visando apoiar ações de promoção e prevenção da saúde [3]. Apesar do aumento das DCNTs, é sabido que seu impacto pode ser revertido por meio de intervenções de promoção da saúde, seja na redução de seus fatores de risco, seja na melhoria da atenção à saúde, com detecção precoce e tratamento adequado [4]. **CONCLUSÃO:** Foi possível perceber que os participantes apresentaram elevada prevalência de DCNTs, excesso de peso e inatividade física. Sabe-se que o excesso de peso, e sedentarismo devem ser avaliados de forma precoce no intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VIEIRA, A. M. et al. Associação entre medidas antropométricas e de composição corporal com os componentes da síndrome metabólica e índice de qualidade da dieta em adultos com excesso de peso. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 399-413, jul. 2016. [2] Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde; 2011 [acessado em 17 jun. 2012.]. [3] MALTA, D.C.et al. **Fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis entre beneficiários da saúde suplementar:** resultados do inquérito telefônico Vigitel, Brasil, 2008. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 3, p. 2011-2022, 2011. [4] MALTA, D.C.; MORAIS NETO, O.L.; SILVA JUNIOR, J.B. **Presentation of the strategic action plan for coping with chronic diseases in Brazil from 2011 to 2022**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 20, n. 4, p. 425-438, 2011.

ALTERAÇÕES ORAIS EM PACIENTES RENAIIS CRÔNICOS SOB DIÁLISE RENAL.

Henrique Rocha Mazorchi **Veronese**¹, Anna Luiza de Souza **Laureano**¹, Isadora Pinheiro da **Cruz**¹, Neliana Salomão **Rodrigues**².

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- Muriaé- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: Insuficiência renal crônica; Diálise renal; Manifestações orais.

INTRODUÇÃO: A Doença Renal Crônica é um problema de saúde mundial, caracterizada pela redução gradual e progressiva da taxa de filtração glomerular, com alto impacto na qualidade de vida do paciente [1]. Esta condição tem sido associada a patologias sistêmicas crônicas, como a hipertensão arterial e a diabetes mellitus [2]. Seu tratamento se baseia na realização de diálise renal ou transplante de rim [3]. As alterações fisiopatológicas e metabólicas associadas à doença renal crônica e ao seu tratamento podem promover alterações na cavidade bucal do paciente, comprometendo o andamento e a efetividade da terapêutica [4]. Frente ao exposto, o presente trabalho teve como objetivo pontuar, mediante uma revisão integrativa da literatura, as alterações bucais observadas em pacientes renais crônicos submetidos a tratamento de diálise renal, de modo a informar profissionais da saúde sobre essas manifestações e potencializar a qualidade de vida desses pacientes. **MATERIAL E MÉTODOS:** A revisão da literatura se deu mediante busca bibliográfica nas bases de dados online Scielo, BIREME e PubMed/MEDLINE, com uso dos descritores “insuficiência renal crônica”, “diálise renal” e “manifestações orais”, avaliando os trabalhos publicados entre 2015 e 2020. Foram incluídos apenas estudos transversais e longitudinais que descreveram as alterações bucais presentes em pacientes renais crônicos submetidos a tratamento dialítico, não fazendo distinção quanto à faixa etária da população pesquisada, ao número de participantes da pesquisa e aos fatores sistêmicos associados. Os trabalhos com grupo controle tiveram apenas o grupo de estudo analisados. Os artigos sem linguagem de publicação em português, inglês ou espanhol e os que não se obteve acesso integral ao conteúdo foram excluídos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Mediante busca bibliográfica foram identificados 68 artigos, obtendo-se 22 trabalhos em texto integral, dos quais, após remoção de 09 duplicatas e 01 artigo sem acesso integral, 12 foram selecionados para inclusão. Os tamanhos das amostras pesquisadas variaram entre 30 e 144 pacientes, com médias de idade entre 14,2 e 57,9 anos, totalizando 877 participantes. Alterações bucais em pacientes renais crônicos têm sido associadas a fatores relacionados à condição sistêmica do indivíduo ou a influências da terapêutica, como a imunossupressão, restrição da ingestão de líquidos e utilização de medicamentos. As alterações bucais mais relatadas foram: má higiene, xerostomia, hálito urêmico, gosto desagradável, cárie, palidez da mucosa, cálculo dental, placa bacteriana, disgeusia, saburra lingual, gengivite, periodontite, queilite angular, petéquias, equimose, ulcerações, dor oral, hipoplasia do esmalte e ausência dentária. **CONCLUSÕES:** Alterações orais em pacientes renais crônicos submetidos a tratamento dialítico são comuns. Desse modo, a inserção do cirurgião-dentista dentro de uma equipe interdisciplinar de diálise renal é essencial para a prevenção e manejo precoce dessas manifestações, de modo a preservar o andamento da terapêutica e a qualidade de vida do paciente. **AGRADECIMENTOS:** À professora orientadora Neliana Salomão Rodrigues e ao UNIFAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SHARMA, L. et al. Assessment of oral health status and inflammatory markers in end stage chronic kidney disease patients: A cross-sectional study. *J Family Med Prim Care*. Kanpur, v. 9, n. 5, p. 2264-2268, maio, 2020; [2] ROJAS, M. P. L. et al. Oral manifestations in patients with chronic renal failure in hemodialysis. *Rev. estomatol. Hered.* Lima, v. 24, n. 3, p. 147-154, jul.-set. 2014; [3] GARCÍA, E. R. et al. Mondragón Padilla A, Aranda Romo S, Bustamante Ramírez MA. Oral mucosa symptoms, signs and lesions, in end stage renal disease and non-end stage renal disease diabetic patients. *Med Oral Patol Oral Cir Bucal*. México, v. 11, n. 6, p. E467-E473, nov. 2006; [4] Martins C, Siqueira WL, Guimarães Primo LS. Oral and salivary flow characteristics of a group of Brazilian children and adolescents with chronic renal failure. *Pediatr Nephrol*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 619-624, abr. 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

CORRELAÇÃO ENTRE BRUXISMO E DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Miriã de Andrade **CELESTINO** (IC – miriaandrade27@hotmail.com)¹, Yasmin Netto de **PAULA** (IC)¹, Ana Carolina Dias **GOUVEIA** (IC)¹, Ysabele Cristina Souza **RAMOS** (IC)¹ e Michelle Inês e **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: refluxo gastroesofágico, bruxismo, desgaste dentário.

APRESENTAÇÃO: O bruxismo é uma atividade parafuncional que consiste em apertar e/ou ranger os dentes durante o sono ou na vigília. A doença do refluxo gastroesofágico (DRGE) é a regurgitação crônica de ácidos estomacais no esôfago e na cavidade oral [1]. Estudos têm demonstrado que a atividade muscular mastigatória involuntária pode ser induzida pela acidificação esofágica experimental, indicando uma possível associação entre bruxismo e DRGE [2] [3]. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é relatar a correlação entre bruxismo e DRGE, discorrendo sobre as alterações na cavidade oral decorrentes desta interação. A revisão da literatura foi realizada por meio de pesquisa nas bases de dados on-line PubMed/MEDLINE, Science Direct e BVS/BIREME, com o uso dos descritores refluxo gastroesofágico, bruxismo e desgaste dentário. Foram incluídos estudos que demonstram a correlação entre bruxismo e refluxo gastroesofágico e alterações bucais decorrentes desta, entre os anos de 2010 a 2020, não fazendo distinção entre sexo, faixa etária ou linguagem do trabalho publicado. Foram excluídos artigos que não se enquadravam na temática estudada ou que não correlacionavam as duas variáveis, bruxismo e doença do refluxo gastroesofágico. **DESENVOLVIMENTO:** O bruxismo e a DRGE estão relacionados ao desgaste dentário e uma condição pode agravar a outra [4]. Um estudo demonstrou a prevalência de 73,7% de bruxismo do sono em pacientes com DRGE, evidenciando uma associação significativa entre estas patologias [3]. Além disso, a exposição contínua dos dentes aos ácidos estomacais pode potencializar a desmineralização de esmalte e dentina, visto que o baixo pH do conteúdo gástrico regurgitado interfere no tamponamento salivar, responsável por equilibrar o meio bucal [4] [5]. O tratamento da associação entre DRGE e bruxismo envolve medicamentos antiácidos para alívio da sintomatologia causada pela regurgitação dos ácidos estomacais e placas oclusais para amenizar as dores orofaciais e enrijecimento da musculatura mastigatória, decorrentes da atrição e/ou apertamento dentário [2] [5]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, os estudos indicam a existência da correlação entre o bruxismo e a DRGE, sendo o desgaste dentário a principal consequência. Desta forma, o cirurgião-dentista deve estar inserido em uma equipe interdisciplinar, visto que é o primeiro a identificar o desgaste dentário por erosão e/ou atrito [4] [1]. Sendo assim, o diagnóstico precoce e o manejo preventivo destas patologias permitem o desenvolvimento de estratégias para minimizar seus efeitos, a fim de promover saúde e bem-estar ao paciente [5]. **AGRADECIMENTOS:** A Deus e à Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Fernandes, G.; Castanharo, S. M.; Franco, A. L.; Gonçalves, D. A. G.; Camparis, C. M. Clinical features of the sleep bruxism and gastroesophageal reflux association deserve professional attention. *RevOdontol UNESP*, Araraquara. nov./dez.; 40(6): 344-348; 2011. [2] Li, Y.; Yu, F.; Niu, L.; Long, Y.; Tay, F. C. M.; Chen J. Association between bruxism and symptomatic gastroesophageal reflux disease: A case-control study. *JournalofDentistry.*, October, v. 77, pg 51-58, 2018. [3] Mengatto, C. M.; Dalberto C. S.; Scheeren, B.; Barros S. G. Association between sleep bruxism and gastroesophageal reflux disease. *J Prosthet Dent.* 2013;110(5):349-355; 2013. [4] Li, Y.; Yu, F.; Fan, Y.; Niu, L.; Hu, W.; Long, Y.; Tay, F. C. M.; Chen J. Associations among bruxism, gastroesophageal reflux disease, and tooth wear. *Journal of clinical medicine*, v. 7, n. 11, p. 417, 2018. [5] RANJITKAR, S.; SMALES, R. J.; KAIDONIS, J. A. Oral manifestations of gastroesophageal reflux disease. *Journalofgastroenterologyandhepatology*, v. 27, n. 1, p. 21-27, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 – Odontologia

EFICÁCIA DA FIBRINA RICA EM PLAQUETAS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA OSTEÍTE ALVEOLAR APÓS EXODONTIAS DE TERCEIROS MOLARES.

Henrique Rocha Mazorchi **Veronese** (hrochaveronese@hotmail.com)¹, Gabriela de Paula Lima¹, Anna Luiza de Souza **Laureano**¹, Isadora Pinheiro da **Cruz**¹, Michelle Inês e **Silva**².

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- Muriaé- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: Alvéolo seco; Fibrina Rica em Plaquetas; Extração dentária; Terceiros molares.

INTRODUÇÃO: A osteíte alveolar se caracteriza como a complicação pós-operatória mais comum após extração de terceiros molares [1]. Clinicamente, se apresenta pela desintegração parcial ou total do coágulo dentro do alvéolo, promovendo a inflamação do osso alveolar subjacente exposto [2], com presença de dor intensa, linfadenite, halitose e gosto ruim [1]. Tentativas foram realizadas para reduzir a gravidade das complicações pós-operatórias, incluindo agentes farmacológicos, utilização de Fibrina Rica em Plaquetas, crioterapia, ultrassom e laserterapia [3]. A Fibrina Rica em Plaquetas é um concentrado de plaquetas de segunda geração, constituído basicamente de uma matriz de fibrina, leucócitos e fatores de crescimento, com efeitos na hemostasia, osteogênese, angiogênese, cicatrização e redução da proliferação microbiana [1,2]. O presente trabalho teve como objetivo revisar a literatura acerca da eficácia da Fibrina Rica em Plaquetas na prevenção e tratamento da osteíte alveolar após exodontias de terceiros molares, fornecendo informações que podem mediar o manejo pós-operatório de extrações deste grupo dentário. **MATERIAL E MÉTODOS:** A revisão da literatura se deu mediante a busca bibliográfica nas bases de dados online PubMed/MEDLINE, Science Direct e BIREME, a partir do uso dos descritores “alvéolo seco”, “Fibrina Rica em Plaquetas”, “extração dentária” e “terceiros molares”, sendo avaliados os trabalhos publicados entre 2010 a 2020. Foram incluídos apenas estudos clínicos randomizados que analisaram a eficácia da Fibrina Rica em Plaquetas na prevenção ou tratamento da osteíte alveolar após extração dentária de terceiros molares, sem distinção quanto à faixa etária da população pesquisada, ao número de participantes da pesquisa e à linguagem de publicação do estudo. Os trabalhos que possuíam como amostra pacientes em extração de grupos dentários além dos terceiros molares ou que não deixavam claro o grupo dentário analisado foram excluídos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Mediante estratégia de busca foram identificados 77 estudos. A partir da triagem de títulos e resumos, obteve-se 28 trabalhos em texto integral, dos quais, após remoção de 09 duplicatas, 06 foram selecionados para inclusão na revisão. Os tamanhos das amostras variaram entre 30 e 241 pacientes, totalizando 898 extrações dentárias de terceiros molares. Os trabalhos demonstraram, apesar de discordâncias entre autores, que o uso da Fibrina Rica em Plaquetas após extração dentária de terceiros molares possui a capacidade de reduzir a incidência da osteíte alveolar, acelerar o processo de cicatrização e o recobrimento das paredes ósseas desnudas, reduzir a dor e o inchaço facial pós-operatórios e diminuir a necessidade do uso de analgésicos. **CONCLUSÕES:** A aplicação da Fibrina Rica em Plaquetas em alvéolos dentários e em osteítes alveolares pré-estabelecidas se caracterizou como uma opção para a prevenção e manejo desta condição após exodontias de terceiros molares. Entretanto, devido à ausência de consenso científico, mais estudos relacionados à temática se fazem necessários. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e à professora orientadora Michelle Inês e Silva pelo apoio. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ESHGHPOUR, M. et al. Effect of Platelet-Rich Fibrin on Frequency of Alveolar Osteitis Following Mandibular Third Molar Surgery: A Double-Blinded Randomized Clinical Trial. *Journal of Oral and Maxillofacial Surgery*. Mashhad, v. 72, n. 8, p. 1463-1467, ago. 2014; [2] YÜCE, E.; KÖMERIK, N. Potential effects of advanced platelet rich fibrin as a wound-healing accelerator in the management of alveolar osteitis: A randomized clinical trial. *Niger J Clin Pract*. Istanbul, v.22, n.9, p. 1189-1195, set. 2019; [3] UNSAL, H.; ERBASAR, G. N. H. Evaluation of the Effect of Platelet-Rich Fibrin on the Alveolar Osteitis Incidence and Periodontal Probing Depth after Extracting Partially Erupted Mandibular Third Molars Extraction. *Niger J Clin Pract*. Ankara, v. 21, n. 2, p. 201-205, fev. 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

ETIOLOGIA DAS LESÕES CERVICAIS NÃO CARIOSAS: REVISÃO INTEGRATIVA

SAMUEL RUFINO REIS (IC – samu_rreis@hotmail.com)¹, CAROLINA MACHADO GONÇALVES (IC)¹, LAYNE LACERDA PEREIRA (IC)¹, LAURA XAVIER CASTILHO (IC)¹ e MICHELLE INÊS E SILVA (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – MURIAÉ-MG

Palavras-chave: Etiologia, Etiológica, Lesão cervical não cariada.

INTRODUÇÃO: As lesões cervicais não cariosas são lesões de alta prevalência que acometem o terço cervical dos dentes com etiologia multifatorial diferente da ação de bactérias. O objetivo é identificar as etiologias das LCNC, uma vez que estas ditam o sucesso do tratamento. **DESENVOLVIMENTO:** O estudo baseou-se em estudos indexados nas bases de dados: SciELO, LILACS, PubMed e CAPES Periódicos. Com o termo de busca: Etiology OR Etiological AND Non carious cervical lesions somando um total de 140 estudos, destes apenas 11 foram eleitos pelos critérios de inclusão: estudos primários, sem repetição e recorte temporal de 2009 a 2020. A principal sintomatologia das LCNC foi a hipersensibilidade dentinária (HD). Com etiologia multifatorial[1], [2] dentre elas a técnica de escovação horizontal foi correlacionada[3], assim como as cerdas médias/duras[3], [4], entretanto as cerdas macias geraram maior perda de dentina[5]. A abrasividade dos dentífricos também possui correlação positiva no aumento da severidade das lesões[4]. O pH salivar de pacientes com LCNC apresentou mais baixo[6]. Em meio ácido a tração foi capaz de gerar danos aos tecidos dentários diferentemente da compressão[7]. A dieta ácida, consumo de vinho, bebidas alcóolicas[8] e transtornos alimentares (TAs) também aumentaram a prevalência das LCNC[9]. A maioria dos estudos elegeu os pré-molares inferiores como os principais acometidos[1], [2], [6], [8] apenas quando relacionado aos TAs os molares foram os mais lesados[9]. Os contatos prematuros em oclusão e do lado de balanceio[8], o tempo prolongado de oclusão e durante movimentos excursivos[3] foram correlacionados a aparição de LCNC. Entretanto outros estudos vão de encontro a essas evidências[10], [11]. O envelhecimento dos pacientes também foi considerado [6], [8]. **CONCLUSÃO:** O envelhecimento, a dieta ácida e os dentífricos muito abrasivos foram as principais causas do aparecimento das LCNC, as demais evidências apresentaram divergências, principalmente no que tange a oclusão. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS. **REFERÊNCIAS:** [1] ALVAREZ-ARENAL, A. et al. Non-cariou cervical lesions and risk factors: A case-control study. *Journal of Oral Rehabilitation*, v.46, n.1, p. 65–75, 21 jan. 2019. [2] RUSU OLARU, A. et al. Identifying the Etiological Factors Involved in the Occurrence of Non-Cariou Lesions. *Current health sciences journal*, v.45, n.2, p. 227–234, 2019. [3] HARALUR, S. B. et al. Association of non-cariou cervical lesions with oral hygiene habits and dynamic occlusal parameters. *Diagnostics*, v.9, n.2, 2019. [4] TURSSI, C. P. et al. Interplay between toothbrush stiffness and dentifrice abrasivity on the development of non-cariou cervical lesions. *Clinical Oral Investigations*, v.23, n.9, p.3551–3556, 1 set. 2019.[5] BIZHANG, M. et al. Influence of bristle stiffness of manual toothbrushes on eroded and sound human dentin - an in vitro study. *PLoS ONE*, v.11, n.4, 1 abr. 2016. [6] KOLAK, V. et al. Epidemiological investigation of non-cariou cervical lesions and possible etiological factors. *Journal of Clinical and Experimental Dentistry*, v.10, n.7, p.e648–e656, 1 jul. 2018. [7] LEAL, N. M. DE S. **Estudo in vitro da influência da tensão na formação de lesões cervicais não cariosas**. São Paulo, 2013. 84 p. Tese (Doutorado em Materiais Dentários) - Universidade de São Paulo. [8] YOSHIZAKI, K. et al. Clinical features and factors associated with non-cariou cervical lesions and dentin hypersensitivity. *Journal of Oral Rehabilitation*, v.44, n.2, p.112–118, 1 fev. 2017. [9] DE CARVALHO SALES-PERES, S. H. et al. Prevalence, severity and etiology of dental wear in patients with eating disorders. *European Journal of Dentistry*, v.8, n.1, p.68–73, jan. 2014. [10] AGUIAR, L. M. D. **Estudo in vivo da etiologia das lesões cervicais não cariosas**. São Paulo, 2012. 75 p. Dissertação (Mestrado em Dentística) - Universidade de São Paulo.[11] WOOD, I. D.; KASSIR, A. S. A.; BRUNTON, P. A. Effect of lateral excursive movements on the progression of abfraction lesions. *Operative Dentistry*, v.34, n.3, p.273–279, maio 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

INCIDÊNCIA DA OSTEÍTE ALVEOLAR APÓS EXTRAÇÃO DENTÁRIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Henrique Rocha Mazorchi **Veronese** (hrochaveronese@hotmail.com)¹, Anna Luiza de Souza **Laureano**¹, Isadora Pinheiro da **Cruz**¹, Gabriela de Paula **Lima**¹, Michelle Inês e **Silva**².

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- Muriaé- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: Incidência; alvéolo seco; extração dentária.

INTRODUÇÃO: A osteíte alveolar é uma das complicações pós-operatória mais importantes após a exodontia de dentes permanentes, sendo caracterizada pela evolução entre o primeiro e terceiro dia pós-operatórios, com presença de halitose, gosto ruim, linfadenite regional e dor intensa [1]. Sua etiologia, embora desconhecida, tem sido associada à desintegração parcial ou total do coágulo alveolar a partir do aumento da fibrinólise local, levando à exposição do osso subjacente [2]. Fatores de risco como sexo, tabagismo, idade do paciente, infecções pré-operatórias, experiência do cirurgião, dificuldade cirúrgica, uso de anticoncepcionais e ciclo menstrual foram associados ao desenvolvimento da osteíte alveolar [3]. Mediante à complexidade da lesão e aos seus impactos na qualidade de vida do paciente, este trabalho teve como objetivo revisar a literatura científica a fim de relatar a incidência da osteíte alveolar após extração dentária, de modo a auxiliar na prevenção da lesão e no manejo pós-operatório das exodontias nos diferentes grupos de dentes. **MATERIAL E MÉTODOS:** A revisão da literatura se deu mediante busca bibliográfica nas bases de dados online PubMed/MEDLINE, Science Direct, BIREME e Scielo, com uso dos descritores “incidência”, “alvéolo seco” e “extração dentária”, avaliando os trabalhos publicados entre 2010 e 2020. Foram selecionados apenas estudos do tipo prospectivo, retrospectivos e ensaios clínicos randomizados que analisaram a incidência da osteíte alveolar após extração dentária, não fazendo restrição ao grupo dentário analisado e aos fatores de risco associados. Os trabalhos que analisaram ou compararam a eficácia de compostos na prevenção da osteíte alveolar foram selecionados, porém apenas os alvéolos controles para o estudo foram incluídos. Foram excluídos os artigos que não apresentavam a taxa de incidência da lesão individualmente para cada grupo dentário pesquisado, os trabalhos com amostras elegíveis menores que 100 extrações, os trabalhos que testaram a eficácia de algum composto sem grupo controle, os estudos sem linguagem de publicação em português, inglês ou espanhol e os trabalho sem acesso integral. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Mediante estratégia de busca foram identificados 618 trabalhos. A partir da triagem de títulos e resumos foram elegidos 153 artigos, possuindo entre estes 65 duplicatas, as quais foram excluídas. Mediante leitura integral dos artigos elegidos, 69 foram removidos por se enquadrarem nos critérios de exclusão, sendo incluídos, ao final, 19 artigos. As amostras pesquisadas variaram entre 100 e 5.106 exodontias, sendo 2.243 extrações de incisivos e caninos, 2.076 extrações de pré-molares, 1.546 extrações de primeiros e segundos molares e 13.483 extrações de terceiros molares, totalizando 19.346 extrações dentárias. Foram observados 769 casos de osteítes alveolares. A incidência da lesão variou entre 0,5% a 23%, com taxa de 0,37% a 1,47% entre os incisivos e caninos, 0,42% a 3,08% entre os pré-molares, 1,5% a 24,7% entre primeiros e segundos molares e 0,5% a 23% entre terceiros molares. **CONCLUSÕES:** A incidência da osteíte alveolar foi maior quanto mais posterior a posição do dente na arcada dentária, sendo mais prevalente em terceiros molares. **AGRADECIMENTOS:** À professora orientadora Michelle Inês e Silva e ao UNIFAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ESHGHPOUR, M.; NEJAT, A. H. Dry socket following surgical removal of impacted third molar in an Iranian population: incidence and risk factors. *Niger J Clin Pract.* Mexede, v. 16, n. 4, p. 496-500, out-dez. 2013; [2] KAUR, J. et al. Repercussions of intraalveolar placement of combination of 0.2% chlorhexidine & 10 Mg metronidazole gel on the occurrence of dry sockets- A randomized control trial. *J Clin Exp Dent.* Rajastão, v. 9, n. 2, p. e284-e288, fev. 2017; [3] ALMEIDA, L. E. et al. Effects of oral contraceptives on the prevalence of alveolar osteitis after mandibular third molar surgery: a retrospective study. *Int J Oral Maxillofac Surg.* Wisconsin, v. 45, n. 10, p.1299-1302, out. 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

MANIFESTAÇÕES BUCAIS DE MAIOR INCIDÊNCIA EM PACIENTES ACOMETIDOS COM O HIV: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Kamilla Tavares MARTINS (IC:kamillamartins12@outlook.com)¹, Fernanda Mara FERNANDES (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: saúde bucal; manifestações bucais; HIV; AIDS.

APRESENTAÇÃO: A AIDS, também conhecida como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, é causada pelo vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) que se apresenta como uma doença sistêmica que acomete principalmente o sistema imunológico do indivíduo, tornando-o mais propício ao desenvolvimento de outras doenças, como por exemplo aquelas que acometem a cavidade bucal [1]. Com o comprometimento do sistema imune oral, pacientes imunodeprimidos apresentam maior suscetibilidade ao aparecimento de infecções oportunistas, fator que se evidencia com a observação de lesões fúngicas, como a candidíase oral que está intimamente relacionada a queda de fatores imunológicos. Nesse contexto, o conhecimento das manifestações bucais de maior incidência em pacientes com HIV permite a possibilidade de um diagnóstico precoce pelos cirurgiões dentistas, bem como o início de um tratamento com melhor prognóstico. **DESENVOLVIMENTO:** O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, elaborada com a questão norteadora “Quais as manifestações bucais de maior incidência em pacientes com HIV?”, no qual foram utilizadas as bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), PubMed e Scielo. Os seguintes descritores foram usados, de acordo com a terminologia DeCs: Manifestações bucais, Síndrome da Imunodeficiência adquirida e HIV. Os critérios de inclusão abrangeram artigos disponíveis na íntegra, com estudos relacionados ao problema de pesquisa, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados nos últimos 10 anos. A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida ao se manifestar ocasiona deficiências imunológicas no indivíduo de forma sistêmica, incluindo manifestações na cavidade oral. Sendo assim, essa doença torna o indivíduo susceptível a diversas alterações nessa região. Após a análise de estudos relacionados, verificou-se na literatura que a manifestação bucal de maior frequência nesses pacientes foi a Candidíase em suas diversas apresentações clínicas. Essa patologia, é um achado importante, e pode ser considerada fundamental para o diagnóstico precoce da AIDS, bem como para marcação de progressão da doença. [2]. Em segundo plano, observa-se a Leucoplasia Pilosa, Doenças Periodontais e Sarcoma de Kaposi, sendo este último o de menor incidência. Durante a revisão bibliográfica, também foi observado que em pacientes pediátricos, além das manifestações apresentadas, estão presentes cáries e patologias das glândulas salivares - como hipertrofia de parótidas, por exemplo [1]. Assim, o conhecimento sobre as maiores incidência bucais em pacientes HIV+, é um fator imprescindível na formação do cirurgião dentista, na condução de um diagnóstico e encaminhamento para tratamento especializado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, por meio desse estudo, observou-se que as lesões mais observadas nestes indivíduos são: Candidíase, Leucoplasia Pilosa, Doenças periodontais e Sarcoma de Kaposi, lesões que quando identificadas precocemente auxiliam no diagnóstico do HIV, sendo extremamente importante para um tratamento efetivo, resultando em maior qualidade de vida dos pacientes. **BIBLIOGRAFIA: [1]** TONELLI, S.Q. et al. Manifestações bucais em pacientes pediátricos infectados pelo HIV: uma revisão sistemática da literatura. *RFO*, Passo Fundo, v. 18, n. 3, p. 365-72, 2013. **[2]** ARAÚJO, J.F et al. Principais manifestações bucais em pacientes pediátricos HIV positivos e o efeito da terapia antirretroviral altamente ativa: uma revisão sistemática da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p. 115-122, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 – Odontologia

MÉTODOS DE TRATAMENTO DAS OSTEÍTES ALVEOLARES APÓS EXTRAÇÕES DENTÁRIAS

Henrique Rocha Mazorchi **Veronese** (hrochaveronese@hotmail.com)¹, Isadora Pinheiro da **Cruz**¹, Anna Luiza de Souza **Laureano**¹, Gabriela de Paula **Lima**¹, Michelle Inês e **Silva**².

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- Muriaé- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: Alvéolo seco; Extração dentária; Tratamento.

INTRODUÇÃO: A osteíte alveolar é a complicação mais comum após exodontias de dentes permanentes, sendo caracterizada por dor alveolar persistente e irradiante, não facilmente aliviada por analgésicos, e halitose [1]. Embora sua etiologia não esteja elucidada, a condição é atribuída à desintegração parcial ou total do coágulo sanguíneo alveolar pela fibrinólise endógena. Os objetivos do tratamento da lesão consistem no alívio da dor e na promoção da cicatrização, a partir da obturação e desinfecção local [2]. A terapêutica ideal da lesão ainda não está estabelecida e os manejos convencionais se baseiam na abordagem paliativa de curetagem e irrigação alveolar associada ao tamponamento medicamentoso, representando um desafio para o cirurgião dentista na cura da condição [3]. O presente trabalho teve por objetivo, a partir de uma revisão integrativa da literatura, relatar os métodos de tratamento disponíveis das osteítes alveolares, juntamente com a apresentação da aplicabilidade destes, de modo a auxiliar no manejo adequado da lesão e na preservação da qualidade de vida do paciente. **MATERIAL E MÉTODOS:** A revisão da literatura se deu mediante busca bibliográfica nas bases de dados online PubMed/MEDLINE, Science Direct, Scielo e BIREME, a partir do uso dos descritores “alvéolo seco”, “extração dentária” e “tratamento”, sendo avaliados os trabalhos publicados entre 2010 e 2020. Foram incluídos apenas estudos clínicos randomizados que descreviam diferentes métodos de tratamento das osteítes alveolares, apresentando a aplicabilidade de cada um, sem restrição quanto ao número de participantes e de extrações dentárias realizadas e à linguagem de publicação do estudo. Foram excluídos os artigos que não apresentavam informações detalhadas sobre os métodos de tratamento e os estudos em animais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Mediante estratégia de busca, foram identificados 163 estudos. Após triagem de títulos e resumos, obteve-se 14 trabalhos em texto integral, dos quais, após remoção de 04 duplicatas e exclusão de 2 pesquisas em animais, 08 foram selecionados para inclusão na revisão. Os trabalhos demonstraram uma grande variedade de métodos de tratamento das osteítes alveolares, os quais se baseiam no uso de Alveogyl, SaliCept, laserterapia de baixa potência, gel anestésico tópico, Óxido de Zinco e Eugenol, soluções fitoterápicas, Fibrina Rica em Plaqueta e Ácido Hialurônico associado ao Dicloridrato de Octenidina, possuindo efeitos anti-inflamatórios, analgésicos, antimicrobianos, antioxidantes, anestésicos, cicatrizantes e imuno e bioestimulantes. Esses compostos possuem aplicabilidade na redução da inflamação, da disgeusia, da dor, do sangramento, da halitose, do gosto ruim, da vermelhidão, do hematoma e da exposição óssea, atuando na desinfecção local e no aumento da cicatrização alveolar. **CONCLUSÕES:** Apesar do não estabelecimento do manejo ideal das osteítes alveolares, os métodos de tratamento da lesão são amplos. Todas as abordagens apresentadas possuíam aplicabilidade no manejo das osteítes alveolares, embora as diferentes metodologias aplicadas pelos autores impeçam a comparação entre elas. O conhecimento das diferentes abordagens das osteítes alveolares e suas aplicabilidades possibilita o manejo efetivo da condição e a preservação da qualidade de vida do paciente. **AGRADECIMENTOS:** À professora orientadora Michelle Inês e Silva e ao UNIFAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KAYA, G. Ş. et al. Comparison of alvogyl, SaliCept patch, and low-level laser therapy in the management of alveolar osteitis. *J Oral Maxillofac Surg.* Erzurum, n. 69, v. 6, p. 1571-1577, jun. 2011. [2] SUCHÁNEK, J. et al. Hyaluronic Acid-Based Medical Device for Treatment of Alveolar Osteitis-Clinical Study. *Int J Environ Res Public Health.* n. 16, v. 19, p. 3698, out. 2019. [3] YÜCE, E.; KÖMERIK, N. Potential effects of advanced platelet rich fibrin as a wound-healing accelerator in the management of alveolar osteitis: A randomized clinical trial. *Niger J Clin Pract.* Istanbul, n. 22, v. 9, p. 1189-1195, set. 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

VIABILIDADE DA FIBRINA RICA EM PLAQUETAS NA POTENCIALIZAÇÃO DA OSSEOINTEGRAÇÃO DE IMPLANTES DENTÁRIOS.

Gabriela de Paula Lima¹, Henrique Rocha Mazorchi Veronese¹, Érica Mangaravite².

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- Muriaé- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: Implante Dentário; Fibrina Rica em Plaquetas; Osseointegração.

INTRODUÇÃO: Os implantes dentários são uma modalidade comum de reposição de dentes ausentes, apresentando como objetivo suportar uma ferramenta protética, de modo a resistir às forças oclusais a longo prazo [1]. O sucesso da terapêutica é dependente do processo de osseointegração, definido como uma conexão estrutural e funcional direta entre o osso vivo e a superfície de um implante [2]. Nos últimos anos, estudos têm sido conduzidos de modo a melhorar essa osseointegração, como o desenvolvimento de materiais bioativos [1]. A Fibrina Rica em Plaquetas é um material bioativo autógeno de segunda geração constituído por uma malha de fibrina contendo leucócitos, citocinas e fatores de crescimento, com efeitos na angiogênese, hemostasia, formação óssea e cicatrização. Apesar da sua ampla aplicabilidade, estudos relacionados ao uso da Fibrina Rica em Plaquetas em implantes dentários são limitados [3]. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo revisar a literatura para discutir a viabilidade do uso da Fibrina Rica em Plaquetas na potencialização da osseointegração de implantes dentários, de modo a reunir informações que podem mediar o tratamento implanto-odontológico e elevar o sucesso da terapêutica. **MATERIAL E MÉTODOS:** A revisão da literatura se deu mediante busca bibliográfica nas bases de dados online BIREME, PubMed/MEDLINE e Science Direct, a partir do uso dos descritores “dental implant”, “Platelet-Rich Fibrin” and “osseointegration”, avaliando os trabalhos publicados entre 2015 e 2020. Foram incluídos apenas estudos clínicos prospectivos, randomizados e controlados que analisaram a viabilidade do uso da Fibrina Rica em Plaquetas na potencialização da osseointegração de implantes dentários, sem distinção quanto à faixa etária da população pesquisada, ao número de participantes da pesquisa, ao tipo de implante utilizado e a linguagem de publicação do estudo. As amostras de pacientes que foram submetidos à avaliação de outro composto foram removidas. Foram excluídas as pesquisas em animais, estudos *in vitro*, trabalhos sem grupo controle e os artigos sem acesso integral ao seu conteúdo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Mediante busca bibliográfica, 199 estudos foram identificados. A partir da triagem de títulos e resumos, 22 trabalhos foram obtidos com texto integral disponível, dos quais 5 foram selecionados para inclusão na revisão, após remoção de 2 pesquisas em animais, 1 trabalho sem grupo controle, 2 estudos *in vitro*, 2 artigos sem acesso integral e 10 duplicatas. A aplicabilidade da PRF na potencialização da osseointegração de implantes dentários possui controvérsias entre autores. A maior parte dos estudos demonstraram maior índice de osseointegração quando usada PRF, o que pode ser observado a partir do aumento da estabilidade primária e secundária dos implantes durante o período de cicatrização inicial. Entretanto, um estudo concluiu que não houve diferenças significativas na osseointegração com ou sem uso da PRF. **CONCLUSÕES:** Embora mais estudos referentes à temática se fazem necessários, o uso da Fibrina Rica em Plaquetas se apresenta como uma ferramenta viável para a potencialização da osseointegração de implantes dentários, promovendo maior estabilidade primária e secundária ao implante e aumentando a taxa de sucesso da terapêutica. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e à professora orientadora Érica Mangaravite pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALHUSSAINI, A. H. A. Effect of Platelet-Rich Fibrin and Bone Morphogenetic Protein on Dental Implant Stability. *J Craniofac Surg*. Bagdá, v. 30, n. 5, p. 1492-1496, jul. 2019; [2] ARAKEEB, M. A. A. et al. Effect of Combined Application of Growth Factors and Diode Laser Bio-Stimulation on the Osseo Integration of Dental Implants. *Open Access Maced J Med Sci*. Tanta, v. 7, n. 15, p. 2520-2527, aug. 2019; [3] DIANA, C. et al. Does platelet-rich fibrin have a role in osseointegration of immediate implants? A randomized, single-blind, controlled clinical trial. *Int J Oral Maxillofac Surg*. Nova Déli, v. 47, n. 9, p. 1178-1188, set. 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE ANATOMIA DURANTE A GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Eduarda Navarro D. dos **SANTOS** (IC-mariaeduardanavarro32@gmail.com)¹, Ana Júlia **MILANI (PQ)**²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Anatomia; Educação em Odontologia; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO: A disciplina de Anatomia está presente no currículo básico da maioria dos cursos da saúde, tendo como objeto de estudo o corpo humano, sua organização, morfologia e função [1]. Essa matéria é base para outras disciplinas importantes do curso de Odontologia, e pode ser dividida em Anatomia Geral, Anatomia Topográfica (Cabeça e Pescoço) e Anatomia Dental. O processo de aprendizagem dessa disciplina deve ser efetivo e de qualidade, para que o aluno consiga demonstrar maior conhecimento e domínio durante a prática clínica. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura acerca da importância da disciplina de Anatomia durante o curso de bacharelado em Odontologia.

MATERIAL E MÉTODOS: Esta pesquisa teve como início a pergunta norteadora “Qual a importância da disciplina de Anatomia durante a graduação em Odontologia?”. Posteriormente, foi feita uma busca nas bases de dados Google Acadêmico e PUBMED, utilizando os descritores conforme a nomenclatura DeCs: Anatomia, Odontologia e Aprendizagem. Os critérios de inclusão foram: artigos em texto completo, publicados a partir de 2012, em inglês ou português, relacionados ao tema proposto. Já os critérios de exclusão foram: artigos em outros idiomas, publicados antes de 2012 e com o tema divergente do proposto. Também foram excluídos teses e artigos de opiniões. Após a busca, 24 trabalhos foram encontrados com o título relacionado ao assunto da pergunta norteadora. Com a leitura na íntegra 10 artigos foram selecionados e serviram como base para compor esta revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A disciplina de Anatomia é fundamental no curso de Odontologia, principalmente quando esta é direcionada às regiões maxilofacial e oral, haja vista que o conhecimento aprofundado dessas áreas é essencial para a prática clínica de um dentista. Essa disciplina é base para outras matérias do curso de Odontologia, como Anestesiologia, Cirurgia, Dentística, Imaginologia, entre outras. Dessa forma, é imprescindível que se conheça a anatomia para o diagnóstico de patologias e alterações orofaciais, interpretação de exames radiográficos, tratamento ortodôntico, realização de restaurações, cirurgias e exodontias [2]. É válido ressaltar que estudos recentes apontam que um número relevante de cirurgiões-dentistas já atendeu casos de parestesia e danos a nervos causados por outros profissionais, além de observarem variações anatômicas decorrentes de erros durante o tratamento odontológico [3]. É nítido, portanto, que a falta de conhecimento das estruturas anatômicas pode acarretar danos severos ao paciente. Por ser uma disciplina tão importante, o ensino de Anatomia deve contar com recursos metodológicos que alcancem todos os alunos devido à sua complexidade. Em Anatomia Dental, a confecção de esculturas é uma técnica que permite ao aluno memorizar detalhes anatômicos dos dentes [4]. Ademais, é necessário que futuras pesquisas sejam elaboradas a fim de responder perguntas e questionamentos não solucionados sobre o conhecimento dos odontólogos quanto à Anatomia.

CONCLUSÕES: Nota-se os benefícios da disciplina de Anatomia em diferentes áreas de aplicação da Odontologia. Logo, é essencial que o cirurgião-dentista obtenha o conhecimento anatômico necessário para ter sucesso e segurança na prática clínica. **AGRADECIMENTOS:** À orientadora pelo carinho e dedicação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COSTA, G.B.F.; COSTA, G.B.F.; LINS, C.C.S.A. O cadáver no ensino da anatomia humana: uma visão metodológica e bioética. *Rev. Bras. Educ. Med.*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 369-373, 2012. [2] KELLESIAN, S.V. Flipping the Dental Anatomy Classroom. *Dentistry Journal*, Rochester, v. 6, n. 3, p. 23, 2018. [3] NEVES, E.T.B. Conhecimento de cirurgiões-dentistas sobre a anatomia da face aplicada à anestesia local: uma revisão sistematizada. *Arch. Health. Invest.*, Araruna, v. 8, n. 2, p. 106-109, 2019. [4] CRUZ, J.H.A. et al. A importância da anatomia e escultura dental para prática de procedimentos clínicos odontológicos. *RSC online*, Patos, v. 7, n. 1, p. 76-85, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DA ODONTOLOGIA E PRÁTICAS ESPORTIVAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Arthur Bonato de **ANDRADE** (IC - arthur.bonato@hotmail.com)¹, Isabella Batista **BRAGA** (IC)¹, Cyro Gabriel Braga Furtado de **MIRANDA** (IC)¹, Sâmella de Paula **FRANÇA** (IC)¹ e Michelle Inês e **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: saúde bucal, atletas, dentistas e esportes

APRESENTAÇÃO: A Odontologia do esporte está relacionada a promoção de saúde bucal e sistêmica do atleta relacionadas ao bom rendimento físico e na prevenção de lesões que envolvem a face, cavidade oral e traumas dentários [1]. Sendo assim, é importante a integração da odontologia no meio esportivo para manutenção da saúde bucal, atuando na prevenção, manutenção, diagnóstico e tratamento de forma integrada dos esportistas, promovendo uma saúde ideal aos atletas, melhorando a respiração bucal, o mau posicionamento das arcadas dentárias e outros benefícios [2]. Os dentistas presentes no meio esportivo, devem realizar acompanhamento periódico com a finalidade de assegurar a saúde bucal e desempenho do atleta [3]. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo relatar a importância, aplicação e benefícios do cirurgião-dentista na prática esportiva dos atletas. **DESENVOLVIMENTO:** A revisão de literatura ocorreu através de uma pesquisa bibliográfica integrativa nas bases de dados online PubMed, Biblioteca Virtual da Saúde e SciELO, utilizando os descritores: “saúde bucal”; “atletas”; “dentistas”, “esportes”, incluindo artigos entre os anos de 2015 a 2020, nos idiomas português e inglês. Foram encontrados 158 artigos, 16 selecionados e 8 elegíveis. Alguns problemas de saúde encontrados nos atletas antes ou após competições e práticas esportivas, podem ser evitados a partir de medidas preventivas, através de orientação de higienização oral, protetores faciais e bucais e avaliações periódicas. A Odontologia do Esporte não atua apenas na confecção de protetores bucais, ela tem como objetivo a prevenção e tratamento das alterações que podem comprometer e interferir no rendimento físico, como traumas bucomaxilofaciais, desordens da articulação temporomandibulares, alterações respiratórias e outras. Além dessas, em casos de dor de origem dentária com a necessidade da utilização de fármacos, também pode provocar queda no rendimento do atleta, por isso, é importante a orientação de cirurgião-dentista para a prescrição de medicamentos que não configurem *doping*. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante disso, constatou-se que a atuação da odontologia é de grande relevância na saúde bucal do atleta, sendo necessária assistência integral com conscientização sobre a importância da inter-relação odontologia e esporte, ações de manutenção, prevenção e também no cuidado de diversas outras intercorrências que podem acontecer durante as atividades, resultando em benefícios no desempenho dos atletas nas práticas esportivas. **AGRADECIMENTOS:** Agradeço a Deus, a minha família, a minha orientadora e aos co-autores pela dedicação, atenção e contribuição. **BIBLIOGRAFIA:**[1] ALVES, D.C.B. *et.al.* Odontologia no Esporte: conhecimentos e hábitos de atletas do futebol e basquetebol sobre saúde bucal. **Rev. Bras Med Esporte**. Belo Horizonte, MG, v.23, n. 5, p. 407-411, Set/Out. 2017. [2] GALHAGHER, J. *et. al.* Oral health and performance impacts in elite and professional athletes. **Community Dentistry and Oral Epidemiology**. Londres, UK, p. 1-6, May. 2018. [3] SOARES, P.V. *et. al.* Sports Dentistry: a perspective from the future. **Rev. Bras Educ Fís Esporte**. São Paulo, SP, p. 351-358, Jun. 2014. [4] PASTORE G, et al. Odontologia do esporte – uma proposta inovadora. **Revista Bras Med Esporte**, São Paulo, v.23, n.2, p.147-151, 2017. [5] REINHEL A, et al. Saúde bucal e performance física de atletas. **ClipeOdonto**, Taubaté, v.7, n.1 p.45-56, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO ODONTOLÓGICO PÓS-PARTO

Mariane de Oliveira **QUEIROZ** (IC-marianedeoliveiraqueiroz@hotmail.com)¹, Daniela Cardilo **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: gestante, higiene bucal, promoção de saúde, saúde bucal.

APRESENTAÇÃO: O atendimento odontológico realizado durante a gestação é essencial para a promoção da saúde e à prevenção de doenças [1]. A atenção odontológica durante a gravidez deve ocorrer desde o início da gestação até o pós-parto, já que os hábitos alimentares e de higiene bucal devem ser introduzidos o mais cedo possível [2]. Assim, adotar os hábitos corretos de higiene bucal, como o controle do biofilme dentário e dieta equilibrada, durante toda a gestação e até pós-nascimento permitem uma melhor qualidade de vida da mãe e do bebê. Deste modo, o presente estudo tem como intuito de explorar sobre a importância do acompanhamento odontológico pós-parto. **DESENVOLVIMENTO:** A revisão de literatura ocorreu mediante a busca bibliográfica nas bases de dados Scielo, LILACS e BIREME, utilizando os descritores gestante, higiene bucal, promoção de saúde e saúde bucal, entre 2004 a 2018, excluindo os artigos sem acesso integral e os que não estavam relacionados ao tema. O período gestacional é marcado por diversas transformações que requerem atenção durante a realização do pré-natal. Nesta etapa, tornam-se favoráveis abordagens para a promoção de saúde devido a gestante está receptiva a adquirir informações, mudar seus hábitos e melhorar suas práticas de saúde para seu próprio benefício e também do seu bebê [3]. A adoção dos hábitos relacionados à saúde bucal, como alimentação adequada e higiene oral eficiente, são estabelecidos muito cedo na vida, ainda mais quando instalados na vida de uma criança, que dificilmente mudam estes hábitos [2]. Portanto, as mães, principalmente após receber todo o acompanhamento e orientações sobre a higiene bucal no pré-natal, tem a capacidade de ser a principal transmissora de bons comportamentos sobre a saúde bucal de seus filhos. Além disso, é essencial que o atendimento odontológico comece precocemente, preferencialmente durante o primeiro ano de vida do bebê [2]. Assim, o acompanhamento odontológico pós-parto permite alertar e orientar a mãe sobre a amamentação, o uso de mamadeiras, a transmissão de cáries, o consumo de açúcar da criança, dentre outros [2]. Portanto, é fundamental que a grávida faça o acompanhamento odontológico durante o pré-natal para saber da importância da saúde bucal, permitindo assim passar esse bom comportamento para seu filho e além de procurar o atendimento odontológico pós-parto para saber as orientações a serem seguidas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio da revisão de literatura, foi possível verificar a importância de medidas educativas que sinalizem para as gestantes, a necessidade de receberem acompanhamento odontológico durante as consultas de pré-natal e pós-parto, contribuindo para o bem-estar do binômio mãe-bebê [3]. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas e a minha orientadora Daniela Cardilo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KONZEN JÚNIOR, Dionizio José; MARMITT, Luana Patricia; CESAR, Juraci Almeida. Não realização de consulta odontológica entre gestantes no extremo sul do Brasil: um estudo de base populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 24, n. 10, p. 3889-3896, out. 2019. FapUNIFESP. [2] REZENDE, Giovanna Pires da Silva Ribeiro de; COSTA, Luciane Ribeiro de Rezende Sucasas da; CARDOSO, Regina Aparecida. Pediatric dentistry during rooming-in care: evaluation of an innovative project for promoting oral health. *Journal Of Applied Oral Science*, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 149-153, jun. 2004. FapUNIFESP. [3] SILVA, Cáren Coronel da; SAVIAN, Cristiane Medianeira; PREVEDELLO, Bruna Pivetta; ZAMBERLAN, Cláudia; DALPIAN, Débora Martini; SANTOS, Bianca Zimmermann dos. Acesso e utilização de serviços odontológicos por gestantes: revisão integrativa de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 827-835, mar. 2020. FapUNIFESP

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA O CUIDADO COM A HIGIENE ORAL DURANTE A GRAVIDEZ

Mariane de Oliveira **QUEIROZ** (IC-marianedeoliveiraqueiroz@hotmail.com)¹, Daniela Cardilo **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: higiene bucal, gravidez, prevenção, saúde bucal.

APRESENTAÇÃO: Durante o período gestacional é de extrema importância as orientações de higiene bucal, visto que, é uma época oportuna para desmascarar mitos e receios sobre o tratamento odontológico. Com isso, as gestantes devem ser consideradas um grupo prioritário para o atendimento odontológico, devido possíveis alterações bucais que podem ocorrer durante a gestação e por serem alvos de programas de educação em saúde. Deste modo, o presente estudo tem como intuito de explorar a importância do atendimento odontológico para o cuidado com a higiene oral durante a gravidez permitindo evitar alterações bucais e possibilitando a promoção de saúde. **DESENVOLVIMENTO:** A revisão de literatura ocorreu mediante busca bibliográfica nas bases de dados PubMed, Scielo e MEDLINE, utilizando os descritores higiene bucal, gravidez, prevenção e saúde bucal, entre 2010 a 2020, excluindo os artigos sem acesso integral e que não estavam relacionadas a temática. Durante a gravidez, é recomendado o cuidado com a saúde bucal para garantir o bem-estar das mulheres e para prevenir possíveis alterações bucais que possam ocorrer durante este período [3]. Além disso, durante o período gestacional é considerado um momento propício para estabelecer programas educacionais e preventivos, além do que as mulheres são mais receptivas a informações sobre si mesmas e o bem-estar de seus bebês, e assim permitindo adotar melhores práticas de saúde [3]. Porém, alguns estudos mostram que há pouca procura no atendimento odontológico durante a gravidez [3]. Algumas das barreiras para a utilização de serviços de saúde bucal descritas na literatura são: devido ao medo, dificuldade de acesso ao tratamento odontológico, limitações de tempo, insatisfação com a qualidade dos serviços e crenças de que o tratamento odontológico não é seguro [3]. Entretanto, durante o pré-natal espera-se que a gestante tenha noção dos seus direitos ao atendimento odontológico e procure-o para saber dos cuidados com a saúde bucal para sua melhor qualidade de vida e do bebê. Assim, durante a assistência odontológica, o dentista deve orientar a paciente da forma correta dos comportamentos saudáveis, como escovação dentária diária, a importância do contato regular com fontes de fluoretos e controlar o consumo de açúcar para prevenir as principais doenças bucais, e servindo também para reduzir custos aos serviços de saúde [1,2,4]. Com isso, a gravidez possibilita a oportunidade de educar as mulheres sobre a saúde bucal e tratar quando necessário, permitindo a promoção da saúde. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Assim, com a educação em saúde durante a gestação, permite que as mães após o parto saibam exercer um papel fundamental como exemplo do bom comportamento da saúde bucal para seus filhos. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas e a minha orientadora Daniela Cardilo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MENEGAZ, A. M.; SILVA, A. E. R.; CASCAES, A. M. Intervenções educativas em serviços de saúde e saúde bucal: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, [S.L.], v. 52, p. 52-52, 3 maio 2018. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). [2] REIS, D. M.; PITTA, D. R.; FERREIRA, H. M. B.; JESUS, M. C. P. de; MORAES, M. E. L. de; SOARES, M. G. **Educação em saúde como estratégia de promoção de saúde bucal em gestantes**. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 269-276, jan. 2010. FapUNIFESP [3] ROCHA, J. S.; ARIMA, L.; CHIBINSKI, A. C.; WERNECK, R. I.; MOYSÉS, S. J.; BALDANI, M. H. Barriers and facilitators to dental care during pregnancy: a systematic review and meta-synthesis of qualitative studies. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 34, n. 8, p. 2-17, 6 set. 2018. FapUNIFESP. [4] Sheiham A, James WP. **A new understanding of the relationship between sugars, dental caries and fluoride use: implications for limits on sugars consumption**. *Public Health Nutr.* 2014;17(10):2176-84.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

A INTER-RELAÇÃO DA DOENÇA PERIODONTAL E A GRAVIDEZ

Mariane de Oliveira **QUEIROZ** (IC-marianedeoliveiraqueiroz@hotmail.com)¹, Daniela Cardilo **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: doença periodontal, gravidez, parto prematuro, saúde bucal.

APRESENTAÇÃO: A gravidez é um momento de mudanças na vida de uma mulher, apresentando alterações físicas, biológicas e psicológicas, sendo essencial neste período a intervenção do cirurgião-dentista para instruir as orientações corretas de higiene oral a gestante. Assim, possibilita elucidar a paciente sobre possíveis fatores de risco durante este período, como o surgimento da doença periodontal. Durante o período gestacional, podem apresentar vários fatores que culminam no surgimento de problemas na cavidade oral, ressaltando as alterações hormonais e a presença da placa bacteriana, resultado de uma prática de higiene oral deficiente que facilita o alargamento tecidual da gengiva e conseqüentemente a formação de bolsas periodontais [2]. Deste modo, o presente estudo tem como intuito de explorar a inter-relação da doença periodontal e a gravidez. **DESENVOLVIMENTO:** A revisão de literatura ocorreu mediante a busca bibliográfica nas bases de dados PubMed, Scielo e BIREME, utilizando os descritores doença periodontal, gravidez, parto prematuro e saúde bucal, entre 2005 a 2016, excluindo os artigos sem acesso integral e os que não estavam relacionados ao tema. A doença periodontal é um processo inflamatório bacteriano no tecido periodontal devido ao acúmulo de biofilme dentário, e a sua ocorrência está ligada a baixas condições socioeconômicas, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, e os comportamentos associados à saúde como: tabagismo, alcoolismo, higiene bucal deficiente e dieta rica em carboidrato [1]. Algumas revisões sistemáticas evidenciam a existência da associação entre doença periodontal materna com o aumento do risco de parto prematuro, baixo peso ao nascer, aborto espontâneo ou perda precoce da gravidez, diabetes gestacional e pré-eclâmpsia. Porém, por apresentar números limitados de ensaios clínicos impede de oferecer uma conclusão clara desta associação [1,4]. A prevalência de periodontite é alta em mulheres grávidas, e todas essas mães com periodontite têm o risco sete vezes de ter bebê prematuro ou com baixo peso ao nascer [3]. As principais causas de morbidade e mortalidade materna e perinatal é a pré-eclâmpsia e partos prematuros [4]. Se houver uma confirmação da doença periodontal como um fator para resultados adversos da gravidez será fundamental, devido a doença poder ser evitada e ser curável. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com isso, vários ensaios clínicos randomizados controlados estão testando a hipótese de que o tratamento periodontal pode diminuir as taxas de certos resultados adversos da gravidez [4]. Mas, ainda é necessário realizar novas investigações com metodologias diferentes que reúnam maior número de evidências dessa associação [1]. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas e a minha orientadora Daniela Cardilo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CRUZ, Simone Seixas da; COSTA, Maria da Conceição N; GOMES FILHO, Isaac Suzart; VIANNA, Maria Isabel P; SANTOS, Carlos Teles. Doença periodontal materna como fator associado ao baixo peso ao nascer. *Revista de Saúde Pública*, [S.L.], v. 39, n. 5, p. 782-787, out. 2005. FapUNIFESP [2] TABOSA, Fernanda Leite. *Health Education: contributions to oral health of both mother and child*. 2010. Monograph (Specialization in Management Systems and Health Services) – Department of Public Health, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010. [3] TESHOME, Amare; YITAYEH, Asmare. Relationship between periodontal disease and preterm low birth weight: systematic review. *Pan African Medical Journal*, [S.L.], v. 24, p. 2-2, 2016. Pan African Medical Journal. [4] XIONG, X; BUEKENS, P; FRASER, Wd; BECK, J; OFFENBACHER, S. Periodontal disease and adverse pregnancy outcomes: a systematic review. *Bjog: An International Journal of Obstetrics and Gynaecology*, [S.L.], v. 113, n. 2, p. 135-143, fev. 2006. Wiley.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

A SEGREGAÇÃO ENFRENTADA POR PACIENTES HIV SOROPOSITIVOS EM TRATAMENTOS ODONTOLÓGICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Cyro Gabriel Braga Furtado de **MIRANDA** (IC - cyrofurtado05@gmail.com)¹, Sâmella de Paula **FRANÇA**(IC)¹, Arthur Bonato de **ANDRADE**(IC)¹, Isabella Batista **BRAGA**(IC)¹, Olívia Carvalho **MOSTARO**(IC)¹ e Neliana Salomão **RODRIGUES**(PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: HIV, Odontologia, Ética, Preconceito.

INTRODUÇÃO: A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) é uma doença sistêmica ocasionada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) caracterizada pelo ataque ao sistema imunológico do indivíduo acometido, deixando o organismo do mesmo debilitado e incapaz de se auto defender, tornando-o mais susceptível à outras doenças de origem sistêmicas, como por exemplo, as lesões bucais. É uma doença altamente transmissível por relações sexuais, sangue, leite materno, sêmen e secreções. Atualmente é uma condição que gera impacto negativo na vida dos pacientes diagnosticados. Assim, práticas que vão contra a ética profissional são cada vez mais observadas, permutando de maneira grosseira a atitude de profissionais de diversas áreas da saúde em relação a um paciente portador do HIV [1]. Portanto, o presente estudo objetivou-se em apresentar o sentimento de discriminação aos atendimentos de cirurgiões dentistas aos pacientes soropositivos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão de literatura integrativa englobando estudos publicados entre os anos de 1990 e 2020 nos idiomas português, inglês e espanhol utilizando os descritores com a terminologia DeCs: “HIV”, “Odontologia”, “Ética” e “Preconceito” nas bases de dados Scielo, Pubmed e Biblioteca Virtual da Saúde. Foram encontrados 14 estudos e selecionados 5 através de critérios específicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os indivíduos infectados não trazem consigo apenas a culpa e a angústia de sua condição, mas também preconceito e discriminação, por parte de amigos, familiares e profissionais da área da saúde [2]. A maioria dos profissionais negam qualquer tipo de tratamento devido à falta de experiência [3] ou a frequente discriminação, uma vez que forjam uma intercorrência para não propor sequência ao tratamento, bem como conduzem esses pacientes a outros profissionais sem motivo justificável, para dar sequência ao caso, livrando meramente ao possível contato [4]. Sendo assim os profissionais negam contato com esses indivíduos dentro de seus consultórios [5]. **CONCLUSÕES:** Portanto, é necessário que os cirurgiões dentistas, ao invés de abandonar esses pacientes, e até mesmo negar o tratamento a eles, busquem aprimorar suas técnicas, experiências, e principalmente o seu conhecimento, bem como ficar atento as medidas de biossegurança, afim de que as alterações bucais nesses pacientes sejam diagnosticadas no tempo oportuno, e sejam tratadas adequadamente sem distinção. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho, a orientadora pela dedicação e atenção e aos coautores pela disponibilidade e contribuição. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CORRÊA, E.M.C; ANDRADE, E.D. Tratamento Odontológico em pacientes HIV/AIDS. *Revista Odonto Ciência- Fac.Odonto/PUCRS*. Piracicaba, SP, v. 20, n. 49, p. 281-289, Jul./Set. 2005. [2] DISCACCIATI, J.A.C; VILAÇA, Ê.L. Atendimento Odontológico ao portador do HIV: medo, preconceito e ética profissional. *Rev. Panam Salud Publica/ Pan AM J Public Health*, p. 234-239, 29 Mar. 2001. [3] GARBIN, C.A.S *et. al.* Bioética e HIV/Aids: discriminação no atendimentos aos portadores. *Revista Bioética*. Araçatuba/ São Paulo, p.511-522, 4 Dez. 2009. [4] MERCENES, W.; PANKHURST C.L.; LEWIS, D.A. Oral health behaviour and the prevalence of oral manifestations of HIV infection in a group of HIV positive adults. *International Dental Journal*. London, UK, v. 48, n. 6, p. 557-562, 1968. [5] GIULINANI, M *et.al.* Dental Care and HIV-infected individuals: are they equally treated? *Community Dentistry and Oral Epidemiology*. Roma, Italy, p.447-453, 25 May. 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

CONDIÇÃO DE SAÚDE BUCAL EM IDOSOS COM DOENÇA DE ALZHEIMER

Isadora Pinheiro da Cruz (isacruz2@outlook.com)¹, Henrique Rocha Mazorchi Veronese¹,
Anna Luiza de Souza Laureano¹, Brenda Soares de Oliveira¹, Michelle Inês e Silva².

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS-
Muriaé- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: saúde bucal, idoso, doença de Alzheimer.

INTRODUÇÃO: A população mundial está envelhecendo de forma progressiva, levando ao surgimento de patologias associadas ao envelhecimento, como a demência [1]. A Doença de Alzheimer é o tipo mais frequente de demência em idosos, caracterizada pela degeneração do sistema neurológico central e periférico, promovendo o declínio gradual da capacidade de memória, cognição e aprendizagem do indivíduo [2]. Esta condição gera dificuldade ou incapacidade de realização de tarefas diárias básicas anteriormente praticadas, como o autocuidado e a higienização oral [3]. Devido a isso, idosos com Doença de Alzheimer necessitam de cuidados diários por familiares ou cuidadores, o que, por vezes, é negligenciado, tornando-os susceptíveis ao desenvolvimento de complicações orais que podem impactar na saúde e qualidade de vida destes [4]. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo descrever, mediante uma revisão integrativa da literatura, as condições bucais em idosos com Doença de Alzheimer, de modo a orientar familiares, profissionais e acadêmicos da área da saúde sobre a necessidade da avaliação da saúde oral desses indivíduos, melhorando a qualidade de vida dos mesmos. **MATERIAL E MÉTODOS:** A revisão da literatura ocorreu mediante pesquisa bibliográfica nas bases de dados online PubMed/MEDLINE, Science Direct, BIREME e Scielo, a partir do uso das palavras chaves “saúde bucal”, “doença de Alzheimer” e “idoso”, no período de 2010 a 2020. Os artigos obtidos foram avaliados a partir da leitura prévia de seus títulos e resumos, sendo classificados como elegíveis e não elegíveis, de modo que apenas estudos dos tipos transversais e longitudinais que analisaram as condições de saúde bucal de idosos com a Doença de Alzheimer foram incluídos. Os trabalhos com grupo controle tiveram apenas o grupo de estudo avaliados. Foram excluídos os trabalhos os que não possuíam linguagem publicação em português, inglês ou espanhol e os que não se relacionavam à temática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Através da estratégia de busca, foram identificados 2576 trabalhos, dos quais, após triagem de títulos e resumos e remoção de 4 duplicatas, 7 foram incluídos nesta revisão. As amostras variaram entre 30 a 120 indivíduos, com idades entre 57 a 91 anos, totalizando 412 pacientes. Os estudos demonstraram que a saúde bucal de idosos com a Doença de Alzheimer é precária, seja devido à má higienização bucal e protética, seja pela falta de visitas ou acompanhamento odontológico. As principais manifestações bucais observadas nestes pacientes foram: doença periodontal, lesões cáries, perda dentária, estomatite protética, queilite angular, alteração da função tampão salivar, xerostomia, disgeusia e candidíase protética. **CONCLUSÕES:** A condição de saúde bucal de idosos com Doença de Alzheimer é precária, devido a sua dificuldade ou incapacidade de autocuidado e higiene oral, levando ao surgimento de alterações bucais que podem afetar a sua qualidade de vida. Em consequência disso, o cirurgião-dentista possui o papel de instruir os familiares e cuidadores sobre a importância do acompanhamento odontológico regular nestes pacientes, orientando sobre os métodos de higienização oral, de modo a garantir a qualidade de vida e o envelhecimento saudável dos mesmos. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e à professora orientadora Michelle Inês e Silva pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALESSANDRO, G.D. et al. Oral Health Status in Alzheimer's Disease Patients: A Descriptive Study in an Italian Population. *The Journal of Contemporary Dental Practice*. v.19 n.5, p.483-489, 2018; [2] HATIPOGLU, M.G.; KABAY, S.C.; VEN, G.G. The clinical evaluation of the oral status in Alzheimer-type dementia patients. *Gerodontology*. 28, p. 302–306, 2011; [3] FLEET, B.M.D et al. Evaluation of oral conditions in patients with neurodegenerative diseases treated in geriatric centers. *Rev Gaúch Odontol*. v.64, n.1, p. 17-23, 2016; [4] SYRJELE, A.H et al. Dementia and oral health among subjects aged 75 years or older. *Gerodontology*. 29: p.36–42, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

HALL TECHNIQUE: UMA ALTERNATIVA ATUAL NA ODONTOPEDIATRIA FRENTE AO CENÁRIO DA COVID 19

Olívia Carvalho **MOSTARO** (IC - oliviaccomstaro@gmail.com)¹, Thayna Aparecida de Alburquerque **LUIZ** (IC)¹, Sarah Ciconelli **COSTA** (IC)¹, João Victor Milane **CARNEIRO**(IC)¹ e Ana Júlia **MILANI**(PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Coroa dentária, Odontopediatria, Cárie dental, Odontologia, Infecções por coronavírus.

INTRODUÇÃO: O método de Hall Technique se trata de uma alternativa minimamente invasiva em relação as técnicas convencionais de restauração dentária, em virtude de não necessitar da remoção do tecido cariado, dispondo apenas de uma coroa de aço inoxidável ou de metal pré-formado, promovendo o selamento dos molares decíduos através do cimento de ionômero de vidro (CIV) [1]. Técnicas minimamente invasivas como essa tem sido preconizadas durante a pandemia do novo coronavírus (COVID -19). Sua indicação no cenário atual se explica, portanto, devido a não carecer de confecção do preparo dentário e uso da caneta de alta rotação, proporcionando ao cirurgião dentista uma alternativa frente ao cenário atual da pandemia, por se tratar de um método que reduz o risco de contaminação, uma vez que é capaz de evitar a produção de aerossóis oriundos de instrumentos rotatórios [2]. O presente estudo objetivou elucidar as vantagens da técnica de hall e sua relevância frente a pandemia do COVID-19.

MATERIAL E MÉTODOS: Realizar uma revisão integrativa da literatura mediante uma busca nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual da Saúde, com estudos entre os anos 2015 e 2020 utilizando os descritores de acordo com a terminologia DECS: “coroa dentária”, “odontopediatria”, “cárie dental”, “odontologia” e “infecções por coronavírus”. Foram encontrados 497 artigos e selecionados 5 através de critérios específicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A Técnica de Hall tem como finalidade corrigir o desequilíbrio crônico determinado durante a instalação da lesão cariada, reduzindo o processo de desmineralização e maximizando a remineralizarão da estrutura dentária de forma que sele o tecido cariado, isolando a lesão cariada do ambiente bucal e do biofilme, contribuindo assim, para uma microflora menos cariogênica e inibindo o progresso da lesão [3]. Pontos positivos enfatizam a técnica como uma ferramenta eficaz para crianças que possuem medo, ansiedade ou sofrem de algum transtorno, dado que o procedimento é menos invasivo e não necessita de anestesia ou barulho da alta rotação [4]. Assim, antes da execução da técnica é imprescindível abster-se de um exame clínico e radiográfico, avaliando a extensão cariada e a condição pulpar. Paralelamente, foi ressaltado os riscos do uso da caneta de alta rotação durante os procedimentos no contexto da odontologia contemporânea e COVID-19, podendo potencializar a propagação do vírus ao utilizar a instrumentos rotatórios [5]. Diante disso, é de consenso universal que a liberação dos aerossóis em combinação com os diversos fluídos presentes na cavidade oral pode intensificar o risco de contaminação. **CONCLUSÕES:** À partir da técnica de hall é possível realizar procedimentos odontopediátricos no cenário atual, minimizando o índice de contaminação pelo COVID-19 em razão da não aplicação da caneta de alta rotação. Assim, a escolha da técnica emprega uma maior segurança no consultório odontológico. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS e a orientadora pela dedicação e atenção. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BHATIA, Hind P *et al.* Evaluation of Clinical Effectiveness and Patient Acceptance of Hall Technique for Managing Carious Primary Molars: An In Vivo Study. *International Journal of Clinical Pediatric Dentistry*, v.12, nov. dez. 2019; [2] BANIHANI, Alaa *et al.* Outcomes of the conventional and biological treatment approaches for the management of caries in the primary dentition. *John Wiley & Sons Ltd*, 2017; [3] GE, Zi-yu *et al.* Possible aerosol transmission of COVID-19 and special precautions in dentistry. *Journal of Zhejiang University –SCIENCE B*, p. 361-368, 2020; [4] MENG, L.; HUA, F.; BIAN, B. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19): Emerging and Future Challenges for Dental and Oral Medicine. *Journal of Dental Research*, v.99, p. 481-487, 2020; e [5] SANTAMARÍA, Ruth; INNES, Nicola. Sealing Carious Tissue in Primary Teeth Using Crowns: The Hall Technique. *Monogr Oral Sci*, v.27, p.113-123, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

HIGIENIZAÇÃO ORAL NO ÂMBITO HOSPITALAR COMO PREVENÇÃO A PNEUMONIA ASSOCIADA A VENTILAÇÃO MECÂNICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Olívia Carvalho **MOSTARO** (IC - oliviacmostaro@gmail.com)¹, Thayna Aparecida de Albuquerque **LUIZ**(IC)¹, Sarah Ciconelli **COSTA**(IC)¹, João Victor Milane **CARNEIRO**(IC)¹ e Ana Júlia **MILANI**(PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Saúde bucal, Unidade de Terapia Intensiva, Respiração Artificial.

INTRODUÇÃO: A ventilação mecânica é um suporte ventilatório fornecido para pacientes com necessidades de respiração artificial na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Essa assistência é composta por um tubo traqueal que se instala por via oral em direção a traqueia, o que pode facilitar a instalação de microrganismos patogênicos na região orofaríngea e posteriormente o desenvolvimento de uma pneumonia associada à ventilação mecânica, promovendo uma piora do estado de saúde dos pacientes e conseqüentemente o aumento no tempo de internação, uso de remédios e taxas de mortalidade e morbidade [1]. Desta forma, a higienização oral oferece técnicas e materiais para a remoção e prevenção do acúmulo do biofilme, evitando a posterior sucção e propagação dos microrganismos para as vias aéreas [2]. Nesse contexto, o presente estudo objetivou-se em apresentar a relevância da higienização bucal em pacientes intubados, explorando o status atual das práticas e o conhecimento dos profissionais acerca do tema, assim como os cuidados dentro do âmbito hospitalar. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão de literatura integrativa englobando os estudos publicados entre os anos 2015 a 2020 nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual de Saúde empregando os descritores de acordo com a terminologia DeCs: “saúde bucal”, “unidade de terapia intensiva” e “respiração artificial”. Foram selecionados 5 artigos para leitura completa através de critérios específicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A higienização oral possui diferentes manejos na sua técnica de execução, utilizando a escovação mecânica com escova de dente em conjunto de produtos farmacológicos que podem promover a descontaminação local como a Clorexidina, por exemplo. Entretanto o uso desta substância ainda é questionado na literatura sobre sua concentração e frequência ideal a ser utilizada [3]. Cita-se também o uso dos limpadores de língua, sendo considerados indispensáveis pois são capazes de abranger uma maior área de limpeza [4]. Assim, utilizando das técnicas mecânicas e produtos citados, a higiene bucal do paciente é restabelecida ao eliminar focos do biofilme e evitando o desenvolvimento de doenças periodontais, reduzindo o risco de aspiração dos microrganismos para as vias aéreas, o que se torna de extrema relevância no âmbito hospitalar, prevenindo infecções como a PVA e a piora da condição sistêmica do paciente [5]. **CONCLUSÕES:** A conscientização acerca da higiene oral se faz importante na UTI, disponibilizando kits de higiene e abordando sobre o tema com os profissionais, providenciando o protocolo de higienização que melhor se enquadra. Sendo assim, a integralidade da equipe entre dentistas, enfermeiros e médicos se torna eficiente, buscando a redução da propagação da PVA, diminuindo o tempo de internação, custos adicionais, taxas de morbidade, mortalidade e prevenindo complicações futuras. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CHACKO, R. *et al.* Oral decontamination techniques and ventilator-associated pneumonia. *British Journal of Nursing*, v.26, n.11, 2017; [2] DIAZ, T. *et al.* Oral care in ventilated intensive care unit patients: Observing nursing behavior through standardization of oral hygiene tool placement. *American Journal of Infection Control*, 2017; [3] GÜLER, E.; GÜLENGÜN, T. Oral Chlorhexidine Against Ventilator-Associated Pneumonia and Microbial Colonization in Intensive Care Patients. *Western Journal of Nursing Research*, 2018; [4] MURAMATSU, K. *et al.* Comparison of wiping and rinsing techniques after oral care procedures in critically ill patients during endotracheal intubation and after extubation: A prospective cross-over trial. *Japan Academy of Nursing Science*, 2018; e [5] XING, M.S. *et al.* A survey on oral care practices for ventilator-assisted patients in intensive care units in 3A hospitals of mainland China. *Wiley Publishing Asia Pty Ltd*, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

MANIFESTAÇÕES ORAIS DESENCADEADAS PELA SÍNDROME DE SJOGREN: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Olívia Carvalho **MOSTARO** (IC - oliviacmostaro@gmail.com)¹, Thayna Aparecida de Alburquerque **LUIZ** (IC)¹, Sarah Ciconelli **COSTA**(IC)¹, João Victor Milane **CARNEIRO**(IC)¹, Cyro Gabriel Braga Furtado de **MIRANDA**(IC)¹ e Ana Júlia **MILANI**(PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Síndrome de Sjogren, Manifestações orais, Xerostomia.

INTRODUÇÃO: A síndrome de Sjögren (SJ) é considerada uma doença autoimune crônica de caráter sistêmico, podendo ser classificada como primária ou secundária [1]. Caracterizada pela disfunção e destruição principalmente das glândulas exócrinas, como as glândulas lacrimais e salivares, atua alterando a liberação do fluxo lacrimal e salivar, criando potencial para desencadear manifestações oculares e orais. Devido a diminuição das secreções salivares, a perda das propriedades da saliva leva a uma ampla incidência de alterações orais, interferindo na qualidade de vida do paciente acometido [2]. Nesse contexto, o presente estudo visa apresentar conhecimentos sobre a SJ e suas manifestações orais, evidenciando a relevância do diagnóstico preciso frente ao paciente através de uma visão multidisciplinar, favorecendo o tratamento correto e bom prognóstico. **MATERIAL E MÉTODOS:** Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a SJ e suas manifestações orais, mediante uma busca nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual da Saúde (MEDLINE e LILACS) englobando estudos publicados entre os anos 2015 e 2020 nos idiomas português, inglês e espanhol utilizando os descritores de acordo com a terminologia DECS: “ Síndrome de Sjögren”, “ manifestações orais” e “ Xerostomia”. Foram encontrados 160 artigos. Após a remoção das duplicatas, 26 artigos foram considerados elegíveis através da leitura dos títulos e resumos e desses, 15 foram excluídos através de critérios específicos. Ficando, então, 5 artigos incluídos de acordo com o tema proposto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As doenças autoimunes confundem os tecidos saudáveis com uma infecção, fazendo com que os anticorpos tenham uma resposta de ataque ao próprio organismo. Tendo sua prevalência maior no grupo de mulheres, a SJ gera diversas alterações como a falta de lubrificação que acarreta a secura nos olhos e a hipossalivação, designada por um distúrbio que acomete a cavidade oral ao reduzir os níveis normais da saliva e suas proteínas [3]. Com essa redução, uma série de manifestações orais são desencadeadas como linfomas, língua eritomatosa, língua fissurada, candidíase, queilite angular, doença gengival, alto índice de cárie e xerostomia, podendo interferir na qualidade de vida do paciente, gerando desconforto, secura, dor e ardência [4]. As lesões orais são tratadas pelo cirurgião dentista através da escolha da melhor técnica, além da prescrição de substitutos salivares como forma de tratamento e prevenção, estimulação salivar através de uma dieta com alimentos mais duros e gomas de mascar sem açúcar, conscientizando o paciente sobre a ingestão de água e informando a respeito da relevância de uma boa higiene oral [5]. **CONCLUSÕES:** O conhecimento à cerca das manifestações orais da SJ é indispensável para o cirurgião dentista, sendo analisadas em conjunto com a condição sistêmica para chegar ao diagnóstico e correlacionar o tratamento correto, informando sobre a importância do acompanhamento odontológico periódico, e comunicando com outros profissionais de forma multidisciplinar, gerando uma melhor qualidade de vida aos pacientes e prevenindo complicações orais futuras. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho, a orientadora pela dedicação e atenção e aos coautores pela disponibilidade e contribuição. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KAMIŃSKI, B. Manifestações laringológicas da síndrome de Sjögren. *Reumatologia*, 2019; [2] RODRÍGUEZ, J. *et al.* Perspectiva odontológica da síndrome de Sjögren: revisão da literatura. *J Oral Res*, 2015; [3] GONZÁLEZ, S. *et al.* Manifestações orais e seu tratamento na síndrome de Sjögren. *John Wiley & Sons A / S*, 2013; [4] CARTEE, D.L. *et al.* Síndrome de Sjögren: Manifestações orais e tratamento, uma perspectiva dentária. *Tele J nossoNal de Dental hygiene*, v.89, n.6, dez. 2015; e [5] STEWART, C.N.; BERD, K. Manifestações orais de Síndrome de Sjogren. *Future Rheumatol*, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

PATOLOGIAS ORAIS MAIS FREQUENTES EM UMA MULHER GESTANTE

Mariane de Oliveira **QUEIROZ** (IC-marianedeoliveiraqueiroz@hotmail.com)¹, Daniela Cardilo **OLIVEIRA** (PQ)²

1-Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: gestante, protocolos, doença da boca, saúde bucal.

APRESENTAÇÃO: A gravidez é um período que ocorre muitas mudanças tanto na vida de uma mulher como em seu ambiente. Com isso, as mudanças hormonais durante a gravidez permitem afetar a saúde bucal da mulher, desencadeando diversas alterações ao nível gengival que possibilitam o surgimento de doenças bucais [1]. Assim, adotar os hábitos corretos de higiene bucal, como o controle do biofilme dentário e dieta equilibrada, além de visitas regulares ao cirurgião-dentista podem diminuir os efeitos adversos durante a gravidez [3]. O acompanhamento e as orientações durante a gestação sobre a higiene bucal devem ser desde o início da gravidez até o nascimento do bebê, para possibilitar uma melhor qualidade de vida destes. Deste modo, o presente estudo tem como intuito de explorar sobre as diferentes patologias orais em mulheres grávidas. **DESENVOLVIMENTO:** A revisão de literatura ocorreu mediante a busca bibliográfica nas bases de dados PubMed, LILACS e BIREME, utilizando os descritores gestante, protocolos, doença da boca e saúde bucal, entre 2015 a 2018, excluindo os artigos sem acesso integral e os que não estavam relacionados ao tema. A gravidez permite uma série de mudanças fisiológicas e psicológicas que torna a paciente ser de um grupo prioritário por precisar de atendimento especial desde o início da gravidez para evitar possíveis presenças de patologias orais [1]. A saúde bucal durante o período gestacional deve ser de interesse da mãe e dos profissionais de saúde, e a porta de entrada para o atendimento odontológico deverá ser após a primeira consulta do pré-natal [1,3]. A cárie dentária é a principal causa de perda de dentes, porém a gravidez não é responsável pelo surgimento de cáries e nem pela perda de cálcio dos dentes da mãe, mas o aumento da atividade cariogênica está relacionado com a alteração e frequência da dieta, com a presença da placa bacteriana, causada pela limpeza inadequada dos dentes [3]. Outra incidência alta em mulheres grávidas são as doenças do periodonto, como a gengivite, caracterizada por uma inflamação gengival, associada a alterações hormonais e má higiene oral, e caso não for tratada pode progredir para uma periodontite, afetando não só a gengiva como a condição óssea da gestante. Além disso, pode ter o surgimento do granuloma piogênico, definido como uma lesão hiperplásica que surge como uma reação ao biofilme dentário e as alterações hormonais [1]. Portanto, é imprescindível que a gestante tenha o autocuidado e siga corretamente todas as orientações e medidas preventivas [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As gestantes, devido às alterações bucais próprias deste período, necessitam não apenas tratamento, mas também de programas educativos preventivos e de um acompanhamento odontológico no pré-natal para evitar as alterações bucais [3]. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas e a minha orientadora Daniela Cardilo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CHAVARRÍA, Guiselle González; DOMÍNGUEZ, Andrea Revelo; SÁNCHEZ, Isabel Chiriboga; RAMÍREZ, Jonathan Eduardo Aldas; VEGA, Ana del Carmen Armas. Patologías orales en la mujer gestante. Revisión de la literatura. *Odontología Sanmarquina*, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 215-219, 18 set. 2018. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Vicerectorado de Investigación. [2] MOIMAZ, Suzely Adas Saliba et al. Saúde bucal e o emprego de medidas preventivas por pacientes gestantes. *Journal Of The Health Sciences Institute*, Araçatuba, v. 4, n. 33, p. 328-332, 21 out. 2015. [3] SILVA, Mara Elaine Alves da; SANCHEZ, Heriberto Fiuza. PROPOSTA DE PROTOCOLO CLÍNICO PARA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A GESTANTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. *Revista de Aps*, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 628-634, 1 out. 2018. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO À GESTANTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Olívia Carvalho **MOSTARO** (IC - oliviastar@gmail.com)¹, Thayna Aparecida de Alburquerque **LUIZ** (IC)¹, Sarah Ciconelli **COSTA** (IC)¹, João Victor Milane **CARNEIRO**(IC)¹ e Ana Júlia **MILANI**(PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Saúde bucal, Gestantes, Cuidado pré-natal.

INTRODUÇÃO: Gestantes são pacientes susceptíveis a alterações orais ocasionadas em razão da grande produção hormonal associada a má higiene oral. Devido as alterações sistêmicas e bucais encontradas, o atendimento demanda de cuidados específicos [1]. Desse modo, é imprescindível o acompanhamento odontológico durante o período gestacional, e para que tal seja realizado com êxito caberá ao cirurgião-dentista dispor de conhecimentos clínicos e científicos de como agir nessas ocasiões, recorrendo assim a protocolos específicos que os auxiliem em suas decisões [2]. Dúvidas sobre o assunto cercam os cirurgiões-dentistas. Por esse motivo, o objetivo deste trabalho foi efetuar buscas na literatura atual sobre o tema para a elaboração de um protocolo de atendimento odontológico a gestantes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Realizar uma revisão integrativa sobre os cuidados e riscos odontológicos durante a gestação mediante uma busca nas bases de dados PubMed, BVS e Scielo, empregando os descritores de acordo com a terminologia DeCs: "saúde bucal", "gestantes", "cuidado pré-natal", além de uma busca manual. Foram encontrados 507 artigos e selecionados 6 após a remoção das duplicatas, englobando artigos entre os anos de 2015 e 2020 nos idiomas português e inglês, sendo os outros excluídos através de critérios específicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Assim, o protocolo odontológico abrange conceitos relevantes que auxiliam o profissional durante o atendimento, compreendendo as indicações e cuidados necessários assim como o melhor período de intervenção, sendo consultas preferencialmente curtas e marcadas para a segunda metade da manhã e ajustando a posição da cadeira [3]. Durante a anestesiologia, a escolha correta das soluções anestésicas é imprescindível, sendo a Lidocaína 2% com concentração de 1:1000.000, considerada o anestésico de escolha, além de projetar a injeção sempre de forma lenta [4]. Outro fator relevante está na prescrição de fármacos, sendo restrito aqueles que estão presentes na categoria X, segundo a classificação norte-americana Food and Drug Administration (FDA), evitando os efeitos teratogênicos, considerando a capacidade que diversos fármacos possuem de atravessar a membrana placentária por difusão e alterar na formação do feto durante a organogênese [5]. No mais, os exames radiográficos podem ser realizados em casos necessários, porém é recomendado evitar no primeiro trimestre gestacional e quando realizados, se torna obrigatório o uso de materiais de biossegurança [6]. **CONCLUSÕES:** Assim, o presente protocolo auxilia os profissionais frente ao atendimento a gestantes, contribuindo para o melhor manejo e conforto destas pacientes, gerando segurança e menor risco de complicações para as mesmas e para o feto, refletindo assim, no sucesso do tratamento odontológico. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho, a orientadora pela dedicação e atenção e aos coautores pela disponibilidade e contribuição. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NASCIMENTO, E.P. *et al.* Gestantes Frente ao Tratamento Odontológico. *Revista Brasileira de Odontologia*, v.69, n.1, Rio de Janeiro, jan/jun. 2012; [2] VASCONCELHOS, R.G. *et al.* Atendimentos Odontológicos a Pacientes Gestantes: como proceder com segurança. *Revista Brasileira de Odontologia*, v.69, n.1, Rio de Janeiro, jan/jun. 2012; [3] BERNARDI, C.; OLIVEIRA, J.B.; MASIERO, A.V. Assistência Odontológica à Gestante: conhecimento a prática de dentistas da rede pública e seu papel na rede cegonha. *Arquivos em Odontologia*, Belo Horizonte, 2019; [4] MARTINS, L.O. *et al.* Assistência Odontológica à Gestante: percepção do cirurgião-dentista. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, v., n.4, Ananindeua, 2013; [5] SILVA, C.C. *et al.* Acesso e Utilização dos Serviços Odontológicos por Gestantes: Revisão de Literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, p. 827-835, 2020; e [6] ELIAS, R.C.F. *et al.* Tratamento Odontológico durante a Gestação: conhecimentos e percepção dos estudantes de Odontologia. *Revista Abeno*, p.114-126, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

REABILITAÇÃO ESTÉTICA DE DENTES CONÓIDES

Brenda Soares de OLIVEIRA (IC-brenda075@outlook.com)¹, Michelle Inês e SILVA (PQ)²

1. Curso de Odontologia 2. Professora Centro Universitário Faminas – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36.880.000 – MURIAÉ-MG

Palavras-chave: anomalia dentária, resina composta, incisivos, estética

APRESENTAÇÃO: As anomalias dentárias são alterações na morfologia dentária caracterizada por distúrbios no tamanho, cor ou forma dos dentes e dentre elas, temos os dentes conóides. Alterações como estas são desafios para o cirurgião dentista devido a insatisfação dos pacientes com a sua estética [2,4]. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo relatar sobre a reabilitação estética de dentes conóides, utilizando técnicas conservadoras, como a restauração adesiva direta com resina composta. **DESENVOLVIMENTO:** A revisão de literatura ocorreu mediante busca bibliográfica nas bases de dados PubMed, MEDLINE e BIREME, utilizando os descritores anomalia dentária, resina composta, incisivos e estética, entre 2010 a 2020, excluindo os artigos sem acesso integral e que não estavam relacionados a temática. Atualmente, a valorização da estética tornou-se uma cultura na sociedade e passou a ser um padrão preestabelecido pela mídia, no qual determina que o indivíduo terá um relacionamento social melhor de acordo com sua aparência [1]. O sorriso é parte importante na estética da face, pois a relação entre a forma e contorno das estruturas dentais e periodontais em conjunto com o posicionamento dos lábios compõem a harmonia do sorriso. Os dentes conóides podem comprometer o equilíbrio do sorriso influenciando diretamente na harmonia da face sendo caracterizado por ter um tamanho reduzido em comparação aos demais dentes e uma coroa cônica. Tal alteração ocorre devido a uma série de variações histológicas no período de diferenciação na formação do esmalte e sua etiologia ainda está em debate, podendo estar associada a um gene autossômico dominante [1,2]. São inúmeras, as técnicas e materiais restauradores para a correção desta anomalia. A resina composta é um material muito utilizado e possui propriedades resolutivas através de técnicas minimamente invasivas. A técnica de restauração adesiva direta com resina composta possibilita devolver aos dentes conóides uma harmonia da forma e função através da remodelação estética da coroa dental. Além disso, há a preservação da estrutura dentária sadia devido ao mínimo ou nenhum desgaste e um aumento de sua resistência, o que é viável devido aos avanços nas técnicas e materiais, bem como, suas propriedades mecânicas associadas aos sistemas adesivos [3,4]. Essa técnica permite a melhoria estética e funcional do sorriso de maneira simples, rápida, econômica e menos invasiva. No entanto, vários fatores podem influenciar no momento de sua realização e conjuntamente determinarão o sucesso da terapêutica empregada [1]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, a restauração adesiva direta com resina composta demonstrou ser uma alternativa viável para reabilitação estética de dentes conóides, pois possibilita um equilíbrio estético-funcional satisfatório do sorriso através do uso de materiais e técnicas adequadas sem a necessidade de realizar desgastes teciduais e com bom custo e benefício. Ademais, o tratamento reabilitador de dentes conóides além de possibilitar o restabelecimento estético-funcional, também devolve ao paciente a sua autoestima proporcionando a sua reintegração social. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e à professora orientadora Michelle Inês. **BIBLIOGRAFIA:**[1] CAMPOS, Paulo Ricardo B. de *et al.* Reabilitação da estética na recuperação da harmonia do sorriso: relato de caso. *Revista da Faculdade de Odontologia - UPF*, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 227-231, 9 dez. 2015.[2] MENDONÇA, Letícia L. F. *et al.* Abordagem multidisciplinar em paciente com anomalia dentária de desenvolvimento: relato de caso. *Archives Of Health Investigation*, [S.L.], v. 8, n. 5, p. 271-274, 8 ago. 2019.[3] BARNABÉ, William *et al.* Reabilitação estética anterior com facetas e coroas cerâmicas: relato de caso clínico. *Revista Odontológica do Brasil Central*, [S.L.], v. 28, n. 87, p. 260-265, 14 abr. 2020. *Revista Odontológica do Brasil Central – ROBRAC*. [4] PEGORARO, L.F. *et al.* Resolution of complex esthetic problems in abnormal anterior teeth: A clinical report. *The Journal Of Prosthetic Dentistry*, São Paulo, v. 2, n. 112, p. 94-8, 14 jan. 2014.

Ária do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 – Odontologia

SÍNDROME DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO NA CONCEPÇÃO ODONTOLÓGICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Isabella Batista **BRAGA** (IC - bbragaisa@gmail.com)¹, Cyro Gabriel Braga Furtado de **MIRANDA** (IC)¹, Sâmella de Paula **FRANÇA** (IC)¹, Arthur Bonato de **ANDRADE** (IC)¹ e Ana Júlia **MILANI** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Assistência Odontológica, Síndrome da apneia do sono, Diagnóstico.

INTRODUÇÃO: A Síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS) é um transtorno respiratório crônico, com evolução gradativa, com sérias consequências sistêmicas, ocasionada por diversos fatores, resultante de variações das vias aéreas superiores (VAS) e do esqueleto craniofacial relacionadas a alterações neuromusculares da faringe. Sendo mais comum no sexo masculino, é identificada por colapsos recorrentes provocados pelas VAS no decorrer do sono, acarretando em uma interrupção do oxigênio por dez segundos (apneia), ou em uma dessaturação de oxihemoglobina superior a 3% (hipopneia) [1]. Dessa forma, o presente estudo objetivou-se em retratar o diagnóstico e tratamento desta Síndrome e a importância do cirurgião dentista frente a esta condição. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para atingir tal objetivo, foi realizada uma revisão integrativa na literatura atual, abrangendo estudos publicados entre o período de 2010 e 2020, nas bases de dados Biblioteca Virtual da Saúde, PUBMED, Scielo e Web of Science utilizando os descritores conforme nomenclatura DeCs “assistência odontológica”, “síndrome da apneia do sono” e “diagnóstico”. Foram encontrados 760 artigos e 6 selecionados, por meio de critérios específicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir dos estudos, constatou-se que a SAOS é classificada em três tipos: Central, obstrutiva e mista, sendo o segundo tipo o mais recorrente. Ademais, pode-se classificar também através da quantidade de ocorrências apnéicas, sendo leve quando ocorre 5 a 15 episódios por hora de sono, moderada de 15 a 30 episódios e grave quando ultrapassa 30 episódios por hora [1]. Assim, estabelece os sintomas e sinais desta patologia como: ronco alto com intervalo de silêncio, dor de cabeça demasiada na parte da manhã, agitação noturna, sonambulismo, debilidade sexual, ansiedade, depressão e irritabilidade. Além disso, o paciente apresenta danos como: sono em excesso, correndo riscos nas suas atividades diárias, assim como, manifesta deficiência na cognição e problemas cardíacos [1]. Desse modo, o diagnóstico ocorre por meio de exame físico e de uma anamnese criteriosa e de exames radiográficos que irão revelar com precisão o lugar de obstrução aérea [2]. Podemos citar com auxiliares no diagnóstico a análise cefalométrica do Tweed [3] e também a polissonografia (PSG), além de se recomendar fazer o teste do sono em casa, ao invés da PSG, em casos de predisposição da doença em nível grave/moderado [4]. O tratamento em pessoas portadoras de SAOS é de forma multidisciplinar, podendo ser cirúrgico, utilização de aparelhos orais [5] ou através da terapia miofuncional [6]. **CONCLUSÃO:** Diante disso, a presença do cirurgião dentista juntamente com a equipe médica no tratamento da síndrome da apneia obstrutiva do sono é imprescindível, pois o mesmo é capaz de indicar e contraindicar o tratamento, realizar o diagnóstico, reconhecer os distúrbios do sono, instalar o aparelho e solicitar todos os exames necessários. **AGRADECIMENTOS:** À Deus, a minha família e a minha orientadora por todo suporte e atenção. **Bibliografia:** [1] POLUHA R, et al. A Odontologia na síndrome da apneia obstrutiva do sono: diagnóstico e tratamento. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v.72, n.1/2, p.87-90, 2015. [2] BAREWAL R, et al. Obstructive Sleep Apnea The Role of Gender in Prevalence, Symptoms, and Treatment Success. **Dental the clinics**, USA, p.297-308, 2019. [3] VEZINA JP, et al. Sleep-Disordered Breathing: Choosing the Right Cephalometric Analysis. **American Association of Oral and Maxillofacial Surgeons**, França, p.1442-1448, 2012. [4] VEASEY S, et al. Obstructive Sleep Apnea in Adults. **The new england journal of medicine**, p.1442-1449, 2019. [5] SUTHERLAND K, et al. Oral Appliance Treatment for Obstructive Sleep Apnea: An Update. **Journal of Clinical Sleep Medicine**, France, p.215-227, v.10, n.2, 2014. [6] TOH S, et al. Holistic Management of Obstructive Sleep Apnea Translating Academic Research to Patient Care. **Sleep the clinics**, Singapura, p.1-11, 2019.

Áreas do conhecimento: CNPq 4.02.00.00-0 – Odontologia

TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR EM PACIENTE COM MEDO E ANSIEDADE FRENTE A UM PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Sâmella de Paula **FRANÇA** (IC - samella_franca@hotmail.com)¹, Arthur Bonato de **ANDRADE**(IC)¹, Isabella Batista **BRAGA**(IC)¹, Cyro Gabriel Braga de Furtado **MIRANDA**(IC)¹ e Ana Júlia **MILANI**(PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Medo, Ansiedade, Cirurgia oral e Saúde bucal.

INTRODUÇÃO: Episódios de medo e ansiedade são comuns nos tratamentos odontológicos evidenciando a criação de uma barreira que dificulta o atendimento para manutenção da saúde bucal do paciente em questão [1]. Esses sentimentos estão relacionados com o próprio procedimento que o mesmo será submetido, as situações de aspectos internos do indivíduo, ao ambiente que vivencia e as experiências negativas anteriores, ocasionado medo, ansiedade e desconforto, gerando expectativa negativa no paciente [2], adiando atendimentos odontológicos e agravando os casos [3]. Nesse contexto, identificar o paciente ansioso que necessita de tratamento odontológico faz-se necessário acompanhamento psicológico para o controle do medo e ansiedade do paciente [4]. Por isso, o presente trabalho tem como objetivo dar subsídios para os cirurgiões-dentistas identificar o paciente ansioso e elucidar a importância do tratamento multidisciplinar. **MATERIAL E MÉTODOS:** A atual revisão de literatura integrativa foi realizada incluindo artigos publicados entre os anos de 2015 e 2020 através das bases de dados Pubmed/MEDLINE, Biblioteca Virtual de Saúde, Web of Science e Scopus nos idiomas português e inglês, utilizando os descritores de acordo com a terminologia DeCs: Medo; Ansiedade; Cirurgia Oral e Saúde Bucal. Foram encontrados 65 artigos. Após exclusão por meio de critérios específicos, 20 foram selecionados e 07 foram elegíveis. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O medo é uma esfera emocional com um temor a algo que demonstra perigo predispondo a integralidade física ou psicológica da pessoa como forma de ameaça. Já a ansiedade é entendida como um temor sem reconhecimento do fator que está levando a isso [5]. Assim, o paciente com sinais de ansiedade e medo é capaz de ser reconhecido por uma avaliação durante a anamnese, analisando seu comportamento e também pela identificação de alguns sinais como queixa verbal, inquietação, agitação, midríase, palidez da pele, transpiração excessiva, formigamento, hiperventilação, aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca, choro e distúrbios gastrintestinais [6]. Dessa forma, a integração da odontologia e psicologia estão muito alinhadas para sanar esses fatores que inviabilizam a tranquilidade do paciente. **CONCLUSÕES:** Pode-se concluir que o medo e ansiedade são razões pela qual os pacientes tende a evitar tratamento dentário. Mediante a isto, são primordiais medidas de integração entre odontologia e psicologia para combater esses fatores psicoemocionais [7]. **AGRADECIMENTOS:** À Deus, a minha família pelo apoio, a UNIFAMINAS pela realização do trabalho, a orientadora e aos co-autores pela dedicação e contribuição. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ASTRAMSKAITÈ, I. *et al.* Scales used to rate adult patients' psycho-emotional status in tooth extraction procedures: a systematic review. *International Journal Of Oral And Maxillofacial Surgery*, Lituânia, v. 46, n. 7, p. 886-898, jul. 2017. [2] ASTRAMSKAITÈ, I. *et al.* Factors determining tooth extraction anxiety and fear in adult dental patients: a systematic review. *International Journal Of Oral And Maxillofacial Surgery*, Lituânia, v. 45, n. 12, p. 1630-1643, dez. 2016. [3] KYLE, B.N. *et al.* Recall of Dental Pain and Anxiety in a Cohort of Oral Surgery Patients. *Journal Of Dental Research*, v. 95, n. 6, p. 629-634, 23 fev. 2016. [4] YILDIRIM, T. *et al.* Is there a relation between dental anxiety, fear and general psychological status? *Peerj*, v. 5, p. 2978-2989, 15 fev. 2017. [5] LIN, C. *et al.* Association between Anxiety and Pain in Dental Treatment: a systematic review and meta-analysis. *Journal Of Dental Research*, Taiwan, v. 96, n. 2, p. 153-162, 16 nov. 2016. [6] CALTABIANO, M. *et al.* Dental anxiety in patients attending a student dental clinic. *Bmc Oral Health*, Austrália, v. 18, n. 1, p. 01-08, 20 mar. 2018. [7] BEAUDETTE, J. *et al.* Oral Health, Nutritional Choices, and Dental Fear and Anxiety. *Dentistry Journal*, v. 5, n. 1, p. 8-19, 21 jan. 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

H INFLUÊNCIA DOS CONTRACEPTIVOS ORAIS NO DESENVOLVIMENTO DA OSTEÍTE ALVEOLAR APÓS EXODONTIA DE TERCEIROS MOLARES

Henrique Rocha Mazorchi **Veronese** (hrochaveronese@hotmail.com)¹; Isadora Pinheiro da **Cruz**¹; Gabriela de Paula **Lima**¹; Anna Luiza de Souza **Laureano**¹, Michelle Inês e **Silva**².

1. Curso de Odontologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- Muriaé- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: Osteíte alveolar; Anticoncepcionais orais; Extração dentária; Terceiros molares.

INTRODUÇÃO: A Osteíte alveolar é considerada a complicação pós-operatória mais comum de extrações de terceiros molares [1], sendo oriunda do rompimento ou remoção prematuros do coágulo dentro do alvéolo, levando à exposição oral do osso subjacente, com dor severa, inchaço localizado, linfadenite, sensibilidade à sondagem, gosto ruim e halitose [2]. A osteíte alveolar é mais frequentemente encontrada em mulheres, o que tem sido associado ao uso de contraceptivos orais, uma vez que estes potencializam a ação fibrinolítica local, promovendo a degradação do coágulo [3]. O presente trabalho teve como objetivo demonstrar, mediante revisão integrativa da literatura, se o uso de contraceptivos orais possui influência no desenvolvimento da osteíte alveolar após extração dentária de terceiros molares, de modo a elucidar profissionais e acadêmicos da área odontológica sobre a possível relação e orientar o manejo terapêutico desses pacientes. **MATERIAL E MÉTODOS:** A revisão da literatura se deu mediante busca bibliográfica nas bases de dados online PubMed/MEDLINE, Science Direct e BIREME, a partir do uso dos descritores “alvéolo seco”, “anticoncepcionais orais”, “extração dentária” e “terceiros molares”, sendo avaliados os trabalhos publicados nos últimos 20 anos. Foram incluídos apenas estudos dos tipos prospectivos ou retrospectivos que analisaram os riscos de desenvolvimento de osteíte alveolar após extrações dentárias de terceiros molares em pacientes usuários de contraceptivos orais, não fazendo distinção quanto à faixa etária da população pesquisada, ao número de participantes da pesquisa e à linguagem de publicação do trabalho. Os estudos que analisaram a relação entre o uso de anticoncepcionais e osteíte alveolar conjuntamente à eficácia de algum composto no tratamento ou prevenção desta condição, os que possuíam como amostra grupos dentários além dos terceiros molares ou que não deixavam claro o grupo dentário analisado e os que não apresentavam informações quanto ao número de pacientes em uso de anticoncepcionais foram excluídos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Mediante estratégia de busca foram identificados 127 artigos. A partir da triagem de títulos e resumos, obteve-se 33 trabalhos em texto integral, dos quais, após remoção de 19 duplicatas, 04 foram selecionados para inclusão na revisão. Os tamanhos das amostras pesquisadas variaram entre 65 e 363 pacientes, com idades entre 12 e 78 anos, totalizando 1.102 participantes, sendo 811 mulheres, das quais 293 em uso de anticoncepcionais orais. A influência dos contraceptivos orais no desenvolvimento da osteíte alveolar após extração de terceiros molares é fator de discordância entre autores, mesmo que a maior parte deles confirme esta relação. **CONCLUSÕES:** Embora não se tenha total consenso sobre a influência dos contraceptivos orais no desenvolvimento da osteíte alveolar após extração de terceiros molares, o atendimento de pacientes em uso deste medicamento deve ser realizado de forma cautelosa e com monitoração pós-operatória meticulosa, a fim de evitar ou tratar precocemente a condição. Mais estudos relacionados à temática se fazem necessários. **AGRADECIMENTOS:** À professora orientadora Michelle Inês e Silva e ao UNIFAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BLONDEAU, F.; DANIEL, N. G. Extraction of impacted mandibular third molars: postoperative complications and their risk factors. *J Can Dent Assoc.* Quebec, v. 73, n. 4, p. 325, maio. 2007; [2] ALMEIDA, L. E. et al. Effects of oral contraceptives on the prevalence of alveolar osteitis after mandibular third molar surgery: a retrospective study. *Int J Oral Maxillofac Surg.* Milwaukee, v. 45, n. 10, p. 1299-1302, out. 2016; [3] GARCIA, A.G. et al. Does oral contraceptive use affect the incidence of complications after extraction of a mandibular third molar?. *Br Dent J.* Santiago de Compostela, v. 194, n. 8, p. 453-445, abr. 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

INFOGRÁFICO E EMBRIOLOGIA: POSSIBILIDADE DE ESTUDOS ATRAVÉS DE MATERIAIS DIDÁTICOS NA FORMAÇÃO EM ODONTOLOGIA

Mariana Olímpio Vieira (IC marianaolimpiovieira06@gmail.com.), Luiza Noemia Pereira Campos (IC luiza.pereira10@yahoo.com.br), Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT**²(PQ)

1- Curso de Odontologia, 2-Professor Centro Universitário UNIFAMINAS.

Palavras-chave: ciência, mídia, expansão do conhecimento.

APRESENTAÇÃO: Estudos têm mostrado que os desenvolvimentos de materiais instrucionais na forma de infográfico podem contribuir para a melhoria da aprendizagem e facilitar o entendimento em disciplinas consideradas difíceis, como Histologia e Embriologia [1]. Os infográficos são um conjunto de informações verbais e não verbais expostas em um único espaço de forma clara e objetiva. O intuito principal é sintetizar sobre determinado assunto e torná-lo atrativo para o público-alvo. Apesar de serem mais utilizados para fins informativos e educacionais, os infográficos são recursos versáteis e possíveis de abordar qualquer tipo de conteúdo. É notório nos infográficos o uso de imagens, multimídia, ícones e meios informáticos, fazendo com que seja usado como fonte de pesquisa, esquema para trazer discussões e também um recurso para educação à distância. O objetivo deste trabalho foi construir um infográfico sobre o desenvolvimento embrionário dentro da disciplina de Histologia e Embriologia do Centro Universitário UNIFAMINAS. **DESENVOLVIMENTO:** O infográfico é um tipo de texto adaptado para as exigências contemporâneas, pois permite interpretações variadas e rápido acesso. Isso por que se torna necessária a mediação e divulgação de diversos assuntos, principalmente informativos e educacionais para a plena consolidação do acesso às informações, visto que estas são acessadas mais facilmente através das mídias sociais. Cabe salientar ainda que as infografias propiciam novos alfabetismos e inovadoras capacidades de produção e compreensão do texto, além de estimular o senso crítico e reflexivo do auditório leitor. Para a construção do infográfico, realizamos uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos e livros [2,3,4]. O material foi selecionado de forma a mostrar informações sobre os processos de fecundação e fertilização. Para a confecção do infográfico utilizamos o programa Powtoon, o produto final, foi um vídeo elaborado pela equipe com informações textuais e imagens com duração de três minutos. O material foi apresentado em forma de seminário dentro da disciplina de Histologia e Embriologia do curso de Odontologia e posteriormente disponibilizado na página do Instagram do curso (Odonto4unifaminas). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A utilização de infográficos nos dias atuais já é recorrente. A principal finalidade ao elaborar uma infografia é torná-la atrativa e interessante ao leitor, de modo que seja consumida. Dessarte, os infográficos se tornam aliados para a disseminação do conhecimento e do acesso à informação científica, visto que o uso de termos técnicos, textos longos e palavras cultas não são característicos desse tipo de recurso. Sendo assim, se torna mais acessível e compreensível para diversos tipos de público. Acreditamos que os infográficos podem estimular a criatividade e exercitar a capacidade intelectual, bem como de se expressar, seja de forma artística ou comunicativa. Por fim, apostamos que os infográficos podem ser uma ferramenta melhor estudada e elaborada pela comunidade acadêmica a fim de contribuir para a aprendizagem dos estudantes. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] ARAÚJO, Thiago Moraes Silva de. Possibilidades da infografia para o ensino de biologia: um olhar a partir da revista Superinteressante. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.[2] Moore KL, Persaud TVN. Embriologia Clínica. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2008,[3] Freitas LAM, Barroso HFD, Rodrigues HG, Aversi-Ferreira TA. Construção de Modelos Embrionológicos com material reciclável para uso didático. Biosci J. 2008;24(1):91-7, [4] Perotta B, Fiedler PT, Santos SHPD, Hirose TE, Rodrigues ALM, Oliveira SAD, et al. Demonstração prática do desenvolvimento pulmonar humano. Arq Apadec. 2004;8(Supl. 2):14 [5] SOUZA, Juliana Alles de Camargo. Infográfico: modos de ver e ler ciência na mídia.. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso. vol.11 no.2. São Paulo.2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457323502>. Acesso em: 27 ago.2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

TRABALHOS DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

A APLICABILIDADE DO DIREITO DAS SUCESSÕES SOBRE BENS DIGITAIS

Raissa da Silva **LOURENA** (IC – rslourena@gmail.com)¹, Rayanne de Oliveira **SANTOS** (IC)¹ e Danielle Caroline Campelo Silva (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS-MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Bens digitais. Herança digital. Direito das sucessões.

INTRODUÇÃO: Na contemporaneidade é evidente como os meios digitais vêm ganhando importância social. É nítida a digitalização sendo manifestada desde compras *online*, entretenimentos, até transações bancárias. Surge nesse meio, diversas indagações a respeito da destinação dos bens digitais após a morte do detentor. O presente artigo busca elucidar o atual cenário da herança digital no contexto brasileiro. **DESENVOLVIMENTO:** Para o doutrinador Bruno Zampier Lacerda, bens digitais seriam “*bens incorpóreos, os quais são inseridos na internet por um usuário, consistindo em informações de caráter pessoal que trazem alguma utilidade àquele, tendo ou não conteúdo econômico*” [1]. Percebe-se, portanto, que esses ativos incorpóreos, uma vez possuindo utilidade para seu detentor, tornam-se parte do patrimônio de seus titulares, ocasião em que precisam ser abarcados por normas que resguardam os direitos no universo digital. Desse modo, visando o amparo jurídico, surgiram legislações específicas para as relações na rede, tais como a Lei Ana Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/12) que tipificou os chamados delitos informáticos, a Lei do E-commerce (Decreto Federal nº 7.962/13), cujo objetivo é regulamentar o Código de Defesa do Consumidor, dispondo sobre relações de comércio eletrônico, e a mais recente lei em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) com o fito de regulamentar o tratamento de dados pessoais de clientes e usuários por parte de empresas públicas e privadas. Nesse interim, percebe-se que os dados pessoais vêm se tornando produto cada vez mais precioso, justificando assim a necessidade de sua proteção no âmbito da sucessão. Embora não haja previsão legal expressa no ordenamento jurídico sucessório referente aos bens digitais, é totalmente lícito a aplicação das regras sucessórias por analogia. Diante disso, bens como e-books, milhas aéreas, softwares baixáveis, cursos online entre outros, são totalmente passíveis de sucederem aos herdeiros do *de cujus*. Entretanto, deve-se ressaltar que os direitos da personalidade de privacidade e intimidade são extrapatrimoniais vitalícios, ou seja, conversas em redes sociais e trocas de e-mails não devem ser transmitidos, sob pena de violar os princípios de ordem fundamental. Nesse prisma, enquanto não há lei específica ao tema herança digital, o caminho dos doutrinadores para suprir a lacuna existente é a produção de testamento com a expressa manifestação de vontade em transmitir ativos digitalizados, haja vista o imenso avanço dos bens digitais que se encontram na nuvem, evitando assim, o seu perecimento [2]. **CONCLUSÃO:** Através desse breve estudo, podemos considerar que o avanço tecnológico está cada vez mais enraizado na sociedade, de modo que se torna imprescindível uma inovação pelo ordenamento jurídico, no intuito de resguardar o direito de herança sobre os bens digitais do *de cujus*. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS, pelo incentivo e apoio à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LACERDA, Bruno Torquato Zampier. Bens Digitais. Indaiatuba: Editora Foco Jurídico, 2017. [2] LARA, Moisés Fagundes. Herança Digital. Porto Alegre: S.C.P. 2016.

Área de Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA.

Heitor **ALVIM**(IC-haraspalma@gmail.com)¹, Joyce **GUEDES** (IC)¹, professor Anderson **LOURENÇO**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor 1. Centro Universitário FAMINAS –UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000-Muriaé-MG

Palavras-Chave: Princípio da insignificância, crime de bagatela, delegado de polícia.

APRESENTAÇÃO: O princípio da insignificância incide nos delitos que devido a desproporção entre a conduta praticada e a sanção a ser imposta, não devem ser puníveis, visto que a lesão é irrelevante, não causando nenhum dano. Com base em análise jurisprudencial e doutrinária, objetiva-se fazer uma reflexão, se pode ou não o delegado de polícia se utilizar de tal princípio para afastar a punibilidade dos delitos não lesivos, frente ao cenário jurisdicional e prisional brasileiro, a fim de evitar a morosidade e a desproporção. **DESENVOLVIMENTO:** *A priori*, tem-se que o poder punitivo estatal deve reprovar o mal produzido pela conduta realizada pelo agente, bem como prevenir infrações futuras. Neste cenário, aborda-se o princípio da insignificância, que ocorre quando uma ação tipificada como crime, praticada por determinada pessoa, é irrisória, não causando nenhuma lesão à sociedade, à vítima e ao ordenamento jurídico. Conforme aduz a doutrina prevalente e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deve ser afastada a tipicidade em seu conteúdo material para que possa haver o reconhecimento de tal princípio, devendo ser levado em consideração a relevância do bem que é objeto da proteção. No que tange a aplicabilidade do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia, para certa corrente doutrinária, a citar Távora e Alencar (2014), não cabe a aplicação, pois segundo tais, a autoridade policial deve se restringir a analisar somente a tipicidade formal, logo, estaria afastada a análise da tipicidade material e do princípio que trata das bagatelas. Porém, segundo outro posicionamento doutrinário, com o qual compactua-se, o reconhecimento do crime de bagatela não iria interferir na atuação do Ministério Público quanto à titularidade da ação penal, vez que, mesmo a autoridade policial reconhecendo a insignificância e conseqüentemente o afastamento da tipicidade material do delito, nada obstará o promotor de oferecer a denúncia. Conforme ensina Cleber Masson (2015, pág. 44), ao comentar uma decisão da corte superior, “[...] o princípio da insignificância afasta a tipicidade do fato. Logo, se o fato é atípico para a autoridade judiciária, também apresenta igual natureza para a autoridade policial.”. Ainda, quanto a atividade policial, oportuno citar a redação da lei 12.830/2013, que trata da investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Através da leitura do artigo 2º Caput e de seu § 6º, da referida lei, conclui-se que as atribuições do Delegado de Polícia Judiciária são de natureza jurídica, fundamentais ao funcionamento estatal, sendo o indiciamento ato privativo do delegado, que deverá, de forma fundamentada, apontar a indicação de autoria e materialidade. Entende-se também que não é cabível a imputação da prevaricação, pois o servidor cumpre com suas obrigações inerentes ao cargo ou função, visto que, através de análise-técnica jurídica afere a atipicidade material, havendo trabalho intelectual em torno do caso para chegar em sua decisão. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com base no que foi pesquisado, entende-se que devido a discricionariedade atribuída ao delegado de polícia, bem como a sua capacidade de análise técnico-jurídica, há viabilidade e também necessidade deste servir como filtro para o que de fato é palpável a *ultima ratio* penal, sem sofrer com isso qualquer sanção. Salienta-se que isso não iria interferir na atuação do Ministério Público no que tange à titularidade da ação penal, pois nada impediria o oferecimento da denúncia, mesmo esta sendo incoerente, por faltar tipicidade material. **BIBLIOGRAFIA:** TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. 9º Ed. Revista, ampliada e atualizada. - Salvador: Jus PODIVM, 2014. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte geral. 8ª ed. São Paulo: Editora Método, 2015. BRASIL. Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013. Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Brasília, DF, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12830.htm > Acesso em: 28 de julho de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

A FALSA IDEIA DE AUTOMATIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR FRENTE À PANDEMIA

Lorena Dutra **MOREIRA** (lorennadutra2016@gmail.com)¹, Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: prisão domiciliar, pandemia, requisitos.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem por escopo realizar um estudo acerca da concessão de prisão domiciliar frente à pandemia, mas especificamente tratar sobre a falsa ideia de que a mesma ocorre de forma automática, apenas pela testagem positiva para a COVID-19 a quem se encontra recolhido ao cárcere no Estado de Minas Gerais. **DESENVOLVIMENTO:** O surto do coronavírus está trazendo impactos não apenas na saúde, na economia, mas também no direito. Sendo assim, é necessário conhecer o instituto da prisão domiciliar em consonância com as portarias já elaboradas, uma vez que não é todo encarcerado que se encontra nas condições específicas estabelecidas pela Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020. Desse modo, o artigo 317 do CPP/41 conceitua a prisão domiciliar, que consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. Todavia, para que seja decretada qualquer medida cautelar, a mesma fica a cargo do juízo de necessidade e de adequação conforme preceitua os termos do artigo 282, do CPP/41. Dessa maneira, o juízo deve considerar “a gravidade e demais circunstâncias do fato, bem como as condições pessoais do acusado” [1], sobre o qual virá a recair a medida cautelar. Lado outro, o artigo 318 do *Codex* mencionado, em seus 06 incisos, volta-se a hipóteses que extrapolam o âmbito ordinário de ponderação sobre a necessidade e adequação. Trata-se de circunstâncias que reclamam tratamento jurídico diverso em razão do incremento de bens jurídicos em questão. Portanto, com o advento da pandemia, o Poder Judiciário tem sido provocado por inúmeros pedidos de concessão de prisão domiciliar acompanhados de um teste positivo para a COVID-19, com fundamentação principal na aplicação da Recomendação nº 62/2020 do CNJ. Entretanto, não obstante ao risco exponencial de contágio nos sistemas prisionais, a simples consideração de que o mundo se encontra em uma pandemia, ou ainda, o fato do preso testar positivo não são suficientes para a concessão de prisão domiciliar, sob pena de soltura aleatória e irrestrita de todos os presos, colocando em risco a própria sociedade [2]. Isso porque os requisitos já existentes precisam ser supridos, ou seja, é necessário, para além da doença grave, que o indivíduo esteja extremamente debilitado pela enfermidade, conforme artigo 318, II, do CPP/41, bem como seja demonstrada a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional. Com a finalidade de dirimir o problema, a Portaria nº 135/2020 foi criada para estabelecer padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando à prevenção da disseminação do coronavírus. Assim sendo, o preso que testa positivo para o vírus, deverá ser separado dos demais, bem como isolado em área específica, além de receber tratamento médico e outros cuidados estabelecidos pela portaria. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Face do exposto, a concessão da prisão domiciliar frente à pandemia não é automática para os encarcerados que testam positivo para a COVID-19. No entanto, conforme as portarias divulgadas, recomenda-se que todos os presos condenados em regime aberto e semiaberto, em virtude de não pagamento de pensão alimentícia, e os que se enquadram no grupo de risco, sigam para a prisão domiciliar. Porém, o juiz analisará minuciosamente cada caso, além de ponderar sobre todos os requisitos já mencionados. Por fim, sabe-se que o direito não é uma ciência absoluta e por isso, a prisão domiciliar não deve ser ignorada pelo Poder Judiciário, todavia, não deve ser a solução para todos os casos, mas sim uma forma de melhorar e adaptar os cárceres de Minas Gerais. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] **PACELLI**, Eugênio. Curso de Processo Penal. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 498. [2] **MACHADO**, Eric Nunes Novaes. **Concessão de prisão domiciliar para preso com Covid-19 não é automática**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-22/eric-machado-prisao-domiciliar-presos-covid-19>>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A FINALIDADE MEDIATA DO DIREITO PENAL E SEU REFLEXO NA SOCIEDADE

Vitória **LORETI** (IC-vitorialoreti@outlook.com) ¹, Luísa **BRAGA**,

Anderson **LOURENÇO (PQ)** ².

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário *FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras – Chave: Sociedade, Informação e Direito Penal.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem a função de analisar a finalidade mediata do Direito Penal e realizar um paralelo de que, quando sua finalidade é alcançada trás à sociedade confiança institucional dos atos praticados pelo judiciário. **DESENVOLVIMENTO:** O Direito Penal é a disciplina que tem por objetivo regular o exercício do poder punitivo do Estado, dessa forma sabemos que se um agente pratica uma conduta que está prevista como crime receberá uma sanção. No Direito Penal existem duas finalidades: a imediata e a mediata. Aqui, abordaremos mais profundamente a finalidade mediata (ou indireta), que consiste na promoção da segurança jurídica. No cenário atual, há um fator externo, que podemos chamar de propagação da desinformação que influencia na aplicação das normas, deixando as pessoas indagadas com as sanções impostas aos indivíduos, causando insegurança jurídica em relação às próprias instituições incumbidas da aplicação das normas. Uma pesquisa realizada pelo site DataSenado, em 2013, ouviu 811 pessoas maiores de 16 anos, os dados nela levantados revelam que 7,8% não tem nenhum conhecimento da Constituição de 1988 e 35,1% declaram ter um conhecimento baixo. Sabemos que a nossa Constituição é extensa, mas nela temos nossos direitos expressos. Assim como a Constituição, o Direito Penal tem suma importância em nossa vida, faz com que os indivíduos não violem suas normas, objetivando causar redução na violência e um sentimento de confiança no Estado, ou seja, a principal finalidade do Direito Penal é a preocupação em reduzir ao mínimo a hostilidade estatal. As leis e normas penais, assim como todo ordenamento jurídico, não visam causar insegurança e medo à sociedade, seus principais objetivos são mostrar que são eficazes, alcançar a pacificação social, defesa dos interesses da coletividade, mostrar a sociedade que as leis e normas serão aplicadas de forma correta e os direitos essenciais como a paz social, segurança e lazer serão garantidos. Para que a população entenda a forma em que uma lei é aplicada é necessário não apenas saber os fatos, mas sim os motivos que as cercam, atualmente a mídia não faz isso, apenas relata notícia com os acontecimentos que lhe são mais favoráveis. Para combater esse problema da propagação da desinformação, antes de compartilhar uma notícia é necessário que cada um analise o conteúdo não apenas lendo-o, mas também buscando outros meios para desvendá-lo e verificar sua veracidade. Outro problema que foi citado é o acesso às informações, principalmente quando se trata dos nossos direitos, sendo eles os principais que estão dispostos na Constituição, por isso é necessário que isso seja tratado em escolas públicas e privadas e que os professores recebam orientações para falarem aos seus alunos a importância dos nossos direitos e claro, dos nossos deveres. A única solução para um país mais digno e transparente não é a intervenção do Estado nos canais de comunicação e sim que cada indivíduo entenda que a função do Estado é proporcionar a segurança aos atos praticados pelo judiciário. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A finalidade mediata do Direito Penal é promover a segurança jurídica, causando a população segurança aos atos jurídicos praticados, esta deve analisar de maneira parcial as informações que recebem para que assim não prejudique o cumprimento dessa finalidade, ainda é válido dizer que o conhecimento básico das leis, sejam penais ou em outras esferas, possuem total importância na vida privada ou pública. As normas e leis viraram minhas melhores amigas, junto a elas soube que sou igual aos demais e livre para exercer os meus direitos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SASSE, Cintia. **Pesquisa DataSenado mostra que poucos conhecem realmente a Constituição**, disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/10/25/pesquisadatasenado-mostra-que-poucos-conhecem-realmente-a-constituicao-do-pais>>. Acessado em: 24/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO.

A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA

Taynara DUTRA ([IC - taynara_md@hotmail.com](mailto:IC-taynara_md@hotmail.com))¹ e Thaysa AQUINO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: constituição, morada, família, penhora.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem como finalidade analisar o bem de família no que tange ao conceito, fundamentos, espécies de impenhorabilidade e dívida alimentar. O bem de família foi inserido em nosso ordenamento jurídico com o advento do Código Civil de 1916, regulamentado pelos artigos 70 a 73 deste, e permaneceu no atual Código Civil de 2002, inserido no Direito de família e também regido pela Lei 8.009/90. **DESENVOLVIMENTO:** Considera-se bem de família todo bem imóvel, urbano ou rural, que serve de proteção à moradia da família. É protegido por meio de previsões legais específicas e pelo [Código Civil](#). A Lei 8.009/90, em seu artigo 1º, é extremamente clara ao conceituar o bem de família, dizendo que o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas na lei. Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 226 que a família é a base da sociedade, e possui especial proteção do Estado. Via de regra, o bem de família não é passível de ser executado para saldar relação obrigacional, disto decorre uma característica, qual seja, a impenhorabilidade do bem de família. No entanto, com o intuito de proteger o credor, a lei trouxe casos de exceção a essa regra, desde que haja um critério objetivo. À luz do artigo 1.711 do Código Civil, o bem de família não pode exceder a um terço do valor líquido do patrimônio, havendo uma limitação para poder exercer essa proteção. O artigo 2º da referida lei faz referência a algumas exceções sobre as quais não se aplicariam a impenhorabilidade, como os bens automóveis, as obras de arte e os objetos suntuosos. O artigo 3º dispõe sobre a impenhorabilidade do bem, sendo oponível essa impenhorabilidade a todos os tipos de processo de execução, como civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, mas com algumas ressalvas, vejamos: A Lei 13.144/15 alterou o inciso III, do artigo 3º, da Lei 8.009/90, estabelecendo que a impenhorabilidade do bem de família não se aplica em casos de pensão alimentícia, sendo possível a penhora do bem por dívida de alimentos; quando incidir em dívidas contraídas em função do próprio imóvel de propriedade familiar, como por exemplo, o IPTU. Desta forma, ainda que o bem seja considerado de família responderá por tais dívidas. Vale ressaltar que caso a família faça um financiamento a fim de adquirir o bem de família, o financiamento precisará ser quitado, pois caso contrário, as dívidas do financiamento poderão ser arcadas com o próprio bem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante dos fatos mencionados, percebe-se que tanto o Código Civil quanto a Lei nº 8.009/90 demonstram a preocupação do Estado com a família. Conforme dispõe a Constituição Federal, a família é a base da sociedade, sendo assim, o legislador vislumbrou a necessidade de dar proteção para tal instituto através da impenhorabilidade do bem de família, que abrange muito mais do que a interpretação de casa, abrigo e local onde o ser humano vive e se protege, é também onde ocorre a formação da personalidade e do caráter do indivíduo, bem como a relação de afeto familiar. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pelo apoio concedido e à Professora Thaysa Aquino por ser minha orientadora e ter desempenhado tal função com profissionalismo e dedicação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOUZA, Felipe. **Impenhorabilidade do bem de família – efeitos práticos de seu registro nos termos do Código Civil**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/266579/impenhorabilidade-do-bem-de-familia-efeitos-praticos-de-seu-registro-nos-termos-do-codigo-civil>. Acesso em: 14/08/20. [2] BRASIL. Lei 8.009/90. Lei de Impenhorabilidade do Bem de Família, de 29/03/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8009.htm. Acesso em 14/08/20. [3] AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Bem de Família: Com Comentários à Lei 8.009/90**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A LEGALIDADE DA PENHORA ONLINE EM CONTA SALÁRIO

Lorena Dutra **MOREIRA** (lorennadutra2016@gmail.com)¹, Taynara **DUTRA**¹, Thaysa **AQUINO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: penhora; BacenJud; saldo salário.

APRESENTAÇÃO: É cediço que o procedimento executivo está previsto no CPC/15, sendo certo que há admissibilidade de execução de título judicial ou extrajudicial. Com efeito, para que seja satisfeito o crédito exequendo, o diploma legal discrimina certos atos de constrição, como a penhora. Nos dizeres de Alexandre Câmara [1], “penhora é o ato de apreensão judicial dos bens que serão empregados, direta ou indiretamente, na satisfação do crédito exequendo”. Importante salientar que a penhora deve recair sobre bens penhoráveis. Todavia, atualmente, há entendimentos, que admitem a possibilidade da penhora recair sobre bens considerados impenhoráveis pela legislação, como o saldo salário. **DESENVOLVIMENTO:** O artigo 835, do CPC/15 elenca a ordem de preferência da penhora, sendo o dinheiro o primeiro item elencado. Vale lembrar que no que tange à penhora on-line, inicialmente, esta ocorrerá por meio de um sistema eletrônico controlado pelo Banco Central denominado BacenJud. Cumpre destacar que o STJ possui entendimento no sentido de que “não é preciso o esgotamento dos meios de localização do patrimônio do devedor para se admitir a penhora pelo sistema BacenJud, sendo, ao contrário, permitida tal espécie da penhora antes mesmo de qualquer outra medida executiva” [2]. Além disso, o magistrado deve fazer acesso ao sistema, para que seja efetivada a penhora on-line, sem dar prévia ciência ao executado, em virtude do risco de dilapidação de seu patrimônio. Contudo, quando se fala em ciência do executado, tal ato se refere à intimação, pois no processo de execução é indispensável a citação do executado, além de ser necessário o transcurso do prazo para pagamento antes da realização da penhora on-line. Ademais, o bloqueio eletrônico de dinheiro se apresenta um ato preparatório da penhora, uma vez que somente após a sua efetivação e posterior intimação do executado, através de seu advogado ou pessoalmente, é que o bloqueio eletrônico irá se converter em penhora. Vale ainda mencionar que a regra geral, anteriormente adotada, era a de que o saldo salário era considerado absolutamente impenhorável, salvo para o pagamento de dívida alimentar bem como quando o salário percebido pelo devedor fosse superior a 50 salários mínimos mensais. Todavia, no momento, deve ser levado em conta o recente posicionamento do STJ. A controvérsia é no sentido de que deve ser relativizada a regra da impenhorabilidade do salário, de modo que possa ser utilizado para satisfazer parcialmente outras dívidas. No julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial número 1.518.169/DF, a Corte admitiu a possibilidade de penhora sobre o saldo salário, considerando até então como relativamente penhorável. Quanto ao percentual admitido para efeitos de penhora, tem-se entendido que até o limite de 30% não será afetada a subsistência do executado, uma vez que o mesmo precisa arcar com suas necessidades básicas e de sua família, devendo o magistrado se ater às peculiaridades do caso concreto. Importante expor, ainda, que nas ações de alimentos vem sendo reincidente os requerimentos de penhora on-line, por tal medida ser célere na satisfação do débito alimentar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, com a decisão do STJ surge a possibilidade de penhora sobre o saldo salário de dívidas de natureza não alimentares, devendo cuidadosamente o julgador analisar o caso concreto para que a restrição de valor não prejudique a dignidade e consequentemente o sustento do devedor e de sua família. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário UNIFAMINAS pela elaboração do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. [2] NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. Volume único. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. [3] SOUZA, André Pagani de. **Penhora de salário na atual visão do Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/CPCnaPratica/116,MI289048,71043-Penhora+de+salario+na+atual+visao+do+Superior+Tribunal+de+Justica>>. Acesso em: 24/07/20.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A POSSIBILIDADE DOS ALIMENTOS AVOENGOS ENTRE NETOS E AVÓS

Raissa da Silva **LOURENA** (IC – rslourena@gmail.com)¹, Rayanne Gonçalves dos **SANTOS** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS-MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Alimentos. Direito de família. Responsabilidade dos netos.

INTRODUÇÃO: A família é uma instituição social que permeia pelo princípio da solidariedade familiar, constituindo entre seus membros o dever de auxiliar uns aos outros com o fito de resguardar a dignidade humana. Nota-se, portanto, a importância que as prestações alimentícias possuem na manutenção das necessidades de um indivíduo. Frente a essa realidade, o presente artigo abordará a possibilidade dos avós requererem pensão alimentícia de seus netos através de uma ação de alimentos perante o Poder Judiciário. **DESENVOLVIMENTO:** Nos primórdios da sociedade, a família só era reconhecida através de cerimônia religiosa. Depois de um lapso temporal, o conceito família foi se ampliando, e atualmente nos deparamos com avós possuindo a responsabilidade sobre seus netos, tornando-se os únicos competentes pela criação e subsistência enquanto menores. Após atingirem a maioridade, muitos netos deixam seus avós para construírem suas vidas particulares e muitas das vezes não se atentam às necessidades financeiras destes, que por muito esforço exerceram o papel familiar para com seus netos. Surge então, a indagação sobre a existência de haver a inversão da pensão alimentícia, ou seja, os avós impetrarem ao pedido de alimentos. Nos termos do Código Civil, em seu artigo 1.696 aduz que “o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros [1]. Nota-se, por analogia, que a obrigação de prestar alimentos não se limita apenas a pais/avós, devendo concorrer aos filhos/netos nos casos de necessidade comprovada. Ademais, a responsabilidade dos netos perante os avós, encontra-se amparada pelos princípios constitucionais norteadores do Direito de Família, como é o caso do princípio da dignidade da pessoa humana, respaldado em nossa Carta Magna [2]. Nesse sentido, ao depararmos com a finalidade dos alimentos que é a garantia de subsistência dos necessitados aos quais são amparadas por seus familiares, concluímos que o idoso pode escolher o neto para prover seu sustento. **CONCLUSÃO:** Diante deste breve estudo, conclui-se que a incumbência de alimentos avoengos pode ser realizada de forma inversa, podendo os netos custear as necessidades materiais de seus avós, através de prestações alimentícias. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS, pelo incentivo e apoio à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. [2] BRASIL. Constituição Federal da República Federativa. 1988.

Área de Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

A POSSIBILIDADE DOS CONTRATOS ONEROSOS NA TÉCNICA DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA DE GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO

Raissa da Silva LOURENA (IC – rslourena@gmail.com)¹, Rayanne Gonçalves dos SANTOS (IC)¹ e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS-MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras chave: Contrato oneroso; Famílias ectognéticas; Gestação por substituição

APRESENTAÇÃO: A família é uma instituição social, reconhecida e protegida pelo Estado, que se destaca por evoluções biotecnológicas, permitindo novas possibilidades de formação familiar, dentre elas, as famílias ectogenéticas, caracterizadas como forma de parentalidade constituída por meio de técnicas de reprodução humanamente assistida através de um útero de substituição, formalizada por um “contrato de gestação” não oneroso. Entretanto, esta pesquisa analisará a possibilidade de legitimar os contratos onerosos em decorrência do uso desta técnica, popularmente conhecida como “barriga de aluguel”. **DESENVOLVIMENTO:** Em síntese, o contrato é um acordo livre e espontâneo de vontade instituído entre duas ou mais pessoas, cuja finalidade é estabelecer relações negociais, de forma a assegurar garantias a ambas as partes [1]. Quanto ao contrato de gestação de substituição, o ordenamento jurídico pátrio não apresenta legislação específica, havendo apenas a Resolução nº 2.168/2017, proveniente do Conselho Federal de Medicina [2] para orientar a prática médica, aduzindo que a cedente temporária da técnica de reprodução humana assistida deve pertencer à família de uns dos parceiros, em parentesco consanguíneo até o quarto grau. Caso não haja este laço consanguíneo, a reprodução fica à mercê da autorização do Conselho Regional de Medicina, devido a riscos biológicos e psicológicos que possam surgir. Referida resolução salienta que a “a cessão temporária do útero não poderá ter caráter lucrativo ou comercial”, acarretando indagações no âmbito do Direito Civil, bem como do Direito Penal, por não existir legislação acerca do tema. Sob a ótica favorável à eficácia deste negócio jurídico oneroso, acerca da gestação de substituição, tem-se que todo indivíduo possui o direito de escolha com relação ao planejamento familiar e, portanto, a utilização de métodos que não coloque em risco a saúde e vida do casal. Outrossim, o objeto deste contrato é a capacidade reprodutiva de uma mulher, considerando que esta é a técnica utilizada, vinculando-se à cessão temporária do meio para viabilizar a reprodução, não inserindo-se, portanto, no quesito de indisponibilidade do objeto, não havendo, diante disso, violação à dignidade da gestante. No tocante ao Direito Penal, embora o art. 238 do ECA e o art. 15 da Lei nº 9.434/97, apontarem como crime, deve-se ressaltar que as partes, ao pactuarem o contrato de gestação, não estão sendo influenciadas por condutas criminosas, mas sim pela satisfação pessoal, sem lesionar direito alheio. Imperioso destacar que eventual contribuição econômica, ensejaria a supressão de possíveis fraudes, assim como a má-fé, considerando a necessidade em demonstrar o seu caráter oneroso para eliminar seus defeitos. **CONCLUSÃO:** Nota-se que as técnicas de reprodução assistidas necessitam de uma regulamentação, com o fito de resguardar os direitos de ambas às partes ao cumprimento do contrato gestacional, haja vista que a falta de regulamentação gera insegurança jurídica àqueles que buscam alternativas para constituírem seu projeto familiar e, diante questionamento de invalidade de contrato oneroso de gestação por substituição, que prospere a prevalência do bem-estar da criança em conluio ao casal idealizador do projeto parental. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS, pelo incentivo e apoio à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Contratos e atos unilaterais. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [2] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA: Resolução nº 2.168, de 21 de setembro de 2017. [3] ROJAS, Aline Cristina. (Im) possibilidade de validação dos contratos onerosos que versem sobre gestação por substituição. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. 109 f. Brasília: 2016.

Área de Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 - Direito

A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE REPARAÇÃO CIVIL POR DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO

Carolina Luzia Bombier de **OLIVEIRA** (IC – carolbombier5@gmail.com)¹, Nara Ferreira de Andrade **CARVALHO** (IC)¹ Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário UNIFAMINAS - 36888-233 - Muriaé – MG

Palavras-chave: adoção; devolução; responsabilidade civil.

APRESENTAÇÃO: A principal finalidade da adoção é a reintegração plena do adotando a uma nova família, de maneira que possa, dali em diante, assumir a verdadeira posição jurídico-social de um novo filho. O Estatuto da Criança e do Adolescente vincula a concretização da adoção após o trânsito em julgado da sentença, desse modo, o vínculo só passa a ser irrevogável, após alcançado esse requisito. Nesse sentido, um grande problema vem sendo enfrentado pelos tribunais, a devolução da criança durante e após o processo de adoção. Diante disso, surgiu a importância da discussão a respeito da responsabilidade civil das famílias que desistem da adoção.

DESENVOLVIMENTO: Caio Mário da Silva Pereira define com excelência o instituto da adoção como sendo o “ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer parentesco consanguíneo ou afim” [1]. Nesse viés, infere-se que a responsabilidade civil está ligada a esse assunto principalmente à noção de reparação de dano, configurando grave ofensa a dignidade do adotando. Segundo Sérgio Cavaliéri Filho, a responsabilidade civil “designa o dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de outro dever jurídico” [2]. Trazendo tal conceito para o cenário de desistência da adoção, observa-se que a possibilidade de responsabilização civil nesse caso deve ser analisada em três vertentes ou momentos distintos. O estágio de convivência na generalidade é o primeiro contato permanente com a futura família, considerado como um período de adaptação, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 46, ao estabelecer que “a adoção será precedida de estágio de convivência, pelo prazo máximo de 90 dias, podendo ser prorrogado uma vez por igual período” [3]. A guarda provisória é a etapa que regularmente dá continuidade ao estágio de convivência concluído com sucesso, ainda que existam hipóteses que não há a necessidade de estágio prévio. Essa guarda muitas vezes é sucessivamente renovada e já atribui aos adotantes amplos deveres parentais para com os adotados. Em suma, o ato de desistência da adoção no período de convivência, não autoriza o reconhecimento da responsabilidade civil, uma vez que esse estágio foi inserido com o objetivo de analisar se a criança está se adaptando ao novo meio familiar. Diferente, quando tratamos da desistência da guarda provisória, se a desistência se operar **depois de constituído, um vínculo sólido, em virtude do prolongamento do período de guarda, poderá ensejar responsabilidade. E por fim, a adoção somente se torna concretizada após o trânsito em julgado da sentença, passando assim a ser medida irrevogável e ensejadora de direitos e obrigações dos pais com os filhos.** Desse modo, a “devolução fática” de filho já adotado é caracterizado como ilícito civil, e, também, ilícito penal, tipificado no Código Penal como abandono de incapaz, sem prejuízo de se poder defender, para além da impossibilidade de nova habilitação no cadastro, o seguimento da obrigação alimentar, uma vez que os adotantes não podem simplesmente renunciar ao poder familiar e às obrigações civis daí decorrentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Após todo o estudo, conclui-se sob a ótica da responsabilidade civil que a desistência da adoção e a consequente “devolução” de crianças e adolescentes ofende diretamente o direito fundamental da dignidade da pessoa humana. Destarte, não há dúvida de que os adotantes devem ser responsabilizados, por ocorrer um abuso de direito por parte dos mesmos e principalmente para que a adoção não seja tratada como uma “comercialização” de crianças.

BIBLIOGRAFIA: [1] PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. [2] CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. [3] BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 - Direito

A PROBLEMATIZAÇÃO DA ADOÇÃO À BRASILEIRA FRENTE AO PROCESSO LEGAL DE ADOÇÃO

Carolina Luzia Bombier de **OLIVEIRA** (IC – carolbombier5@gmail.com)¹, Nara Ferreira de Andrade **CARVALHO** (IC)¹ Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário UNIFAMINAS - 36888-233 - Muriaé – MG

Palavras-chave: Adoção à brasileira; Família; Procedimento legal.

APRESENTAÇÃO: A adoção é um ato jurídico solene pela qual se cria uma relação jurídica de parentesco entre adotante e adotado, sendo, pois, ato que traz, para uma família, um filho, originando, assim, uma relação de parentesco, independente de relação consanguínea. Para a configuração da adoção é necessário que sejam observados diversos requisitos legais para a sua efetivação. No Brasil, observamos um tipo singular de adoção, que se intitula “adoção à brasileira”, a qual se consolida sem a observância do devido processo legal, registrando-se a criança em nome dos adotantes. Posto isso, estudaremos o tipo de adoção à brasileira, por ainda ser utilizada, em especial pela busca de se fugir das filas de adoção e da burocracia envolvida. **DESENVOLVIMENTO:** O principal objetivo da adoção é garantir à criança e ao adolescente a possibilidade de reinclusão no âmbito familiar, de modo a propiciar o seu desenvolvimento de forma plena. Em lado oposto, encontramos diversos impasses, condições estipuladas no nosso ordenamento jurídico, que, por muitas vezes, dificultam e até mesmo tornam o processo moroso. Diante disso, existem pessoas que desobedecem aos tramites legais e praticam a adoção à brasileira, considerada como o ato de registrar filho alheio em nome próprio. Madaleno (2017) destaca que essa modalidade de adoção não é regulada pelo Direito Brasileiro, baseando-se em valores morais e com respaldo da doutrina e jurisprudência, fundamentada na paternidade e maternidade sócio afetiva declarada por pessoas que se registram como pai ou mãe de filho biológico de outro, perante Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais competente. Para melhor retratar a situação que ocorrerá após essa adoção, devemos nos atentar a duas vertentes interessadas, prioritariamente, há a criança, cujos interesses são tidos como os mais valiosos, posteriormente, existem os adotantes que, em que pese tenham agido de forma irregular, muitas vezes foram motivados por razões nobres, criando laços afetivos com o adotado, vindo a concretizar o desejo de formar uma família. Apesar disso, a adoção à brasileira é tipificada como crime no Código Penal, estando expressa em seus artigos 242 e 297. Contudo, a sua ocorrência vem sendo discutido nos tribunais superiores que, a princípio, mantém o entendimento que deve prevalecer o melhor interesse da criança, sendo um entendimento sólido, constitucional e amparado pelo texto do parágrafo único do artigo 242 do código supracitado, permitindo, assim, uma excludente e a não aplicação da pena. Dessa forma, tendo a chance de rediscutir o caso em questão, quando notado que é praticado por reconhecida nobreza, ou seja, o texto lei reconhece que, de fato, há a tipificação para se evitar que crianças sejam adotadas com fins maléficis, e ao mesmo tempo, a possibilidade de casos em que o objetivo é garantir a dignidade daquele indivíduo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Frente a todo estudo realizado, é inconsistente uma conclusão sólida ou precisa acerca da prática da chamada adoção à brasileira. Por um lado, temos a mesma tipificada como crime, e em desacordo com os preceitos legais, de outro lado, devemos nos importar com a intenção do ato, podendo ser um ato de amor, praticado por alguém que deseja formar uma família, e principalmente oferecer ao menor, melhores condições de vida. Baseado nisso, reitera-se que a legislação deve passar por mudanças, findo que não encontremos tamanha contradição sobre o tema, uma vez que, o que a lei persevera ocorrer, não é a realidade, pois o judiciário vem anuindo, preservando o melhor interesse da criança e do adolescente. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

A REGULARIZAÇÃO DA ADOÇÃO *INTUITU PERSONAE* FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carolina Luzia Bombier de OLIVEIRA (IC – carolbombier5@gmail.com)¹, Nara Ferreira de Andrade CARVALHO (IC)¹ Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário UNIFAMINAS - 36888-233 - Muriaé – MG

Palavras-chave: Adoção; Intuitu Personae; Família.

APRESENTAÇÃO: Por meio da adoção é possível reinserir crianças e adolescentes em novo núcleo familiar. O procedimento enfrentado pelos futuros pais é uno, todavia, é encapsulado por diversos impasses que o tornam burocrático e moroso. Diante dos mencionados pontos negativos, surgiu, em nosso convívio, a modalidade de adoção “intuitu personae”, representada pela vontade dos pais biológicos em entregar o menor a determinada pessoa, como forma, inclusive, de eliminar o entrave burocrático em detrimento ao bem-estar do menor. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo o estudo da adoção “intuitu personae” sob a ótica do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, sustentando, assim, a possibilidade jurídica dessa modalidade de adoção. **DESENVOLVIMENTO:** O instituto da adoção sempre foi conhecido por ser um procedimento burocrático, ocasionando na lentidão do mesmo, impedindo, assim, que menores órfãos sejam, mais rapidamente, inseridos em um núcleo familiar. Esse instituto vem sofrendo diversas mudanças ao longo do tempo, singularmente com a promulgação da Lei nº 12.010/2009 que, apesar de inovar em alguns quesitos, se demonstra omissa quanto ao fenômeno da adoção “intuitu personae”, afetando, diretamente, o bem-estar da criança, traçando assim uma possível desarmonia com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Adentrando ao tema, Maria Berenice Dias define o instituto, “chama-se adoção intuitu personae quando há o desejo da mãe de entregar o filho a determinada pessoa.” [1] Essa modalidade de adoção, conforme mencionado e corroborado pela autora, é determinada quando, os pais biológicos escolhem a futura família da criança, essa decisão é feita antes mesmo do pedido de adoção chegar ao poder competente. Para a caracterização dessa adoção, é espelhado o fundamento com base no princípio do melhor interesse da criança ou adolescente a ser adotado, previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 4º e 43º. O intuito principal dessas normas é promover uma maior segurança jurídica, buscando sanar os casos de ilegalidade. Para melhor enfatizar o tema, existem diversos julgados do Superior Tribunal de Justiça, bem como informativos, onde determinam que o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente prevalece sobre a necessidade do cadastro nacional de adoção. Nessa perspectiva, expõe Sílvia Venosa “em sede de adoção, nunca deve ser esquecido que este instituto na atualidade vê o conforto e a afetividade em prol do menor e apenas secundariamente o interesse dos adotantes”. [2] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** À luz das considerações supracitadas, é conclusivo que o principal intuito de se preservar a adoção “intuitu personae” é resguardar o melhor interesse da criança e do adolescente, uma vez que, foi possibilitado a ela a efetivação do direito fundamental à convivência familiar, previsto constitucionalmente. Desse modo, é primordial analisar cada caso, com absoluta prioridade, sobrepondo à observância de todo o rito e a aplicação da letra fria da lei. Isso posto, não se deve privar o menor do novo convívio familiar, somente pelo fato da família não ter se habilitado no cadastro nacional de adoção, pois devido ao vínculo preestabelecido, poderá desencadear novos traumas à criança ou ao adolescente. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. [2] VENOSA, Sílvia de Salvo. **Direito Civil**. v. VI. São Paulo: Atlas. WALD, Arnoldo. **O Novo Direito de Família**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO INVERSO

Raissa da Silva **LOURENA** (IC – rslourena@gmail.com)¹, Rayanne Gonçalves dos **SANTOS** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS-MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Abandono afetivo. Idoso. Responsabilidade Civil.

INTRODUÇÃO: A família é uma instituição social dotada de proteção do Estado, e por esta razão, as relações ajustadas nos núcleos familiares possuem extrema importância, principalmente no que tange ao tratamento ao idoso, onde os cuidados e proteção nem sempre são exercidos. Nesse sentido, será abordado no presente artigo, a possibilidade da reparação civil pelo abandono afetivo ao idoso. **DESENVOLVIMENTO:** Na velhice, o idoso espera um amparo de todos seus familiares, principalmente dos filhos. Trata-se da solidariedade constitucional, no qual atribui a família o dever de auxiliar uns aos outros, não apenas materialmente, mas também através de cuidados físicos e morais. Esse dever decorre do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Carta Magna em seu artigo 1º, inciso III [1], onde atribui às pessoas direitos essenciais para sua jornada. Quando o abandono afetivo dos familiares ao idoso ocorre, causa uma violação a esse princípio constitucional, tornando-se cabível o reparo jurídico com o fito de sanar o dano sofrido. A palavra responsabilidade vislumbra a ideia de ser obrigado a retratar de alguma forma o prejuízo causado a outrem. Essa função de ressarcir prejuízos por ter violado os direitos de um determinado indivíduo, é destacado por vários doutrinadores como responsabilidade civil subjetiva. Dessa forma, leciona Carlos Roberto Gonçalves: “*Diz-se, pois, ser subjetiva a responsabilidade quando se esteia na ideia de culpa. A prova de culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável*” [2]. No âmbito jurídico, a responsabilidade civil na esfera familiar, surgiu após a origem da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu as possibilidades de danos extrapatrimoniais através do dano moral. Nesse interim, o abandono afetivo pode ser interpretado como a falta de cuidado e amor, onde o idoso encontra-se desamparado psicologicamente, e em alguns casos, fisicamente, contrariando o Estatuto do Idoso, que em seu artigo 4º proíbe que o idoso sofra qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão [3], importando em responsabilidade à pessoa física ou jurídica que agir em inobservância à essas normas. **CONCLUSÃO:** Sabe-se que é dever dos pais o cuidado com seus filhos, mas da mesma forma, torna-se importante o amparo dos filhos na velhice de seus pais, de modo que o abandono afetivo inverso constitui-se crime. Por esta razão, torna-se imprescindível uma previsão legal de indenização monetária por parte dos filhos ou familiares que causarem esse dano moral. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS, pelo incentivo e apoio à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição Federal da República Federativa. 1988. [2] GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [3] BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Institui o Estatuto do Idoso.

Área de Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

A SOLIDARIEDADE COMO ÉGIDE À DIGNIDADE HUMANA

Maurício Silva **SOARES** (IC- vardieroster@gmail.com)¹ e Thaysa Navarro de Aquino **RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário *FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: cidadania; educação; solidariedade.

APRESENTAÇÃO: Atualmente, a situação escolar tem deixado em evidência o fracasso, e reduzido, significativamente, o desempenho de estudantes da rede pública de ensino. Em busca de melhorar essa realidade, destaca-se como fator imprescindível, a participação ativa da sociedade, comunidade escolar, como também da participação de pessoas solidárias, pois a partir dessa atuação incisiva que se diagnosticará o déficit. Conseqüentemente, pode-se afirmar que dessa união resultará méritos satisfatórios. **DESENVOLVIMENTO:** A relação escola e comunidade variou com o passar dos anos e estímulos estatais contribuíram para que essa relação pudesse se estreitar em larga escala. O direito a uma educação justa e igualitária foi positivado no artigo 205 CRFB/88, que assegura ser um dever do Estado e da família, como também um dever da sociedade propiciar aos indivíduos uma educação plena, resguardando-se, assim, outro direito, qual seja, a dignidade da pessoa humana. Porém, na prática, a atuação desses fatores veio se desgastando e culminado em uma situação alarmante chegando ao ápice de déficit e baixo rendimento escolar, haja vista que os outros fatores como, alimentação e falta de estrutura familiar também são pontos decisivos no rendimento. Diante disso, há organizações que se movimentam no sentido de apresentar subsídios, a fim de tutelarem uma educação transformadora, entre eles, destaca-se a PARCERIA PELA VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO (PVE), programa do grupo Votorantim que atua em parceria com as prefeituras e secretarias municipais de Educação. Vale lembrar que o Ordenamento Jurídico Brasileiro, em 1988, por meio da Constituição Federal (CRFB/88), positivou a cidadania, tanto no artigo 1º inciso II, quanto no decorrer de todo o texto constitucional. Cumpre, ainda, ressaltar que um fator que se destaca, nessa esteira, é a solidariedade intergeracional em interface com a responsabilidade compartilhada, também presente no dispositivo legal mencionado. Trata-se de dispositivo que objetiva consolidar a cidadania através de uma educação transformadora. Diante disso, muitos têm lutado por esse direito e pela tutela educacional, não encontrando, muitas vezes, em que pese ser dever Estatal, suporte para conscientizar e levar a educação a todos, disponibilizar meios de promoção, além do exercício do poder de gerência. Desta forma, atuando como agentes de conscientização, a população influenciada pela solidariedade e sob a égide de assegurar educação digna e transformadora às gerações presentes e futuras, atua com base cidadã atrelado ao desejo de que "quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias" [1]. Com isso, desenvolve-se a cidadania educacional, para além de um mero dever, em vias do alcance de uma nova ética, pautada no reconhecimento simbiótico do trabalho da sociedade e escola, desconstruindo qualquer relação hegemônica. E é nesse sentido que a sociedade muriaeense conta com a professora aposentada Bernadete Monteiro de Castro, que muito atua em prol da educação, rompendo com o individualismo e atrelando seu conhecimento à formação cidadã, pois "não basta formar indivíduos, é preciso saber para que tipo de sociedade, para que tipo de prática social o educador está formando cidadãos" [2], ou seja, promovendo a conscientização. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, se faz imprescindível a atuação, cada vez mais incisivas, de pessoas engajadas no desenvolvimento escolar, onde não há lugar para o individualismo, haja vista o conceito de cidadania e os preceitos da CRFB/88 que evidenciam a educação como um direito fundamental. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo e apoio à pesquisa. À senhora Bernadete Monteiro de Castro, pelo exemplo de cidadã, inspirando a prática da cidadania solidária. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005. [2] DUARTE, Newton. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a Escola de Vigotski*. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

ABANDONO PATERNO, O ABORTO MAIS LEGALIZADO DO BRASIL.

Luísa **BRAGA** (IC-luisaf.braga@hotmail.com)¹, Vitória **LORETI**, Danielle **CAMPELO** (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário *FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras – Chave: Abandono, Afeto, Pai, Danos Morais.

APRESENTAÇÃO: Com base no último Censo Escolar, realizado pelo CNJ e divulgado em 2013, há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento [1] e quase 12 milhões de famílias compostas por mães soltas [2]. Isso nos traz um debate de como devemos encarar a paternidade no século XXI, afinal mãe e pai devem corroborar igualmente na vida de seus filhos, não só financeiramente, mais afetivamente e psicologicamente, isto nada mais é que o princípio da paternidade responsável. **DESENVOLVIMENTO:** É preciso entender que ninguém é obrigado a amar ninguém, entretanto, pai e mãe tem responsabilidade sobre um filho, e é nesta perspectiva que devemos observar, toda pessoa e principalmente uma criança precisa de alguém, um exemplo, para se espelhar, e diante disso está o papel de um pai, de um exemplo masculino a ser seguido, para as meninas, o pai é seu primeiro amor e referência de como elas aceitaram ser tratadas por outros homens, para os meninos a figura do pai é a de um herói, e o exemplo de como tratar as mulheres, isso para a formação do caráter de criança é imprescindível, mas infelizmente muitos pais não se importam com isso e como apontam as estatísticas são abandonadas por seus pais já na infância ou até mesmo antes de nascer. O aborto paterno legalizado, é mais um benefício para aquele que já não quer cuidar, em linguagem simplificada são os pais que abandonam seus filhos de todas as formas e saem ilesos, sem quaisquer punições legais além da prisão civil em caso de inadimplemento da pensão alimentícia do filho, a perda do poder familiar e julgamentos morais da sociedade que são poucos. Enquanto as mães soltas vulgo mães solteiras são tachadas de promíscuas pelo simples fato de criarem seus filhos sozinhas, mães estas que tem jornadas duplas para poder sustentar financeiramente seus filhos. E a partir deste ponto que começamos a observar uma inversão de valores, estes que descendem de uma sociedade patriarcal, onde a mãe era para ser vista na sociedade como uma heroína, na verdade é vista como uma mulher meretriz por não seguir os padrões que a sociedade lhe impõe de se casar para depois ter filhos, o que ao contrário ocorre ao homem que apesar de ter filhos sem se casar é visto apenas como um homem que por um descuido teve filho. As consequências deste abandono paterno na maioria das vezes são irreversíveis, isso vai além do que imaginamos, os reflexos desse abandono segundo o psicólogo Vitor José Araújo Matos, tais atitudes afetam de modo negativo em qualquer idade do filho, no qual se cria um bloqueio emocional que pode desencadear o isolamento, sentimentos de culpa, depressão, baixa autoestima, agressividade e até mesmo o suicídio [1]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim este abandono paterno está sendo analisado hoje por nossos Tribunais, na seara do acolhimento ou não por indenização de cunho moral, em conclusão ainda não há uma conformidade nas jurisprudências, seja porque não há lei específica tratando sobre o assunto e tornando ilícito o abandono afetivo, seja pela dificuldade de atribuir somente ao pai, o dano psicológico sofrido pelo filho, ou por ser um assunto de foro tão íntimo como o relacionamento entre pai e filho que os Tribunais sentem uma grande dificuldade para julgar algo que não é material e que se transformar em material poderá acarretar uma grande repercussão e caminho para fraudes nos sistemas judiciários, uma vez que surge a seguinte pergunta: “Como provar o abandono paterno?”, hoje uma das saídas para esse litígio é que o estado como garantidor de direitos básicos adquira medidas mais acirradas para estes tipos de condutas, através de leis, e a conscientização dos pais, para que no fim estas crianças cresçam de forma saudável em todos os sentidos, como de fato deveria ser. **BIBLIOGRAFIA: [1]** HIPOLITO, Saulo. **Abandono paterno**. Disponível em: <<https://www.news.com.br/cotidiano-abandono-paterno-especialista-explica-consequencias->>. Acesso em: 12 de agosto 2020. **[2]** VALESCO, Clara. **Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao.ghtml>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO.

ADMISSIBILIDADE E EFETIVIDADE DA INDENIZAÇÃO POR INFIDELIDADE MATRIMONIAL

Lorena Dutra **MOREIRA** (lorennadutra2016@gmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé–MG

Palavras-chave: direito de família, indenização, infidelidade.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem por objeto realizar um estudo acerca da responsabilidade civil no direito de família, mas especificamente nas relações matrimoniais e a efetividade e cabimento de indenização nos casos de infidelidade. Sendo assim, o contexto no qual foi praticado o adultério é o fator determinante para aplicação ou não da obrigação de indenizar e do valor indenizatório. **DESENVOLVIMENTO:** A princípio, é necessário compreender que não é todo conflito cotidiano na esfera conjugal que justifica a indenização. Com isso, a fim de impedir que o Poder Judiciário fosse convocado para solucionar lides em torno de todo tipo de fato elevado à categoria de evento danoso, foi necessário estabelecer filtros capazes de detectar, no caso concreto, qual dano seria passível de indenização. Dessa forma “será moral o dano que ocasiona um distúrbio anormal na vida do indivíduo; ou, como definimos, um desconforto comportamental a ser examinado em cada caso” [1]. Outrossim, os parâmetros utilizados são a relevância social do dano, manutenção da utilidade pública e da eficiência econômica, a dimensão da dor, violação da dignidade humana, dentre outros [2]. O inciso I do art. 1.566 do CC/02 traz à baila o dever da fidelidade recíproca. Destaca-se que, visando desestimular a infidelidade, o art. 235 do Código Penal considera crime a bigamia, e pode acarretar de 02 a 06 anos de reclusão para quem, ao contrair, sendo casado, um novo casamento. Ademais, ao analisar os acórdãos proferidos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais constata-se que o entendimento majoritário é no sentido que “a infidelidade conjugal, por si só, não é suficiente para a configuração de danos morais” [3]. Por fim, vale mencionar o Projeto de Lei proposto pelo Deputado Federal Rômulo Gouveia que tinha o objetivo de acrescer dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o CC, justificando que “a infidelidade conjugal constitui afronta ao disposto no art. 1.566, caput e inciso I, do CC, que impõe a fidelidade recíproca como dever de ambos os cônjuges no casamento, e deve ser motivo suficiente, uma vez que produz não apenas a culpa conjugal, mas também a culpa civil, para embasar a condenação do cônjuge infrator a indenizar o dano moral provocado ao outro cônjuge” [4]. Por conseguinte, conforme os entendimentos dos Tribunais de Minas Gerais, percebe-se que essa tese defendida não foi aceita, e no momento esse projeto de lei encontra-se arquivado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dado o exposto, apesar de ter várias decisões diferentes nos tribunais de diversos Estados, o direito à indenização por dano moral em detrimento da infidelidade matrimonial só se procederá quando a infidelidade fazer com que o outro cônjuge passe por uma humilhação, sofrimento excessivo ou constrangimentos que vão além do mero desgosto e mágoa comuns e normais ao término de qualquer relacionamento. Além disso, sabe-se que o direito não é uma ciência absoluta e por isso, a indenização não deve ser ignorada pelo Poder Judiciário, todavia, não deve ser a solução para todos os litígios decorrentes do término pela infidelidade. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS, pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VENOSA, Silvio de Salvo, **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015. [2] SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.120. [3] BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais - **Apelação Cível 1.0439.12.013059-6/001**, Relator(a): Des.(a) Veiga de Oliveira, 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/06/2014, publicação da súmula em 27/06/2014. [4] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 5716/2016**. Acresce dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacaooidProposicao=2090162>>. Acesso em: 13 de agosto de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Georgia Silva SABBAGH (IC ggsabbagh@outlook.com)¹, **Wilson Sebastião Rodrigues SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: adoção, adotantes, pares homoafetivos.

APRESENTAÇÃO: Será tratado nesse artigo o tema adoção por pares homoafetivos, um tema que é de muita importância e relevância já que se trata do futuro de crianças e adolescentes que não tem um lar e uma família e isso como é do conhecimento de todos é algo de suma importância para o processo basilar de garantir o mínimo da dignidade humana para essas crianças e adolescentes, sem falar que é um Direito devidamente garantido nos principais diplomas legislativos pátrios, como será demonstrado mais a frente neste mesmo artigo. As ideias aqui tratadas ainda são geradoras de muita polemica por conta de preconceito, mas o que se deve de fato levar em conta é o interesse da criança e do adolescente. **DESENVOLVIMENTO:** Por conta de inúmeras demandas jurídicas oriundas dessa questão da adoção por pares homoafetivos, hoje em dia há em nosso rol de diplomas legais, algumas leis que dispõem sobre o tema, não de forma específica, mas da adoção em geral, dentre essas leis há a Lei Nº 8.069, de 13 de Junho de 1990 que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA [1], que regulamenta a adoção em seus artigos de 39 a 52, tratando sobre a idade e os requisitos pra ser um adotante, ressalta a importância da adoção somente ser concretizada após ser verificado que esta será para o bem da criança e ou adolescente. Com o passar dos anos e a evolução do Direito Civil, bem como da sociedade em si, a luta desses pares homoafetivos têm encontrado certo apoio do Poder Judiciário, se é que se pode dizer assim, haja vista que os operadores do direito ao invés de buscarem meios para negar os pedidos de adoção, passaram a buscar meios de embasar decisões favoráveis ao mesmo, um bom exemplo é o princípio do melhor interesse da criança, indicado no artigo 3º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, lavrada pela Organização das Nações unidas em 1989 [2], onde se garante o direito da criança e do adolescente, à convivência familiar e comunitária e, que pode efetivamente lhe garantir um lar. Nesse interim têm acontecido algumas decisões favoráveis aos pares homoafetivos que ajudaram a abrir o caminho até essa tão almejada adoção, o Supremo Tribunal Federal, reconheceu a união estável entre pares homoafetivos como entidade familiar. Há também a Lei Ordinária 12.010 de 2009 [3] que faz algumas modificações importantes ao ECA, ajudando ainda mais a facilitar o caminho dos pares homoafetivos para a adoção, tornando oficial o que vem ocorrendo na prática. As alegações de quem incentiva a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos, tem sido de grande valia para que cada vez mais pares se habilitem para a adoção. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pode-se perceber através deste artigo que cada dia mais o Direito Civil Brasileiro têm evoluído a favor daqueles que necessitam do seu amparo. É de fácil percepção que se houvesse uma Lei positivada que colocasse em pé de igualdade os pares homoafetivos com os casais heterossexuais, o processo de adoção seria bem menos sofrido, uma vez que os pares homoafetivos são em maior numero para adotarem do que os casais heterossexuais, sem mencionar que para a criança e ou adolescente isso seria muito importante, pois os pares homoafetivos sempre optam por adotar todos os irmãos, eles não optam por separar essas crianças e ou adolescentes, oque é algo até citado nos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. [2] GENEBRA. Assembleia Geral das Nações Unidas 44/25, 21 de novembro de 1989. [3] BRASIL. Lei Ordinária nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direit

ALTERAÇÃO DE PATRONÍMICO FAMILIAR NOS REGISTROS DE NASCIMENTO E CASAMENTO

Taynara **DUTRA**(IC - taynara_md@hotmail.com)¹ e Lorenna**DUTRA**(IC-
lorennadutra2016@gmail.com)², Thaysa **AQUINO** (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé– MG

Palavras-chave: Provimento, desjudicialização, retificação, cartório

APRESENTAÇÃO: Este trabalho tem como finalidade expor uma grande novidade publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), qual seja, o Provimento nº82/2019, que permite em todo o país, a correção do sobrenome dos genitores nos registros de nascimento e casamento dos filhos em decorrência de casamentos, separação e divórcio dos genitores, sem a necessidade de ajuizamento de ação de retificação. **DESENVOLVIMENTO:** Esse Provimento proporciona maior facilidade, haja vista que independe de autorização judicial para a retificação do nome, bastando apenas ser requerido perante o Oficial do Registro Civil competente, apresentando a certidão respectiva. Além disso, por meio deste mesmo procedimento, o viúvo também poderá requerer diretamente no Cartório de Registro Civil, sem qualquer ação judicial, a averbação para o retorno do seu nome de solteiro. A legitimidade para tal ato é do próprio interessado, se for ele maior e capaz; se ele for menor ou incapaz, será de seu representante legal, do procurador constituído pelo interessado ou representante legal, sendo por instrumento público ou particular com firma reconhecida. Para fins de comprovação ao regresso do nome de solteiro, o interessado deverá comparecer ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, munido da certidão de casamento com a averbação do divórcio. Conforme preceitua o Provimento, após o requerimento de retificação perante o Oficial de Registro Civil, a certidão de nascimento será emitida com o acréscimo do patronímico do genitor ao nome do filho no respectivo campo, sem fazer menção expressa sobre sua alteração ou motivo. É importante frisar que no caso de adolescente maior de dezesseis anos, para que seja realizado o acréscimo do sobrenome, será necessário o seu consentimento. Ademais, cumpre salientar que este Provimento não afasta a aplicabilidade pelos Oficiais de Registro Civil do artigo 97, parágrafo único da Lei Nº6.015/73 (Lei de Registros Públicos), que dispõe sobre o impedimento da averbação no momento em que verificar a existência de fraude, falsidade ou má-fé no requerimento apresentado para fins de averbação, que neste caso deverá ser submetido ao Ministério Público para manifestação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com base nos argumentos apresentados, podemos considerar tal Provimento como uma forma de desjudicialização, celeridade e aplicabilidade dos serviços públicos registrais. Vale lembrar que a Lei de Registros Públicos possibilita ao Oficial de Registro Civil retificar o registro sem prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, nos casos expostos no artigo 110 da LRP, quais sejam erro no registro ou quando não houver menção do Distrito que ocorreu o fato, seja nascimento, casamento ou óbito. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pelo apoio concedido e à Professora Thaysa Aquino por ser minha orientadora e ter desempenhado tal função com profissionalismo e dedicação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GUIMARÃES, Thais. Provimento do CNJ possibilita alterações de sobrenome em registros civis. *Provimento do CNJ possibilita alterações de sobrenome em registros civis*, [s. l.], 10 set. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/310595/provimento-do-cnj-possibilita-alteracoes-de-sobrenome-em-registros-civis>. Acesso em: 1 ago. 2020. [2] CNJ: Provimento nº 82/2019. *Registros públicos*, [s. l.], 16 jul. 2019. Disponível em: <https://civel.mppr.mp.br/2019/7/65/CNJ-Provimento-no-82-2019-.html>. Acesso em: 1 ago. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

AUTONOMIA ÉTICA E RESPONSABILIZAÇÃO PENAL: A AFERIÇÃO DA PERSONALIDADE NA APLICAÇÃO DA PENA

Vítor Dênis da SILVA (IC – vitordenis27@hotmail.com)¹ e Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ-36.880-00 – Muriaé-MG

Palavras-chave: autonomia, responsabilidade penal, personalidade

APRESENTAÇÃO: Este trabalho tem como finalidade confrontar jurisprudência recente com parâmetros dogmáticos penais e criminológicos, com vistas à aplicação da norma penal no que concerne ao paradigma jurídico adotado quando da personalidade do agente. **DESENVOLVIMENTO:** Assim como todo o ordenamento jurídico, o Direito Penal visa à segurança jurídica [1], cabendo-lhe fazê-lo por meio da pena [2]. Conforme Zaffaroni, “Se a finalidade da prevenção especial fosse somente a de conseguir que os criminalizados não voltem a delinquir, a medida da pena seria a medida da periculosidade: quanto mais inclinação ao delito mostrasse um indivíduo, maior seria a privação de bens jurídicos que seria objeto a ser logrado a título de prevenção. Nenhuma outra consideração poderia alterar essa relação. Não obstante, isto não ocorre assim, porque, embora a prevenção especial deva ter por objeto conseguir que os apenados não voltem a delinquir, não podemos esquecer que este objetivo deve ser, por sua vez, um meio para promover a segurança jurídica. [3] Acerca disso, diz-se que, a *priori*, sabedores de que a segurança jurídica é o ideal buscado, a leniência e a ineficiente atuação da estrutura político-social e socioeconômica geram o sentimento de insegurança na comunidade, pois deixará de atender a demandas de grupos, e essa conta não fechará sem violência. A *posteriori*, de igual efeito é a atuação em assaz furor estatal, diferenciando-se, porém, na ordem dos fatores dos que conduzem a ação. Esta reveste-se de maior gravidade, pois, considerando, no contexto, a ideologia de defesa social [4], que pressupõe um determinismo do íntimo, ao se extirpar o criminalizado do seio social, impedindo-o, apenas, materialmente, ignoram-se certos fatores, tais como a “reinserção” social do condenado, após o cumprimento da pena [5], e o condicionamento às chamadas “carreiras criminais” [6]. Há, ainda, outra resultante: “Quem não pode escolher, não pode ser responsável por nada, em nenhum sentido”[7]. Ou seja, a não responsabilização. Por outro lado, em consonância com os ideais propostos na D.U.D.H. [8] e na C.A.D.H. [9], além da CR/88, reconhece-se a autonomia ética do indivíduo, como regra. A responsabilização, neste caso, se funda na culpabilidade. Contudo, há decisões no sentido de que determinados agentes “[...] têm personalidade desvirtuada, voltada à criminalidade” [10]. A lógica se vê deturpada, neste ponto: Ora, se o agente tem “personalidade voltada à criminalidade”, como pressupor sua autonomia e julgá-lo com base no desvalor de sua conduta? Não há como, pois a base da responsabilização, então, seria a periculosidade, não mais a reprovação. O efeito é óbvio: Insegurança jurídica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As ponderações feitas apenas demonstram, no que concerne à “personalidade”, art. 59, CP, a inviabilidade do parâmetro “criminalidade”, em razão de ser esta uma situação jurídica circunstancial: O Direito é fenômeno espaço-temporal [11] e, como tal, não pode ser tomado como valoração absoluta a caracterizar uma condição humana, de um indivíduo posto como ser livre e dotado de autonomia ética. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro:** Parte Geral. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 102. [2] *Id. Ibid.*, p. 111. [3] *Id. Ibid.*, p. 108. [4] BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal:** Introdução à sociologia do Direito Penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2011. v. 1. p. 47. [5] BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. [6] BARATTA, Alessandro. *Op. Cit.* p. 47. [7] ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Op. Cit.* p. 102. [8] **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**, ONU, 1948. [9] **CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**, OAS, 1969. [10] TJ-SP, Ação Penal; AP 1500641-94.2019.8.26.0535; Juiz: Gilberto Azevedo de Moraes Costa. 6ª Vara Criminal. [11] REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CASAMENTO E FAMÍLIA NA PÓS MODERNIDADE

Georgia Silva **SABBAGH** (IC ggsabbagh@outlook.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: casamento, constituição familiar, direitos.

INTRODUÇÃO: Nesse artigo será abordado o tema do casamento na pós modernidade, sobre a várias formas de constituição familiar que temos hoje em dia e sobre os direitos que a essas devem ser garantidos. Será falado sobre as conquistas acerca desse tema, como por exemplo, o reconhecimento da união homoafetiva, o que trouxe um avanço considerável para garantir os direitos dos pares homoafetivos no que diz respeito a direitos financeiros, guarda de crianças e a adoção destas. **DESENVOLVIMENTO:** Com o advento da Constituição Federal de 1988 [1] a constituição familiar passou a ser entendida de acordo com o que nos é exposto em seu artigo 226 parágrafos 3º e 4º, onde é possível ler que a constituição familiar vem da união estável de um homem e uma mulher ou de um homem/mulher e seus filhos ou de um viúvo/viúva e seus filhos. Porém desde então a sociedade tem sido mais tolerante em relação em relação às possibilidades de constituição familiar, como se verifica por exemplo com o crescimento das uniões homoafetivas, ao passo que nos dias de hoje já são reconhecidas pelo Direito Brasileiro com o julgamento da ADI 4277 [2] e da ADPF 132 [3], com o resultado positivo desse julgamento houve uma vitória para os pares homoafetivos e assim garantindo a esses, seus direitos ao patrimônio constituído, para efeito de pensão alimentícia, sucessão de bens e previdenciário. Hoje já é pacificado o casamento homoafetivo, ou seja, é só dar entrada nos papeis como em qualquer outro casamento, o que já confere automaticamente a todos os pares homoafetivos os direitos supramencionados. E com a constante evolução social no que tange as famílias hoje em dia a constituição das mesmas é algo muito mais direcionado ao afeto do que somente ao biológico, portanto, existindo afeto esta figura abstrata e psíquica denominada pelo ato de gostar, querer-se bem, querer estar junto, querer alimentar-se de forma solidária, constituir patrimônio em comum e principalmente ser felizes juntos. Este é o requisito elementar do Direito das Famílias pós moderno, a família como um plural e eudemonista, aquela que tem como intenção recíproca em buscar da felicidade, acima de qualquer vínculo biológico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pode-se perceber com o que fora demonstrado nesse artigo que o Direito Civil tem evoluído constantemente para acompanhar as mudanças sociais que vem ocorrendo no que diz respeito a constituição da famílias. Falta muito ainda mais o caminho está sendo percorrido e com avanços significativos para a aqueles que necessitam ser abraçados pelo ordenamento jurídico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição da República Federativa, promulgada em 5 de outubro de 1988. [2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 4277 DF, Relator: Min. Ayres Britto, Data de Julgamento: 05/05/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação:10/10/2011. [3] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 132 RJ, Relator: Min. Ayres Britto. Data de Publicação: 13/10/2011.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA PERANTE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

João Pedro de Decco **OLIVEIRA** (IC-joapdecco@gmail.com)¹, Ana Clara Duvanel **VELOSO** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Assistência Judiciária; Gratuidade de justiça; Novo Código de Processo Civil.

APRESENTAÇÃO: A Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015, o Novo Código de Processo Civil, inovou o ordenamento jurídico, por exemplo, influenciando nos procedimentos a serem adotados para a concessão do benefício da assistência judiciária. Diante disso, é necessário destacar as principais modificações trazidas pela referida Lei, frente a constante necessidade dos que atuam no ordenamento jurídico de seguirem os paradigmas da legislação vigente, sendo o objetivo do presente trabalho demonstrar tais inovações. **DESENVOLVIMENTO:** A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso LXXIV, traz a positivação referente à assistência judiciária gratuita, que é compreendida em uma seção específica do Novo Código de Processo Civil nos artigos 98 a 102 [1], que pouco modificaram a Lei nº 1060/50, que por sua vez, trata com especificidade do assunto em pauta. A primeira modificação deu-se pelo art. 98 do atual código de processo, que no § 1º destaca quais despesas serão abrangidas pela gratuidade. Com a inovação, vê-se que além das hipóteses já trazidas pela Lei especial, é inserida a gratuidade para a elaboração da memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução (VII), e também para taxas relacionadas a registro e atos notariais necessários a efetivação da decisão (XI). Tais inclusões aprimoram a assistência judiciária, incluindo atos que muitas vezes escapam aos olhos do processualista, mas que são essenciais para que a sentença gere seus efeitos materiais [2]. Ademais, torna-se possível conceder o benefício apenas para um ato processual, ou até reduzir o percentual de despesas do beneficiário. Também poderão ser parcelados os débitos a serem quitados, como aduz o art. 98, §§ 1º e 2º. Outra novidade se deu pela revogação do *caput* do art. 4º da Lei nº 1060/50, passando a valer o art. 99 da lei 13.105 de 2015, permitindo o pedido do benefício na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. Tal artigo, em seu § 4º, seguindo o entendimento jurisprudencial [3], remete que não decairá do direito a gratuidade aquele que está sobre assistência de advogado particular. Em relação ao pedido que seja deferido, está sujeito a impugnação pela parte contrária, podendo ocorrer no bojo da contestação, na réplica ou nas contrarrazões de recurso, como aduz o art. 100 do atual código de processo, o que gera celeridade processual e faz *jus* ao princípio da instrumentalidade das formas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Tendo em vista as demais atualizações trazidas pelo novo diploma processual, faz-se mister a adequação dos profissionais atuantes no ordenamento jurídico as formalidades acima pontuadas, ao passo de que o princípio constitucional do devido processo legal, art. 5º, inciso LIV, bem como o direito fundamental de acesso à justiça, inciso XXXV, devem ser respeitados e colocados em prática, o que se dá pelo consenso entre a norma em abstrato e a materialização de suas prerrogativas de forma adequada. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS por incentivo a pesquisa. Ao Professor Wilson Sebastião Rodrigues Soares, pela disponibilidade e maestria na orientação para a produção do presente trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Novo Código de Processo Civil. Lei 13.105 de 16 de março de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20/01/2020 às 09:22. [2] DONIZETTI, Elpídio. **Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos.** Disponível em: <https://portalied.jusbrasil.com.br/artigos/326168037/assistencia-judiciaria-concessao-dos-beneficios-procedimento-impugnacao-e-recursos>. Acesso em: 22/12/19 às 17:09. [3] (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1153163/RS.** Terceira Turma. Relator: Min. Nancy Andrighi. Julgado em 26/06/2012, DJe 02/08/2012. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22047907/recurso-especial-resp-1153163-rs-2009-0161726-6-stj/inteiro-teor-22047908?ref=juris-tabs>. Acesso em: 22/12/2019, às 13:43).

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A COVID-19 E O AGUÇAMENTO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CHECKS AND BALANCES: (IM)POSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA

Mateus de Moraes **DIAS** (IC - mateusmoraisdias@hotmail.com)¹ e Pedro Henrique Bouzada **FRAGA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: freios e contrapesos, separação de Poderes, medida provisória.

APRESENTAÇÃO: A pandemia decorrente do novo coronavírus vem ocasionando grande impacto na sociedade e influenciando sobremaneira a interação entre os Poderes Constitucionais. Medidas excepcionais estão sendo tomadas como forma de manter o controle e organização do Estado brasileiro. Sem o devido prévio entendimento entre os órgãos constitucionais, verifica-se que tais medidas podem estremecer a boa relação entre os Poderes, ameaçando o sistema constitucional de freios e contrapesos (*checks and balances*). Uma delas, tomada pelo Poder Executivo, foi a edição da Medida Provisória (MP) nº. 979/2020, que autorizava ao Ministro da Educação nomear, temporariamente, reitores para as instituições federais de ensino durante a pandemia. Em ato inédito na atual legislatura, a referida MP foi devolvida pelo Presidente do Congresso Nacional sem observar o rito constitucional para tanto. Delineado este quadro, mediante abordagem qualitativa, será abordado o histórico de devolução de MPs na história brasileira e discutida a legitimidade de tal procedimento, considerando a inexistência de previsão expressa no ordenamento jurídico. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo o artigo 62 da Constituição: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.[1]”. Em 12/06/2020, o Presidente da República editou a MP 979, a qual foi devolvida sumariamente pelo Presidente do Congresso Nacional, sem passar por votação nas Casas Legislativas. Contudo, não é a primeira vez que isso acontece. Foram três as outras oportunidades: (i) MP 33/1989, que exonerava servidores da administração admitidos sem concurso público; (ii) MP 446/2008, a qual alterava as regras para concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social; e (iii) MP 669/2015, que definia regras para desoneração da folha de pagamento das empresas. Em todos os casos, inclusive no caso atual (MP 979/20), as devoluções tiveram o argumento de que as MPs violam flagrantemente dispositivos constitucionais. A despeito dessas hipóteses, a devolução de MP não tem previsão expressa na Constituição, no Regimento Comum do Congresso Nacional ou na Resolução do Congresso Nacional 1/2002, que regula a apreciação das MPs. É cediço na doutrina constitucional que uma MP perde sua eficácia apenas nas hipóteses taxativamente previstas na Carta Magna, quais sejam, mediante rejeição do Congresso, perda de eficácia por decurso do prazo ou revogação por ato de mesma hierarquia[2]. Assim, embora tenha se arvorado no Regimento Interno do Senado, que diz que compete ao Presidente da Casa “impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição” (artigo 48, XI), a devolução sumária encontra-se à margem do Direito, não tornando ineficaz de plano a MP, pois não há respaldo constitucional para a produção desse efeito. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A devolução de MP, como visto, é procedimento utilizado em momentos de tensão entre os Poderes, como uma espécie de mensagem política do Legislativo ao Executivo. Os costumes constitucionais são práticas observadas no processo contínuo das relações de ação e reação entre os órgãos constitucionais[3]. Por meio da pesquisa realizada é possível concluir, todavia, que a devolução de MP ainda não pode ser considerada como verdadeiro costume integrante do nosso Direito Constitucional, por ser instituto raro na história brasileira. Tal devolução merece cautela em sua aplicação, carecendo de normatização pela legislação brasileira quanto aos seus efeitos e legitimidade, sob pena de fazer ruir as bases de nossa República. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Constituição**. Disponível em: < <https://bit.ly/2Yy4Vxk> >. Acesso em: 15/08/2020. [2] MOHN, P. **Devolução de Medida Provisória não afasta por completo os seus efeitos**. Disponível em: < <https://bit.ly/3aRdyrK> >. Acesso em: 15/08/2020. [3] Bernardes, J. T.; FERREIRA, O.A.V.A. **Direito Constitucional – Tomo I – Teoria da Constituição**. 8ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018. **Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito**

CRIME IMPOSSÍVEL NA DOUTRINA PENAL BRASILEIRA

Antônio Carlos TORRES (IC antoniotorres2010@hotmail.com)¹, Arthur Bastos **RODRIGUES**.
(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ -
36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: crime, doutrina, espécies.

INTRODUÇÃO: Neste artigo estaremos abordando como tema o Crime Impossível e como nosso ordenamento pátrio o define, bem como a visão de alguns doutrinadores. Discorrendo acerca de suas peculiaridades e espécies, dando detalhes de cada uma. **DESENVOLVIMENTO:** O Direito Penal Brasileiro reconhece não só de forma doutrinária o crime impossível, mas de forma positivada em seu ordenamento, mais precisamente no Código Penal Brasileiro de 1940, em seu artigo 17, que aduz o seguinte: “Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime”. [1]. E temos a concepção de crime impossível tida por nosso professor Fernando Capez como sendo: “Não se trata de causa de isenção de pena, como parece sugerir a redação do artigo 17 do CP, mas de causa geradora de atipicidade, pois não se concebe queira o tipo incriminador descrever como crime uma ação impossível de se realizar”. Trata-se, portanto, de verdadeira causa de exclusão da própria tipicidade (CAPEZ, pág. 345, 2019). [2]. Desta forma, a tentativa de praticar o crime ocorre, porém o meio utilizado será ineficaz ou o objeto será impróprio, portanto, fatalmente não irá produzir o resultado pretendido pelo agente. Temos duas formas distintas de crime impossível, sendo a primeira a de ineficácia absoluta do meio empregado e a segunda por absoluta impropriedade do objeto. A primeira hipótese está ligada a forma como o agente escolhe praticar a conduta descrita como crime, e, um exemplo clássico citado em muitas doutrinas é quando o agente faz uso de uma arma de fogo na tentativa de dar fim a vida de terceiro, porém, a arma utilizada não tem munição ou está com algum defeito. A segunda hipótese se refere ao objeto material que será alvo da conduta delituosa do agente, ou seja, pessoa ou coisa que irá sofrer o ataque. Um bom exemplo que podemos citar é quando o agente enfia a mão no bolso de alguém no intuito de furtar algum dinheiro e a pessoa nada tem em seu bolso. Vale ressaltar que o crime impossível só irá existir se todas as situações supramencionadas ocorrerem de forma absoluta, ou seja, se houver a possibilidade mesmo que parcial de o crime se concretizar o agente irá responder pela tentativa. Corrobora com esse entendimento o doutrinador Damásio de Jesus, o qual em seu livro sobre o crime impossível ou quase crime nos afirma o seguinte: “Para que ocorra o crime impossível, é preciso que a ineficácia do meio e a impropriedade do objeto sejam absolutas. Se forem relativas, haverá tentativa”. (JESUS, Damásio de. 2020. Pág. 454). [3]. Assim sendo diante do exposto, podemos perceber que o agente tem que ter total ignorância com relação ao meio tentado, ou seja, ele de fato tenta efetuar um disparo de arma de fogo contra a vítima, porém a arma não dispara por estar sem munição ou possuir algum defeito, e no que tange ao objeto, o agente dispara vários tiros na cama onde a vítima estava deitada momentos antes, acreditando que ela ainda ali esteja. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto no presente artigo pode-se perceber facilmente que o Crime Impossível é sim uma modalidade de crime admissível em nosso ordenamento jurídico bem como é algo que pode ocorrer com certa facilidade, mas que todos os detalhes devem ser observados para que não haja nenhuma aplicação errônea desse instituto. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 07/07/2020. [2]. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 23ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva Jur. 2019. [3] JESUS, Damásio de. Direito Penal: Parte Geral. 37ª Edição. São Paulo: Editora educação. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

RESPONSABILIDADE ÉTICA: DEVER ÉTICO E LEGAL DO MÉDICO FRENTE AO PACIENTE TESTEMUNHA DE JEová

Yasmin Longhi PEREIRA (IC – yasminlonghi16@gmail.com)¹, Rubens Lopes OLIVEIRA (IC)², Andressa Chaves CASSOLI (IC)³, Eduardo Melado de Souza COELHO (IC)⁴, Francisco Carvalho CORREA (PQ)⁵.

¹ Aluno do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Médico formado no Centro Universitário UNIFAMINAS; ³ Aluno do curso de Medicina do Instituto Metropolitano do Ensino Superior (UNIVAÇO); ⁴ Médico formado no Centro Universitário UNIFAMINAS; ⁵ Doutor e Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS.

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: médico; transfusão de sangue; testemunhas de Jeová; liberdade de escolha

APRESENTAÇÃO: Constitucionalmente, tanto a vida quanto a liberdade de crença religiosa são direitos fundamentais invioláveis garantidos a todo brasileiro ou estrangeiro residente no país, sem distinção de qualquer natureza [1]. Paralelamente, o Código de Ética Médica estabelece como um princípio fundamental a saúde do ser humano, dessa forma as decisões a serem tomadas pelo médico deverão ser cautelosas e profissionais. Muito embora seja garantido pela Constituição tal liberdade, é autorizado ao médico a realização de qualquer procedimento que resulte em algum benefício à vida do paciente, mesmo que sem sua autorização ou de seu representante legal nas situações em que esteja ocorrendo o risco iminente de sua morte [2]. Isto posto, muito se discute acerca da posição a qual o médico deve tomar ao se deparar com casos que envolvam pacientes Testemunhas de Jeová e seja necessário a realização de uma transfusão sanguínea, visto que mesmo sendo conferido liberdade de escolha ao paciente, é dever do médico que use de todos os meios possíveis para que se garanta a vida. Dessa forma, o presente trabalho visa esclarecer as condutas médicas que são asseguradas pela lei ao profissional quando esta for de encontro com a liberdade de escolha.

DESENVOLVIMENTO: Visto que é garantido pela nossa Constituição Federal a liberdade de crença, a movimento religioso conhecido como Testemunha de Jeová defende que a lei divina é fundamentada em passagens bíblicas que prezam pela pureza do sangue, segundo seus ensinamentos não se deve, de forma alguma, ter contato com qualquer tipo de sangue, a não ser o seu próprio, em respeito à vida que Deus concedeu e, por analogia os seguidores dessa corrente estendem esse entendimento também para situações que envolvam a transfusão sanguínea [3]. Tal conduta médica se faz necessária em situações que envolvam algumas patologias oncológicas, hematológicas e hemorrágicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Assim sendo, o profissional médico necessita conhecer as disposições previstas no Código de Ética Médica e as Resoluções do Conselho Federal de Medicina, a qual considera que não se configura como crime contra a liberdade pessoal, a intervenção médica ou cirúrgica realizada sem o aval do paciente ou de seu representante legal, quando esta for justificada pelo risco iminente de morte, uma vez que o Código Penal trata como uma atipicidade. Além disso, a mesma resolução também considera o estabelecido no Código de Ética Médica, que igualmente assegura tal conduta do profissional [6].

REFERÊNCIA: [1] BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. **Constituição Federal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07 de Agosto de 2020. [2] Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica.** Disponível em <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index6/?numero=24&edicao=4631#page/1>>. Acesso em 07 de Agosto de 2020. [3] Testemunhas de Jeová. **Por que as Testemunhas de Jeová não aceitam transfusão de sangue?**. Disponível em <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/por-que-testemunhas-jeova-nao-transfusao-sangue/>>. Acesso em 11 de Agosto de 2020. [4] STF. **Habeas Corpus Nº 268.459 – SP.** Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=33010937&tipo=91&nreg=201301061165&SeqCgrmaSeacao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20141028&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em 10 de Agosto de 2020. [5] Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica.** Disponível em <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index6/?numero=24&edicao=4631#page/1>>. Acesso em 10 de Agosto de 2020. [6] Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 2.232/2019.** Disponível em <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2232>>. Acesso em 07 de Agosto de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.03.01-9 Direito Civil

DIVÓRCIO IMPOSITIVO EXTRAJUDICIAL

Georgia Silva **SABBAGH** (IC ggsabbagh@outlook.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: cartório, divórcio, impositivo.

INTRODUÇÃO: Nesse artigo será abordado o tema do divórcio impositivo extrajudicial, um termo recém-surgido no direito brasileiro para destacar uma das tantas formas de divórcio existentes hoje em dia. Essa é mais uma forma de fazer valer a vontade de um dos cônjuges e consequentemente desafogar o judiciário, já que quando não há uma concordância entre as partes, o divórcio acaba não tramitando na via extrajudicial. Serão expostos os pontos positivos e negativos dessa nova modalidade de se colocar fim ao casamento quando umas das partes não dá anuência. **DESENVOLVIMENTO:** As primeiras ideias sobre divórcio impositivo no Brasil, surgiram no Estado de Pernambuco depois da publicação do provimento 06/2019 do TJPE [1], onde o Desembargador Jones Figueiredo Alves, Corregedor-Geral de Justiça em exercício, entendeu que essa forma de divórcio direcionada para via extrajudicial estaria corroborando para a desburocratização do processo em si. Segundo o Desembargador tal atitude tem intenção de resguardar o Direito Potestativo de um dos cônjuges de se divorciar. Nesse provimento o Desembargador fez questão de se fazer constar algumas condições para a efetivação dessa modalidade de divórcio, são elas: para dar entrada o interessado deve ser assessorado por um advogado ou um defensor público e a outra parte será notificada a fim de dar ciência da averbação, que se dará cinco dias após essa notificação, o casal não deverá ter filhos, nem filhos menores, incapazes ou nascituros e subentende-se que a parte que deu entrada no divórcio tem interesse de partilhar os bens em momento posterior e as demais decisões como pensão alimentícia e medidas protetivas devem ser decididas em juízos competentes. Diante de tal provimento do TJPE muitos estados seguiram oficializando os divórcios impositivos através de provimentos próprios, pretendendo facilitar a situação daqueles que já não queriam viver em matrimônio. Porém o CNJ – Conselho Nacional de Justiça decidiu vetar tais provimentos uma vez que a legislação em vigor no país somente abraça o divórcio extrajudicial se esse for consensual, ou seja, se as partes tiverem de acordo. Segundo o CNJ permitir que Estados legislem sobre tal ato, fere a Constituição Federal/88 [2], mais precisamente em seu artigo 22, inciso I, onde está previsto que compete privativamente à união legislar sobre Direito Civil dentre outros assuntos. Seguindo a linha de debate sobre o tema em tela e com o interesse de agilizar e tornar constitucional a decisão de utilizar o divórcio impositivo extrajudicial, foi proposto o Projeto de Lei nº 3.457/2019 [3] de autoria do Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), que está em análise pela CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a ideia desse projeto é acrescentar em nosso Código Civil vigente o artigo 733-A, que afastará todos os impedimentos de forma material e formal para que seja lavrado o divórcio impositivo em cartório. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Como é de fácil percepção diante do exposto, o Direito Brasileiro caminha a cada dia em prol de facilitar/agilizar a vida daqueles que buscam seu socorro. Afinal de contas alguém que não quer mais dividir sua vida com a outra pessoa, não deve ficar presa à isto por uma mera questão material ou formal, assim sendo fazer valer o princípio da autonomia dos cônjuges que nada mais é do que ter o reconhecimento de seu divórcio. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Provimento 06/2019 de 29 de abril de 2019. [2] BRASIL. Constituição da República Federativa, promulgada em 5 de outubro de 1988. [3] MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei PL 3.457/2019. Acrescenta o art. 733-A à Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil e dá outras providências.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

EMPRESA UBER E A SUA COMPETÊNCIA PARA JUÍZO

VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA(vinicius.v.dasilva@hotmail.com) Arthur Bastos

1. Curso de DIREITO; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras chaves: competência para juízo, resolução de conflitos, Motoristas por aplicativos.

Apresentação: este pequeno resumo tem por objetivo a verificação dos conflitos de competências e as indefinições das relações jurídicas entre motoristas de aplicativos e a empresa Uber. Diante do caso ocorrido em Poços de Caldas – MG, em que um motorista alegou que sua conta foi suspensa pela empresa UBER, impossibilitando de exercer sua profissão, acumulando prejuízos, pois, o carro era locado. Pois, o motorista entrou pedindo danos materiais e morais e a reativação da sua conta na UBER. Sendo que a empresa alegou comportamento irregular e mau uso do aplicativo. Esse conflito foi levado ao juízo Estadual, que ao receber os depoimentos alegou sua incompetência, e remetendo os autos para o juízo da vara do trabalho, este também se declarando incompetente e suscitando um conflito negativo de competência. Através do qual a subprocuradora –Geral da república considera que é competência do juízo Estadual (e- STJ, fls.84/86). **Desenvolvimento:** O transporte UBER, sendo considerado como uma relação de trabalho, apesar da empresa alegar que se trata de relação de consumo. Mas, a grande questão e essa: pode ser considerada como uma relação de emprego, ou não? Esse foi o debate principal no caso em discussão, para fins de competência jurisdicional. Para resolver isso, foi levado em questão, que o serviço prestado pelo motorista do aplicativo é um serviço de natureza de empreendedorismo individual, autônomo. Outrossim, não obtendo vínculo de emprego com a empresa proprietária da plataforma, não possuindo relação de verbas de natureza trabalhista, sendo apenas um contrato firmado com a empresa detentora do aplicativo celular, ou seja, de caráter civil, e não uma relação de emprego. Pois, a relação de emprego tem que ter alguns elementos imprescindíveis para caracterizar como emprego, que são: a pessoalidade; habitualidade; subordinação e onerosidade. Na falta de alguns desses requisitos supracitados, o trabalho ficará descaracterizado, sendo considerado como autônomo ou eventual[1]. O julgado de Poços de Caldas - MG, teve a decisão proferida como competente o juízo de direito do juizado especial cível de Poços de Caldas-MG. Resolvendo esse conflito negativo de competência com base na lei nº 13.640/2018(lei da política nacional de mobilidade urbana), incluindo no seu “ art.4º Para os fins desta lei, considera-se: inciso X- transporte remunerado privado individual de passageiros: serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuário previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede”. Sendo considerada de caráter privado de acordo com o conceito da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) [2]. **Considerações finais:** Apesar desse julgado em Poços de Caldas-MG, que teve a competência na esfera cível, temos outros tribunais que entenderam que é da esfera da justiça do trabalho. Por ex.: o tribunal da 33ª vara do trabalho de Belo Horizonte, que reconheceu o vínculo de emprego entre a Uber e o motorista credenciado pela empresa para fazer transporte de passageiros com a utilização do aplicativo (Processo 0010947-932017.5.15.0093). Por outro lado, pode destacar a decisão que ocorreu em 05/02/2020 da Quinta turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que decidiu negar o vínculo empregatício (RR-1000123-89.2017.5.02.0038). Portanto, não se tem um entendimento consolidado em qual tribunal deve ser julgado. É preciso uma inovação legislativa para esse tipo de demanda, contendo regras e delimitando se e da esfera cível ou do trabalho, pois é algo novo a ser discutido. **Agradecimentos:** À UNIFAMINAS. **REFERÊNCIAS:** [1] <https://migalhas.com.br>art20190904-07...> **Superior Tribunal de Justiça.** [2] (SILVA, Joseane Suzart Lopes da. O transporte remunerado individual de passageiros no Brasil por meio de aplicativo: a lei 13.604/2018 e a proteção dos consumidores diante da economia do compartilhamento. **Revista de Direito do consumidor**, Vol. 118, ano 27, pp. 157/158)

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A PANDEMIA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS E A RELEITURA DO PACTO FEDERATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Karen **RIBEIRO** (IC- karenluaneribeiro@hotmail.com)¹, Pedro **FRAGA** (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: entes federativos, repartição de competências, saúde pública.

APRESENTAÇÃO: Por meio de abordagem qualitativa, o presente trabalho tem como objetivo discorrer acerca da liberdade de ação da União, Estados e Municípios frente a pandemia causada pelo novo Coronavírus. A situação de emergência gerou o confinamento de grande parte da população brasileira como uma das medidas de conter a disseminação do vírus, gerando o acirramento das responsabilidades e confusão de atribuições entre os entes federados, com as dissidências sendo apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal de acordo com a Constituição Federal de 1988. **DESENVOLVIMENTO:** O direito à saúde está previsto constitucionalmente no artigo 6º, *caput* [1], como um dos direitos sociais a serem salvaguardados e garantidos a todos. Portanto, buscando a prevalência deste direito social frente à pandemia Covid-19, vários governos estaduais e municipais tomaram ações com a finalidade de reduzir o contágio da doença, uma vez que o texto constitucional prevê a competência comum entre todos os entes federativos na realização de atividades ligadas à competência administrativa de cuidar da saúde pública (artigo 23, II). A Carta Magna também dispõe, em seu artigo 24, XII, que Estados e Distrito Federal têm legitimidade para exercer competências legislativas e suprir eventuais lacunas existentes nas normas gerais da União no que tange à defesa da saúde. Além disso, compete aos Municípios também suplementar a legislação federal e estadual no que for cabível, desde que estejam abrangendo um interesse local (artigo 30, I). A despeito de tais previsões, se mostraram grandes as divergências de medidas adotadas pelos entes federativos, notadamente no que tange à restrição de locomoção dos indivíduos e funcionamento do comércio em geral. O Supremo Tribunal Federal foi instado a se manifestar diante do atual cenário pandêmico e de confusão federativa por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº. 672 [2], que foi proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em face de atos comissivos e omissivos do Poder Executivo Federal, realizados na situação de crise da saúde pública. Em liminar proferida e depois referendada pelo Plenário da Corte, o Ministro Alexandre de Moraes reafirmou a importância do desenvolvimento da cooperação entre os três Poderes de modo a fortalecer o pacto federativo, em todas as suas esferas, como mecanismos indispensáveis a serem empregados em prol do interesse público. Deste modo, o relator evidenciou a necessidade de adoção de medidas urgentes e eficientes buscando reduzir o avanço da COVID-19, tais como: o fechamento de *shoppings*, comércios, a suspensão de aulas presenciais, a prática do trabalho remoto, além do distanciamento social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da pesquisa foi possível constatar que as ações tomadas pelos Estados e Municípios encontram-se em concordância com a Constituição Federal de 1988, que certifica autonomia a esses entes federativos na realização de práticas e procedimentos que buscam a defesa da saúde – e, por via oblíqua, a repressão ao avanço do Coronavírus –, estando de acordo também com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS). Cada ente federativo possui autoridade local e regional, conforme o caso, possuindo melhores oportunidades de realizar uma análise em torno do desenvolvimento da doença e da amplitude do sistema de saúde em cada localidade, sempre respeitados os contornos gerais estabelecidos pela Carta Magna. **AGRADECIMENTOS:** Ao Unifaminas e ao Professor Pedro Fraga. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26/08/2020. [2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Liminar na ADPF nº 672*. Brasília, 8 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF672liminar.pdf>>. Acesso em: 25/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA(vinicius.v.dasilva@hotmail.com) Arthur Bastos
1. Curso de DIREITO; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ -
36880-000 – Muriaé - MG

Palavras chaves: Sistema penitenciários, evolução, ressocialização.

Apresentação: O presente trabalho tem por finalidade demonstrar Evolução histórica dos sistemas penais e a função ressocializadora. Outrossim, este, sempre com a finalidade de reeducar aquele que veio transgredir alguma norma penal prevista. Mas, no começo não foi assim, eras atrás o condenado era sujeito a torturas que poderia chegar até a morte. A igreja católica teve seu papel na história dos sistemas penitenciários, através do qual veio da palavra “penitência”, que é o arrependimento dos pecados cometidos. Já no século XVIII a obra de Cesare Beccaria teve grande repercussão na revolução das penas, com o seu opúsculo publicado dos delitos e das penas, que sofreu duras perseguições dos governantes, pois, eram ideias iluministas. Vale destacar os três sistemas penitenciário clássicos: Sistema de Filadélfia (ou pensilvânico); Sistema auburniano e Sistema progressivo (ou irlandês). Que serão analisados adiante. **Desenvolvimento:** a pena a priori tem o caráter de fazer a sociedade não praticar delitos, ou seja, e uma forma de coibir os comportamentos desumanos. No entanto, tem a eficiência de fazer uma intimidação generalizada dos indivíduos, sendo assim, causando quantidade ínfima de crimes[1]. No que tange aos antigos sistemas penitenciários, temos três sistemas, sendo o primeiro deles, o sistema de Filadélfia (ou pensilvânico) que é aquele que tinha o isolamento completo do condenado, que por sua vez, veio a gerar mortes por loucura, suicídio, pois era impossível a ressocialização. Já o sistema auburniano, nesse poderia trabalhar durante o dia, e a noite seguia a mesma condição do sistema anterior. Já o sistema progressivo, tem como finalidade de aprimorar os sistemas anteriores, sendo dividido em quatro períodos: prova; por mérito; transferência para penitenciária industrial ou agrícola; período de livramento condicional[2]. Entretanto, o código penal adota o sistema progressivo, que por sua vez tem três regimes, segundo o artigo 32, §2º, CP, dividi em fechado, semiaberto e aberto. Outrossim, a regra geral para progressão de regime em crimes comuns e de 1/6 da pena. Diferentemente do crime hediondo, que só poderá progredir após cumprir 2/5 da pena se for réu primário, e se for reincidente 3/5 [3]. Sendo que, a pena tem por objetivo a prevenção, que pode ser dividido em três aspectos: o efeito de aprendizagem; a confiança em ver a aplicação da lei e a pacificação com o autor do delito[4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** ao concluir, pode-se chegar num entendimento que a pena tem como função a ressocialização do ser humano que cometeu a infração penal. No entanto, para que isso ocorra, e preciso ter presídios adequados, com sistemas mais avançados. Em comparação aos tempos passados teve grande evolução, destarte, que pode melhorar mais, trazendo assim uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar da pessoa ter cometido o delito, ela tem que ser tratado como um ser humano, vale ressaltar, um dos maiores princípios constitucionais, que está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 1º, III, que expressa a “dignidade da pessoa humana”. Ou seja, qualquer ato degradante, ou desumano vai contra esse princípio. Vale lembrar o artigo 5º, XLVII, CRFB, que fala “ que não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art.84, XIX; b) de caráter perpetuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis. E de destacar que a própria constituição repugna qualquer ato de violência contra alguém. Entretanto, para a sua ressocialização e preciso de um tratamento adequado para trazer para a sociedade um ser humano novo. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **REFERÊNCIAS:**[1]<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-194/o-sistema-penitenciario-brasileiro-e-a-atual-ineficacia-na-finalidade-da-pena-em-ressocializar-os-condenados-no-brasil/>. [2]<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/dos-sistemas-penitenciarios/amp/>. [3]<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/25013/sistema-progressivo-de-cumprimento-de-pena-a-eficacia-de-sua-aplicacao>. [4] ROXIN, Claus. **Derecho penal** – Parte general, t. 1, p. 91-92.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

HONORARIOS DE SUCUMBÊNCIA COMO DIREITO AUTÔNOMO E DE NATUREZA ALIMENTAR NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

João Pedro de Decco **OLIVEIRA** (IC-joapdecco@gmail.com)¹, Ana Clara Duvanel **VELOSO** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Direito autônomo; Honorários de Sucumbência; Natureza alimentar; Novo Código de Processo Civil.

APRESENTAÇÃO: Sobre a exegese do *caput* do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, extrai-se que o vencido, dentre as partes do processo, será condenado a pagar honorários ao advogado vencedor, autor do direito, assim fazendo *jus* a espécie sucumbencial que se origina do gênero: Honorário Advocatício, que, sobre o prospecto do atual diploma processual, se dará de forma mais favorável ao advogado, assim sendo o objetivo do presente trabalho demonstrar como se deu a autonomia do direito em referência para com os juristas, bem como expor seu caráter alimentar. **DESENVOLVIMENTO:** Traçando uma linha evolutiva, o código de processo civil de 1939 [1], através do artigo 64, previu que haveria o pagamento ao advogado da parte contrária em caso de sucumbência, porém, somente ocorreria caso a ação resultasse de dolo ou culpa, contratual ou extracontratual. Posteriormente, e sobre a exegese da Lei 4.632/65, modificou-se a necessidade da comprovação do *animus* do agente bem como conduta culposa, mas sendo necessária a fixação moderada do valor e motivando o que levou ao mesmo. Por conseguinte, a luz do código de 1973, no artigo 20, *caput*, encontra-se consubstanciado que os honorários serão devidos à parte vencedora, não especificando tal direito aos advogados, dificultando o recebimento de valores a tais juristas. Porém, o atual código processual [2] aduz no artigo 85, em seu § 14, a titularidade inequívoca aos advogados, tendo tal verba natureza alimentar para os mesmos. Ademais, a corte superior ainda promoveu entendimento sobre o assunto, aduzindo que os honorários tem natureza remuneratória, sendo direito autônomo dos jurisperitos, que podem reavê-lo nos mesmos autos do processo no qual se originam as verbas sucumbenciais, ou em nome próprio [3], o que também se positiva, em se tratando do citado direito autônomo, no art. 23 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil [4], elencando, em lei específica, o patrono do direito bem como formas de reavê-lo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ante a informação acima exposta bem como o teor legal aduzido, vale destacar que os advogados foram privilegiados com as atuais implicações processuais referentes aos honorários de sucumbência, que perante a sua natureza alimentar, relacionam-se com a garantia da dignidade da pessoa humana, consagrada entre os fundamentos basilares da Constituição da República de 1988, remetendo as inafastáveis garantias fundamentais, por serem inerentes a personalidade humana, aplicando-se desta forma aos patronos do direito tematizado pelo presente artigo. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS por incentivo a pesquisa. Ao Professor Wilson Sebastião Rodrigues Soares, pela disponibilidade, bondade e maestria na orientação para a produção do presente trabalho e a Ana Clara Duvanel Veloso pela parceria. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Código de Processo Civil de 1939. Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1608.htm. Acesso em: 12/08/2020 às 14:31. [2] BRASIL. **Novo Código de Processo Civil. Lei 13.105 de 16 de março de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em: 20/01/2020. [3] (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **REsp 1.102.473/RS**, Relatora: Min. Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial. Julgado em 16/05/2012, DJe de 27/08/2012. Disponível em: stj.jusbrasil.com.br > jurisprudência > relatorio-e-voto-450540056 acesso: 20/02/2020 às 21:34). [4] BRASIL. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994.** Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50168/honorarios-advocaticios-implicacoes-do-novo-codigo-de-processo-civil-lei-13-1005-2015>. Acesso em: 01/03/2020 às 16:25.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA

Taynara DUTRA (IC - taynara_md@hotmail.com)¹ e Thaysa AQUINO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: constituição, morada, família, penhora.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem como finalidade analisar o bem de família no que tange ao conceito, fundamentos, espécies de impenhorabilidade e dívida alimentar. O bem de família foi inserido em nosso ordenamento jurídico com o advento do Código Civil de 1916, regulamentado pelos artigos 70 a 73 deste, e permaneceu no atual Código Civil de 2002, inserido no Direito de família e também regido pela Lei 8.009/90. **DESENVOLVIMENTO:** Considera-se bem de família todo bem imóvel, urbano ou rural, que serve de proteção à moradia da família. É protegido por meio de previsões legais específicas e pelo [Código Civil](#). A Lei 8.009/90, em seu artigo 1º, é extremamente clara ao conceituar o bem de família, dizendo que o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas na lei. Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 226 que a família é a base da sociedade, e possui especial proteção do Estado. Via de regra, o bem de família não é passível de ser executado para saldar relação obrigacional, disto decorre uma característica, qual seja, a impenhorabilidade do bem de família. No entanto, com o intuito de proteger o credor, a lei trouxe casos de exceção a essa regra, desde que haja um critério objetivo. À luz do artigo 1.711 do Código Civil, o bem de família não pode exceder a um terço do valor líquido do patrimônio, havendo uma limitação para poder exercer essa proteção. O artigo 2º da referida lei faz referência a algumas exceções sobre as quais não se aplicariam a impenhorabilidade, como os bens automóveis, as obras de arte e os objetos suntuosos. O artigo 3º dispõe sobre a impenhorabilidade do bem, sendo oponível essa impenhorabilidade a todos os tipos de processo de execução, como civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, mas com algumas ressalvas, vejamos: A Lei 13.144/15 alterou o inciso III, do artigo 3º, da Lei 8.009/90, estabelecendo que a impenhorabilidade do bem de família não se aplica em casos de pensão alimentícia, sendo possível a penhora do bem por dívida de alimentos; quando incidir em dívidas contraídas em função do próprio imóvel de propriedade familiar, como por exemplo, o IPTU. Desta forma, ainda que o bem seja considerado de família responderá por tais dívidas. Vale ressaltar que caso a família faça um financiamento a fim de adquirir o bem de família, o financiamento precisará ser quitado, pois caso contrário, as dívidas do financiamento poderão ser arcadas com o próprio bem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante dos fatos mencionados, percebe-se que tanto o Código Civil quanto a Lei nº 8.009/90 demonstram a preocupação do Estado com a família. Conforme dispõe a Constituição Federal, a família é a base da sociedade, sendo assim, o legislador vislumbrou a necessidade de dar proteção para tal instituto através da impenhorabilidade do bem de família, que abrange muito mais do que a interpretação de casa, abrigo e local onde o ser humano vive e se protege, é também onde ocorre a formação da personalidade e do caráter do indivíduo, bem como a relação de afeto familiar. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pelo apoio concedido e à Professora Thaysa Aquino por ser minha orientadora e ter desempenhado tal função com profissionalismo e dedicação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOUZA, Felipe. **Impenhorabilidade do bem de família – efeitos práticos de seu registro nos termos do Código Civil**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/266579/impenhorabilidade-do-bem-de-familia-efeitos-praticos-de-seu-registro-nos-termos-do-codigo-civil>. Acesso em: 14/08/20. [2] BRASIL. Lei 8.009/90. Lei de Impenhorabilidade do Bem de Família, de 29/03/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8009.htm. Acesso em 14/08/20. [3] AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Bem de Família: Com Comentários à Lei 8.009/90**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

MEDIDAS PROVISÓRIAS, O ATUAL CENÁRIO MUNDIAL E O SISTEMA PRESIDENCIALISTA

Leonardo **FONSECA** (IC-leotds@yahoo.com.br)¹, Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora

1. Centro Universitário UNIFAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-Chave: Medida provisória, pandemia, presidencialismo, coronavírus

APRESENTAÇÃO: A Constituição Federal, traz em seu Artigo 2º, a independência e harmonia entre os poderes, cabendo ao presidente, pela forma atual de governo, tomar medidas visando o bem comum além da função de representante do Estado. Em cenários de urgência, onde a intervenção estatal faz-se necessária para equilibrar a paz e o bom convívio, o presidente pode, de acordo com Art. 62 da CF, editar medidas provisórias com efeitos imediatos, cabendo ao Congresso Federal, posterior análise quanto à rejeição ou aprovação delas. Analisando o momento atual e as mudanças necessárias para o enfrentamento da pandemia, busca o presente trabalho analisar o uso das medidas provisórias pelo Presidente da República no intuito de discutir ser ou não o presidencialismo a melhor forma de governo para o Estado brasileiro. **DESENVOLVIMENTO:** Buscando a harmonia entre a crise provocada pela pandemia e a adequação da população às novas medidas de saúde impostas e/ou recomendadas pela OMS, o governo brasileiro editou inúmeras medidas provisórias visando diminuir os impactos provocados pela COVID-19 no setor econômico. A MP 927 de 2020, trouxe flexibilidade às relações trabalhistas, tornando possível a manutenção de empregos e a sobrevivência das empresas. A MP 929 de 2020 permite excepcional abertura de crédito para o enfrentamento do coronavírus, assim como a MP 934 de 1º de abril, flexibiliza o calendário e demais regras das instituições de ensino. Ilustrados aqui exemplos de medidas provisórias, voltemos ao nosso objetivo de falar sobre o sistema presidencialista, atual forma de governo no Brasil. O presidente, eleito democraticamente, tem função de chefe do governo e do Estado, devendo este, submeter seus projetos de leis ao parlamento, cabendo também aos parlamentares, a fiscalização e julgamento das ações do presidente, e em caso de crimes de responsabilidade, analisar o pedido de perda de mandato, contudo não é atribuído ao chefe de governo o poder de dissolução do parlamento. Analisando o presente momento, é imperioso destacar a importância da urgência nas tomadas de decisões, o que não seria possível se todas essas adequações normativas dependessem de aprovação imediata do Congresso Federal. No contexto político atual, o jogo de interesses pessoais ou de grupos, sobressaem às necessidades da população em geral. O círculo vicioso em que os parlamentares vivem, a exigência de moeda de troca para aprovação de leis, tornaria muito mais demorado as reações frente à pandemia. Em 2016, 27 senadores propuseram a mudança da atual forma de governo brasileiro, não obstante, sem uma mudança ética na política qualquer outra forma seria desastrosa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Contextualizando a composição política e o cenário atual, o presidencialismo ainda é a forma de governo mais adequada ao país, dadas as prerrogativas garantidas pela CF ao Presidente da República, a implementação de medidas com vigência imediata, torna menos burocrática, mais ágeis e eficientes as ações necessárias frente às situações incomuns e que requerem urgência, tais como a pandemia da COVID-19. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABRAHÃO, MARCELA ROSA, **As Restrições aos Direitos Fundamentais por Ato Normativo do Poder Executivo**. Editora Almedina. [2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 11 de agosto de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

MURIAÉ E DISTANCIAMENTO SOCIAL OCASIONADO PELO COVID-19: O IMPACTO SOBRE O ÍNDICE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Ana Beatriz Carbo **COSTA** (IC- beatrizcarbos@outlook.com)¹, Vanessa Silva de **PAULA** (IC)¹ e Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário UNIFAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras chave: COVID-19; Distanciamento social; Violência doméstica contra mulher

APRESENTAÇÃO: Segundo recomendações de órgãos de saúde pública nacionais e internacionais, bem como literatura científica [1], o distanciamento social é a medida mais segura e eficaz para minimizar os efeitos do COVID-19. Porém, no que tange à violência contra mulheres, especialmente a violência doméstica, nota-se efeito adverso ocasionado por esta medida. No atual cenário, o risco de aumento dos episódios desta violência acontece devido períodos prolongados de convivência das vítimas com seus agressores que, na maioria dos casos, são seus companheiros. Diante disso, este estudo objetiva verificar a ocorrência do aumento do índice de violência doméstica e familiar contra as mulheres, na cidade de Muriaé, em causalidade ao distanciamento social exigido em decorrência do COVID-19. **MÉTODO:** Este trabalho refere-se a estudo retrospectivo, com característica descritiva, realizado a partir de registros pré-existentes na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, da cidade de Muriaé, acerca do número de Expedientes Apartados de Medidas Protetivas (EAMP), Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD) e Inquéritos Policiais (IP), referente ao período de maio de 2019 e maio 2020. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nos registros internos da Delegacia supra citada constam, como dados apurados, no mês de maio de 2019, um número de 11 EAMP, 5 APFD e 15 IP e, no mesmo período, do presente ano, 16 EAMP, 8 APFD e 22 IP, configurando um aumento de 45,45%, 60% e 46,66%, respectivamente. Do total de trinta procedimentos instaurados no mês de maio do corrente ano, apenas dezesseis vítimas solicitaram a Medida Protetiva, prevista na Lei Maria da Penha [2], a qual visa a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e é imposta ao agressor, após constatada a prática violenta, de forma separada ou conjunta, às medidas protetivas de urgência. No intuito de salvaguardar mulheres vítimas de violência doméstica, oportunizada e/ou potencializada em decorrência do distanciamento social, em Minas Gerais, na data de 22 de maio de 2020, foi aprovado a Lei 23.643/2020, que obriga síndicos e administradores responsáveis pelos condomínios residenciais a comunicar, à Polícia Militar ou Polícia Civil, casos de violência doméstica contra a mulher nas dependências do condomínio, tendo vigência enquanto perdurar o estado de calamidade pública [3], com intuito de evitar a denominada “violência velada”, aparentando pseudo diminuição dos índices de violência contra mulher, haja vista a dificuldade de comunicação da vítima com possíveis redes de acolhimento, refletindo dados apurados em outros estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante análise dos dados coletados, revela-se um aumento considerável de procedimentos instaurados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em consequência ao aumento dos períodos de convivência das mulheres com seus agressores, em decorrência do distanciamento social, como imposição ao controle para minimizar os efeitos danosos ocasionados pelo COVID-19, em comparação ao período descrito. Destarte, fica evidente a necessidade da tomada de medidas alternativas que possam auxiliar na denúncia da violência doméstica sofrida pela mulher em tempos de pandemia, à exemplo da tomada no Estado de Minas Gerais. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS, pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JACKSON, Michael L. *et al. Effects of weather-related social distancing on city-scale transmission of respiratory viruses.* MedRxiv, 2020. [2] BRASIL. Lei nº 11.340, Brasília, 07 de agosto de 2006. [3] BRASIL. Lei Estadual nº 23.643, Belo Horizonte, 22 de maio de 2020. [4] PIMENTEL, Elaine. *Violência contra mulher em tempos de COVID-19.* Disponível em: <https://confap.org.br/news/violencia-contra-a-mulher-em-tempos-de-covid-19/>. Acesso em: 06 ago 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

NORMA MÉDICO-JURÍDICA E DOCTRINA RELIGIOSA: A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONFLITO ENTRE FÉ E VIDA

Yasmin Longhi **PEREIRA** (IC – yasminlonghi16@gmail.com)¹, Vítor Dênis da **SILVA** (IC)², Rubens Lopes **OLIVEIRA** (IC)³, Francisco Carvalho **CORREA** (PQ)⁴.

¹ Aluno do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Aluno do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS ³ Médico formado pelo Centro Universitário UNIFAMINAS; ⁴ Doutor e Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS.

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Testemunhas de Jeová; médico; responsabilidade

APRESENTAÇÃO: O presente estudo busca aferir, a partir de análise dos estatutos jurídicos e dogmas jurídico-principiológicos, a possibilidade de responsabilização civil de médico que, eventualmente, em razão de necessidade premente, mas contrariando desejo do paciente seguidor das doutrinas das Testemunhas de Jeová, realiza procedimento de transfusão sanguínea. **DESENVOLVIMENTO:** Considerada a laicidade do Estado, a Constituição Federal assegura ser um princípio fundamental inviolável a liberdade de consciência e de crença [1]. No que tange a seita conhecida por Testemunhas de Jeová, estima-se que atualmente no Brasil existem aproximadamente 900 mil praticantes. Tal crença se baseia em fundamentos bíblicos que reprimem veemente o contato com sangue, seja ele pela via alimentar ou venosa [2]. Lado outro, o Código de Ética Médica, aquele que é composto por todas as normas as quais devem ser exercidas pelo médico, estabelece como um princípio fundamental do profissional, em seu artigo VII do primeiro capítulo: o dever de intervir sobre a vida do paciente quando este estiver com risco iminente de morte, mesmo que tal conduta não seja aprovada por ele ou por seu representante [3]. Além disso, o Código Penal Brasileiro assegura tal posicionamento profissional sem que seja configurado um constrangimento ilegal, como previsto no segundo inciso do parágrafo terceiro do artigo 146. Entretanto, é imprescindível salientar que deve ser observado o risco iminente de morte [4]. Paralelamente à responsabilidade médica, a Constituição Federal garante como um princípio fundamental a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, os apoiadores da Testemunha de Jeová alegam que, no momento que o médico realiza uma intervenção, seja ela médica ou cirúrgica, que vá de encontro com seus princípios religiosos está violando a tal princípio [5]. Neste sentido, em 2019 no estado de São Paulo, um hospital ajuizou uma ação para obrigar um paciente, acometido pela leucemia a realizar a transfusão sanguínea, uma vez que está restava ser o único tratamento, entretanto, o relator afirmou que mesmo sendo a vida um direito fundamental, o paciente é adulto e capaz tomar suas próprias decisões, e respeitar seu posicionamento religioso é expressão da dignidade humana [6]. A questão não é de fácil resolução, quando se visa apurar se há responsabilidade civil do médico atuante, caso este prossiga à realização do procedimento. Para isso deve-se considerar, em primeiro lugar, que, pelo CEM, há norma positivada fomentando a atuação e outra obrigando a atuação médica, vide artigos 22 e 31. E, note-se, não há ressalvas quanto a casos específicos e sensíveis, que demandam uma abstenção. Além disso, um segundo ponto a ser observado é o de que, como já exposto, o Código Penal, representante da coação máxima de conduta em um Estado, por incidir diretamente sobre a liberdade do indivíduo, ampara o disposto no CEM, ao abster-se de aplicar sanção em tal caso [7]. Considerando, pois, o ideal proposto de harmonia normativa quando da constituição de um ordenamento jurídico, não seria coerente a fomentação, por parte deste, de uma conduta que, se consolidada, ensejaria responsabilização civil. Seria como se escolher entre a espada e a espada. A ponderação que se faz é, agora, clara, no sentido de que o próprio ordenamento desconsiderou exceções, em casos de atuação médicas envolvendo risco de morte e blindou a incidência responsabilização civil, conquanto preveja a discussão filosófica e jurídico-filosófica. Entretanto, se faz necessário entender que o direito está em constante modificação, uma vez que se fundamenta em fenômenos espaço-temporais, dessa forma, proibições impostas na atualidade, em tempos futuros poderão ser legalizadas, devido a valoração da ética e das liberdades individuais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É possível observar que a conduta médica contrária a uma decisão do paciente na situação exposta, não é passível de responsabilização civil, uma vez que mesmo sendo violado um direito, o Princípio da Harmonia do Ordenamento Jurídico inibe essa implicação, visto que o Código Civil é composto por uma regra genérica, enquanto o Código de Ética Médica estabelece uma forma de agir específica. À vista disso, se faz necessário compreender as constantes mudanças sociais que ocorrem constantemente. Já existem posicionamentos jurisprudenciais favoráveis à pacientes que recusem tal tratamento, mas ainda não é uma decisão muito comum no meio jurídico. **REFERÊNCIA: [1]** BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. **Constituição Federal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 17 de Agosto de 2020. **[2]** Testemunhas de Jeová. **Testemunhas de Jeová em Todo o Mundo.** Disponível em <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/worldwide/BR/>>. Acesso em 20 de Agosto de 2020. **[3]** Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica.** Disponível em <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index6/?numero=24&edicao=4631#page/1>>. Acesso em 20 de Agosto de 2020. **[4]** BRASIL, Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 20 de Agosto de 2020. **[5]** BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. **Constituição Federal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 de Agosto de 2020. **[6]** Poder Judiciário. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.** Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/tj-sp-permite-testemunha-jeova-abra-mao.pdf>>. Acesso em 24 de Agosto de 2020. **[7]** Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica.** Disponível em <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index6/?numero=24&edicao=4631#page/1>>. Acesso em 20 de Agosto de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.03.01-9 Direito Civil

PRINCÍPIO DA HUMANIDADE DA PENA E A EVOLUÇÃO DAS LEIS PENAIS NO TEMPO

Edivani Viana **PEREIRA** (IC- edivanepereira@hotmail.com)¹, Vanessa Silva de **PAULA** (IC)¹ e Stefanine M. A. L. **GOMES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário UNIFAMINAS-
36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: humanidade, dignidade e justiça.

INTRODUÇÃO: Propõe-se demonstrar o Princípio da Humanidade da Pena, no qual fazem-se valer os direitos e a dignidade da pessoa humana, perpassando sob a ótica da evolução das leis penais no tempo. **DESENVOLVIMENTO:** Desde os primórdios da humanidade, os meios de punição sempre estiveram presentes, com a evolução da mesma, os métodos punitivos foram se adequando até chegar ao modelo dos dias atuais. As penas aplicadas no início eram as mais cruéis, havia uma ausência de ponderação das penas, nas quais muitas vezes, quem cometia algum crime pequeno era julgado por sua classe social, assim a família também recebia a pena. O período compreendido entre a Idade Antiga e a Idade Moderna, foi marcado por penas cruéis, verdadeiros suplícios, pois inexistia um equilíbrio das penas. Com o advento do movimento renascentista, críticas aos processos penais surgiram e muitos afirmavam que as penas deveriam ser equivalentes ao crime. Cesare Beccaria [1] e Michel Foucault [2], eram alguns dos que combatiam veementemente tais violências, expressavam em suas obras, a indignação com as leis penais da época e ressaltavam a importância de analisar os crimes e quais as penas a eles deveriam ser imputadas. Com o capitalismo e a forma como a sociedade se estruturou levando ao aumento dos índices de pobreza e em consequência o aumento da criminalidade, pôde-se compreender o contorno para o atual modelo do sistema de privação de liberdade. As leis penais passaram a propor a prevenção do delito e a readaptação do criminoso. A prisão passa a basear-se no que é na atualidade: privar o sujeito de sua liberdade ao retirar o mesmo do convívio familiar e social para que ele possa aprender e refletir através do isolamento. No ordenamento jurídico penal, os princípios têm a função de delimitar e servem como garantia para os cidadãos, frente ao poder punitivo. São extraídos direta ou indiretamente da Constituição Federal e dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, que lembram que o princípio da humanidade "sustenta que o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem constituição físico-psíquica dos condenados"[3]. Dessa forma, o princípio da humanidade repudia as penas cruéis, maus tratos, tortura e qualquer outro método que viole a dignidade da pessoa humana, já que o Direito é produto dos interesses humanos e seus destinatários são os próprios seres humanos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pela observação dos aspectos analisados no estudo em questão, constata-se o avanço das leis penais ao longo de toda história. Porém, a realidade é que o sistema é caracterizado por fortes desigualdades e injustiças, não proporcionando condições mínimas para enfrentar os desafios da vida social, um sistema marcado por valores contraditórios e jogos de poder e força. Por pior que seja o criminoso, não se pode deixar de considerar que apesar do crime cometido, ele é um ser humano e que precisa ser tratado como tal. Esse ideal não significa impunidade ou injustiça, deve-se mostrar a preocupação com a função social da pena que é recuperar aquele que cometeu um ato ilícito. Diante disso, o valor maior do Princípio da Humanidade exige, no contexto histórico atual, um olhar mais social sobre a pena, percebendo assim que a mesma deve visar somente a orientação do sujeito a uma possibilidade de correção de sua conduta e entender que a pena já não é dotada de um caráter de castigo e suplício. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2006. [2] FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1987. [3] BITENCOURT, C.R. **Tratado de Direito Penal: parte geral. Vol. 1**. 10ªed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A SELETIVIDADE NO DIREITO PENAL

Vanessa Silva de **PAULA** (IC- vanessinhasilvadepaula@gmail.com)¹, Ana Beatriz C. **COSTA** (IC)¹, Edivani V. **PEREIRA** (IC)¹ e Stefanine M. A. L. **GOMES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário UNIFAMINAS-
36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: seletividade; igualdade; direito penal.

INTRODUÇÃO: O cotidiano contemporâneo é traçado de relações sociais que dispõem a vida em sociedade. A contínua convivência em coletividade faz com que o Direito atue com diligência para gerar a paz e o bem comum. Tendo em vista isso, a necessidade em tratar cada um igualmente é imprescindível. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo retratar uma asserção muito recorrente: o Princípio da Igualdade e a Seletividade do Direito Penal.

DESENVOLVIMENTO: No Brasil, foi possível perceber de forma nítida o “Princípio da Igualdade” após o surgimento da Constituição Federal de 1988. Atualmente, todos os indivíduos dotados de personalidade, sem quaisquer distinções, são iguais perante a lei. Este princípio é baseado na concepção de que todos nascem iguais e por isso são sujeitos de direitos iguais na sociedade e podem possuir os mesmos tratamentos e oportunidades, já que a compreensão de igualdade está ligada ao sentimento de justiça. Ademais, ele se subdivide em dois enfoques correlacionados entre si: igualdade formal e material. A primeira é aquela expressa na lei e tem como caráter normativo a proibição de tratamentos diferenciados com base em cor, classe social, raça e quaisquer tipos de discriminação. Já a material, presume que as pessoas postas em situações díspares sejam tratadas de maneira desigual, tratando igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na proporção de suas necessidades. Além disso, no Direito Penal, este princípio sofre uma debilidade devido ao princípio “Favor Rei”, já que o sujeito desfruta de primazias que entram em discrepância com a pretensão punitiva estatal [1]. Para mais, nota-se que, por vezes, este princípio é transgredido, visto que a seletividade é profícua a um público alvo: os pobres, negros e miseráveis. Sem dúvida, agir conforme os preceitos de discriminação é agir inconstitucionalmente [2]. Observa-se, ainda, que políticos e empresários cometem altas infrações penais que acarretam danos irreparáveis na sociedade, como inestimáveis prejuízos à população, sonegação de impostos, superfaturações de obras públicas e abuso de poder lhes conferido. São inúmeras as transgressões, mas os autores desses crimes contingentemente são processados criminalmente, punidos e levados ao cárcere. Além do mais, Francisco H. descreve que dados estatísticos de prisões brasileiras, apresentados pelo CNMP por meio do Projeto Sistema Prisional, demonstram que mesmo com a média de 53% da população brasileira acima de 18 anos declarando-se negra ou parda e 46% branca, nas prisões 64% são negros e 35% brancos [3]. Cabe salientar que esta superlotação nas penitenciárias é um desdobramento da desigual metodologia capitalista e constitui uma igualdade formal como um grande instrumento de legitimação das desigualdades materiais, pois a aplicação desigual da lei provém do próprio sistema como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A seletividade penal na produção de leis no Brasil é destaque neste estudo, pois ela demonstra um sistema viciado, que cria a conduta, regra o agente e gera a vítima. Logo, sua presença no dia a dia ainda se encontra de forma demasiada, visto que a maior parte da população pertence a uma esfera social de padrão ífero e a seletividade tende a propender-se a ela, assenhorando na extensão dos índices de pobres e marginalizados nos cárceres. Dessa forma, dado que o Direito deve se adequar às primordialidades coletivas e individuais, as ações punitivas estatais devem ser, sobretudo, constituídas por equanimidade.

AGRADECIMENTOS: À Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARPEZ, F. *Curso de Direito Penal*, v. 4, São Paulo: Saraiva, 2008, p.19. [2] MELLO, C. A. B. de, *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*, 3ª ed., 2002. [3] SOUSA, F. H. A.. *A seletividade do sistema penal e a impossibilidade de ressocialização do detento*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/75161/a-seletividade-do-sistema-penal-e-a-impossibilidade-de-ressocializacao-do-detento>. Acesso em: 2020

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

OMISSÃO DE SOCORRO E O DESCONHECIMENTO DA LEI

VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA(vinicius.v.dasilva@hotmail.com) Arthur Bastos RODRIGUES

1. Curso de DIREITO; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras chaves: omissão de socorro; garante; acidentes de trânsito.

Apresentação: O presente trabalho tem por objetivo esmerar-se sobre a legislação penal em torno da omissão de socorro nos casos de acidente de trânsito e a função de garante. No entanto, muitas pessoas passam perante um acidente e não faz nada, sendo que era possível fazer sem correr risco, logo pensam, não estou cometendo crime algum, pois não fiz nada, mas esse que é o crime, porque a pessoa tinha que ter feito algo e não fez. Diante disso, a pessoa acaba se equivocando e cometendo um crime que está previsto no artigo 135 do código penal. Pois, se não tem competência para salvar a vida, ao menos acionar os órgãos competentes para poder realizar tal mister. Diante disso, tem a função do garante que se encontra no art. 13, §2 do código penal. Já os acidentes de trânsito têm uma lei especial, que será aplicada, que é o código de trânsito. Através do qual será exemplificado a seguir. **Desenvolvimento:** Vale ressaltar que temos duas condutas a serem praticadas pelo ser humano, sendo positiva ou negativa, essa um não fazer e a outra um fazer. No entanto, faz mister observar que o próprio código penal deixou um artigo próprio para defender os indefesos, frágeis, incapacitados de apresentarem qualquer reação, que se encontra no art. 135, CP[1]. Vale frisar que tem a redação do art. 135-A que se refere as omissões de forma indiretas, ou seja, as omissões de médico hospitalar emergencial. Através do qual, não se pode olvidar que essa conduta não é um simples não fazer, pois é preciso está na lei, como está expresso na carta magna de 1988, no art. 5º, II- “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”[2]. Outrossim, e evidente que se encontra amparo constitucional, devido o princípio da legalidade, no caso de médico (art. 135-A, CP), na função de garantidor (art. 13, §2 do CP) [3]. Todavia, os acidentes de trânsito têm uma lei especial que será aplicada, pois Lex specialis derogat generali, ou seja, quando tem um conflito de normas, a lei especial irá ser aplicada ao caso concreto, geralmente são crimes culposos, pois se for doloso vai ser aplicado o código penal[4]. No entanto, vale destacar que no código de trânsito, encontra amparo no artigo 302, III, que fala “deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente”. Ou seja, vale frisar, sempre que possível, por ex.: se acontecer um acidente e vier muitas pessoas para cima daquele local querendo agredir o motorista, ele terá que evadir do local sem prestar assistência a vítima, para poder resguardar sua própria integridade física[5]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** essa pequena análise que foi descrita, pode-se chegar numa conclusão que, muitas pessoas cometem crimes até sem saber que é crime. No entanto, mesmo tendo um diploma legal, previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) que fala no seu art. 3º “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Não obstante, e evidente encontrar na sociedade essas condutas. Portanto, para evitar esses atos, tem que deixar mais claro na sociedade duma maneira mais específica, divulgando e incentivando através dos meios de comunicações. Outrossim, tais atos também são específicos de profissionais da área, ou seja, quem provocou só terá o dever de acionar os órgãos competentes, pois se movimentar a vítima pode ser que piora o estado dela, salvo se for atos imprescindíveis. Sendo assim, é preciso ser omisso num dado momento. Através disso, o governo tem que oferecer mais cursos a sociedade para lidar com essas situações inesperadas, ao menos o essencial até a chegada dos profissionais. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **REFERÊNCIAS:** [1] BRASIL. Decreto-lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código penal.** Artigo 135. [2] BRASIL. **Constituição da República Federativa do BRASIL de 1988.** [3] <https://jus.com.br/artigos/58985/a-responsabilidade-penal-do-medico-no-crime-de-omissao-de-socorro>. [4] <https://lidianevalvs.jusbrasil.com.br/noticias/3632767669/lex-especialis-derrogate-generalis>. [5] BRASIL. Lei n.9.503, de 23 de setembro de 1997. **Código de trânsito Brasileiro.** Art. 302.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Antônio Carlos TORRES (IC antoniotorres2010@hotmail.com)¹, Arthur Bastos **RODRIGUES**.
(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: consunção, crime, princípio.

INTRODUÇÃO: Nesse artigo abordaremos o Princípio da Consunção no ordenamento jurídico brasileiro, princípio bastante citado pela doutrina penal brasileira, onde se entende que se um crime menor for praticado para conseguir êxito em um crime maior, o primeiro será absorvido pelo último, uma vez que sem um não existiria o outro. Conhecido também como Princípio da Absorção será aplicável nos casos em que ocorrer sucessão de condutas com existência de um nexos de dependência. Daremos o seu conceito doutrinário e vamos discorrer sobre seu tratamento no nosso ordenamento jurídico pátrio. **DESENVOLVIMENTO:** O Direito Penal Brasileiro não reconhece o Princípio da Consunção de forma positivada, só o tem em reconhecimento diante de manifestações doutrinárias, mas ainda assim este princípio é bastante utilizado pela nossa jurisprudência. Vamos observar como o professor Fernando Capez o descreve em seu livro: “É o princípio segundo o qual um fato mais amplo e mais grave consome, isto é, absorve outros fatos menos amplos e graves, que funcionam como fase normal de preparação ou execução ou como mero exaurimento, costuma-se dizer: “o peixão (fato mais abrangente) engole os peixinhos (fatos que integram aquele como sua parte)”.[1]. Um exemplo de aplicação deste princípio é quando um cidadão armado com uma barra de ferro e com intenção de matar seu desafeto lhe desferiu vários golpes, causando-lhe lesões corporais até atingir seu objetivo de matá-lo. Neste caso as lesões corporais (“peixinho”) serão absorvidas pelo crime de homicídio (“peixão”), pois se assim não fosse haveria o caso de um *bis in idem*, ou seja, o crime de lesão corporal seria duplamente punido. O doutrinador Damásio de Jesus diz em seu livro: “Ocorre a relação consuntiva, ou de absorção, quando um fato definido por uma norma incriminadora é meio necessário ou normal fase de preparação ou execução de outro crime, bem como quando constitui conduta anterior ou posterior do agente, cometida com a mesma finalidade prática atinente àquele crime.” (JESUS, Damásio de. 2019. Pág. 174). [2]. Porém, existem alguns elementos a serem observados para aplicação desse princípio: I- unidade de elemento subjetivo (desde o início, há uma única vontade), II- unidade de fato (há um só crime, comandado por uma única vontade), III- pluralidade de atos (se houvesse um único ato, não haveria que se falar em absorção) e IV- progressividade na lesão ao bem jurídico (os atos violam de forma cada vez mais intensa o bem jurídico, ficando os anteriores absorvidos pelo mais grave). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, podemos perceber que o Princípio da Consunção tem por finalidade evitar, como já fora supramencionado, o *bis in idem*, assim sendo a sua aplicação se faz necessária para que o agente de fato delituoso não venha a ser punido duplamente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 23ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva Jur. [2] JESUS, Damásio de. Direito Penal: Parte Geral. 37ª edição. São Paulo. Editora Saraiva Educação. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA APLICABILIDADE

VINICIUS VENÂNCIO DA SILVA (Vinicius.v.dasilva@hotmail.com) Arthur Bastos RODRIGUES
1. Curso de Direito; 2. Professor Centro universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ -
36880-000 -Muriaé-MG

Palavras chaves: Economia do Estado; impunidade, valor econômico auferido.

Apresentação: O presente trabalho tem o intuito de verificar as regras de aplicação do princípio da insignificância no Brasil, através das bibliografias doutrinárias e de pesquisas. A relevância da aplicação desse princípio se deve ao fato de diversas condutas ínfimas que ocorrem na sociedade que não são realmente importantes para o direito penal. Sendo assim, o principal debate sobre o tema está no grau de insignificância e na subjetividade do agente, pois, é isso que tem que ser observado para fazer a ponderação do caso concreto. **Desenvolvimento:** Dentro do fato típico, tem a conduta dolosa ou culposa, que vai gerar um resultado, obviamente tem que ter um nexo de causalidade entre a conduta e o resultado, e em seguida passará para a análise da tipicidade penal. Tendo em vista, se o bem for um bem de valor econômico relevante e não for um bem de valor de uso, ou seja, o princípio da insignificância só se aplica aos bens fungíveis. É importante ressaltar que temos 2 entendimentos em questão: o do STF e do STJ. O entendimento do STF evidencia que se o agente for reincidente, vai ser fator que impede à aplicação do princípio da insignificância; já o STJ fala que isso não é obstáculo, se estiverem presentes todos os requisitos, não podendo ser multireincidente. Tendo em vista, um debate que foi realizado pela 8ª promotoria de justiça de ponta grossa no mês de setembro de 2018, observando-se a análise jurídica, sendo requisito para à aplicação e análise de aplicabilidade[1]. O princípio da insignificância conhecido como fato de bagatela, ou seja, e um fato que não traz relevância para o direito penal, pois o direito penal é a “ULTIMA RATIO”, ou seja, só vai atuar quando os outros ramos jurídicos não forem suficientes. A sua origem sobreveio do direito civil, do brocardo “*minimis non curat praetor*”, ou seja, “o pretor não cuida de coisas pequenas”[2]. Dando surgimento o princípio da insignificância, evitando ajuizamento de causas desnecessárias. No entanto, ao julgar o caso concreto o operador do direito tem que fazer um critério de valoração da situação, sempre observando o princípio da equidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e entre outros, para ter um julgamento respeitando a dignidade da pessoa humana, que é um dos maiores princípios constitucionais que está previsto no art.1º, III da CRFB[3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** através da pesquisa feita pode-se concluir que ao julgar determinada questão, tem que ver a relevância do bem. Tendo sempre em mente os princípios da ponderação; da razoabilidade; da dignidade da pessoa humana e entre outros para chegar num resultado. É relevante ver a importância do bem a ser discutido, pois se o bem não tiver um valor significativo, isso pode trazer prejuízo para o Estado, ex.: um furto de um creme, condicionador, etc. Se fosse fazer uma ocorrência e levá-la em adiante o gasto seria maior do que o valor do produto que foi furtado. Sendo assim, acaba não realizando a ocorrência, tornando esse fato atípico. Causando grande indignidade por parte da população, que não compreende. Não obstante, isso pode causar um grande descontrole por parte das autoridades, pois, isso pode tornar corriqueiro no dia a dia da sociedade e gerando um certo desequilíbrio. Uma simples advertência de forma verbal, pode resolver, e com isso economizando o dinheiro público, servindo para ser aplicado em outras áreas. Outrossim, o direito penal deve ser utilizado de forma excepcional, segundo o princípio da intervenção mínima. Entretanto, o princípio da lesividade quer deixar claro que o prejuízo causado deve ser relevante economicamente. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **REFERÊNCIAS:** [1] Oliveira, Bruna Mayara de; Joao Conrado Blum et al. O princípio da insignificância e sua atual aplicação no direito penal brasileiro.09/2018. **REVISTA JUS NAVIGANDI**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5595, 26 out.2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69234>. [2] David Metzker. **Aplicação do princípio da insignificância na posse ou no porte de munição**. Disponível em: m.migalhas.com.br/19/9/2019. [3] BRASIL. **Constituição da República Federativa do BRASIL de 1988**.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Antônio Carlos TORRES (IC antoniotorres2010@hotmail.com)¹, Arthur Bastos **RODRIGUES** (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: bagatela, princípios, punição.

INTRODUÇÃO: Neste trabalho abordamos o Princípio da Insignificância em nosso ordenamento jurídico pátrio, suas características, peculiaridades, requisitos de aplicação, uma vez que este princípio exclui a tipicidade material do ato lesivo praticado pelo agente. Por mais que pareça um tema esgotado, é importante debater sobre sua aplicação, haja vista que cada dia mais tem surgido novas situações onde este princípio é cabível. A discussão gira em torno do surgimento do princípio na doutrina e sobre a sua aplicabilidade baseada em aspectos subjetivos do agente. **DESENVOLVIMENTO:** O Direito Penal não deve ser preocupar com bagatelas, motivo pelo qual há a existência do princípio da insignificância, que protegerá o agente que vier a ter conduta de lesividade mínima ao patrimônio da vítima, e para ser aplicado devem ser observados alguns requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Assim sendo podemos perceber que o Princípio da insignificância ou Princípio da Bagatela é de fácil entendimento, porém gera muito debate nos tribunais, pois sempre há situações onde este pode ser aplicado e não o é, assim sendo gera uma querela jurídica que se estende até os tribunais superiores. Trata-se de um princípio que não há uma base jurídica positivada em nenhum diploma legal, porém existe muito apoio doutrinário e jurisprudencial, assim sendo ganhou força para ser utilizado como defesa do interesse do agente que pratica a conduta lesiva ao bem jurídico. Podemos perceber que grandes nomes da doutrina do Direito Penal citam em seus livros o presente princípio em tela, como é o caso de Fernando Capez que em seu livro nos ensina que: “A tipicidade penal exige um mínimo de lesividade ao bem jurídico protegido, pois é inconcebível que o legislador tenha imaginado inserir em um tipo penal condutas totalmente inofensivas ou incapazes de lesar o interesse protegido.” (CAPEZ, Fernando, 2019m pág. 57). [1]. Com isso o doutrinador deixa evidente que um crime, por menor que seja ainda é crime, mas será abraçado pelo princípio em tela, diferente da não ocorrência de um crime, quando ocorrerá a atipicidade jurídica, o que não se confunde com o que está sendo tratado neste artigo. Podemos observar também o que nos é exposto no livro de Damásio de Jesus: “Em nosso entender, não se justifica vincular a aplicação desse princípio a fatores subjetivos, como a reincidência ou reiteração criminosa, como têm feito nos últimos anos nossos tribunais superiores. A insignificância está relacionada à tipicidade material do fato e, portanto, nada tem a ver com aspectos ligados à pessoa do agente.” (JESUS, Damásio de, 2020, pag. 56). [2]. Com isso, ressalta-se que não devem ser observados aspectos subjetivos do agente, inclusive cita o autor que, a título de exemplo, a reincidência não é requisito a ser considerado, defendendo que a única observação que deve ocorrer, será em relação ao ato praticado, se será passível ou não de ser abraçado pelo presente princípio. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto no presente artigo pode-se perceber que o Princípio da Insignificância ou da Bagatela, foi instituído de forma doutrinária e abraçado pela jurisprudência com o intuito de defender aquele agente que em sua conduta se enquadre em alguma tipificação penal, porém não lesiona o em jurídico de forma que faça sentido puni-lo, ou seja, o direito a considera injusta porém de escassa lesividade. Assim sendo aplica-se a ele o Princípio da Insignificância, independente de aspetos subjetivos do agente. **BIBLIOGRAFIA:** [1]. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 23ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva Jur. 2109. [2] JESUS, Damásio de. Direito Penal: Parte Geral. 37ª edição. São Paulo. Editora Saraiva Educação. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19”

LUIZ HELENO SIMAS **CAMPOS** (IC – luiz.h.camp@gmail.com) e Thaysa Navarro de Aquino **RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ*
- 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: cárcere; insalubridade; pandemia.

APRESENTAÇÃO: No atual cenário enfrentado mundialmente gerado com a pandemia do vírus covid-19, são observados conflitos em diversas áreas do direito, dentre elas, o direito penal, uma vez que tem-se discutido a questão de aplicação da pena privativa de liberdade para aqueles que descumprirem o que fora estabelecido pela lei 13.979/20, e ainda a questão da proliferação do vírus dentro de presídios por conta da superlotação dos mesmos. **DESENVOLVIMENTO:** Fora sancionada a lei 13.979/20, que estabelece em seu texto as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública visando impedir a propagação do vírus na pandêmica situação, e, conjuntamente, foi editada a portaria 356/20, que rege a forma de operar a lei previamente citada, nos casos de isolamento ou quarentena. Posteriormente foi assinada a portaria interministerial de número 5/20, estabelecendo em seu texto que, aquele que descumprir com as determinações impostas pelos órgãos públicos, poderá incorrer nas penas pelos crimes de infração de medida sanitária preventiva e desobediência, ambos previstos pelo Código Penal Brasileiro. Assim, em caso de desobediência as medidas, a força policial poderia ser solicitada com a lavratura de termo circunstanciado, sem imposição de prisão quando assinado documento de compromisso garantindo o comparecimento aos atos processuais e cumprimento das medidas previstas pela lei, demonstrando assim, que não se trataria de providência policial, mas sim do órgão de saúde, uma vez que a autoridade deveria encaminhar o agente à sua residência ou estabelecimento hospitalar, e não ao cárcere, uma vez que este só ocorreria caso recusa em assinar o respectivo termo, ou pelo cometimento de delito mais grave. Porém, é visto que tal portaria foi revogada pela portaria interministerial número 9/20, vez que esta determinou que “deve ser assegurado, às pessoas afetadas em razão da aplicação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, em conformidade ao que preconiza o Artigo 3 do Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, e o inciso III do § 2º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”[1]. Tendo em vista a facilidade de contaminação do vírus, é de se afirmar que há necessidade em evitar aglomerações e manter a higiene, fatores estes que, como conhecimento geral, são impossíveis de ser garantidos no meio carcerário, devido as condições precárias e a superlotação percebida em grande parte dos presídios brasileiros. Assim, é fato que tal situação colabora de forma inquestionável para a disseminação do vírus, gerando uma situação mais torturante e desumana ainda para a população carcerária. Então, diante de tal fator, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa protocolou requisição na ADPF 347 visando diminuir as chances de proliferação da doença, o que restou negado pelo STF sob a justificativa de ausência de legitimidade da parte em requerer tal medida. Porém, posteriormente o PSOL, as Defensorias Públicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, o IBCCrim e a ONG Conectas Direitos Humanos pleitearam concessão de medida cautelar na mesma ADPF, na qual era requisitada, dentre outros pedidos, a concessão de prisão domiciliar aos presos que se caracterizam no grupo de risco da doença. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Porém mesmo diante da caótica situação, o Governo Federal mantém sua ofensiva em face a soltura de presos devido à pandemia, não compreendendo que a os indivíduos em cárcere estão tendo seus direitos fundamentais feridos, e que a liberdade dos mesmos não acarretará o risco social, uma vez que este já está ocorrendo. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Portaria Interministerial, Nº 9, de 27 de março DE 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROPRIETÁRIO POR DANO CAUSADO EM ACIDENTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR

Ana Clara Duvanel **VELOSO** (IC- anaclaraduvanel@outlook.com)¹, João Pedro de Decco **OLIVEIRA** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Condutor, Proprietário, Responsabilidade Solidária

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem por fito analisar a incidência ou não de responsabilidade do proprietário do veículo na eventual ocorrência do sinistro sendo o agente praticante o comodatário, que naquele momento o conduz, bem como se valer do ilustre Código Civil e o Código de Trânsito Brasileiro juntamente com entendimentos jurisprudenciais afim de obter um juízo concreto a respeito do tema que, ao ser levado ao Poder Judiciário pode gerar obrigações diversas, logo, resultando em questionamentos recorrentes acerca da atribuição do encargo. **DESENVOLVIMENTO:** A ocorrência de acidente no trânsito dá aso ao surgimento da responsabilidade civil perante o dano, porém muitas das vezes, o causador do sinistro não é o proprietário do veículo, e sim, o comodatário, aduzido no artigo 579 do Código Civil, como sendo o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis [1]. Sendo assim se fez necessário a elaboração de uma lei específica responsável por administrar a circulação de veículos, denominada Código de Trânsito Brasileiro que a direcionando ao objeto de estudo, nos termos do seu artigo 257, parágrafo 3º imputa a responsabilidade pelas infrações na direção do veículo ao condutor, ademais, ainda no mesmo artigo, em seu parágrafo 7º, aduz que se o condutor não for identificado o proprietário pode ser responsabilizado [2]. Ante o exposto, é pertinente a análise do posicionamento do Tribunal de Justiça do Paraná [3], reconhecendo a legitimidade passiva do proprietário, entendendo que este detém culpa indireta ao depositar confiança no condutor o qual não tomou as devidas cautelas para evitar o sinistro. Vale ressaltar que o atual Código Civil de 2002 conforme lembra Pablo Stolze, passou admitir expressamente a responsabilidade do guardião (dono ou mero detentor), independente de aferição de culpa, ou seja, de forma objetiva [4]. Na lei nova, o proprietário só se eximirá da responsabilidade se o fato decorrer por culpa exclusiva da vítima, por força maior, ou seja, fato inerente a fenômenos da natureza ou por caso fortuito, que advém de ações humanas, como por exemplo, o automóvel ser furtado, caso em que o proprietário irá perder a posse do bem, acarretando na quebra denexo causal, pois foi retirado da sua disponibilidade contra sua vontade, não se tratando da livre manifestação do dono de emprestar o veículo, feito que manteria a sua responsabilidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao fim do trabalho, pode-se concluir a incidência da responsabilidade solidária do proprietário pelos danos causados pelo condutor, pois o dono ao emprestar o veículo está confiando a direção à este e assume a culpa indireta pelo uso indevido do automóvel. Outrossim, o projeto de Lei 5.415/13 foi erudido com fim de acabar com a obrigação solidária do dono, porém a câmara rejeitou a proposta por haver o entendimento doutrinário e jurisprudencial pacífico com relação ao assunto, sendo assentado a tese na culpa presumida, ou seja, inverte o *ônus probandi*, devendo o proprietário provar a culpa exclusiva da vítima, força maior ou caso fortuito para se eximir da obrigação. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS por incentivo a pesquisa. Ao Professor Wilson Sebastião Rodrigues Soares, pela confiança depositada na elaboração do presente trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei nº 10.406, de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> acesso em: 30/01/2020. [2] BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm>. [3] BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Apelação Civil: TJ-PR-AC:2179000. Relator: Edvino Bochnia. Data da publicação: 08/05/2003. Disponível em: <<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4895439/apelacao-civel-ac-2179000-pr-apelacao-civel-0217900-0/inteiro-teor-11440738>> acesso em: 27/02/2020. [4] GAGLIANO Pablo S; FILHO Rodolfo P. Novo curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. 17ª edição. São Paulo: (Saraiva, 2019, p.245).

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTRATO DE TRANSPORTE DE PESSOAS POR APLICATIVO

Ana Clara Duvanel **VELOSO** ([IC- anaclaraduvanel@outlook.com](mailto:IC-anaclaraduvanel@outlook.com))¹, João Pedro de Decco **OLIVEIRA** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Código de Defesa do Consumidor; Contrato de transporte; Responsabilidade Civil.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o contrato de serviço de transporte firmados através do aplicativo “Livre”, e por conseguinte, aferir a responsabilidade adquirida pelo motorista e a empresa “Livre Sistemas de Internet e Tecnologia Ltda.”, frente a contratação do serviço de transporte pelo usuário do aplicativo. O atual Código Civil de 2002 traz consigo a inovação de regular o contrato de transporte em capítulo próprio, visto que este implemento se deve a necessidade de harmonizar o ordenamento jurídico com o constante avanço tecnológico da sociedade e a pretensão humana na consecução de comodidade e rapidez, acarretando por vezes, no aumento das condições de risco, desencadeando a responsabilização na seara civil aquilina. **DESENVOLVIMENTO:** O contrato de transporte é definido pelo Código Civil de 2002 [1] em seu art. 730 como o contrato pelo qual alguém se vincula, mediante retribuição a transportar pessoas ou bens de um lugar para outro. A princípio, no contrato de transporte em estudo [2], a empresa *Livre* na estrutura do negócio jurídico pactuado com o motorista se exime da responsabilidade civil pelos serviços prestados por este para com os passageiros, bem como quaisquer condutas indevidas, se declarando basicamente responsável pela manutenção do aplicativo. O Código Civil deve ser aplicado prioritariamente, podendo ser complementado pela legislação especial, em conformidade com o art. 732 do mesmo Código. O Código de Defesa do Consumidor por sua vez, admite a incidência da responsabilidade solidária do fornecedor do aplicativo e o prestador de serviços, o regimento fundamental é a reparação integral dos danos, que assegura aos consumidores as efetivas prevenção e reparação de todos os danos suportados, sejam eles materiais ou morais, individuais, coletivos ou difusos [3]. Nos termos do artigo 14º do Código de Defesa do Consumidor [4] fica evidente essa responsabilidade solidária do fornecedor e do prestador de serviços, ademais entende-se que, por tal subsunção haverá a responsabilidade solidária também da empresa que explora o aplicativo em casos de problemas no serviço de transporte [3], na mesma esteira de raciocínio, o posicionamento do Tribunal Paulista em relação ao transporte realizado pelo aplicativo *Uber* e demais empresas de transporte compartilhado, é que deve ser disciplinado pela Livre Concorrência e o Código de Defesa do Consumidor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim, pode-se concluir com a análise da matéria em estudo, que a aplicação do Código de Defesa do Consumidor deve ser considerada por se tratar do transporte decorrer de uma prestação de serviço, ao qual o terceiro lesado, não integra a relação contratual firmada pela empresa e o motorista, à visto disso, e atrelada a um dos principais fundamentos amparado pelo Princípio da Vulnerabilidade artigo 4º, inciso I deste mesmo Código, por atribuir o consumidor como representante da parte vulnerável do negócio jurídico, logo, consistindo na responsabilidade objetiva e solidária tanto por parte do fornecedor quanto pelo prestador de serviços, pois este último atua em nome da empresa, que se beneficia com a atividade prestada. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS por incentivo a pesquisa. Ao Professor Wilson Sebastião Rodrigues Soares, pelo empenho e confiança depositada na elaboração do presente trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei nº 10.406, de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> acesso em: 15/01/2020. [2] LIVRE. Termos de uso motorista. Disponível em: <<https://www.somoslivre.com/motorista>> acesso em: 07/02/2020. [3] TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel A. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 7ª Edição. São Paulo: Método, 2018. [4] BRASIL. Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm> acesso em 07/02/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

RESPONSABILIDADE ÉTICA: DEVER ÉTICO E LEGAL DO MÉDICO FRENTE A PACIENTES EM SITUAÇÕES IRREVERSÍVEIS E TERMINAIS

Yasmin Longhi PEREIRA (IC – yasminlonghi16@gmail.com)¹, Rubens Lopes OLIVEIRA (IC)², Francisco Carvalho CORREA (PQ)³

¹ Aluno do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Médico formado no Centro Universitário UNIFAMINAS; ³ Doutor e Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS.

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: vida; médico; paciente; estado terminal; cuidados paliativos

APRESENTAÇÃO: Vida, o maior bem juridicamente tutelado pela Constituição Federal, com previsão em seu artigo 5º, é considerado um princípio fundamental inviolável [1]. Conjuntamente, a deontologia médica estabelece que toda a dedicação do profissional deve estar direcionada à saúde do paciente, sempre visando princípios bioéticos como a beneficência e a não maleficência [1]. Lamentavelmente, algumas vezes nos deparamos com casos em que a vida do ser humano se encontra em situações clínicas irreversíveis e terminais, e que não é mais possível a realização de qualquer intervenção curativa. Nessas condições, é necessário que médicos e, também, familiares discutam sobre o melhor para a vida do paciente. Neste ponto é necessário distinguir qual o momento ideal para que o médico passe a apoiar o doente em sua morte natural, apenas amenizando seu sofrimento, sem que realize tratamentos desnecessários. Visto isso, este trabalho tem como objetivo esclarecer as medidas legais que asseguram a conduta médica frente a pacientes em estado irreversível e terminal. **DESENVOLVIMENTO:** A princípio, é necessário destacar que no âmbito da legislação brasileira, não há de se falar em eutanásia, uma vez que esta fere um princípio fundamental constitucional ao permitir que a vida seja interrompida, mesmo que de forma digna para a pessoa [3]. Além disso, o Código de Ética Médica reprime essa prática ao vedar ao médico a realização de atos que abreviam a vida do paciente, independentemente se pedido do mesmo ou de seu representante legal para que seja feito. Isso porque este dispositivo situa o médico como garantidor da vida, o incumbindo a oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis, sem que estes sejam inúteis e persistentes [4]. Dessa forma, é fundamental que a equipe médica reconheça o momento em que o tratamento não está mais surtindo efeito sobre a saúde do doente e que se esgotaram todas as medidas terapêuticas protocoladas, para que seja evitado qualquer intervenção desnecessária que ocasione ainda mais sofrimento para o paciente. No Brasil, o conceito de distanásia não é admitido, em virtude de um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de que ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante [5]. Isso ocorre devido ao método utilizado neste procedimento, que visa prologar a expectativa de vida de doentes em estado terminal sem proporcionar-lhes qualidade, apenas contribuindo com seu padecimento. Assim sendo, a conduta assegurada ao médico é de proporcionar intervenções paliativas, garantindo que a morte siga seu curso natural. Entretanto, é vital enfatizar que a decisão de interromper a terapêutica curativa e iniciar uma conduta que amenize o sofrimento é exclusiva do médico, uma vez que somente este pode realizar a ortotanásia, considerando seu conhecimento técnico e científico, sendo a família esclarecida acerca da escolha. Tal posicionamento ocorre devido ao aspecto emocional que liga o paciente e seus familiares no momento da decisão, que muitas das vezes, afeta o pensamento racional dos mesmos [6]. O Ministério da Saúde normatizou por meio da Resolução nº 41 a integração dos cuidados paliativos no domínio do Sistema Único de Saúde, sendo oferecido neste, apoio psicológico e medicamentoso tanto para os doentes quanto para as famílias dos mesmos. A referida resolução preconiza a observação e o respeito ao que o paciente deseja como forma de tratamento, como também a transparência da equipe médica quanto a tudo que compreenda de interesse dos envolvidos. Vale ressaltar que, também determina que tais cuidados devem estar disponíveis nas esferas de atenção básica, domiciliar, ambulatorial, hospitalar, urgência e emergência [7]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Levando em consideração as informações expostas, é fundamental entender que além da conduta médica seguir as disposições previstas em lei, é primordial que o profissional tenha empatia e reconheça a situação delicada a qual está sendo vivida. Deste modo, é imprescindível que a equipe médica forneça total apoio tanto para os doentes quanto para seus entes queridos.

REFERÊNCIAS: [1] BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. **Constituição Federal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 de Agosto de 2020. [2] Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica.** Disponível em <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index6/?numero=24&edicao=4631#page/1>>. Acesso em 13 de Agosto de 2020. [3]] BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. **Constituição Federal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 de Agosto de 2020. [4] Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica.** Disponível em <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index6/?numero=24&edicao=4631#page/1>>. Acesso em 13 de Agosto de 2020. [5]] BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. **Constituição Federal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14 de Agosto de 2020. [6] CAIRES DIAS ARAÚJO NUNES, Emanuelle, DE OLIVEIRA SOUSA, Jéssica. **Limitação Do Suporte A Vida Na Terapia Intensiva: Percepção Médica.** Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422017000300554&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 14 de Agosto de 2020. [7] MINISTÉRIO DA SAÚDE. **MINISTÉRIO DA SAÚDE NORMATIZA CUIDADOS PALIATIVOS NO SUS.** Disponível em <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44723-ministerio-normatiza-cuidados-paliativos-no-sus>>. Acesso 14 de Agosto de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito
Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.03.01-9 Direito Civil

A CORRUPÇÃO POLICIAL BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES

Mickaelly **CAETANO** (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Maria **PASSOS** (IC)¹, Yago **RESENDE** (IC)¹, Anderson **LOURENÇO** (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 – Muriaé – MG*

Palavras-chave: Corrupção Policial, Serviço Público, Corrupção Interna, Corrupção Sistêmica.

APRESENTAÇÃO: Um dos principais problemas de gerência de qualquer autoridade governamental ou executiva da polícia é a luta contra a corrupção policial. Tal fato tem resolução mais fácil em sociedades democráticas estabelecidas do que nas emergentes ou em transição, devido à relativa transparência inerente às democráticas estabelecidas e à ofuscação das emergentes e em transição. O termo “corrupção” pode ser utilizado para intitular atos ilegais ou antiéticos cometidos por indivíduos em posição de autoridade ou de credibilidade no serviço público, ou por cidadãos e empresas em sua associação com os agentes públicos. Por conseguinte, é evidente que a perseguição de ações incompatíveis com a ética não pode ser exclusivamente destinada ao setor público e limitar-se a medidas punitivas, penais e administrativas, dirigidas a agentes individuais, já que não há hesitação de que a corrupção interna quase sempre depende da relação entre as autoridades e os cidadãos.

DESENVOLVIMENTO: Na sociedade brasileira, além do peculato – art. 312 do Código Penal de 1940 –; e da extorsão – arts. 158 a 160 do CP/40 –, a legislação penal difere formalmente entre “corrupção passiva” – art. 317 – e “corrupção ativa” – art. 333 do Código Penal de 1940. A legislação ainda distingue a concussão, cuja diferença da corrupção passiva reside no fato de o funcionário “exigir” a vantagem. Oliveira (1994) [1] evidencia que em alguns países, como a Itália, o crime é chamado bilateral, por meio do entendimento de que corrupto e corruptor executaram o mesmo crime, diferentemente do Brasil, em que é considerado crime autônomo. Esclareceu, inclusive, a divergência entre os três tipos de ato do funcionário público (vinculado, discricionário e arbitrário), mostrando que, procedendo de corrupção, a discricionariedade pode ser utilizada, ou não, para beneficiar atitudes corruptas. Carvalho (1987) [2] confirma que a corrupção não deve ser considerada como um acontecimento isolado ou facilmente resolvido demitindo os agentes corruptos. Para esse autor, o cerne do problema é a corrupção sistêmica, quando se inverte a ética da organização e a violação das normas se torna o padrão de conduta. **CONCLUSÃO:** Logo, é possível garantir que o início na formulação de qualquer programa para confrontar a corrupção policial sistêmica deveria ser a consciência das limitações práticas inerentes à abordagem moralista-individualista. É necessário identificar que terá muito mais impacto nesse caso convergir à essência nas estruturas que propiciem a corrupção, e bem assim aumentar os gastos da ação corrupta, com a criação de mecanismos que acrescentem de forma substancial as oportunidades de os agentes da corrupção serem descobertos e punidos.

AGRADECIMENTOS: Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, Edmundo. *Crimes de corrupção*. Rio de Janeiro: Forense, 1994. [2] CARVALHO, Getúlio. “Da contravenção à cleptocracia”. In: LEITE, Celso B. *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, pp. 61-82.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA INDISSOLUBILIDADE DO VÍNCULO FEDERATIVO

Lucas **SILVA** (IC-lucasmilani6546@gmail.com)¹, Igor **MACHADO**¹, Pedro **FRAGA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário Faminas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé – MG

Palavras chave: Federalismo, Brasil, Federação.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho, por meio de abordagem qualitativa, visa discorrer sobre o histórico da forma federalista de Estado, suas principais características e funcionamento. Assim, busca-se trazer à tona a importância do Princípio da Indissolubilidade do Vínculo Federativo como um dos principais elos de nosso modelo federalista, sendo de fundamental importância para a República Brasileira. **DESENVOLVIMENTO:** O federalismo é um sistema de governo criado pelos Estados Unidos em substituição ao modelo confederado adotado anteriormente pelas treze Colônias inglesas na América do Norte. Segundo o doutrinador Pedro Lenza [1], o federalismo consiste em um sistema de governo onde os Estados-membros abrem mão de sua soberania, em prol do bem maior, do interesse da coletividade, criando assim um ente máximo na estrutura organizacional do Estado. Porém, ainda que eles abdicuem de sua soberania, os Estados que compõem a federação continuam exercendo sua autonomia, dentro dos limites respectivos estabelecidos previamente em comum acordo por todos. As raízes do modelo federalista do Brasil encontram-se no modelo Norte Americano, sendo esse modelo fundamental para a segurança jurídica e a manutenção da República Federativa do Brasil [2]. O modelo federalista foi introduzido pela segunda Constituição do Brasil, de 1891, e permanece até os dias atuais com a Carta Magna de 1988. De fato, o princípio da indissolubilidade do vínculo federativo mostrou-se demasiadamente importante pois mesmo em momentos onde as Constituições Federais foram bruscamente modificadas, como a Constituição de 1937 do Estado novo Vargas e a Constituição de 1967, do Regime Militar, momentos de extrema tensão e repressão de direitos, ele se manteve intacto, permanecendo na ordem constitucional. As expressões máximas do princípio em questão encontram-se no artigo 1º de nossa Constituição Federal de 1988, que efetiva legalmente o modelo federalista, e o art. 60, §4º, I, do mesmo diploma legal que proíbe que o modelo federativo seja alvo de emendas constitucionais que tentem aboli-lo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante dos conceitos expostos acima e perante o elevado histórico de arbitrariedades que compõe o alicerce do surgimento do Brasil, podemos inferir que é saudável e conveniente um modelo de governo que descentraliza os poderes da mão do governantes, estabelecendo limites, possibilitando a fiscalização dos atos dos líderes governamentais, dos chefes de governo e do líder máximo da República – representado pela figura do Presidente da República. Podemos concluir que a forma federativa é fundamental para a manutenção da ordem jurídica, social e constitucional, uma vez que ela iguala os entes federados (estados e Distrito Federal), cria entes de menor escalão (municípios) que também são dotados de autonomia para melhor atender as necessidades de suas respectivas particularidade, sendo capazes de estabelecer sua própria lei de organização, por meio das Leis Orgânicas Municipais, e com administração legislativa própria (Câmara Municipal), devendo, respeitar os princípios e regras, tanto da Constituição Federal como das Constituições Estaduais – elaboradas através do Poder Constituinte Derivado Decorrente. Ademais, por todos os pontos anteriormente expostos, chega-se à conclusão que o Princípio da Indissolubilidade do Vínculo Federativo é um dos pilares mais importantes para a manutenção do Estado Brasileiro tal qual o conhecemos hoje, uma vez que, pela sua defesa constitucional e distribuição de competências através dos entes que compõe o nosso Estado, ele atende tanto as necessidades micro, quanto em um aspecto macro, estabelecendo a soberania das decisões internacionais ao Estado Federal. **BIBLIOGRAFIA:**[1] LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 24 ed., São Paulo: Saraiva, 2020. [2] LEITE, Victor. Princípio Federativo, origem, conceito, características, evolução e finalidade. Disponível em <<https://castro96.jusbrasil.com.br/artigos/442312137/principio-federativo>>. Acesso em 23/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A INSEGURANÇA JURÍDICA E O RISCO BRASIL

Mickaelly CAETANO (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Yago RESENDE (IC)¹,
Maria PASSOS (IC)¹, Vânia Ágda O. CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 – Muriaé -MG

Palavras-chave: Decisões judiciais; Risco Brasil; Segurança jurídica

APRESENTAÇÃO: A economia e o direito não são realidades opostas. Na verdade, devem sempre ser consideradas conjuntamente, a fim de alcançar o melhor desenvolvimento econômico do país. Nesse viés, evidencia-se que a segurança jurídica firma a continuidade das empresas que já estão pagando impostos e gerando emprego e renda, como também incentiva surgimento de novos empreendedores nacionais e estrangeiros. A imprevisibilidade das decisões judiciais, adicionadas à inexistência de critérios técnico-hermenêuticos na fundamentação dos julgados, ao distanciamento entre as conclusões sentenciadas e o comando da lei e da jurisprudência dominante vem se concretizando no termo da insegurança jurídica, ensejando em Risco Judiciário Brasil – espécie do “Risco Brasil”. Diante disso, esta pesquisa objetiva abordar a interferência da insegurança jurídica sobre a economia. **DESENVOLVIMENTO:** A segurança jurídica é temporal; referente ao passado se tem a garantia de que não será objeto de qualquer proposta legislativa que pretenda abolir o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Ao presente, gera-se a garantia da eficácia normativa da legislação com efeito *erga omnes*. Para o futuro, tem-se a garantia da irretroatividade e da anterioridade da lei. Aborda-se, pois, a assertiva do Ministro (aposentado) do STJ, José Augusto Delgado [1], que ressalta que a segurança jurídica representa, em última instância, a confiabilidade no sistema legal aplicado, na inexistência de julgamentos parciais e na não alteração injustificada da jurisprudência dominante. Percebe-se, com isso, que o empreendedor terá em mãos a dosimetria do risco jurídico do empreendimento incluída no *business plan*. Precisamente, o Ministro do STF, Gilmar Mendes [2], alega que, diante da imprevisibilidade atual, ínsita a negócios de maior ou menor risco, a segurança das regras do jogo é garantia fundamental para aqueles que investem seu capital em diversos empreendimentos. Evidencia-se que os empresários que necessitam gerenciar seus negócios com parceria na Administração Pública, vêm sendo prejudicados, pois o princípio da confiança legítima não vem sendo cumprido. Com essa falta de harmonia entre direito e economia, assegura-se razão a Fabio Ulhoa Coelho [3] ao afirmar que: “se o grau de imprevisibilidade das decisões judiciais num certo país é mais acentuado que em outro, este último aparecerá como alternativa mais interessante para o investimento. A estabilidade do marco institucional é fator de atração de investimentos sadios. Se for considerável o risco de a norma regente do investimento não ser aplicada pelos Tribunais ou receber neles uma nova interpretação, o investidor não terá o retorno estimado e tenderá a redirecionar suas opções para outros países, em que tais distorções sejam menos frequentes.” **CONCLUSÃO:** A imprevisibilidade das decisões judiciais, concernentes às matérias como redirecionamento das execuções fiscais e trabalhistas, revisão de contratos, formação de grupos econômicos, desconsideração da personalidade jurídica ordinária e inversa podem estar contribuindo para um acentuado e irreversível desequilíbrio na economia, além da queda no Produto Interno Bruto (PIB), em razão do crescimento da quebra de empresas e da falta de novos investimentos. Portanto, cabe de forma exclusiva ao Poder Judiciário evitar a imprevisibilidade de suas decisões e orientar seus juízes para o foco de que suas decisões não sejam individuais e sim coletivas (social), buscando o desenvolvimento econômico do país e o conseqüente bem-estar social. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] In Imprevisibilidade das decisões Judiciais e seus reflexos na segurança jurídica. [2] A Reforma do Sistema Judiciário no Brasil: Elemento Fundamental para Garantir Segurança Jurídica aos Investimentos Estrangeiros. In: Doutrinas Essenciais, Direito Empresarial. Volume VII. Arnoldo Wald (org). São Paulo. RT, 2011, p. 771. [3] In: “A justiça Desequilibrando a Economia”, publicado no Valor Econômico de 10.11.2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A RELAÇÃO CONTRATUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

LUIZ HELENO SIMAS CAMPOS (IC – luiz.h.camp@gmail.com) e Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: contrato, negócio, pandemia.

APRESENTAÇÃO: Com a atual crise gerada pela pandemia do COVID-19, diversas áreas do Direito foram afetadas, dentre elas as relações contratuais e consumeristas. Assim, tem-se discutido a situação da execução dos contratos estabelecidos antes da pandemia, como contratos de locação, compra e venda, fornecimento de serviços, etc. No que tange aos contratos por prazo indeterminado, as partes, a qualquer tempo, podem denunciar a relação obrigacional. Porém, o Código Civil estabelece em seu texto que “nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato”[1], ou seja, ocorrendo desequilíbrio na relação contratual por fator superveniente, a parte lesada poderá requerer a resolução do contrato. O fator superveniente para o Direito só é considerado no cumprimento da obrigação contratual, diante da ocorrência de caso fortuito ou força maior, ou onerosidade excessiva superveniente. Acontecendo caso fortuito, o contrato deve ser extinto, uma vez que a conclusão do serviço em questão é impossibilitada por fator imprevisto. Já no caso de onerosidade excessiva superveniente, o serviço pode ser concluído, mas seu valor é drasticamente alterado por um fator que, segundo o Código de Defesa do Consumidor é imprevisível, e assim, faz-se possível optar pela extinção ou modificação do contrato. **DESENVOLVIMENTO:** A atual situação de pandemia tem gerado uma grande perda de renda para grande parte da população, porém deve ser observado que a dificuldade financeira não engloba fator que seja considerado no cumprimento da obrigação, a fim de ensejar a extinção ou modificação do contrato, uma vez que tal situação é tratada como risco assumido pelo devedor no momento em que celebra o contrato. Claramente nota-se que a situação causada pelo vírus Covid-19, não constitui fator previsível, se adequando assim, ao caso de onerosidade excessiva superveniente. Porém para que tal situação seja utilizada para a extinção ou modificação contratual é necessário demonstrar o nexo causal entre a pandemia e a onerosidade excessiva, ou seja, deve-se comprovar que tal onerosidade se deu por conta da pandemia. Assim, no caso de um contrato de compra e venda de um imóvel, por exemplo, celebrado em momento anterior a pandemia no valor de “X”, caso o valor do imóvel não seja alterado pela pandemia, mas devido a mesma o comprador tenha sofrido um déficit em sua renda, não podendo arcar com a dívida, o mesmo não pode pedir pela modificação do contrato, uma vez que sua situação pessoal é irrelevante nessa situação. Noutro norte, seguindo pelo mesmo exemplo, caso, por conta da pandemia, o valor do imóvel diminua, a modificação do contrato poderá ser requerida, vez que, neste caso, é constituída a onerosidade excessiva. A modificação contratual ocorrerá de forma a corrigir o desequilíbrio contratual gerado pela onerosidade excessiva superveniente, sendo o cálculo da modificação realizado em juízo, que, utilizando-se da equidade, determinando uma nova cláusula que se adeque a antiga. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Assim, é visto que com a atual situação, existem meios de dar continuidade ao contrato estabelecido ou suspender o mesmo. E assim a pandemia não pode ser utilizada injustificadamente para a quebra de contrato devido simples resistência de uma das partes, uma vez que se tenta evitar o desequilíbrio de todos os lados da relação contratual. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei 10.406. Código Civil Brasileiro, de 10/01/02.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 20/08/20.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A RELAÇÃO DA OBRA “PROMETEU ACORRENTADO” COM O CONTEXTO DOS ESTADOS TOTALITÁRIOS DO SÉCULO XX.

Lucas **SILVA** (IC-lucasmilani6546@gmail.com) ¹, Mickaelly **CAETANO**¹, Amanda **PARADELAS** ¹, Breno **PUPPIN** ¹, Layla **COSTA** ¹
Stefanine **LACERDA (PQ)**²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras chave: Prometeu Acorrentado, Estados Totalitários, Soberania.

Apresentação: O presente trabalho visa à elucidação da importância da defesa dos direitos perante as imposições excessivas estatais, por meio da interpretação da obra “Prometeu Acorrentado”, do célebre poeta grego Ésquilo, do século V a.C, nas quais a tirania e a soberania de um ente excluem a existência de qualquer forma de controle contra atitudes arbitrárias [1]. Não obstante, a liberdade dada aos homens, na obra pela dádiva do fogo, remetem as elucidações que as organizações humanas conseguiram desenvolver ao longo de sua história e lutas. **Desenvolvimento:** Jellinek e Kelsen sustentam a estatalidade integral do Direito, a soberania é de natureza estritamente jurídica, é um direito do Estado e é de caráter absoluto, isto é, sem limitação de qualquer espécie, nem mesmo do Direito Natural, cuja existência é negada por eles [2]. Neste hiato, as atitudes de Zeus representadas pelo autoritarismo sobre Prometeu e seus castigos exercidos na temporalidade infinita, na obra “Prometeu Acorrentado”, configuram que, ao obter a legitimidade jurídica da responsabilidade do Direito, juntamente com o controle social dos tutelados, o Estado Totalitário impõe sua vontade e não legitima expressões contrárias e progressistas – figuradas na omissão de pensamento de outros deuses. Na prática, a realidade exposta foi vista com muita clareza no século XX no Estado Alemão na figura de Adolf Hitler e no Estado Italiano, por Benito Mussolini. Vale ressaltar, pois, que ambos os Estados Totalitários citados eram amparados constitucionalmente. Voltando à tragédia grega e sua representatividade ao Direito, recorda-se a cena na qual Prometeu furtou o fogo pertencente aos deuses. Ao entregar o fruto do furto aos homens, Prometeu os deu a oportunidade de escolherem seus próprios caminhos, os dando autonomia. Assim, a humanidade pôde se organizar de acordo com suas vontades, baseadas na liberdade na qual fora recebida. Trazendo, novamente, para o século XX, demonstra-se a relação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, e o fim da Segunda Guerra Mundial, período em que as liberdades individuais foram reprimidas e aniquiladas. De acordo com o doutrinador Paulo Nader: “Ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus; ergo, ubi homo, ibi jus (onde o homem, aí a sociedade; onde a sociedade, aí o Direito; logo, onde o homem, aí o Direito)” [3]. Sendo assim, o Direito sempre será fundamental enquanto existir organização social, sendo o Estado, o estipulador de suas normas e o assegurador das garantias individuais de cada cidadão. **Considerações Finais:** Através dos dispositivos elucidativos da tragédia de “Prometeu Acorrentado” e da análise dos argumentos expostos podemos concluir que a Totalidade de um Estado pode ser extremamente nociva aos seus membros, uma vez que, este teria total legitimidade para agir conforme ao seu bel-prazer e dessa forma, não haveria qualquer forma de garantia aos seus cidadãos. Assim, o Estado Democrático de Direito configura-se na limitação do poder estatal, logrando as liberdades individuais. **Referências:** [1] Ésquilo, **Prometeu Acorrentado**. Volume XXII. Clássicos Jackson. Versão para eBook, 2005, acesso em 23 de agosto de 2020 <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/prometeu.pdf>; [2] MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019; [3] NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 41. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

**A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SEUS CONFLITOS NO ÂMBITO
CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: O CASO DA ADI Nº. 2665**

Mickaelly **CAETANO** (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Yago **RESENDE** (IC)¹,
Maria **PASSOS** (IC)¹, Pedro **FRAGA** (PQ)²

2. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 – Muriaé – MG*

Palavras-chave: repartição de competências, estrutura política, entes federativos.

APRESENTAÇÃO: Refletindo aspiração do final do século XVIII com fonte na Constituição norte-americana de 1787 (modelo clássico), a repartição de competências sofreu evolução ao longo dos séculos de estruturação dos entes federativos e da história do direito comparado. O modelo moderno ascendeu após a Primeira Guerra Mundial, sendo descritas nas Constituições as atribuições exclusivas da União e as hipóteses de competência comum ou concorrente entre a União e os Estados. Não obstante, tal situação mostrou-se tão complexa que o Princípio da Predominância dos Interesses, que busca determinar a competência de cada ente conforme sua abrangência geográfica, não se fez suficiente para a organização das entidades políticas e, tendo em vista a deficiência de sua aplicação, foram adicionadas outras técnicas de repartição de competências ao contexto da estrutura política, não somente brasileira, mas também de vários países no mundo como Canadá, Estados Unidos da América, Índia e Venezuela. Por meio do presente trabalho, com uso de método qualitativo teórico-jurídico, buscar-se-á abordar o modelo brasileiro e sua aplicação em legislação editada pelo Estado de Santa Catarina. **DESENVOLVIMENTO:** Diferentemente do critério de classificação do modelo clássico e do modelo moderno – enumeração ou não das atribuições – ressalta-se, pois, a classificação decorrente da existência ou não de condomínio entre os entes federativos para a sua realização: o modelo horizontal, presente nos artigos 21, 22, 23, 25 e 30 da Constituição Federal de 1988; e o modelo vertical, presente no artigo 24 da CF/88 [1]. Analisando a repartição de competências entre União, Estados e Municípios à luz da Constituição de 1988, evidencia-se o pedido de ação direta de inconstitucionalidade (ADI nº. 2665) proposta pelo Governador do Estado de Santa Catarina, à época, contra a Lei Estadual 12.142/2002, editada pela Assembleia Legislativa catarinense. A referida lei abordava a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais. Nesse sentido, o relator, Ministro Carlos Velloso, entendeu que a norma impugnada não fere a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e sobre normas gerais de licitação e contratação (arts. 22, XI e XXVII, respectivamente), uma vez que as condições impostas por ela para aquisição ou contratação de controladores de velocidade estão submetidas à competência legislativa do Estado-membro (art. 25, §1º) [2]. Ao comentar o caso, o ministro Carlos Ayres Britto disse que os dispositivos da lei “são absolutamente neutros. Ou seja, é dispositivo, cada um deles, com o qual e sem qual tudo permanece tal e qual” [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da pesquisa, foi possível a percepção da definição da extensão da autonomia entre os entes federados – a repartição feita pelo constituinte acerca das competências. Portanto, ao compreender o tema, podem-se buscar junto aos órgãos dirigentes melhorias, por meio de cobranças encaminhadas corretamente, além de se tornar instrumentos de controle e de exercício aos próprios direitos dos indivíduos pertencentes à sociedade brasileira para com seus representantes políticos. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 11ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2018; [2] LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 22ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. [3] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI nº 2665. Brasília, 27 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266880>>. Acesso em: 01/09/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL E O RACISMO

Maria Leonice **PASSOS** (IC- leonicelimapassos@gmail.com) ¹, Mickaelly **CAETANO** (IC)¹, Yago **RESENDE** (IC)¹, Anderson **LOURENÇO** (PQ)²

- 1- Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 – Muriaé-MG*

Palavras-chave: Classes, racismo, efeitos, encarceramento, ressocialização.

APRESENTAÇÃO: O presente texto tem por objetivo abordar alguns aspectos do atual sistema jurídico-penal brasileiro sob a perspectiva da seletividade, que tem como característica a violência, a criminalização e o encarceramento em massas operadas contra cidadãos de classes menos privilegiadas, notadamente os negros e pobres, essa seletividade causa efeitos prejudiciais mesmo que indiretamente, como por exemplo: dificulta a observância dos princípios da presunção de inocência e da ampla defesa. [1] **DESENVOLVIMENTO:** Nas últimas décadas, inúmeros estudos de institutos direcionados a defesa dos direitos humanos e no fim do encarceramento em massa, voltadas a população negra, tem demonstrado como o cárcere apresenta uma maioria dos negros se comparados aos brancos; diante desse panorama de um racismo estrutural existente conclui-se que quanto maior a pobreza de determinada categoria, no imaginário popular, maior sua propensão a delinquir, com isso tal postura generaliza os delinquentes em potencial como os negros, ou seja, o grande problema se instaura no momento em que se é projetado, a imagem do criminoso nato e busca classificar o transgressor da norma penal através de suas características físicas e de sua classe social. [2] O Direito Penal brasileiro adota como finalidade da pena a retribuição, a prevenção e a ressocialização do sujeito desviado, no entanto, na realidade percebe-se que o caráter ressocializante da pena não se passa de uma falácia, bem como a pretensa da igualdade do sistema penal, que deveria distribuir suas respostas a todos igualmente, e com a preservação das garantias individuais fundamentais, e não o faz principalmente quando se focaliza tal aplicação aos desfavorecidos. [3] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mediante ao que foi exposto, pode-se concluir que o encargo da pena no ordenamento jurídico, passa longe de ser um mecanismo de ressocialização; o apenado por direito ao invés de ser tratado como sujeito, ele é animalizado e aniquilado de sua condição de cidadão, por consequência de uma prévia rotulação gerada pelo racismo estrutural. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. [2] BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. [3] GÜNTHER, Jakobs, MELIÁ, Manoel Cancio; *Direito Penal do Inimigo Noções e Críticas*. 2. ed. Livraria do Advogado, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

A SUMA IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Gabriel Sant'Anna da **CUNHA** (IC- bielsantanna100@gmail.com)¹, Ilson Camargo **KLEN** (IC), Marcos Paulo Mota da **SILVA** (IC), Brenda Medeiros Defaveri **RIBEIRO** (IC), Luiz Gustavo Ferreira dos **SANTOS** (IC) e Thaysa Navarro de Aquino **RIBEIRO** (PQ)²

2. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: constituição; governo; poder.

APRESENTAÇÃO: Sabe-se que a Soberania é a maior forma de poder a ser exercida. Ela é única, indivisível e imprescritível. Logo, temos um poder sem medidas a frente de um país, responsável por qualquer tomada de decisões. Para os romanos, a soberania era chamada de *suprema potestas* sendo essa a maior forma de expressão de poder pelo estado [1]. A Constituição de 1988 equilibrou a forma de se deliberar tal poder, baseando-se na Teoria da Tripartição de Poderes, criada por Montesquieu, distribuindo os poderes entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo tem a função de propor, executar e fiscalizar as leis, sendo sua função típica. O Poder Legislativo é responsável pela elaboração das leis, sendo dividido em duas Casas Legislativas, quais sejam Senado e Câmara dos Deputados, onde, ordinariamente, se aprovam os projetos e leis a serem instituídas no país. Já o Poder Judiciário é responsável por garantir o cumprimento da lei. Vale ressaltar que a sua maior instância é o Supremo Tribunal Federal, que tem como função institucional servir de guardião da Constituição Federal de 1988. [2] **DESENVOLVIMENTO:** Em 1937, Getúlio Vargas assinou um documento que ficou conhecido como Constituição Polaca, por ter se espelhado na Constituição Polonesa, cuja essência fascista centralizava todo o poder deliberativo do país nas mãos do Chefe do Executivo. Assim, essa época ficou marcada por seu autoritarismo. Além disso, as demais constituintes, todas de caráter autoritário, demonstraram uma grande repressão às agremiações estudantis, por apresentarem pensamentos diferentes e, conseqüentemente, uma ameaça ao governo. Cabe destacar os atos de censura, fazendo com que todos ficassem sem rumo em meio a uma série de barbáries, uma vez que não sabiam dos atos que aconteciam a seu redor. Desta forma, a falta de uma constituição estruturada nos Direitos Humanos como a CF/88, nos leva a um cenário caótico e desordeiro, com muitos desaparecidos, fazendo com que a nossa história seja manchada de sangue, pois muitos desses desaparecidos ainda não foram encontrados, deixando seus familiares em eterno luto.[2] Faz-se importante mencionar que mesmo existindo projetos promissores desenvolvidos no setor econômico, de nada importa se inúmeras vidas inocentes foram perdidas em uma pátria onde não havia o direito à defesa, caindo nas mãos massacrantes do Estado, com a intenção de ocultar e não deixar que a população se manifestasse de qualquer forma. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Ditadura Militar foi o marco da história brasileira que deve ser estudada para que nossas futuras gerações não caiam nesse mesmo erro. Diante disso, devemos ressaltar a importância da Constituição Federal de 1988, pois ela é a essência que nos mantém em ordem e que faz a “engrenagem” do país andar, nos permitindo ir e vir, ser e não apenas existir, participar de forma democrática nas decisões do país, através de nossos representantes, que são eleitos pelo povo, por meio do voto. **AGRADECIMENTOS:** Ao Unifaminas pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado e ciências Políticas.** São Paulo: Saraiva, 2009. [2] LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** São Paulo: Saraiva, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A UTILIZAÇÃO DE MÁSCARAS PARTIDÁRIAS NAS ELEIÇÕES 2020

Paulo Nilson de Oliveira **LOPES** (IC – paulonilson10@hotmail.com)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: eleições; manifestação política; máscaras.

APRESENTAÇÃO: A política é uma constante na vida em sociedade. Desde as civilizações mais arcaicas até as atuais é característica comum entre todas as ocorrências de hierarquia social. Conforme passaram-se os séculos, a forma de governar, bem como a forma se tornar governante modificou-se e se assentou de diferentes formas em diferentes Estados. Atualmente o Brasil se encontra em um regime de Estado Democrático de Direito, o que permite dizer que todos são iguais perante a lei, sendo certo que todos podem votar e serem votados, bem como expressar sua opinião acerca dos candidatos e suas ideologias. Destarte, sabe-se que as manifestações políticas são intrínsecas ao homem e ocorrem desde sempre, por isso tendo em vista o estado de calamidade em que o mundo se encontra devido ao novo coronavírus, a máscara tornou-se peça comum no vestuário, assim como camisas, bermudas e bonés, por isso surge a indagação sobre a possibilidade de exprimir seu pensamento político através da mesma.

DESENVOLVIMENTO: Conforme estabelece a Lei das Eleições, é permitida, no dia da votação, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato [1], assim, depreende-se que é livre a manifestação no dia do pleito, desde que o eleitor não verbalize sua intenção. Mais adiante, ainda no mesmo artigo, a lei delimita que será feita exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos [1]. Entretanto não se deve interpretar este artigo de forma taxativa. Por se tratar de uma situação totalmente excepcional, o uso de máscara parece poder se enquadrar no artigo 39-A da Lei 9.504/97 por força de analogia. Analogia consiste em aplicar a uma hipótese não prevista em lei a disposição relativa a um caso semelhante [2], assim, é certo afirmar que tal recurso tem por finalidade suprir lacunas no texto de lei [2]. Lacunas podem surgir no momento em que a legislação é posta em vigor ou, mais comumente, tempos após sua entrada em vigor, quando novos casos começam a surgir. Nesse sentido, com a propagação do novo coronavírus, uma situação totalmente atípica adveio e com ela surgiu uma lacuna na Lei das Eleições. Certo é que uma lacuna na lei deve ser sanada assim que evidenciada, pois caso contrário ocasionará insegurança jurídica, um verdadeiro pesadelo para um Estado Democrático de Direito. Sabendo que as eleições ocorrerão no dia 15 de novembro de 2020 [3] é de urgência que os operadores do Direito decidam sobre a viabilidade ou não das máscaras com logotipo de campanha. Por se tratar de uma necessidade, a ação mais rápida é aplicar a analogia e decidir sobre este tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Observando tudo que fora exposto, é nítido que a justiça eleitoral deve decidir este empasse o mais rápido possível, tendo em vista que as eleições estão se aproximando e essa é a principal forma de assegurar a democracia. Pelos motivos aqui expostos, é possível entender que a manifestação política realizada através de máscara estampada é totalmente legítima e legal, contudo, por hora, revela-se oportuno, aguardar as determinações neste sentido, que podem ser exaradas pelos Juízes Eleitorais, Tribunais Eleitorais e/ou pelo Tribunal Superior eleitoral.

REFERÊNCIAS: [1] BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>>. Acesso em 08 de setembro de 2020. [2] Carlos, M. **Coleção Fora de Série - Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 21ª edição. Grupo GEN, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530976996>>. Acesso em: 08 de setembro de 2020. [3] BRASIL, **Calendário Eleitoral de 2020**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-calendario-eleitoral2020>>. Acesso em 08 de setembro de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

CENÁRIO JURÍDICO NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Karen **PIMENTEL**, ([IC- karenpiimentel@gmail.com](mailto:IC-karenpiimentel@gmail.com))¹, Roberta **MEDEIROS** e Danielle Campelo (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Cenário Jurídico, Insegurança, Pandemia.

INTRODUÇÃO: A pandemia da Covid-19 fez da incerteza um sentimento generalizado em indivíduos e organizações. Uma crise sanitária sem antecedentes aliada à globalização acentuada, que permitiu sua imensa evolução, torna qualquer indício de previsibilidade uma tarefa distante dos mais variados setores econômicos. O que se sabe, no entanto, é que o impacto será inevitável. Diante desse cenário, o mercado jurídico foi afetado em um mundo transformado. **DESENVOLVIMENTO:** A profissão jurídica é uma atividade que, desde a sua criação, é afetada por novas tecnologias e evoluções sociais, portanto, não é possível que o ecossistema do Direito seja isento dos efeitos da pandemia. O cenário jurídico que enfrentamos durante a pandemia é uma grande aceleração das transformações tecnológicas e multidisciplinares que já eram percebidas e continuarão ocorrendo, talvez em menor velocidade, quando o contato social e seus desdobramentos retornarem a rotina dos indivíduos. É importante destacar que, o grande e principal viés da transformação é o tecnológico, assim, o contato físico provou-se supervalorizado e o advento das plataformas de conexão remota permitiu plena realização das atividades sem, a necessidade de deslocamentos e reuniões presenciais. É inegável que há uma série de obstáculos a serem superados, como os relacionados a inclusão digital, por exemplo, mas o fato é que é possível, sim, exercer o Direito à distância. Além disso, a pandemia ensina objetividade e acessibilidade, questões como linguagens rebuscadas, complexas e compreendidas apenas pela classe profissional já vinham sendo objeto de discussão mas a evolução rápida da situação de crise mostra diariamente o valor que uma comunicação direta e simples tem para o acesso à Justiça e demais funções sociais do Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: No Direito, saem de cena a rigidez e a formalidade, dando lugar a uma postura mais flexível e colaborativa. Consequentemente, valores já presentes na profissão, como empatia, diversidade e interdisciplinaridade, por exemplo, assumem papel de destaque e contribuem para uma crescente relevância do alinhamento de expectativas para qualquer vínculo interpessoal, seja este cliente-escritório, judiciário-cidadão, comprador-vendedor, entre tantos outros com os quais lida-se diariamente. Portanto, podemos concluir que desaprender e reaprender hábitos, costumes e convicções é algo fundamental para sobrevivência.

BIBLIOGRAFIAS: [1]. **O impacto jurídico da pandemia do coronavírus no setor econômico e nas relações empresariais**, Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/324289/o-impacto-juridico-da-pandemia-do-coronavirus-no-setor-economico-e-nas-relacoes-empresariais>, Acesso em: 11 de setembro de 2020; [2]. **O 'novo normal' do Direito na pós-Covid-19**, Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-19/fonseca-normal-direito-pos-covid-19>, Acesso em: 09 de setembro de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

CIDADANIA SOCIOAMBIENTAL VIABILIZADA PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Letícia Soares **ARAÚJO** (leticiasoaresaraujo@hotmail.com -IC)¹; Vânia Ágda O.
CARVALHO(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário UNIFAMINAS - 36888-233 - Muriaé –
MG

Palavras-chave: Cidadania socioambiental; Educação ambiental; Meio ambiente

APRESENTAÇÃO: A preocupação ambiental ganhou forças com a constatação de que a regeneração dos recursos naturais estava em déficit, comparando-se à quantidade de extração, potencializada no período da Revolução Industrial. Nesse cenário, nota-se uma ascensão do consumismo, impactando negativamente o meio ambiente. Surge, com isso, a necessidade de criar meios para disseminar a busca pela preservação da natureza sendo, pois, a educação ambiental (EA), uma ferramenta hábil nesta busca. Assim, esta pesquisa objetiva analisar acerca da EA enquanto ferramenta capaz de viabilizar a cidadania socioambiental na busca pela tutela e preservação do meio ambiente. **DESENVOLVIMENTO:** O relatório conhecido por “Nosso Futuro Comum” originou-se da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1983, trazendo o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando atender às necessidades do presente sem prejudicar as gerações. Conceito este abarcado pela Constituição Federal de 1988, que assegurou a proteção do meio ambiente, destinando-o caráter de direito fundamental e, ao bem ambiental, o status de bem coletivo, transindividual e difuso, enaltecendo a relevância da EA na tutela e preservação deste bem. A Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99), assim corrobora, apresentando o conceito deste instrumento, tendo em vista que a Constituição/88 não o fez. Ocorre que, grande parte da sociedade ainda não entende quão importante é a EA, e o cenário que ela abrange, posto a complexidade do objeto de estudo em seu campo, que é ecológico, social e econômico, explicitando conexão com o conceito de desenvolvimento sustentável. Ademais, ao se falar em EA fica nítido o necessário diálogo entre processo educacional e ecologia, com intuito na manutenção do equilíbrio do meio ambiente e, em consequência, da qualidade de vida humana. Relevante destacar o papel da educação para o exercício da cidadania. O atual conceito de cidadania não diz respeito apenas a um conjunto de direitos e deveres políticos e sociais, mas à capacidade popular de organização, participação e intervenção social, com o objetivo de possibilitar que o ambiente seja visto, planejado e preservado, abarcando ampla perspectiva de solidariedade e responsabilidade, inclusive, intergeracional [1]. Assim, entende-se que o exercício de uma cidadania socioambiental diz respeito ao modo de compreender e agir preventivamente, trazendo o meio-ambiente como o bem a ser protegido com mais fervor, uma vez que abriga e rege a vida em todas as suas formas. Devendo tal responsabilidade ser promovida pelo empresariado, pelo Poder Público e pelos cidadãos a fim de abranger uma proteção de forma plena, abarcando a relação da sociedade com a natureza, exigindo uma mudança ética, comportamental, promovendo a sustentabilidade, agregando valores morais a essa relação, por meio de políticas socioambientais. Tutelar e preservar o meio ambiente em toda sua esfera de classificação, inserindo-se na conjectura dos princípios indissociáveis da sustentabilidade, não se faz mais necessário discutir. O foco deve ser na busca eficaz para se alcançar este escopo, sendo, pois, a educação ambiental uma possibilidade viável, haja vista a força motriz que engendra uma verdadeira educação emancipatória, na busca contínua pela conscientização em cuidar do Planeta, a nossa casa comum [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dessa forma, a Educação Ambiental, emancipatória, com viés transformador, aplicada em todas as esferas, tornará possível uma sociedade mais socio e ambientalmente cidadã, em vias de participação tanto frente ao encontro pela informação, quanto frente à ação possível de posse da informação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FRIEDE, Reis. **A Hipocrisia Ambiental**. Revista da EMERJ, v. 13, nº 50, 2010. [2] LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; et al (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 115-148.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 - Direito

COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERAIS À LUZ DA ADPF 672

LUIZ HELENO SIMAS CAMPOS (IC – luiz.h.camp@gmail.com) e Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: constituição, entes federativos, pandemia.

APRESENTAÇÃO: O Estado Brasileiro é considerado federado, no qual existe divisão de competência e atribuições entre União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, sendo cada um deles, à luz da CF/88, autônomos e independentes entre si. Em matéria administrativa, existem determinadas competências comuns entre tais entes, ou seja, todos podem desempenhar determinada função, dentro dos limites constitucionais. Já em matéria legislativa, os Estados-membros só podem legislar sob matéria que não é privativa da União, e os Municípios podem legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber. Todavia, em algumas situações, ocorrem conflitos de competência entre tais entes a respeito da matéria objeto da legislação. Atualmente, em razão da pandemia causada pelo Covid-19, o Governo Federal e os governos estaduais estabeleceram medidas conflitantes acerca das questões relacionadas à quarentena, impostas para minimizar a proliferação da patologia. Diante disso, o Conselho Federal da OAB ajuizou a ADPF n. 672 perante o STF, solicitando, dentre outras, a preservação da autonomia dos Estados e Municípios quanto às regras estabelecidas por conta da pandemia, fundamentando que a saúde pública é tema de interesse de todos os entes políticos.

DESENVOLVIMENTO: De acordo com o inciso II do artigo 23 da Constituição Federal, “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência” [1]. Assim, a CF/88 estabelece que a competência para zelar pela saúde pública é comum entre os entes federativos, não determinando qualquer tipo de supremacia entre as normas definidas entre eles, cabendo à lei complementar fixar normas de cooperação entre os entes, visando o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar social no âmbito nacional. O objetivo da legislação complementar é evitar não só conflitos como também a dispersão de recursos, procurando criar mecanismos de otimização dos esforços [2]. Desse modo, é possível ter uma maior efetividade na resolução de conflitos, como no atual momento de pandemia, no qual um Município ou um Estado, possuindo um contato direto com a população, com ciência da propagação da doença, tem maior capacidade de determinar as normas e regras em seu território para impedir o avanço do contágio causado pelo vírus. A ação instaurada foi decidida pelo Ministro Alexandre de Moraes, na ADPF nº 672, no STF. Em sua decisão, o Ministro informa que, com base nos incisos II e IX do artigo 23 da CF/88, a competência administrativa em relação à saúde pública é comum entre a União, os Estados e os Municípios, podendo assim qualquer um dos entes legislar a respeito. Informa ainda que segundo o inciso XII do artigo 24 da Constituição Federal, os Estados-membro e a União possuem competência concorrente quando se trata de legislar sobre a defesa da saúde, sendo ainda possível que os Municípios, havendo interesse local, complementem a legislação. Assim, o Ministro considerou que, uma vez que os Estados e Municípios se encontram dentro de sua competência constitucional, adotando formas de diminuir a propagação da doença, não cabe ao Poder Executivo Federal, de forma unilateral, afastar tais medidas. E assim assegurou aos governos estaduais e municipais, dentro de suas competências e de seus respectivos territórios, capacidade de adotar medidas restritivas durante a pandemia, visando reduzir o contágio do vírus. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, com tal decisão, garantiu-se a autonomia de Estados e Municípios para regulamentar a situação de pandemia para que seja garantindo a saúde pública, uma vez que o Poder Executivo Federal não pode interferir unilateralmente em tais medidas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição Federativa da República do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 20/08/20. [2] LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

Defeito e vício na seara da produção do Direito do Consumidor

Vittoria **COSTA** (IC-vittoriacosta0501@gmail.com)¹, Christian **JUNIOR** (IC)¹, Pedro **FRAGA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário Faminas- UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Direito do consumidor, vício, defeito, vícios redibitórios.

APRESENTAÇÃO: O direito do consumidor adota a filosofia da proteção aos mais fracos, ou seja, na relação consumerista o consumidor assume uma posição de vulnerabilidade perante os fornecedores e prestadores de serviços. Com isso, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) busca proteger tais consumidores visando conferir seus direitos. Em que pese muitos consumidores fiquem lesados por não saber de todos os seus direitos, foram criados órgãos para orientar e defender a classe. Um exemplo disso são os PROCON's que atuam em municípios tentando resolver litígios e fazendo conciliações entre consumidores e fornecedores, sendo um recurso que ajuda a desafogar o Judiciário, uma vez que o litígio resolvido em consenso não precisa ser levado ao seu conhecimento. Todavia o PROCON não tem competência para resolver todas as adversidades, um exemplo disso é um produto com defeito. Por meio de abordagem qualitativa, será demonstrado nesta pesquisa que o que muitos consumidores não sabem é que há sensíveis diferenças entre vício e defeito, e quando o produto está com defeito pode ser ajuizada uma ação de indenização em face do fornecedor ou prestador de serviço.

DESENVOLVIMENTO: O CDC em seus artigos 18 e 19 discorre sobre o que é o vício. A doutrina esmiúça tais dispositivos dispondo que são considerados vícios as características de qualidade ou quantidade que tornem os produtos ou serviços impróprios ou inadequados ao consumo ao que se destinam e também lhes diminua o valor [1]. Assim, constatado o vício o consumidor tem a opção de: (i) trocar o produto por outro da mesma qualidade, espécie ou marca, em perfeitas condições de uso; (ii) abatimento proporcional do preço; (iii) a restituição da quantia paga com correção monetária ou a complementação do peso ou medida. Vícios, contudo não podem ser confundidos com os vícios redibitórios, uma vez que estes são vícios ocultos e são regulamentados pelo Código Civil. Na relação de consumo, por outro lado, não importa se o vício é oculto ou aparente. A seu turno, em se tratando de um produto com defeito, o consumidor estará amparado pelos artigos 12 e 14 do CDC, os quais segundo a doutrina preveem que o defeito compromete a segurança do produto ou serviço, sendo tão grave que provoca um acidente que atinge o consumidor, causando-lhe dano material ou moral [2]. Diferente do vício, quando for constatado que o produto está com defeito, o consumidor não tem a opção de trocá-lo por outro produto da mesma qualidade em perfeitas condições de uso e sim de ser indenizado pelos danos que o mesmo causou, sejam eles materiais ou morais, cabendo ao consumidor demonstrar o nexo causal entre o defeito do produto e o dano que ele causou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por meio da presente pesquisa podemos observar que apesar de popularmente o vício ser conhecido como defeito, há uma grande diferença no tratamento jurídico de tais modalidades. É possível concluir que não há defeito sem o vício, uma vez que o defeito é acarretado por uma inadequação do serviço ou produto que acabou causando dano material ou moral. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NUNES, R. **Curso de Direito do consumidor**. 4º Edição. Saraiva 2009 [2] CAVALIERI FILHO, S. **Curso de Direito do Consumidor**. 13º Edição. Saraiva, 2019. ALMEIDA, FB; LENZA, P. **Direito do Consumidor Esquematizado**. 3º Edição. Saraiva, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

**DIREITOS DO CONSUMIDOR, EVOLUÇÃO DO MERCADO CONSUMISTA E
ADEQUAÇÕES ATUAIS**

Leonardo **FONSECA** (IC-leotds@yahoo.com.br)¹, Jhuan **BARBOSA** (IC-jhuanbl4862@hotmail.com)¹, Margarida **ESPÓSITO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora 1. Centro Universitário UNIFAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-Chave: Código de Defesa do Consumidor, consumo, direitos, pandemia.

APRESENTAÇÃO: Objetiva esse resumo apresentar os fatores que deram origem à criação do Código de Defesa do Consumidor, em 1990 e sua flexibilização na pandemia da COVID-19. Ao ser implementado, o CDC traz equilíbrio às relações entre fabricantes, fornecedores e o consumidor final, normatizando as obrigações e direitos, enfatizando o papel do Estado como garantidor dos direitos e responsável pela aplicação das sanções necessárias nos casos de lesão à parte mais vulnerável da relação, e estabelece o conceito de consumidor em seu art. 2º “consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final” [1]. **DESENVOLVIMENTO:** O art. 5º, XXXII, da Constituição Federal do Brasil de 1988 [2] já deixa claro os direitos do consumidor como sendo fundamentais, contudo, isso não se demonstrava suficiente para reger as relações de consumo anteriores à criação do CDC em 1990. O Consumidor que, erroneamente, era visto como capaz de conduzir a relação, dado o seu poder de compra, era muitas vezes lesado. No final do século XVIII e início século XIX, com a revolução do aço e carvão, houve aumento significativo de pessoas residindo nos grandes centros, conseqüentemente, o consumo aumentava. Os fornecedores e fabricantes para atender a demanda, deixaram de lado a preocupação com a qualidade, forçando maior produtividade, assim, os produtos viciosos eram cada vez mais frequentes. Havia, então, a necessidade de normas que regulassem as relações de consumo, tendo em vista que o Código Civil de 1916, então vigente, não satisfazia a regulação das tratativas, a fíreza do *pacta sunt servanda* e da vontade pessoal, precisava da regulação estatal para o direito coletivo e punição das cláusulas abusivas dos contratos. Não obstante os fundamentos presentes no art. 5º da nossa própria Constituição, a elaboração do CDC teve influência de outras leis vigentes em outros países, tais como: prazo para reflexão sobre a compra, direitos contra publicidade enganosa e cláusulas abusivas (leis francesas) além de leis da Espanha, Portugal e Quebec, com isso, pode-se inferir que nosso código tem fortes influências das leis europeias [3]. A lei nº 8.078/90 possui três principais características: é lei principiológica, ou seja, constituída nos princípios básicos, gerais, específicos e complementares, é norma de ordem pública e interesse social, por ser de aplicação cogente e ter função social ao cuidar dos interesses individuais e da coletividade e é considerada um microsistema multidisciplinar, por albergar diversas disciplinas de caráter jurídico [3]. Desde sua criação, o CDC vem então auxiliando as relações de compras e prestações de serviço e, trazendo para o contexto atual, tem se adaptado à realidade. Com a pandemia da COVID-19, no ano de 2020, houve necessidade de interpretações e alterações, como por exemplo cancelamentos de passagens aéreas, de eventos agendados, alteração da regra de arrependimento para compras *online* em caso de gêneros alimentícios, e não menos importante, a proteção do consumidor contra os preços abusivos praticados pelos fornecedores frente à alta demanda. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A proteção dos direitos do consumidor através do CDC é uma forma de manter equilibrada as relações entre quem vende e quem adquire, visto que, muitas vezes essa relação tende a ser desigual, devido à fragilidade financeira, ou desconhecimento dos próprios direitos por parte do consumidor final. Imperioso destacar a importância da adequação das normas ao momento atual, em que o processo normal de compras, prestação de serviços e cumprimento de prazos, precisou de alterações. Contudo, o estado deve continuar garantindo a segurança dos consumidores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990: Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91585/codigo-de-defesa-do-consumidor-lei-8078-90> Acesso em: 08 de setembro de 2020. [2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 08 de setembro de 2020. [3] ALMEIDA, Fabrício Bolzan **Direito do consumidor esquematizado** / Fabrício Bolzan de Almeida. - Coleção esquematizado® / coordenador Pedro Lenza – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 920 p.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

GLOBALIZAÇÃO DO MERCADO E DIREITO AMBIENTAL: DIÁLOGO EM EVIDÊNCIA

Mickaelly **CAETANO** (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Maria **PASSOS** (IC)¹, Yago **RESENDE** (IC)¹, Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

3. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Consciência ecológica; Competitividade de mercado; Direito ambiental; Gestão ambiental; Globalização

APRESENTAÇÃO: Na atualidade, empresas vêm buscando outros meios para se destacar no mercado, sendo uma delas a sustentabilidade empresarial com a implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com finalidade, também, de ampliar o mercado de consumo. Com isso, evidencia-se a atuação do direito ambiental, sendo, pois, necessário para a fiscalização das ações humanas em relação à poluição do ambiente, minimizando assim, o impacto ambiental do desenvolvimento econômico do país. Anteriormente, sem a atuação do direito ambiental e com visão única e exclusivamente no lucro, foram desenvolvidas tecnologias avançadas sem preocupação real com a finitude dos recursos naturais. Nisso, a conscientização atual, a favor da tutela e preservação dos recursos escassos, faz parte das políticas ambientais globais, como também do setor produtivo em geral. Diante disso, o objetivo desta pesquisa pauta-se em abordar o impacto competitivo das empresas adotantes de uma gestão ambiental frente ao mundo globalizado e, em consequência, a conscientização ecológica propiciada pela área do direito ambiental. **DESENVOLVIMENTO:** Despesas com gestão ambiental são vantagens competitivas essenciais para os negócios, principalmente por meio de compromisso com a qualidade ambiental, facilitando a inovação de produtos, modificações nos processos produtivos e uso de tecnologias mais limpas e eficazes, possibilitando que as organizações internalizem as externalidades negativas e, nesse viés, o direito ambiental regulamenta atividades econômicas, permitindo, inclusive, o gerenciamento sustentável, por meio, por exemplo, da implementação do Sistema de Gestão Ambiental. O surgimento e o crescimento de determinados direitos estão intimamente ligados à transformação da sociedade e suas necessidades [1], sendo, estas, também vinculadas à inserção e manutenção no mercado, haja vista que, empresa não responsável socioambientalmente, tende a não se manter competitiva. Nesse sentido, o direito ambiental busca adequar o comportamento humano com o meio ambiente em que vive [2]. Nessa conjectura, ressalta-se a relevância das Normas ISO 14000 [3], que são uma série de normas desenvolvidas pela Organização Internacional para a Normatização – International Organization for Standardization (ISO), as quais estabelecem normas sobre gestão ambiental e certificações. De acordo com Valle [3] a organização, a fim de obter e executar a manutenção do certificado ISO 14000, se submete por auditorias periódicas, realizadas por empresa certificadora, credenciada e reconhecida pelos organismos nacionais e internacionais. Com isso, nota-se que o fenômeno da globalização não atingiu apenas a ausência de desterritorialização quanto à cultura e consumo, mas também propiciou novos mercados e, frente a estes, organização que almeja se firmar, tem a necessidade de coadunar-se às normas da seara ambiental. **CONCLUSÃO:** Progressivamente, percebe-se que a queda das barreiras comerciais entre as nações e a formação de sistemas produtivos em grandes blocos econômicos está mudando estratégias de ação de empresas. Evidencia-se, pois, que, além da missão de conscientizar os colaboradores e funcionários a fim de instaurar um sistema de gestão ambiental, por meio de uma política ambiental objetiva, está a pauta de inserção e manutenção da organização no mercado produtivo, tendo em vista que os rótulos de empresa sustentável viabiliza a abertura de portas no mercado cada vez mais globalizado e que clama por diferença no que tange à consciência ecológica. **AGRADECIMENTOS:** ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos, tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª reimpressão, Rio de Janeiro, Campus, 1992. [2] SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. 2 ed, São Paulo, Malheiros, 1997. [3] VALLE, Cyro Eyer do. Qualidade Ambiental: ISSO 14000, 4ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**GUARDA COMPARTILHADA: A NECESSIDADE E RELEVÂNCIA DA PRESENÇA
PATERNA APÓS O DIVÓRCIO.**

Yago **ROCHA** (IC-yagoresende@yahoo.com.br)¹, Maria **PASSOS**(IC)¹, Mickaelly
CAETANO(IC) ¹, Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 – Muriaé – MG*

Palavras chave: Divórcio; Desenvolvimento; Guarda compartilhada; Presença paterna

APRESENTAÇÃO: A presente pesquisa tem o intuito de expor a necessidade e importância da presença paterna na vida da criança e do adolescente, vinculado ao desenvolvimento sadio da prole. Para tanto, serão apresentados argumentos no que tange à guarda compartilhada, como instrumento viabilizador da respectiva convivência, visando resguardar os direitos fundamentais da criança e do adolescente. **DESENVOLVIMENTO:** O art.6º do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990 (ECA/90) [1] trata a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento, e a presença e proximidade paterna tem importante e fundamental papel no desenvolvimento destas. De acordo com a doutora em psicologia Edyleine Bellini Peroni Benczik [2], durante muitos anos o pai foi indiferente aos filhos, muitas vezes, tratando-os como propriedade, e durante outro período foi simplesmente um provedor. Esta visão da figura paterna encontra-se condizente ao patriarcado contextual que imperava. Entretanto o papel da paternidade vem sendo amplamente estudado na psicologia, e tais pesquisas demonstraram a diferença que uma figura paterna presente, participativa e afetuosa faz na formação da personalidade do indivíduo, haja vista que, crianças e adolescentes com ausência paterna têm mais chances de desenvolverem distúrbios de comportamento, baixa autoestima, melancolia, timidez e violência, sendo também tendenciosos a um mau rendimento escolar, com maiores chances de repetência e distúrbios de leitura. Enquanto isso a presença do pai tende a trazer uma maior autoestima, segurança, melhor educação e escolaridade, bem como uma melhor escolha na profissão e influência no desenvolvimento interpessoal. Ou seja, um melhor convívio com a sociedade, afinal, o pai corta o relacionamento simbiótico da mãe com o filho durante a fase da adolescência e do complexo de Édipo. Diante disso, razões assistem aos defensores da guarda compartilhada como propiciadora de maior convivência da prole à figura paterna, desde que, indubitavelmente, esta convivência seja sadia e adequada, corroborando com o ideal aqui proposto. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Frente ao exposto, constata-se que a presença paterna é uma necessidade clara para o desenvolvimento da criança e do adolescente, tanto de cunho pessoal e profissional, quanto social. Assim, é de suma relevância encorajar que os pais, tanto no processo de divórcio, quanto os já divorciados, cooperem entre si e entrem em um acordo para uma guarda compartilhada, sadia e adequada, conforme os verdadeiros ditames oriundos desta ferramenta jurídica, visando que a criança e o adolescente tenham contato com o pai da forma mais frequente possível, não infringindo, dessa maneira, os direitos fundamentais da criança e do adolescente, perpetrados pelos dispositivos legais constantes do ordenamento jurídico brasileiro. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário UNIFAMINAS, pelo apoio e incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. [2] BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni, A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil, Periódicos Eletrônicos em Psicologia, Revista psicopedagógica, vol.28, no.85, São Paulo, SP 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007. Acesso em: 5 de setembro de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL MEDIANTE PERFIL GENÉTICO.

Maria Leonice **PASSOS** (IC- leonicelimapassos@gmail.com) ¹, Yago **RESENDE** (IC)¹,
Mickaelly **CAETANO** (IC)¹, Anderson **LOURENÇO** (PQ)²

4. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 – Muriaé -MG*

Palavras-chave: Identificação, culpabilidade criminal, fundamento de autodefesa

APRESENTAÇÃO: O presente texto propõe analisar a constitucionalidade da lei Federal nº 12.654/2012; Referida norma modificou a lei nº 12.037/2009, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, que tem como intuito permitir a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético na identificação criminal, com isso, trouxe a possibilidade de durante uma investigação criminal efetuar a identificação do acusado, de ofício, a pedido da autoridade policial, do promotor de justiça ou até mesmo da defesa do acusado, com o objetivo de se comparar em determinadas investigações, vestígios encontrados em local de crime. [1] **DESENVOLVIMENTO:** A identidade genética pelo DNA pode-se considerar uma ferramenta indispensável para a investigação criminal, rastros biológicos são encontrados frequentemente em cenas de crimes, principalmente os cometidos violentamente, com isso, o DNA pode ser extraído das evidências encontradas e assim permitindo a identificação de quem se origina tais evidências. [1] Vale ressaltar que o DNA por si só não é capaz de provar a culpabilidade criminal de uma pessoa ou inocentá-la, porém estabelece uma ligação irrefutável entre o indivíduo e a cena do crime; o ordenamento pode prever hipóteses em que a identificação criminal é devida, mesmo ao civilmente identificado, por se tratar de norma constitucional de eficácia contida, sendo assim, enquanto não existir norma regulamentadora, não há possibilidade de limitação do direito individual entalhado na CRFB/88. [1] A Lex Major de 1988, ao tratar de direitos e garantias fundamentais, estabelece diversos princípios implícitos e expressos, diversos deles estipulam garantias do cidadão frente ao estado-acusação, o princípio da presunção de inocência e o princípio da imunidade à autoacusação, estabelece que o indivíduo nasce inocente, sendo esse o seu estado natural até que se prova ao contrário. Em síntese a imunidade a autoacusação garante o silêncio do acusado/indiciado e a inviabilidade de obrigá-lo a produzir provas contra si mesmo, deve prevalecer o direito e o dever do estado de intentar a persecução criminal contra a pessoa correta, ressaltando-se a confiabilidade do sistema de persecução criminal, pois como a coleta de material biológico para exame de DNA faz parte da identificação criminal conforme norma de regência, tem cabimento somente quando for fundamental às investigações policiais, é de firmeza a conclusão de que o indiciado não pode se negar a fazer sob fundamento de autodefesa e não se pode obrigar o indiciado a realizar exame de DNA com a finalidade cardeal de produzir provas, pois o objetivo do exame é a plena identificação e não produção de provas. [1] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Constituição Federal de 1988 implantou a identificação criminal no ordenamento jurídico ao garantir no art.5º, inciso LVIII, não se presume inconstitucionalidade nas hipóteses de identificação criminal do civilmente identificado, pois em todas as hipóteses é respeitado os princípios constitucionais, no mais, como a coleta da matéria biológica para exame de DNA é parte da identificação criminal e, conforme respaldo da norma regente, somente é admissível quando for fundamental às investigações policiais, é de rigor a conclusão de que o indiciado não pode se negar a fazê-la sob o fundamento de autodefesa. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BORRI, Luiz Antônio. A extração não compulsória de DNA para fins criminais e o direito ao silêncio. Boletim Ibccrim, v. 23, n. 272, p. 3-5, jul. 2015. [1062407] CAM PGR STF STJ TJD.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

Vittoria **COSTA** (IC-vittoriacosta0501@gmail.com)¹, Thaysa Navarro de Aquino **RIBEIRO**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS* - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha; Violência doméstica; inquérito policial; Lei de abuso de autoridade.

APRESENTAÇÃO: Sabemos que a violência doméstica vem crescendo em larga escala em nosso país, e por tal motivo foi criado em 2006, a Lei 11.340, que é a Lei de Proteção à Mulher, denominada Maria da Penha. Tal Lei foi criada em homenagem a uma cearense que foi agredida pelo seu cônjuge por vários anos e lutou pelos direitos das mulheres. Com isso, a Lei procura proteger não somente a violência contra a mulher, mas sim contra todos que possuem um papel de mulher e tem certa vulnerabilidade social, como os transexuais e transgênero. Cumpre salientar que o artigo 7º, da Lei 11.340, de 2006 esmiúça todos os tipos de violência doméstica, sendo elas física, verbal, psicológica, moral, dentre outras.[1] Garantindo, inclusive, às vítimas de violência doméstica uma medida protetiva de urgência que obrigam o agressor a se afastar da vítima, bem como de seus familiares, não podendo o mesmo manter contato por nenhum meio de comunicação. No entanto, caso o agressor descumpra tais medidas, será decretada a sua prisão em flagrante. Ademais, faz-se importante mencionar que por uma questão patriarcal, muitas mulheres deixam de denunciar seu companheiro, acreditando que as agressões, ameaças, xingamentos e até diminuição de autoestima são situações normais e corriqueiras do dia a dia. **DESENVOLVIMENTO:** Em 2019, foi criada a Lei que define os Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 13.869) e em seu artigo 27, foi considerado crime a instauração de procedimento investigatório penal em desfavor de alguém sem qualquer indício da prática do crime.[2] Vale lembrar que a maioria dos crimes de violência doméstica ocorrem no ambiente familiar e por tal motivo fora dos olhares de terceiros. Com isso, a vítima fica sem ter respaldo da lei, uma vez que sem o mínimo de indício da materialidade do evento, o delegado de polícia não tem como instaurar o caderno investigativo. Faz-se importante mencionar que nos crimes de lesão corporal, a vítima pode apresentar alguns hematomas que demonstrem as agressões, contudo não há como provar a autoria do crime. Ademais, nos crimes de ameaça, vias de fato, crimes de caráter moral, a vítima não tem sequer como demonstrar a prática delituosa. No entanto, isso não quer dizer que a autoridade policial deva permanecer inerte, mas apenas as meras diligências preliminares, que não tenham nenhum indício de autoria e materialidade serão arquivadas. Desta forma, a vítima de violência doméstica, mais uma vez, ficará sem respaldo, o que antes da Lei de Abuso de Autoridade, a palavra da vítima por si só tinha relevância. Portanto, uma análise minuciosa caso a caso não seria suficiente, pois as vítimas precisariam passar por uma equipe multidisciplinar com psicólogas e assistentes sociais com capacidade de estudar melhor o comportamento delas diante da situação narrada, o que é uma realidade muito distante de muitas delegacias. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio da presente pesquisa, observa-se que o Estado ao implantar a Lei de Abuso de Autoridade, criou uma lacuna no tange à aplicação da Lei Maria Da Penha, uma vez que sancionou uma Lei, colocando em risco a efetividade de outra. Desta feita, conclui-se que o Estado, muito embora, já tenha revolucionado acerca da proteção da mulher, ainda precisa ter um cuidado especial com essas vítimas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei 13.869. Lei de Abuso de Autoridade, 05 de setembro, de 2019. [2] BRASIL. Lei 11.340. Lei Maria da Penha, 07 de agosto, de 2006.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

O “LOCKDOWN” EM FACE DO DIREITO DE IR E VIR

LUIZ HELENO SIMAS **CAMPOS** (IC – luiz.h.camp@gmail.com) e Thaysa Navarro de Aquino **RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ*
- 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: constituição; lockdown; pandemia.

APRESENTAÇÃO: Atualmente, o mundo inteiro, inclusive o Brasil vive um momento de pandemia, ocasionada pelo Covid-19. Assim, veio sendo discutida a possibilidade de implementação do chamado “lockdown”, que significa confinamento, ou seja, a obrigação de se manter em isolamento social. E tem-se questionado se tal medida não seria inconstitucional, haja vista que o artigo 5º, inciso XV, da Constituição Federal estabelece que “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”[1]. Assim, é direito fundamental do cidadão brasileiro a liberdade de ir e vir. Contudo, com o atual cenário em que vivemos, podemos vislumbrar um conflito entre princípios constitucionais, uma vez que noutra parte a CF/88 também determina que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Vale lembrar que a Constituição Federal prevê situação na qual o direito de ir e vir não será garantido, qual seja a situação de estado de sítio, nos termos do art. 139, I, podendo ser tomadas contra as pessoas algumas medidas, como obrigá-las a permanecer em localidade determinada”[2]. Desta forma, não tendo sido decretado o Estado de Sítio, em regra, o Estado não poderia utilizar de seu poder para ferir o direito à liberdade de ir e vir. No entanto, na situação descrita acima, qual seja a pandemia, presenciamos um conflito entre direitos fundamentais, já que ambos pontos de vistas são amparados pela constituição. **DESENVOLVIMENTO:** Sobre o conflito de princípios constitucionais, a maior parte dos doutrinadores tende, nesses casos, a decidir pela técnica da ponderação de interesses, bens, valores e normas, técnica esta que preza pelo princípio da adequação ao caso concreto, analisando assim, o caso em tela, e aplicando, na situação, a medida que se mostrar mais favorável. No que tange ao Covid-19, tendo em vista que não há uma cura, vacina ou alguma forma de tratamento cientificamente comprovado é determinado pelas Organizações de Saúde Nacionais e Internacionais que o isolamento social é a medida mais efetiva para reduzir a propagação do contágio. Portanto, faz-se necessária a ação do Estado para impedir o avanço da doença, que por sua vez só pode adotar medidas de restrição de liberdade, se baseando em evidências científicas, nos termos da Lei 13.979/20, que foi regulamentada com a finalidade de combater a doença. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O direito fundamental de ir e vir, garantido constitucionalmente, apresenta algumas exceções, fazendo com que tal direito não seja absoluto. Sabe-se que o direito de ir e vir é garantido, desde que nos termos da lei e em tempos de paz, ou seja, caso tais situações não estejam configuradas, tal direito não é garantido. Assim, considerando que o Brasil não se encontra em tempos de paz e sendo estabelecida uma lei que determine o “lockdown”, tal direito não prevalecerá. De tal forma, o citado conflito entre direitos constitucionais deve ser resolvido por meio da ponderação de interesses, neste caso prevalecendo a saúde, uma vez que a falta desta enseja o impedimento em continuar gozando do direito à liberdade de ir e vir. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição Federativa da República do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 20/08/20. [2] LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

COMO REFLEXO DA PANDEMIA E SUA INFLUÊNCIA NO TRABALHO INFANTIL

Amanda Cardoso **CORDIBELLI** (IC – acordibelli@gmail.com)¹, Luiz Henrique Motta de **PAULA** (IC)¹, Stefanine Michaelle Alvim Lacerda **GOMES** (PQ)² e Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO** (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professoras *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-Chave: Desemprego; Pandemia; Trabalho infantil.

APRESENTAÇÃO: Há pouco mais de sete meses, o mundo inteiro viu-se paralisado frente à Organização Mundial da Saúde (OMS) ao anunciar a inusitada chegada de um vírus, o qual seria responsável por instaurar uma enfermidade amplamente disseminada por todos os continentes. Atrelado a este contexto, o Brasil apresentou o nível de ocupação de emprego inferior à metade, visto a necessidade de decretação de distanciamento social, como medida de segurança, afetando a economia do país, tendo em vista, inclusive, o fechamento de diversos estabelecimentos empresariais, dos mais variados ramos de negócio. Fenômeno que também se observou no país, em decorrência da deflagrada situação econômica ocasionada pela pandemia do COVID-19, foi o aumento do trabalho infantil, devido à vulnerabilidade na qual os responsáveis pela tutela jurídica de crianças e adolescentes têm se encontrado. Diante disso, o objetivo primordial desta pesquisa tangencia-se na abordagem da influência do índice de desemprego decorrente da pandemia sobre o aumento do trabalho infantil.

DESENVOLVIMENTO: Em consonância ao contexto em que se transcorre a pandemia do COVID-19, o diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Martin Hahn, ressalta que, “para muitas crianças, adolescentes e suas famílias, a crise da COVID-19 pode acarretar em uma educação interrompida, doenças, a potencial perda de renda familiar e até mesmo o trabalho infantil” [1]. O diretor também trouxe à tona que precisamos nos atentar à crise econômica que está se ampliando em razão da pandemia, pois coloca, substancialmente em risco, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em todo o mundo. Tendo por segmento este raciocínio, a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 7º, XXXIII, que é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, salvo se aprendiz a partir de 14 anos [2]. No entanto, a realidade que encontramos é completamente diferente, na medida em que a pandemia evidencia a fragilidade destes indivíduos frente às políticas públicas do Estado, as quais se mostram ineficazes no momento em que deixam de garantir o que é assegurado por lei, como a própria infância, visto que o trabalho infantil também é um desrespeito à legislação pátria. Entretanto, esta realidade é condizente com outra, qual seja, a desigualdade socioeconômica que assola os brasileiros e acaba por inviabilizar outra forma de sustento a famílias diversas, que não seja incluir, nas tarefas laborais, as crianças e adolescentes. Notório que a diminuição dos investimentos nas empresas e em outros setores trabalhistas, ocasionados pela COVID-19, é uma das grandes causas do desemprego no Brasil, uma vez que o resultado é a interferência em toda cadeia produtiva, e, conseqüentemente, demissões de funcionários. Desta forma, não havendo alternativas, seja pela natureza de seus trabalhos, ou mesmo pelas condições precárias de subsistência, tutores legais de crianças e adolescentes optam por dispor nas ruas, em busca de trabalhos informais e esporádicos, os menores, ainda que com baixa remuneração, a fim de que consigam aumentar a renda familiar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante o exposto, constata-se que o trabalho infantil, assim como o próprio índice de desemprego no Brasil, sofreu uma considerável e triste interferência ocasionada pelo distanciamento social como medida de segurança no combate ao COVID-19, retirando das crianças e adolescentes, os direitos à infância, muitas vezes, à educação, ao lazer e à vida digna. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HAHN, Martin. **Precisamos proteger as crianças do trabalho infantil.** Jornal Nexo. 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Precisamos-protoger-as-criancas-do-trabalho-infantil>. Acesso em: 5 set. 2020. [2] BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**O IMPACTO DO CORONAVIRUS NO SISTEMA CARCERÁRIO
BRASILEIRO: PRECARIEDADE AGRAVADA?**

Luiz Henrique Motta de **PAULA** (IC – luizhenriquemotttta@gmail.com)¹, Amanda Cardoso **CORDIBELLI** (IC)¹, Vânia Ágda O. **CARVALHO**(PQ)² e Thaysa Navarro A. **RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professoras

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Coronavírus; Ineficácia do Estado; Precariedade; Sistema Carcerário

APRESENTAÇÃO: No contexto de um país em desenvolvimento, como o Brasil, cuja estrutura social e econômica é inadequada, com déficit na prestação dos direitos fundamentais, assegurados formalmente pelo texto constitucional vigente, sobrepujando significativo desequilíbrio, surge, corroborando para o agravamento conjectural desfavorável, um novo vírus com potencial pandêmico, agravando a precariedade de um sistema já tão fragilizado e ineficiente, como o sistema carcerário. Nesse sentido, esta pesquisa visa analisar o liame entre as condições precárias e insalubres do cárcere e seu agravamento frente à propagação da doença oriunda da transmissão do coronavírus, em especial no que tange à própria realidade estrutural, sendo notória a violação de direitos e garantias fundamentais dos encarcerados. **DESENVOLVIMENTO:** Com teor constitucional, o direito à saúde está atrelado à vida da pessoa humana e a uma existência digna que, posto na ordem dos direitos fundamentais, deveria ser tratada com a devida responsabilidade designada ao Estado, como expresso no art. 196 da Constituição Federal/88, que afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação [1]. Nessa perspectiva, a primeira discrepância a ser tratada é sobre a dignidade da pessoa humana, pois o sistema carcerário brasileiro tem uma capacidade máxima de 437.912 vagas em presídios, sendo que são 729.949 encarcerados, o que culmina em um aumento exorbitante de 166% em relação à sua capacidade, levando, conseqüentemente, à superlotação e condições desumanas, inconsistente a uma vida digna [2]. Estes dados nos remetem a um flagrante desrespeito à saúde dos detentos, sendo praticamente impossível a assistência básica, por conter um número excessivo em suas unidades. Dessa forma, a precariedade e insalubridade local, somadas ao atual cenário pandêmico, contribui, em muito, para a proliferação do novo coronavírus, que tem a capacidade de, em casos extremos, acometer o infectado ao óbito. Ou ainda, em análise invertida, porém correlata, o hodierno cenário pandêmico enaltece uma situação já precária, contribuindo para um agravamento desta precariedade. O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) não assume que as condições em que os encarcerados se encontram é de extrema preocupação, e nessa perspectiva, evidencia-se a negligência por parte do Estado. Destaca-se, ainda, a ausência de transparência das ações de prevenção e controle de infecção dentro das penitenciárias, em especial no que tange ao COVID-19, com poucas condições de acesso e assistência à saúde. Além disso, a pouca atuação dos órgãos fiscalizadores demonstram o quanto o próprio Departamento Penitenciário Nacional não assume sua falha. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante disso, é preciso que o DEPEN reavalie, de forma coerente, o tipo de comportamento adotado, por se tratar de uma gravidade desmensurada, visto que sua conduta não condiz com o disposto na Constituição Federal de 1988, tornando pertinente a presença dos órgãos competentes para maior fiscalização e proteção desses sujeitos que estão encarcerados, os deixando ainda mais à margem da civilização, incondizente com todo e qualquer contexto social e Estatal de reconhecimento. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. [2] MARTINES, Fernando. **Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios**. Disponível: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/brasil-lotacao-carceraria-166-15-mil-mortes-presidios>. Acesso: 11 set. 2020. [3] VITAL, Danilo. **Presídios recebem Covid-19 sem reconhecer precariedade, dizem especialistas**. Disponível: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-13/presidios-nao-reconhecem-precariade-enfrentar-covid-19>. Acesso: 01/09/20.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS E A PANDEMIA DO COVID-19

Lucas SILVA (IC-lucasmilani6546@gmail.com)¹ Margarida ESPOSITO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave: Código Civil, Princípio da Função Social dos Contratos, Pandemia.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho, por meio de abordagem qualitativa, visa discorrer sobre a importância do princípio da função social dos contratos frente à pandemia da COVID-19 que assola tanto o Brasil como o mundo. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo a visão do doutrinador Flávio Tartuce, o princípio da função social dos contratos pode ser entendido como um princípio de ordem pública, visando ao bem-estar social, e busca a harmonização de nosso ordenamento civil com a realidade vivida pelas partes [1]. De fato, o referido princípio segue os princípios gerais do Código Civil de 2002, um código marcado pelas suas características que privilegiam a coletividade, a generalidade, contrapondo-se à antiga codificação civilista de 1916 que regia as relações particulares do ordenamento pátrio e apresentava-se com uma característica patrimonialista e extremamente individualista. A expansão da visão dos juristas que elaboraram o atual diploma civil que impera em nosso país foi de fundamental importância, corroborando demasiadamente para a manutenção dos contratos. O princípio em questão materializa-se em nosso Código Civil de 2002 no artigo 421, e seu parágrafo único traz que a revisão contratual deverá ser exercida com um caráter de excepcionalidade [2]. Pois bem, a maior excepcionalidade de todas assola o Brasil nos dias de hoje, uma pandemia que modificou bruscamente os hábitos de todos os brasileiros, impactando de forma nunca vista a maior parte dos contratos existentes. Frente ao novo cenário, objetivando uma resolução sem necessariamente o acionamento do poder judiciário, as partes das relações contratuais passaram a buscar resoluções pacíficas, pautadas tanto pelo princípio em contendo como outros de mesma ordem principiológica como os da boa-fé objetiva e da autonomia privada. Como outrora mencionado no respectivo trabalho, o Código Civil de 2002 busca pela pacificação das relações contratuais por meio de seus princípios norteadores, e de fato, essa característica mostrou-se extremamente efetiva nesse período único vivido com tanta intensidade no período da modernidade. Deve-se destacar que o princípio apresentado atua tanto na ordem interna, regulando as relações entre as partes, como na ordem externa, exercendo eficácia além das partes. Em apertada síntese, o renomado autor outrora mencionado neste material sintetiza a dupla eficácia deste princípio como sendo defensora das partes vulneráveis do contrato, veda a onerosidade excessiva ou o desequilíbrio contratual, protege a dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade no contrato, prevê a nulidade de cláusulas antissociais – tidas como abusivas, busca a conservação contratual e protege os direitos difusos e coletivos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante de todos os conceitos expostos acima, bem como da relevante função do princípio da função social dos contratos, pode-se inferir que ele tornou-se um dos pilares sustentadores das relações contratuais frente ao momento único que se instaurou tanto na ordem mundial como na estrutura interna do Brasil pela COVID-19, doença que vem fazendo inúmeras vítimas fatais por onde passa, e as relações sociais têm se tornado cada vez mais fundamentais para um convívio ameno e respeitoso. Dessa forma, ao se aplicar tal princípio, busca-se solucionar uma lide obedecendo tanto os dispositivos Constitucionais como os diplomas supraconstitucionais, favorecendo assim a criação e a manutenção de valores como a fraternidade, a boa-fé e a função social dos contratos, com o intuito de mitigar os atritos decorrentes dos efeitos nocivos do vírus tanto na sociedade como nas relações contratuais.

REFERÊNCIAS: [1] TARTUCE, Flávio, **Manual de Direito Civil**, 8ª edição, 2018 editora Método. [2] BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 29/08/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA COMO ESTRATÉGIA MERCADOLÓGICA IMPEDITIVA
AO EQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE**

Wleidice Ferreira **Dornellas** (IC- leidinha_dornellas@hotmail.com)¹, e Vânia Ágda de Oliveira
CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ*
- 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chaves: Consumismo; Meio ambiente; Obsolescência programada.

APRESENTAÇÃO: O cotidiano humano é permeado pelo consumo, haja vista as atividades rotineiras e necessária de alimentação, vestuário, da farmacologia, do desenvolvimento acadêmico etc. Entretanto, não é o consumo que assola a função de tutelar e preservar o meio ambiente, mas, o consumismo gerado em decorrência de inovações tecnológicas patrocinadas pelo sistema capitalista, objetivando lucro. Nesse cerne, o consumidor é cercado por variadas estratégias mercadológicas, como a obsolescência programada. Assim, esta pesquisa objetiva analisar a obsolescência programada como fator impeditivo ao equilíbrio do meio ambiente e como obstáculo à sadia qualidade de vida humana. **DESENVOLVIMENTO:** A crise de 1929 foi o berço da obsolescência programada, uma vez que o mercado se encontrava em baixa e era necessário estratégias de venda, visando garantir o fluxo da economia. Programar um produto para que o seu ciclo útil seja encurtado é garantir que a substituição do produto será feita de forma antecipada, com isso, o giro econômico é maior. A presente estratégia é anterior à crise já citada, uma vez que, fabricantes de lâmpadas de todo o mundo, em 1920, se reuniram visando determinar a duração de seus produtos, reduzindo, de forma drástica, sua durabilidade. Atualmente, a prática é vislumbrada em grande parte dos setores econômicos, incentivando o consumidor a realizar troca de produtos precocemente, uma vez que é de maior vantagem a aquisição de um novo modelo ao conserto desse, ou até mesmo a realização do descarte do produto em perfeito estado visando uma mercadoria mais atual e moderna [1]. Com isso, os excessos residuais estão em curva crescente e o descarte inadequado degrada o meio ambiente, gerando desequilíbrio dos ecossistemas, afetando a qualidade de vida humana, objeto mediato de tutela frente à proteção e preservação da natureza. Esta externalidade negativa deve ser tratada de forma a buscar o equilíbrio ecológico e não atender às ilusões consumeristas, pautadas na conquista de felicidade adstrita ao poder do acúmulo. Práticas de produção em massa, insustentáveis, não podem ser objeto de comércio. Nesse sentido, a consciência do consumidor deve ser aliada ao Estado, caminhando assim, lado a lado com as políticas públicas [2]. A informação é o maior elo para mudança do pensamento e das atitudes do ser humano, sendo notório que a quebra do ciclo desenfreado de consumo que advém desde a revolução industrial, deve ser feita, efetivando o consumo para atender às necessidades e não, o consumo por busca de satisfação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A obsolescência programada é uma estratégia empresarial com a intenção de garantir o giro da economia e do lucro. Contudo, não se conscientizando de seu poder na efetiva proteção ao meio ambiente, como significativo impacto sobre a economia, alterando seu *modus agendi*, o consumidor continuará atuando como adversário dos ecossistemas. Os desequilíbrios ambientais provocados pelo descarte dos resíduos (em geral) causam impactos que serão sentidos há longas gerações. Assim, um paralelo deve ser feito entre consumo, poder do Estado e consumidor, utilizando da educação ambiental como auxílio à sustentabilidade, quebrando a cultura consumerista e combatendo a obsolescência programada. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa e pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VARELA, Ana Maria Alves Rodrigues; CARVALHO, Vania Ágda de Oliveira. ELES QUEREM TE VENDER, ELES QUEREM TE COMPRAR1: A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA COMO ÓBICE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E À ÉTICA DO CONSUMO NO SÉCULO XXI. *Rev. de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo*. Curitiba | v. 2 | n. 2 | p. 136 - 152 | Jul/Dez. 2016. Disponível em <www.CONPEDI.com.org.br>. Acesso em 20 agos 2020. [2] MARQUES, José Roberto. *O desenvolvimento sustentável e sua interpretação jurídica*. São Paulo: Verbatim, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

PENAS E LEIS SEVERAS SÃO O CAMINHO PARA A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE?

Yago **ROCHA** (IC-yagoresende@yahoo.com.br)¹, Mickaelly **CAETANO** (IC)¹, Maria **PASSOS** (IC)¹, Stefanine **LACERDA** (IQ)².

1-Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 – Muriaé -MG

Palavras chave: Dignidade, Direitos Fundamentais, Violência.

APRESENTAÇÃO: O presente texto é escrito com o intuito de trazer por meio de argumentos e apresentação de fatos, uma reflexão sobre o que é o chamado “Punitivismo” uma crença de que as penas e leis devem ser cada vez mais duras e que tal proceder diminuirá a criminalidade.

DESENVOLVIMENTO: Nossa Constituição de 1988 felizmente traz diversos direitos e garantias fundamentais em seu artigo 5º, dentre eles o direito à igualdade e dignidade [1], mas embora isso esteja previsto em texto Constitucional a realidade dos presídios, sistema prisional e judiciário é totalmente diferente. As celas geralmente ocupam um número muito mais elevado que sua capacidade real causando extremo desconforto, o comer, dormir e fazer as necessidades são tarefas difíceis, anti higiênicas e degradantes, possibilitando doenças terríveis, tanto fisiológicas quanto psicológicas. A violência dentro dos presídios é constante, e ocorre pelos motivos mais torpes, tanto por parte dos reeducandos quanto por parte dos policiais, isso sem falar da violência psicológica constante pelo ambiente hostil e os riscos. Tal realidade induz o indivíduo a um comportamento violento para que possa se adaptar e sobreviver e é justamente por isso que o índice de reincidência em adultos é maior que o índice em jovens por terem cumprido sua pena no sistema prisional já o número de jovens infratores é menor por terem tido medidas socioeducativas. Infelizmente, a população brasileira tem cada vez mais acreditado que o caminho correto para diminuir a criminalidade, entre jovens e adultos é impor penas e leis mais duras diminuindo a maioridade penal para que os jovens infratores sejam submetidos às mesmas penas que adultos, o que na verdade alimentaria o número de reincidência, e essa forma de pensamento, também supõe, que penas perpétua e capital seria o caminho, mas estão da visão e conceito de pena do Estado Brasileiro neste pensamento, os objetivos da aplicação de pena no Brasil não é a punição e nem demonstrar uma supremacia estatal mas reeducar e reinserir o indivíduo na sociedade, embora ainda esteja distante do cumprimento deste seria loucura retroagir à um sistema antigo que com certeza traria diversos casos de execuções de inocentes [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O fanatismo em busca de uma justiça perfeita, ainda mais atrelado a um pensamento de que uma justiça severa é o caminho para alcançá-la é uma utopia bárbara e medieval que por si só já devia ter sido descartada a tempos. Como pode um cidadão não imaginar o horror de uma possível condenação à morte de um inocente? E mesmo que pense, assumiria esse risco? Os direitos e garantias fundamentais são uma proteção ao cidadão de injustiças do Estado, que por diversas vezes ainda falha, por conta de preconceitos raciais e sociais, tolhendo o direito à presunção de inocência do réu e da dignidade ao condenado, colocando-o em situações desumanas e acreditando que pelo medo ele irá parar com os crimes. O caminho para uma sociedade mais justa e um sistema judiciário mais justo é conceder a eles uma possibilidade de se inserir na sociedade e ter uma vida digna, possibilidade essa que de muitos foi arrancada e muitos outros nem chegaram a ter. .

AGRADECIMENTOS: Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: [1] SILVA, Elisa Levien da, A realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana, Direito Net; publicado em; 14/04/2013, Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7926/A-realidade-do-sistema-penitenciario-brasileiro-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana#:~:text=O%20sistema%20penitenc%C3%A1rio%20brasileiro%20tem,referente%20punir%20o%20delito.&text=Os%20presos%20adquirem%20as%20mais,AIDS%20hepatite%20e%20doen%C3%A7as%20ven%C3%A9reas>; Acesso em: 07 de setembro de 2020; [2] COSTA, Domingos Barroso, O fetiche punitivista e o colapso do Estado de Direito, artigo, Revista Consultor Jurídico, publicado em 2/2/2016, disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-fev-02/tribuna-defensoria-fetiche-punitivista-colapso-estado-direito>, Acesso em: 10 de setembro de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

HONORARIOS DE SUCUMBÊNCIA COMO DIREITO AUTÔNOMO E DE NATUREZA ALIMENTAR NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

João Pedro de Decco **OLIVEIRA** (IC-joapdecco@gmail.com)¹, Ana Clara Duvanel **VELOSO** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Direito autônomo; Honorários de Sucumbência; Natureza alimentar; Novo Código de Processo Civil.

APRESENTAÇÃO: Sobre a exegese do *caput* do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, extrai-se que o vencido, dentre as partes do processo, será condenado a pagar honorários ao advogado vencedor, autor do direito, assim fazendo *jus* a espécie sucumbencial que se origina do gênero: Honorário Advocatício, que, sobre o prospecto do atual diploma processual, se dará de forma mais favorável ao advogado, assim sendo o objetivo do presente trabalho demonstrar como se deu a autonomia do direito em referência para com os juristas, bem como expor seu caráter alimentar. **DESENVOLVIMENTO:** Traçando uma linha evolutiva, o código de processo civil de 1939 [1], através do artigo 64, previu que haveria o pagamento ao advogado da parte contrária em caso de sucumbência, porém, somente ocorreria caso a ação resultasse de dolo ou culpa, contratual ou extracontratual. Posteriormente, e sobre a exegese da Lei 4.632/65, modificou-se a necessidade da comprovação do *animus* do agente bem como conduta culposa, mas sendo necessária a fixação moderada do valor e motivando o que levou ao mesmo. Por conseguinte, a luz do código de 1973, no artigo 20, *caput*, encontra-se consubstanciado que os honorários serão devidos à parte vencedora, não especificando tal direito aos advogados, dificultando o recebimento de valores a tais juristas. Porém, o atual código processual [2] aduz no artigo 85, em seu § 14, a titularidade inequívoca aos advogados, tendo tal verba natureza alimentar para os mesmos. Ademais, a corte superior ainda promoveu entendimento sobre o assunto, aduzindo que os honorários tem natureza remuneratória, sendo direito autônomo dos jurisperitos, que podem reavê-lo nos mesmos autos do processo no qual se originam as verbas sucumbenciais, ou em nome próprio [3], o que também se positiva, em se tratando do citado direito autônomo, no art. 23 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil [4], elencando, em lei específica, o patrono do direito bem como formas de reavê-lo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ante a informação acima exposta bem como o teor legal aduzido, vale destacar que os advogados foram privilegiados com as atuais implicações processuais referentes aos honorários de sucumbência, que perante a sua natureza alimentar, relacionam-se com a garantia da dignidade da pessoa humana, consagrada entre os fundamentos basilares da Constituição da República de 1988, remetendo as inafastáveis garantias fundamentais, por serem inerentes a personalidade humana, aplicando-se desta forma aos patronos do direito tematizado pelo presente artigo. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS por incentivo a pesquisa. Ao Professor Wilson Sebastião Rodrigues Soares, pela disponibilidade, bondade e maestria na orientação para a produção do presente trabalho e a Ana Clara Duvanel Veloso pela parceria. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Código de Processo Civil de 1939. Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1608.htm. Acesso em: 12/08/2020 às 14:31. [2] BRASIL. **Novo Código de Processo Civil. Lei 13.105 de 16 de março de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20/01/2020. [3] (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, **REsp 1.102.473/RS**, Relatora: Min. Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial. Julgado em 16/05/2012, DJe de 27/08/2012. Disponível em: [stj.jusbrasil.com.br > jurisprudência > relatorio-e-voto-450540056](http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/relatorio-e-voto-450540056) acesso: 20/02/2020 às 21:34). [4] BRASIL. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994.** Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50168/honorarios-advocaticios-implicacoes-do-novo-codigo-de-processo-civil-lei-13-1005-2015>. Acesso em: 01/03/2020 às 16:25.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

TRABALHOS DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA

ANÁLISE DE CAPACITAÇÃO NA METODOLOGIA BIM, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL EM ENGENHARIA CIVIL, NA CIDADE DE MURIAÉ-MG E REGIÃO.

Nayara Conceição Souza **OLIVEIRA** (IC-nayarasouzanay@hotmail.com)¹, Jéssica Simões **COELHO** (IC)¹, Nilce Maria da **SILVA**(IC)¹ e Gustavo Mello **COSENDEY** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Orientador Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé - MG.

Palavras chave: BIM, Engenharia Civil, Grade curricular.

INTRODUÇÃO: O desenvolvimento tecnológico é constante, assim como é o aumento na demanda de projetos na área da construção civil, logo, destaca-se o uso de tecnologias de softwares nesse setor. A plataforma BIM (Modelagem da Informação da Construção) utiliza softwares avançados, gera modelos virtuais precisos de projetos e proporciona a obtenção de dados pertinentes durante e pós-projeto, otimizando os resultados devido ao compartilhamento de dados [1]. No Brasil, em maio de 2018, o Governo Federal assinou o Decreto 9.377, instituindo a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM [2], expondo a necessidade de análise prévia, do cenário atual, quanto a capacitação de profissionais. **MATERIAL E MÉTODO:** Esta pesquisa visa identificar a capacitação frente à tecnologia BIM, nos cursos de graduação em Engenharia Civil em Muriaé e região, considerando o entorno máximo de 70 km de distância. O trabalho foi desenvolvido mediante pesquisas on-line, das grades curriculares de centros universitários, faculdades e universidade federal de Muriaé-MG e região. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após análise das grades curriculares de graduação, dos centros universitário UNIFAMINAS - Muriaé-MG [3], UniREDENTOR - Itaperuna-RJ [4], faculdades FASAP - Santo Antônio de Pádua-RJ [5], FUPAC/UNIPAC - Ubá-MG [6] FUPAC/FUNJOBE - Leopoldina-MG [7] e da universidade federal UFV - Viçosa-MG [8], constatou-se que, nenhuma das instituições, disponibiliza nas grades curriculares de graduação em Engenharia Civil, disciplinas referentes a plataforma BIM. **CONCLUSÃO:** Conclui-se a ausência da capacitação na metodologia BIM, nos cursos de graduação presencial em Engenharia Civil, na região pesquisada. Portanto, observa-se a necessidade da implementação da plataforma BIM em cursos de graduação em Engenharia Civil nesta região, considerando que, o uso dessa tecnologia é necessária, devido ao Decreto 9.377. **AGRADECIMENTOS:** Ao orientador Gustavo Mello Cosendey pela disponibilidade e confiança lícita. **BIBLIOGRAFIA:** [1] EASTMAN, C et al. **MANUAL DE BIM:** Um Guia de Modelagem da Informação da Construção para Arquitetos, Engenheiros, Gerentes, Construtores e Incorporadores. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014. [2] BRASIL. **Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018.** Institui a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mai. 2018. Seção 1, p. 3. [3] UNIFAMINAS. **Matriz curricular:** Engenharia Civil. 2020. Disponível em: https://unifaminas.s3.amazonaws.com/upload/cursos/20190320145145_979.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020. [4] UniREDENTOR. **Matriz curricular:** Engenharia Civil. 2020. Disponível em: <https://www.redentor.edu.br/graduacao/itaperunarj/engenharia-civil/noturno>. Acesso em: 05 ago. 2020. [5] FASAP. **Matriz curricular:** Engenharia Civil. 2020. Disponível em: <https://www.fasap.edu.br/engenhariacivil>. Acesso em: 05 ago. 2020. [6] FUPAC/UNIPAC. **Matriz curricular:** Engenharia Civil. 2020. Disponível em: <http://barbacena.site.unipac.br/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/matrizengcivil2018.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020. [7] FUPAC/FUNJOBE. **Matriz curricular:** Engenharia Civil. 2020. Disponível em: <http://www.farleo.com.br/leo/engenharia-civil/matriz-do-curso-de-engenharia-civil/>. Acesso em: 05 ago. 2020. [8] UFV. **Matriz curricular:** Engenharia Civil. 2020. Disponível em: http://www.civ.ufv.br/?page_id=9. Acesso em: 05 ago. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq):3.01.00.00-3 - Engenharia Civil.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES NO MERCADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Nilce Maria da SILVA (IC-nilcesilva2@hotmail.com)¹, Nayara Conceição Souza OLIVEIRA(IC)¹, e Beatryz Cardoso MENDES (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé - MG.

Palavras Chave: Mercado de trabalho, Mulheres, Desafios, conquista.

APRESENTAÇÃO: Apesar da economia incerta que o país enfrenta, o aquecimento no mercado da construção civil continua em alta. Isso se deve à ampla taxa de ocupação ofertada e aos investimentos realizados por meio do setor público (Federal, Estadual e Municipal) em: infraestrutura, melhorias e execuções de novas construções, movimentando assim o setor da economia brasileira. Apesar da amplitude de ocupação e dos variados cargos, quando se trata de atuação direta nos canteiros de obras, as possibilidades de atuação feminina são menores em comparação a disponibilidade de cargos ofertados ao sexo masculino, sendo a engenharia e arquitetura opções prioritárias para aquelas que querem ou tentam seguir carreira profissional no ramo. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a participação das mulheres nas áreas de exatas mais do que dobrou de 2011 até 2016. Os dados do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) confirmam e apontam que o número de mulheres engenheiras registradas no sistema, por ano, passou de 13.772, em 2016, para 19.585, em 2018, um crescimento de 42%. Ainda segundo o Confea, o número total de engenheiras ativas no Brasil, hoje, é de 196.372 [1]. Apesar das conquistas anuais realizadas pelas mulheres, e do crescente número das profissionais que atuam em todo o Brasil, o cenário ainda é nitidamente desigual. Dados do conselho Federal de engenharia e Agronomia, registram que o Brasil tem 816.565 homens registrados [2]. Possíveis fatores que contribuem para essa desigualdade profissional e que, em dias atuais, se tornam obstáculos a serem enfrentados por mulheres, quanto à inserção e seguimento na carreira profissional no mercado da construção civil, são: o assédio, independentemente do tipo; a colocação do homem como referência padrão e ideal para execução de determinadas tarefas; e a necessidade de provar para terceiros que merecem o lugar conquistado. Outro agravante é o fato do canteiro de obras ser representado simbolicamente por espaço masculino, com tarefas pesadas que resultam em sujeira na execução e que exigem força física e exposição às intempéries da natureza [3]. Este último fator geralmente leva à exclusão das mulheres de tarefas mais práticas ou pesadas, sendo as mesmas designadas para a gestão e organização administrativas. Isso pode desencadear na desvalorização profissional e exclusão do meio, ocasionando desistímulo e desistência de carreira para aquelas que tem como objetivo colocar o aprendizado em ação e adquirir novas experiências profissionais no campo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em meio a tantos desafios e preconceitos, o mercado da construção civil tem demonstrado que há espaço para participação feminina, fato comprovado pelo crescimento de busca pela inserção profissional na área. Esse amplo setor não requer apenas envolvimento relacionados às questões físicas, mas sim um conjunto de características e capacidades como: aptidões, habilidades para desenvolver soluções, competências para lidar com os desafios impostos pela carreira, liderança, organização, assim como disponibilidade de agregar novas experiências e conhecimentos no dia a dia.. As conquistas femininas se encontram em constante evolução e, por mais lento que seja o processo, aos poucos as mudanças culturais surgem, impulsionando o progresso feminino no setor da construção civil. **AGRADECIMENTOS:** À orientadora Beatryz Cardoso Mendes pela disponibilidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] RIBEIRO, Natasha. **Número de engenheiras no mercado brasileiro cresce 42%**. 2019. Disponível em: <https://www.oestadoce.com.br/economia/numero-de-engenheiras-no-mercado-brasileiro-cresce-42/>. Acesso em: 29 ago. 2020. [2]. FISENGE (Rio de Janeiro). **8 de março: mais engenharia para transformar a vida das mulheres**. 2020. Disponível em: <https://fisenge.org.br/index.php/quem-somos/estatuto/itemlist/tag/8M>. Acesso em: 29 ago. 2020. [3] ENGENHARIA 360. **O que leva uma mulher a desistir da carreira na Engenharia?** 2019. Disponível em: <https://www.institutodeengenharia.org.br/site/2019/04/10/o-que-leva-uma-mulher-a-desistir-da-carreira-na-engenharia/>. Acesso em: 29 ago. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq):3.01.00.00-3 - Engenharia Civil.

APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93 EM PROCESSOS LICITATÓRIOS DE OBRAS DE ENGENHARIA

Nilce Maria da SILVA (IC -nilcesilva2@hotmail.com)¹, Nayara Conceição Souza OLIVEIRA, e Beatryz Cardoso MENDES (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Orientador Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé - MG.

Palavras chave: CONSTRUÇÃO CIVIL, LEI, LICITAÇÃO, MODALIDADES, SERVIÇOS.

APRESENTAÇÃO: O mercado da construção civil permite que o profissional atue em diversas esferas de conhecimentos, incluindo a oportunidade de trabalhar diretamente com projetos, acompanhamentos, execuções e gerenciamento de obras dos mais variados tipos [1]. Dentre os atrativos, encontra-se a possibilidade de se tornar um prestador de serviço a um órgão ou entidade pública, por intermédio de disputa em processos licitatórios que devem seguir os requisitos regidos pela Lei 8.666/93. Isso pode promover o crescimento da empresa e do profissional em questão. **DESENVOLVIMENTO:** A Lei 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [2]. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, ou seja, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável [3]. Os processos licitatórios não devem ocorrer de forma sigilosa, devendo ser publicado edital com antecedência, no mínimo uma vez. A publicação poderá ocorrer no: Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado ou do Distrito Federal, jornal diário de grande circulação no Estado, e jornal de circulação no Município ou na região. O local de publicação dependerá de qual órgão ou entidade realizará a licitação. O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação [4]. Estão previstas na lei seis modalidades licitatórias, sendo: concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão e pregão. As três primeiras são escolhidas pela administração em razão do valor do contrato a ser realizado. Em obras e serviços de engenharia, a concorrência aplica-se a valores acima de R\$ 1.500.000,00; a tomada de preço até R\$ 1.500.000,00; e a modalidade convite vale para valores de até R\$ 150.000,00. Há exceções para a modalidade concorrência que, em determinadas situações, previamente estipuladas por lei, será exigida em razão do objeto a ser contratado. Essas modalidades são as mais praticadas para aplicação na construção civil. Em relação às outras modalidades (concurso, o leilão e o pregão), estas são utilizadas em razão do objeto do contrato e não do valor propriamente dito [5]. No tipo concorrência, a participação é permitida a quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos. A tomada de preço ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. No convite, estão aptos a participar os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa; os demais interessados devem manifestar seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É de suma importância que os interessados a seguir essa esfera, no mercado da construção civil, tenha conhecimento da Lei 8.666/93. Através desta, e da publicação antecipada das necessidades a serem atendidas, é possível às empresas um tempo de estudo, análise e organização, concluindo quanto à possibilidade de atender as expectativas previstas no processo licitatório. **AGRADECIMENTOS.** À orientadora Beatryz Cardoso Mendes pela motivação, disponibilidade e sabedoria. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MONITORGOV. **Construção civil: vantagens de participar de licitações.** 2019. Disponível em: <https://monitorgov.com.br/blog/construcao-civil-vantagens-de-participar-de-licitacoes/>. Acesso em: 29 ago. 2020. [2,3,4,5] BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Licitações e contratos da Administração Pública.** Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso em: 29 ago. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil.

ESTUDO DA INFLUÊNCIA DO EPS NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DO CONCRETO

Izabela S. **AMARAL** (IC –izabela-amaral2@hotmail.com)¹, Diego Henrique L. **SOUZA** (IC)¹, Mariana Patricia C. **AQUINO** (IC)¹, Matias José S. **BORGES** (IC)¹, Rafael M. **ANDRADE** (IC)¹ e Beatryz C. **MENDES** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Concreto leve; Poliestireno expandido; Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO: A busca pelo desenvolvimento de construções sustentáveis vem crescendo nos últimos anos, e com isso, a procura por novos métodos de reaproveitamento de materiais antes de serem descartados no meio ambiente se faz fundamental. O Poliestireno expandido (EPS), conhecido como isopor, é um exemplo destes materiais. Pesquisas apontam que o Brasil, em 2012, reciclou cerca de 34,5% do EPS consumido, e parte dessa reciclagem é utilizada para a fabricação de concretos leves [1]. A utilização de um material reciclado no concreto transforma-o em um material sustentável, além de colaborar no caráter econômico, uma vez que há uma redução do consumo de agregados para produção do concreto leve [2]. No caso do concreto com adição EPS, dispõe-se da substituição do agregado graúdo do concreto convencional por perolas de poliestireno expandido. O presente estudo teve como objetivo a produção de um concreto leve com adição do EPS, e a comparação das propriedades mecânicas obtidas entre o concreto convencional e o concreto produzido. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foram confeccionados corpos de prova no laboratório de Materiais de Construção do UNIFAMINAS, sendo dois de concreto convencional e dois de concreto com adição do EPS. O traço escolhido foi baseado na dosagem para o concreto tradicional com traço 1:2,0:3,0:0,0,55 (em massa). Após a conversão do traço em massa para traço em massa e volume, procurou-se verificar a influência da participação dos agregados de EPS quando inserido ao concreto em substituição parcial ao agregado graúdo. Para a moldagem dos corpos de prova e cura, seguiu-se a norma ABNT NBR 5738:2015. Aos 7 dias após a mistura, foi determinada a resistência à compressão, com base na ABNT NBR 5739:2007. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com relação à resistência à compressão, observou-se que, com o aumento no percentual de EPS no concreto, ocorreu uma diminuição no valor da respectiva resistência. O concreto convencional apresentou uma resistência de 21,4 MPa, já o concreto com EPS, 7,2 MPa. Essa queda pode ter ocorrido devido à porosidade do EPS, que é menos resistente que o agregado graúdo convencional (brita), e menor interação e aderência entre a pasta de cimento e as pérolas. Além disso, observou-se que o comportamento na ruptura do concreto com EPS mostrou-se diferente do concreto convencional, sendo mais dúctil. **CONCLUSÕES:** O concreto com a adição do EPS apresentou uma resistência consideravelmente menor em relação ao convencional, porém apesar da resistência menor, foi possível concluir que o mesmo pode ser utilizado como uma alternativa para diversos usos não estruturais, sendo possível a produção de concretos com baixas massas específicas e resistências variadas. **AGRADECIMENTOS:** A orientadora Beatryz Mendes pelo auxílio na realização do trabalho e ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABRE. Associação Brasileira de Embalagem. Brasil recicla 34,5% do EPS pós-consumo. [2] CATOIA, T. Concreto Ultraleve Estrutural com pérolas de EPS: Caracterização do material e estudo de sua aplicação em lajes. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Engenharia Civil

IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) NO BRASIL.

Nayara Conceição Souza **OLIVEIRA** (IC-nayarasouzanay@hotmail.com)¹, Nilce Maria da **SILVA**(IC)¹,
Jéssica Simões **COELHO** (IC)¹ e Gustavo Mello **COSENDEY** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Orientador Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé - MG.

Palavras chave: Metodologia BIM, Implementação, BIM Brasil.

APRESENTAÇÃO: Com o desenvolvimento, a tecnologia de softwares constante e o aumento gradativo na demanda de projetos na área da construção civil, a tecnologia BIM tem se destacado no setor. A plataforma BIM (*Building Information Modeling*), que em português significa: Modelagem da Informação da Construção, é uma metodologia que utiliza softwares para gerar modelos virtuais precisos de projetos digitalmente e, ao mesmo tempo, todos os dados pertinentes para dar suporte à construção, fabricação e ao fornecimento de insumos para a realização da construção [1]. A adoção do BIM em empresas de Arquitetura, Engenharia Civil e Construção, tem avançado nos últimos anos em instituições internacionais e governamentais, por intermédio de pesquisas, como é o caso do *International Alliance of Interoperability* (IAI) e a *International Council for Research and Innovation in Building and Construction* (CIB), por meio de regulamentos de implementação e discussões sobre o uso dessa tecnologia [2]. No cenário nacional, o BIM tem ganhado espaço desde o ano 2000, em maio de 2018, investir nessa tecnologia virou decreto no país com a assinatura do Decreto 9.377 pelo Governo Federal, instituindo a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM a partir de 2021 [3]. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com o documento elaborado pelo Comitê Estratégico do BIM, complementar ao decreto, a implementação do BIM no Brasil acontecerá em três etapas centrais, entre 2021 a 2028: A partir de janeiro de 2021, a exigência será voltada para modelos de arquitetura e engenharia, na extração de quantitativos e produção de documentos gráficos, de obras novas, ampliação ou reabilitação; A partir de janeiro de 2024, atendendo as exigências da primeira fase, na segunda etapa, os modelos deverão ser complementadas com o orçamento e atualizações dos mesmos, informações como construído e informações do planejamento de execução das obras; A partir de 2028, a utilização da tecnologia BIM, deverá abranger todas as etapas do projeto de obras e pós-obra, serviços de gerenciamento e manutenção do empreendimento, considerando as exigências da primeira e segunda fase [4]. Inicialmente, deverão participar dessas fases, órgãos e entidades governamentais, permitindo a participação de outros órgãos ou entidades, no desenvolvimento de iniciativas de indução, utilização ou exigência BIM. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O custo elevado dos softwares utilizados pela metodologia, a falta de conhecimento e de profissionais capacitados para elaboração de modelos BIM, são os primeiros desafios enfrentados pela implementação BIM BR, sendo necessária a abordagem do conceito e discussões no âmbito acadêmico, na estratégia de inserção de disciplinas voltadas ao BIM, na grade curricular de graduação e capacitação ofertadas por pós-graduação na área de Arquitetura, Engenharia Civil e Construções. **AGRADECIMENTOS:** Ao orientador Gustavo Mello Cosendey pela disponibilidade, motivação e a confiança lícita. **BIBLIOGRAFIA:** [1] EASTMAN, C et al. **MANUAL DE BIM:** Um Guia de Modelagem da Informação da Construção para Arquitetos, Engenheiros, Gerentes, Construtores e Incorporadores. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014. [2] ANDRADE, Max Lira Veras X. de; RUSCHEL, Regina Coeli. **BIM:** conceitos, cenário das pesquisas publicadas no brasil e tendências. **CONCEITOS, CENÁRIO DAS PESQUISAS PUBLICADAS NO BRASIL E TENDÊNCIAS.** 2009. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/ocs/index.php/SBQP2009/SBQP2009/paper/view/166/0>. Acesso em: 05 ago. 2020. [3] BRASIL. **Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018.** Institui a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mai. 2018. Seção 1, p. 3. [4] COMITÊ ESTRATÉGICO DO BIM. **BIM BR:** construção inteligente. Construção Inteligente. 2020. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/sdci/CGMO/Livreto_Estrat%C3%A9gia_BIM_BR_vers%C3%A3o_site_MDIC.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

Área do Conhecimento (CNPq):3.01.00.00-3 - Engenharia Civil.

MONITORAMENTO DA INTEGRIDADE ESTRUTURAL

Lucas Andrade **NUNES** (IC - lucas.andrade21@outlook.com.br)¹ e Beatryz Cardoso **MENDES** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36.880-000 - Muriaé - MG.

Palavras Chave: Estruturas, danos, monitoramento.

INTRODUÇÃO: Muitos fatores contribuem para a mudança das propriedades mecânicas de estruturas de engenharia, como falta de manutenção, falhas no projeto, erros de execução, entre outros. Frente a este cenário, o monitoramento contínuo das características mecânicas de uma estrutura possibilita averiguar e analisar alterações com o propósito de garantir sua integridade [1]. De forma geral, o Monitoramento da Integridade Estrutural, identificado também pela sigla SHM (Structural Health Monitoring), abrange um conjunto de dispositivos e mecanismos empregados para examinar a saúde das estruturas (principalmente estruturas de grande porte, como pontes). Uma das principais vantagens que o uso dos sistemas SHM proporcionam é a identificação do dano ainda em fase inicial. A partir disso torna-se possível elaborar medidas que impeçam a ruína da estrutura [2]. Levando em consideração a importância do tema abordado, este trabalho tem por objetivo descrever, de forma sucinta, como os danos são detectados em uma estrutura por meio de técnicas SHM. Além disso, pretende-se mostrar os fatores que tornam estes métodos mais eficazes em relação aos tradicionalmente utilizados. **DESENVOLVIMENTO:** Dentre as técnicas de monitoramento estrutural, uma das mais aplicadas refere-se à análise da resposta dinâmica da estrutura, visto que o seu comportamento dinâmico possui ligação com suas características mecânicas. A ideia principal é que as propriedades físicas da estrutura (flexibilidade, massa, rigidez) são alteradas quando esta se encontra danificada e, conseqüentemente, essas alterações modificam suas características dinâmicas, tais como: modos de vibração, frequências naturais e taxas de amortecimento [2]. Com base nisso, diversos métodos que monitoram estes indicativos têm sido desenvolvidos. A identificação do dano em uma estrutura a partir da análise de alterações nas frequências naturais é verificada quando este parâmetro apresenta um decaimento em seus valores. Fato este que reflete a diminuição da rigidez estrutural ocasionada pela presença do dano [2]. Outra técnica de monitoramento utilizada baseia-se no uso direto dos sinais de vibração da estrutura. Basicamente, este método funciona da seguinte forma: a partir de sensores instalados na estrutura são captados sinais (resposta vibracional da estrutura) que formam um banco de dados. Estes sinais são analisados e comparados por meio de programas de computadores desenvolvidos para tal finalidade. Se algum dano for detectado, emite-se um alerta para que medidas sejam traçadas com o intuito de corrigir as falhas da estrutura [1]. Apesar dos métodos citados serem mais eficazes, por se tratarem de técnicas globais que possibilitam avaliar de uma só vez toda a estrutura, atualmente as mais utilizadas ainda se baseiam em fiscalizações visuais ou em métodos como ondas acústicas, raios-x, ultrassom, dentre outros. Tais métodos apresentam como desvantagem o fato de só poderem ser utilizados em pontos acessíveis da estrutura. Somado a isso, muitos deles são caros e demorados. As inspeções visuais, por sua vez, podem apresentar constatações significativamente variáveis, uma vez que dependem de diversos fatores, como: capacitação e prática do profissional, acessibilidade a estrutura, equipamentos utilizados, entre outros [1]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Sabe-se que, quando uma grande estrutura entra em colapso, grandes perdas de ordem econômica, social e ambiental são causadas. Percebe-se, portanto, a importância de se aplicar e desenvolver métodos de monitoramento de estruturas cada vez mais eficientes. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALVES, V. N. **Técnicas de anormalidade aplicadas à detecção de danos estruturais**. UFOP, Ouro Preto, 2016. [2] AMARAL, R. P. F. **Aplicação de métodos computacionais a dados vibracionais para detecção de alterações estruturais**. UFJF, Juiz de Fora, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil.

**ESTUDO DOS EFEITOS CAUSADOS NAS PROPRIEDADES DO CONCRETO DEVIDO A
SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO AGREGADO GRAÚDO POR ARGILA EXPANDIDA**

Taine Martinhão de **FREITAS** (IC – tainemartinLhao56@gmail.com)¹, Thúlio da Silva **MADRIAGA** (IC)¹, Lucas Andrade **NUNES** (IC)¹, Leonardo Correa **FONSECA** (IC)¹, Maicow Roberto Falco dos **SANTOS** (IC)¹ e Beatryz Cardoso **MENDES** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora *Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS* - 36.880-000 - Muriaé - MG.

Palavras Chave: Concreto leve, argila expandida.

INTRODUÇÃO: No Brasil, o material estrutural mais utilizado é o concreto armado convencional. Contudo, sua elevada massa específica (em torno de 2500 kg/m³) tem o tornado substituível, principalmente em construções onde o peso próprio da estrutura gera um aumento considerável no carregamento [1]. Esse fator impulsionou a realização de estudos com o propósito de se obter alternativas estruturais seguras e com baixa massa específica. Tais exigências levaram à produção do concreto leve. Os métodos mais comuns para a produção do concreto leve ocorrem a partir da substituição parcial ou total do agregado graúdo por vermiculita, EPS ou argila expandida [1]. O objetivo deste trabalho foi avaliar as propriedades mecânicas de um concreto com agregados convencionais e compará-las com as obtidas para um concreto produzido a partir da substituição parcial de agregado graúdo por argila expandida. Dessa forma, pode-se verificar se o concreto com agregado leve atenderia os requisitos para aplicações estruturais.

METODOLOGIA: Inicialmente foram confeccionados 2 corpos de prova de concreto convencional, ou seja, concreto composto por agregados tradicionais (brita e areia), água e cimento. Para a determinação do traço deste concreto fez-se o uso do método ABCP, método este que permite estabelecer a dosagem de cada material que será empregado na mistura. Para a dosagem do concreto leve, tomou-se como parâmetro a quantidade em massa de materiais utilizados para a produção do concreto convencional. O primeiro passo foi definir a taxa de substituição do agregado graúdo por argila expandida. Determinou-se, então, uma nova relação: ao invés de se utilizar 100% de brita, empregou-se aproximadamente 70% de argila expandida e 30% de brita. Os demais componentes do concreto permaneceram constantes. O processo de introdução dos dois tipos de concreto em seus respectivos moldes foi feito por meio do adensamento manual. Depois de moldados, os corpos de provas foram identificados e colocados sobre uma superfície horizontal. Após o período de cura inicial (aproximadamente 72 horas), os exemplares foram desmoldados, pesados e armazenados em uma câmara úmida, onde permaneceram por 7 dias até a realização dos testes de compressão e determinação da massa específica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Os corpos de prova de concreto convencional obtiveram uma resistência a compressão média de 22,5 MPa. O concreto leve, por sua vez, obteve uma resistência média de 11,1 MPa. Comparando o valor médio dos resultados, pode-se notar que o concreto modificado com argila expandida obteve uma resistência inferior a 50% da resistência do concreto convencional. Vale ressaltar, portanto, que o concreto feito com argila não poderia ser aplicado em elementos estruturais, uma vez que, para tal aplicação, ele deveria ter uma resistência mínima de 20 MPa [2]. Comparando a massa específica média obtida para o concreto leve (1752,67 kg/m³) com a massa específica de um concreto normal (aproximadamente 2500 kg/m³), constatou-se que a argila expandida possibilitou que o concreto reduzisse sua massa específica em aproximadamente 30%. **CONCLUSÃO:** O objetivo de produzir um concreto com baixa massa específica e com capacidade de substituir o concreto convencional em elementos estruturais não foi alcançado, pois os exemplares ensaiados não obtiveram os valores mínimos de resistência estabelecidos por normas. Ainda assim, o estudo é válido, visto que, a partir dele, pode-se estabelecer novas formulações de traço do concreto e pode-se corrigir possíveis falhas de execução dos corpos de prova e ensaios. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SCOBAR, R. L. **Concreto leve estrutural**. UFTP, Campo Mourão, 2016. [2] ABNT. **NBR 6118: Projetos de estruturas de concreto – Procedimento**. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil

TRABALHOS DE PÓS GRADUAÇÃO

Museu Nacional: uma reflexão da experiência metodológica criativa entre docente e discente para o ensino projetual arquitetônico

DIANA AMORIM DOS SANTOS DA SILVA (dianaamorimsantos@gmail.com)¹ e
ROMULO AUGUSTO PINTO GUINA (romulo@romuloguina.net)²

1. Mestranda em Urbanismo pela *Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituição: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo PROURB-FAU-UFRJ. Endereço: Avenida Reitor Pedro Calmon, 550, sala 521 – Cidade Universitária, RIO DE JANEIRO, RJ;* 2. Professor Orientador – Doutor em *Design pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Escola Superior de Desenho Industrial ESDI-UERJ. Endereço: Rua do Passeio, 80 – Lapa, RIO DE JANEIRO-RJ.*

Palavras-chave: metodologia, criatividade e processos de criação, fenomenologia.

APRESENTAÇÃO: A partir do processo de projeto de conclusão de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a proximidade entre o sujeito criador e seu produto colidem-se com diversos obstáculos durante o método do ensino. Desta forma, indica a importância da relação direta entre orientando e orientador. Entre docente, projeto, discente e metodologias de modos de pensar e modos de fazer. Este artigo toma como exemplo a experiência da aluna autora em seu período da graduação, juntamente com o contato e observações empíricas do orientador, antes, durante e depois do trabalho. Do qual, se debruçou sobre o objeto, o Museu Nacional, ou Paço de São Cristóvão, no Rio de Janeiro-RJ, instituição notória, científica, cultural, educacional e de relevância nacional e internacional, em sua camada histórica atual, as ruínas. Diante de tal material degradado pelo incêndio de grandes proporções em 2018, observa-se este estudo como uma grande potencialidade de projeto para reconstituição de seu espaço físico, tanto para estudantes da Arquitetura, assim como também, para outras áreas como Restauração e Conservação e Design. Objetiva-se apresentar os resultados das reflexões acerca da experiência metodológica entre os autores, docente e discente, no processo de desenvolvimento de projeto de reconstituição do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro MN-UFRJ. Assim como apresentar tamanha importância da reação de medidas emergenciais do pós-incêndio, alimentadas pelas relações afetivas e fenomenológicas e impulsionar de certa forma, a relevância do acompanhamento e documentação do processo projetual, para projetos complexos e de responsabilidade e interesse público. Através do olhar analítico do “estado da arte do processo criativo”, com seus métodos, observa-se este artigo com uma contribuição para o procedimento de orientação de trabalhos de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo. **DESENVOLVIMENTO:** A instituição Museu Nacional é herança direta da história e cultura brasileira e internacional, contando com mais de 202 anos de existência. Configura-se como um dos mais importantes equipamentos culturais do América Latina, e, em especial, da cidade do Rio de Janeiro. Localizado no bairro de São Cristóvão, o antigo palácio imperial pousado no ponto mais alto do atual parque público da Quinta da Boa Vista, é o símbolo da monumentalidade almejada pelo período do Brasil Império que não apenas atendia os fins do morar da realeza, mas coexistiram em seus espaços os usos tanto da moradia, quanto de um dos embriões da pesquisa e das ciências naturais. Dentre suas várias camadas temporais, as relações entre a instituição e seu edifício amalgamaram-se numa dimensão icônica, tornando-os um só corpo simbólico. O Palácio da Boa Vista deve sua importância se deve a sua natureza híbrida, sendo simultaneamente a primeira instituição museal do Brasil e uma residência que “por certo teve momentos de maior e menor cuidado, mas o prédio propriamente dito parecia inabalável” (SCHWARCZ, 1998. pp. 340)[1], para tanto, que fora o lugar onde ambientou, por exemplo, o nascimento dos imperadores D. Pedro II para o Brasil e Maria II para Portugal; abrigou o Primeiro Congresso Constituinte Republicano brasileiro, ao mesmo tempo que abrigava o maior acervo de minérios do mundo e faz parte dos maiores acervos de entomologia, botânica, invertebrados, vertebrados, egiptologia e de antropologia das

SUPL.01

Américas. Muitos outros fatos, acontecimentos e preciosidades de seu acervo e iniciativas culturais e de ensino poderiam ser citadas, pois trata-se de uma instituição ímpar e que merece o enaltecer. Contudo, de todas as transformações radicais plasmadas no edifício que abriga a instituição, a mais recente é uma das mais significativas e trágicas: no ano de 2018 um incêndio de grandes proporções tomou o prédio, acarretando arruinamento significativo de sua estrutura e destruindo percentual significativo e ainda incalculável de seu acervo. Num contexto em que impera a grande apatia pública pelo descaso com o patrimônio nacional, a comoção com o trágico incêndio evidenciou uma coletiva sensação de perda de importante espaço afetivo, que é, possivelmente, sua característica mais importante por ter sido palco de tantas memórias particulares e coletivas[2], repletas de afeto, criando a sensação de pertencimento. Passado o luto, nasce a luta: a instituição se dedica desde então à sua restauração e reestruturação arquitetônica, de reestabelecimento de suas atividades, de sua aproximação com os diferentes públicos visitantes, o reestabelecimento das relações com instituições outras, além de possíveis novas parcerias. Mantém, assim, seu *genius loci*[3], existência determinante e determinada a não ser esquecida, adaptando-se e mantendo em seu espírito a constante transformação. Pretende-se apresentar e dimensionar a monumental importância que implica num conjunto de ações emergenciais, alimentadas pelas relações efetivas, e de grande responsabilidade por carregar em si enorme complexidade e subjetividade – possivelmente um dos projetos mais importantes e delicados na área cultural da atualidade. Toda situação crítica é ocasião *mister* e rara para a reflexão, e, neste caso específico, o caso do MN-UFRJ amplia-se para os campos circunscritos direta ou indiretamente a Arquitetura, o Patrimônio e o Design, tornando-se rico objeto de estudo para inúmeros profissionais e, principalmente, estudantes de graduação. Neste trabalho, ele configura o objeto de estudo central de uma experiência decorrente do desenvolvimento de projeto para reconstituição do seu espaço físico no âmbito de um trabalho de conclusão de curso. Essa experiência é autoral, pois é fruto da rica relação entre os autores do presente resumo expandido que suscitou inúmeros questionamentos, dúvidas, incertezas, desejos e experimentos conceituais (assim como é possível observar na imagem abaixo, parte do processo de documentação tridimensional digital das camadas de estudo sobre o edifício).

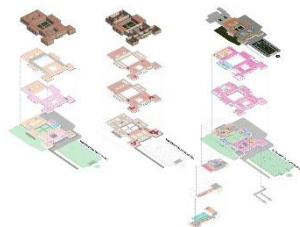


Figura 1: Modelações tridimensionais digitais enquanto diagramas de algumas das distintas camadas da memória do Museu Nacional. Crédito: Autores. Fonte: Própria.

Tal oportunidade almeja configurar-se como contribuição capaz de auxiliar a necessária discussão acerca da enriquecedora troca de conhecimento entre docentes e discentes no decorrer do processo de orientação de trabalhos de conclusão de curso pelo viés dos métodos mais comumente adotados em cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo; capaz de apresentar a aplicação de uma abordagem projetual de natureza transdisciplinar aplicada a bens patrimoniais a luz do século XXI; e, por fim, capaz de reafirmar a importância do papel da criatividade enquanto processo dotado de alta complexidade e que demanda o uso de distintos meios de representação em seus processos – delineando o âmbito mais específico e particular dos objetivos aqui traçados: identificar a *posteriori* como que a metodologia adotada se enquadra dentro do campo da criatividade, e as respectivas técnicas de modelação utilizadas nas variadas representações uni, bi e tridimensionais. É imperativo pontuar que embora o ensino de Arquitetura e seus desdobramentos (como o Urbanismo e o Paisagismo, para citar apenas alguns) como é hoje conhecido seja secular e consolidado, configurando-se como a matriz base para o desenvolvimento posterior de cursos como do Design. Entretanto, existem questões prementes que catalisam inúmeras reformas curriculares em instituições nacionais e internacionais, questões estas que se evidenciam no momento da conclusão do curso, gerando

dúvidas, dificuldades, baixo desempenho discente e, conseqüentemente, possíveis frustrações. São muitos os fatores relacionados a este quadro, podendo ser citada de modo exemplar a rápida velocidade com que os novos meios digitais utilizados no ato projetar, representar e qualificar os objetos arquitetônicos impacta diretamente o ensino, enquanto a discussão entorno do repensar a estrutura pedagógica torna-se moroso, distanciando ainda mais a percepção dos discentes em relação a profissão do modo como os docentes a apresentam. Ainda mais preocupante, não abarcando uma discussão maior que é o papel do projetista da indústria criativa num contexto socioeconômico, cultural e ambiental em constante e crescente fragilização – configurando importante contexto justificativo dos esforços deste trabalho. Para tanto, foi adotada uma metodologia de análise e reflexão da experiência dos autores por meio de análise *ex post facto* associando processos e resultados, para que, posteriormente, fosse possível triangular tais dados com o Estado da Arte dos principais temas circunscritos a este trabalho e apontar convergências e divergências entre a teoria e *práxis* deste caso específico. Não se pretende eximir este trabalho de possíveis vieses intrínsecos a estrita relação de seus autores com o processo analisado, mas usar os métodos científicos adotados para identificá-los e confrontá-los para a maior idoneidade do artigo enquanto constructo científico. Muitos resultados preliminares desta reflexão trouxeram luz questionamentos significativos e inquietantes, tais como a utilização de práticas pouco usuais, embora potencialmente efetivas, como a pesquisa de campo utilizando abordagens ainda pouco comuns a prática da Arquitetura, como a fenomenologia. Outras práticas comuns e importantes, mas dotadas de vícios de utilização e falta de reflexão, como a produção de mapas analíticos quantitativos que não se adequam a todas as escalas projetuais, sendo comumente questionados por terceiros no ato da avaliação dos projetos. Logo, a difícil e subjetiva tarefa de lidar com o patrimônio material confrontando legislação, conceitos e as lacunas existentes entre ambos, os quais configuram-se espaços potentes para soluções inovadoras demandam grande maturidade teórico-metodológica a qual os discentes não estão usualmente acostumados. Além disso, um constante estímulo de um virtuosismo de representação que impõe uma enorme demanda de tempo dedicado a apresentação do projeto em detrimento da sofisticação das soluções adotadas associadas a tectônica, visando maiores probabilidades das instituições terem trabalhos de seus alunos concluintes premiados e publicados – o que é importante e desejável, mas nocivo quando excessivamente estimulado. Também é importante ressaltar a constatação de que as diferentes etapas do processo criativo, a Criatividade, estão sempre presentes no fazer (ato do *homo faber*) projetual, mas nem sempre são conhecidos por docentes e discentes, além da falta de consenso entre pares, o que traz ruídos de comunicação e avaliações truncadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Citados estes fragmentos de reflexões, conclui-se a importância da discussão acerca dos modos de projetar em Arquitetura, sobretudo quando inclui a 'rearquitetura'[4] e o patrimônio[5] (situações cada vez mais comuns num mundo de urbanidades consolidadas). Desta forma, envolve profissionais, pesquisadores, docentes e discentes para uma conscientização coletiva de que tudo está em movimento constante, transformando-se, dando corpo a célebre provérbio da Grécia Antiga: o que está feito está por fazer. **AGRADECIMENTOS:** À parceria deste trabalho e entre outros, com o professor Dr. Romulo G. e à UNIFAMINAS pela oportunidade do espaço de apresentação deste trabalho, através de uma conectividade entre diferentes Instituições de Ensino Superior e de Pós-Graduação.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [2] HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990. [3] NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. Coleção Face Norte, volume 10. São Paulo: Cosac Naify, 2006. [4] BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. [5] CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

**AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO COTIDIANO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA NO
PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS RESIDENTES**

Danúbia Mariane **Barbosa Jardim**,

doutora em Saúde Coletiva, Hospital Sofia Feldman, danubia.barbosaj@gmail.com

Gabriella Duellis **Madureira**,

Enfermeira, Hospital Sofia Feldman, gabrielladuellis@outlook.com.

Introdução

As necessidades formativas para os profissionais de saúde são um processo de qualificação no cuidado assistencial, onde produzirá impactos positivos na transformação das práticas de saúde individual e coletivas. Os Programas de Residências Multiprofissionais (RMS) e as Residências em Área Profissional da Saúde são orientados pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e pela realidade social e epidemiológica do país, com o intuito de contribuir para o fortalecimento do sistema por meio da formação de profissionais especialistas no e para o SUS (JARDIM et al, 2017).

A Lei de Nº 11.129 de 2005 regulamenta as RMS como Programa de Pós- Graduação *lato sensu* caracterizado pelo ensino em serviço. Esta modalidade recebe um incentivo financeiro, que é denominado por bolsas para a educação pelo trabalho. Possui carga horária de sessenta horas semanais com duração mínima de dois anos, em regime de dedicação exclusiva, sendo uma carga horária ao final dos dois anos de 5.760 horas, onde 20% serão de conteúdo teórica e 80% de conteúdo prática (MARTINS et al, 2016; CAVALCANTI et al, 2018; ASAIAG et al, 2010).

O residente por vezes se submete a uma rotina de atividades, que pode levar a deterioração mental, psicológica e física, diminuindo a sua capacidade de raciocinar, de reter informações e de resolver problemas cotidianos (ASAIAG et al, 2010). Devemos considerar que o residente pode vir a apresentar desgaste físico e/ou emocional, irritabilidade, conflitos de papel, dificuldade com suporte familiar, que pode ser somado ao tempo de profissão, ao estado civil, ao idealismo e a idade. O residente pode vir a adoecer devida a extensa carga horária exigida pelos programas, além de possuir duplo papel de estudante/trabalhador e em muitas situações desprovido de experiência profissional (CAVALCANTI et al, 2018; ASAIAG et al, 2010; OLIVEIRA et al, 2017).

Pensando nesses aspectos que perpassam pelo sofrimento psíquico/emocional e suas relações com o processo de formação na modalidade de residência, perguntamos: quais são as possíveis repercussões que o cotidiano da residência provocaria no processo saúde-doença e adoecimento dos residentes?

Consideramos que esse estudo possa vir a contribuir para um melhor entendimento das questões que sobrepujam o processo de adoecimento de residentes em seu cotidiano de ensino. Assim, o estudo teve por objetivo: Compreender como o cotidiano de formação na modalidade de residência pode repercutir no processo saúde-doença e no adoecimento de seus discentes em um hospital de ensino do município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Métodos

Trata-se de um estudo qualitativo realizado em uma maternidade reconhecida como hospital de ensino e referência em parto humanizado, localizado na zona norte do município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. A realização da coleta de dados ocorreu por meio de Grupo Focal (GF) após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Sofia Feldman (CP/HSF) parecer CAEE n 3.660.082.

O GF foi realizado no dia 20 de novembro de 2019, no auditório do hospital, preservando a integridade dos participantes, evitando constrangimentos bem como a interferência de outros profissionais. Foram convidados os residentes do 1º e 2º ano dos programas de residência em enfermagem obstétrica, residência multiprofissional em neonatologia, residência médica em ginecologia e obstetrícia.

SUPL.01

O GF foi gravado, transcrito na íntegra pelas duas pesquisadoras, garantindo a fidelidade dos relatos apresentados. Os participantes não tiveram seu nome divulgado em nenhuma etapa da pesquisa, sendo assegurado o sigilo e anonimato. O presente estudo é um recorte da pesquisa que buscou analisar as falas emitidas pelos residentes do 2º ano. A análise de dados procedeu-se pela técnica de análise de dados proposta por Bardin, o qual as organiza em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

Resultados

Compareceu no dia da realização do GF um total de 15 residentes, sendo que todos eles pertenciam ao programa de residência em enfermagem obstétrica. Após a análise das falas apresentamos a categoria analítica intitulada: O cotidiano da residência e suas repercussões no processo de adoecimento dos residentes de enfermagem obstétrica.

Apresentando a rotina dos participantes no contexto do período da residência, foi solicitado durante a entrevista que relatasse sobre como é essa rotina do ensino em serviço e do fazer profissional. As falas a seguir retratam um pouco do cotidiano sendo pontuado:

Parece que a gente mora aqui no (nome da instituição) mesmo, tudo que a gente faz e tudo que a gente pensa é relacionada à residência. (...) Eu deixei de fazer coisas que eu gostava muito antes para estar focada na residência. Você não tem tempo mais pra fazer isso, você tem que focar nas coisas da residência, isso é realmente muito grave. (R13)

Podemos observar nas falas acima que a rotina e a condução da vida dos entrevistados são permeadas e organizada mediante ao cotidiano imposto pela residência, não se limitando apenas ao período em que estão desenvolvendo as atividades nos plantões. Alguns residentes retratam que sua “vida” perpassa exclusivamente pela residência e se resumiria em ir para o hospital e trabalhar todos os dias, ficando evidente o cansaço e o desânimo para executar outras atividades de socialização que possam trazer satisfação pessoal, pensamento e reflexões para além da residência.

O ponto elencado pelos participantes e que faz a rotina se tornar mais árdua é a carga horária intensa ao qual o residente se submete para cumprir as atividades da residência. Assim vemos nas falas a seguir:

Quando estou de plantão noturno não consigo dormir, eu desço para o descanso e na hora que eu deito na cama eu fico pelo menos uns quarenta e cinco minutos à uma hora pensando no que eu poderia fazer quando eu voltar e o que eu deixei de fazer, então minhas 2 horas de descanso eu não descanso, acho que eu durmo no máximo uma hora, quando eu desço. (R1)

Os relatos estabelecem críticas acerca da carga horária extensa a ser desenvolvida no programa de residência e as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades propostas deixando o residente suscetível a situações que comprometem a sua saúde. São deliberadas críticas especialmente aos plantões noturnos que segundo os residentes encontram-se as maiores dificuldades para estabelecer o processo de aprendizado, sentem-se prejudicados por não terem o apoio necessário para o desenvolvimento das atividades.

A carga horária de 60 horas semanais exigida em legislação a ser cumprida está associada à exaustão, cansaço intenso, desgaste físico e emocional como revelado nas falas abaixo:

É bem desgastante, eu chego em casa e eu não tenho coragem de fazer nada, eu começo a ficar pensando que no outro dia eu tenho plantão no lugar x e como que eu já tenho que me preparar pra poder estar naquele lugar. (R1)

SUPL.01

Chego em casa eu quero dormir, se a casa estiver bagunçada vai ficar, se tiver uma pilha de roupa em cima da minha cama vai ficar, porque eu não vou mexer em nada. (R11)

Os discursos ressaltaram um prejuízo na execução das atividades da vida diária que não executam mais devido ao cansaço. O processo de exaustão e de cansaço gerado no residente acarreta em repercussões emocionais e psíquicas que refletem em suas reações e sentimentos. Nesse momento.

Eu não chorava e agora choro por tudo, quando eu estou com raiva eu choro, quando estou feliz eu choro, tudo eu choro. (R2)

Acaba que às vezes a gente se sente fraco no meio dessa caminhada e é isso que nos faz adoecer, muitas vezes vem um balde de água fria, uma história que acaba com você, e aí você se questiona, nossa será que eu estou no lugar certo, fazendo a coisa certa. (R6)

Ao sentirem tristeza, desânimo e fraqueza diante de diferentes situações há a manifestação do choro e inclusive os questionamentos frente a sua escolha de estar imerso naquele processo.

O somatório da exaustão, do cansaço e da tristeza, reverbera no processo saúde doença e o residente pode ser acometido por situações de adoecimento e fragilização de corpos e mentes que outrora não eram tão presentes.

Eu só percebi que eu não estava saudável, que eu estava realmente doente quando eu percebi que eu não era eu mais. (...) Depois já foi dando aquela sensação de cansaço mesmo, de esgotamento, foi chegando o estresse, fui ficando com mais raiva com umas coisas que antes eu não ficava, então depois eu tive um momento de revolta total, que eu queria sair batendo em todo mundo literalmente. (R1)

O dano psicológico é tão intenso que eu não me recordo de quem eu era antes, eu não sei nem o que eu sou agora de tão intenso que o negócio está. (...) Tive tudo quanto é doença agora, tive dengue, depois da dengue tive gastroenterite, depois da gastroenterite tive uma faringite, conjuntivite e torci o pé agora, e não tem como ser coincidência, o único problema crônico que eu tinha era a parte óssea, nunca tive sequencialmente, eu fiquei um mês e meio doente assim, e eu atribuo à estafa mental, física, etc.(R11)

Os relatos de adoecimento dos residentes apresentados nas falas acima remetem a dois componentes de centralidade. Primeiramente o acometimento físico em corpos cansados e sobrecarregados que passam a conviver com desordens das mais diferentes naturezas como mencionado: o ganho de peso, varizes, insônia, herpes, faringite, conjuntivite, cefaléia e gastroenterite. O segundo componente ressalta uma alternância de tamanha relevância que é o adoecimento psíquico/mental/emocional que vem fortemente demarcado nas falas anteriores ao afirmarem que convivem com estresse, raiva, revolta, estafa mental e ansiedade.

Discussão

O trabalho no processo de residência pode ser identificado como fonte de saúde ou de adoecimento. Devido sua condição de ser um profissional em treinamento, o residente não deve ser tratado como “trocador de serviço” e sim como um profissional em aprendizado. A carga horária de 60 horas semanais na qual o residente está exposto, somada ao número alto de

atendimentos e ao desempenho de várias tarefas simultaneamente, pode levá-lo a uma exaustão física e também mental (SOUZA, ARAÚJO, 2018). Essa realidade se fez presente no discurso dos residentes participantes que revelaram forte associação em o cotidiano de atividades propostas ao notório cansaço e exaustão física, mental e emocional como o endossado na literatura anteriormente apresentada.

Não podemos esquecer que o residente configura-se como um profissional em aperfeiçoamento, sob orientação de um corpo docente assistencial, que se utiliza de estratégias pedagógicas para promover cenários de aprendizagem nas diferentes linhas de cuidado, integrando ensino-serviço-comunidade e refletindo sobre o saber e o fazer cotidiano em saúde. Assim, a experiência da residência pode tornar-se desgastante, onde alguns aspectos estão relacionados à substituição de funcionários nos períodos de folgas, férias, atestados médicos, desvio de função, baixa remuneração, esgotamento físico, mental/ emocional, sem tempo para o lazer e, principalmente, a conflituosa relação de falta de identidade profissional (FRANCO et al, 2011).

Alguns dos aspectos mencionados pelo autor também foi encontrado na categoria analisada com profunda relação ao esgotamento físico, psíquico e emocional que é elemento gerador de mudanças no processo saúde de doença dos residentes trazendo reflexos no adoecimento de corpos e mentes. Um estudo que procurou analisar o estresse e a qualidade de vida dos residentes através de análise quantitativa dos dados revelou que os residentes do segundo ano estão na fase de grande exaustão e com estresse em agravamento com prejuízos em sua saúde mental e quebra do equilíbrio interno havendo assim maior vulnerabilidade física e queda de sua produtividade (CAHU et al, 2014).

Em nosso estudo, os residentes relataram em diversas falas sobre o processo de saúde/adoecimento vinculado ao trabalho durante o período noturno, correlacionando com as dificuldades no aprendizado. Um estudo semelhante com residentes multiprofissionais pontuou que existem evidências de que ambiente e rotina de trabalho são os principais fatores contribuintes para a geração de ansiedade e depressão, ressaltam ainda que ao profissional recém-formado (realidade de muitos residentes) diante de sua inexperiência podem ter os sintomas agravados ao vivenciarem situações desgastantes existentes na realidade assistencial (ROTTA et al, 2016).

O desgaste, a exaustão, repercute na falta de ânimo para a realização de outras tarefas do dia a dia que tange ao cuidado pessoal e/ou vida em sociedade deixando o cuidado de si e comprometendo ainda mais seu bem estar físico e emocional. Autores retratam que alguns sinais e sintomas do comprometimento físico e psíquico são mais frequentes, citando: sensibilidade emotiva e/ou irritabilidade excessiva ou sem causa aparente, angústia/ansiedade diária, vontade de fugir da realidade, insatisfação em relação às escolhas cotidianas, sofrimento psíquico intenso (CAHU et al, 2014).

Alguns residentes trouxeram em suas falas vários fatores que podem influenciar na presença ou não da doença. É possível inferir que a doença extrapola o aspecto físico, mas envolve a instância psicológica e uma diversidade de fatores determinantes das condições de saúde e/ou de doença de cada cidadão. Podemos observar com isso que o processo saúde-doença, está inteiramente relacionado ao processo fisiopatológico em si, devido à frequente presença da doença em relação com a manifestação de mal-estar físico (CÂMARA et al, 2012). Os autores, que possuem trabalhos transversais ao nosso, são unânimes em ressaltar a urgência em se rever os processos formativos na residência bem como a identificação precoce dos fatores que são geradores de estresse e ansiedade no cotidiano formativo para a redução dos impactos gerados na saúde física, psíquica e emocional dos residentes (CAHU et al, 2014).

Conclusão

O estudo desenvolvido teve o alcance do objetivo proposto ao compreender como o cotidiano da residência influencia no processo saúde-doença e no adoecimento dos seus residentes. No entanto, ressalta-se uma limitação ocorrida na coleta de dados sobre a não participação de residentes de outros programas a exemplo da multiprofissional em neonatologia, a médica em ginecologia/obstetrícia e de neonatologia, enviesando a análise apenas a realidade do programa de enfermagem obstétrica.

SUPL.01

Ficou evidenciado um aumento no processo de adoecimento físico e psíquico dos residentes com relação profunda ao cotidiano vivenciado. Precisamos nos atentar para a construção de um novo modelo formativo que tenha a prioridade de preservar continuamente a saúde física e mental de seus residentes reduzindo os fatores geradores de adoecimento, contribuindo para a formação de profissionais de saúde mais equilibrados e que possam comprometer-se nos desempenhos das ações de saúde com a qualificação, a eficiência e a dedicação que são exigidas.

Referências

1. ASAIAG PE et al. Avaliação da qualidade de vida, sonolência diurna e Burnout em Médicos Residentes. Rev bras educ med [Internet]. 2010.
2. BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
3. CÂMARA AMCS et al. Percepção do processo saúde-doença: significados e valores da educação em saúde. Rev. bras. educ. med. [internet]. 2012.
4. CAVALCANTI IL et al. Burnout e depressão em residentes de um Programa Multiprofissional em Oncologia: estudo longitudinal prospectivo. Rev bras educ med [Internet]. 2018.
5. CAHU, RAG et al. Estresse e qualidade de vida em residência multiprofissional em saúde. Rev. bras. ter. cogn. [Internet]. 2014.
6. FRANCO GP et al. Burnout em residentes de enfermagem. Rev. esc. enferm. USP [Internet]. 2011.
7. JARDIM DMB et al. Residência em Enfermagem Obstétrica no Hospital Sofia Feldman: Uma estratégia de formação no e para o Sistema Único de Saúde. Residências e a Educação e Ensino de Saúde. 1 ed. Porto Alegre/ RS, 2017.
8. MARTINS GM et al. Implementação de residência multiprofissional em saúde de uma universidade federal: trajetória histórica. Rev. Gaúcha Enferm [Internet]. 2016.
9. OLIVEIRA EB et al. Fatores intervenientes na formação de enfermeiros residentes: visão de egressos de um programa de residência. Rev Min Enferm [Internet]. 2017.
10. ROTTA DS et al. Níveis de ansiedade e depressão entre residentes multiprofissionais em saúde. Rev Rene [internet]. 2016.
11. SOUZA ECP, ARAÚJO TCCF. Percepção sobre Formação em Residência na Área da Saúde: Necessidades, Expectativas e Desafios. Rev. SBPH [Internet]. 2018.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL E JOVEM DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO – MG

Adriana de Freitas Soares (adrianafreitasoares@gmail.com)
Professora Unifaminas – Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG
Samilla Delgado Antunes
Farmacêutica CEMAC - Centro Muriaeense de Apoio a Cidadania
Fernanda Mara Fernandes (fernandauss@hotmail.com)
Professora Unifaminas – Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Palavras- chaves: Água, qualidade microbiológica, saneamento em escolas e creches.

1. INTRODUÇÃO

A água está direta ou indiretamente relacionada à vida na Terra, seja como componente bioquímico dos organismos vivos, meio de vida de várias espécies vegetais e animais e como elemento significativo e representativo de alto valor socioeconômico, cultural e de produção de bens e consumo (GOMES, 2011).

Para os seres humanos, cujo corpo é constituído em média de 70% a 80% de água variando com a faixa etária, a água está diretamente ligada à fisiologia das reações químicas do corpo e devido a isso deve ser ingerida em maior quantidade em comparação com os nutrientes indispensáveis para o organismo, além de ser o principal elemento do equilíbrio homeostático e hidroeletrolítico que resulta na excreção (CASTANIA, 2009).

Considerando a importância da água para a manutenção da vida humana, esta se torna indispensável a todas as pessoas, o que resulta na necessidade de atentar sobre os cuidados que devem ser adotados em relação à qualidade da água de consumo, tendo em vista que assim como é um elemento essencial se apresenta, também, como o maior veículo de contaminantes que ameaçam a vida dos indivíduos e/ou coletividade (SOUZA, et. al., 2015).

A portaria nº 2.914 do Ministério da Saúde define os padrões que a água de abastecimento deve atender, limitando a aceitação dos parâmetros microbiológicos e físico-químico (BRASIL, 2011).

A incidência de contaminação agravando a saúde dos indivíduos está nas extremidades da faixa etária, ou seja, nas crianças e idosos que apresentam o sistema imunológico imaturo e/ou comprometido, reflexo na maioria das vezes da precariedade das condições de higiene e/ou saneamento em que são expostas, alarmando assim, a importância e a necessidade de realizar monitoramento periódico da qualidade da água de abastecimento público, principalmente em locais de maior circulação dos grupos de riscos como: creches, escolas e asilos (CASTANIA, 2009).

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo avaliar a qualidade físico-química e microbiológica determinando a presença de indicadores de contaminação, contagem de bactérias heterotróficas, coliformes totais, coliformes termotolerantes/E.coli da água utilizada para consumo humano em creches e escolas de ensino fundamental I e II da cidade e distritos do município de Barão do Monte Alto – MG.

2.METODOLOGIA

Pesquisa de caráter descritivo-exploratório, baseado em características observacionais de campo e de métodos quantitativos e qualitativos laboratoriais que contemple melhor compreensão da realidade estudada.

Esse estudo foi desenvolvido na cidade de Barão do Monte Alto. O município apresenta como infraestrutura escolar o total de 9 estabelecimentos de ensino público sendo 2 de competência estadual e 7 de competência municipal, foco desde trabalho. Dentre os estabelecimentos municipais destaca-se 3 creches-escolas (0 a 4 anos), 3 escolas de ensino fundamental I (pré-escolar até o 5º ano) e 1 escola de ensino fundamental I e II (pré-escolar até o 5º ano – 6º ao 9º ano).

SUPL.01

Foram coletadas amostras de água de consumo de torneiras da cozinha, bebedouros e filtros de barro (quando usados) de todas as instituições públicas de ensino infantil (creches), ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e fundamental II (6º ao 9ºano) de competência municipal do município de Barão do Monte Alto, Minas Gerais-MG, no total de sete estruturas físicas localizadas em diferentes distritos, identificadas por letras de “A” a “G” seguindo a ordem das coletas.

As amostras foram coletadas em frascos estéreis (100 mL) devidamente identificado e datado, acondicionadas em sacos plásticos dentro de caixas isotérmicas com gelo (isopor), nos pontos selecionados.

O material foi transportado no prazo menor que 6 horas até o laboratório do UNIFAMINAS, onde foram processadas as análises.

A determinação do potencial hidrogeniônico (pH) foi feita através do método colorimétrico usando o estojo de análise CL/pH da marca CLAREAR.

A determinação do teor de cloro residual foi feita através método colorimétrico usando o estojo de análise CL/pH da marca CLAREAR.

Para análise bacteriológica pesquisa de coliformes totais e E.coli foi aplicado em triplicata (para cada amostra) a técnica convencional dos tubos múltiplos

A contagem de bactérias heterotróficas foi realizada através do método padrão de contagem em placa com semeadura por profundidade.

As análises acima listadas foram desenvolvidas no laboratório de química/microbiologia do Centro Universitário - UNIFAMINAS campus Muriaé.

Os critérios de aceitação seguidos são os determinados pela Portaria MS 2.914, de dezembro de 2011.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A presente pesquisa analisou parâmetros para avaliação da qualidade físico-química e microbiológica da água sendo coletadas amostras de três pontos distintos: torneira da cozinha, bebedouro e filtro de barro (quando aplicável), além de observar e consultar, através de questionário elaborado, as características estruturais e funcionais dos locais de estudo como infraestrutura, manutenção e higienização de cada ponto de coleta.

Em 100% das instituições (7) participantes do estudo funcionam em construções antigas, sem relatos de ocorrência de reformas com menos de 5 anos. As creches B e G, que representam 28,57% das escolas participantes da pesquisa, encontram se em funcionamento em casas de aluguel sem reformas, também, atuais.

No momento da coleta das amostras de água, a instituição C apresentou a ocorrência de inutilização do bebedouro, questionada à direção sobre as causas foi relatada a ocorrência de vazamento por motivo de quebra do cano de acesso a torneira de escoamento de água, sendo solicitado reparo à prefeitura. O consumo de água pelos alunos, no período de espera para o reparo do bebedouro, foi direcionado, exclusivamente, para os filtros de barro.

Segundo informações levantadas com a direção de cada instituição, 100% delas consomem água da rede pública de abastecimento, porém de concessão privada, ou seja a água é depositada diretamente em reservatórios próprios (caixas d'água), sem inicial passagem local por filtro, sendo distribuídas posteriormente para toda estrutura de ensino.

Ao serem questionados sobre a manutenção dos reservatórios de água, 71% das instituições relataram limpeza anual e 29% relataram controle trimestral das mesmas (F e G).

A respeito dos bebedouros, somente instituição F, 14,28%, informou realizar a troca periódica do filtro as demais relataram desconhecer a necessidade de uma manutenção periódica no referido equipamento.

As instituições B, C e G, 42,86%, utilizam filtros de barro no consumo diário de água e informaram realizarem a manutenção, troca de velas, sem relatar a periodicidade ou demonstrar registros do controle. As demais instituições, 57,14%, utilizam somente bebedouros para fornecimento de água para os alunos.

Quanto as condições de falta de água devido problemas com a rede de distribuição e abastecimento, foi relatado raridade na interrupções de abastecimento de água em 85,71% (6) das instituições, sendo apenas a escola D (14,28%) relatou maior frequência em interrupções de abastecimento de água por pertencer a um distrito cuja fonte de água é precária e o

SUPL.01

abastecimento é suprido por fonte da cidade vizinha, sobrecarregando assim as bombas, o que dificulta o escoamento da água na tubulação e ocasiona frequentes falhas no abastecimento de água, fator esse favorecido pelo período sazonal de seca e conseqüentemente ampliando a possibilidade de contaminação da água devido a distância percorrida.

Foram observadas as condições de higiene e limpeza dos pontos de coletas e 100% instituições pesquisadas neste estudo apresentaram ambiente visivelmente limpo, arejado, bem cuidado, principalmente nos bebedouros. Na cozinha, foi observada limpeza e cuidado por parte das merendeiras e todos os funcionários paramentados com toucas descartáveis.

Os estabelecimentos estudados atendem juntos uma média total de 769 crianças e adolescentes que varia de 0 a 16 anos, além de abrigarem mais de 118 funcionários e colaboradores que consomem da água de abastecimento o que corresponde a 13,5% da população total do município.

Além das características estruturais e de manutenção relacionada ao sistema de abastecimento de água de cada instituição participante da pesquisa as amostras de água coletadas foram submetidas a análises laboratoriais físico-químicas e microbiológicas.

O pH: Segundo a Portaria MS 2.914 de 2011, recomenda-se que o pH da água de consumo seja mantido na faixa de 6,0 a 9,5. Em relação ao parâmetro de pH, 100% das amostras de água coletadas dos pontos de amostragem de cada estabelecimento de ensino apresentaram-se dentro do limite preconizado na legislação pertinente.

Cloro residual livre Segundo a Portaria MS nº 2.914 de 2011, a concentração de cloro residual deve apresentar-se entre faixa de 0,5 a 2,0 mg/L. Considerando os padrões de cloro residual livre preconizado em legislação, 100% dos pontos de coleta do presente estudo atendem aos limites especificados.

Segundo a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914 (2011) a potabilidade da água de consumo está na ausência total de bactérias como coliformes totais e termotolerantes.

Quando pesquisados sobre bactérias do grupo dos coliformes totais, pode-se identificar que 71,4% (5) dos estabelecimentos de ensino apresentaram resultados positivos de contaminação da água em pelo menos um dos pontos de coletas. No que concerne os locais, 100% dos filtros de barro (B, C e G), 50% dos bebedouros (B, D e E) e 28,6% (D e E) da água das torneiras da cozinha, respectivamente, apresentaram contaminação pelos microrganismos pesquisados.

Em relação à pesquisa de bactéria do grupo dos coliformes termotolerantes - *Escherichia coli*, os resultados demonstram que 33,3 % dos bebedouros (B e D), 14,3% da água da torneira da cozinha (D) e 33,3% dos filtros de barro (C) apresentaram positividade.

A atenção em relação à água de consumo de comunidades, em especial escolares, vem ganhando força nos últimos anos, pois as crianças representam a faixa etária mais vulnerável à problemas de saúde. Estas passam em média 4 horas do seu dia na escola, passíveis de contaminação por patógenos veiculados a água. Nesse contexto, a qualidade e potabilidade da água ocupa um papel de destaque culminando em vários estudos relacionados a este assunto como pode-se verificar a seguir.

Embora, no presente estudo os níveis de cloro residual livre, substância usada como desinfetante, estejam dentro dos limites vigentes foi constatado alto nível 71,4% de contaminação microbiológica das amostras. Baseando-se no questionário aplicado, justifica-se a notória incidência de contaminação dos pontos devido aos relatos na falta de manutenção periódica e regular em cinco instituições, assim como higienização interna, troca de velas e/ou filtros e limpeza dos reservatórios.

Em 28,6% das instituições (A e F), não foi evidenciado contaminação microbiológica, fato esse justificado na instituição "A" pois houve mudança na direção do estabelecimento que por sua vez não possui registro de manutenção dos pontos, resultando no desconhecimento e falta de especificação em relação à periodicidade de tal ação. A instituição "F", por sua vez, apresentou registro de manutenção periódica trimestral da caixa d'água e semestral do filtro dos bebedouros, fator que evidencia o impacto positivo da higienização correta na qualidade da água de consumo.

Embora a instituição "G" esteja inclusa no percentual de contaminação devido à positividade de coliformes totais da água coletada no filtro de barro, ela apresenta negatividade microbiológica da água dos demais pontos, devido ao registro de manutenção da caixa d'água e

filtro do bebedouro nas mesmas periodicidades da instituição “F”, reforçando a importância da higienização dos reservatórios.

4. CONCLUSÃO

Diante do cenário de estudos exposto a cima é visível que as instituições de ensino, principalmente infantil, representam risco para a contaminação dos alunos através da veiculação de patógenos pela água de abastecimento principalmente devido ao alto índice de negligência na manutenção e preservação dos reservatórios domésticos (caixas d'água), bebedouros e filtros de barro.

É notória, também, a desinformação da maioria dos líderes escolares relativo aos problemas relacionados ao consumo impróprio de água que acarreta por sua vez a marginalização dos cuidados exigidos para manter os parâmetros especificados pela legislação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (ALPHA). Standard methods for the examination of water and wastewater. 15. ed. New York, 1998. 1134p. Disponível em:< https://www.mwa.co.th/download/file_upload/SMWW_1000-3000.pdf> Acesso em set. de 2017.
BACCI, D. de la C.; PATAKA, E. M. Educação para a água. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/rce/article/viewFile/443/444>> Acesso em 22 de set. de 2017.
BAIRD, C. Química ambiental. 2.ed. Porto Alegre: Brookman. 2002. Disponível em: Acesso em 06 de out. de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2.914 de, 22 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2011. Disponível em:< http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html> Acesso em 28 de ago. de 2017. _____.

Fundação Nacional da Saúde. Manual de Saneamento. 3. ed. Brasília, DF, 408p. 2007. Disponível em:< <http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/engenhariacivil/posgraduacao/funasa-manual-saneamento.pdf>> Acesso em 05 de out. de 2017. _____.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano. Brasília, 212- 284p. 2006. Disponível em:< http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_controle_qualidade_agua.pdf> Acesso em 05 de out. de 2017.

Cardoso RCV, Almeida RCC, Guimarães AG, Goes JAW, Silva AS, Santana

AAC, et al. Qualidade da água utilizada em escolas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em Salvador-BA. Rev.Instituto Adolfo Lutz. V.66, n.3, 287-291p, 2007. Disponível em:< http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0073-98552007000300012&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 06 de out. de 2017.

CASTANIA, Janaína. Qualidade da água utilizada para consumo em escolas públicas municipais de ensino infantil de Ribeirão Preto – SP. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Escola de enfermagem de Ribeirão Preto. Programa de Pós-graduação em Enfermagem em Saúde Pública. Ribeirão Preto/SP, 2009. Disponível em:< www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-14092009-163659> Acesso em 01 de set. de 2017.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO- CETESB. Variáveis de Qualidade das águas, 2006. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2017.

SUPL.01

GOMES, T.V. D; SILVA, M.R; CONCEICAO, C; AZEREDO, A.R.P. Proposta de plano para Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) para o processo de industrialização da água mineral. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18(1): 31-42, 2011. Disponível em:< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634686>> Acesso em 04 de set. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estudos e Pesquisas. In: Panorama de Barão do Monte Alto. Minas Gerais: IBGE, 2016. Disponível em: Acesso em set. de 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Potencial fatores de risco à saúde decorrentes da presença de subprodutos de cloração na água utilizada para consumo humano: relatório técnico. Brasília: FUNASA, 2009. 125p. Disponível em:< [36 bvsms.saude.gov.br/.../potenciais_fatores_risco_saude_cloracao_agua_consumento_humano](http://bvsms.saude.gov.br/.../potenciais_fatores_risco_saude_cloracao_agua_consumento_humano)> Acesso em set. de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Financiamento do sistema de saúde. 2009. Disponível em:< <http://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>> Acesso em 10 de out. de 2017.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. Água e Saúde. Disponível em: <http://www.opas.org.br/ambiente/UploadArq/agua.pdf>. Acesso em: 29 de set. de 2017. 37
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO. Censo IBGE. [s/d]. Disponível em:< http://baraodomontealto.mg.gov.br/_nosso-municipio/> Acesso em: 08 de out. de 2017.

SOUZA, C. A. B. de; OLIVEIRA, E. L.; AVELINO, M. B.; RODRIGUES, R. C. D.; RODRIGUES, M. P.; FERREIRA, M. A. F.; MEDEIROS, W. R. Qualidade da água consumida em unidades de educação infantil no município do Mossoró-RN. Revista Ciência Plural, Mossoró, pp 57-67, 2015. Disponível em:< <https://ppgats.ufersa.edu.br/wpcontent/uploads/sites/47/2017/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-ManoelMarcelino-da-Silva-Assinatura-da-Banca.pdf>> Acesso em set. de 2017. 38

UNIVERSIDADE DA ÁGUA- UNIÁGUA. Água no Planeta, 2010. Disponível em:< <http://www.uniaguas.com.br/>> Acesso em 13 de out. de 2017.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS ATUAIS

Alessandra **SOARES**
Professora SEEDUC-RJ, MESTRANDA EM EDUCAÇÃO UNINI-México
Denise Soares **ARAÚJO**
UNIFAMINAS – MURIAÉ
Graziella Martins de **MENDONÇA**
MESTRANDA EM EDUCAÇÃO UNINI-Porto Rico
Maria Edvânia dos **SANTOS**
MESTRANDA EM EDUCAÇÃO UNINI-Porto Rico
Roziane Aparecida de Couto Pereira de **ALMEIDA**
MESTRANDA EM EDUCAÇÃO UNINI-México

Palavras-chave: Formação de professores; Formação continuada; Perspectivas.

Apresentação Sabe-se que, no Brasil, o entendimento da necessidade de preparo dos professores surgiu de maneira evidente após a independência, momento em que começou a se cogitar a organização da instrução popular (Saviani, 2009). Desde então, inúmeras mudanças aconteceram e começaram as considerações e condutas a respeito da formação de professores com reflexão sobre a questão pedagógica em conexão com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira em diferentes períodos e com diferentes características. É sabido, também, que muito ainda há para ser feito com relação às perspectivas de formação continuada, considerando as dimensões pessoais, profissionais e organizacionais e a necessidade do exercício da ação-reflexão-ação como um elemento inerente à formação docente.

O art. 80 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que prevê o oferecimento de educação formal na modalidade a distância, é regulamentado pelo Decreto 5622 de 19 de dezembro de 2005 que prevê em seu Art. 12 que a IES que ofertar Educação a distância deverá: “VIII - apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância”.

Para Louise Marchand (2002, p. 137),

(...) o professor não é mais fonte exclusiva de saber. Ele se torna um facilitador do saber e não é mais a principal rede de informação. O ensino torna-se mais interativo e desloca-se, deixando uma parcela maior ao aprendiz do que ao professor. Esse modo de utilização interativa obriga o professor a conhecer as novas tecnologias, a familiarizar-se com elas, a variar as abordagens pedagógicas para facilitar os modos de aprendizagem.

A referente análise busca como objetivo colaborar com a construção de referenciais que ajudariam a incluir o desenvolvimento do docente para atuar na modalidade de educação digital. Objetiva também construir parâmetros compartilhados de qualidade que possam orientar as atividades de ação formativa do docente que atua ou atuará na EAD. Pretendendo contribuir com o desenvolvimento do sujeito no processo de ensino aprendizagem para a formação docente, visa que ele tenha uma capacitação EAD de qualidade, uma vez que nos tempos atuais a graduação digital faz parte do nosso contexto, assim a formação do profissional para ministrar essas aulas digitais é essencial para que se possa desenvolver um trabalho de excelência.

Desenvolvimento Rosinski (2000) afirma que no processo de formação da profissionalização dos docentes, as significações e ressignificações apresentam através dessa trajetória, conexão com o ser-pessoal e o ser-profissional. Neste sentido, afirma Rosinski *apud* Pereira (2001:95) “Tomo em conta, repito, a ideia de que a possibilidade e a profissionalidade do docente andam juntas (...).

Rosinski (2000) ainda afirma que “pensar, portanto, o processo de formação do profissional passa pelo pensar o processo de produção de si, do sujeito”. A partir disto, é possível

SUPL.01

questionar de que maneira estes profissionais enxergam a docência e como se enxergam na docência, já que a prática reflete muito do que os próprios docentes percebem e visam com a docência, considerando que o ser-pessoal não separa do ser-profissional.

Sabe-se, segundo Brum (2015), que o conhecimento adquirido no meio acadêmico, através dos cursos de graduação, acaba ficando desatualizado frente as novas mudanças educacionais e tecnológicas. Portanto, o professor que não se atualiza fica pedagogicamente ultrapassado frente ao mercado de trabalho. O professor que não buscar inovar sua prática acaba realizando sempre as mesmas aulas, que se tornam cansativas e rotineiras para os alunos. É preciso inovar, trocar experiências com outros colegas, criar novos mecanismos que visem a inovação da prática pedagógica com o uso da tecnologia, porque a formação inicial não consegue dar conta de todos os saberes necessários para as demandas existentes na prática educativa da atualidade.

Ainda segundo Brum (2015), nesse sentido a formação continuada poderá ser uma alternativa de formação rápida, econômica e facilitadora que pode ajudar o professor a sanar suas dúvidas, dificuldades e medos diante das novas exigências do século, além de expor seus projetos de pesquisa para os demais colegas, realizando, assim, a socialização do conhecimento e a troca de experiência no coletivo, através de cursos diversos, palestras, jornadas acadêmicas e seminários.

Como consequência da formação continuada, de acordo com estudos realizados, é interessante que o professor consiga nortear seu fazer pedagógico de modo a ser eficaz. O planejamento reverso tem sido uma tendência bastante estimulante, pois, permite que o aluno construa seu conhecimento e que o professor seja mediador nesse processo, o que oportuniza uma troca de experiências que pode ser enriquecedora para todos, porém, para isso, o professor precisa se preparar para essa mentoria, promovendo essa construção através de diversas formas de mediação, considerando a heterogeneidade das turmas.

Aí surge um questionamento instigador: estamos preparados para isso? Como realizar tal processo?

Segundo Parente, Do Valle e De Mattos (2015, p. 236), muito tem sido dito e escrito sobre a formação docente. Dentre tais escritos, há excelentes provocações, como as de Dias (2011, p. 209), que chama a atenção para o fato que “nos dias atuais, a escola está cada vez mais impregnada com a lógica da capacitação, que subjaz tanto às especulações mais sutis sobre a pedagogização do saber quanto à sua prática de reprodução pautada na perspectiva de (In)formação”.

Sabe-se que, diante de uma sociedade tecnológica e um sistema educacional cada vez mais digital, essa atualidade implica em mudanças, não somente nas instituições de ensino como também na formação do professor. Tais mudanças são necessárias tendo como objetivo principal um ensino contínuo, de qualidade, mais amplo e abrangente. Como esclarece Moran (Moran, 1997):

Ensinar utilizando a Internet pressupõe uma atitude do professor diferente da convencional. O professor não é o “informador”, o que centraliza a informação. A informação está em inúmeros bancos de dados, em revistas, livros, textos, endereços de todo o mundo. O professor é o coordenador do processo, o responsável na sala de aula. Sua primeira tarefa é sensibilizar os alunos, motivá-los para a importância de matéria, mostrando entusiasmo, ligação da matéria com os interesses dos alunos, com a totalidade da habilitação escolhida (p. 7).

Partindo deste princípio, cabe ao professor o processo de construção, decisão e viabilização do aprendizado tendo como propósito o conhecimento colaborativo não apenas de disciplinas escolares, mas, sobretudo a compreensão social, humana e econômica que permeiam nossa atualidade. Como base principal desses pilares de conhecimento e mediação, fica evidente a necessidade de uma formação continuada para alcançar cada vez mais os diferentes objetivos da nossa educação.

Sendo assim, o método de ensino aprendizagem do professor deve ser contínuo, reflexivo e, acima de tudo, promover a evolução constante do educando.

Considerações Finais Segundo Imbernón (2010: 108),

vivenciamos uma época que consiste em um final de ciclo, em que os professores devem lutar para encontrar o equilíbrio entre as forças em conflito dentro do contexto de seus próprios objetivos, das experiências da comunidade e das necessidades dos alunos. Em que pesa o que aprendemos, é preciso olhar para a frente. A teoria e a prática da formação, seus planos, suas modalidades e estratégias, seu processo, etc., devem ser inseridos em novas perspectivas. Por exemplo, as relações entre os professores, as emoções e as atitudes, a complexidade docente, a mudança das relações de poder nos cursos de formação de professores, a autoafirmação, a comunicação, a formação com a comunidade, a influência da sociedade de informação. (p.108)

Ainda de acordo com Imbernón (2010: 39), há muita formação e pouca mudança. Talvez seja porque ainda predominam políticas e formadores que praticam com afinco e entusiasmo uma formação transmissora e uniforme, com predomínio de uma teoria descontextualizada, válida para todos sem diferenciação, distante dos problemas práticos e reais e fundamentada em um educador ideal que não existe.

Percebemos que o processo de formação continuada deve levar o docente a planejar suas ações, avaliações e metodologias segundo as realidades que se lhe apresentam. Que é necessário ao docente atualizar sua gestão de sala de aula de modo a oferecer um ambiente para aprendizagem segura, confortável e interativa, facilitando o foco e a concentração dos alunos.

Imbernón (2010: 109) ainda afirma que a formação dos professores deve favorecer, sobretudo, o desenvolvimento da autoestima docente, individual e coletiva.

Ainda segundo Imbernón (2010: 110), quanto mais complexa e técnica é uma sociedade, maior é a importância do ser humano e dos vínculos que ele estabelece. A formação não teria que realizar a tarefa tradicional de transmitir o “conhecimento objetivo”, mas deveria dar mais importância ao “conhecimento subjetivo” ou, em outras palavras, às atitudes. Isso porque, atualmente, mais que saber ensinar matemática, para citar um exemplo, é necessário assumir um compromisso que vai além do meramente técnico e que compreenda os âmbitos pessoal, colaborativo e social. As atitudes, a deliberação, o trabalho em grupo, a comunicação, a análise dos problemas e dos conflitos e a colegialidade no desenvolvimento pessoal dos professores são fatores muito mais importantes do que o simples estabelecimento de uma formação em aspectos pedagógicos, didáticos e técnicos. Menos noções e mais humanidade. Isso implica não apenas o questionamento da formação estritamente disciplinar, mas também o planejamento de como tratar outros aspectos na formação: os organizativos, os comunicativos, os mediadores, os éticos, os colegiais, bem como a bagagem sociocultural e outros elementos que, até este momento, não eram incluídos de forma plena na formação.

Bibliografia

[1] IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza**. 9.ed.São Paul: Cortez, 2011.

[2] MARCHAND, L. **Características e problemáticas específicas: a formação universitária pela videoconferência**. In: ALAVA, Seraphin & colaboradores. **Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

[3] MORAN, José Manuel. **Como Utilizar a Internet na Educação**. Revista Ciência da Informação, vol. 26, n.2, maio-agosto 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200006&lng=es&nrm=iso.ISSN0100-1965 Acesso em: 19 ago. 2020.

[4] PARENTE, Cláudia da Mota Darós; DO VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro; DE MATTOS, Maria José Viana Marinh. (2015). **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças**

sociais, políticas e tecnológicas. [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290130/> Acesso em: 19 ago. 2020.

[5] PEREIRA, Marcos Villela. **Subjetividade e Memória: Algumas considerações sobre formação e autoformação.** In: *Imagens de Professor: significações do trabalho docente.* Ijuí, UNIJUI:2000.

[6] SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade.** São Paulo: Cortez,1991.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

Ricardo Resende Bersan ^{1*}

Raphael Fontes Cloux ^{2*}

RESUMO

Objetivo: Discorrer sobre metodologias ativas no Ensino Superior em tempos de pandemia. **Métodos:** O presente estudo desenvolvido é de natureza qualitativa e descritiva. Nele, também foi utilizada pesquisa bibliográfica. **Revisão Bibliográfica:** Refletir sobre o processo de ensino mediante as metodologias ativas não quer dizer integrar atividades isoladas que propiciam a participação, porém culmina na ponderação sobre o ensino em prol do educando. O docente assume um cunho mediador que permite a ênfase nas disposições de uma aprendizagem intensa através de atividades que proporcionem, por parte do educando, a participação, a cooperação, a criatividade e a reflexão acerca do exercício. A utilização de tais metodologias demanda um foco no processo de desenvolvimento das atividades para além do conteúdo, por mais que este tenha servido como direção para fundamentar o ensino em sua forma convencional. O conteúdo continua a existir, mas passa a ser contextualizado. **Conclusão:** Com o advento da pandemia, a necessidade de repensar a didática do Ensino Superior e de buscar alternativas que facilitem o método de aprendizagem é incontestável. Nesse cenário, metodologias ativas são chamadas para mostrar um caminho de inovação e dar oportunidade de alinhar o ensino universitário com as demandas de novos alunos e de novos tempos.

Palavras-chave: Aprendizado Ativo, Educação Superior, Metodologias Ativas.

ABSTRACT

Objective: Discuss active methodologies in higher education in times of pandemic. **Methods:** The present study was qualitative and descriptive in nature, and bibliographic research was also used. **Bibliographic review:** reflecting on the teaching process through active methodologies does not mean integrating isolated activities that encourage participation, but culminates in reflection on teaching for the good of the student. The teacher assumes a mediating role that allows focusing on the provisions of intense learning, through activities that allow participation, cooperation, creativity and reflection of the student on the exercise. The use of such methodologies requires a focus on process in activities over content, even though the latter was the direction to base teaching in a conventional way. Content continues to exist, but is contextualized. **Conclusion:** with the advent of the pandemic, the need to rethink the didactics of higher education and look for alternatives that facilitate the teaching process is fundamental. In this scenario, active methodologies are called to show a path of innovation, an opportunity to align university education with the demands of new students and the new times.

Keywords: Active learning, Higher education, Active methodologies

¹ Aluno do Curso de Doutorado em Educação da Universidad Interamericana, Asunción – Py. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2011). Professor Adjunto (Licenciado) do Centro Universitário UNIFAMINAS/MG.

² Pós-Doutor em Políticas Públicas Promotoras de Igualdades (Universidade Portucalense - Portugal). Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (2014). Docente e Coordenador Internacional de Expansão Acadêmica da Universidad Interamericana (UI) - Pós-Graduação Stricto Sensu, Asunción – Py.

1 INTRODUÇÃO

O súbito aparecimento da Covid-19 na China, em dezembro de 2019, e sua expansão em todo o mundo nos meses seguintes representou um desafio global sem precedentes. A pandemia impressiona por sua dimensão, que gradualmente afeta todo o planeta, por sua gravidade e pela velocidade de propagação. Embora todas as áreas da vida coletiva e individual sofram os efeitos da emergência de saúde em questão, o campo educacional foi severamente perturbado. Inúmeros fenômenos naturais e sociais já provocaram fechamentos e interrupções nos sistemas de educação de âmbitos nacionais e locais em outros momentos da história, porém, em nenhum outro período, as atividades de mais de 1.215 milhões de estudantes, de todos os níveis educacionais, foram suspensas no mundo inteiro em razão de um acontecimento único.

Ainda que a crise da Covid-19 seja recente, o impacto dela na educação já pode ser compreendido, sobretudo, quando percebemos a necessidade da busca por alternativas e metodologias mais eficazes e adequadas à esta nova realidade mundial. Pode-se tomar, como exemplo disto, a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais durante a pandemia. A fim de se permitir a continuidade do processo educacional em meio ao cenário de surto de contágio, a medida foi autorizada, em caráter emergencial, pelo Ministério da Educação no Brasil à semelhança de outros países.

Hoje, a tecnologia está se tornando uma parte natural das pessoas. Na sociedade da informação, o uso da Internet é onipresente. Ela está, indiscutivelmente, em todos os locais: no trabalho, nas relações pessoais e na própria casa dos indivíduos. À vista disso, assim como todas as áreas fundamentais à coletividade, a educação apresenta reflexos desta influência tecnológica. O ensino desempenha um papel fundamental, porque permite aos alunos adquirirem as competências necessárias para sobreviverem nesta sociedade centrada no conhecimento tecnológico, mas também recebe a contribuição das tecnologias à experiência de aprendizagem. A incorporação de recentes ferramentas na educação proporciona uma série de benefícios que ajudam a melhorar a eficiência e a produtividade na sala de aula, além de aumentar o interesse dos alunos em suas atividades acadêmicas. As TICs são inseridas com sucesso na educação quando andam de mãos dadas com mudanças metodológicas que promovem a participação ativa e o engajamento dos alunos.

Nesta perspectiva, surge a seguinte questão: Como as metodologias ativas podem auxiliar o Ensino Superior em época de pandemia a fim de desenvolver um ensino com o mínimo de qualidade possível?

O principal objetivo desse estudo é discorrer, exatamente, sobre as metodologias ativas no Ensino Superior em tempos de pandemia. A exploração desta pesquisa tem como justificativa o atual reconhecimento da importância de se pensar em novas metodologias que buscam envolver os alunos para o desenvolvimento de habilidades que permeiam a interação social do discente, bem como otimiza os nuances referentes às explorações e estudos de matérias em tempo real.

Estas metodologias ativas reúnem as propostas metodológicas que colocam o aluno no centro do processo de treinamento, enriquecendo o ambiente de trabalho com o potencial de comunicação e gerenciamento de conhecimento que as TICs fornecem. Dessa forma, as várias teorias e metodologias de ensino-aprendizagem precisam ser articuladas na direção da produção de modelos que expliquem aos professores como relacionar todos esses aspectos com o intuito de alcançar sua efetiva implementação nos processos educacionais.

2 MÉTODOS

O presente artigo faz jus à uma metodologia exploratória. Segundo Severino (2017, p. 41), “*estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses*”. O autor ressalta ainda o envolvimento do levantamento bibliográfico, destacando a relevância de que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (SEVERINO, 2017).

O estudo vigente aqui exposto é de natureza qualitativa e descritiva. Para seu desenvolvimento, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, assim como foram aplicados descritores de pesquisa, sendo eles, em português: Aprendizado ativo; Educação superior; metodologia de ensino; Tecnologias da informação e comunicação; metodologias ativas. Foram, também, selecionados e revisados artigos que apresentassem relação com os descritores escolhidos, para que, em seguimento, fosse realizada a seleção e a compreensão de informações importantes contidas em cada artigo.

O trabalho foi organizado na seguinte sequência: primeiramente, fez-se necessária a análise de artigos originais, obedecendo aos descritores propostos a partir de determinados filtros – base de dados, idiomas, ano de publicação e tipo de documentos. Já em um segundo momento, artigos foram selecionados através da leitura de seus resumos, verificando, deste modo, aqueles com maior relevância para o estudo aqui apresentado, sendo suprimidos, com embasamento nos critérios de exclusão, os que fugiam da temática proposta. Por fim, todos os artigos selecionados passaram por uma leitura na íntegra, objetivando a determinação de legibilidade, e para que consequentemente fosse produzida a análise dos mesmos, de forma criteriosa, a fim de possibilitar a extração dos dados.

Os critérios de inclusão adotados consistem em artigos acadêmicos reconhecidos. Foram excluídos dos referenciais bibliográficos aqueles artigos que não sejam academicamente reconhecidos, produzidos e publicados fora do período mencionado ou que estejam em outro idioma, além dos supracitados.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Cada docente é ímpar e detém sua própria identidade de ensino. A existência de uma identidade inerente para a docência indica a responsabilidade do profissional em relação ao seu papel social, aflorando daí a independência e o engajamento com aquilo que pratica.

Contudo, o docente assume tais requisitos mediante a formação inicial, diversas vivências, processos de formação contínua, inferências sociais e mais (IZA, 2014). É possível afirmar que ser professor demanda tempo. O docente passa por um processo para compreender a sua formação, para aprender como atuar nas tomadas de decisões e, acima de tudo, para se reconhecer como um profissional que forma cidadãos para a vida. A sociedade é constituída pelas pessoas, porém uma parcela da sociedade vive no âmago de cada uma.

Logo, pode-se afirmar que o professor detém o papel de ensinar, no entanto, a sua identidade é bem mais intrincada do que apenas dizer que ele é aquele que ensina. Seus papéis profissionais ultrapassam o ato de ensinar. Ele também gere, coordena, direciona, treina e empreende. Efetivamente, todo o sistema educacional, em que o docente atua de formas distintas, infere na constituição de identidade do profissional, que é fundamentada por diversos fatores, como a cultura organizacional e o plano pedagógico; os conhecimentos dos docentes, dos colaboradores e dos discentes; o cenário sócio-cultural-econômico dos atores da educação; dentre outros (COELHO FILHO; GHEDIN, 2018).

A identidade docente está vinculada com a própria identidade da profissional docente, constituída no cerne de um processo histórico-cultural e construída no relacionamento com os demais sujeitos, produzindo novas identidades em um processo de modificação contínuo. A formação da identidade profissional docente ocorre de forma paralela com a aquisição e permuta de saberes, conhecimentos e experiências entre seus pares (NÓVOA, 1995).

Portanto, não é suficiente que a Pedagogia oriente ou prescreva atitudes práticas para a efetivação de procedimentos educativos, bem como não é o bastante o docente ser “inteligente” e considerado detentor de conteúdos. Precisa-se, primordialmente, de um profissional consciente acerca da função que exerce em sala de aula, de modo que compreenda a sua obrigação de conhecer a história e o contexto social do discente, se tornando, somente assim, apto a gerar transformações e novas perspectivas na vida deste aluno. Apenas o saber vinculado à didática conduzirá ao êxito na prática em sala de aula. O sujeito é o ator de sua própria

didática, constituindo sua carreira com a assistência de seus valores e de suas ações no dia-a-dia como cidadão e formando, desta maneira, sua identidade (COELHO FILHO; GHEDIN, 2018).

Freire (1996) atesta que “*não existe docência sem discência*”. O discente é peça angular da prática educativa e carece da conciliação docente que englobe o planejamento, o ensino e a avaliação focada nas suas particularidades. A didática precisa ser reconhecida pelos docentes como um ferramenta que viabiliza uma educação com alto nível de qualidade. Ela também tem o papel de favorecer e auxiliar o professor no caminho a formar sua identidade profissional (COELHO FILHO; GHEDIN, 2018).

Masetto (1997) infere que “*a didática como reflexão é o estudo das teorias de ensino e aprendizagem aplicadas ao processo educativo que se realiza na escola, bem como dos resultados obtidos*”. Logo, a didática no Ensino Superior não simboliza o acúmulo de dados acerca de práticas e métodos do processo de ensino-aprendizagem, mas sim a habilidade crítica, de cada docente, em questionar e refletir a respeito dos saberes adquiridos no decorrer de todo este processo.

Atualmente, o ensino está se tornando mais complexo, e o aprendizado é uma experiência muito mais desafiadora para os alunos. Por outro lado, cada nível educacional tem sua especificidade, que é determinada pelas necessidades sociais e educacionais às quais a instituição pretende responder e que são abreviadas nos objetivos educacionais de cada etapa da formação (COELHO FILHO; GHEDIN, 2018).

É fundamental a evolução em cada educador. Os métodos utilizados devem, essencialmente, estar focados no protagonismo dos educandos, com o intuito de favorecer a motivação e possibilitar a oportunidade e a viabilidade de trocas de opiniões, solução de dúvidas e incentivo à pesquisa. As metodologias ativas surgem como um caminho de mudança da perspectiva do docente (ensino) para o educando (aprendizagem) (DIESEL et al., 2017). A educação se trata de um processo que não é executado pelo próprio sujeito, mas que se concretiza na relação entre os sujeitos históricos mediante suas ações, palavras e reflexos (FREIRE, 2015).

A teoria histórico-cultural de pesquisa de Vygotsky admitiu a opinião de que a realidade é intrinsecamente dialética e material. Isto é, todos os seres vivos e toda a natureza estão em movimento constante de transformação, em contínua mudança. Cada etapa do desenvolvimento humano é o resultado de alteridades que são intrínsecas ou latentes em etapas anteriores (RODRIGUES; DRAGO, 2009). A popularidade de Vygotsky na educação é tal qual parece que nada pode ser escrito a ponto de ser um pouco inovador ou original sem referência ao seu trabalho. Vygotsky tornou-se porta-voz da pedagogia ativa ao incorporar, em suas ideias transformadoras, a ruptura da Pedagogia com a Psicologia em seus aspectos mais tradicionais.

Para Vygotsky (1991), processos de aprendizagem ocorrem como processos de assimilação da cultura e do conhecimento do grupo social ao qual o indivíduo pertence. Eles sempre ocorrem de fora para dentro, como um processo de internalização que permite a transformação das funções psicológicas e do pensamento em sua totalidade. Assim, toda função psíquica, todo conhecimento e toda atividade, apreendida e dominada pelo indivíduo, aparece em ação duas vezes: no primeiro momento, no plano interpsicológico – onde o indivíduo troca com o meio social e interage com outros sujeitos – e só depois no plano intrapsicológico – o da individualidade, onde o sujeito fez seus signos sociais, seus significados e desenvolveu novas ferramentas psicológicas para atuar em situações relacionadas a estes signos.

Visando o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos no Ensino Superior, os professores planejam, organizam, gerenciam e implantam o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Tudo isso é feito de acordo com a formação, a experiência e os recursos disponíveis e adequados ao contexto do seu trabalho. Segundo Masetto (2003), o professor profissional e consciente do que está fazendo em aula assemelha-se ao terceiro pedreiro. Ou seja, ele não apenas está dando aulas, mas também contribuindo com a formação de pessoas que farão intervenções na sociedade. O autor considera o professor um parceiro de aprendizagem, um motivador, um aliado e um incentivador dos estudos e da compreensão da realidade pelos alunos. Além disso, inclui a visão de que o professor transmite a sociedade, o homem, a época histórica e as condições políticas e ideológicas em que vive e atua.

Logo, a orquestração do processo de ensino não é uma tarefa simples. O ofício de ensinar exige conhecimento teórico e conhecimento prático, habilidades cognitivas e sociais, atitudes e valores desejáveis, bem como uma boa dose de intuição ou senso comum. Um dos componentes essenciais e relevantes que permite ao Ensino Superior atingir sua finalidade é a didática. O Ensino Superior requer uma

didática diferenciada e capaz de possibilitar a aprendizagem de alunos, em sua maioria, adultos com experiências diversas, conhecimentos prévios, motivações e expectativas distintas em relação ao seu projeto pessoal e profissional.

Por metodologias ativas se entende o conjunto de métodos, técnicas e estratégias que o professor utiliza para converter o processo de ensino em atividades que promovam a participação ativa do aluno e levam à aprendizagem (LABRADOR; ANDREU, 2008). Elas correspondem às metodologias que materializam a mudança na maneira de assimilar a aprendizagem, uma vez que se concentram nas atividades e não no conteúdo, característica que implica em modificações profundas nas ações de professores e alunos. As metodologias ativas provocam a remodelação no planejamento dos sujeitos, no desenvolvimento das atividades de treinamento e na avaliação da aprendizagem, de modo a tencionar a promoção de um alinhamento construtivo (DIESEL, 2017).

Ponderar o processo de ensino a partir dessas metodologias ativas não indica a incorporação de atividades isoladas que promovam a participação do estudante, mas implica aspirar a um ensino à serviço do aluno. O professor adquire um caráter mediador que consente um destaque nas disposições da aprendizagem profunda por meio de atividades que permitem a participação, a cooperação, a criatividade e a reflexão do discente sobre a tarefa. O uso dessas metodologias implica na necessidade do processo em focar nas atividades acima do conteúdo. Embora este tenha sido o caminho utilizado para estruturar o ensino tradicionalmente, o ensino precisa evoluir. O conteúdo continua a existir, mas passa a fazer mais sentido no contexto das atividades (DIESEL, 2017).

As metodologias ativas são de extrema importância, porque buscam facilitar a autonomia do aluno em termos de ritmo, estilo, métodos e tempo de aprendizagem. Cada educando, por conta própria, deve descobrir como aprender e promover a realização dos objetivos que são propostos. Como os alunos são adultos, responsáveis por sua própria formação, esta conduta lhes permitirá assumir, de forma madura, a caracterização de um processo educacional à distância que, em primeira, segunda e última instância, dependerá de si mesmo (PEREIRA, 2015).

Portanto, as estratégias de aprendizagem, a elaboração e produção dos materiais instrucionais, a forma de avaliação do desempenho dos alunos, a avaliação dos cursos e das carreiras em geral, e todo o processo educacional devem ser realizados de maneira especial e considerando condições semelhantes. As metodologias ativas, por conta da tecnologia, estão proporcionando gradativamente novas possibilidades de acesso através de inovados sistemas de comunicação e de novas informações transformadas em conhecimento (CARNEIRO et al., 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade do conhecimento e suas necessidades atuais exigem mudanças na educação do Ensino Superior como resposta à sua evolução. O perfil dos estudantes para este nível de ensino é configurado por um alto grau de mediação entre seu comportamento e o estudo-aprendizado de tecnologias utilizadas no seu cotidiano.

Por outro lado, as demandas do mercado de trabalho e a dinamização dos empregos cobram competências associadas ao trabalho em equipe, à resolução de problemas e ao comprometimento com a sociedade.

Devido ao surgimento da pandemia e a consequente substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, comumente denominada de educação remota, manifestou-se também a inquestionável urgência de se reexaminar a didática e de investigar novos caminhos que facilitem o processo de ensino atual. Dentro deste panorama, as metodologias ativas revelam o propósito de apontar uma direção de inovação e de alinhamento entre o ensino superior e as exigências que decorrem deste perfil estudantil dos novos tempos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2020. p. 62.
- CARNEIRO, L. B. et al. **Tecnologia e inclusão: o uso das novas tecnologias da Informação e comunicação na educação especial.** Faculdades Integradas de Cataguases, 2016.
- COELHO FILHO, M. de S.; GHEDIN, E. L. Formação de professores e construção da identidade profissional docente. In: COLBEDUCA, IV e CIEE, II, Braga e Paredes de Coura, Portugal, 2018. **Anais...** Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/co-lbeduca/article/view/11502>>. Acesso em: 15 de julho de 2020.
- DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, vol. 14, no. 1, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 51ªed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.
- IZA, D.F.V., et al. Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor. **Revista Eletrônica de educação**, vol. 8, no. 2, 2014, pp. 273-292.
- LABRADOR, M.; ANDREU, M. **Metodologías activas.** Valencia, ES: Ediciones Universidad Politécnica de Valencia, 2008.
- MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.
- _____. **Didática: a aula como centro.** São Paulo: FTD, 1997 p. 13.
- NÓVOA. A. **Os professores e sua formação.** Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.
- PEREIRA, G. B. B. **O estudante da EAD: Um estudo de perfil e interação geracional.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez editor, 2017.
- RODRIGUES, P. da S.; DRAGO, R. Contribuições de Vygotsky para o desenvolvimento da criança no processo educativo: algumas reflexões. **Revista FACEVV**, Vila Velha, vol. 3, 2009, pp. 49-56.
- VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente.** São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

**PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES MEDIADAS POR TECNOLOGIAS DURANTE A
PANDEMIA DO Sars-CoV-2 – RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Gustavo Oliveira GONÇALVES (PQ)^{1;4} Jorge Gomes Goulart FERREIRA (PQ)^{2;4} Jéssica
Mabelle de SOUZA (PQ)^{3;4}.

2. Biomédico. Mestre em Patologia. 2. Biomédico. Doutor em Ciências da Saúde. 3.
Biomédica. Mestre em Bioquímica e Imunologia. 4. Docentes dos cursos da FAMINAS BH.

Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: *Prática Interdisciplinar; Biomedicina; Ensino Remoto.*

APRESENTAÇÃO: A realização de práticas interdisciplinares é uma das premissas para desenvolvimento de competências de todo profissional de nível superior, especialmente na área da saúde. Através destas práticas é possível ampliar o entendimento da atuação multiprofissional e a necessidade de integração dos diferentes saberes, contribuindo assim, para o desenvolvimento de agentes transformadores, capazes estabelecer diálogo com a comunidade e responder aos complexos problemas sociais. As atividades realizadas ao longo da formação têm como base a tríade ensino, pesquisa e extensão que são executadas dentro e fora da instituição, aproximando o aluno da comunidade. A pandemia do Sars-CoV-2 exigiu um novo formato de ensino, já que a nova realidade estava pautada no distanciamento social. Desta forma, instituições de ensino e professores tiveram que se reinventar utilizando diferentes tecnologias e metodologias sem que houvesse perda no processo ensino-aprendizagem. Este trabalho pretende descrever a experiência dos docentes na realização das práticas interdisciplinares mediada por tecnologia durante a pandemia do Sars-CoV-2. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato da experiência, que descreve a vivência dos docentes da disciplina Trabalho Interdisciplinar Supervisionado – TIS, do curso de Biomedicina.

DESENVOLVIMENTO: O TIS é um componente curricular obrigatório no curso de Biomedicina da FAMINAS BH e tem o objetivo de promover a experiência interdisciplinar com foco na integração do conhecimento das demais unidades curriculares, os aspectos socioculturais, comunitários e científicos. As ações na comunidade, antes realizada presencialmente nos diferentes campos de atuação profissional, escolas de ensino médio, creches, asilos e em conjunto com a equipe de saúde da família, precisou de adaptações, já que o distanciamento social foi uma realidade enfrentada no primeiro semestre de 2020. Foi necessário adequar as atividades sem perder a essência de chegar até a população. Inicialmente houve a necessidade de revisão do que havia sido programado, realização de capacitação dos docentes e discentes quanto ao uso das ferramentas adotadas e planejamento de novas ações. Diferentes estratégias

SUPL.01

foram utilizadas para alcance dos resultados, que foi surpreendente. O ensino remoto permitiu o uso de tecnologias, muitas vezes, não adotadas integralmente e o desenvolvimento de habilidades não antes pensadas. O ambiente virtual de aprendizagem possibilitou a aproximação entre professores e alunos. A utilização das redes sociais como forma de intervenção permitiu o alcance do público-alvo. Foi possível conhecer a experiência de profissionais de outros municípios e Estados viabilizado pelas tecnologias disponíveis. Algumas adversidades precisaram ser contornadas, como por exemplo a dificuldade de acesso à infraestrutura (computador, conexão à internet). A ansiedade pelo desconhecido. A falta de interação dos alunos durante as aulas, seja por timidez ou por não ter microfone e câmera. Por fim, a adaptação das ações do TIS já definidas durante os encontros presenciais no início do semestre letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A pandemia do Sars-CoV-2 exigiu uma rápida adaptação tanto dos professores, quanto dos alunos. Foi o ponto de partida para busca por soluções inovadoras. O uso de ferramentas tecnológicas nas atividades interdisciplinares potencializou o caráter colaborativo e integrativo dessa prática, ajudando a ampliar o conhecimento sobre essas estratégias de ensino que antes eram pouco exploradas. Portanto, a inclusão desses novos instrumentos de ensino deve ser mantida mesmo em um cenário de ensino presencial, fortalecendo o vínculo entre a comunidade acadêmica e a população. **BIBLIOGRAFIA:** MEC. RESOLUÇÃO CNE/CES 2, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces022003.pdf>> Acesso em: 01 set 2020.

PERCEPÇÃO SOBRE INFECÇÃO URINÁRIA: uma abordagem terapêutica

Fernanda Mara Fernandes (fernandauss@hotmail.com)

Professora Unifaminas – Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Emanuel de S. Braga

Aluno do curso de Biomedicina

Adriana de Freitas Soares

Professora Unifaminas – Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Palavras- chaves: Infecção do trato urinário, Resistência bacteriana, Plantas medicinais.

1. INTRODUÇÃO

Considerada uma das infecções mais encontradas na prática médica, as infecções do trato urinário (ITU) configuram como a segunda maior infecção encontrada na população mundial, atingindo mulheres e homens, sendo que, suas prevalências podem variar de acordo com a idade e o sexo dos pacientes, e a grande maioria dos casos são tratados com antibióticos (JOHNSON et al, 2012).

Medidas profiláticas desse tipo de infecção, são indicadas principalmente naquelas mulheres que apresentam ITU recorrente, com mais de duas infecções por ano, ou presença de fatores que podem manter a infecção, como por exemplo os cálculos. Para o início da profilaxia se faz necessário que o resultado da urocultura seja negativo, para evitar assim o tratamento de uma eventual infecção vigente com sub-dose de antibióticos (HEILBERG & SCHOR, 2003).

Salzani e colaboradores (2019) discutem que é extremamente importante a escolha da antibioterapia no tratamento de tais infecções, sendo necessário a análise dos medicamentos com atuação direta sobre o agente causador, o que auxilia para o não aparecimento de resistência bacteriana. Visto que, o uso crescente de antibióticos e as resistências apresentam repercussões clínicas, e econômicas, o que exige do médico uma prescrição racional. Lopes e Zanchettas (2019) ressaltam que as plantas medicinais são uma alternativa no tratamento de tais doenças, entretanto, seu uso exige responsabilidade do prescritor, pois estas plantas podem causar alguns efeitos secundários e toxicidade.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a percepção de um que um grupo de indivíduos apresenta sobre as ITU, destacando a antibioticoterapia e o uso de ervas medicinais.

2.MATERIAL E MÉTODOS

SUPL.01

Trata-se de um estudo transversal e descritivo, realizado no mês de agosto/2020 que contou com a participação de 79 voluntários de 3 cidades localizadas na Zona da Mata de Minas Gerais.

Os voluntários responderam a um questionário eletrônico que foi elaborado com auxílio da plataforma Google Docs e enviado através de um link pelo aplicativo *WhatsApp*. Para tal estudo, foram excluídos aqueles indivíduos com idade inferior à 18 anos, além daqueles que não aceitaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O projeto foi enviado ao Comitê de Ética de Pesquisa do Centro Universitário UNIFAMINAS, Muriaé-MG, de acordo com Resolução CSN 01/88 do Conselho Nacional de Saúde (CAAE: 61084716.3.0000.5105).

Aqueles que aceitaram participar e marcaram a opção no TCLE, realizaram o preenchimento online das questões. Foram aplicadas ao grupo, questões avaliando a administração de antibióticos e de ervas medicinais no tratamento das ITU.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Participaram do estudo, 79 voluntários, sendo, 19 homens (24%) e 60 mulheres (76%). Em relação ao tratamento medicamentoso 31,5% das mulheres utilizaram ciprofloxacino, 21,1% levofloxacino, 2,6% azitromicina, 2,6% amoxicilina associado ao ácido clavulâmico, 2,6% norfloxacino, 2,6% azitromicina, 13,2% não lembram o nome do antibiótico que usou, e 23,7% não utilizaram tratamento medicamentoso.

Já entre os homens, apenas 11,1% realizaram a administração de medicamentos, sendo que, todos estes fizeram uso de um comprimido revestido, composto por: *Costus spicatus* + *Atropa belladonna* + cloreto de metiltionínio + teobromina + aloína. Tal medicamento é indicado no tratamento das ITU, uma vez que possuem ação antisséptica das vias urinárias e auxiliam na prevenção dos cálculos urinários por oxalatos (BULAS MED, 2020). De acordo com Paes, Mendonça e Casas (2013), as folhas de *Costus spicatus*, que é um dos compostos do medicamento, é empregada na medicina popular para o tratamento de diversas doenças, e entre elas, doenças do aparelho urinário.

Já o antibiótico Ciprofloxacina, que foi o medicamento mais utilizado entre as mulheres, é a droga de referência no grupo das quinolonas, no entanto o abuso no emprego deste, até mesmo de forma profilática, levou a um aumento nas taxas de resistência microbiana (BARROS et al., 2008).

Estudos epidemiológicos apresentam a estimativa anual de que 10 % das mulheres são diagnosticadas com cistite, 60% apresentam pelo menos um episódio de ITU ao longo de sua vida, e que tais infecções atingem um pico máximo em mulheres com idade entre 15 e 24 anos, e entre aquelas com idades superiores à 65 anos (PAULA et al., 2016).

SUPL.01

Das mulheres que fizeram tratamento medicamentoso, 89,8% o fizeram por indicação médica, 3,4% o farmacêutico indicou procurar um médico para prescrevê-lo, 3,4% indicado por alguém de seu convívio social e outros 3,4% comprou por conta própria, sem receita médica.

Vale ressaltar que, o uso de antibióticos deve ser prescrito por médico e a receita retida no local de compra, seja drogaria ou farmácia. A Resolução 44 de 26 de outubro de 2010, dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias que são classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica. Tal resolução ressalta que tais substâncias, só podem ser vendidas em farmácias e drogarias mediante a apresentação da receita médica de controle especial. A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta que mais de 50% das prescrições de antibióticos no mundo são feitas de forma inadequada (OPAS, 2020). A Anvisa descreve que o objetivo de tal resolução é a ampliação do controle destes produtos, contribuindo assim para a redução da resistência bacteriana. “O uso indiscriminado de antibióticos é um problema de saúde pública em todo o mundo” (ANVISA, 2020).

Em relação à posologia do fármaco, 79,3% dos entrevistados seguiram conforme orientação médica, 6,9% conforme a bula, outras 6,9% tomaram até desaparecer os sintomas e 6,9% não souberam dizer.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em todo o mundo mais de 50% de todos os medicamentos são receitados, dispensados e vendidos de maneira inadequada. Entre o uso irracional de medicamentos, podemos citar: uso de muitos medicamentos por paciente; uso não adequado de antimicrobianos, às vezes em dosagem inadequada, para infecções não bacterianas; entre outros (BRASIL, 2020).

Dos homens entrevistados, 88,9% não realizaram tratamento medicamento, e apenas 11,1% utilizou, afirmando que tal medicamento foi administrado por indicação de alguém de seu convívio social. Além disso, relataram que o tratamento foi seguido de maneira correta, respeitando-se os horários e doses, seguindo a posologia de acordo com as instruções da bula.

A insatisfação relacionada à ineficácia de algumas terapêuticas convencionais e o grande número de efeitos indesejáveis que estão associados aos fármacos sintéticos, estimulam o mercado dos medicamentos e de produtos contendo plantas. Neste sentido, observa-se um aumento nos pedidos de orientação, tanto farmacêutica quanto clínica (TEIXEIRA, 2012).

De acordo com os dados da pesquisa, 73,7% das mulheres descreveram nunca ter utilizado nenhum tipo de chá medicinal para o tratamento da ITU. Das mulheres que tomaram, 30% utilizaram chá de quebra-pedra, 30% chá de transsagem, 20% chá de cavalinha e 10% chá de hortelã e 10% chá de salsinha. Entre os homens, 33,3% não fizeram o uso de chá e 66,7% já fizeram, destes, 50% utilizaram chá de quebra-pedra e 50% chá de hortelã.

Domingos et al (2015), avaliaram a atividade de extratos de quebra-pedra (*Phyllanthus* sp.) frente à patógenos causadores de infecções no trato urinário. Os autores observaram através de diferentes técnicas microbiológicas, a atividade antimicrobiana, sendo as bactérias mais sensíveis o *Staphylococcus saprophyticus* e o *Staphylococcus aureus*. Além

disso, observaram que os extratos alcoólicos foram mais eficientes, e que os cocos Gram positivos foram mais susceptíveis quando comparadas aos bacilos Gram negativos e fungos.

Já Sousa e Firmo (2019), descrevem que o chá de quebra-pedra apresenta eficácia terapêutica no tratamento e na prevenção dos cálculos renais. No estudo, o grupo avaliado, relatou que o chá de quebra-pedra era mais usado nas infecções do trato urinário, cálculo renal e até mesmo para o tratamento de problemas hepáticos. Os autores descrevem que o uso do chá como forma alternativa de tratamento, está diretamente ligado a questões culturais, e que estes indivíduos buscam segurança, custo benefício e baixos efeitos colaterais.

4. CONCLUSÃO

Através do presente estudo, observou-se que o ciprofloxacino foi o antibiótico mais utilizado e que, na maioria das vezes tais medicações são prescritas pelo médico, com posologia seguida de maneira correta. O uso de antibióticos foi maior entre o grupo das mulheres, e em relação ao uso de chás, o mais empregado em ambos os gêneros, foi o chá de quebra-pedra.

Vale ressaltar que o grupo que não segue a prescrição de maneira correta, está propício ao desenvolvimento de resistência bacteriana.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias//asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-recebe-sugestoes-para-proposta-que-aumenta-controle-sobre-venda-de-antibioticos/219201/pop_up?_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_viewMode=print&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_languageId=pt_BR; Acesso: 09/09/2020).

BARROS, E.; MACHADO, A.; BITTENCOURT, H.; CARAMORI, M.L.; SPRINZ, E. Antimicrobianos – Consulta rápida. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Uso Racional de Medicamento. (Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/uso-racional-de-medicamentos>; Acesso: 09/09/2020).

BULAS MED. (Disponível em: <https://www.bulas.med.br/p/bulas-de-medicamentos/bula/1351043/pilulas+de+lussen.htm>; Acesso: 07/09/2020).

DOMINGUES K., GONÇALVES A., OLIVEIRA C.P., PERIM C.M., GONÇALVES F.B. Avaliação de extratos de quebra-pedra (*Phyllanthus* sp.) frente à patógenos causadores de infecções no trato urinário. Rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.17, n.3, p.427-435, 2015. (Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpm/v17n3/1516-0572-rbpm-17-3-0427.pdf>; Acesso: 11/09/2020).

HEILBERG; I. P.; SCHOR, N. Abordagem diagnóstica e terapêutica na infecção do trato urinário – ITU. Trabalho realizado na Disciplina de Nefrologia da UNIFESP; Ambulatório de Infecção Urinária da Universidade Federal de São Paulo; 49(1): 109-16; 2003. (Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ramb/v49n1/15390.pdf>; Acesso: 28/08/2020).

JOHNSON, J.D.; O'MARA, H.M.; DURTSCHI, H.F.; KOPJAR, B. Do urine cultures for urinary tract infections decrease follow-up visits? Journal of the American Board of Family Medicine: JABFM, 24(6):647–55; 2012.

LOPES, M., ZANCHETT, C. C. C. Infecções do trato urinário: uma revisão sobre as evidências científicas das principais plantas medicinais utilizadas na prática clínica. FEMINA;47(11): 824-30; 2019.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde (Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1606:novas-regras-para-controlar-a-venda-de-antibioticos&Itemid=463; Acesso: 28/08/2020).

PAES, L.S.; MENDONÇA, M. S.; CASAS, L.L. Aspectos Estruturais e Fitoquímicos de partes vegetativas de *Costus spicatus* (Jacq.) Sw. (Costaceae). Rev. bras. plantas med. vol.15 no.3 Botucatu; 2013.

PAULA, M.L.A., NEGRI, M.M., PAULA, C.L.A., XAVIER, A.R., KANAAN, S, WEIDE, L.C.C. Infecção do trato urinário em mulheres com vida sexual ativa. J. Bras. Med.;103(2):37-41; 2016.

SALZANI, M. G. B. et al. Infecções urinárias: buscando evidenciar as drogas mais usadas no tratamento dessas patologias. Temas em Saúde. Vol. 19, N. 3 ISSN 2447-2131 João Pessoa, 2019. (Disponível em : <http://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2019/09/19319.pdf>; Acesso: 28/08/2020).

SOUSA, A. B. A. & FIRMO, W. da C. A. Uso do chá de quebra pedra em pacientes diagnosticados com litíase renal no município de São Mateus do Maranhão-MA. Natureza Online, 2019. (Disponível em: http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/NOL20180901_.pdf; Acesso: 11/09/2020).

TEIXEIRA, A. C. de J. Fitoterapia aplicada à prevenção e tratamento de infecções urinárias. Universidade Fernando Pessoa Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências Farmacêuticas; 2012. (Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3738/1/Fitoterapia%20aplicada%20%C3%A0%20preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20tratamento%20de%20infec%C3%A7%C3%B5es%20urin%C3%A1rias.pdf>; Acesso: 28/08/2020).

Mariana de Melo **CAZAL**¹

Adonias Ribeiro de **SOUZA**²

Tassiana Aparecida **HUDSON**¹

1. Professora Centro Universitário Unifaminas; 2. *Nutricionista, Centro Universitário Redentor*

UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Refeição Pré-exercício; Nutrição Esportiva; Ciclismo; Carboidratos.

INTRODUÇÃO

O ciclismo é considerado uma modalidade de alta exigência nutricional e física, praticado por atletas profissionais e desportistas amadores (LOVATO; VUADEN, 2015).

Como muitos desportistas treinam no período da manhã, geralmente a refeição pré-exercício é o desjejum, a qual deve fornecer energia necessária para garantir o desempenho durante a prática. A refeição pré-treino, precisa apresentar alta digestibilidade, ser rica em carboidratos e pobre em lipídeos e proteínas (FACCIN; MOLZ; FRANKEL, 2018).

Como em toda prática esportiva, a nutrição tem um papel fundamental, pois a ingestão de alimentos precisa satisfazer as necessidades energéticas do atleta, fornecendo o aporte adequado de carboidratos, proteínas, gorduras, água, vitaminas e minerais (FERREIRA; DALAMARIA; BIESEK, 2014). A alimentação adequada principalmente antes e durante o treino é fundamental não somente para maximizar o desempenho, mas também para reduzir o risco de lesões e melhorar os depósitos de energia, auxiliando na manutenção da saúde do atleta (SILVA *et al.*, 2016).

Associada a ingestão de alimentos e bebidas, esportistas têm o hábito de consumir suplementos, embora as recomendações nutricionais para o esportista seja semelhante à estabelecida para toda a população, porém com pequenas diferenças. A maior delas se encontra nas quantidades, já que a maior necessidade calórica implica em maior volume de alimentos (BIESEK; ALVES; GUERRA, 2015).

Manter hábitos alimentares que forneça um adequado consumo energético e de nutrientes é fundamental para o desempenho, composição corporal e saúde dos indivíduos, e neste caso, de atletas, tanto profissionais quanto amadores. O presente estudo objetivou avaliar o consumo alimentar antes do treinamento e o uso de suplementos por ciclistas amadores.

MATERIAIS E MÉTODOS

SUPL.01

Trata-se de um estudo com delineamento transversal, no qual foram descritos os hábitos alimentares de 100 ciclistas amadores recrutados de forma aleatória durante um encontro ciclístico na cidade de Eugenópolis-MG.

Os indivíduos foram entrevistados durante a distribuição dos *kits* de participação do evento (placas com números e brindes) no dia anterior ao encontro. Após uma explicação verbal sobre os objetivos do estudo, os ciclistas que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e responderam a um questionário que continha 13 questões que buscava avaliar variáveis comportamentais e nutricionais, além dos dados de identificação, e alguns itens sobre a prática esportiva, como tipo, frequência, hidratação e uso de suplementos (CAZAL, 2010).

Foram incluídos indivíduos de ambos os sexos, com idades entre 18 e 50 anos, que participaram do encontro de ciclismo amador na cidade de Eugenópolis-MG. Os indivíduos que não treinavam pela manhã foram excluídos do presente estudo.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Redentor de Itaperuna-Rj, atendendo a resolução número 466/12, sob número do CAAE de: 14919619.4.0000.5648.

Os dados obtidos na pesquisa foram transferidos para uma planilha do programa *Microsoft Excel*® 2010 e os resultados foram expressos em média \pm desvio padrão ($X \pm DP$) e frequência.

RESULTADOS

Caracterização da amostra

A amostra estudada foi composta por 100 participantes, sendo 58% do sexo masculino com idade entre 19 e 48 anos ($34,26 \pm 4,94$ anos) e 42% do sexo feminino com idade entre 18 e 47 anos ($31,36 \pm 3,53$ anos). Os ciclistas treinavam em média $2,97 (\pm 1,41)$ vezes/semana com duração de $0,5 (\pm 1,0)$ hora/dia e apresentavam $4 (\pm 1,41)$ anos de prática no esporte. Todos os participantes residiam na cidade de Eugenópolis-MG.

Consumo alimentar pré-exercício

Considerando a rotina de treinamento dos ciclistas, que treinavam no horário da manhã, o jejum era o pré-treino de 91 participantes, enquanto 9 treinavam em jejum, seja por falta de apetite ($n=4$), incômodo ao fazer exercício com alimento no estômago ($n=3$), ou não querer acordar ainda mais cedo para preparar o café ($n=2$).

Os alimentos mais consumidos no pré-treino foram: banana, ovo, pão integral, batata doce e pasta de amendoim (Tabela 1). O café foi a bebida mais consumida (94,5%), seguido por suco natural de frutas (53,85%) e sucos industrializados (26,37%) (Tabela 1).

SUPL.01

Tabela 1. Consumo de alimentos e bebidas no desjejum antes do treinamento (n= 91) por ciclistas amadores, Eugenópolis-Mg, 2019.

Alimentos e bebidas	N	%
Alimentos		
Banana	87	95,6
Ovo	80	87,91
Pão integral	69	75,82
Batata doce	51	56
Pasta de amendoim	50	54,94
Queijo	48	52,74
Abacate	40	43,95
Mamão	38	41,75
Aveia	28	30,76
Tapioca	22	24,17
Pão branco	20	21,97
Bolo simples	18	19,78
Bebidas		
Café	86	94,5
Suco natural	49	53,84
Suco industrializado	24	26,37
Iogurte	10	10,98
Leite	8	8,79
Refrigerante	5	5,49

O percentual ultrapassa 100%, porque havia mais de uma resposta para cada

questão.

Em média, o tempo de ingestão entre o pré-treino e o exercício foi de $16,66 \pm 22,65$ min, variando entre 15 min à 2 h.

A principal razão para a escolha alimentar foi a preferência (57%), todas as razões que justificavam a escolha dos alimentos ingeridos no desjejum antes do treino estão listados na Tabela 2.

Tabela 2. Razões para escolha dos alimentos ingeridos no desjejum antes do treinamento por ciclistas (n=100), Eugenópolis-Mg, 2019.

Razões	N	%
Preferência	57	57
Fornecimento de Energia	32	32
Indicação do Nutricionista	28	28
Praticidade	12	12
Hábito Alimentar	10	10
Alimentos Saudáveis	6	6
Evitar Sintomas Gastrointestinais	2	2

O percentual ultrapassa 100%, porque havia mais de uma resposta para cada questão.

Ingestão de suplementos

Quanto ao uso de suplemento, 58% responderam que utilizavam. Os principais suplementos usados antes do treino foram as bebidas carboidratadas (74,13%), *Whey Protein* (44,82%) e Creatina (43,10%), e durante o treino, os géis de carboidrato (91,37%) foram os mais utilizados (Tabela 3).

Tabela 3. Tipos de suplementos alimentares consumidos por ciclistas amadores (n=58), Eugenópolis-MG, 2019.

Suplementos	N	%
Géis de carboidrato	53	91,37
Bebidas Carboidratadas	43	74,13
<i>Whey Protein</i>	26	44,82
Creatina	25	43,10
BCAA	6	10,34
Hiperclórico	2	3,44
Cafeína	2	3,44

O percentual ultrapassa 100%, porque havia mais de uma resposta para cada questão.

SUPL.01

A maioria dos ciclistas faziam uso de suplementos por conta própria (86,21%), 68,96% se baseavam em informações retiradas da internet (68,96%) e 62,06% foram orientados por Nutricionista (62,06%) (Tabela 4).

Tabela 4. Fontes de informação sobre suplementos alimentares usados por ciclistas (n=58), Eugenópolis-MG, 2019.

Fonte	N	%
Faz uso por conta própria	50	86,21
Internet	40	68,96
Nutricionista	36	62,06
Amigo	20	34,48
Livro	2	3,44
Educador Físico	6	10,34
Médico	2	3,44

O percentual ultrapassa 100%, porque havia mais de uma resposta para cada questão.

DISCUSSÃO

Analisar os hábitos alimentares de indivíduos praticantes de modalidades esportivas é essencial para que seja possível traçar uma dieta equilibrada, que forneça os nutrientes e a hidratação adequados, satisfazendo suas demandas nutricionais (FERREIRA; DALAMARIA; BISEK, 2014; LOVATO; VUDEN, 2015).

No presente estudo, a maioria dos ciclistas tinham o hábito de consumir café da manhã antes do treino. Este comportamento pode ser considerado um aspecto positivo nos hábitos alimentares desses atletas, pois a prática de exercícios em jejum não é recomendada, devido ao risco de levar o indivíduo a um estado hipoglicêmico, como também alterações no metabolismo, redução na disponibilidade de nutrientes para o cérebro, alterações nas funções cognitivas e físicas, prejudicando a saúde e também a eficácia do treinamento (ROBINS; HETHERINGTON, 2005). Além disso, a importância do desjejum como primeira refeição do dia está bem estabelecida, visto que essa refeição fornece energia prontamente disponível para ser usada nas atividades matinais e diárias (MARANGONI *et al.*, 2009). O café da manhã como refeição pré-exercício, merece uma atenção especial, pois nessa condição ele se torna a refeição responsável por reestabelecer o glicogênio muscular e hepático, proporcionar hidratação adequada e evitar a hipoglicemia (FERREIRA; DALAMARIA; BIESEK, 2014).

A maioria dos ciclistas entrevistados consumia banana no desjejum pré-treino. Este alimento atende às recomendações de consumo pré-exercício pois apresenta de médio a baixo índice glicêmico (BIG). A refeição de BIG é digerida e absorvida lentamente, fornecendo glicose de forma gradual e constante para os músculos durante o exercício, resultando em ligeiro aumento da insulina e evitando hipoglicemia (CAZAL, 2010).

Em relação à bebida consumida pré-exercício, a maior parte dos ciclistas consumiam café. Diversos estudos apontam a eficácia da cafeína como recurso ergogênico nos diferentes tipos de exercícios (ALTERMANN *et al.*, 2008; ALMEIDA *et al.*, 2009; BALTAZAR; MARIANA, 2012). Embora sua ingestão possa estar associada a efeitos colaterais indesejáveis, como a ação diurética que somada ao clima quente e úmido pode aumentar o risco de desidratação, é válido destacar que há indícios que esses

efeitos colaterais da cafeína são pequenos ou mesmo inexistentes em atletas que possuem o hábito de consumi-la (CAZAL, 2010).

Quanto aos motivos pela escolha alimentar, os indivíduos do presente estudo indicaram que escolhem os alimentos conforme a preferência, e também pelo fornecimento de energia. Apenas 28% dos ciclistas se baseavam em orientações de nutricionistas para fazerem suas escolhas alimentares. Corroborando com o estudo de Robins e Hetherington (2005), que demonstrou que é comum atletas amadores não atribuírem a devida importância à alimentação como fator para melhor desempenho esportivo, e que muitos adquirem conhecimentos sobre a alimentação pelo método “tentativa e erro” sem qualquer relação com o conhecimento científico. Esses resultados são preocupantes, pois a escolha alimentar através de orientação profissional é extremamente importante, pois o profissional vai manipular a alimentação do atleta através da análise de diversas variáveis, como por exemplo a defasagem de nutrientes que possam causar deficiências ou distúrbios, corrigir hábitos alimentares e identificar a real necessidade de suplementação (CFN, 2006).

O uso de suplementos alimentares foi relatado por 58% dos ciclistas. Embora os atletas precisem consumir alimentos em vez de nutrientes isolados para atingir seus requerimentos nutricionais necessários para um bom desempenho (PIGNATA, 2013). Os suplementos ergogênicos nutricionais têm sido bastante utilizados, devido a suposta capacidade de melhorar o desempenho físico, mental e orgânico, auxiliando àqueles indivíduos que por algum motivo não podem ou não conseguem ingerir alimentos.

Quanto à indicação para o uso dos suplementos, 68,96 % dos entrevistados obtinham informações pela internet e 62,06% foram orientados pelo Nutricionista (Tabela 4). A indicação de suplementos por outras fontes inadequadas tem sido uma prática comum em ambiente esportivo (FONTAN, AMADIO, 2015). Mesmo sem a indicação correta, muitos faziam a reposição energética durante o exercício principalmente por meio do consumo de suplementos, sobretudo, fontes de carboidrato. Em exercícios prolongados, como a prática de ciclismo, além da refeição pré-exercício, o consumo de carboidratos durante a atividade, é essencial para evitar episódios de hipoglicemia, além disso o consumo adequado de carboidratos tem sido indicado como um fator que influencia positivamente no melhor rendimento durante esse tipo de exercício (CHAGAS *et al.*, 2016).

CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que a maioria dos ciclistas entrevistados tinham o hábito de realizar o desjejum antes do treino, composto por alimentos fontes de carboidrato. Os atletas também utilizavam suplementos ricos em carboidratos antes e durante o exercício. A maioria dos ciclistas não receberam orientações profissionais tanto para o consumo alimentar quanto para a suplementação, utilizando como fontes de informação a internet ou a própria experiência vivenciada.

Desta forma, fica evidente o desconhecimento dos atletas amadores à cerca da importância de uma alimentação adequada orientada por profissionais qualificados, bem como o uso indiscriminado de suplementação sem a devida prescrição. Ressalta-se que uma dieta balanceada fornece os nutrientes necessários aos atletas e a suplementação nutricional deve ser restringida apenas aos casos especiais de deficiência nutricional ou na impossibilidade de atingir a necessidade energética por meio da alimentação.

A alimentação de atletas precisa atender às exigências energéticas da modalidade, elaboradas através da análise de variáveis individuais que devem ser controladas por profissionais capacitados, tanto para garantir condições ótimas para um bom desempenho quanto para a manutenção da saúde desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; SANGIOVANNI, D.; LIBERALI, R. Cafeína: efeitos ergogênicos nos exercícios físicos. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 3, n. 15, p. 198-209, jun. 2009.

ALTERMANN, A. M.; SIVEIRA DIAS, C.; LUIZ, M. V.; NAVARRO, F. A influência da cafeína como recurso ergogênico no exercício físico: sua ação e efeitos colaterais. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 225-239, Julho/Agosto, 2008.

BALTAZAR, E.; MARIANA. **Avaliação do consumo alimentar pré e pós treino de atletas de diversas modalidades de atletismo do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012. 33 p. Monografia (Graduação em Nutrição) - Universidade Veiga de Almeida.

BIESEK, S.; ALVES, L. A; GUERRA, I. **Estratégias de nutrição e suplementação no esporte**. 3 ed. Barueri-SP: Manole, 2015.

CAZAL, M. M. **Práticas alimentares, efeito do índice glicêmico e da hidratação no desempenho de ciclistas, um estudo de caso**. Viçosa, 2010. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição) – Universidade Federal de Viçosa

CHAGAS, T. P. N.; DANTAS, E.; SANTOS, W.; OLIVEIRA, T.; SOUZA, L.; SANTOS, T.; LIMA, M.; PRADO, E. Consumo dietético e estado de hidratação em corredores de longa distância. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v. 10, n. 58, p. 439-447, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN Nº 390, de 27 de outubro de 2006. **Regulamenta a prescrição dietética de suplementos nutricionais pelo nutricionista e dá outras providências**. Diário Oficial da União Nº 223, quarta-feira, 22 de novembro de 2006, seção 1, páginas 104 e 105.

FACCIN, A .P.M; MOLZ, P; FRANKE, S. I. R. Avaliação do consumo dietético, desidratação e grau de fadiga em um grupo de ciclistas amadores. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v. 12, n. 73, p.636-646, out. 2018.

FERREIRA, F. L.; DALAMARIA, L. P.; BIESEK, S. Acompanhamento nutricional de adolescentes ciclistas profissionais da cidade de Curitiba PR. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v. 8, n. 46, p. 228-237, 2014.

FONTAN J. S.; AMADIO, M. B. O uso do carboidrato antes da atividade física como recurso ergo gênico: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo. v. 21, n. 2, ago. 2015.

LOVATO, G.; VUADE, F. C. Diferentes formas de suplementação de carboidratos e seus efeitos na performance de um atleta de ciclismo: estudo de caso. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v. 9, n. 52, p.355-360, 2015.

MARANGONI, F.; POLI, A.; AGOSTONI C.; DI PIETRO, P.; CRICELLI, C.; BRIGNOLI, O. A consensus document on the role of breakfast in the attainment and maintenance of health and wellness. **Acta biomedica dell'Ateneo parmense**, Parma, v. 80, p. 166-171, 2009.

MARINS, J. C. B.; AGUDO, C.; IGLESIAS, M. L.; ZAMORA, S. Hábitos de Hidratación en un colectivo de deportistas de pruebas de Resistencia. **Selección (Madr.)**, Madrid, v. 13, p. 18-28, 2004.

PIGNATA, B. H. **Relação entre o consumo alimentar e gasto energético em praticantes de triathlon**. Campinas, 2013. 52 p. Monografia (Bacharel em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas.

SUPL.01

ROBINS, A.; HETHERINGTON, M. M.; A comparison of pre-competition eating patterns in a group of non-elite triathletes. **International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism**, Champaign, v. 15, p. 442-57, 2005.

SILVA, H.; SILVEIRA, M. C.; ARAUJO, N. T. M.; MORAES, S. S.; AMARO, S.; ARAUJO, M. A.; ALVARENGA, M. L. Avaliação do conhecimento em Nutrição Esportiva de profissionais de Educação Física em um clube esportiva de São Paulo. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v.10, n.56, p.241-247, nov. 2016.

VOLTOLINO, B. A.; SANTOS, C. C.; CIPRIANO, L. M. P.; GIACOMINI, B. S.; VIEBIGI, R. F. Avaliação do nível de desidratação de frequentadores das aulas de spinning de três academias corporativas do município de São Paulo. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 7, n. 39, p. 147-153, 2013.

**TREINAMENTO FÍSICO COMO FERRAMENTA PARA MELHORAR QUALIDADE DE VIDA,
CAPACIDADE FUNCIONAL E SARCOPENIA EM PACIENTES COM CIRROSE HEPÁTICA**

Rosa V D Guerrero¹, Janaina B Moreira¹, Pedro A C Mira^{1,2}, Mateus C Laterza¹, Natália Portela^{1,3,4}.

1. Unidade de Investigação Cardiovascular e Fisiologia do Exercício (InCFEx), do Hospital Universitário e da Faculdade de Educação Física e Desportos, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Geras - Brasil.
2. Laboratório de Ciências do Exercício da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro - Brasil.
3. Curso de Educação Física do Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS, Minas Gerais - Brasil.
4. Curso de Educação Física do Centro Universitário de Valença - UNIFAA, Rio de Janeiro - Brasil.

Palavras-chave: Cirrose Hepática; Exercício Físico; Promoção da Saúde.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00 2 - Educação Física

Introdução

A cirrose hepática (CH) é o estágio final de um processo de agressão persistente no fígado, ocasionando o aparecimento de nódulos de regeneração e formação de tecido fibroso que afeta sobremaneira as funções do órgão (1). No mundo, 1,32 milhão de pessoas morreram ao ano 2017 devido a CH (2). No Brasil, em 2017 as doenças crônicas do fígado foram a décima causa de morte (2).

A progressão da doença afeta o estilo de vida dos pacientes devido a complicações como ascite, encefalopatia hepática, hemorragia por varizes de esôfago como consequência da hipertensão portal (HP) (3). Foi demonstrado que o exercício físico aumenta o gradiente de pressão venoso hepático (GPVH) (4). No entanto, quando feito uso de betabloqueador não seletivo (propranolol), há diminuição do GPVH durante a realização de exercício físico aeróbio, consequentemente diminuição da HP (5).

Como consequência das complicações, estes indivíduos são acometidos pela desnutrição prejudicando importantes fatores como perda de proteínas no intestino e diminuição da síntese proteica pelo fígado, levando a diminuição de massa magra (MM) e força muscular (FM). A sarcopenia é considerada uma complicação muito prevalente nos pacientes com CH, vários estudos vêm demonstrando a importância de manter a MM e FM nesta população para evitar pior prognóstico (6 - 9). Devido a relevância clínica da perda da FM e MM no paciente com CH, atualmente tem sido reportado na literatura que a força de prensão manual é prognóstico de sobrevida, demonstrando que baixos níveis de força de prensão manual (≤ 30 kgf homens e ≤ 15 kgf mulheres) representam diminuição da taxa de sobrevida quando comparados a altos níveis de força (10).

Nos pacientes com CH, a sarcopenia está associada à diminuição da capacidade funcional (CF) (11), perda da força muscular respiratória e consumo de oxigênio (VO₂) (12). Por outro lado, é amplamente conhecido na literatura os efeitos benéficos do treinamento físico na melhora da qualidade de vida (QV), CF, FM, MM e aumento do VO₂ em diferentes populações.

Objetivo

Sumarizar os efeitos do treinamento físico sobre a qualidade de vida, CF, sarcopenia, VO₂ e GPVH em pacientes com CH.

Materiais e Métodos

SUPL.01

Foram realizadas buscas na base de dados PUBMED, a partir dos descritores “*Cirrhosis, Liver*” e “*Exercise Training*”. Foram incluídos os estudos que envolviam seres humanos, com data de publicação até 10 anos finalizando em setembro de 2020, nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa, que investigassem treinamento físico para cirróticos.

Resultados

A busca retomou 574 artigos relacionados. Destes, 565 foram excluídos com base nos critérios de elegibilidade. Foram analisados 9 trabalhos (6 ensaios clínicos randomizados e 3 estudos prospectivos). A amostra dos estudos variou entre 8 e 50 pacientes com CH. A maior parte dos pacientes analisados eram classificados Child-Turcotte-Pugh (CHILD) A, exceto um em que os voluntários foram classificados como CHILD B (10). Os valores da classificação *Model for End-stage Liver Disease* (MELD) de todos os trabalhos oscilou entre 8 ± 2 e 13 ± 6 .

Dos 9 trabalhos, 5 estudos empregaram treinamento combinado (aeróbio + resistido), 3 estudos, treinamento aeróbio e 1, treinamento resistido. Pelo período de 8 a 16 semanas, com frequência semanal de 1 a 3 sessões e duração de 40 a 120 minutos. A intensidade destas intervenções foi de moderada a vigorosa (13) e controlada pela frequência cardíaca.

O treinamento resistido foi realizado concomitante ao treinamento aeróbico em 5 trabalhos e somente um estudo realizou exclusivamente o treinamento resistido (14). Dois estudos aplicaram treinamento resistido em membros superiores evitando realizar esforço na área do abdômen (15, 16). Um dos trabalhos realizou cinesioterapia, descrita como atividades rítmicas dirigidas prescritas com a finalidade de melhoria da FM, elasticidade, coordenação e equilíbrio (17). Outro trabalho com treinamento resistido de intensidade moderada (70 ou 80% de uma repetição máxima) avaliada mediante a força de extensão do joelho, realizou 3 séries de oito repetições, aumentando uma repetição a cada 6 semanas (18). Por outro lado, no estudo de Berzigotti et al não foi descrita a intervenção dos exercícios de força realizados (19). Mais recentemente, Aamann et al 2019 descreveu especificamente os exercícios resistidos realizados (tabela 1) (14). Em todos os trabalhos são relatados exercícios de alongamento e relaxamento entre 10 e 15 minutos ao final da sessão.

Seis estudos avaliaram consumo de oxigênio pico (VO_{2pico}) mediante teste cardiopulmonar de exercício (15 – 18, 20, 21). Três estudos, utilizaram esteira ergométrica (15 - 17) e não encontraram aumento do VO_2 (tabela 1). Os outros 3 estudos avaliaram o VO_2 em cicloergômetro (18, 20, 21) só dois deles encontraram aumento do VO_2 (18, 20) (tabela 1). A CF foi avaliada pelo teste de caminhada de 6 min (6MWD) em 5 artigos (14, 18, 20 - 22). Nestes, foram observados aumentos da distância percorrida em metros, sem diferença significativa para um dos cinco artigos (20) (tabela 1). Ademais, 2 estudos avaliaram CF mediante o risco de quedas (Timed Up&Go) e teste 2min step tests. Em ambos, os pacientes apresentaram melhoras da CF (15, 22) (tabela 1).

Com relação a sarcopenia, que foi avaliada por densitometria óssea (15), ultrassom (20, 21) ou absorciometria de raios-x e ressonância magnética (16, 14), 5 estudos relataram aumento da MM (14 – 16, 20, 21). Além disso, 2 estudos demonstraram aumento da FM de contração isométrica do quadríceps (14, 18) (tabela 1).

Dois trabalhos avaliaram o GPVH e foi observado em ambos diminuição considerada clinicamente significativa (17, 19).

O treinamento físico aumentou a QV dos pacientes com CH nas dimensões saúde geral vitalidade e domínio social (22), função física (15), percepção de saúde geral (18), componente mental (14) e fadiga (20). Em contrapartida, 2 estudos não observaram influências do treinamento físico nas variáveis avaliadas nos questionários de QV (17, 21).

Discussão

O aumento do nível de atividade física parece oferecer um efeito protetor para pacientes com CH, enquanto que o sedentarismo se correlaciona com mortalidade (23). Em cirróticos, a baixa CF, demonstrada em pacientes que percorrem menos de 410 metros no 6MWD, está associada

com pior prognóstico e mortalidade (24). Por outro lado, o treinamento físico aumenta a CF em pacientes com CH (14, 18, 21, 22). Esses dados sugerem a importância da inserção de um estilo de vida mais ativo na população com CH.

Além disso, o VO₂ tem relevância prognóstica em cirróticos, sendo descrito que os pacientes que apresentam valores inferiores a 17 ml/kg/min têm menor sobrevida (12). Nesse contexto, 2 estudos observaram incremento do VO₂ após o período de treinamento (18, 20). Em contrapartida, 4 estudos não observaram aumento do VO₂ (15 – 17, 20). Dos trabalhos que observaram aumento do VO₂ em não tinha grupo controle (18), o outro realizou treinamento aeróbico e teste cardiopulmonar em cicloergômetro (20). o número de voluntários foi de 8 e 19, a intensidade foi controlada pelo limiar ventilatório e 60 – 80% VO₂. Enquanto que os trabalhos que diferem desses achados tinham um número de voluntários de 14 a 40, e a intensidade foi controlada pela frequência cardíaca.

Todos os trabalhos que avaliaram MM e FM realizaram treinamento aeróbico, resistido ou combinados e encontraram melhoras nessas variáveis (14 – 16, 20, 21). é possível que a alta prevalência de sarcopenia nos cirróticos faz com que a MM e FM estejam muito diminuídas antes de iniciar o treinamento físico motivo pelo qual se vem os efeitos do treinamento nessas variáveis. Não existe um consenso nos trabalhos analisados sobre a intensidade do treinamento resistido.

Os trabalhos que avaliaram a resposta ao treinamento físico aeróbico no GPVH realizaram uso de propranolol durante a intervenção, e demonstraram diminuição do GPVH > 10% após o período de intervenção (23), o que é considerado clinicamente significativo.

Com relação à segurança do exercício físico para esta população, não foram encontrados eventos adversos relacionados ao programa de treinamento físico nos trabalhos estudados. Uns dos maiores riscos envolvidos na prática de exercícios físicos para cirróticos é o aumento do GPVH e conseqüentemente hemorragia varicosa (21). Na literatura analisada houve grande atenção na realização da profilaxia primária ou secundária mediante o uso de betabloqueador ou ligadura de varizes prévia ao exercício.

Considerações Finais

O treinamento físico aeróbico e resistido em intensidade moderada é uma ferramenta para melhorar a QV na percepção de saúde geral, função física, fadiga e componente mental, também foi observado melhoras na CF. Adicionalmente, o treinamento resistido em intensidade moderada pode causar redução da sarcopenia. Por outro lado, não encontramos um consenso quanto ao aumento do VO₂ pico após treinamento físico nesta população. São necessários mais estudos com treinamento físico em pacientes com CH para aumentar a qualidade da evidência observada.

Referências

1. Møller S, Henriksen JH, Bendtsen F, Møller; Henriksen; Bendtsen. Extrahepatic complications to cirrhosis and portal hypertension: Haemodynamic and homeostatic aspects. 2014;20(42):15499–517.
2. Sepanlou SG, Safiri S, Bisignano C, Ikuta KS, Merat S, Saberifiroozi M, et al. The global, regional, and national burden of cirrhosis by cause in 195 countries and territories, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. *Lancet Gastroenterol Hepatol.* 2020;5(3):245–66.
3. D'Amico; Tsao; Pagliaro. Natural history and prognostic indicators of survival in cirrhosis: A systematic review of 118 studies. *J Hepatol.* 2006;44(1):217–31.
4. García - Pagán J, Santos C, Barbera JA, Luca A, Garci JC, Roca J, et al. Physical Exercise Increases Portal Pressure in Patients With Cirrhosis and Portal Hypertension. 1996;1300–6.
5. Bandi JC. Effects of Propranolol on the Hepatic Hemodynamic Response to Physical Exercise in Patients With Cirrhosis. 1998;677–82.

SUPL.01

6. Maruyama H, Kobayashi K, Kiyono S, Ogasawara S, Suzuki E, Ooka Y, et al. Compensating effect of minor portal hypertension on the muscle mass loss-related poor prognosis in cirrhosis. 2017;14.
7. Kappus MR, Mendoza MS, Nguyen D, Medici V, McClave SA. Sarcopenia in Patients with Chronic Liver Disease: Can It Be Altered by Diet and Exercise? *Curr Gastroenterol Rep*. 2016.
8. Kalafateli M, Konstantakis C, Thomopoulos K, Triantos C. Impact of muscle wasting on survival in patients with liver cirrhosis. 2015;21(24):7357–61.
9. Dasarathy S, Merli M. Sarcopenia from mechanism to diagnosis and treatment in liver disease. *J Hepatol*. 2016.
10. Hanai T, Shiraki M, Imai K, Suetsugu A, Takai K, Moriwaki H, et al. Reduced handgrip strength is predictive of poor survival among patients with liver cirrhosis: A sex-stratified analysis. *Hepatol Res*. 2019;4496:0–1.
11. Alameri, H. Sanai, F. Dukhayil, M. Azzam, N. Al-Swat, K. Hersi, A. Abdo A. Six Minute Walk Test to assess functional capacity in chronic liver disease patients. 2007;13(29):3996–4001.
12. Galant LH, Rossi D, Garcia E. Functional Capacity, Respiratory Muscle Strength, and Oxygen Consumption Predict Mortality in Patients with Cirrhosis. 2016.
13. Sepanlou SG, Safiri S, Bisignano C, Ikuta KS, Merat S, Saberifiroozi M, et al. The global, regional, and national burden of cirrhosis by cause in 195 countries and territories, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. *Lancet Gastroenterol Hepatol*. 2020;5(3):245–66.
14. Aamann L, Dam G, Borre M, Drljevic-Nielsen A, Overgaard K, Andersen H, et al. Resistance Training Increases Muscle Strength and Muscle Size in Patients With Liver Cirrhosis. *Clin Gastroenterol Hepatol*. 2020;18(5):1179-1187.e6.
15. Román E, Torrades MT, García-Picart C, Herrera S, Marín AM, Doñate M, Malouf J, Nácher L, Serra-Grima R, Guarner C, Córdoba J SG. Estudio mediante densitometría y ergoespiometría de los efectos de un programa de ejercicio físico en pacientes con cirrosis hepática y sobrepeso. 2013;24:80–6.
16. Román E, García-Galcerán C, Torrades T, Herrera S, Marín A, Doñate M, et al. Effects of an exercise programme on functional capacity, body composition and risk of falls in patients with cirrhosis: A randomized clinical trial. *PLoS One*. 2016;11(3):1–15.
17. Macias-Rodriguez RU, Ilarraza-Lomeli H, Ruiz-Margain A, Ponce-de-Leon-Rosales S, Vargas-Vorackova F, Garcia-Flores O, et al. Changes in Hepatic Venous Pressure Gradient Induced by Physical Exercise in Cirrhosis: Results of a Pilot Randomized Open Clinical Trial. *Clin Transl Gastroenterol*. 2016;7(7):e180.
18. Debette-Gratien M, Tabouret T, Antonini MT, Dalmay F, Carrier P, Legros R, et al. Personalized adapted physical activity before liver transplantation: Acceptability and results. *Transplantation*. 2015;99(1):145–50.
19. Berzigotti A, Villanueva C, Genesc J, Ardevol A, August S, Calleja JL, et al. Effects of an Intensive Lifestyle Intervention Program on Portal Hypertension in Patients With Cirrhosis and Obesity: The SportDiet Study. 2017;65(4):1293–305.
20. Zenith L, Meena N, Ramadi A, Yavari M, Harvey A, Carbonneau M, et al. Eight Weeks of Exercise Training Increases Aerobic Capacity and Muscle Mass and Reduces Fatigue in Patients With Cirrhosis. *Clin Gastroenterol Hepatol*. 2014;12(11):1920-1926.e2.
21. Kruger C, Mcneely ML, Bailey RJ, Yavari M, Abraldes JG, Carbonneau M, et al. Home Exercise Training Improves Exercise Capacity in Cirrhosis Patients: Role of Exercise Adherence OPEN. *Sci Rep*. 2018.

SUPL.01

22. Román E, Torrades MT, Nadal MJ, Cárdenas G, Nieto JC, Vidal S, et al. Randomized pilot study: Effects of an exercise programme and leucine supplementation in patients with cirrhosis. *Dig Dis Sci.* 2014;59(8):1966–75.
23. Dunn MA, Josbeno DA, Schmotzer AR, Tevar AD, DiMartini AF, Landsittel DP, et al. The gap between clinically assessed physical performance and objective physical activity in liver transplant candidates. *Liver Transplant.* 2016;22(10):1324–32.
24. Mizuno Y, Ito S, Hattori K, Nagaya M, Inoue T, Nishida Y, et al. Changes in Muscle Strength and Six-Minute Walk Distance Before and After Living Donor Liver Transplantation. *Transplant Proc.* 2016;48(10):3348–55.

Tabela 1 - Descrição do treinamento físico e resultados obtidos

REFERÊNCIA	N	GRUPO CONTROLÉ	CHILD A/B/C MELD	DURAÇÃO/FREQUÊNCIA	TIPO DE TREINAMENTO	INTENSIDADE	INTERVENÇÃO NUTRICIONAL	
Román et al (2013)	14	Não	13A/1B	12 semanas/3 dias por semana /60 min	Aeróbico e resistido	75 – 80% FCR	Não	↑↑ ↑↓ ↔
Zenith et al (2013)	19	Sim	78%A 10	8 semanas/3 dias por semana /60 min	Aeróbico	60 – 80% VO2 pico	Sim	↑↑ ↑↓ ↔
Román et al (2014)	17	Sim	7 A/1B 9,5	12 semanas/3 dias por semana /60 min	Aeróbico	60 – 70% FCR	Leucina 10(mg)	↑
Debette et al (2015)	8	Não	B 7±3 13±6	12 semanas/2 vezes por semana /120 min	Aeróbico e resistido.	Limiar ventilatório. 70% a 80% de uma repetição máxima.	Não	↑↑ ↑↓ ↔
Macias-Rodriguez et al (2016)	25	Sim	16A/9B	14 semanas/40 min /30min	Aeróbico e cinesioterapia. Atividades rítmicas direcionadas a melhora da força muscular, flexibilidade, coordenação e equilíbrio.	60 – 80% FCR	Sim	↓ ↔ ↔
Román et al (2016)	23	Sim	A 8,2	12 semanas/60 min/3 vezes por semana.	Aeróbico e resistido.	60 – 70 % FCR	Não	↑↑ ↑↓ ↔ ↑
Berzigotti et al (2017)	50	Não	92% A 9	16 semanas/60 min/1 dia por semana	Aeróbico e resistido	10 – 12 escala de Borg	Sim	↓ ↓
Kruger et al (2018)	40	Sim	70% A 9,4±2,9	8 semanas/30 a 60 min /3 vezes por semana	Treinamento físico domiciliar, aeróbico	60 – 80% FCR	Sim	↔ ↑↑ ↑

Aamann et al (2019)	39	Sim	50% A/ 50 % B 10,8±2, 7	12 semanas/ 60min/ 3 vezes por semana	Resistido	Moderada	Sim
---------------------	----	-----	----------------------------------	--	-----------	----------	-----



N = número de pacientes; CHILD = Child Pugh Score; MELD = *Model for End-stage Liver Disease*; FCR = frequência cardíaca de reserva; IMC = índice de massa corporal; VO₂pico = consumo de oxigênio pico; FCR = frequência cardíaca de reserva; CF = capacidade funcional; FM = força muscular; MM = massa muscular; MG = massa gorda; HVPG = gradiente de pressão venosa hepática; = aumento; = manutenção; = diminuição.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00 2 - Educação Física

A POLÍTICA PÚBLICA SOCIOEDUCATIVA E A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: UMA REALIDADE EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO.

Raquel Dias da Conceição

Resumo

O Brasil, apesar dos diversos desafios diários, avança paulatinamente nas questões regulatórias de implantação, controle e execução ampliada no que se refere a acessibilidade aos serviços de saúde para os adolescentes privados de liberdade.

Essa garantia constitucional é complexa e requer uma constante articulação intersetorial envolvendo ações transdisciplinares para garantir o fortalecimento das relações sociofamiliares que são, em grande parte, determinantes na adolescência no que tange o acesso aos serviços da rede pública de saúde na vida do cidadão.

Assim, oportunizaremos uma reflexão propositiva sobre a importância da expansão da PNAISARI nos estados da federação a partir da implementação e monitoramento realizado nas Unidades Socioeducativas da 19ª RISP da SEJUSP localizadas no município de Sete Lagoas/ Minas Gerais.

Os parâmetros que serão apresentados não são os únicos existentes, historicamente, é um desafio sociocultural as tratativas envolvendo garantia de direitos para adolescentes em cumprimento de medida Socioeducativas.

Palavra-chave:

Análise das Políticas de Gestão, PNAISARI e a intersetorial.

Socio-educational Public Policy and Comprehensive Health Care for Adolescents Deprived of Liberty: a reality in the process of transformation.

Summary

Brazil, in spite of the various daily challenges, is gradually advancing in the regulatory issues of implementation, control and expanded execution with regard to accessibility to health services for adolescents deprived of their liberty.

This constitutional guarantee is complex and requires constant intersectoral articulation involving transdisciplinary actions to guarantee the strengthening of social and family relationships that are, in large part, determinants in adolescence with regard to access to public health services in the life of the citizen.

Thus, we will provide a propositional reflection on the importance of the expansion of PNAISARI in the states of the federation and the implementation and monitoring carried out in the Socio-Educational Units of the 19th RISP of SEJUSP located in the municipality of Sete Lagoas / Minas Gerais.

The parameters that will be presented are not the only ones that exist, historically, it is a sociocultural challenge the negotiations involving guarantee of rights for adolescents in compliance with Socio-educational measure.

Keyword:

Analysis of Management Policies, PNAISARI and the intersectoral.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns avanços sociais que permitiram o fortalecimento entre as Políticas: de Saúde e Socioeducativa neste processo de consolidação do direito universal de acessibilidade aos serviços de saúde.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, diversos direitos foram assegurados, principalmente para: crianças, adolescentes e jovens. Iniciou no país um novo

SUPL.01

olhar garantista no que se refere ao alinhamento Internacional de Direitos Humanos. Nesse ínterim legislativo, constataremos no ano de 2020, a comemoração de 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consolidando no campo sociojurídico um novo olhar para infância brasileira.

O ECA, de forma geral, ampliou os direitos infanto-juvenis, principalmente em relação às medidas socioeducativas, conforme estabelecido no artigo 112 da legislação, a gravidade da prática infracional cometida determinará o cumprimento judicial das seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. A internação provisória pode ser decretada caso a justiça tenha elementos que indiquem a autoria ou materialidade do ato infracional, diante de tais provas, o adolescente permanecerá acautelado durante o julgamento processual.

Para ampliar o controle da aplicabilidade, na época, os legisladores perceberam a necessidade de criar outro dispositivo regulatório que especificasse e definisse as bases da política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional para assegurar os direitos pré-estabelecidos no Estatuto.

Desta forma, observaremos que há, aproximadamente, 08 anos o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) se tornou uma das principais estruturas normativas no país em relação a execução das Medidas Socioeducativas, ampliando e redefinindo aspectos importantes da protetividade.

O SINASE representa um avanço nas tratativas envolvendo adolescentes que cometeram ato infracional no país, pois traz na redação um conjunto integrado e organizado de regras e critérios que orientam: o planejamento, os programas e a política de execução das medidas socioeducativas nos três níveis de governo: Federal, Estaduais e municipais. Todas as ações consideram o trabalho intersetorial e a corresponsabilidade da Família, da Sociedade e do Estado. Assim, a Lei n. 12.594/2012 também estabelecerá as tratativas sobre o programa de Atendimento e o funcionamento das Unidades.

A Política Socioeducativa, traz no cerne a incompletude, sendo necessário atuar em rede e interagir com outras políticas governamentais: saúde, educação, assistência social, cultura/lazer, esporte, habitação, preservação da vida² para ofertar ações que viabilizem ao adolescente oportunidades de reposicionamento e rompimento de uma trajetória que culminou no cumprimento de uma medida socioeducativa.

O acompanhamento das medidas socioeducativas em Minas Gerais, serão executadas em dois formatos administrativos: o primeiro, o Estado é responsável direto pela gestão, o outro,

² O PPCAAM-MG objetiva efetivar ações articuladas com o Sistema de Garantia de Direitos para a preservação da vida de crianças e adolescentes em situação de ameaça de morte, atuando pela perspectiva da proteção integral, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e da Constituição Federal de 1988. Minas Gerais foi o primeiro Estado a executar o Programa, iniciando suas atividades já no ano de 2003. O programa em Minas foi criado a partir da Lei Estadual 15.473/2005 e regulamentado pelo Decreto Estadual 44.838/2008.

SUPL.01

é através da cogestão, isto é, as Instituições público/privado³: OSC's ou OSCIP'S⁴. Independente da instituição executora, obrigatoriamente, os requisitos metodológicos serão cumpridos, principalmente em relação a apresentação de um instrumento de gestão socioeducativo a partir da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). Este instrumento político é fundamental, pois permite o alinhamento das ações que abrangem: os recursos humanos; os materiais, as metodologias pedagógicas e a segurança institucional.

Observaremos que a elaboração, execução e coordenação das medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade Assistida/LA e prestação de serviços à comunidade/PSC) serão acompanhadas pelos municípios, através do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e/ou *Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)*, vinculados à Secretaria de Assistência Social e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese).

A Política Socioeducativa de Privação de Liberdade será elaborada, coordenada e monitorada pela Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo/ SUASE, que está vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais/SEJUSPMG.

Considerando a subjetividade, a hierarquia das instituições e cultura regionalizada, atuar na área de Gestão Socioeducativa, é desafiador, pois o profissional é o mediador responsável em instrumentalizar e operacionalizar o trabalho institucional, tornando exequíveis as ações e o monitoramento das medidas socioeducativas de: Internação, Semiliberdade, Internação-Sanção, Internação Provisória.

A execução das medidas socioeducativas apresenta realidades passíveis de mudanças quando há um comprometimento de todos os atores responsáveis em garantir o acesso aos direitos sociais. Este ordenamento social equilibrado, resguardará todos que dele necessitar, mas, afetará perversamente a sociedade se for alterado.

Tivemos vários avanços em relação aos direitos infanto-juvenis e para evitarmos um retrocesso social a partir da legitimação constitucional é fundamental a participação da sociedade nos espaços de construção e avaliação das políticas públicas para compreender como o equipamento estatal estabelece as concessões de diversos direitos.

Isto posto, podemos reafirmamos (FIGUEIREDO,2005) ao expor que "... a vida vale sobretudo como oportunidade de aperfeiçoar-nos, o Direito, em razão de sua própria estrutura de destinação, representa uma das dimensões essenciais da vida humana".

O Sistema Único de Saúde(SUS) traz uma dessas dimensões essenciais da vida humana ao promover de forma obrigatória e gratuita a assistência à saúde de todos os cidadãos de forma: universal, integral e igualitário. A partir deste posicionamento, o Ministério

³<https://www.avantesocial.org.br/> (Fundado em junho de 2000, a Avante Social, antes conhecido como Centro de Defesa da Cidadania, é uma organização não governamental que atua em todo o Estado de Minas Gerais).

<http://www.pemse.org.br> (...foi constituído em Organização Não Governamental o PEMSE – assumindo assim a execução das medidas em meio fechado. A partir de janeiro de 2007, assina junto ao Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Defesa Social, o convênio para execução das referidas medidas.)

⁴Durante esse período, novos marcos institucionais foram criados: o modelo de Organização Social (OS) – Lei 9.637/98 – e a Lei 9.790/99, que qualificou parte das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

SUPL.01

da Saúde firmou uma parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres aprovando, no ano de 2004, a Portaria Interministerial que especificava as diretrizes normativas de implantação e implementação do atendimento em saúde para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas.

Em 23/ 05/ 2014, foi sancionada a Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória (PNAISARI), a implementação desta política mudou a perspectiva dos serviços de saúde para os adolescentes.

O Estado, através da Portaria 2014, desenvolveu estratégias para interromper o ciclo, perverso de invisibilidade social e violação de direitos durante a medida socioeducativa. Garantir o acesso aos serviços de saúde é um grande desafio e mesmo com tantos obstáculos, a rede de proteção, oportunizou avanços históricos neste percurso de implementação, afinal, há seis(06) anos tem sido legitimado um novo espaço de presença e fala dos adolescentes sob a tutela do Estado, garantindo a operacionalização dos serviços em saúde definidos na PNAISARI.

Não há diferença entre a teoria e as ações in loco, os textos também apontam sobre a complexidade vivenciada no trabalho das equipes pois, são corresponsáveis pelo alinhamento das ações em saúde, sendo primordial analisar a história que cada sujeito apresenta e reconstrói sobre si durante a medida.

Considerando a particularidade da Política Socioeducativa e as legislações citadas, constataremos que tais normativas legitimam diversas ações garantistas dentro do sistema de justiça. Portanto, no momento de implantação e aplicabilidade da PNAISARI devemos observar: o desenvolvimento, manutenção, avaliação dos programas que agregam ações educativas durante o cumprimento das medidas de privação de liberdade e em meio aberto.

PERMINIO, HB, et al., 2016, trazem uma reflexão ampliada sobre os instrumentos que legitimam a implantação e implementação da PNAISARI, *percebemos na redação, os impasses e os desafios envolvendo a “intersectorialidade entre as políticas”*:

“...a implementação de políticas que se articulem intersectorialmente, com governança horizontal e com contrapartidas claras da participação de cada setor e ente federado em seu planejamento e acompanhamento, são imprescindíveis para a aproximação dos universos da formulação e da implementação, o que perpassa o próprio processo de democratização e de efetivação de direitos sociais garantidos...”

É um desafio atemporal, as ações governamentais em saúde para adolescentes e jovens, FERNANDES, 2013, traz um olhar sobre a PNAISARI e PNAISAJ e pontua sobre os diversos obstáculos envolvendo a efetivação dos serviços de saúde para adolescentes em cumprimento ou não de medida socioeducativa. Um dos pontos observados é a fragmentação de algumas políticas públicas e como “...o mundo está cada vez mais interconectado, interdisciplinarizado e complexo...”.

Precisamos, enquanto sociedade, buscar novos horizontes pois, ainda reproduzimos diversos conceitos: punitivo, segregador e estereotipado sobre a juventude brasileira. É fundamental, enquanto operadores do direito, nos atermos a realidade social de cada território para compreendermos que este processo de mudança é moroso, desgastante e conflituoso por lidar com diversas mazelas enraizadas nos serviços públicos.

Estratégias Metodológicas e Resultados

Os impasses e resultados observados mostram a invisibilidade vivenciada por este grupo específico da população, mesmo quando consideramos a universalidade das Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Política Socioeducativa, algumas barreiras ainda se apresentam como intransponíveis quando buscamos a ampliação da acessibilidade dos serviços de saúde através da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e demais serviços conforme a complexidades de cada caso.

SUPL.01

Numa análise totalitária do acompanhamento das medidas no país, o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) constatou em 2016, que as instituições são grandes violadoras de direitos, principalmente, em relação aos serviços de saúde na adolescência.

Para implementação da PNAISARI não basta um olhar técnico para legitimar o acesso, se faz necessário, o “compartilhamento de responsabilidade”(Xavier,2018) entre os municípios, Unidades Socioeducativas e a Rede de Proteção que oferta diversos serviços.

Nesse íterim, se torna fundamental reafirmar o trabalho complexo e valioso desenvolvido pelas equipes socioeducativas e municipais na garantia do acesso aos serviços direcionados aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Assim, Nascimento(2010,95-120) afirma que as políticas públicas incorporaram a intersectorialidade ampliando a articulação dos saberes de especialistas, uma vez que criaram objetivos em comuns culminando no compartilhamento de agendas coletivas.

A realidade social apresentada no Levantamento anual do SINASE é bem definida e envolve a execução das metodologias e a população assistida, conforme dados descritos em 2016: 26.450 adolescentes estavam privados de liberdade no Brasil, destes 96% eram do sexo masculinos. Identificaram que 59% dos adolescentes eram pardo/pretos e 41% distribuídos entre cor/raça⁵:branca, amarela, indígena ou não tiveram registro.

A obra de SARAIWA, et all., 2004, contribui para reflexão sobre a realidade e desigualdade social “...econômica e política na sociedade brasileira, chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade(...)Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.”

Constataram ainda que, em 2016 no território nacional existia 477 Unidade Socioeducativas ativas; no ano: 2017, houve um aumento de 07 centros, somando 484 instituições. Nestes mesmos períodos, Minas Gerais manteve o quantitativo de 35 centros em pleno funcionamento.

Tabela 29 - Quantidade de Unidades Socioeducativas por Gênero/sexo, 2017

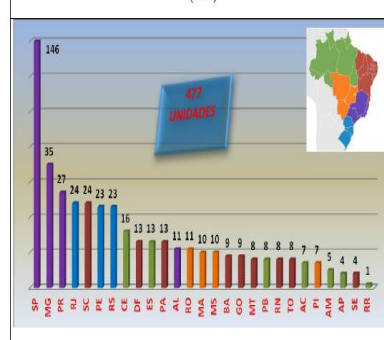
Unidades Federativas	Unidades Total	Masculina	Feminina	Mista
AC	8	7	1	0
AL	14	13	1	0
AM	5	4	1	0
AP	4	1	1	2
BA	11	10	1	0
CE	16	12	1	3
DF	13	10	1	2
ES	13	12	0	1
GO	10	8	0	2
MA	11	9	1	1
MG	35	34	0	1
MS	10	8	2	0
MT	8	7	1	0
PA	15	12	2	1
PB	7	6	1	0
PE	22	18	1	3
PI	7	6	1	2
PR	27	21	2	4
RJ	24	20	2	2
RN	9	6	2	1
RO	9	7	1	1
RR	1	0	0	1
RS	23	21	2	0
SC	24	21	1	2
SE	5	3	1	1
SP	145	137	6	2
TO	8	6	0	2
TOTAL	484	417	33	34

Conforme dados pesquisados PERMINIO, HB, et 2016, no

segundo(2º) semestre, o Brasil, tinha 33 municípios habilitados na PNAISARI. Desta forma, 68 unidades socioeducativas foram contempladas neste novo método de acesso à saúde.

por al.,

Gráfico 09 - Distribuição das Unidades de Atendimento Socioeducativo por UF (2016)



⁵Cor ou raça Investigou-se a cor ou raça declarada pela pessoa, com as seguintes opções de resposta: • Branca - para a pessoa que se declarou branca; • Preta - para a pessoa que se declarou preta; • Amarela - para a pessoa que se declarou de cor amarela (de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.); Parda - para a pessoa que se declarou parda; ou • Indígena - para a pessoa que se declarou indígena ou índia. Censo Demográfico 2010 Características da população e dos domicílios Resultados do universo.

Tabela 2. Dados sobre a implementação da PNAISARI.

Dados sobre a implementação da política	Nº de Municípios	Nº de Estados
Unidades federadas que tiveram reunião do Colegiado Gestor SINASE	8	3
Unidades federadas que participaram de reunião do Colegiado Gestor SINASE	8	2
Unidades federadas que tiveram reunião do GTI	27	7
Unidades federadas que participaram de reunião do GTI	25	6
Unidades federadas que cofinanciam a PNAISARI	14	3
Acompanham a implementação da PNAISARI	26	8
O atendimento à saúde melhorou após a implementação da PNAISARI	24	7

Plano de um

O Estadual Saúde é

um instrumento de gestão do SUS, planejado para ser colocado para ser desenvolvido um durante quatro anos. O planejamento estabelece as ações de saúde em todos os estados brasileiros, o documento também traz apontamentos sobre as medidas socioeducativas e a PNAISARI.

O Plano Estadual de Minas Gerais: 2016-2019, especificou sobre os impasses e avanços em relação ao PNAISARI, afinal a portaria se tornou um instrumento importante para a ressocialização e circulação dos adolescentes na rede de saúde. Neste período Minas Gerais possuía 35 unidades socioeducativas distribuídas em 16 municípios, somente 07 cidades estavam habilitadas. O documento expõe ainda, que foi identificado naquele período: superlotação, medicalização excessiva e as Unidades possuíam estruturas precárias. Considerando a Política Socioeducativa e o número de adolescentes assistidos, percebemos, que se faz necessário, ampliar o alcance estratégico do planejamento Estadual e incluir ações específicas de sensibilização dos gestores municipais mineiros neste instrumento de gestão da saúde que estará vigente no período 2020-2024.

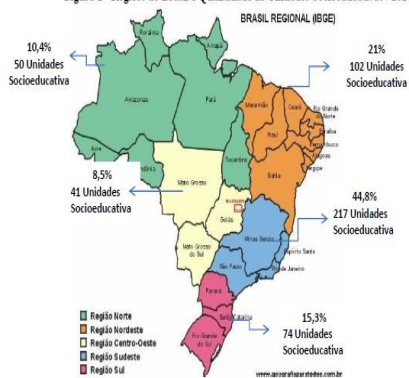
Em 2020, o Governo de Minas através dos principais representantes e com a participação do Ministério Público de Minas Gerais, pactuaram pela 2ª vez a expansão do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativos, o avanço consiste em ampliar para 3.160 vagas para cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade até 2025. A proposta indica a implantação de 18 Unidades Socioeducativas. Entre a 1ª pactuação e 2ª pactuação, em andamento, o estado terá nos próximos anos um total de 53 unidades socioeducativas, portanto será necessário ampliar para os próximos anos o número de municípios habilitados.

Um exemplo positivo de adesão ao PNAISARI, são as duas Unidades Socioeducativas de Sete Lagoas, localizadas na 19ª RISP da SEJUSP e gerenciadas pelo Estado. Conforme informações disponibilizadas pela Referência Técnica Municipal dos Privados de Liberdade, a adesão da PNAISARI contou com a participação de diversos atores institucionais. Na época, o município, através da Secretaria Municipal de Saúde realizou estudos e avaliações junto aos conselhos, incluindo o Conselho Municipal de Saúde. Constatamos que foi um longo caminho para a implantação, o processo de sensibilização e ações iniciaram em 2004 e somente no ano de 2010, após 79 reuniões entre equipes multidisciplinares ocorreu a assinatura da pactuação entre os gestores: do município e unidades socioeducativas.

Perminio HB et al., 2016, aborda sobre as mudanças positivas em relação ao processo de habilitação:

“(…)No contexto da articulação interfederativa, a principal mudança observada é a possibilidade de habilitação direta do município. Assim, reforça-se a descentralização da política, favorecendo maior autonomia para o ente federado responsável pelas ações e agilidade no processo de habilitação na PNAISARI(…)”

Figura 1 - Regiões do Brasil e Quantidade de Unidades Socioeducativas / 2017



No decorrer dos anos, a rede de proteção Municipal de Sete Lagoas construiu uma parceria sólida entre: a Equipe da Atenção Primária; os gestores das Unidades Socioeducativas; as Equipes de Saúde das Unidades, a Diretoria de Atenção a Saúde/SUASE/SEJUSP e a Superintendência Regional de Saúde(SRS). Os indicadores existentes no monitoramento mostram que, aproximadamente, 3.000(três mil) adolescentes foram contemplados com a ampliação das ações em saúde durante este processo de implantação e implementação da PNAISARI.

O poder executivo municipal, propiciou outro avanço no que se refere ao monitoramento e implementação do PNAISARI/PNAISP, foi homologado em 11/ 03/ 2020 a Portaria nº 12 que instituiu a Referência Técnica Municipal dos Privados de Liberdade(RT) vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de Sete Lagoas. A reorganização das ações estabeleceu no espaço municipal uma nova forma de monitoramento, pois anterior a esta portaria as competências de gerenciamento desta política era incorporada nas atribuições do Coordenador da Atenção Primária.

A Portaria especifica as atribuições da Referência Técnica,

“Art.1º (...) a finalidade precípua de estudar, propor, atuar, gerenciar diretrizes para implementação continuada das políticas públicas em consonância com a saúde dos privados de liberdade. Art.2º (...) I. Interagir com o grupo de trabalho Intersetorial (GTI), em articulação com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e a Secretaria Gestora e Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais; II. Acompanhar o Desenvolvimento das Ações da PNAISARI - Gestão Municipal na sua implementação; III. Integrar a equipe de capacitação e assegurar a capacitação das equipes das unidades privados de liberdade; IV. Integrar critérios e estruturas de fluxos para operacionalização da atenção integral à saúde da atenção básica, média e de alta complexidade com vistas a promover, proteger e recuperar a saúde da população privada de liberdade...”

Fato é, ainda precisamos ampliar os instrumentos de monitoramento e implementação para executarmos plenamente as ações existentes na PNAISARI, é possível reafirmar que algumas dinâmicas de acessibilidade aos serviços institucionais são transitórias, contraditoriamente, as certezas dos fluxos estabelecidos são relativizados ao ser analisado a partir de uma “ordem ideológica e cultural dos atores”(Fernandes, Fernando Manuel Bessa. 2013) que efetivarão a humanização do trabalho institucional nos municípios com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Considerações Finais

O presente estudo apresentou os resultados observados sobre os avanços envolvendo a Política Socioeducativa e a implementação da Portaria de 2014.

Em síntese, a PNAISARI garante o atendimento humanizado e qualitativo para os adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. Ficou perceptível que a sociedade precisa compreender como funciona o Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas/SINASE e demais políticas públicas que complementam as ações da Política Socioeducativa.

A PNAISARI é uma política mais complexa e está na fase de implementação, sendo necessário a execução de ações de sensibilização regional. É possível dizer que a longo prazo os municípios brasileiros, através dos gestores máximos, compreenderão a relevância de firmar tal pactuação com o Sistema Socioeducativo.

Em relação as limitações do estudo, é importante dizer que existiu uma dificuldade em localizar informações públicas específicas e atualizadas sobre Diagnóstico Anual da PNAISARI para as medidas socioeducativas: de privação de liberdade e em meio aberto.

SUPL.01

Sugiro a elaboração de estratégias para ampliar a divulgação e sensibilização dos gestores municipais e publicização do diagnóstico anual dos avanços e desafios em relação a expansão da portaria nos municípios brasileiros.

Em relação a implementação e monitoramento realizado no município de Sete Lagoas, é importante expandir as ações em saúde para os adolescentes e equipes interdisciplinares que atuam com as medidas socioeducativas em meio aberto.

Por fim, será relevante a oferta de eventos educativos que permitirão a interação entre os municípios habilitados, mineiros e/ou outras regiões brasileiras, para ampliarmos a qualidade do serviço desenvolvido e divulgar os resultados alcançados com a pactuação da PANISARI.

REFERÊNCIAS

1. Perminio HB et al. Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade: uma análise de sua implementação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9):2859-2868, 2018.
2. Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. Levantamento Anual SINASE 2017. Brasília/DF; 2019. [Site da Internet]. [acessado 23/10/2020]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>
3. Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. Levantamento Anual SINASE 2016. Brasília/DF; 2018. [Site da Internet]. [acessado 23/10/2020]. Disponível em: file:///E:/Levantamento_2016Final.pdf
4. Portaria nº1.082, de 23 de maio de 2014. [acessado 23/10/2020]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html
5. Portaria Interministerial nº 1426, DE 14 DE JULHO DE 2004. [acessado 23/10/2020]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/pri1426_14_07_2004_rep.html
6. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 21, n. 68 (2016). Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado?
7. Nascimento S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Serv Soc Soc* 2010; 101:95-120.
8. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Marco Legal Saúde, Um Direito De Adolescentes. Brasília: MS; 2007.
9. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Cadernos de Atenção Básica: Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Brasília:MS; 2014. [acessado 23/10/2020]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf
10. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção à saúde do adolescente: Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.
11. Brasil. Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990. [acessado 23/10/2020]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. [acessado 23/10/2020]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf
13. Política de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012-2013.
14. Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Maio/2017.

SUPL.01

15. Análise da capacidade institucional de atuação da ASAJ/DAPES/SAS/MS: um olhar sobre a PNAISAJ e a PNAISARI. / Fernando Manuel Bessa Fernandes. Tese Doutorado Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro-- 2013.
16. Vivências e desafios do profissional de saúde no atendimento ao adolescente no sistema socioeducativo de Minas Gerais: relatos de experiências. Rosália Arêdes Teixeira Xavier. - Belo Horizonte: ESP-MG,2018.
17. Avante Social, organização não governamental que atua em todo o Estado de Minas Gerais. [acessado 27/10/2020]. Disponível em: <https://www.avantesocial.org.br>.
18. Organização Não Governamental o PEMSE – que atua em todo o Estado de Minas Gerais[acessado 27/10/2020]. Disponível em: <http://www.pemse.org.br>.
19. MINAS, Gerais. Plano Estadual de Saúde: 2016-2019. Versão Final aprovada pelo CES em 12/12/2016.[acessado 26/10/2020]. Disponível em:https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/MG_Plano-Estadual-de-Sade-2016-2019-Final-aprovado.pdf.
20. ECA 30 anos: MPMG e Governo do Estado pactuam para ampliação do sistema socioeducativo de MG até 2022. [acessado 28/10/2020]. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/eca-30-anos-mpmg-e-governo-do-estado-pactuam-para-ampliacao-do-sistema-socioeducativo-de-mg-ate-2022.htm>
21. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM foi criado em 2003 e instituído oficialmente por meio do Decreto n. 6.231/2007. [acessado 31/10/2020]. Disponível em: <https://www.avantesocial.org.br/acoes/ppcaam>.
22. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. SUS: a saúde do Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011.
23. SALES, Mione Apolinário. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.
24. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Liberdade Assistida: uma polêmica em aberto. CBIA – UEE – PUC/ SP, 1994.
25. ROSA, Elizabete Terezinha Silva. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 77.
26. SAWAIA, Bader(org). Artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Revista Serviço Social e Sociedade. 5.ed – Petrópolis: Vozes, 2004.
27. Portaria nº 12 instituiu a Referência Técnica Municipal dos Privados de Liberdade Sete Lagoas/Minas Gerais, em 11/ 03/ 2020. [acessado 01/11/2020]. Disponível em:https://www.setelagoas.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo={A17C4DDD-211E-A32E-EDCA-D2278ECA76A5}.pdf
28. Criação da 19ª Região Integrada de Segurança Pública em Sete Lagoas. [acessado 03/11/2020]. Disponível em:<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/3095-governador-determina-criacao-da-19-regiao-integrada-de-seguranca-publica-em-sete-lagoas>